



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Metamorfoses ou Alomorfias Agrárias?

**Transformações socioespaciais na incorporação de agricultores
familiares ao sistema produtivo-comercial da soja no Sudeste Goiano**

Rodrigo Gonçalves de Souza

GOIÂNIA – GO

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese

2. Nome completo do autor

Rodrigo Gonçalves de Souza

3. Título do trabalho

Metamorfoses ou Alomorfias Agrárias? Transformações socioespaciais na incorporação de agricultores familiares ao sistema produtivo-comercial da soja no sudeste goiano

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GONCALVES DE SOUZA, Discente**, em 08/09/2021, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2021, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,



§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2012](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2331878** e o código CRC **D602FA10**.

Rodrigo Gonçalves de Souza

Metamorfoses ou Alomorfias Agrárias?

**Transformações socioespaciais na incorporação de agricultores
familiares ao sistema produtivo-comercial da soja no Sudeste Goiano**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira.

**GOIÂNIA – GO
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Rodrigo Gonçalves de
Metamorfoses ou Alomorfias Agrárias? [manuscrito] :
Transformações socioespaciais na incorporação de agricultores familiares
ao sistema produtivo-comercial da soja no Sudeste Goiano / Rodrigo
Gonçalves de Souza. - 2021.
389 f.: il.

Orientador: Prof. Adriano Rodrigues de Oliveira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2021.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. Campesinidade. 2. Racionalidade. 3. Realismo Crítico. 4.
Cadeia Mercantil. 5. Teia Geoeconômica. I. Oliveira, Adriano
Rodrigues de, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 90 da sessão de Defesa de Tese de **Rodrigo Gonçalves de Souza**, que confere o título de Doutor em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **vinete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um**, a partir das **8h30**, por meio de **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“Metamorfoses ou Alomorfias Agrárias? Transformações socioespaciais na incorporação de agricultores familiares ao sistema produtivo-comercial da soja no sudeste goiano”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Adriano Rodrigues de Oliveira (PPGEO/IESA/UFV)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Vera Lúcia Salazar Pessoa (IG/UFV)**, membro titular externo; Professora Doutora **Dinalva Donizete Ribeiro (PPAGRO/UFV)**, membro titular externo; Professor Doutor **Marcelo Rodrigues Mendonça (PPGEO/IESA/UFV)**, membro titular interno; Professor Doutor **Denis Castilho (PPGEO/IESA/UFV)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Adriano Rodrigues de Oliveira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 20/08/2021, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dênis Castilho, Professor do Magistério Superior**, em 20/08/2021, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 20/08/2021, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dinalva Donizete Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 20/08/2021, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia Salazar Pessoa, Usuário Externo**, em 23/08/2021, às 06:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

https://sei.ufv.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2475199&infra_sistema=100000100&i... 1/2

24/08/2021

SEI/UFV - 2287333 - Ata de Defesa de Tese



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2287333** e o código CRC **343EC923**.

Dedico esta obra às agricultoras e agricultores familiares, camponesas e camponeses, povos e populações do campo, servidoras e servidores públicos, pesquisadores, pesquisadoras, trabalhadores e trabalhadoras de organizações, atuando, em suas práticas cotidianas, na busca de uma realidade de esperança que vai contra projetos plutocratas que se empenham por uma “limpeza aporofóbica” no campo.

Agradecimentos

Agradeço à minha Luz e Fonte de fé, de integridade e de perseverança.

Agradeço aos meus avós (*in memoriam*), aos meus pais, irmãs e irmão.

Agradeço ao meu orientador e amigo Adriano, membro da inestimável confraria do “Bonde”, junto com Léo e Thiago, parceiros de memoráveis momentos.

À cada integrante da banca de defesa: professoras e professores Denis, Dinalva, Marcelo, Vera, expresso minha gratificação por suas apreciações, contribuições para o aperfeiçoamento de toda esta produção. Muito grato!

Agradeço ao chefe Otacílio, que me incentivou bastante ao retorno à academia. Agradeço às técnicas e técnicos administrativos, aos docentes e colegas do PPGEIO/IESA/UFG, ao PPGEIO/UFS e à professora Sônia Menezes pelo apoio no Programa de Estímulo à Mobilidade.

Agradeço à minha comunidade de fé da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Agradeço às agricultoras e agricultores, às sertanejas e sertanejos, aos colegas de trabalho e de engajamento com quem convivi e tanto aprendi, vitais para o meu crescimento pessoal.

Agradeço às contribuições intelectuais de tantos estudiosos, pesquisadoras, escritoras, cientistas, filósofos, literatos e poetas que me proporcionaram incalculável inspiração, instrução, desafios, provocações e vigor para produzir este material e formar meus recursos de compreensão. Caminhamos sobre ombros de gigantes.

A fronteira sempre foi o meu destino; em quase todas as direções fiquei entre possibilidades alternativas de existência, estivesse completamente familiarizado com alguma delas ou não, sem adotar nenhuma posição definitiva em relação a elas. É frutífera tal posição para o pensamento – uma vez que o pensamento pressupõe receptividade a novas possibilidades –, mas é difícil e perigosa para a vida mesma, porque a vida constantemente exige-nos fazer escolhas e, portanto, exige-nos a exclusão das alternativas. A partir desta disposição e dessas tensões, vieram para mim destino e tarefa.

Paul Johannes Tillich

*A coisa de que se falar
até onde está pura ou impura?
Ou sempre se impõe mesmo
impuramente, a quem dela quer falar?
Como saber, se há tanta coisa
de que falar ou não falar?
E se o evita-la, o não falar,
é forma de falar da coisa?*

João Cabral de Melo Neto

Prólogo

Muitas das inquietudes que engendraram esta tese borbulharam durante minha experiência de trabalho no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, com populações sertanejas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Irapé. No Termo de Ajuste de Conduta, a Comissão dos Atingidos, assessorada pela organização na qual eu trabalhava, emplacou a conquista de que na avaliação de impacto se fizessem estudos de valoração dos recursos do Cerrado dos lugares em que viviam, para cômputo indenizatório. No entanto, há uma lacuna inevitável entre a monetização destes recursos e como seu usufruto se dava nas relações socioecológicas ao longo do tempo. Uma questão marcante é que a Comissão enfatizou que o escopo do processo indenizatório se daria com reassentamento das famílias, com casas e área produtiva. Outras famílias, que optaram por receber o montante todo em dinheiro, terminaram por experimentar agruras, ao nível da perda total de investimentos que fizeram. Experiência semelhante se deu com o trabalho junto a atingidos pela Barragem Setúbal, em Jenipapo de Minas.

Mas nas novas realidades dos reassentados havia ambivalências – fora as pendências no cumprimento das condicionantes compensatórias e indenizatórias por parte da empresa de economia mista. Parte se dava pela maior dependência de monetização em cada relação de provimento de recursos, pela maior necessidade de obter rendimentos comerciais e a dificuldade deparada para tanto. Muitas pessoas queixavam-se de depender mais de comprar insumos produtivos, enquanto outras diziam que em compensação estavam produzindo mais. Algumas pessoas relatavam melhoria no padrão de vida por conseguirem obter mais rendimentos. Algumas queixavam-se pela maior dependência de venderem a força de trabalho, enquanto outras apontavam que reduziram muito o desgaste psicossomático por não mais terem que emigrar sazonalmente para o corte de cana.

Ao longo do período de trabalho no Ministério do Desenvolvimento Agrário, deparei-me com outras experiências que levantavam mais inquietações. Por exemplo, na análise dos efeitos das políticas de crédito subvencionado, de ações em assentamentos sob a Política Nacional de Reforma Agrária e os adquiridos via Programa Nacional de Crédito Fundiário, no acompanhamento de contratos no âmbito da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural. As mensurações e balanços de impactos quantitativos não captavam as dinâmicas estruturantes das realidades subjacentes.

A ideia para realizar uma pesquisa com as características desta tese ganhou um corpo mais delineado a partir da minha dissertação de mestrado, debruçando-me sobre o alcance de políticas públicas federais no cooperativismo da agricultura familiar em Goiás. Deparei-me com fenômenos de regiões no norte do estado em que se constituíram cooperativas unicamente visando fornecer soja para o Selo Combustível Social (SCS). Porém, não havendo ainda uma bagagem de experiência e de institucionalidades adequadas e sob limitações de suas dotações econômicas, sobrevieram infortúnios. Agricultores não conseguiram cumprir os contratos de entrega. Houve judicializações, problemas técnicos na produção, produtividade menor do que a esperada, empresas constando falhas da assistência técnica no planejamento dos contratos.

Também foi constatado, em casos de cooperativas no estado que eram consideradas exitosas e permaneciam operando com contratos sob o Selo, que os valores movimentados chegaram a ser múltiplas vezes maiores dentre o total destas cooperativas do que as que operavam com outros programas de mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Contudo, analisando a relação de receitas menos despesas, foi identificado que, desde o montante total até os montantes em cada ano, o saldo foi mais desfavorável para as cooperativas no SCS. Em alguns anos específicos foi registrado saldo negativo entre a receita e a despesa e, no montante total, um saldo financeiro significativamente menor.

Essas experiências e vivências, relacionadas à temática e ao problema de pesquisa desta tese, somaram-se para que formulasse o projeto visando seus objetivos. Enquanto realizava o estudo, tive oportunidade de conhecer outras experiências de agricultores familiares incorporados em sistemas produtivos-comerciais de *commodities*, como com a monocultura de milho em Sergipe, inclusive em assentamentos ligados a movimentos sociais de luta pela terra, bem como com a cotonicultura no Norte de Minas Gerais.

Me senti intensamente provocado a inquirir pelos processos que movem estes fenômenos, pelas suas conexões mais amplas e suas conexões mais focalizadas, pelos meios e relações causais que operam nestes processos, sob um olhar atento às suas multidimensionalidades. De uma maneira crítica na qual mantivesse o espírito aberto para que, seguindo as evidências até onde levassem, minhas percepções pudessem também ser surpreendidas pelas realidades manifestas. E assim, conseguir contribuir para o complexo esforço das leituras sobre as tendências e contradições no campo.

Resumo

Incorporações de agricultores familiares em mercados de *commodities* transcorrem em contextos diversos. A espacialização da sojicultura na região de planejamento do Sudeste Goiano envolve agricultores familiares - incluindo locatários ou locadores de terras, assentados de reforma agrária. Buscou-se compreender se, dentre as transformações socioespaciais subsequentes, há pressões para configurar uma agricultura de expressão mais empresarial em propriedades de escala familiar. Avaliou-se se tende a um aumento de risco e vulnerabilização no médio/longo prazo. O quadro de referência para a abordagem foi o Realismo Crítico, empregando-se categorias epistemológicas de Espaço (espacialidade) e Lugar (“lugaridade”). Foi empreendida uma pesquisa explicativa com observação direta intensiva sistemática e delineamento convergente. Através de roteiros semiestruturados, entrevistou-se agentes da gestão pública, entidades de assistência técnica (03), representantes de empresas agroindustriais que contratam de agricultores familiares (03), uma cooperativa, agricultores familiares que fizeram a conversão para o sistema produtivo da sojicultura (18) e exemplares de “médios produtores” (02). Se explorou a literatura sobre a caracterização da agricultura familiar e suas diferentes expressões, discutindo-se as representações das perspectivas quanto as relações dos sujeitos sociais com a dinâmica da economia capitalista. Foram analisadas, no universo da pesquisa, as relações de trabalho nas unidades produtivas, as formas de gestão e manejo destas unidades e sua relação com a economia, com o ambiente comunitário, com o meio social e suas institucionalidades. Se examinou também as reconfigurações do grau de especialização nas unidades produtivas, do grau de integração ao mercado e à estrutura socioeconômica de maior amplitude. Embora não sendo fator único, o Selo Combustível Social foi importante para fomentar a incorporação de agricultores familiares ao sistema produtivo-comercial da soja. Sua estrutura, mesmo abrاندando pressões do mercado fora de seu âmbito, tende a favorecer unidades produtivas em melhores condições de intensificar a produtividade da monocultura, aferir relativos ganhos de escala e obter economias de aprendizagem. Às empresas interessa adquirir o nível exigido pela cota legal com menor número de fornecedores, mas que obtenham maior produtividade. Elas dispõem-se estrategicamente na espacialidade para gerir relações de influência sobre agricultores, monitorar seus procedimentos e administrar o fluxo de compras e estoques de modo a ajustar com seus planos de negócios. A investigação manifestou que incrementos de receitas, garantia de escoamento, menor exigência de trabalhadores e menor desgaste laboral despontaram como principais motivos para a adesão à sojicultura. Este fenômeno foi sincrônico com mudanças em estruturas demográficas e sociocomunitárias e com a ampliação da monetarização das necessidades das famílias, integrando uma dimensão espacial mundializada na agenda das suas programações socioeconômicas e na vivência na “lugaridade”. O sistema da soja descortina para o agricultor a possibilidade de aumentar suas dotações econômicas e capitalizar seus ativos; porém, faculta o sucesso a um contingente restrito de participantes. Ele requer uma provisão de capital de giro para saldar os fluxos de caixa, condição necessária para investir e custear os ciclos produtivos. Implica em riscos operacionais e riscos financeiros. Contratempos podem acarretar passivos onerosos transmitidos no ciclo produtivo-comercial. À jusante e à montante o mercado é oligopolista; já na esfera concorrencial da produção, agricultores familiares possuem, comparativamente, menores dotações, dificultando as condições de financiamento. A percepção de alta nas receitas nem sempre significa rentabilidade e estimula a se assumir mais riscos financeiros. Há uma pressão constante por incrementar a produtividade, fazendo diferença a capacidade de gerir estoques e, minimamente, a estabilidade produtiva. Se aprofunda o grau de primordialidade da racionalidade instrumental na ação social, tensionando com racionalidades materiais e com respectivas estratégias adaptativas para o horizonte da reprodução social no espaço. A resiliência destas racionalidades sofre uma tensão disruptiva.

Palavras-chave: Campesinidade, Racionalidade, Realismo Crítico, Cadeia Mercantil, Teia Geoeconômica

Abstract

Incorporations of family farmers into commodity markets take place in different contexts. The spatialization of soybean economics in the planning region of “Sudeste Goiano” involves family farmers - including tenants or landlords, settled by agrarian reform. It was sought to understand whether, among the subsequent socio-spatial transformations, there are pressures to configure a more entrepreneurial expression of agriculture on family-scale properties. It was assessed whether it tends to increase risk and vulnerability in the medium / long term. The frame of reference for the approach was Critical Realism, using categories of Space (spatiality) and Place (“placality”), undertaking an explanatory research with convergent design. Through semi-structured scripts, agents of public management, technical assistance entities (03), representatives of agro-industrial companies that contract with family farmers (03), a cooperative, family farmers who converted to the soybean production system (18) and copies of “medium producers” (03), family farmers who converted to the soybean business (18) and exemplary of “medium producers” (02) were interviewed. The literature on the characterization of family farming and its different expressions was explored, discussing the representations of perspectives regarding the relations of social subjects with the dynamics of the capitalist economy. In the research universe, the work relations in the productive units, the forms of administration and production-management of these units and their relationship with the economy, with the community environment, with the social environment and its institutionalities were analyzed. The reconfigurations of the degree of specialization in the production units, the degree of integration into the market and the broader socioeconomic structure were also examined. Although not a single factor, the “Selo Combustível Social” was important to stimulate the incorporation of family farmers into the soybean productive-commercial system. Its structure, even easing market pressures outside its scope, tends to favor productive units in better conditions to intensify monoculture productivity, to measure relative gains in scale and to obtain learning savings. Companies are interested in acquiring the just level required by the legal quota with a smaller number of suppliers, but that achieve the highest productivity. They are strategically disposed in spatiality to manage influential relationships on farmers, to monitor their procedures and to manage the flow of purchases and stocks in order to adjust with their business plans. The investigation showed that increases in revenue, guaranteed flow of production, less demand from workers and less labor stress emerged as the main reasons for adhering to soybean. This phenomenon was synchronous with changes in demographic and socio-community structures and with the expansion of the monetization of families' needs, integrating a worldwide spatial dimension in the agenda of its socioeconomic programs and in living in “placality”. The soy system pulls aside to the farmer the possibility of increasing his economic endowments and capitalizing his assets; however, it provides success to a restricted number of participants. It requires a provision of working capital to settle cash flows, a necessary condition for investing and defraying production cycles. It implies operational risks and financial risks. Setbacks can lead to costly liabilities transmitted in the productive-commercial cycle. Downstream and upstream, the market is oligopolistic; in the competitive sphere of production, family farmers have comparatively lower allocations, making financing conditions more difficult. The perception of high revenues does not always mean profitability and encourages more financial risks to be assumed. There is constant pressure to increase productivity, with the ability to manage stocks making a difference and, at least, a minimum production stability. The degree of primordality of instrumental rationality in social action is deepened, tensioning with material rationalities and with respective adaptive strategies for the horizon of social reproduction in space. The resilience of these rationalities suffers a disruptive tension.

Keywords: Peasantinity, Critical Realism, Rationality, Commodity Chain, Geoeconomic Web

Resumen

Las incorporaciones de agricultores familiares a los mercados de *commodities* se llevan a cabo en diferentes contextos. La espacialización de la soycultura en la región de planificación del sudeste de Goiás involucra a agricultores familiares, incluidos inquilinos o propietarios, asentados por la reforma agraria. Se buscó comprender se, dentre as transformações socioespaciais subsequentes, há pressões para configurar uma agricultura de expressão mais empresarial em propriedades de escala familiar. Se buscó comprender, entre las transformaciones socioespaciales posteriores, existen presiones para configurar una agricultura más empresarial en propiedades a escala familiar. Se evaluó si tiende a incrementar el riesgo y la vulnerabilidad en el mediano / largo plazo. La estructura de referencia para el enfoque fue el Realismo Crítico, utilizando categorías de Espacio (espacialidad) y Lugar (“lugaridad”), emprendiendo una investigación explicativa con delineación convergente. A través de guiones semiestructurados, se entrevistó a agentes de la gestión pública, entidades de asistencia técnica (03), representantes de empresas agroindustriales que contratan agricultores familiares (03), una cooperativa, agricultores familiares que se convirtieron al negocio de la soycultura (18) y ejemplares de “medianos productores” (02). Se exploró la literatura sobre la caracterización de la agricultura familiar y sus diferentes expresiones, discutiendo las representaciones de perspectivas sobre las relaciones de los sujetos sociales con la dinámica de la economía capitalista. En el universo de la investigación se analizaron las relaciones laborales en las unidades productivas, las formas de gestión y manejo de estas unidades y su relación con la economía, con el entorno comunitario, con el entorno social y sus institucionalidades. También se examinaron las reconfiguraciones del grado de especialización en las unidades productivas, del grado de integración al mercado y la estructura socioeconómica más amplia. Aunque no es un factor único, el Selo de Combustível Social fue importante para incentivar la incorporación de los agricultores familiares al sistema productivo-comercial de la soja. Sua estrutura, mesmo abrandando pressões do mercado fora de seu âmbito, tende a favorecer unidades produtivas em melhores condições de intensificar a produtividade da monocultura, estimar relativos ganhos de escala e obter economias de aprendizagem. A las empresas interesa adquirir el nivel que exige la cuota legal con un número menor de proveedores, pero que obtienen mayor productividad. Ellas están dispuestas estratégicamente en la espacialidad para gestionar las relaciones de influencia sobre los agricultores, supervisar sus procedimientos y administrar el flujo de compras y existencias para ajustarse a sus planes comerciales. La investigación mostró que los aumentos en los ingresos, el flujo garantizado, la menor demanda de trabajadores y el menor estrés laboral emergieron como las principales razones para adherirse a la soycultura. Este fenómeno fue sincrónico con cambios en las estructuras demográficas y sociocomunitarias y con la expansión de la monetización de las necesidades de las familias, integrando una dimensión espacial mundializada en la agenda de sus programas socioeconómicos y en la vivencia en la “lugaridad”. El sistema de la soja le descubre al agricultor la posibilidad de incrementar sus dotaciones económicas y capitalizar sus activos; sin embargo, brinda éxito a un número limitado de participantes. Requiere una provisión de capital de trabajo para liquidar los flujos de caja, condición necesaria para invertir y sufragar los ciclos de producción. Implica riesgos operacionales y riesgos financieros. Existe una presión constante para incrementar la productividad, marcando una diferencia en la capacidad de gestión de stocks y, al menos, un mínimo de estabilidad productiva. Se profundiza el grado de preponderancia de la racionalidad instrumental en la acción social, tensándose con las racionalidades materiales y con las respectivas estrategias adaptativas para el horizonte de la reproducción social en el espacio. La resiliencia de estas racionalidades sufre una tensión disruptiva.

Palabras clave: Campesinidad, Realismo Crítico, Racionalidad, Cadena Mercantil, Telaraña Geoeconómica

Lista de Mapa e Figuras

Mapa 01 Região de Planejamento Sudeste Goiano	24
Mapa 03. Evolução da área plantada de soja (1973–2018) em hectares.....	33
Mapa 03 Municípios da Região de Planejamento “Sudeste Goiano”: relação área de soja plantada/nº de agricultores com “Declaração de Aptidão ao Pronaf” em 2018. Nº de estabelecimentos rurais de produção de soja em 2017	34
Figura 01 Modelo Transformacional da Atividade Social	61
Figura 02 Representação proporcional de “Bancadas” no contingente total do Congresso.....	108
Figura 03 Comparação do preço obtido em leilões por empresas dotadas do Selo Combustível Social com empresas desprovidas do Selo.....	113
Figura 04 Âmbito representativo da soja nas exportações brasileiras (2016)	144
Figura 05 Representatividade de produtos das importações brasileiras (2016).....	145
Figura 06 Representação analógica simplificada do relacionamento da expressividade camponesa e expressividade empresarial na agricultura familiar – vetorial e fluxogramática	194
Figura 07 Evolução do valor em aquisição de diferentes matérias-primas sob o SCS.....	219
Figura 08 Infraestrutura da Caramuru no Estado de Goiás.....	228

Lista de Fotografias

Fotografia 01 Empresa Sargel Armazenamento e Estocagem, entrada de Silvânia – GO.....	224
Fotografia 02 Centro de armazenagem da Multigrãos, próxima ao trevo de acesso à Vianópolis-GO	225
Fotografia 03 Estrutura de Armazenagem da Caramuru em Vianópolis, quase à divisa com Orizona.....	227
Fotografia 04 Unidade armazenadora da Cocari em Campo Alegre de Goiás.....	228
Fotografia 05 Paisagem envolvendo sistema agrícola de um agricultor familiar entrevistado (a sede assinalada no símbolo vermelho), município de Catalão, época de entressafra.....	252
Fotografia 06 Paisagem envolvendo os sistemas agrícolas de dois agricultores entrevistados (as sedes assinaladas no símbolo vermelho), municípios de Pontalina e Vianópolis.....	254
Fotografia 07 Parte do rebanho leiteiro e galináceas de um agricultor entrevistado, próximo à sua casa. Ao fundo, implemento agrícola.....	255
Fotografia 08 Criação de suínos de agricultores familiares entrevistados. À esquerda, matriz e reprodutor adquiridos em uma “agrishow” em Brasília.....	275
Fotografia 09 Trator, implemento e galpão de agricultor entrevistado, município de Orizona.....	287
Fotografia 10 Em visita de campo, pesquisador ganhou como lembrança de valor afetivo, do agricultor, um ramo de soja. Ao fundo, máquina e implemento do agricultor familiar.....	315

Lista de Gráficos

Gráfico 01	Evolução da produtividade de soja nos principais estados produtores....	32
Gráfico 02	Ranking dos municípios de Goiás por número de estabelecimentos de cultivo de soja.....	34
Gráfico 03	Área de soja plantada e Declarações de Aptidão ao PRONAF ativas nos municípios do Sudeste Goiano em 2018.....	36
Gráfico 04	Evolução do valor de matéria-prima adquirida da agricultura familiar nos arranjos do Selo Combustível Social (milhões R\$) – anos de 2009 – 2019.....	37
Gráfico 05	Produção anual de biodiesel (bilhões de litros) x Valor das aquisições da agricultura familiar (bilhões R\$)	39
Gráfico 06	Receita bruta da produção rural – safras 2016/2017 e 2017/2018	48
Gráfico 07	Área plantada ou destinada à colheita (arroz, feijão, cana-de-açúcar, soja) em hectares.....	48
Gráfico 08	Valor de aquisições das diferentes matérias primas da agricultura familiar (milhões R\$)	117
Gráfico 09	Nº de famílias/volume na comercialização do SCS (2008 a 2018)	220
Gráfico 10	Participação dos agricultores familiares individuais e de cooperativas da agricultura familiar no valor total das aquisições (%)	222
Gráfico 11	Cinco principais itens financiados no Pronaf em Goiás por safra.....	311
Gráfico 12	Relações de Grau de Alavancagem.....	320

Lista de Tabelas

Tabela 01	População Censitária (2010)	25
Tabela 02	Produção agrícola – soja (2016)	26
Tabela 03	Produto Interno Bruto a preços correntes – PIB (R\$mil)	27
Tabela 04	Produto interno bruto a preços correntes – PIB (R\$mil)	28
Tabela 05	Valor adicionado bruto a preços básicos – agropecuária (R\$ mil)	29
Tabela 06	Volume e Valor de matéria prima adquirida da agricultura familiar no âmbito do Selo Combustível Social (2018)	40
Tabela 07	Número de DAPs ativas nos municípios da região Sudeste Goiano – (2018)	41
Tabela 08	Comparação da representatividade da agricultura familiar em Goiás nos Censos do IBGE.....	45

Lista de Siglas

ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AESAGO	Associação Agroecológica de Goiás
AGATERPA	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEASA	Central de Abastecimento
COCARI	Cooperativa Agropecuária e Industrial
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ECV	Encuesta de Condiciones de Vida
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGOPA	Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste
FETAEG	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP	Movimento Camponês Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIP	Manejo Integrado de Pragas
MODERFROTA	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MTAS	Modelo Transformacional da Atividade Social

P.A.	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PIS/PASEP	Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPB	Programa Nacional para Produção e Uso do Biodiesel
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
RENAF	Registro Nacional de la Agricultura Familiar
RTRS	Associação Internacional de Soja Responsável
SCS	Selo Combustível Social
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SECOM	Secretaria de Comunicação
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>

Sumário

Agradecimentos	7
Prólogo	9
Resumo	11
1. Introdução: introito ao descortinar do problema	23
1.1 Onde? Sudeste Goiano: caracterização.....	23
1.1.1 Sojicultura, agronegócio e a agricultura familiar no Sudeste Goiano	30
1.1.2 Sojicultura e Biodiesel no Sudeste Goiano	35
Prolegômenos: o arcabouço e percurso para a abordagem analítica.	49
1.2 Realismo Crítico: prelúdio em Si menor	51
1.2.1 Implicações epistemológicas e metodológicas para os prognósticos da pesquisa.	56
1.2.2 Sujeitos indeterminados em períodos compostos	60
Programa metodológico.....	67
1.3 Espaço: lacuna? substância? O ambiente das permanências e das transfigurações	73
1.3.1 Matriz e espacialidade	76
1.3.2 O pulsante espaço social.....	81
1.4 Lugaridade	86
1.4.1 Onde se desvela e enovela.....	88
2. As razões têm corações: o sistema soja alcança a agricultura familiar	93
2.1 A semântica e a sintaxe do “agronegociar”	94
2.2 Efetivando a vinculação: as tendências na incorporação pelo sistema produtivo-comercial da soja	103
2.3 Políticas Públicas e a Espacialização do Agronegócio no Sudeste Goiano.....	108
2.3.1 O combustível do selo mercadológico estatal	111
2.4 Incorporando-se à estrutura produtiva-comercial da soja.....	119
2.4.1 Anseios e Ansiedades.....	122
2.4.2 Fatores de indução	125
3. Espaço em reconfiguração, Espaço reconfigurante: as tendências geradas pela adesão ao sistema produtivo-comercial da soja.....	127
3.1 <i>Commodity Chains</i> : transcendendo a abordagem dos complexos agroindustriais.	128
3.1.1 O enfoque dos Complexos Agroindustriais: se tentando explicar a agroindustrialização nos ciclos econômicos.....	129
3.1.2 Por serras e praças: as Cadeias Mercantis	132
3.1.3 Cadeias Mercantis – reflexo na conformação da hierarquia no Sistema-Mundial	139
3.1.4 O Brasil e a soja na qualidade de Cadeia Mercantil	142

3.1.5 Cadeia Mercantil da soja, Teia Geoeconômica e a integração dos agricultores familiares	146
3.2 Representações agrárias e seus sujeitos.....	147
3.2.1 Mudança. Mudar? De que se está falando? Mudança da natureza e natureza da mudança.....	147
3.2.2 Campesinidade	151
3.2.3 Campesinar	156
3.2.4 Campesinidade: uma questão de classe?	167
3.2.5 Assuntos de Família: o agriculturar familiar	177
3.2.6 Agrofamiliarização?.....	184
3.3 Paradigmas, coletivos de pensamento, ou protótipos do que tem que ser dito?.....	195
3.3.1 Estalões explanatórios: a ciência dos juízos analíticos.....	198
3.3.2 Paradigmas sem jurisdição: conceitos “ <i>sacer</i> ”?	204
4. Anelos ou apreensões: riscos e vulnerabilidades em meio aos mecanismos do sistema produtivo-comercial da soja	216
4.1 Constituindo a incorporação da agricultura familiar: poder público	217
4.2 Expressão espacial empresarial: uma forma de manifestação da Cadeia Mercantil	224
4.2.1 Manifestando as perspectivas das companhias.....	231
4.2.2 A conexão via cooperativa.....	235
4.3 O elo da assistência técnica no sistema produtivo-comercial.....	237
4.3.1 Pelo ângulo da assistência técnica	237
4.3.2 Certificação: um prisma	240
4.3.3 Alguns tensionamentos proêmios	247
4.4 A contextura da agricultura familiar no sistema-soja	248
4.4.1 A unidade doméstica e o delineamento laborativo	249
4.4.2 A locacionalidade da unidade produtiva.....	252
4.4.3 O processo de engajamento no trabalho com o sistema da sojicultura.....	255
4.4.4 Anseios, razões e motivações manifestas na adesão ao sistema produtivo-comercial da soja	263
4.4.4.1 Permeando os quatro tópicos, emergem já tensões e riscos, operando por mecanismos que se manifestam em tendências	269
4.4.5 A produção para autoprovisão	273
4.4.6 Ambiente comunitário	278
4.4.7 Destaques no que compreendem que o trabalho no sistema produtivo-comercial da soja possibilitou obterem.....	286
4.4.8 Interações com firmas ou instituições para a implantação da sojicultura ou decorrentes dela	289

4.4.9 A permanência no sistema produtivo-comercial da soja: contrariedades, incertezas e perspectivas.....	291
4.4.9.1 Vulnerabilidade e sistema simbólico referencial de amparo	295
4.4.10 A percepção e distinção da paisagem envolvendo a propriedade antes e depois da implantação da atividade de sojicultura	298
4.4.11 Comercialização em mercados institucionais e feiras	299
4.4.12 Expedientes econômicos quanto aos insumos.....	302
4.4.13 Consecução e administração dos maquinários	306
4.4.14 Relações com o financiamento e decorrências remodeladoras	310
4.4.15 Amplitude de dimensão da área produtiva e expectativas proporcionais	327
4.5 Mensagem de des-fecho	330
4.6 Um Complemento: Certificando-se.....	336
05. Decorrências	339
Referências	353
Apêndices	382
Apêndice I – Estrutura/Roteiro de entrevista com agricultores e agricultoras.....	382
Apêndice II - Estrutura/Roteiro de entrevista com responsáveis por firmas/entidades	385
Apêndice III - Estrutura/Roteiro de entrevista com responsáveis na gestão pública ...	387

1. Introdução: introito ao descortinar do problema

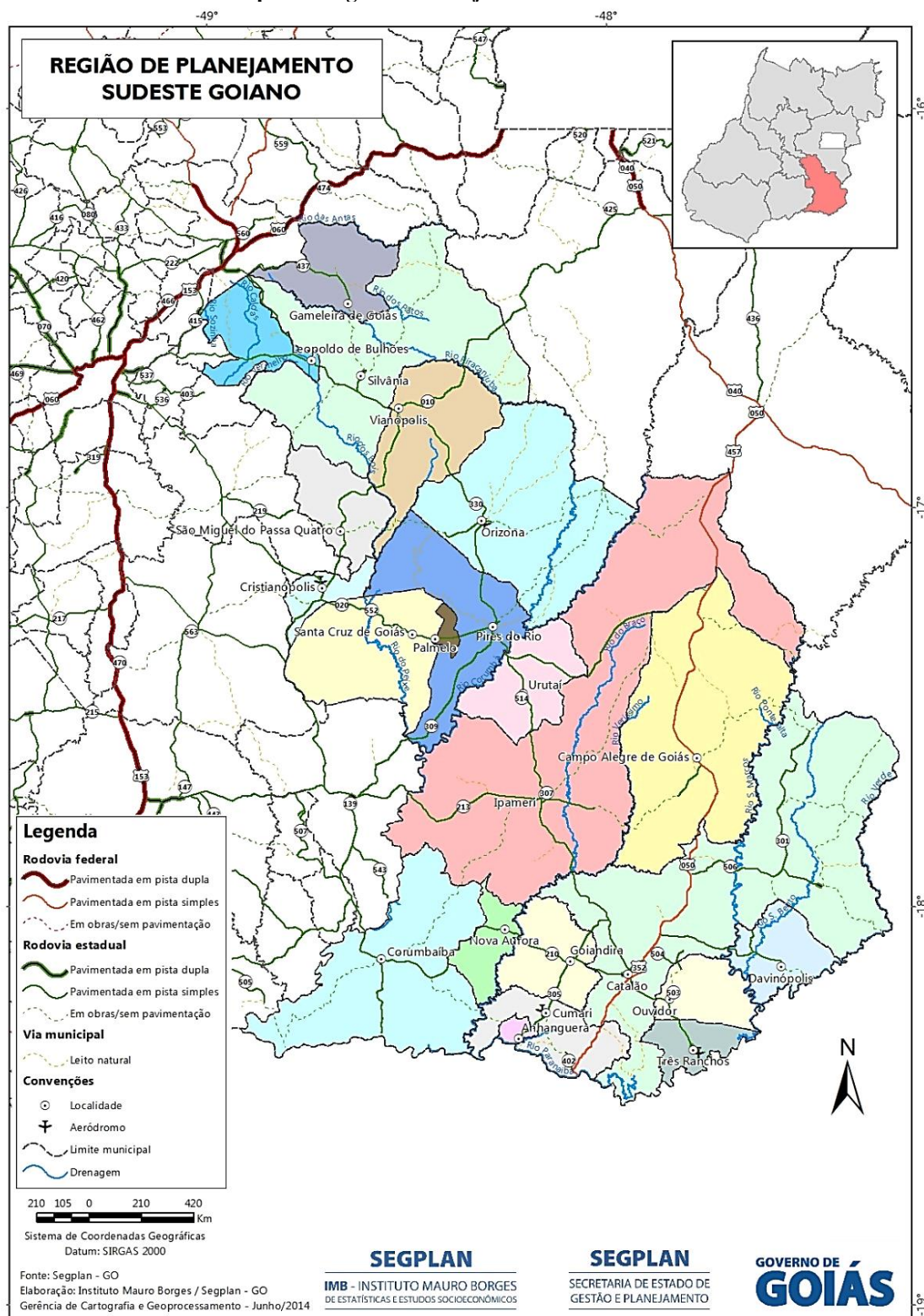
*Foi quando concebeu o passo decisivo não apenas para a modernização de sua indústria, mas para vincular a população com o resto do mundo.
_ Precisamos de uma estrada de ferro – disse ele.
Foi a primeira vez que se ouviu falar disso em Macondo.*

Trecho de “Cem Anos de Solidão”, de Gabriel García Marquez

1.1 Onde? Sudeste Goiano: caracterização

No estado de Goiás ocorre a divisão em dez “regiões de planejamento” para fins estratégicos governamentais, incluso nas leis de Planos Plurianuais. A região de planejamento “Sudeste Goiano” foi definida tendo como critério o eixo viário da Estrada de Ferro (a Ferrovia Centro-Atlântica chega a alcançar os Portos de Santos e de Tubarão em Vitória, do Espírito Santo) e, secundariamente, os eixos rodoviários da BR352, GO-020 e GO-330 em relação à capital Goiânia. Ela compreende 22 municípios que abrangem 7,39% do território estadual, sendo eles: Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutaí, Vianópolis (SEGPLAN, 2010).

Mapa 01. Região de Planejamento Sudeste Goiano



No **Mapa 01** se apresenta um paralelismo entre as diferentes proporções de área plantada de soja na distribuição pelos municípios do Sudeste Goiano, pelos dados do IBGE do ano de 2018 e o número de agricultores familiares portadores do documento Declaração de Aptidão ao Pronaf que, como será explicado mais adiante, lhes habilita a

programas oficiais com recortes específicos (como, por exemplo, o crédito subsidiado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou como a comercialização no Selo Combustível Social). Também se apresenta a proporção, distribuída entre os municípios, de estabelecimentos rurais de produção de soja conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE para o ano de 2017. Situa espacialmente a região de planejamento no posicionamento em Goiás e sua relação com o Distrito Federal e Minas Gerais, unidades federativas mais próximas.

Em termos de posição geográfica, a altitude média entre os municípios é de aproximadamente 803,44 metros acima do mar. Leopoldo de Bulhões é o que está na maior altitude, 1030 metros e Ananguera na mais baixa, 546,7 metros aproximadamente. Altitudes muito baixas e muito elevadas não são de boa aptidão para cultivos de grãos (ARANTES; SOUZA, 1993), sendo que no geral os municípios da região encontram-se nas faixas ideais.

O município menos populoso é o de Ananguera, com uma população censitária total em 2010 de 1020 habitantes, 65 em “área rural” como considerada pelo IBGE. Contudo, apresenta uma das maiores densidades demográficas, 19,77 habitantes por quilômetro quadrado, atrás apenas de Catalão (26,79), Palmelo (41,1 – a maior) e Pires do Rio (29,02). Catalão é o município mais populoso, com 86.647 em população censitária em 2010 de acordo com o IBGE, mais do que o triplo de Pires do Rio, que vem em seguida – 28.762. Silvânia e Orizona possuem a maior população rural pelos critérios do IBGE, 6.420 e 6.325 habitantes respectivamente. Santa Cruz e Gameleira apresentam a maior população rural proporcional, aproximadamente 68,78% e 66,59%, enquanto em Catalão e Pires do Rio são 6,4% e 5,8% respectivamente.

Tabela 01. População Censitária (2010)¹

MUNICÍPIO	*Rural	**Total	%Rural/Total
Ananguera	65	1.020	6,40
Campo Alegre de Goiás	1.579	6.060	26,00
Catalão	5.583	86.647	6,44
Corumbaíba	1.874	8.181	22,91
Cristianópolis	460	2.932	15,69
Cumari	545	2.964	18,39
Davinópolis	656	2.056	31,90
Gameleira de Goiás	2.181	3.275	66,59
Goiandira	72	5.265	13,81
Ipameri	3.399	24.735	13,74
Leopoldo de Bulhões	3.039	7.882	28,56
Nova Aurora	189	2.062	9,17
Orizona	6.325	14.300	44,23
Ouvidor	657	5.467	12,02

¹ O IBGE divulga anualmente a população estimada dos municípios. Não sendo fruto de trabalho censitário, não apresenta com o mesmo rigor dos censos estratificações como número populacional urbano e rural.

Palmelo	119	2.335	5,10
Pires do Rio	1.668	28.762	5,80
Santa Cruz de Goiás	2.161	3.142	68,78
São Miguel do Passa Quatro	1.683	3.757	44,80
Silvânia	6.420	19.089	33,63
Três Ranchos	331	2.819	11,74
Urutaí	912	3.074	29,67
Vianópolis	3.378	12.548	26,92
TOTAL	40912	248.374	16,47

Definição: *População residente na área rural, na data de referência (considera-se data de referência a noite anterior ao primeiro dia do mês em que se realiza a pesquisa). (Área rural é constituída pela área externa ao perímetro urbano).

**Conjunto de pessoas constituídas pela população considerada como residente (presentes e ausentes temporários), na data de referência (considera-se data de referência a noite anterior ao primeiro dia do mês em que se realiza a pesquisa).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

No somatório dos municípios do Sudeste Goiano, tem-se 493.500 hectares área colhida de soja. Catalão é o município com maior área, seguido por Ipameri e Silvânia. Não há dados de área colhida para o município de Anhanguera, sendo que Nova Aurora, Três Ranchos e Palmelo são os com menor área. Catalão é também o município com a maior quantidade produzida e maior valor da produção. A seguir vem Ipameri, Silvânia, Campo Alegre de Goiás. Não há dados para Anhanguera, sendo Nova Aurora o município com menor produção - 297 toneladas. Enquanto o rendimento médio de todos os municípios ficou na casa de 3,30, Corumbaíba se destacou neste quesito; entretanto, considerando municípios de maiores magnitudes de área e de produção, o destaque significativo fica com Silvânia – Orizona também se destaca, considerando a menor área, mas produção proporcionalmente expressiva.

Tabela 02. Produção agrícola – soja (2019)

MUNICÍPIO	Área colhida (há)	Quantidade produzida (T)	Rendimento Médio	Valor da produção (mil R\$)
Anhanguera	-	-	-	-
Campo Alegre de Goiás	64.500	205.500	3,18	205.500
Catalão	109.000	359.700	3,30	389.555
Corumbaíba	7.245	27.000	3,73	32.400
Cristianópolis	3.000	9.900	3,30	10.890
Cumari	1.500	4.950	3,30	5.198
Davinópolis	1.700	5.610	3,30	6.311
Gameleira de Goiás	25.000	84.000	3,36	92.400
Goiandira	1.800	5.940	3,30	6.534
Ipameri	95.000	304.000	3,20	364.800
Leopoldo de Bulhões	7.500	25.200	3,36	27.468
Nova Aurora	90	297	3,30	327
Orizona	33.000	112.200	3,40	123.420
Ouvidor	1.400	4.200	3,00	4.620
Palmelo	450	1.450	3,30	1.634
Pires do Rio	5.000	16.500	3,30	18.150

Santa Cruz de Goiás	17.000	57.120	3,36	62.832
São Miguel do Passa Quatro	10.000	33.600	3,36	36.960
Silvânia	67.000	233.160	3,48	256.476
Três Ranchos	400	1.320	3,30	1.452
Urutaí	3.000	10.080	3,36	11.088
Vianópolis	40.000	134.400	3,36	147.840
TOTAL	493.585	1.636.162	3,3	1.805.855

Fonte: Produção Agrícola Municipal/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Em 2015 a soma do Produto Interno Bruto (indicador dos fluxos de bens e serviços finais produzidos) a preços correntes na região foi de quase 11 bilhões de reais – 2,3 vezes o valor mensurado em 2006. Catalão se destaca com o maior PIB, em um patamar muito acima dos demais municípios – nenhum outro ultrapassa o valor de um bilhão de reais. Ipameri, Pires do Rio, Silvânia e Ouvidor estão em um segundo patamar. Anhanguera apresenta o menor PIB, 16 milhões de reais.

Tabela 03. Produto Interno Bruto a preços correntes – PIB (R\$mil)

MUNICÍPIO	2006	2015
Anhanguera	7.259	16.119
Campo Alegre de Goiás	118.480	311.430
Catalão	2.947.310	5.679.221
Corumbáiba	153.706	460.609
Cristianópolis	21.344	64.404
Cumari	20.581	62.235
Davinópolis	14.550	218.974
Gameleira de Goiás	33.208	101.307
Goianãira	29.525	98.707
Ipameri	305.193	875.626
Leopoldo de Bulhões	128.205	162.435
Nova Aurora	13.377	44.470
Orizona	112.211	402.139
Ouvidor	166.808	509.786
Palmelo	15.576	27.719
Pires do Rio	300.329	743.603
Santa Cruz de Goiás	28.150	99.871
São Miguel do Passa Quatro	34.388	107.388
Silvânia	158.502	531.511
Três Ranchos	19.008	42.069
Urutaí	27.448	86.083
Vianópolis	102.019	312.680
TOTAL	4.757.177	10.958.386

Definição(s): Significa o valor do PIB global expresso em moeda corrente, resultante da multiplicação do valor constante por um índice de preço. Produto Interno Bruto - total de riqueza (bens e serviços) gerada por um período (geralmente de um ano) em um espaço geográfico (país, região, estado ou município).

Fonte: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento/Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - Segplan/IMB

O somatório dos municípios quanto ao valor adicionado bruto (a distribuição do resultado da diferença entre valor do produto menos o valor dos insumos utilizados) a preços básicos da agropecuária representa aproximadamente 19% do valor total do estado pelos dados de 2015. Catalão possui o maior valor adicionado, seguido de perto por Ipameri. Contudo, relativo ao valor adicionado bruto total, a participação da agropecuária no município de Catalão se dá no patamar mais baixo, com Ipameri estando no patamar intermediário.

Tabela 04. Valor adicionado bruto a preços básicos – agropecuária (R\$ mil)

MUNICÍPIO	2006	2015
Anhanguera	605	2.081
Campo Alegre de Goiás	69.594	174.972
Catalão	88.861	286.927
Corumbáiba	15.185	76.545
Cristianópolis	3.347	15.214
Cumari	7.476	31.600
Davinópolis	3.259	16.530
Gameleira de Goiás	18.515	55.047
Goiandira	5.224	21.903
Ipameri	101.923	265.938
Leopoldo de Bulhões	25.761	82.821
Nova Aurora	2.676	13.688
Orizona	33.222	157.247
Ouvidor	3.933	15.456
Palmelo	937	4.829
Pires do Rio	15.959	66.701
Santa Cruz de Goiás	13.053	60.634
São Miguel do Passa Quatro	14.475	60.052
Silvânia	44.603	186.671
Três Ranchos	1.813	7.230
Urutaí	12.166	51.927
Vianópolis	19.021	98.781
TOTAL	501.608	1.752.794

Definição(s): Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados, na agropecuária. É o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos na Agropecuária, que compõem o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte(s): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento/Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - Segplan/IMB

Os dados da Tabela 05 indicam o quanto o valor em reais dos produtos oriundos do setor agropecuário, descontando os consumos intermediários e excluindo impostos e custos de transportes faturados separadamente, mas incluindo subsídios ao produto, representam relativamente no total da produção econômica dos municípios. O maior peso do valor adicionado da agropecuária em relação ao total do município se dá em Santa Cruz de Goiás, seguido por Urutaí, por Campo Alegre de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Gameleira de Goiás. Em um patamar mais elevado do valor adicionado bruto total, Catalão é o município com menor peso do valor adicionado da agropecuária – cerca de 6,5%; logo após Davinópolis (que está longe dos municípios nos maiores extratos de

valor adicionado bruto total), cerca de 7,6% e após, Três Ranchos, com cerca de 18%. Desta forma, se apresenta que as receitas do setor agropecuário possuem maior peso nos municípios de patamar econômico intermediário, dentre os estudados.

Tabela 05. Valor adicionado bruto (VAB) a preços básicos – total (R\$ mil)

MUNICÍPIO	2006	2015	Total/Agropecuário
Anhanguera	6.962	15.594	13,34
Campo Alegre de Goiás	113.305	294.843	59,34
Catalão	2.244.001	4.375.793	6,56
Corumbaíba	134.846	402.441	19,02
Cristianópolis	19.408	59.549	25,55
Cumari	19.636	59.413	53,19
Davinópolis	13.782	217.193	7,61
Gemeleira de Goiás	31.939	97.168	56,65
Goiandira	27.849	94.806	23,10
Ipameri	283.269	807.287	32,94
Leopoldo de Bulhões	54.485	154.977	53,44
Nova Aurora	12.544	42.799	31,98
Orizona	104.199	373.733	42,07
Ouvidor	147.954	434.547	3,56
Palmelo	14.494	26.605	18,15
Pires do Rio	255.035	656.416	10,16
Santa Cruz de Goiás	26.735	95.419	63,55
São Miguel do Passa Quatro	32.380	102.935	58,34
Silvânia	146.636	490.628	38,05
Três Ranchos	17.920	40.097	18,03
Urutaí	26.052	82.448	62,98
Vianópolis	93.361	290.497	34,00
TOTAL	3.826.792	9.215.188	41,53

Definição(s): Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados. É o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos que compõem o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento/Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Segplan/IMB

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SIPRA, 2017), os municípios do Sudeste Goiano abrigam 06 projetos de assentamento, sendo em Goiandira, o P.A. Madre Cristina, com área de 729 hectares e 18 famílias; em Ipameri, o P.A. Olga Benário, de 4.322, hectares e 77 famílias; em Orizona, o P.A. Maria da Conceição, de 791,4 hectares, com 16 famílias; em Silvânia há três, o P.A. João de Deus, de 335,12 hectares, com 17 famílias; P.A. São Sebastião, de 2.195,5 hectares, com 33 famílias; o PA. Buriti, de 325 hectares, com 14 famílias. No Sudeste Goiano também está um importante epicentro de atuação do Movimento Camponês Popular (MCP) que, através de eixos de articulação em associações, mobiliza camponeses em pleitos reivindicatórios, para implementação de políticas públicas (moradia rural, bancos de sementes crioulas etc.) e sistemas produtivos orientados por princípios agroecológicos.

1.1.1 Sojicultura, agronegócio e a agricultura familiar no Sudeste Goiano

A articulação da sojicultura em forma agroindustrial no país inicia-se no esteio da Revolução Verde, a partir da segunda metade da década de 1960, depois que passa a ser aproveitada como opção de cultivo de verão intercalado com o cultivo do trigo no sul do Brasil. Empresários e agentes governamentais foram percebendo que ela seria uma alternativa oportuna de fonte proteica para incrementar a produção de suínos e aves (CÂMARA, 2015). A oleaginosa foi por séculos um produto alimentício importante e peculiar à região chinesa, seu centro de origem biogeográfica. Governos, aristocracias e agricultores expandiram o cultivo para regiões da península coreana, Manchúria e ilhas japonesas, começando a ser produto de comércio de mais amplitude depois do século XVII. Nos inícios da década de 1880 chega ao Brasil pela Bahia, não se obtendo sucesso em sua produção. O cultivo foi possibilitado por imigrantes japoneses em São Paulo próximo a década de 1910, com resultados significativos quase quinze anos após a introdução de dezenas de variedades estadunidenses (BONATO; BONATO, 1987).

Mas foi no Rio Grande do Sul onde o sistema de cultivo evoluiu mais significativamente – em 1914 registra-se o primeiro cultivo comercial no município de Santa Rosa -, o que levou à construção da primeira fábrica de processamento em 1941, ano também do primeiro registro estatístico nacional de produção do grão (457 toneladas), sendo que foi deste estado que partiu a primeira exportação brasileira, em 1949, de 18 mil toneladas. Já na metade da década de 1950 a cultura foi empregada na substituição de cafezais no Paraná que haviam sido perdidos devido a fortes geadas (DALL'AGNOL, 2016). Daí por diante estes foram os moldes da expansão do cultivo em escala deste produto por mais algumas décadas.

De uma participação de 0,5% na produção mundial de soja em 1958, menos de vinte anos depois o Brasil já alcançava 16% (CÂMARA, 2015). Neste ínterim percebeu-se uma oportunidade que favorecia a comercialização brasileira: o produto ficava pronto para escoar quando do período de entressafra da produção nos EUA, em que as cotações dos preços internacionais atingiam o ápice.

Conjuntamente com este fator atrativo, eventos de grandes impactos geopolíticos levaram o governo brasileiro a conceber que o investimento visando o mercado internacional da soja poderia ser questão de estratégia nacional. Seriam alguns dos mais importantes: a) o Choque do Petróleo promovido em 1973 pelos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – dada a dependência do Brasil em obter

divisas para importação do produto – que voltara a ocorrer em 1979; b) o crescimento da demanda soviética a partir do mesmo ano, no qual também ocorreu uma quebra de safra da oleaginosa amendoim, produzida e comercializada pela África do Sul e da anchova, importante fonte proteica para alimentação animal, no Peru, elevando os preços internacionais do farelo de soja; c) a contenção da exportação de soja dos EUA, priorizando o abastecimento interno - dada uma escalada inflacionária, ao mesmo tempo que boicota canais de comercialização de grãos soviéticos; d) a busca de fontes alternativas de importação de farelo de soja dos EUA por parte de países europeus e Japão, conferindo maior importância à Argentina e Brasil (CAMPOS, 2010).

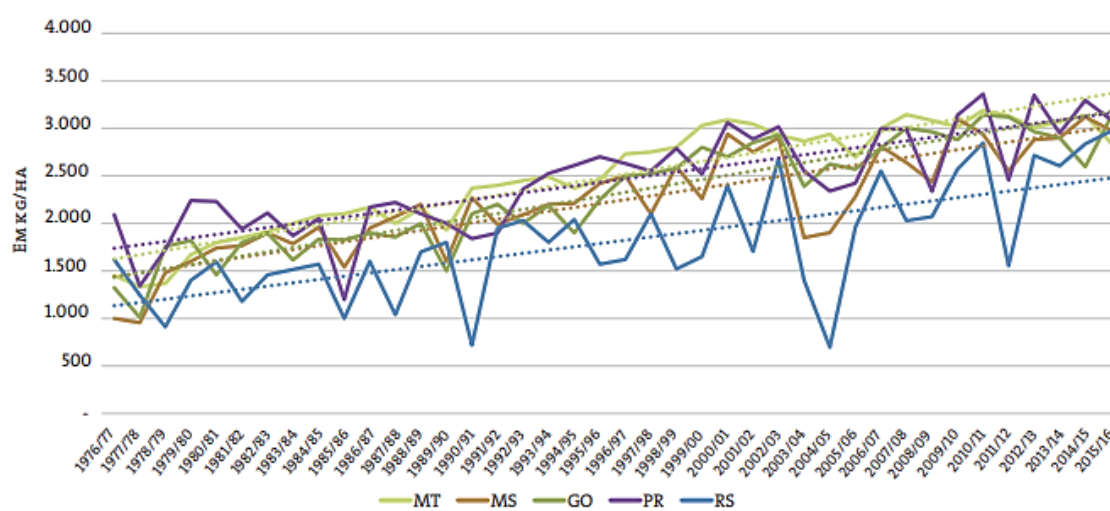
O Estado brasileiro passa a aportar substanciais recursos para desenvolvimento de programas de pesquisa sobre a soja e tecnologias de produção, junto a linhas especiais de financiamento no programa nacional de crédito agrícola, em custeio, investimento, agroindustrialização moageira. Lançou um programa de incentivo ao cooperativismo, por meio da Lei Nacional do Cooperativismo – Lei 5.764/71 -, alocando uma grande magnitude de recursos para programas de apoio ao armazenamento e comercialização bem como à assistência técnica². Linhas especiais de crédito para fertilizantes tinham juros na casa de zero. Ainda em 1983, período de escalada nas taxas de juros internacionais movida pelo Banco Central (FED) dos Estados Unidos, o governo militar mantinha a taxa de juros para financiamento da produção de soja abaixo de 15% em relação a demais produtos (WARNKEN, 1999, p.25). O crédito direcionado passa a ser assim um mecanismo conspícuo no processo indutor do capitalismo agrário sob as feições da modernização conservadora brasileira.

O cultivo da soja chega primeiramente na região Centro-oeste pelo estado de Goiás na virada dos anos 1960 para 1970, antecedendo o que foi levado por migrantes sulistas para o Mato Grosso do Sul nos fins da mesma década (BONATO; BONATO, 1987, p. 23). Desde o emprego já mencionado na sucessão do trigo, passou, nos anos 1970, a despontar em Goiás ampliando seu espaço sobre cultivos como de algodão, amendoim, arroz, café, feijão, mandioca. Contudo, anos antes vinha sendo desenvolvido no estado em caráter experimental, até a implementação de uma política de distribuição de cultivar adaptada através do Departamento de Produção Vegetal a partir de 1963, o que promoveu um significativo crescimento da área plantada e produção. Em 1985 o estado

² Por outro lado, exercendo um controle repressivo sobre o sistema cooperativo, forçando a unicidade de representação através da Organização das Cooperativas Brasileiras, na qual todas as cooperativas ficaram obrigadas a se associarem.

já participava com 7,4% da produção brasileira de soja. Entrementes, na década de 1970 a ditadura militar criara organismos de promoção específicos, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (criada em 1973), como o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC) e, em nível estadual, a EMGOPA – Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária. Como se apresenta nos dados do Gráfico 01, na trajetória entre os anos de 1977 e 2016 em Goiás se teve a segunda maior evolução da produtividade, após o Mato Grosso, embora o pico anual tenha sido atingido no Paraná.

Gráfico 01. Evolução da produtividade de soja nos principais estados produtores



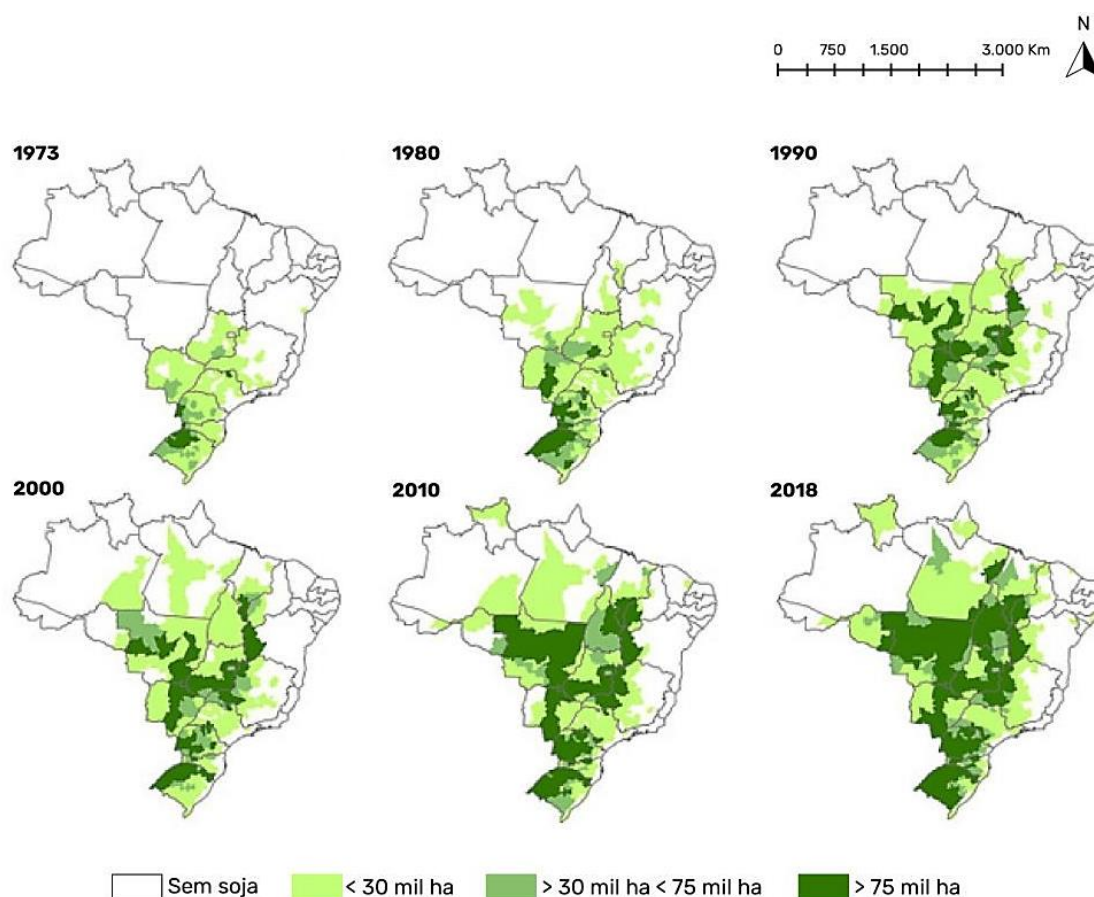
Fonte: CONAB, 2017

Programas de fomento como o POLOCENTRO - “Programa de Desenvolvimento dos Cerrados” - com linhas de crédito especiais para fertilizantes e corretivos de solo, máquinas e equipamentos, infraestrutura básica – impulsionaram o aprimoramento das tecnologias, visando aumento de produtividade, no estado de Goiás. Em um segundo momento, na segunda metade da década de 80, o impulso foi retomado através do PRODECER - “Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados” - com fomento tecnológico para produtores de escala média incorporarem novas áreas (OLIVEIRA; FERREIRA; GARVEY, 2018). Segundo Vieira (2002, p.73), entre 1970 e 1999 a área plantada, a produção e a produtividade no estado aumentaram em 168,28%, 347,44% e 106,02%, respectivamente. No ínterim, em 40 anos (1965-2005), a área plantada de soja tinha crescido 50 vezes no Brasil, expandindo de 431 mil hectares para 23 milhões de hectares (SCHLESINGER; NORONHA; 2006).

De janeiro a dezembro de 2020 o Brasil exportou quase 83 milhões de toneladas de soja, 12% a mais do que em 2019. Deste montante, 73% foram destinados à China e em seguida, muitíssimo de longe, Holanda com quase 4%, Espanha, Tailândia e Turquia

com pouco mais de 3% cada. Foi o segundo maior registro de exportações de soja da série histórica. Mas em receita, o resultado do acumulado do ano foi 2,5 bilhões de dólares menor do que o de 2019. Teve também o maior registro de importações de soja em 17 anos. O país importou quase 823 mil toneladas, uma expansão de 470% em relação ao ano de 2019, 88% oriunda do Paraguai. Foram sido gastos 503% a mais do que no ano anterior, U\$ 273,6 milhões, com uma média de quase 333 dólares por tonelada de soja importada enquanto recebeu uma média de 344 dólares por tonelada exportada. Os meses finais do ano foram de saldo mais desfavorável. Em novembro pagou cerca de 402 dólares por tonelada de soja importada enquanto recebeu cerca de 387 dólares; em dezembro, pagou cerca de 387 dólares por tonelada importada enquanto recebeu cerca de 378 por exportada (SECEX).

Mapa 02. Evolução da área plantada de soja (1973 – 2018) em hectares.

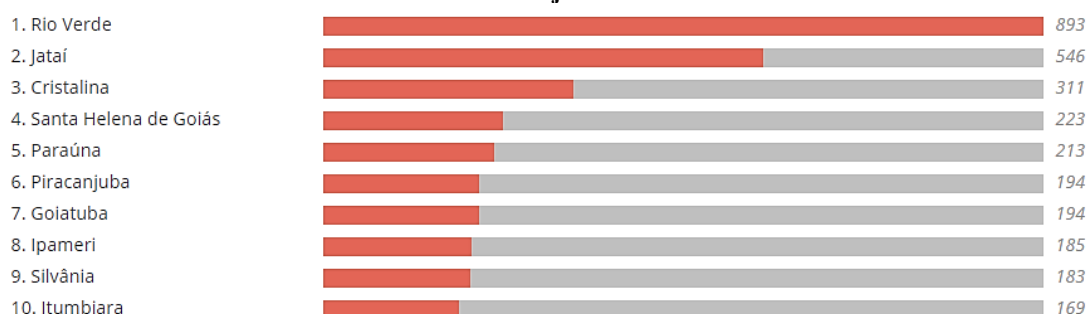


Fonte: GEMAP (2019) a partir da PAM/IBGE (vários anos)
Elaboração: Valdemar Wesz Jr.

Salazar; Matos (2012) apontam, no enfoque do “processo de modernização do território” no Sudeste Goiano, que houve um choque dinamizador quando, na década de 1970, “empresas rurais” foram emulando as tradicionais fazendas na esfera de poder

econômico e social promovendo reorganizações produtivas e passando a territorializar as chapadas com a apropriação tecnológica. Destacam a figura das “empresas rurais familiares”, nas quais “os proprietários são membros da família, administram o processo produtivo, unindo os fatores terra, trabalho, capital e tecnologia. Possuem trabalhadores assalariados permanentes e temporários, conforme a necessidade da produção” (SALAZAR; MATOS, 2012, p.41).

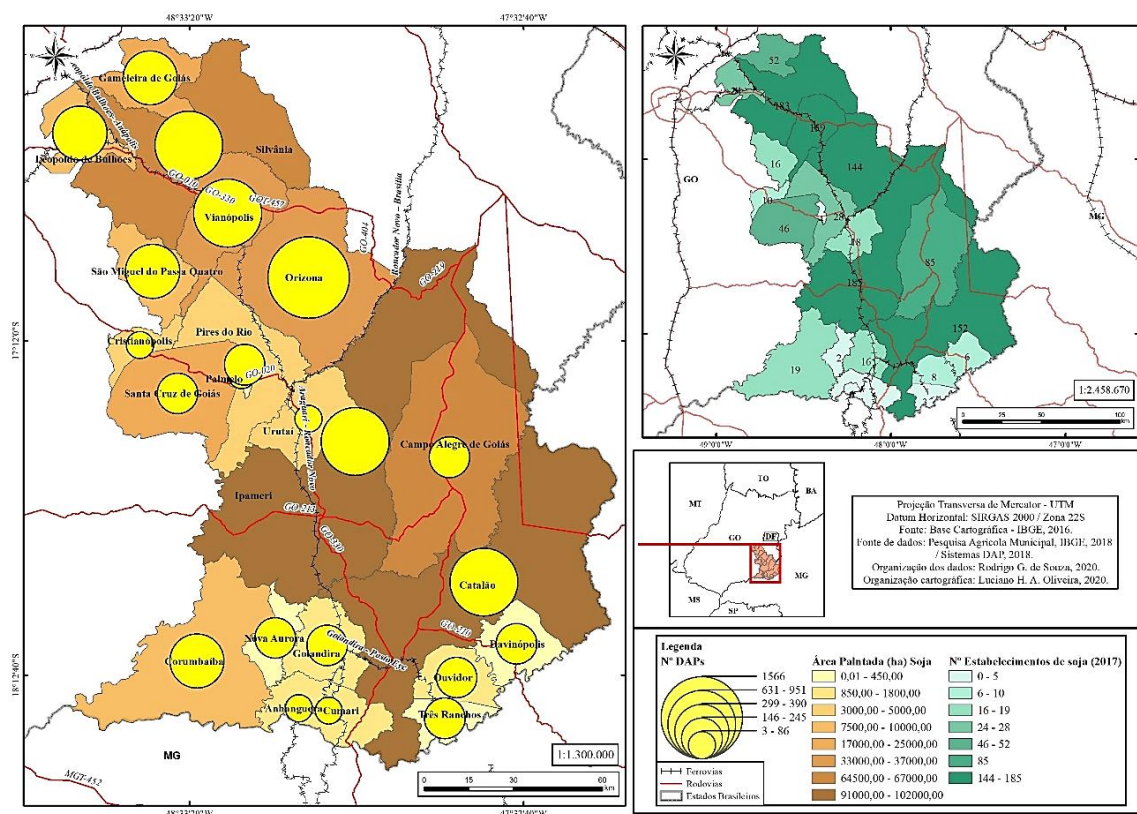
Gráfico 02. Ranking dos municípios de Goiás por número de estabelecimentos de cultivo de soja



Fonte: Resultados Definitivos – Censo Agropecuário 2017 IBGE

Mendonça (2004, p.131) acentua que as terras de altitude acima dos 800 metros, então relegadas pelos proprietários e trabalhadores rurais, passam a ser as prioritárias para a ocupação agrícola moderna. Segundo o autor, neste processo produziram-se relações de conflitos de classe no esteio das novas formas de organização produtiva, sobretudo entre proprietários predominantemente migrantes de estados do sul do Brasil e trabalhadores migrantes nordestinos, além de conflitos fundiários que resultaram no que chamou de “desterritorialização” de camponeses “cerradeiros” (SILVA; MENDONÇA, 2012). Mesquita (2007) salientou o papel do Estado junto com grupos empresariais na expropriação de camponeses através de projetos de infraestrutura, destacando barragens hidrelétricas.

Mapa 02. Municípios do Sudeste Goiano: relação área de soja plantada/nº de agricultores com “Declaração de Aptidão ao Pronaf” em 2018. Nº de estabelecimentos rurais de produção de soja em 2017



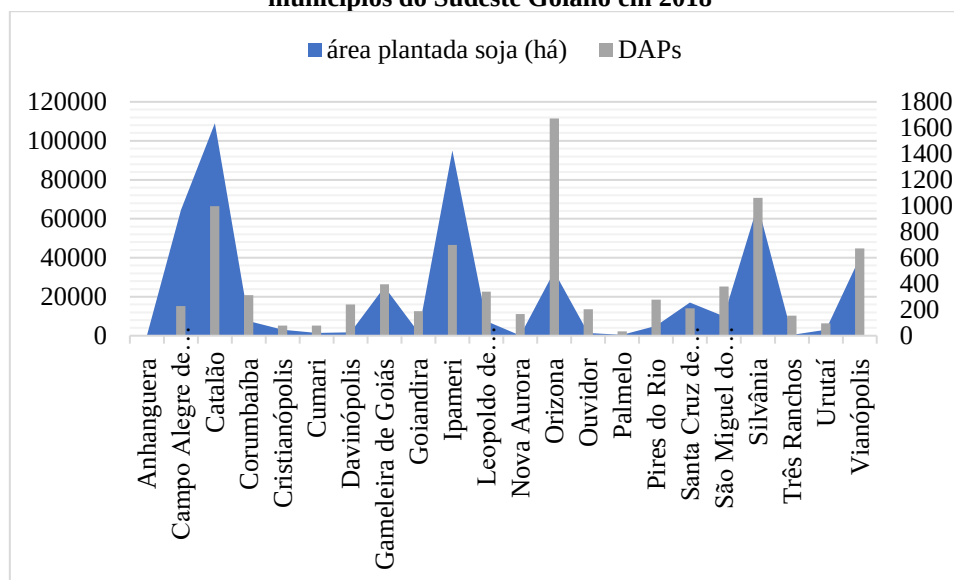
A pesquisa proposta se depara com um hodierno fenômeno de contornos distintos: a incorporação no sistema-produtivo comercial da soja de agricultores familiares já residentes nos municípios do Sudeste Goiano, que por fatores diversos deliberaram se integrar e se adaptar. Este novo desenho conflui também na inauguração de uma unidade agroindustrial, mas também articulando e contratando com atores do agronegócio presentes, como empresas, lojas, consultorias, cooperativas, estruturas de logística e armazenagem, entidades de financiamento. Operando em conexões com políticas públicas e com mercados internacionais, cada um com exigências e condicionantes próprios.

1.1.2 Sojicultura e Biodiesel no Sudeste Goiano

A sojicultura ganha expressão no Sudeste Goiano a partir de 1980, com o crescimento da área plantada em cerca de 250% em dez anos. A produção de milho crescia concomitantemente, embora já sendo um sistema agrícola tradicional da região, conquanto a partir de então os dois sistemas produtivos se articulam com mercados internacionais (INOCÊNCIO, 2010, p.44). Como observado no Gráfico 03, a reta de representação da quantidade de Declarações de Aptidões ao Pronaf nos municípios do

Sudeste Goiano apresenta certas discrepâncias com a magnitude de área plantada de soja, com certa congruência em alguns municípios, como Catalão, Ipameri, mas com destaque para Silvânia e Vianópolis – e em menor grau Santa Cruz de Goiás - onde as curvas se encontram e maior discrepância em Orizona e Gameleira de Goiás.

Gráfico 03. Área de soja plantada e Declarações de Aptidão ao PRONAF ativas nos municípios do Sudeste Goiano em 2018



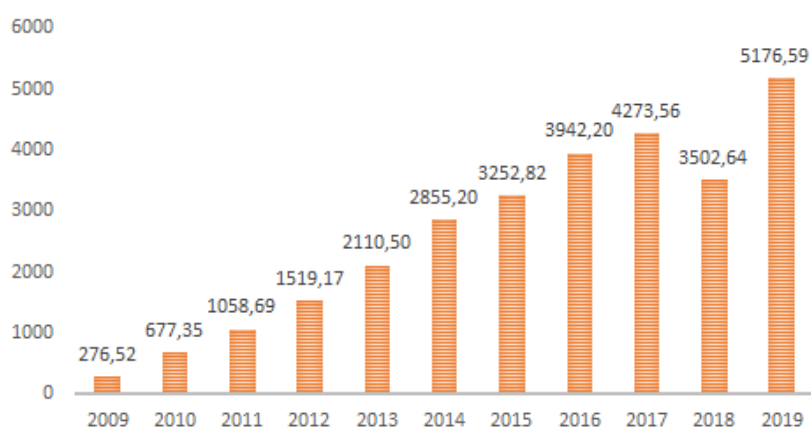
Fonte: elaboração do autor com dados da Secretaria de Agricultura Familiar e Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE

Em setembro de 2010 a Caramuru Alimentos instaurou uma Usina para Produção Industrial de Biodiesel no município de Ipameri em Goiás. A empresa atua na industrialização, processamento e exportação de cereais, na produção de biodiesel, e com forte investimento na logística de movimentação de produtos relacionados à sojicultura. Na ocasião anunciou que incorporaria 668 agricultores familiares, cultivando em uma área total de 44.503 ha. Contudo, em 2015 havia vinte e uma unidades produtivas de agricultura familiar do município que aderiram ao Selo Combustível Social (SCS) e 210 na Região Sudeste de Goiás; em 2016 havia dezoito em Ipameri e 208 na Região (SAF/SEAD, 2017). A Caramuru anunciou em setembro de 2018 planos de investir cerca de R\$ 40 milhões na verticalização da unidade agroindustrial de soja em Ipameri, para ampliar o aproveitamento dos subprodutos do biodiesel para produzir glicerina bidestilada para uso nas indústrias farmacêutica e de cosméticos, almejando mercados interno e externo, como China, México, Alemanha e outros países europeus (EMPREENDEREMGOIÁS, 2018). Em agosto de 2020 assinou um protocolo de intenções com o governo de Goiás para dar início a obras para instalação de uma nova planta agroindustrial e Itumbiara, sul do estado, para processar farelo de soja para

produção de proteína concentrada de soja (JORNALOPÇÃO, 2020). Quanto a estes planos de investimento e da nova unidade, não foram publicitadas informações se serão recursos próprios, captados no mercado financeiro ou financiado com fundos públicos.

A inserção do público classificado como agricultura familiar³ pela Lei 11.326/06, no Programa Nacional para o Uso e Produção de Biodiesel (PNPB), se dá na concessão do referido Selo Combustível Social (Instruções Normativas nº 01 e 02 de 2005) para as empresas que adquirem dos agricultores familiares uma quantidade mínima de matéria-prima de oleaginosas. O Selo beneficia a empresa com preferência na participação dos leilões de compra de biodiesel para o mercado interno brasileiro, melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras entidades financeiras, redução da alíquota de PIS/Pasep e Cofins conforme Lei 11.605/05 (JESUS; SILVA; 2013). Na região Centro-Oeste, o percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar entre o total da matéria-prima, para que a empresa se enquadre no Selo, é de 10%.

Gráfico 04. Evolução do valor de matéria prima adquirida da agricultura familiar nos arranjos do Selo Combustível Social (milhões R\$) – anos de 2009 – 2019



Fonte: Coordenação de Fomento a Energias Renováveis/ MAPA

Atualmente, os critérios e procedimentos relativos à concessão, à manutenção e uso do Selo estão sob parâmetros regulamentados pela Portaria nº60 de setembro de 2012, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No preâmbulo da Instrução Normativa 01, de 19 de fevereiro de 2009, do Selo de Combustível Social, versa-se: “[...] considerando a necessidade de apoio à organização da base produtiva de oleaginosas na agricultura familiar [...]”.

³ Nela o termo aparece como nomenclatura descritiva para delimitação operacional, enquanto enquadramento no recorte legal dos sujeitos de direitos com fins de recorte para linhas específicas de políticas públicas considerando quesitos para portar o documento da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Dentre os pontos importantes do Selo de Combustível Social para elucidar a relação produtivo-comercial e econômico-institucional da produção familiar com as entidades empresariais do ramo agrocombustível, destacam-se:

Art. 4º O custo anual, em reais, de aquisição de matérias-primas da agricultura familiar, fica definido como o somatório dos seguintes itens de custo:

I - valor de aquisição da matéria-prima;

II - valor das despesas com análise de solos de propriedades familiares;

III - valores referentes à doação dos insumos de produção e serviços aos agricultores familiares, desde que não oriundos de recursos públicos [...]

§ 1º Os custos citados neste artigo, que sejam repassados aos agricultores familiares na forma de adiantamento a ser deduzido no momento da venda ou que estejam contemplados nas operações de crédito efetivadas pelo produtor ao amparo do PRONAF ou demais formas de financiamento da produção, não poderão ser incluídos no somatório de custos de aquisições da agricultura familiar.

Art. 10. § 2º As negociações contratuais terão participação e assinatura de pelo menos uma entidade representativa dos agricultores familiares, respeitando a sua área de atuação e abrangência geográfica [...]

§ 3º Os contratos celebrados entre as partes deverão conter minimamente:

d) critério de formação de preço, referencial de preço ou valor de compra da matéria-prima;

e) os critérios de reajustes do preço contratado e de preço mínimo; [...]

g) cláusula de responsabilidade do produtor de biodiesel pela prestação de assistência técnica ao agricultor familiar;

Art. 13. § 1º Nas ações de capacitação técnica deverão ser utilizadas abordagens metodológicas participativas e técnicas vivenciais, que incentivem e facilitem a participação coletiva dos agricultores familiares nos processos de planejamento e execução de atividades, estimulando a organização associativa e cooperativa.

Art. 14. A assistência técnica para a produção de matérias-primas, de responsabilidade do produtor de biodiesel, deverá ser aplicada nas seguintes fases:

I - tomada de decisão e planejamento sobre o plantio; [...]

§ 2º O serviço técnico ofertado pelo produtor de biodiesel deverá buscar a integração aos serviços desenvolvidos pelas organizações prestadoras de assistência técnica e extensão rural na região e/ou comunidade.

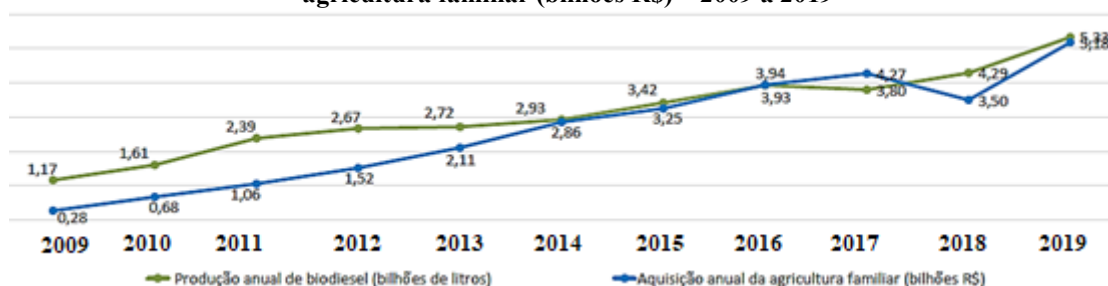
§ 3º A assistência técnica para a produção de biodiesel deverá contemplar e incentivar a participação de toda a família, valorizando o trabalho e o papel das mulheres agricultoras e dos jovens no processo de planejamento, produção e comercialização da matéria-prima.

Estes parâmetros articulam preocupações em conciliar as demandas dos elos e processos de racionalidade empresarial e do circuito comercial do agrocombustível, com os termos agrários que balizam o enquadramento como agricultura familiar pela Lei 11.326/06, e exigências de incremento produtivo em quantidade e escala e preço final. Contudo, aqui se posta o questionamento de o quanto os agricultores, ao participar dos riscos de um sistema eminentemente intensivo e exigente de insumos externos⁴, estão vulneráveis aos riscos da oscilação de preços e participação em prejuízos.

⁴ De acordo com Niederle; Wesz Júnior (2018, p.75), quanto maior a proporção de custos com itens de Consumo Intermediário (que incluem insumos, maquinário, combustível) sobre o Valor Bruto da Produção, maior o grau de dependência dos agricultores em relação a agentes externos.

Os instrumentos conciliatórios estariam em garantias de participação social representativa dos agricultores no processo de pactuação para celebração dos contratos; regulamentação dos encargos por conta dos agricultores e serviços lhes prestados; ponderações acerca da assistência técnica, que em tese, deve se pautar por metodologias participativas e contemplar toda a família enquanto unidade laboral. O quanto estes fatores se compatibilizam mais ou menos “harmonicamente”, as tendências das resultantes das pressões inerentes a cada fator, é algo que suscita a diligência da pesquisa científica.

Gráfico 05. Produção anual de biodiesel (bilhões de litros) x Valor das aquisições da agricultura familiar (bilhões R\$) – 2009 a 2019



Fonte: Coordenação de Fomento a Energias Renováveis/ MAPA

Atendendo a um pleito recorrente das empresas compradoras de Biodiesel (BIODIESELBR, 2010), o governo federal, através da portaria nº 512 de 09/2017, minorou o papel das federações sindicais nas mediações do contrato, especialmente para se garantir o bônus. Além disso, do custo anual aquisição de matérias-primas, incluindo o somatório da assistência técnica prestada (incluída no valor de cálculo do percentual mínimo adquirido de agricultores familiares), computa-se a disponibilização de insumos, de serviços, de máquinas e equipamentos (decrécimo de pelo menos 10% do valor da nota fiscal por ano de uso), bem como o valor de instrumentos contratuais com órgãos oficiais de pesquisa de matérias-primas de biodiesel. Estes cálculos chegam a até a 50% do total dos custos, na região Centro-Oeste (PORTARIA 512, 2017).

Alguns pontos frágeis instantaneamente ocorrem. A lavoura da soja tem sido a única viável para o programa no estado e assim é a tendência no país (SILVA, GRASEL; MERTERNS, 2017). Não se consta nos instrumentos formais a preocupação com o percentual, dentre a área produtiva total da propriedade, a ser cultivado com a cultura contratada. Pode-se estabelecer uma monocultura total de baixa **taxa interna de retorno**⁵

⁵ “Taxa necessária para igualar o valor de um investimento com seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa” (CASAROTTO, 2008, p. 52).

por unidade e elevado **ponto de equilíbrio**⁶. O sistema produtivo-comercial da soja, integralmente monetizado, potencializa endividamento com empenhos de ativos; na atividade agrícola isto, à luz de inerentes incertezas produtivas, mercadológicas e institucionais, reforça riscos de negatar a rentabilidade (HARDAKER et al., 2004).

Também pouco se contempla, acerca das contingências do processo laboral familiar no agroecossistema e na gestão da unidade produtiva - considerando os meios de acompanhamento da assistência técnica -, que se confere a garantia de uma efetiva participação coletiva e a agregação familiar, atentando para o trabalho das mulheres e jovens, conforme preconizado nas normativas. Estes fatores - em conjunto com preocupações quanto aos altos custos de produção, quanto às necessidades de financiamento, de atendimento aos ciclos de demanda de mercado e oscilações de preços, considerando ainda a natureza de retornos constantes a escala⁷ do sistema produtivo-comercial da soja e sua natureza de mercado competitivo -, propiciam cenários de riscos altos para as famílias agricultoras na atividade.

Tabela 06. Volume e Valor de matéria prima adquirida da agricultura familiar no âmbito do Selo Combustível Social (2018)

UF	Matéria Prima	Volume (KG)	Valor (R\$)
AL	Coco	10.848.360	28.118.749,65
	Mamona	3.2062750	9.611.355,15
BA	Óleo de dendê	261.080	728.606,15
	Soja	38.448.234	44.848.284,43
GO	Bovinos	65.747	611.920,12
	Soja	221.560.060	257.571.435,51
MG	Macaúba	6.610	15.493,86
	Soja	3.177.677	13.277.789,43
MS	Soja	123.171.157	138.770.956,08
MT	Soja	38.679.856	39.767.153,18
PA	Dendê	24.830.000	5.509.060,99
	Óleo de frango	3.163.000	7.907.500
PR	Óleo de soja	7.586.379	19.030.902
	Soja	752.662.333	968.660.549,52
RO	Bovinos	2.539.844	21.826.232
	Canola	4.660.000	5.436.822
RS	Sebo bovino	65.863	82.837
	Soja	2.428.486.227	3.255.282.168
SC	Óleo de soja	14.425.740	38.139.935
	Soja	215.979.915	286.125.205
SP	Soja	30.557.823	35.122.923
SE	Coco	1.000	1.440,00
TOTAL GERAL		3.907.383.655	5.176.588.316,99

Fonte: Coordenação de Fomento a Energias Renováveis/ MAPA

⁶ Nível de produção necessário para que a receita obtida com a quantidade produzida e comercializada possibilite quitar custos, mesmo ainda sem lucro.

⁷ Formas de rendimentos de escala nas quais a relação entre custo total médio de longo prazo é constante à medida que a quantidade produtiva aumenta, com o rendimento da quantidade produzida sendo proporcional ao aumento dos fatores de produção (KRUGMAN; WELLS, 2016, p.337).

O sudeste de Goiás contempla também vários destes agricultores que têm aderido à sojicultura independentemente de estarem integrados ao Selo de Combustível Social. Desenham-se instrumentos contratuais de diversos formatos, com empresas atuantes na região como Cargill, Granol, Yara, a própria Caramuru, cooperativas como a COCARI, sediada em Campo Alegre de Goiás e em Silvânia, em parceria com o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural Solidário – Cresol – em Orizona e Silvânia (CULTIVAR, 2017; INSTITUTO BIOSISTEMICO, 2017) com soja certificada pela Associação Internacional de Soja Responsável – RTRS –, comercializando com rede varejista belga etc. Nestes casos, inserem-se no mercado convencional deste sistema produtivo-comercial, a preços de mercado e sujeitos a maiores oscilações e incertezas. Fenômeno que suscita atenção analítica disciplinada.

O instrumento oficial que testifica o enquadramento nos critérios legais para as políticas públicas voltadas à agricultura familiar é a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP. Dentre estas políticas públicas e programas governamentais, cita-se as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Seguro da Agricultura Familiar – SEAF, Programa de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF, Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Cotas em escolas profissionalizantes, Selo Combustível Social do PNPB.

Nos municípios que compõem a região de planejamento do Sudeste Goiano há uma grande amplitude em termos de números de DAPs registradas. Em 2018, o município de Anhanguera registra 03 DAPs ativas – ou seja, não expiradas – sendo o de menor número. Catalão apresentava 925, Ipameri 635. Orizona e Silvânia registraram o maior número de DAPs ativas, 1566 e 951 respectivamente, com Silvânia destacando-se ante a Catalão quando se pesa o contingente demográfico total de cada município.

Tabela 07. Número de DAPs ativas nos municípios da região Sudeste Goiano - 2018

Município	DAPs Ativas 2018
Anhanguera	3
Campo Alegre de Goiás	219
Catalão	925
Corumbáiba	301
Cristianópolis	70
Cumari	78
Davinópolis	229
Gameleira de Goiás	390

Goiandira	184
Ipameri	635
Leopoldo de Bulhões	299
Nova Aurora	163
Orizona	1566
Ouvidor	197
Palmelo	21
Pires do Rio	245
Santa Cruz de Goiás	185
São Miguel do Passa Quatro	351
Silvânia	951
Três Ranchos	146
Urutaí	86
Vianópolis	631

Fonte: Sistema de informações da DAP - SEAD

Segundo dados da Coordenação Nacional de Fomento às Energias Renováveis do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no ano de 2019, agricultores familiares com documento “Declaração de Aptidão ao Pronaf” registrado em 89 municípios forneceram para o PNPB via Selo Combustível Social em Goiás – 14 municípios do Sudeste Goiano. Estes agricultores familiares comercializaram com as empresas um volume de 131.949,762 toneladas de soja, em um valor de R\$156.554.415,79 – respectivamente 1.981,122 toneladas e R\$235.066,00 por agricultor. O Sudeste Goiano representa 22,07% do total de agricultores que forneceram em Goiás, 22% do volume fornecido em peso e 21,8% do valor fornecido.

O município que se destaca nas quantidades total foi o de Vianópolis: 41 agricultores, 7.249,187 toneladas e R\$ 8.492.683,98 – 176,81 toneladas e R\$207.138,00 por agricultor. Há um caso extremo do município de Pires do Rio, no qual apenas um agricultor forneceu, um montante de 308,222 toneladas e R\$357.021,00. Houve também o fornecimento com contratos intermediados por cooperativas de agricultores familiares: cinco no total, sendo 74.124,184 toneladas (56% do montante fornecido diretamente por agricultores familiares) e R\$92.902.586,26 (59% do valor fornecido diretamente por agricultores familiares). A única cooperativa do Sudeste Goiano a efetuar contratos representou 25% de ambos, volume em quilos e valores em reais, em relação ao comercializado diretamente por agricultores familiares na microrregião.

O público o qual é objeto do Selo Combustível Social é caracterizado como “agricultor familiar” pela Lei 11326/06⁸. Este dispositivo considera “agricultor familiar” e “empreendedor familiar rural” os atores sociais que se enquadrem nestes quesitos básicos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Estes parâmetros são especificamente úteis na hora de delimitar o público ante os sujeitos sociais de maior poder econômico do agronegócio. Um exemplo é que na polêmica a respeito das modificações do Código Florestal em 2012, a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária conseguiu emplacar medidas de drástico abrandamento de regulamentações ambientais para unidades produtivas com menos de quatro módulos fiscais, porém se recusando a incluir os demais critérios da Lei 11.326/06 que caracterizam o agricultor familiar. Tal medida tem o potencial de permitir o desmembramento cartorial de grandes propriedades para usufruírem das flexibilizações, sendo que nos demais critérios não se encaixariam.

Não obstante, a realidade camponesa brasileira é sobremaneira mais multiforme e complexa do que se permite abrigar pela consideração e critérios do artigo da Lei. Considerando públicos diversos como pescadores e aquicultores tradicionais, silvícolas, agroextrativistas etc., talvez até mesmo o conceito de campesinato seja pouco para caracterizar tamanho polimorfismo de modos de vida e culturas do campo (MAZZETTO, 2007; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Há um amplo debate na literatura sobre a pertinência dos conceitos. Alguns autores apresentam maiores reservas ao termo “agricultura familiar” (FERNANDES, 2003) por considerarem-no com menor incorporação da perspectiva de transformação sociopolítica; outros (SCHNEIDER, 2010) consideram que agricultura familiar abriga, sobretudo, novas adaptações aos contextos

⁸ O Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021, regulamentando a Lei, instituiu a figura da Unidade Familiar de Produção Agrária – UFPA, estabelecendo sua identificação por meio do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF. Estabelece que até seja concluída a implementação do CAF, a Declaração de Aptidão ao Pronaf permanece como instrumento de identificação e de qualificação da UFPA, dos empreendimentos familiares rurais e das formas associativas de organização da agricultura familiar, devendo depois ser substituída.

econômicos contemporâneos. Há também a discussão que defende a pertinência dos dois termos como trazendo enfoques que contemplam as especificidades e demandas dos segmentos (MARQUES, 2008; WANDERLEY, 2003).

Para Veiga (2012, p. 205-207), o que marcaria a grande diferença era que agricultores familiares estariam mais integrados aos mercados, que no contexto dos camponeses estariam sob maior limitação. As condições diferenciais de exposição dar-se-iam, principalmente, no âmbito do acesso ao crédito (o mercado de crédito mais estruturado no caso dos agricultores familiares), mercado de insumos e produtos, mercado de terras, informações sobre novidades tecnológicas. Contudo, careceu ponderar cenários de oferta de crédito público, que estaria em tese disponibilizado aos camponeses. Também em dadas circunstâncias, como projetos de colônias agrícolas de irrigação, camponeses encontram-se expostos a mercados de insumos e produtos. Necessita-se, igualmente, de um balanço mais amplo de estudos empíricos sobre localidades onde camponeses inserem-se em circunstâncias de relativamente baixas limitações institucionais à compra, venda e/ou arrendamento de terras.

O desenvolvimento do enquadramento legal da categoria “agricultor familiar” se deu no bojo da discussão sobre linhas de crédito subsidiadas específicas para segmentos do campo e não aplicáveis a outros (por exemplo, outros de maiores dotações econômicas). Ploeg (2006) engendra reflexões que potencialmente coadunam-se com o recorte do quadro dos agricultores no âmbito da Lei 11.326/06 focados no presente problema de pesquisa. O autor (PLOEG, 2006, p.14) considera que “a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura”, sobretudo no que deriva de considerar a permanência e resistência camponesa. Também se faz oportuna a perspectiva de que se pode situar diferenças nas “formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas” (PLOEG, 2006, p. 14). Contudo, acompanhando Souza (2016), chama-se aqui a atenção para o cuidado em evitar clivagens absolutas onde as manifestações na estrutura social seriam melhores representadas como escalas fluidas, em que preponderar-se-ia o mais “expressivamente camponês” e o mais “expressivamente empresarial”.

Helfand, Moreira e Bresnayan Júnior (2014, p. 280-281) pontuam que tanto no Brasil como em muitas regiões do mundo, mesmo em situações de se obter mais da metade de sua renda fora do estabelecimento, estes, quando são operados pelos próprios proprietários, seriam identificados como de caráter “familiar”, enquanto a lei brasileira lhes classifica como “não familiares”. Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2014, p. 31-

32), com base na análise do Censo de 2006, apontaram que, em média, 75% da força de trabalho na agricultura brasileira era constituída pelo próprio produtor e família, ainda que haja um nível significativo de membros familiares com atividades remuneradas fora do estabelecimento: 15% nos estabelecimentos de assentados, 23% nos estabelecimentos familiares que possuem mão-de-obra contratada (em quantidade igual ou menor que a familiar) e próximo a 45% nos classificados como não familiares.

O Censo Agropecuário de 2017 do IBGE apresenta um ligeiro declínio da representatividade dos estabelecimentos agropecuários classificados como “familiares” no total dos estabelecimentos agropecuários no estado de Goiás, em comparação aos números do Censo de 2006. Entretanto, em termos absolutos, o número de estabelecimentos, de área dos estabelecimentos e de pessoal ocupado aumentou. Del Grossi (2019) assinala que, embora o Censo de 2017 apresente que a agricultura familiar responda por 23% do valor bruto da produção (VBP) dos estabelecimentos agropecuários, ponderando pela área a magnitude se equipara. A agricultura familiar atingia em média o valor de R\$132,00 em 100 há enquanto a classificada por não familiar atingia R\$133,00. Mas os agricultores familiares classificados então no “Grupo V”, com renda bruta anual entre R\$20 mil e R\$360 mil, chegavam a um VBP de R\$196,00/100 há; os de “Grupo B”, com VBP abaixo de R\$20mil, atingiam R\$31,00.

Tabela 08. Comparação da representatividade da agricultura familiar em Goiás nos Censos do IBGE

Censo Agropecuário	2006	2017
Estabelecimentos familiares	87.292	95.684
Participação no total de estabelecimentos	64,3%	62,9%
Área dos estabelecimentos (hectares)	3,4 milhões	3,6 milhões
Participação na área total dos estabelecimentos	12,9%	13,8%
Pessoal ocupado	213.070	229.990
Participação no total de ocupados na agropecuária	51%	46,9%
Estabelecimentos familiares com terras próprias	84,2%	80,9%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Tacitamente, o próprio instrumento legal acaba por reconhecer que o termo “agricultura familiar” não dá conta de contemplar a complexidade e multiformidade dos atores da realidade agrária, ao ampliar o enquadramento de “beneficiários” de políticas públicas com recorte de público dado pela Lei. No parágrafo 20, se diz:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 há (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

Todavia, especificamente na ação do Selo Social do PNPB, bem como por outros agricultores familiares e/ou camponeses que aderem ao sistema produtivo-comercial da sojicultura, por natureza trata-se de uma integração mais restritiva para os participantes em relação à própria abrangência da caracterização de “agricultor familiar” segundo a Lei. Pois este arranjo contempla unidades produtivas com conformação espacial (e respectivos instrumentos jurídicos de caráter fundiário) propícia ao cultivo de oleaginosas em escala e regularidade mínima para o fornecimento dos produtos, seja para matéria-prima do agrocombustível ou como *commodity*.

Decorre que, naturalmente, um recorte deveras limitado das populações do campo se insere neste sistema, onde é possível considerar como delineamento básico os que atendem aos critérios do caput do artigo 20 da Lei. Alguns autores, críticos ao que veem como danosa relação de subordinação que se afiguraria, aplicam um motejo à mesma caracterizando-a como “agronegocinho” (OLIVEIRA, 2007).

Operacionalmente, propõe-se como os principais sujeitos sociais pesquisados neste estudo, agricultores/agricultoras portadores/as da referida DAP, enquadrando-se assim para o acesso às políticas públicas que têm como exigência o atendimento aos critérios normativos. Caracterização que oportuniza também a busca por parte de empresas compradoras de matéria-prima interessadas em dados nichos.

No título da pesquisa emprega-se o termo “alomorfia”, que se refere a uma variação ou passagem de uma forma a outra sem mudar a função ou significado; “metamorfose”, que se refere a uma mudança estrutural na natureza de um ser. Levanta-se uma centralidade para averiguar se, nas unidades produtivas⁹ dos agricultores, na incorporação no sistema produtivo-comercial da soja - impulsionada ou não pela Política Pública -, esteja se estabelecendo um transcurso socioespacial de transformação neste

⁹ Compreende-se aqui como “unidade produtiva” a abrangência da área destinada à produção econômica e aos ativos de capital que a unidade doméstica (seja um indivíduo ou um conjunto de pessoas sob convivência doméstica, com laços de parentesco ou não) explora, o que inclui as áreas arrendadas.

segmento, com pressões no sentido de, mais do que configurar uma agricultura familiar de expressão mais empresarial, configurar uma agricultura de expressão mais empresarial em propriedades de escala familiar. E se esse processo tende ou não para um aumento da vulnerabilização¹⁰ das famílias no médio/longo prazo.

Muito mais do que uma comercialização de produtos dificilmente armazenáveis em mercados locais, para aferir receitas de itens de necessidade premente, neste caso a integralidade da unidade produtiva conformar-se-ia à lógica de um mercado mais vasto. Constituir-se-ia um modelo análogo à empresa familiar como caracterizada por alguns trabalhos especializados (GRZYBOVSKI; TEDESCO, 1998; RICCA NETO, 1998), especialmente a “empresa familiar tradicional” (LETHBRIDGE, 1997, p. 7)? Converter-se-iam a formas de micro/pequenas empresas familiares agrícolas?

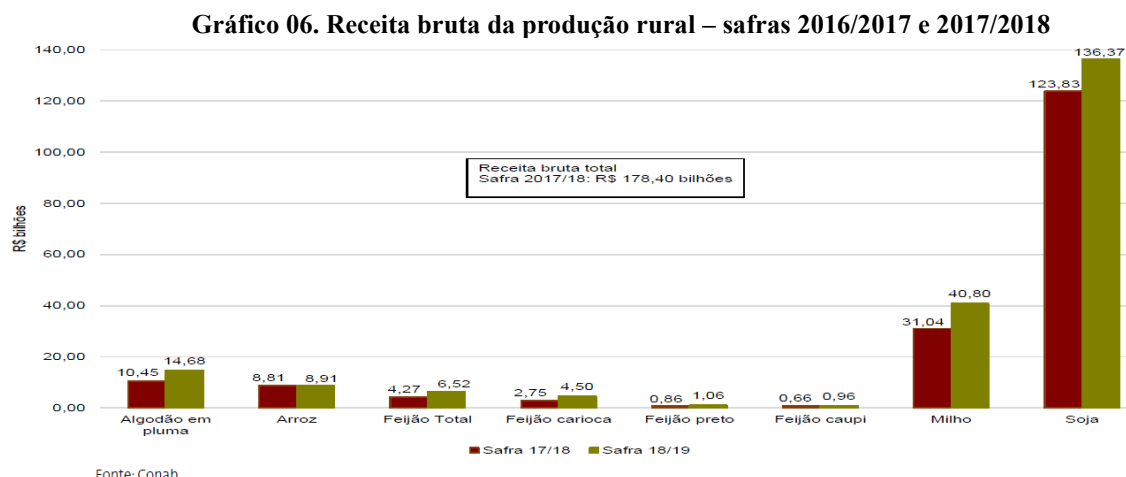
Souza Filho *et al.* (2004, p. 5) consideram que em muitos casos “a inserção e maior especialização têm representado a possibilidade de elevar o nível de renda e de capitalização das unidades, e de evitar o empobrecimento e crise que tem marcado o setor”. Contudo, não apresentam e explicam as características deste empobrecimento e crise da agricultura familiar no período ao qual se referem. A objetividade fica comprometida quando antes os autores discorrem que os casos contrários, em que debilitam-se unidades produtivas, poderiam “se manter, por mais algum tempo, no marasmo da semisubsistência”. Ao não considerarem as gradações de cenários alternativos e o caráter relativo e multidimensional da pobreza, deixam pouco rigor para a invectiva que fazem¹¹.

Alguns trabalhos sugerem fortemente a insustentabilidade econômica do sistema produtivo de sojicultura em pequena escala de produção familiar (BATAIELO, 2006; FENNER, 2006; NUNES, 2000), principalmente devido a fatores de deseconomias de escala (ZANON *et al.*, 2010), acentuado pelo baixo grau de monitoramento de custos econômicos, que além dos gastos contábeis incluem a depreciação, custo de oportunidade da terra, do capital, trabalho. Segundo pesquisa de Wesz Júnior e Bueno (2018, p.2), entre os “principais fatores de maior influência para produção de soja nos pequenos estratos de área” estão a “facilidade de comercialização da produção e a existência de crédito rural

¹⁰ “La vulnerabilidad se entiende como un desajuste entre los activos y la estructura de oportunidades, que surge de la capacidad de los actores sociales para aprovechar las oportunidades en otras esferas socioeconómicas y mejorar su situación, evitando el deterioro en tres campos principales: recursos personales, recursos de derechos y recursos en relaciones sociales” (KATZMAN, 2005).

¹¹ Para mais a respeito, conferir a discussão em CRESPO; GUROVITZ, 2002.

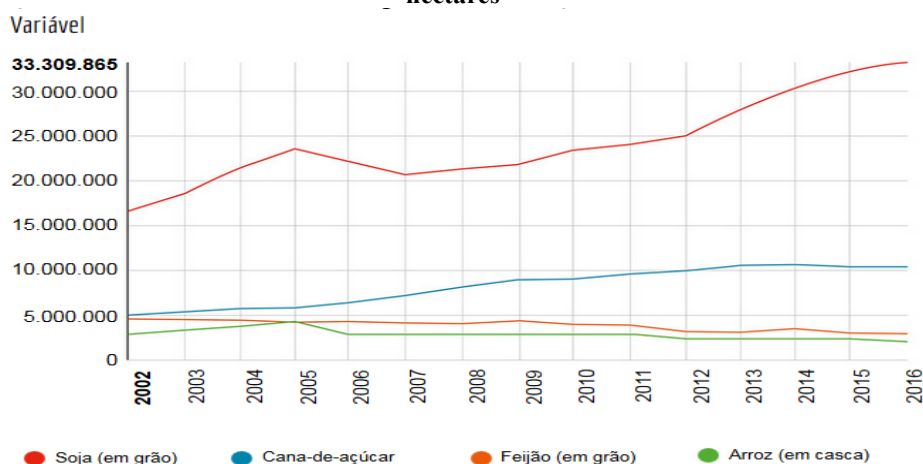
para o custeio da produção”. De fato, dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - (gráfico 1) sobre receitas brutas de alguns produtos agrícolas selecionados nas safras 2016-2017 e 2017-2018 mostram que os valores para a soja estão em um patamar muito acima do milho, incomparável com o do algodão, arroz e feijão, o que tende sem dúvida a aumentar a atratividade para a cultura.



Fonte: CO/NAB, 2018

Quanto a produção bruta em toneladas, de 2002 a 2016 o Brasil incrementou 1,7% na produção de arroz (diminuindo em 36,8% em área plantada), diminuiu 14,64% a produção de feijão (diminuindo 31,82% em área plantada), aumentou em 110,95% a produção de cana-de-açúcar (crescendo 96,77% em área plantada) e 128,7% a produção de soja (crescendo 102,8% em área plantada).

Gráfico 07. Área plantada ou destinada à colheita (arroz, feijão, cana-de-açúcar, soja) em hectares



O Censo Agropecuário do IBGE de 2017 apresentou um crescimento na área cultivada de soja, em hectares, de 70,38% em relação aos dados do Censo de 2006. Os dados para a produção em toneladas apontam crescimento de 124,56% (IBGE, 2017).

Levantamento comparativo da CONAB (2017) para o período entre janeiro e julho de 2016 e 2017, destacou o crescimento na utilização do PRONAF para a cultura da soja (66,80%), praticamente empatada com o feijão (67,09%) e muito acima do arroz (52%). O programa de crédito para o público agricultura familiar representou 11,40% do volume de crédito total acessado para a soja em 2013, 10,74% em 2014, 12,52% em 2015, 11,82% em 2016 e 11,68% em 2017. O volume acessado na safra 2017 foi 75,2% maior do que na de 2013 (CONAB 2018).

A inserção nas estruturas da produção e comercialização da soja pode apresentar tendências em termos de especialização, intensificação e extensão ocupada na unidade produtiva que sacrificam a diversidade e a produção para autoprovisão. Consideráveis graus de abstenção da produção para a autoprovisão podem ter implicações não apenas em termos de segurança alimentar (MENASCHE, MARQUES e ZANETTI, 2008; GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010) para a família, mas também de identidade social e sociabilidade (BRANDÃO, 1981; MENASCHE, MARQUES e ZANETTI, 2008; GRISA e SCHNEIDER, 2008) e quanto à seguridade econômica ante às flutuações de rendimentos e sazonalidades (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; LEITE, 2004; GARCIA JR.; HEREDIA, 2009).

Sob o conjunto de preocupações apontadas, delineia-se o problema de pesquisa. Atenta-se para as relações com os demais atores do agronegócio, sob o prisma da dialética no conjunto de influências que os atores exercem mutuamente nos sistemas em seus espaços. Também para as ações e políticas proativas do Estado, fomentando, arquitetando (institucionalmente, infraestruturalmente, estruturando mercados, suscitando a demanda), assumindo riscos ou externalidades, amparando instalações iniciais. É possível uma inclusão sustentada desse perfil de agricultores, em larga escala de contingente?

Prolegômenos: o arcabouço e percurso para a abordagem analítica.

_O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?
 “Isso depende muito de para onde você quer ir”, respondeu o Gato.
 _Não me importo muito para onde, retrucou Alice.
 “Então não importa o caminho que você escolha”, disse o Gato.
 _Contanto que dê em algum lugar, Alice completou.
 “Oh, você pode ter certeza de que vai chegar se caminhar bastante”.
 (Alice no País das Maravilhas)

Este primeiro capítulo vai mais além do que seria um capítulo introdutório. Se traçará os pontos de partida para proceder ao estudo e os princípios que lhe estruturarão. Pois se já se disse que quando não se sabe para onde se quer ir, qualquer caminho serve, pode-se emendar que, quando qualquer caminho serve, não se sabe para onde quer ir.

Sob este auspício, delinearei alguns dos esquemas intelectuais que facultarão a abordagem. Como é possível pensar e dizer sobre os fenômenos estudados, como procurar arguir, justificadamente, seguindo as evidências até onde levarem? Não obstante, fazem-se pertinentes as palavras de um filósofo: “A preocupação com método é como limpar sua garganta [durante um discurso]: pode ir-se só até o ponto a partir do qual você perde sua audiência” (STOUT, 2001, p. 162. Tradução nossa).¹²

Não se cogita a pretensão de dar a palavra definitiva sobre o debate envolvendo filosofia da ciência, acerca dos quadros de referência e das controvérsias quanto às categorias. No entanto, apresentarei como tais questões são articuladas com as preocupações da tese e o papel delas no labor da pesquisa diante dos objetivos propostos.

Os processos envolvidos na – e desencadeados pela – participação dos agricultores familiares no sistema produtivo-comercial da soja não se dão numa vacuidade, nem em um domínio abstrato somente. Materializam-se no tempo e espaço, urdidos em instituições. Tampouco sua apreensão se faz em um mundo gnosiológico independente dos sujeitos do conhecimento. Ao pretender submetê-los a um tratamento geográfico, inelutavelmente recai-se no debate instigado por Sposito (2003, p. 24-25) de que

o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação.

Com o presente estudo viso contribuir com novas perspectivas e nuances na abordagem do conjunto de questões. Devido à ainda incipiente presença da discussão do Realismo Crítico na geografia brasileira, cumpre esboçar contornos e princípios desta perspectiva mais trabalhados para a tarefa de investigar o problema proposto e a diligência suscitada pelo objetivo. Outrossim, interligando com a forma em que ele estará contido no tratamento analítico das informações. O Realismo Crítico é uma filosofia da ciência e um quadro de referência¹³ que instrui o tratamento dos dados e reflexões sobre os objetos

¹² “Preoccupation with method is like clearing your throat it can go on for only so long before you lose your audience” (STOUT, 2001, p. 162).

¹³ Nos termos de “quadros de referência” apresentados por Gil (2019, p.18) - mais amplos do que teorias, “já que podem subordinar outras teorias e sugerir normas de procedimento científico”. De exemplos o autor apresenta o funcionalismo, o estruturalismo, “compreensão”, o materialismo histórico, o interacionismo simbólico, a etnometodologia.

de estudo, articulando o aparato metódico. Justifica-se assim como proêmio aos procedimentos da pesquisa.

1.2 Realismo Crítico: prelúdio em Si menor

Em primeiro momento serão apresentadas as mais relevantes categorias e noções que o Realismo Crítico traz para a discussão proposta. O que inclui o arcabouço conceitual, a polêmica em que se insere no campo epistêmico e as possibilidades que abre para situar as questões levantadas - como também suas contribuições para o prisma que proporciona ambientar estas questões. Busca-se um quadro de procedimento teórico-metodológico e de fundamentos da pesquisa apropriado para propiciar um profícuo e consistente estudo do problema levantado e para traçar e alcançar objetivos possíveis.

Nas Festas do Divino costuma-se pedir licença aos donos da casa para entrar com a bandeira. Os foliões apresentam-se e contam a que vieram e o que estão trazendo. Intrusos não profanam as acomodações da casa atrevidamente. Peço aqui licença para passar por cômodos das casas intelectuais do público leitor. Como o Realismo Crítico será considerável suporte para a tarefa analítica, apresentarei e contarei a que veio.

Sabe-se da tradicional tensão existente em termos do que seria a “filosofia anglófona” para com a “filosofia continental”. Nesta querela, a filosofia britânica marcou-se proeminentemente sob a sombra do legado de David Hume e passou a ter acentuados traços, inclusive semióticos, do empirismo lógico (PATOMAKI; WIGHT, 2000, p.218-228). Para o campo mais extenso do pensamento, fortes traços dessas concepções influenciaram a ideia de que o olhar do cientista se volta para detectar padrões de regularidades na natureza, para identificar se há um encadeamento generalizável destas regularidades e então apreender as “leis”. Isto posto, procedendo com abstrações baseadas nestas regularidades para fazer previsões. Tendo isso em vista, foi no núcleo destas convenções estabelecidas que Roy Bhaskar, então com 31 anos, filho de pai indiano e mãe inglesa, “meteu a mão na cumbuca” com uma tese de doutorado contestadora.

O autor provocou uma discussão a respeito das condições de inteligibilidade que a realidade deveria ter em coerência com a prática científica. Sua obra “*A Realist Theory of Science*” (BHASKAR, 1975; 2013) questionou as premissas hipotético-dedutivas acerca da causalidade em ciências como física, a biologia etc., reconhecendo que as profícuas conquistas de acúmulo de conhecimento destas ciências não derivam só de se reter modelar resultados de medições experimentais, mas de interagir com a realidade

ontológica. Isso por sua vez traria implicações sobre a natureza da causalidade. Hoje, por exemplo, no estado da arte da física e da cosmologia tem-se assentido que o universo é orquestrado por forças fundamentais comunicadas por relações de partículas, os bósons, relações que geram campos como o eletromagnético (transmitida pelas partículas fotônicas), força nuclear forte (glúons), força nuclear fraca (bósons W e Z) e muito possivelmente a própria gravidade (as hipotéticas partículas grávitons). As “leis” não seriam descrições de encadeamentos regulares intrínsecos, mas poderes causais advindos de condições estruturais. As regularidades estatísticas possuem um limitado poder de explicação causal.

O mundo consiste em coisas, não eventos. Muitas coisas são objetos complexos, em virtude do que possuem um conjunto de tendências, atributos e poderes. É por referência ao exercício de suas tendências, atributos e poderes que os fenômenos do mundo são explicados (BHASKAR, 2013, p.41. Tradução nossa)¹⁴.

O aparato do Realismo Crítico questiona a perspectiva positivista e empirista lógica que encara a realidade como consistindo em sucessão de eventos e estados. Faz distinção ontológica entre padrões constantes de eventos e mecanismos causais.

Tendo emergido em contraposição ao positivismo e ao empirismo lógico, o Realismo Crítico possui proximidades maiores com alguns princípios metódicos abraçados por correntes como a Geografia Crítica, embora também com diferenças significativas. Em relação ao materialismo histórico-dialético, o Realismo Crítico enfatiza tanto uma dimensão vertical na busca da compreensão, referente a busca de mecanismos geradores para explicar resultados causais, quanto a uma dimensão horizontal de causas antecedentes operando sobre estruturas. A compreensão do sistema causal, no Realismo Crítico, de acordo com sua ontologia estratificada (da qual logo falarei), se debruça sobre emergências “multinível” das forças causais despertando a atenção para um esforço de explicação “multideterminado” – seja vertical, seja horizontalmente - dos fenômenos (WESTRA, 2019). Há uma maior abertura também para admitir que para causas de fenômenos possam participar também fatores não materiais, como os mentais. Sob um entendimento de que estes, ainda que condicionados por processos físicos, não são totalmente redutíveis a eles e podem incidir sobre o meio físico.

A perspectiva do Realismo Crítico seria tributária da tradição da discussão kantiana, contudo se diferencia fundamentalmente do idealismo transcendental pela

¹⁴ The world consists of things, not events. Most things are complex objects, in virtue of which they possess an ensemble of tendencies, liabilities and powers. It is by reference to the exercise of their tendencies, liabilities and powers that the phenomena of the world are explained (BHASKAR, 2013, p.41).

virada na primazia do epistemológico sobre o ontológico. O idealismo transcendental considera que a realidade depende, *prima facie*, da epistemologia. Nas estruturas perceptivas do sujeito estaria o fundamento primeiro da realidade. O Realismo Transcendental considera que o fundamento primeiro estaria na ontologia, partindo da ontologia para a epistemologia. O aparato epistemológico se reporta às coisas e relações do Real, não o contrário.

O que leva a realçar a demarcação fundamental do Realismo Transcendental e, por conseguinte, do Realismo Crítico, para com o positivismo. Nos termos gerais do positivismo, as teorias se constituiriam de – e se limitariam em ser – um aparato instrumental suficiente para prever fenômenos correlacionados com o que se pode observar sob controle técnico e expressando com uma linguagem o mais consistente. A apresentação dos níveis estratificados da realidade e a distinção entre os domínios “transitivo” e “intransitivo” habilita a alegar que se pode acessar a realidade em escalas de verossimilhança, fazendo descobertas a respeito dela, não apenas descobrindo formas mais consistentes de descrição – mesmo que persistam escalas não apreendidas ou apreendidas imperfeitamente.

Uma caixa preta é entregue ao Escritório Meteorológico com a instrução 'Informe o tempo de hoje pela abertura A e, pela abertura B, sairá a previsão do tempo para uma quinzena'. Olhe e contemple, funciona! A tarefa pragmática dos meteorologistas é perfeitamente (se bem que misteriosamente) executada. Você acha que eles iriam para casa? Nada disso! Eles desmontariam a caixa para descobrir como ela modelou a grande máquina térmica dos mares da Terra e da atmosfera de forma tão precis. Como cientistas, eles sabem que essa previsão, embora perfeita, não é suficiente. Querem *entender* a natureza dos sistemas meteorológicos (POLKINGHORNE, 2001, p.28. Grifo do autor).

Também a demarcação do Realismo Crítico diante do quadro de referência do Estruturalismo pode ser ilustrada figuradamente retomando a clássica discussão sobre o “dom” em Maus, emblematicamente a desenvolvida por Levi-Strauss (2013). Mauss arguia que o dom suscitava uma relação de reconhecimento e uma obrigação implícita de retribuição, através de uma conexão gerada por causa de que, no dom, o que era doado estava investido de um tipo de essência do doador. Quem aceitava, aceitava parte da substância do doador, aquilo que era doado e aceito possuía um poder inerente que ativava forças sociais de códigos de honra e aliança. Levi-Strauss alegou que especulações a respeito das propriedades do dom eram dispensáveis, pois, as relações dar-receber-retribuir estabeleciam uma estrutura. A estrutura, que estaria marcada universalmente na psiquê humana, estabelecia o sistema de troca que explicava a necessidade de retribuição.

Mesmo não sendo necessário se tomar uma posição quanto ao que especificamente estaria presente nas propriedades do dom, a visão realista crítica advoga que as dinâmicas estruturais são meios em que poderes causais se ativam. Não é a estrutura em si que estaria *prima facie* na análise, mas as propriedades substanciais e, a partir daí, o processo emergente de formação da estrutura.

Sua concepção articula categorias com as quais se debruça, que levam a um contraste com algumas abordagens quantitativistas: “**Estruturas**”, constituintes dos sistemas e situações, que engendram “**poderes causais**” dos quais decorrem possibilidades e capacidades. Estas categorias, por sua vez, fariam parte da categoria do Real. A forma de manifestação dos “poderes causais” dá-se através dos “**mecanismos**”, que viabilizam assim o modo de funcionamento estrutural. O nível dos “acontecimentos” manifesta-se como resultado dos efeitos de um mecanismo ou interação de mais de um mecanismo de naturezas distintas, naturezas essas que constituiriam a categoria “**tendências**”. A “**tendência**” é o modo de atuação do mecanismo. Os fenômenos ocorrem como resultado de tendências diferentes, ou o saldo de “tendências” e “contratendências”.

Essas quatro categorias (estruturas, poderes causais, mecanismos e tendências) constituem-se no domínio do “**Real**”. Quando o Real se processa no curso dos acontecimentos ou institui um estado de coisas, emana-se a categoria do “**Efetivo**” (*Actual*, em inglês; optei por esta tradução por ter uma relação adequada com o “Real”, ante a tautologia incongruente em traduzir como “realizado” e a distorção de sentido que seria como “verdadeiro” ou “factual”). O “Real”, no qual se estabelece a existência, nem sempre se “efetiva”, a depender do resultado da “interatuação” das tendências e dos mecanismos, estando assim em potencialidade; uma tendência pode frear outra. Os domínios do “Real” e do “Efetivo” são níveis ontológicos. Nossas formas e instrumentos para captar as experiências e as impressões decorrentes e/ou representáveis manifestam-se na categoria do “**Empírico**”, sendo este um nível “epistemológico”. Em sistemas abertos a “ativação” de mecanismos é dependente de contextos. O “Efetivo” decorre da “ativação” dos poderes causais.

Quadro 01. Ontologia estratificada de acordo com realismo crítico

	Domínio do Real	Domínio do Efetivo	Domínio do Empírico
Mecanismos	✓		
Eventos	✓	✓	
Experiências	✓	✓	✓

Fonte: BHASKAR, 2014

Sayer (2000, p. 12) ilustra, com o exemplo da distinção marxista entre “trabalho” e “força de trabalho”, que a “capacidade de trabalhar” e as estruturas físicas e mentais derivadas pertenceriam equivalentemente ao domínio do “Real”. Ao passo que o exercício do poder do trabalho e seus efeitos pertenceriam ao domínio do “Efetivo”.

Em várias metanarrativas tradicionais do iluminismo postulavam-se variantes de perspectivas epistemológicas fundacionistas¹⁵. A partir delas, no caso das ciências humanas, versava-se sobre o que seria o centro da vida social e base interpretativa dos fenômenos sociais. Em contraste, reações pós-modernas e/ou pós-estruturalistas advogam perspectivas multicêntricas ou a-cêntricas, com uma visão relativista e coerentista¹⁶.

O Realismo Crítico responde que um fenômeno pode ser resultado de ação de mais de um poder causal, por vezes contraditórios; por sua vez, um poder causal pode interagir com tendências diferentes levando a fenômenos variados. Sustenta-se uma cuidadosa interpretação pluralista sem coibir uma possível referência a uma prioridade causal, dado que algumas estruturas são mais importantes do que outras em moldar resultados particulares. O que é mais central ou importante vai depender de quais objetos está se tentando explicar (SAYER, 2000, p. 72-73).

Danermark *et al.* (2002, p. 46-47) destaca que, em relação à análise de estruturas através dos fenômenos sociais, elas não estão referidas apenas às macro-condições, mas aos vários níveis, desde organizacionais até estruturas internas de grupos e entes. A estruturas referem-se à composição dos objetos estudados (seres, relações, processos etc.) que lhes faz serem o que são e não outra coisa. No interesse de deslindar estruturas dos objetos de análise, há perguntas básicas que devem ser feitas, quanto ao que se pressupõe sobre a existência dos entes na forma em que estão se manifestando: sobre o que deve estar presente para se manifestarem nestas formas; sobre formas alternativas de existência possíveis e diferenças dos fatores causais para as diferentes formas; e sobre o que não pode ser removido sem fazer com que o objeto analisado deixe de existir na respectiva forma.

Retoma-se aqui a preocupação da pesquisa em analisar forças do campo estatal e forças do campo do agronegócio agindo para incorporar agricultores familiares ao sistema produtivo da soja através de incentivos, de persuasões, de restrições estruturais de opções. Examinarei as atitudes de agricultores familiares em aderir ao sistema, incluindo

¹⁵ Que advoga por crenças indefectíveis fundamentais como justificativas para o conhecimento.

¹⁶ Teoria epistemológica na qual, basicamente, o teste de verdade para proposições é a coerência interna com um conjunto concernente de crenças justificáveis. Ver Rescher (1973).

motivações envolvendo anelos, envolvendo ambições, envolvendo opções entre alternativas dentro de dado conjunto de circunstâncias e forças de apelos. Busca-se encadear estas questões diante de uma articulação congruente de processos estruturais.

Yeung (1997) discute alguns princípios analíticos úteis para o método de abstração realista para considerar um mecanismo causal:

Um realista, portanto, inicia um problema empírico e prossegue abstraindo a relação necessária entre o fenômeno concreto e as estruturas causais mais profundas para formar mecanismos gerativos. À medida que mais evidências empíricas são coletadas, um realista pode revisar ou reafirmar sua abstração para que o processo de iteração continue até que nenhuma outra evidência contraditória seja obtida e os supostos mecanismos geradores sejam robustos e poderosos o suficiente para explicar o fenômeno concreto (YEUNG, 1997, p.58. Tradução nossa)¹⁷.

A busca de “leis” consideradas como padrões de regularidades universais, no que se baseia a visão positivista, enfrenta problemas quando lida com ambientes que não sejam controlados ou com simulações. Em sistemas abertos, estes tipos de regularidades dependem da integração de seus elementos no espaço-tempo (que não são causalmente indiferentes entre si). De acordo com Sayer (2010, p. 149-151), as regularidades podem ser transitórias e são espacialmente circunscritas. Ele alerta ainda: “Mas quanto menos as explicações de eventos efetivos levam em conta as contingências de forma espacial, menos concretas elas podem afirmar ser” (SAYER, 2010, p. 151. Tradução nossa)¹⁸.

Autores na perspectiva do Realismo Crítico expressaram o conceito gerativo de “causação relativa a sistemas abertos”, nos quais os mecanismos geradores de poderes causais não estão isolados. Quando acionados, eles operam em conjunto com outros mecanismos geradores, produzindo um resultado complexo, codeterminado pelas interações (COLLIER, 1994, p. 62).

1.2.1 Implicações epistemológicas e metodológicas para os prognósticos da pesquisa

_ Olha só, cara, seja realista. Você acha mesmo que isto é possível?
 “Tenho boas razões para acreditar que pode dar certo”.
 _ Factíveis? Você averiguou?
 “Posso convencê-lo de que faz sentido”.

(Conversa ouvida de dois transeuntes numa sala de espera).

¹⁷ “A realist thus start an empirical problem and proceeds to abstract the necessary relation between the concrete phenomenon and deeper causal structures to form generative mechanisms. As more empirical evidence is collected, a realist may revise or reaffirm his or her abstraction so that the process of iteration continues until no further contradictory evidence is obtained and the alleged generative mechanisms are robust and powerful enough to explain the concrete phenomenon” (YEUNG, 1997, p.58).

¹⁸ “But the less explanations of actual events take account of the contingencies of spatial form, the less concrete they can claim to be” (SAYER, 2010, p.151)

Presentemente esta introdução visa também suscitar a diligência que decorre do debate intelectual: ampliar os horizontes acadêmicos e propiciar novas formulações e abordagens, trazendo novas possibilidades de respostas a questões permanentes, colaborando com a fecundidade inesgotável do empreendimento científico. Dentro deste, em particular, com as possibilidades de produção de conhecimento geográfico.

Sob a ótica do arcabouço do Realismo Crítico, está-se habilitado a considerar que sujeitos sociais e que instituições e mecanismos das estruturas, a partir de propriedades emergentes, têm o potencial para transformar o espaço e no espaço transformado se transforma os sujeitos, as instituições e as estruturas (SAYER, 2010, p. 80-158). Acompanhando a compreensão em termos de poderes causais dos mecanismos de funcionamento das estruturas (SAYER, 2000, p. 18; BHASKAR, 2010, p. 85-87; FAIRCLOUGH, JESSOP; SAYER, 2016), as razões dos sujeitos podem se constituir explicações causais na medida em que suscitam as ações e pensamentos diferentes, que geram efeitos detectáveis e fenômenos. No entanto Putnam (2008, p. 117), defendendo a importância da preocupação acerca do grau relativo de autonomia das decisões de um agente, advertiu que mesmo sob a visão de que as razões sejam “(espécies de) causas, ninguém supõe que **todas** as causas de nossas decisões são razões” (grifo do autor). Implica à geografia que ela também, como pontuado por Moreira (1978), “serve para desvendar máscaras sociais”.

Emergem fecundos pontos de interface e diálogo produtivo com a abordagem dialética, tal como discutida por Lefebvre (1983, p. 184, grifo do autor), posto ressaltar que “conhecer um objeto ou fenômeno é justamente não o considerar como sendo isolado”, mas sendo “investigar suas *relações*, suas *causas*”. Com a ciência descortinando as coisas como não sendo apenas “separadas e distintas, *'partes extra partes'*”, porém “ligadas através de *relações reais*” (LEFEBVRE, 1983, p. 184, grifo do autor). Entretanto, faz-se mister respeitar as diferenças de categorias, não mesclar conceitos de sentidos diferentes e evitar o confundir-se entre os tratamentos dos objetos, para não se incorrer no ecletismo imponderado denunciado por este autor.

Neste sentido, os fenômenos sociais podem ser compreendidos com os pesquisadores inquirindo acerca de os poderes causais e analisando-lhes no bojo de processos nos quais os fenômenos se desencadeiam e se desenvolvem. Busca-se identificar as estruturas e daí suas potencialidades – as quais norteiam o curso dos eventos

–, assim como a forma característica do funcionamento destas estruturas e, a partir daí, elucidar os modos de atuação (SAYER, 2010, p.106-112).

Estes princípios foram importantes para a esquematização do objetivo desta pesquisa – bem como sua substância e subitens –, tendo como pivô o objetivo geral no escopo do problema apresentado. Inquire-se pelas estruturas engendradas, com suas formações e constituições. A partir daí, inquire-se por suas propriedades e poderes causais. Busca-se identificar mecanismos e as tendências desencadeadas, identificar o papel dos sujeitos incorporados nestas estruturas e sua função nelas, o que incide sobre estes sujeitos sociais, a diferença que eles e suas especificidades fazem para esta feição e como podem variá-la. Busca-se discernir as tendências e contratendências relativas às configurações resultantes.

Dentro deste entendimento, o Realismo Crítico permite articular coerentemente uma ampla gama de instrumentos e técnicas de pesquisa (SAYER, 2000, p.20). Como exemplo destas possibilidades, permite-se conjugar coerentemente técnicas de abordagens qualitativas com de quantitativas, reportadas à estrutura na qual se manifesta a realidade empírica, destacando-se um estratagema de “triangulação”. Inter-relaciona-se dados empíricos e abstrações teóricas por meio de trocas de informações obtidas pelos instrumentos de observação dos objetos nos procedimentos metodológicos (DOWNWARD; FINCH; RAMSAY, 2002).

O quadro de referência ainda articular um expediente lógico para captar e conceituar mecanismos geradores: a abstração interativa. Objetiva-se com ela distinguir mecanismos causais em relação aos fenômenos, tendo em mente que estes mecanismos se manifestam na estrutura do Real, não redutíveis ao Empírico. À medida que vai se produzindo dados empíricos, reforça-se ou revisa-se as abstrações que se centram em aspectos parciais dos objetos, pondo em crivo evidências contraditórias até que, eliminando-as, se detecte mecanismos causais (YEUNG, 1997). Com a abstração interativa realística, um pesquisador pode atuar com dois critérios analíticos básicos de julgamento que podem ser expressos pelos questionamentos:

- 1) Quando este mecanismo é ativado sob circunstâncias ou contingências apropriadas, o fenômeno proposto ocorrerá?
- 2) Esse fenômeno pode ser causado por outros mecanismos? Se sim, a proposição não pode ser um mecanismo gerador porque não é exclusiva (YEUNG, 1997 p.59. Tradução nossa)¹⁹.

¹⁹1) When this mechanism is activated under appropriate circumstances or contingencies, will the proposed phenomenon occur?

2) Can this phenomenon be caused by other mechanisms? If yes, the proposition cannot be a generative mechanism because it is not exclusive (YEUNG, 1997, p.59).

Quando uma nova abstração não confere acréscimos significativos de rigor teórico ao mecanismo gerativo, cuja adequação explicativa para o fenômeno já está empiricamente consistente, ocorre uma “saturação teórica”.

Se estruturas e mecanismos geradores são reais, então há um critério claro para distinguir entre uma sequência necessária e uma sequência accidental: uma sequência “Ea-Eb” é necessária se e somente se houver uma estrutura ou mecanismo gerador que, quando estimulado pelo evento descrito por “Ea”, produz “Eb”. Se podemos ter conhecimento empírico de tais estruturas ou mecanismos ou geradores, então podemos ter conhecimento da necessidade natural *a posteriori* (BHASKAR, 2013, p.8. Tradução nossa)²⁰.

É marca crucial do Realismo Crítico procurar se combater algo chamado de “Falácia Epistêmica”. Esta consiste em confundir o nível epistemológico com o ontológico ou tratar e elaborar discursos sobre este último que são, na verdade, apropriados para o primeiro - uma forma de falácia de confundimento. Caracterizando-se por representar uma alternativa ponderada entre o positivismo e o construtivismo, o Realismo Crítico contrasta com o ceticismo ontológico de ambos. Ceticismo este no tocante à possibilidade de o conhecimento reportar-se a uma realidade em si que lhe seria o arbítrio de acuracidade. Em ambos, no positivismo e no construtivismo, se costuma considerar tal “realidade” como, na melhor das hipóteses, inapreensível. Contrapõe-se à concepção positivista de que o sentido do conhecimento em última instância é tecer modelos como meros instrumentos convenientes para possibilitar predizer fenômenos, sob condições de controle técnico. Contrapõe-se ao pressuposto construtivista de que os fatos não são balizas para proposições, posto que não são apreendidos mais do que como construções discursivas e de que todos os fenômenos só podem ser percebidos como representações.

Diversamente, no Realismo Crítico se ressalta que as condições do processo de conhecimento não devem ser confundidas com as condições dos seres a que se buscar conhecer. Sayer (2010, p.5) salienta que “o conhecimento não está imune à verificação empírica e sua efetividade em informar e explicar a prática material bem-sucedida não é mero acidente”.

O Realismo Crítico substitui o modelo de regularidade por outro no qual os objetos e as relações sociais têm poderes causais que podem ou não produzir regularidades e que podem ser explicados independentemente delas. Em vista disso, menos peso é colocado sobre métodos quantitativos para descobrir e avaliar regularidades e mais em métodos para estabelecer a natureza qualitativa

²⁰ If generative mechanisms and structures are real then there is a clear criterion for distinguishing between a necessary and an accidental sequence: a sequence Ea . Eb is necessary if and only if there is a generative mechanism or structure which when stimulated by the event described by ‘Ea’ produces Eb. If we can have empirical knowledge of such generative mechanisms or structures then we can have knowledge of natural necessity *a posteriori* (BHASKAR, 2013, p.8).

dos objetos e relações sociais dos quais os mecanismos causais dependem (SAYER, 2010, p.3. Tradução nossa)²¹.

Bhaskar (2013, p.14) aponta que o parâmetro básico do Realismo Crítico é a compatibilização de três princípios: “realismo ontológico”, “relatividade epistemológica” - o pressuposto de que *as crenças* são socialmente produzidas e falíveis – e a “racionalidade crítica”. A “racionalidade crítica” é um conceito no qual se assevera que ainda que nosso conhecimento seja relativo, pode-se produzir, em contextos particulares, argumentos consistentes para justificar se preferir um conjunto de teorias sobre a realidade em relação a outras teorias.

1.2.2 Sujeitos indeterminados em períodos compostos

Meu Deus, meu Deus! Como tudo é esquisito hoje! E ontem tudo era exatamente como de costume. Será que fui eu que mudei à noite? Deixe-me pensar: eu era a mesma quando me levantei hoje de manhã? Estou quase achando que posso me lembrar de me sentir um pouco diferente. Mas se eu não sou a mesma, a próxima pergunta é: ‘Quem é que eu sou?’. Ah, essa é a grande charada!

(Alice no País das Maravilhas).

A pesquisa abordará organizações e instituições, relações sociais e aparatos infraestruturais, pessoas e grupos sociais, processos e efeitos, tempo e espaço, fenômenos cognitivos e comportamentais, ações e consequências. Como se pode pensar acerca de relações de determinação? Como se engendrariam raciocínios justificados e sistemáticos acerca de questões de mudança social e/ou permanências, de transformações, de resiliências e de resistências, assertivas à realidade empírica?

Algumas alternativas buscadas para estes problemas no empreendimento acadêmico orientaram-se por perspectivas nominalistas, que negam a realidade objetiva de relações com propriedades de amalgamar substâncias particulares, relegando estas relações ao papel de construtos linguísticos. Ou orientaram-se por perspectivas voluntaristas: indivíduos representados atomisticamente, em reducionismos utilitaristas, como empregado na economia neoclássica. Em outro extremo, nas teorias de sistemas

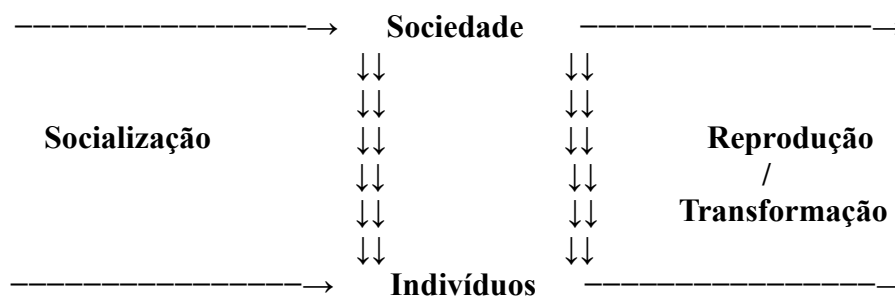
²¹ “Realism replaces the regularity model with one in which objects and social relations have causal powers which may or may not produce regularities, and which can be explained independently of them. In view of this, less weight is put on quantitative methods for discovering and assessing regularities and more on methods of establishing the qualitative nature of social objects and relations on which causal mechanisms depend” (SAYER, 2010, p.3)

sociais por vezes os indivíduos são representados como partículas em centrífugas estruturalistas. A respeito, Margaret Archer advertiu:

Aqueles cuja reflexão os leva a rejeitar a grandiosa ilusão de serem titereiros, mas também a resistir à suposta conclusão de que eles são meras marionetes, têm então a mesma tarefa de reconciliar essa bivalência experimental e, devem fazê-lo, se sua escolha moral não é tornarem-se inertes ou, suas ações "políticas", ineficazes. Consequentemente, ao enfrentar o problema da estrutura e da agência, os teóricos sociais não estão apenas abordando problemas técnicos cruciais no estudo da sociedade, mas também estão confrontando o problema social mais urgente da condição humana (ARCHER, 1988, p.x. Tradução nossa)²².

Podem as concepções contempladas no leque do Realismo Crítico oferecer úteis e fecundas possibilidades para o caminho da pesquisa diante destas questões? Serão tecidas algumas ponderações em busca de decifrar esta indagação, a partir do mote de Roy Bhaskar quanto ao que chamou de “modelo transformacional da atividade social” - MTAS - (BHASKAR, 2014, p.34), que argui que a estrutura foi sempre necessária para a agência, ao mesmo tempo a agência reproduziu ou transformou estruturas (BHASKAR, 2013, p. 276). No bojo dos adeptos do realismo crítico, uma das posições mais recentes e refinadas a respeito é postulada por Archer (2000, p. 465), ao propor que as estruturas sociais são ordinariamente dependentes de simultaneidades de interações sociais e os efeitos causais das estruturas sociais são sempre mediados pelas práticas humanas. A figura 01 representa a “socialização” segundo o MTAS de Roy Bhaskar:

Figura 01. Modelo Transformacional da Atividade Social



Fonte: BHASKAR, 2014, p. 36

Sob este discernimento, na operacionalização da presente pesquisa que se preocupa com processos de transformação, é importante se respeitar a distinção analítica entre as relações entre estruturas sociais e as práticas cotidianas no ambiente de vida. Ao

²² “Those whose re-flection leads them to reject the grandiose delusion of being puppet-masters but also to resist the supine conclusion that they are mere marionettes then have the same task of reconciling this experimental bivalence, and must do so if their moral choice is not to become inert or their ‘political’ action ineffectual. Consequently in facing up to the problem of structure and agency social theo-rists are not just addressing crucial technical problems in the study of society, they are also con-fronting the most pressing social problem of the human condition” (ARCHER, 1988, p.x).

mesmo tempo evitando-se uma clivagem ontológica, como se ocorressem em esferas de existência independentes. As práticas produzem, reproduzem e/ou transformam as estruturas sociais e sistemas culturais, ainda que estes dois últimos tenham uma relativa autonomia. Dentre as implicações,

Uma consideração realista crítica sobre a estruturação social deve ser sensível à complexa relação dialética que está implicada na emergência, reprodução e transformação das estruturas sociais a partir das ações sociais e da influência recíproca dessas estruturas emergentes nas ações sociais em curso (FAIRCLOUGH, JESSOP; SAYER, 2002 – tradução por FOSCACHES, 2016, p. 12).

A posição social dos sujeitos e as escalas de suas preocupações subjetivas proporcionam restrições e possibilidades que mediam as inter-relações entre os campos do simbólico e das estruturas sociais, estruturando situações em que os primeiros influem sobre as segundas (ARCHER, 2000). Archer chamou a atenção para a intersubjetividade:

Acredito que nossas "conversações interiores" são o fenômeno mais completamente negligenciado na teoria social, que nunca examinou o *processo* de reflexão que nos faz os sujeitos ativos particulares que somos. Comecei a investigar tal processo em termos de um diálogo interior entre o "Eu" ("*self*") que age, o "Você" futuro e o "Mim" ("*Me*") passado, como um processo que forja a *identidade pessoal* ao identificar o *self* como o ser-com-esta-constelação-de-preocupações (ARCHER, 2000, p.67, grifos da autora).

Margaret Archer (1995) realizou pesquisas a respeito das conversações internas das pessoas, diálogos interiores que fazem consigo mesmas, tendo em vista lançar luz sobre o sistema de formação de projetos pessoais. A autora analisa as entrevistas em profundidade para construir sua teoria de que a noção pessoal e social de identidade que é capaz de continuidade ao longo do tempo, e o aprendizado da linguagem, são dependentes da primazia das práticas, incluindo o trabalho.

Tudo isto é complementar ao princípio realista básico de que a linguagem só pode ser aprendida com referência à realidade, adquirindo significado a partir de sua relação com esta mesma realidade independente. Consequentemente, se a linguagem é aprendida referencialmente, deve haver algum acesso não-linguístico à realidade, anterior à aquisição da linguagem (ARCHER, 2000, p. 61).

Os sujeitos e grupos sociais agem sob situações em que tentam realizar suas intenções e proteger seus interesses. Circunstâncias nas quais reproduzem, influenciam ou transformam estruturas e condicionantes em que estão inseridos – também sendo afetados no mesmo transcurso. Esta é a abordagem da “dupla morfogenética” de Archer (1995; 2000).

o problema central ao se teorizar sobre agência diz respeito a como conceituar o agente humano como alguém que é parcialmente formado por sua socialidade (*sociality*), mas que também tem a capacidade de transformar parcialmente sua sociedade. (ARCHER, 2000, p. 52).

Relativo às referidas propriedades emergentes, Sawyer (2005) esquematizou um modelo em cinco níveis para uma ontologia social sob a preocupação da relação agente-estrutura:

- Individual - Nível A: Intenções, agência, memória, personalidade, processos cognitivos;
- Interação - Nível B: Padrões de discurso, interações simbólicas, colaboração, negociação individual;
- Emergências efêmeras - Nível C: Tópicos, contextos, quadro interacional, estrutura da participação, regras relativas, atribuição de status;
- Emergências estáveis - Nível D – Subculturas de grupos, gírias e lemas de grupo, rotinas de conversação, práticas sociais compartilhadas, memórias coletivas;
- Estrutura social – Nível E – produções textuais (incluindo leis, procedimentos, regulamentos), infraestrutura e aparatos materiais (arquitetura, desenho urbano, redes de transporte e comunicação).

Fletcher (2017) pesquisou como mulheres na agricultura familiar da província) canadense de Saskatchewan são afetadas por mudanças de grande vulto na política agrícola e como elas respondem a essas mudanças. As mudanças que estiveram no foco do exame foram a eliminação de um programa de apoio popular ao transporte logístico para produtores de grãos e a introdução de uma planta legislação de direitos de propriedade intelectual sobre variedades de sementes. criador (PBR), um tipo de direito de propriedade intelectual sobre variedades de sementes. Ambas permitiam uma expansão da proporção econômica de corporações empresariais na agricultura.

A autora estruturou seus procedimentos sob o quadro referencial do Realismo Crítico como: identificação de demirregularidades (informações que combinadas tomam direções semi-previsíveis); abdução, ou redescrição sob composição teórica; retrodução, distinguindo condições contextuais necessárias para que um mecanismo causal próprio opere e resulte nas tendências empíricas observadas. Sob um escopo qualitativo ela pôde se valer também de técnicas quantitativas.

Fletcher relata que, ao engendrar seu estudo, possuía dadas expectativas de acordo com seu acúmulo teórico e bibliográfico: que o aumento do trabalho fora da propriedade, por parte das mulheres, tivesse como causa pressões financeiras na unidade; que o mecanismo causal destas pressões fossem as mudanças nas políticas agrícolas. Mas com o emprego do Realismo Crítico, a autora se surpreendeu com seus resultados, que indicaram como os principais mecanismos causais as ideologias que moldavam as

relações de gênero e o que chamou de “corporativização”, ou seja, as grandes companhias empresariais incrementando sua participação na renda agrícola.

Se detectou que as uma ideologia de papéis de gênero estruturava a vida das mulheres no campo e posicionava periféricamente suas contribuições, sem participarem das tomadas de decisão. Elas eram reconhecidas como “ajudantes” do trabalho masculino, protagonista, o que impulsionou suas motivações para buscarem trabalho e renda fora da propriedade. Assim se formando um mecanismo que operou tendências para os padrões de trabalho das mulheres agricultoras familiares. A pressão econômica resultante da “corporativização” impelia às famílias agricultoras a intensificarem a competição entre si, por lucratividade e por disponibilidade de terra.

As representações dos fenômenos sociais são dependentes dos conceitos nos quais eles são contextualizados (SAYER, 2000). Como Andrew Sayer pontua, as ideias contêm “condições e efeitos (tanto ideacionais como textuais e materiais) que diferem daqueles que eles [quem tem e expressa as ideias] reconhecem e pretendem²³” (SAYER, 2000, p.45. Tradução nossa). Subjetividades conscientes e inconscientes que filtram os saberes prévios antes de serem declarados e enquanto são declarados (e mesmo após serem declarados), que remodelam, que expandem ou constroem, são elementos constitutivos referenciais para o conteúdo a ser analisado e sistematizado.

Com esta compreensão, move-se através dos fenômenos empíricos detectáveis e das concepções teóricas. As representações estão no campo das práticas sociais, que por sua vez estão entrelaçadas a subconjuntos tanto do discursivo quanto do extra-discursivo (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2016), também “imersas em práticas sociais materiais, códigos de comportamento, instituições e ambientes construídos²⁴” (SAYER, 2000, p.44, tradução nossa).

Na presente pesquisa, o principal instrumento para aproximar-se de dados primários sobre razões e motivações dos sujeitos sociais pesquisados, seus sentidos e parâmetros para as práticas, será a entrevista, por meio de questões condutoras, da escuta e diálogo (GIL, 1999). Contudo, não se pode deixar de atentar que o que se expressa não é a realidade ontológica imediata - esfera “intransitiva” do conhecimento. Porém, além dos processos pelos quais passa, inevitavelmente, através das mediações dos

²³ “conditions and effects (both ideational/textual and material) that differ from those that they acknowledge and intend” (SAYER, 2000, p.45).

²⁴ “embedded in material social practices, codes of behaviour, institutions and constructed environments” (SAYER, 2000, p.44)

condicionantes internos e externos do entrevistador - mesmo no momento da transcrição -, o material recolhido se manifesta na esfera “transitiva” do conhecimento, conforme definida pelo Realismo Crítico (BHASKAR, 2014).

A Análise Crítica do Discurso, uma articulação de investigações semióticas com teoria social realista, possui ênfases características. Dentre elas, é marcante a ênfase de que o movimentar-se na esfera transitiva do conhecimento deve ter a preocupação de reportar-se à esfera intransitiva, reconhecendo a inerente limitação em conhecê-la e explorá-la, bem como os condicionantes sociológicos e gnosiológicos do analista. Na compreensão do Realismo Crítico, a dimensão ontológica contém propriedades que exerce efeitos causais na construção da semiose - que “inclui todas as formas de construção de sentidos – imagens, linguagem corporal e a própria língua” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309). A semiose, de sua parte, contém propriedades que podem produzir causas sobre a dimensão ontológica, incluindo o “processo social material” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 307-308). Sendo assim,

Meu esforço em reunir a análise da linguagem e a teoria social centra-se na combinação desse sentido mais teorico-social do "discurso" com o sentido do "texto-e-interação" na análise do discurso orientada linguisticamente. Este conceito de discurso e análise do discurso é tridimensional. Qualquer "evento" discursivo (isto é, qualquer instância do discurso) é visto simultaneamente como uma peça de texto, uma instância da prática discursiva e uma instância da prática social. [...]

A dimensão da "prática social" atende a questões de interesse na análise social tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como isso molda a natureza da prática discursiva; e os efeitos constitutivos/construtivos do discurso acima referidos (FAIRCLOUGH, 1992, p.4, Tradução nossa)²⁵.

Neste campo conceitual, a “prática discursiva” é tomada pelo autor como “processos de produção, distribuição e consumo dos textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106). Quanto às práticas sociais, o autor explica seu exercício como combinando “por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las”. As práticas incluiriam os elementos de “a. Atividade produtiva; b. Meios de produção; c. Relações sociais; d.

²⁵ “My attempt at drawing together language analysis and social theory centres upon a combination of this more social-theoretical sense of ‘discourse’ with the ‘text-and-interaction’ sense in linguistically-oriented discourse analysis. This concept of discourse and discourse analysis is three-dimensional. Any discursive ‘event’ (i.e. any instance of discourse) is seen as being simultaneously a piece of text, an instance of discursive practice, and an instance of social practice. (...)

The ‘social practice’ dimension attends to issues of concern in social analysis such as the institutional and organizational circumstances of the discursive event and how that shapes the nature of the discursive practice, and the constitutive/constructive effects of discourse referred to above (FAIRCLOUGH, 1992, p.4).

Identidades sociais; e. Valores culturais; f. Consciência; g. Semiose” (FAIRCLOUGH, 2012, p.308-309).

Destarte, compreendendo-se também os textos como construtos sociais, têm-se diante do procedimento analítico a preocupação de relacioná-los e confrontá-los com os contextos políticos, com os contextos econômicos e socioculturais de sua semiologia. Transcendendo o exame dos mesmos em suas próprias glossologias e as funções linguísticas de seus elementos. A semiose atua “como parte da atividade social inserida em uma prática”; atua “nas representações das práticas” e na recontextualização de outras práticas além das que se está inserido, “incorporando-as às suas próprias”. As representações “adentram e modelam os processos e as práticas sociais”. Em terceiro lugar, a semiose “atua *no desempenho* de posições particulares”, sendo os discursos “as várias representações da vida social” e, a “ordem de discurso”, o “aspecto semiótico de uma ordem social” (FAIRCLOUGH, 2012, p.310, grifo do autor).

Na concepção da Análise Crítica de Discurso a semiose é modelada pelas funções sociais para as quais é utilizada. A “ordem do discurso” constitui-se no âmbito dos termos estruturais da semiose, sendo “uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido” (FAIRCLOUGH, 2012, p.310).

Sendo que é na realidade social (na qual o uso da linguagem deve ser analisado tendo em vista as interações comunicativas) que ocorre a “ordem do discurso”, esta se constitui, por conseguinte, como um “sistema aberto” acontecendo “em interações reais” (FAIRCLOUGH, 2012, p.310-311). Daí que os procedimentos de pesquisa afastam-se, como preconizado pelo Realismo Crítico, de uma abordagem na qual se busca apreender/conceber padrões de regularidades genéricas (ou as “leis”) que reclamariam condições de isolamento experimental (mesmo que em experimentos mentais). Também da abordagem ser pautada por uma modelagem com objetos do conhecimento estáveis e situados em condições externas constantes – ou seja, sistemas fechados. Para o Realismo Crítico, nos sistemas da realidade social, que são sistemas abertos, tais padrões de regularidade seriam aproximativos e limitados temporalmente, com frequência produzidos intencionalmente. Descortina-se a formação estrutural para desvendar os mecanismos condicionantes das tendências. Tais princípios suscitam implicações metodológicas.

Programa metodológico

Confere-se neste estudo a devida importância para as narrativas pessoais, para o que se pode expressar e registrar como razões, como preocupações e motivações enquanto causas para as ações sociais. Deve-se buscar interpretá-las junto com as práticas e com as limitações, os estímulos e as pressões decorrentes dos meios, dos processos e dos aparatos socioeconômicos e políticos e das condições ambientais. Menos do que partir de hipóteses, parte-se de suspeitas, pretendendo averiguar se apontam para um percurso explicativo congruente.

Por isso priorizo, no delineamento convergente, entrevistas com roteiros semiestruturados. Tal exercício de compreensão deve ser iluminado com o exame do histórico e do processo de mudança, no caso, o “antes, o concomitante e o depois” do decurso de adesão ao sistema da soja e a implementação da sojicultura nos sistemas produtivos. Indagando-se também pelas práticas, pelas habitualidades e pelas situações manejadas e vividas anteriormente. Procurei ter sensibilidade para atentarmos quanto aos hábitos, às rotinas e às relações sociocomunitárias mantidas, cessadas, alteradas ou readaptadas para as novas condições e situações. Consoante à asseveração:

Por outro lado, a primazia da prática é evidente em descobertas acerca da durabilidade da memória "procedural" (relativa a habilidades como nadar ou andar de bicicleta e que confirmam o dito popular de que "nunca se esquece" como fazê-los), comparativamente à fragilidade da memória "declarativa". A distinção entre uma memória "procedural" e uma memória "declarativa" toma-se clara a partir de evidências de que sujeitos com danos cerebrais podem não lembrar a palavra "bicicleta", mas podem andar em uma. As memórias eidética e procedural derivam de nossas relações práticas com o ambiente natural e "arte-fatual" (*artifactual*)²⁶ e são mais resistentes do que nossas memórias declarativas, que são linguisticamente embasadas e adquiridas conversacionalmente (ARCHER, 2000, p. 63).

Entre um materialismo e um idealismo, transita-se assim por um monismo de duplo-aspecto (VIMAL, 2018), estruturado em um ambiente emergente de integração informativa²⁷. Os níveis mentais e físicos, as experiências subjetivas e a materialidade são aspectos diferentes, reais e coexistentes na tessitura da realidade.

Objetivo Geral

²⁶ Uma outra opção para a tradução do termo seria “artefatual”, relativo a artefato.

²⁷ Teoria na qual fenômenos mentais dependem de sistemas físicos complexos, mas não são inteiramente redutíveis a eles e representam níveis causais e explicativos sobre fenômenos físicos (CLAYTON, 2004).

Compreender as transformações socioespaciais das unidades produtivas da agricultura familiar incorporadas ao sistema produtivo-comercial da soja no sudeste do estado de Goiás, com o marco inicial na implementação do Selo Combustível Social na segunda metade da década de 2000. Para a busca deste objetivo, se efetua um processo estruturado sob os seguintes subitens:

- Articular um quadro referencial epistemológico e geográfico adequado para se caracterizar o processo de incorporação ao sistema produtivo-comercial da soja por parte de agricultores familiares;
- Analisar os mecanismos e forças sociais e político-institucionais que atuaram no processo de incorporação espacial dos agricultores familiares ao sistema produtivo-comercial da soja;
- Examinar a (re)organização socioespacial e socioinstitucional na qual se gera a implantação dos sistemas de sojicultura nas localizações dos sujeitos sociais pesquisados;
- Avaliar riscos e vulnerabilidades para a reprodução social no espaço a que estão expostos os agricultores familiares aderindo ao sistema produtivo-comercial da soja.

Procedimentos

1. Revisão teórica acerca de: problematização do conceito de agronegócio, de conceitos de agricultura familiar, de camponês e suas diferentes morfologias e/ou tipologias; racionalidade, sociabilidade e economia; racionalidade e Estado em interface com discussão sobre políticas públicas para o campo e seu histórico brasileiro, em especial, políticas públicas que afetem a agricultura familiar; dinâmica e transformação socioespacial; historicização e espacialização do agronegócio, com ênfase na cultura da soja em Goiás e com atenção especial para a agricultura familiar.

2. Levantamento do panorama geral de implementação do PNPB, pondo em relevo a implantação em Goiás com as ações no âmbito do Selo Combustível Social. Levantamento de informações sobre o processo de implantação do sistema de contratos de comercialização da soja, por parte dos agricultores familiares, com as agroindústrias mais atuantes no Sudeste Goiano. Levantamento sobre o processo de contratualização de

agricultores familiares com compradoras de soja fora do âmbito do PNPB. Pesquisa em fontes secundárias (literatura acadêmica, publicações de órgãos oficiais); em fontes primárias (entrevistas com agentes públicos, com agentes de entes privados, com assessorias), focando posteriormente no Sudeste Goiano.

3. Reconhecimento e análise de exemplares de unidades produtivas familiares no Sudeste Goiano que fizeram a conversão para o sistema produtivo da sojicultura, seja no âmbito do PNPB, seja fora do âmbito. Fontes secundárias (literatura acadêmica, publicações de órgãos oficiais); fontes primárias (entrevistas com agentes públicos – inclusive da assistência técnica, com agentes empresariais privados e outras entidades que atuam/atuaram com o sistema produtivo/comercial da soja, entrevistas com agricultores familiares e exemplares de “médios produtores” nas localidades²⁸). Sistematizar visando distinguir processos e poderes causais que levaram a incorporação.

4. Levantamento dos parâmetros lógicos dos cálculos para análise de viabilidade econômica da sojicultura, aplicando aos aspectos levantados nas informações dos dados primários e secundários.

5. Elaboração de representações esquemáticas do conjunto de conexões articulando os atores sociopolíticos envolvidos no sistema produtivo-comercial da soja onde houve incorporação de unidades produtivas familiares no Sudeste Goiano.

6. Esquematização, Análise, Sistematização e Síntese das informações e resultados à luz da discussão teórica desenvolvida. Em procedimentos de codificação analítica, se identificará tópicos/questões-chave e agrupará em esquemas explicativos, entrecruzando informações significativas que mais se manifestem, se inter-relacionem, contrastem e compartilhem atributos, refinando com a identificação de mecanismos e tendências.

Procederei, na pesquisa explicativa, com observação direta intensiva sistemática. Parte-se da premissa de que se investiga um sistema aberto e não determinístico. Como foi referido, para as entrevistas serão elaborados sistemas de roteiros semiestruturados²⁹ para estruturar o foco do levantamento, muito embora se busque priorizar perguntas abertas, deixando fluir o raciocínio dos entrevistados para captar nuances, captar ênfases,

²⁸ Segundo as resoluções vigentes em 2020 do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) – 3.987 e 4.666, enquadram-se como “médios produtores” os que tenham, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal; e possuam renda bruta anual acima de R\$415 mil e abaixo de R\$ 2 milhões.

²⁹ O projeto foi submetido ao comitê de ética e aprovado, com os respectivos roteiros para entrevistas

reticências, hesitações, atentando para o dito e o não-dito, com contribuições de técnicas da entrevista em profundidade (SILVA, 2005).

O estudo tem um universo delimitador de sujeitos pesquisados sob a classificação socioinstitucional de agricultura familiar, de acordo com a DAP (documento “Declaração de Aptidão ao PRONAF”), implicando na estratificação e identificação de:

- entidades oficiais que fomentem a integração dos agricultores familiares com o sistema produtivo-comercial da soja;
- entidades envolvidas no sistema produtivo-comercial da soja que contratam de agricultores familiares com DAP;
- agricultores familiares dedicados à produção e comercialização de soja;
- “médios produtores” de soja em localidades com significativa presença de agricultores familiares integrados na sojicultura.

Procurarei diversificar quanto ao perfil: assentados e não assentados de Projetos de Assentamento, que comercializam no âmbito do PNPB e/ou que comercializam além deste âmbito. Acrescenta-se que há um recorte de verticalização locacional da pesquisa, sendo este o Sudeste Goiano. Considerando que não há distribuição regular destas variáveis no espaço e entre um universo populacional, atuo com amostragem não probabilística intencional desproporcional, por tipicidade, considerando discrepâncias e busca de inferência dentro dos subgrupos (ACKOFF, 1967; OLIVEIRA, 2001). Serão entrevistados profissionais que articulam a relação das empresas e cooperativas com os agricultores, além de gestores de empresas e cooperativas, que contratam com agricultores familiares no âmbito do PNPB **assim como fora deste âmbito**.

A investigação de campo funciona como um pivô nesta pesquisa. Ocupa uma posição para a qual a pesquisa se remete, articulando eixos e elementos estruturantes presentes no conjunto e armando o encaminhamento dos apontamentos a se equacionar no seu desenvolvimento.

Para este expediente se explorará informações obtidas em entrevistas com gestores públicos do Selo Combustível Social (SCS) e entrevistas com entidades prestadoras de assistência a agricultores familiares sojicultores no Sudeste Goiano. Elencarei as firmas de maior vulto neste papel no Sudeste Goiano, buscando também uma aproximação geográfica do olhar sobre este papel exercido, posteriormente analisando-se respostas apresentadas por algumas firmas das que mais se destacam em adquirir e comercializar a soja dos agricultores. Nenhuma firma se disponibilizou para entrevistas pessoais, apenas respondendo por meios virtuais as perguntas lhes repassadas. Houve o comprometimento

formal de não revelar os nomes de entrevistados e entrevistadas, inclusive identificar a firma e especificar as respectivas respostas – pré-condição especialmente frisada por parte das empresas. Das que foram contatadas, apenas duas não constam no material, a Yara que não encaminhou resposta e a Granol que desautorizou funcionários a participarem da pesquisa sobre seu trabalho com agricultores familiares.

No tocante aos agricultores, busquei conciliar uma distribuição de municípios pela verticalização geográfica da pesquisa com uma relativa diversificação do perfil dos agricultores dentro do recorte operacional quanto a sujeitos pesquisados. Entrevistei dezoito agricultores familiares e, oportunamente, dois agricultores com caracterizações que não lhes enquadram nos critérios para a Declaração de Aptidão ao PRONAF (estando no patamar do PRONAMP). Mas também sem uma grande discrepância e com relações sociais com agricultores familiares, proporcionando informações com as quais, em diversos momentos, foi possível fazer comparações que elucidaram caminhos analíticos frutíferos. Todos concederam entrevistas sob condição de não identificação no corpo do trabalho, sob compromisso de responsabilização assinada pelo pesquisador.

Os entrevistados estão distribuídos em oito municípios. Para se contatar e encontrá-los para as entrevistas, contou-se com referências de apoio nos municípios: dirigentes de Sindicato dos Trabalhadores Rurais, técnicos da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – AGATERPA -, quadros funcionais de secretarias municipais de agricultura. Algo que será abordado com mais profundidade é o tocante a uma dispersão espacial destes agricultores. À vista disso, não foi possível de se aplicar um procedimento de abordagem que, a princípio, seria o mais recomendável para se ganhar maior abertura e confiança para aproximação e entrevista: uma visita à comunidade, caminhando pelos lugarejos, travando conversas com lideranças da comunidade, estabelecendo primeiras tratativas de apresentação e melhor conhecimento com o entrevistado com agendamento posterior da conversa, buscando um mínimo de convivência próxima. Em alguns casos o contato mediador das referências de apoio foi muito breve. A atividade de retorno em propriedades para uma visita de campo no ano posterior à entrevista foi inviabilizada pela pandemia de COVID-19, tendo sido possível, anteriormente à sua eclosão, em um caso.

O próprio escopo da pesquisa requer do pesquisador um exercício de alteridade com os agricultores familiares, mantendo por um lado um distanciamento em termos de julgamentos valorativos apriorísticos tanto quanto à natureza de seus engajamentos na sojaicultura e seus métodos de cultivo e administração, quanto ao que venham a expressar

de valores, de ambições, de temores. Mais além, requer uma necessidade de compreender e absorver, em termos, a lógica interna de suas preocupações e aspirações quanto a incrementar suas condições sociais e econômicas e às projeções de vida almejada. O pesquisador assume as diferenças do seu histórico e contexto de trabalho, do seu histórico e contexto cultural, do seu histórico e contexto de vivência, mas busca analisar os sentidos atribuídos nas falas dos entrevistados em seus próprios termos, com pontes entre o conhecimento acadêmico para munir de informações elucidativas. Por este procedimento se efetua a análise a partir das contribuições engendradas na pesquisa em termos de categorias, de conceitos, de arcabouços metódicos e metodológicos, conjugados com os construtos analíticos articulados.

O exercício de se propiciar o ambiente favorável para o momento de entrevista ser o mais prolífico possível teve que se atentar para a extensão de tempo, considerando a disponibilização espontânea do entrevistado. As entrevistas duraram em média cerca de vinte e cinco minutos, sendo assim, uma atitude contínua e não apenas em um instante prévio apropriado. Além disto, as condições se somam para o exercício de criar um ambiente na entrevista para os sujeitos pesquisados se sentirem, dentro das possibilidades, o máximo confortável para compartilhar informações, impressões, sensações, avaliações, juízos, anelos, apreensões.

Conjuga-se as atenções na condução da entrevista semiestruturada manejando os momentos e formas de pautar os tópicos subtemáticos, as indagações e as perquirições. Atentei para as interrupções, para as ênfases e para expressões de conversações internas que os entrevistados manifestaram ou como se estivessem expressando de maneira que terceiros ouvissem ou não devessem ouvir. A minha subjetividade não é suprimida, não é pautada de forma apriorística, não é dirigida em choque com os entrevistados para que não se “fechem”, mas interage com o exercício de sistematização sem deixar também de ser colocada sob crivo, de forma a se refrear viés e seletividade arbitrária ou prejulgamentos.

Além do procedimento das entrevistas, efetuei registros fotográficos em áreas pesquisadas e de estruturas do sistema produtivo-comercial da soja na espacialidade circunjacente, ao passo que atentarei para as representações subjetivas dos agroecossistemas antes e depois da sojicultura.

A articulação das categorias e do sistema conceitual e analítico do Realismo Crítico estará presente, ora mais explicitamente, ora mais subjacente, na busca e tratamento das informações e de inferências explicativas. Refletindo-se sobre a formação

geográfica engendrada pelos objetos do problema de pesquisa e seu objetivo, adveio uma vívida percepção que se emerge, no Real, uma formação geográfica gerada por tessituras de encadeamentos e posicionamentos. Enovelam-se fios compondo combinações e contrastes, produzindo e aflorando assim a estrutura de geograficidade. Será apresentada a seguir a construção do entendimento que desenvolve esta percepção e com o qual ela manifesta-se como um corpo intelectual. As implicações deste entendimento talham nuances para os conceitos geográficos aplicados nesta perspectiva - dialogando com produções reconhecidas na literatura da geografia.

Eu tentei
Compreender a costura da vida
Me enrolei
Pois a linha era muito comprida
Como é que eu vou fazer para desenrolar
Áhn?

Trecho da canção “Costura da Vida”, do grupo Tambrolele

1.3 Espaço: lacuna? substância? O ambiente das permanências e das transfigurações

Eu poderia viver recluso numa casca de noz e me considerar rei do
espaço infinito
(*Shakespeare, em “Hamlet”*).

Pode-se escutar na linguagem cotidiana: “você está me sufocando; preciso de mais espaço”. “Precisamos dar um tempo, tenho que ter um espaço pra mim no momento”. “Não vai haver espaço aqui para malcriação”. “Foi durante o espaço de tempo entre o dedo no gatilho e o tiro”. “Haverá espaço para um futuro mais seguro?”. “Na conjuntura atual não há espaço para colocarmos estas questões”. Atribui-se ao grande romancista Marcel Proust a tocante frase “O amor é o espaço e o tempo tornados sensíveis ao coração”. Atribui-se ao físico e renomado divulgador científico Carl Sagan a frase: “Se não existe vida fora da Terra, então o universo é um grande desperdício de espaço”.

Brindamos e bebemos. “Onde fica a Terra?” “No espaço”. “E onde fica o espaço?” Parei para pensar um momento. “Em si mesmo”. “Onde fica esse si mesmo?” “Em minha consciência.” “Disso segue, Petka, sua consciência está em sua consciência.” “Sim, é isso que se segue disso”. “Então”, disse Tschapajew e alisou seu bigode, “agora me ouça com muita atenção. Em que lugar ela se encontra?”. “Não entendo bem... O conceito de lugar é também uma categoria da consciência, de forma que...” “Onde fica o lugar? Em que lugar se encontra o conceito de lugar?” “Digamos, em lugar nenhum. Seria melhor dizer que a reali...” Não terminei minha oração. Então é assim!, pensei. Se eu usasse a palavra “realidade”, ele voltaria a me confrontar com meu

pensamento e me perguntaria onde nos encontramos. E se então eu dissesse: “na cabeça”... um pingue-pongue eterno.³⁰

Num primeiro instante pode-se pensar que a ideia de espaço no senso comum esgota-se na noção de um “vão” delimitado para caber algumas coisas. Mas mesmo uma exposição breve de diversos contextos em que o termo é empregado apresenta que carregam a forte sugestão de várias possibilidades oferecidas com suas propriedades. Por vezes está entrelaçado com a noção de tempo. Em outras acentua a noção de área. Ainda, a de necessidades existenciais. Noções de locacionalidade, de dispersão e de convergência. De significados e de propósitos. Ganha mais sentido o questionamento de se o espaço cósmico é infinito ou não.

O espaço pode ser de afastamento ou de congregação. Em um **ambiente** virtual de reunião – seja de trabalho, ou lúdica, para estudos etc. – pessoas estão compartilhando um momento de interação. “Momento” é uma referência temporal. Mas a interação, a comunicação, os recursos audiovisuais transmitidos, a troca de informações, sugerem uma referência de amplitude. Uma amplitude locacional, pode-se falar que compartilham um espaço. Mas... um espaço **onde?** “Ambiente”, no caso, inclui referências temporais mais marcadas e uma referência espacial. Esta referência seria **relacional**, com sítios e meios propiciando emissões, conexões e fluxos entre estas relações, que, em si, também seriam meios por quais perpassa-se comunicabilidade.

Aumentando os *bytes* de memória RAM de um computador, cresce a capacidade de receber e armazenar dados. Você amplia o **espaço de acumulação** de informações. Mas não há medidas volumétricas tridimensionais envolvidas. Em uma sala virtual de reuniões com um número de participantes, ocorre que, com a entrada de mais elementos, a conexão “cai”. Aumentando a chamada “largura de banda”, amplia o poder de transmissão de dados. Sem mensurabilidade geométrica do “recinto”. Portanto, com a amplificação da potência, se expande o **espaço de interação** na sala e passa a “caber” mais pessoas, estendem-se as possibilidades de comunicação e de recursos para ações.

Na maioria destes diferentes contextos intencionais onde se manifestam a referência e o sentido (FREGE, 1978)³¹ de “espaço”, o seu significado é maior do que a

³⁰ Diálogo presente na obra *Chapayev and Void* - ou *Buddha's Little Finger* na versão inglesa, de Victor Pelevin. Citada na edição em português de Markus Gabriel (2015, p.26).

³¹ A Teoria de Significado de Frege (FREGE, 1978) argui que palavras por si mesmas não possuem significado. O significado deriva de seu uso no contexto da frase - “prioridade da frase”. “Estrela da Manhã” e “Estrela da Noite” eram duas maneiras na Antiguidade a se chamar o planeta Vênus, sem perceberem que era o mesmo astro e não era uma estrela. Dois nomes que se referem ao mesmo objeto, com diferenças de significado. A mesma referência, com dois “modos de apresentação” diferentes. Esses são sentidos diferentes para o mesmo objeto – o sentido é uma maneira de identificar o referente.

característica de algo em estado bruto a ser lapidado, de uma matéria-prima, ou uma abstração no sentido nominalista³². Não deixa de conter a acepção também de uma constituição essencial para a produção de substâncias complexas e fenômenos complexos, ainda que se expressando com diferenciadas proporções entre sentidos conotativos e sentidos denotativos.

Sendo assim, a busca científica para o tratamento de “espaço” seria dirigida/regulada por quais critérios? A “navalha de Occam”, a mais simples explicação? Ou de maior abrangência explicativa? Ou a mais fecunda, que oferece mais possibilidades exploratórias? A mais conformável à experiência? A mais “testável” empiricamente? A melhor “instrumentalizável” em prever hipóteses? A mais consistente e congruente com teorias aplicáveis a escopos afins? A mais “elegante”? Seria mais frutífera ou mais rígida ante o emprego comum? É concebível pensar em “um” tratamento científico para ele?

Uma aplicação derivada do debate seria de que, quando se analisa um cenário de problema de pesquisa científica geográfica, delinear-se-ia seus “objetos” ou elementos pesquisados/analizados. Vinculados epistemologicamente entre si, preocupando-se em não se descaracterizar como propriedades adequadas da disciplina. Isto é, sobre o que no cenário se buscaria fazer asseverações passíveis de serem verazes, decorrentes da metodologia de pesquisa recorrida. O tratamento de objetos sob categorias diferentes lhe situaria em contextos epistemológicos diferenciados. As categorias situam contextos epistemológicos, com objetos que suscitam diferentes meios e possibilidades de exame. Construir-se-ia assim o âmbito de exame próprio para tratar geograficamente o problema de pesquisa, com suas ferramentas de observação próprias.

A compreensão de que categorias e conceitos são dependentes de contextos é um freio de comedimento à pretensão de impor um monismo epistêmico radical, como se houvesse uma espécie de “contexto unificado total” para as condições de apreensão e construção do conhecimento. E isto costuma ser, confessadamente ou não, atrelado a uma reivindicação metafísica ou teleológica imposta *ex ante* à análise. Portanto, o que se consideraria “a totalidade espacial”, mesmo “a totalidade geográfica”, destacando o artigo definido, seria uma totalidade dentre outras, por natureza transitáveis.

Oferecem-se assim úteis possibilidades para posicionar temáticas de outras disciplinas na Geografia (como no problema desta pesquisa, as temáticas econômicas, sociológicas, socioecológicas e antropológicas). Concebendo este “posicionar” como um

³² Doutrina filosófica que nega a existência transcendental dos conceitos gerais ou abstraídos, alegando que são meras projeções da linguagem.

novo situar para essas temáticas, a partir de uma reorganização dos âmbitos de pesquisa correspondentes que existem nos domínios epistemológicos das disciplinas, com regras que vinculem os elementos uns aos outros. Algumas dessas regras ganham caracteres locais.

O elo principal com que se lidará neste estudo é a perspectiva da transformação socioespacial. Porém, as categorias do pensamento e tratamento geográficos serão pressupostas como classes (no sentido análogo ao sentido das divisões taxonômicas) de domínios epistemológicos. Se lhes classifica como campos epistemologicamente distinguidos, passivos de interpenetrarem-se, facultando abordagens epistemológicas de aspectos particulares (que podem se interrelacionar) dos objetos. No domínio de cada campo operam-se concatenações epistemológicas próprias.

Na operacionalização conceitual de Espaço e Lugar partirei de arcabouços analíticos discutidos, o primeiro em diálogo especialmente com Harvey (2012) – principalmente das concepções de “espaço absoluto”, “espaço relativo” e “espaço relacional” –, com Santos (1978; 1997; 2002) – principalmente as concepções de “sistema de objetos e de ações” e “sistema de relações” –, e Sayer (1985; 2000; 2010) – especialmente a reflexão sob o prisma do Realismo Crítico. Quanto ao Lugar, se dialogará com Cosgrove (1978; 2008) e Massey (2000; 2008) – dela principalmente com a concepção de “momentos articulados de redes de relações e entendimentos sociais” – e com Santos (1988; 2012) – especialmente a concepção de “combinações localizadas de variáveis sociais”. Destarte, se contará também com sentidos e aplicações de ênfases próprias.

1.3.1 Matriz e espacialidade

Então, as letras, uma por uma, se vão convertendo em grãos de areia e, aos poucos, todos meus escritos se vão transformando em páginas de terra.
(Mia Couto, em “Terra Sonâmbula”).

Santos (2002) procede a uma prolífera investigação sobre o processamento da construção da ideia de espaço na modernidade. Situa historicamente várias etapas da evolução epistemológica, passando pelas controvérsias de áreas diversas como cartografia e música, imagens religiosas e geopolíticas, da literatura, da geometria, da metafísica, do que era então conhecido como “filosofia natural” e após, como física, alcançando a abrangência das discussões gnosiológicas. A construção do significado

moderno de espaço acompanhava a busca pelo entendimento sobre “o real”, o que podia se conhecer do mesmo e de que forma se poderia, implicando nos discursos topológicos.

O apogeu da narrativa do livro chega até o filósofo Immanuel Kant, “marca da institucionalização do discurso geográfico enquanto tal” (SANTOS, 2002, p. 174). Até a era de Kant, havendo a busca de explicação dos fundamentos da natureza, duas perspectivas ofereciam as respostas para as questões centrais neste aspecto. A perspectiva newtoniana, via método indutivo, operava sobretudo pelos dados empíricos concatenados por certos princípios. Concebia uma noção absoluta de espaço e tempo *a priori*, independente dos demais objetos, que por implicação seriam dotados de propriedades como extensão.

A alternativa era a perspectiva de Leibniz, calcada no método dedutivo e forte ênfase matemática, postulando que as entidades básicas da realidade (as mônadas) não possuíam propriedades espaciais e temporais. Eram entidades sem interação e propulsionadas por suas forças internas. Suas relações construíam o espaço e o tempo, sendo estes relativos àquelas.

Com Immanuel Kant, espaço e tempo passaram a ser concebidos como matrizes epistêmicas apriorísticas, das quais a faculdade humana era dotada e se valia para organizar as representações sensitivas, do “mundo externo” (assim como a distinção entre pluralidade e unidade, a noção de causa e efeito). A dimensão do espaço era fundamentalmente epistemológica, não ontológica, espaço como “um pressuposto das representações externas” (SANTOS, 2002, p. 181). Uma intuição pura universal. Em um período imediatamente posterior ao que chega à investigação da obra de Douglas Santos, esta concepção kantiana recebe um duro golpe. As geometrias não euclidianas, conjuntamente com as lógicas não clássicas, remetem a uma concepção de espaço sem envolver a percepção humana. Opera-se aí uma distinção maior entre física e geometria³³.

Foi quando na transição do século XIX para o XX o físico russo Minkowski realiza uma modelação geométrica na qual estão imbricados o espaço e o tempo. Este modelo possuía quatro dimensões independentes da propensão dos eixos de espaço ou tempo ou do ponto de partida. O “escoar” do tempo não seria puramente subjetivo, nem

³³ Whitehead (1941) contestou também as premissas kantianas com postulados de sentido mais realistas. Apontou que comportamentos correspondentes a presunções de relações de causa-efeito, de relações espaço-temporais, também ocorriam na natureza, seja entre insetos como as formigas, ou mesmo de certa forma no reino vegetal. A melhor explicação não seria de que há intuições apriorísticas nestes seres. Mas que o comportamento deriva de operações num nível fundamental de percepção que, por sua vez, deriva de operar na realidade da qual aquelas relações e aqueles seres fazem parte.

uma realidade generalizável. Conferiu-se os eixos para as teorias de Einstein que inauguraram os debates contemporâneos sobre espaço e tempo na física (SANTOS, 2009).

Na física contemporânea, temos a Teoria da Relatividade Especial, que é aplicada em objetos e dimensões das maiores magnitudes, e a Mecânica Quântica, aplicada em dimensões atômicas e subatômicas. As teorias são focadas em contextos epistemológicos diferenciados e em domínios macro e micro de aproximação da realidade. Na primeira, o espaço (domínio macro) é representado de forma contínua e curvilíneo sob ação dos corpos; na segunda (domínio micro), é um plano granulado por "quantas", unidades similares a "pacotes" de energia.

Uma profícua teoria recente que pretende combinar estes dois campos em uma perspectiva unificada é a Gravitação Quântica em Laços (ROVELLI, 2015), cujos modelos preveem um espaço descontínuo, não infinitamente divisível, mas formado por "*loops*", tais como laços ou anéis entrelaçados. O espaço assim não é um "vão" de área, mas uma rede de tessitura de laços, criado pela interação de quantas de gravidade. O fluir do tempo é "visto" de posições contingentes, mas fenômenos temporais reais emergem para sistemas (inclusive sistemas vivos) a partir de interações microscópicas com "médias de miríades variáveis" - "nossa memória e nossa consciência se constroem sobre esses fenômenos estatísticos, que não são invariantes no tempo" (ROVELLI, 2015, p. 70). A "passagem" do tempo é uma cadeia de transmissão de energia.

Longe de se pensar em uma transposição ingênua, posto que o espaço geográfico possui conexões com o domínio epistemológico da física (assim também com ciências da informação e o espaço virtual), mas o transpassa, além de que esta teoria ainda necessita de maiores corroborações para vingar sua pretensão. Mas esta imagem proporciona representações metafóricas fecundas para se pensar o espaço geográfico. No processo histórico da busca geográfica pela compreensão do espaço, em nenhum momento ela foi hermeticamente fechada em termos disciplinar. Não seria agora que teria justificativas razoáveis para sê-lo. Gomes (2002), arguindo por uma lógica relacional na epistemologia sobre o espaço, advoga o uso de metáforas para tratar da natureza linguisticamente significativa do espaço na atividade de compreensão geográfica.

A constituição da espacialidade configura-se por posicionamentos, distribuições e delineamentos de extensões de possibilidades. Conceba-se que a área do município de Goiânia seja de 730 Km². Suponha que um mago muito poderoso possa, com um "hocus pocus, abra cadabra" sumir com metade dos edifícios do município, excluindo os 5% mais

altos e 5% mais baixos. Mesmo mantendo-se a área em 730Km², o espaço geográfico do município teria sido modificado. O espaço também se alteraria se mudasse muito dos traçados das ruas da cidade sem se alterar a soma da área das mesmas.

Na abordagem que proponho, muito mais do que uma área e volume, o espaço geográfico é apreendido enquanto constituído por uma tessitura onde seus elementos se encadeiam e posicionam, configurando margens de possibilidades. Metodologicamente, no espaço, mais do que as confluências ou as dispersões dos elementos, busco apreender como ficam posicionados entre si em dadas conexões – não lhes analisando isoladamente delas. E, em caso de conexões mudarem ou serem desfeitas, se pensa como ficam estes posicionamentos. A análise espacial destes elementos é lexical – referente aos significados de cada um enquanto parte do contexto – e sintática – referente aos significados emergidos do ordenamento e interrelações das partes. Levanta-se a questão:

O que acontece com objetos, sejam pessoas ou coisas, depende de contatos e conexões feitas no espaço-tempo; onde estamos em relação aos outros? Com quem devemos entrar em contato? O que acontece depende do conteúdo e da forma do ambiente social e físico que constitui o espaço-tempo.

Praticamente tudo o que fazemos no decorrer de nossas vidas depende de estar nos lugares certos nos momentos certos (SAYER, 2010, p. 146. Tradução nossa)³⁴.

Dessarte, **espacializar correferre-se às extensões de possibilidades, advindas de (ou contingenciadas por) conexões**. Assim penso espacialmente. É um processo de exercer efeitos e de expressar-se na esfera de alcance, propulsionando potencialidades: “A potência do ser é o poder de ter um espaço. Por isso, as lutas de todos os grupos sociais pelo espaço. Esse é o motivo da enorme importância do espaço geográfico e do combate pela posse do espaço geográfico em todos os grupos de poder” (TILLICH, 1967, p. 229, citado por HAN, 2019, p. 169). Como, na perspectiva do Realismo Crítico, a potencialidade faz parte do Real, faculta-se conceber que poder é algo que talvez esteja latente ou restringido, para além de somente ser exercido. Poder é algo que também se dispõe e não somente se exerce, com mecanismos vinculados a condições estruturais.

O acúmulo do Realismo Crítico contribui com a distinção analítica entre “relações formais” e “substanciais” (DANEMARK et al, 2002, p.46-47). Estas últimas significam conexões reais entre os objetos. As “relações formais” são aquelas em que os objetos analisados compartilham características comuns, ou relações de semelhança, mas sem

³⁴ “What happens to objects, whether people or things, depends on contacts and connections made within space-time; where are we in relation to others? Whom are we likely to come into contact with? What happens depends on the content and form of the social and physical environment constituting space-time. Virtually everything we do in the course of our lives depends on being in the right places at the right times” (SAYER, 2010, p.146)

conexões reais. Nas “relações substanciais” há também as relações internas, que são necessárias para os fenômenos estudados e as relações externas, que são contingentes para os fenômenos. As relações substanciais internas podem ser ainda “simetricamente necessárias” – os objetos condicionam um ao outro – ou “assimetricamente necessárias” – um dos objetos pode existir na relação sem o outro, mas não vice-versa. Na concepção formulada acerca de “espacializar”, se tem em vista estas distintas relações/conexões.

As estruturas sobre as quais a análise de realistas críticos se debruça para buscarem identificar os mecanismos causais subjacentes sob condições contingentes da realidade, possuem naturezas sociais e espaciais (SAYER, 1985). Desta forma, o espaço não é encarado como mero “receptáculo” ou “matéria-prima”; entretanto, **o espaço não é um causador**, mas **as estruturas que emergem espacialmente possuem poderes causais** incidentes em seu ambiente. De mecanismos endógenos à espacialidade advêm tendências cujos resultados implicam em efeitos no espaço.

Sayer (1985; 2010) denuncia o que chama de “fetichização” do espaço, a atribuição ao espaço em si daquilo que é decorrente de poderes causais. Imputar ao “puro espaço” o que é devido a poderes causais advindos de entes que constituem a relação espacial. Logo, dentre entre estas relações, o poder suscita uma atenção especial. À vista disso, como salientado por Han (2019, p.38, grifos do autor), o poder não atua “como causa que gera uma ação específica nos subordinados ao poder. Ao contrário, ela estabelece um *espaço* no qual uma ação recebe em princípio uma direção, ou seja, um *sentido* – um *espaço*, portanto, que precede a *linha* de causalidade ou a cadeia de ações”.

A princípio, é possível abordar uma mesma escala locacional da realidade como espaço, ou como lugar, ou como paisagem, ou como região, ou como território, com respectivos escopos epistemológicos. A categoria é a mediação entre o domínio intransitivo e transitivo do conhecimento. Seria correto então pensar em termos de “transformação socioespacial”? Ou o correto seria somente em termos de “transformação social no espaço”? Transformações sociais fora do espaço não são concebíveis. Epistemologicamente, podem ser pensadas a partir de outras categorias, como território (sob o escopo das relações referentes a hegemonia no usufruto de um ambiente locacional demarcado) ou lugar, mas isto seria outra questão. O sentido da qualificação “socioespacial” é expressar que as transformações em questão manifestam, conjugadamente, efeitos nas estruturas espaciais e em processos sociais.

No tema deste estudo, em seu respectivo problema e em seu quadro de pesquisa, os agricultores e as agricultoras, as unidades produtivas de agricultura familiar, as firmas,

os atores do poder público e privado, as infraestruturas, são concebidos como elementos do espaço, coerentemente com o raciocínio de Santos (2012, p. 16-17). O que implica que é essencial, na reflexão sobre a caracterização das formas sociais destes sujeitos no espaço agrário, considerar suas conexões com as estruturas da espacialidade e os poderes que são operados nestas conexões. Ou seja, não meramente isolar epistemologicamente dos demais elementos socioespaciais, para abstrair e categorizar. As unidades produtivas familiares e respectivos ambientes comunitários seriam subsistemas do sistema espacial correspondente. Em um outro momento Santos (1997) articula esta compreensão:

[...] a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo [...] As variáveis ou elementos estão ligados entre si por uma organização, podendo funcionar a diferentes escalas. [...] Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si. [...] Pode-se falar também na existência de subsistemas, formados exatamente pelos elementos dos modos de produção particulares. (SANTOS, 1997, p. 20-26).

Dessarte, a espacialidade proporcionará um prisma analítico no qual será concebida não como um cenário, mas como uma matriz.

1.3.2 O pulsante espaço social

A ideia do ser social em quatro planos diz que todo evento no mundo social ocorre simultaneamente em quatro planos: o plano das transações materiais com a natureza; o plano das interações sociais entre as pessoas; o plano da estrutura social *sui generis* (a economia, a sociedade, a linguagem, etc.) e depois, em quarto lugar, o plano da estratificação da personalidade incorporada. Esse é um desenvolvimento importante que vem do modelo transformacional da atividade social³⁵ (BHASKAR, 2013, p. 30-31. Tradução nossa).

Dentre as definições para “transformação”, o dicionário Michaelis apresenta “alteração de um estado em outro ou de uma condição em outra”. Uma outra definição significativa apresentada se dá no domínio da física, especificamente na topologia e meteorologia, a “transformação de Lorenz”: “transformação de coordenadas entre um referencial inercial e outro em movimento relativo a ele”. A possibilidade de alteração de

³⁵“The idea of four-planer social being says that every event in the social world occurs simultaneously on four planes: the plane of material transactions with nature; the plane of social interactions between people; the plane of social structure *sui generis* (the economy, society, language, etc.) and then, forthly, the plane of the stratification of the embodied personality. That is an important development coming out of the transformational model of social activity”(BHASKAR, 2013, p. 30-31).

estados e/ou de posições relativas das formas, em novos estados, em novas formas, sugere uma dinâmica, endógena, exógena ou ambas, de um sistema ou estrutura. O que faz com que a concepção de “transformação socioespacial”, sendo então conjugada com “dinâmica socioespacial”, não possa ser tomada como “dada”, inerente a qualquer ideia de espaço e sociedade.

“O que é uma civilização senão a antiga instalação de uma certa humanidade num certo espaço?” (BRAUDEL, 1970, Tomo I, p. 477). Este questionamento se dá nos fins de um monumental volume de estudos a respeito dos modos de vida e das atividades cotidianas, habituais e introjetadas, abrangendo as relações humanas com as coisas em termos de valores de uso – o que o autor denomina “vida material” -, cobrindo especialmente a “Europa ocidental”, mas também China, Rússia, áreas da civilização muçulmana, em uma escala de tempo vasta no qual se passa por profundas fraturas. Traz à consciência a complexidade envolvida na compreensão destas realidades.

A transformação socioespacial, enquanto processo dinâmico, será abordada sob sua perspectiva própria, mas também com atenção da noção de espaço contemplando “um sistema de objetos e de ações” (SANTOS, 1978). Especialmente o aspecto acerca das ações modificadoras permitidas pelos elementos fixos nos lugares e estes, por sua vez, redefinidos por novas condições criadas por fluxos. Propõe-se a investigar os mecanismos pelos quais ocorrem os fluxos.

A perspectiva acerca do espaço, visto enquanto caracterizado por inter-relações de sistemas, iluminada pelas contribuições de Santos (1997), também será vital para não perder de vista a interação de um conjunto de forças políticas e institucionais do Estado, do agronegócio e da agricultura familiar reorganizando os espaços e as relações que lhe compõem. As ações que foram preponderantes em imprimir sua força por intermédio de objetos induzem outros sistemas de objetos e ações a somarem-se na sua lógica. Nisto,

O espaço passa a ser modelado segundo os mesmos critérios de eficiência e racionalidade que comandam o processo técnico-científico. É um novo conteúdo social que vai se viabilizar e se concretizar numa nova estrutura espacial. O avanço técnico redefine as relações sociedade/espaço, criam-se novas formas espaciais e as anteriores se ajustam às novas determinações (BARBOSA, citado por SANTOS, 2004, p. 247).

Estes aspectos perpassam por percepções tais como as distinguidas por Mahecha (2003), em que “movimentos, de todo tipo, criam estruturas espaciais que uma vez estabelecidas têm grande influência nos movimentos subsequentes [...] As estruturas

espaciais estão reciprocamente associadas aos processos de movimento”³⁶ (MAHECHA, 2003, p. 51, tradução nossa). Porém, enfatiza a perspectiva aqui caracterizada na qual é o “espaço social produzido pelas relações sociais e as relações entre sociedade e natureza. Esta última inclui tanto a natureza imaculada como a natureza transformada pelo trabalho humano, ou segunda natureza” (MAHECHA, 2003, p.80, tradução nossa).

Soma-se a concepção de “espaço relativo” de Harvey (2012) onde circulam capital, mercadoria e trabalho através do “ambiente construído”. “Comparações entre molduras espaço-temporais diferentes podem iluminar os problemas da escolha política” (HARVEY, 2012, p.12).

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos (HARVEY, 2012, p.10).

O geógrafo britânico preconiza que o espaço “torna-se” relativo, diferenciado do espaço absoluto ou “relacional”, em função das circunstâncias dadas as “práticas humanas em relação a ele”. “O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia etc., são necessários para superar a fricção da distância” (HARVEY, 2012, p.10).

Em uma representação matricial Harvey (2012, p.22) coloca sua divisão tripartite do espaço-tempo relativamente à divisão identificada por Henri Lefebvre entre espaço experimentado, conceitualizado e vivido. Segundo Harvey os pontos de interseção “remetem a diferentes modalidades de compreensão dos significados do espaço e do espaço-tempo”. Pondera sobre a limitação e o caráter “mais sugestivo que limitativo” de sua representação matricial. Prosseguindo a discussão do seu trabalho, Harvey (2012, p. 30) elabora outra representação matricial das perspectivas espaço-temporais de acordo com o que considera que seria sua interpretação e uso da teoria marxiana. A seguir as duas matrizes que foram delineadas para o espaço relativo, com adendos marcados em verde assinalando adaptações sugeridas para moldagens dos elementos contidos no problema da presente pesquisa.

Quadro 02. Representação matricial de perspectiva espaço-temporal relativa

³⁶ “movimientos, de todo tipo, crean estructuras espaciales que una vez establecidas tienen gran influencia en los movimientos subsecuentes. [...] Las estructuras espaciales están recíprocamente asociadas a los procesos de movimiento” (MAHECHA, 2003, p. 51). “el espacio social producido por las relaciones sociales y las relaciones entre la sociedad y la naturaleza. Esta última incluye tanto la naturaleza prístina, como la naturaleza transformada por el trabajo humano o segunda naturaleza” (MAHECHA, 2003, p.80).

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço (tempo) relativo	Circulação e fluxo de energia, de água, de insumos, de máquinas, mercadorias, de moradores, de trabalhadores, representantes de entidades públicas e privadas, informação, dinheiro, capital, crédito (não necessariamente sob forma monetária, mas também de insumos); acelerações e diminuições na fricção da distância.	Cartas temáticas e topológicas (ex: caracterização dos espaços do campo dos sistemas produtivos familiares); desenhos de perspectiva; metáforas de saberes localizados, de movimento, mobilidade, deslocamento, aceleração, distanciamento e compressão do espaço-tempo. Referências posicionais para se chegar nos lugares ou distingui-los. Imagens simbólicas e que evocam valoração (p. ex. maquinário).	Ansiedade por entregar a produção no tempo e condições contratuais; atração pelas novas possibilidades neste sistema comercial; tensões ou sensações diversas resultantes da compressão espaço-tempo, da velocidade, do movimento. Apreensão quanto a passivos de créditos herdados. Percepção acerca da dinâmica do perfil de vizinhança e ambiente comunitário. Representações e figurações simbólicas e evocativas.
	Espaço material (da experiência)	Representações do espaço (espaço concebido)	Espaços de representação (espaço vivido)
	Troca material, comércio, circulação e fluxo de mercadorias, energia, força de trabalho, dinheiro, crédito ou capital, percurso até unidades de escoamento da produção e/ou aquisição de insumos, percurso campo-cidade, percurso até área arrendada, depreciação e degradação, fluxo de informação e agitação do fora. Maquinário substituindo energia laboral, incrementando controle eficiente do ciclo produtivo.	Valor de troca (valor em movimento) Esquemas de acumulação. Cadeias Mercantis e insumos; modelos de input-output, teorias de “fixos” espaço-temporais, circulação do capital através do ambiente construído. Precificação no mercado de terras; Formação do mercado mundial, redes. Relações geopolíticas.	Fetichismo da mercadoria e do dinheiro (desejo perpétuo insatisfeito); ansiedade / euforia face à compressão espaço-temporal; instabilidade; insegurança; intensidade da ação e do movimento vs repouso; disrupturas em práticas sociocomunitárias; “tudo o que é sólido desmancha no ar” ...

FONTE: Harvey (2012, p. 30)

Se Harvey pondera que a primeira matriz seria uma representação dos possíveis significados do espaço como palavra-chave, na segunda representação “nenhuma prioridade pode ser conferida a um dos quadros espaço-temporais” (HARVEY, 2012, p.32). Este sistema representativo também pode proporcionar indicações estratégicas para delinear questões a se buscar nas entrevistas e informações-chave para perscrutar.

A discussão de Massey (2008) contribui com o enfoque metodológico proposto para pesquisar a transformação socioespacial. Nela, as relações sociais de produção e reprodução são pré-requisitos analíticos para a compreensão da dinâmica de interações e conflitos que se processam na espacialização. O espaço segundo a autora trata-se “da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes” (MASSEY, 2008, p. 97).

Em todo este ambiente social e institucional circundante ocorrerão disputas também entre apelos semiológicos, com componentes valorativos embutidos e novos construtos simbólicos buscando substituir, ressignificar ou reformular os discursos para motivar a ação social coerente com suas demandas e escalas de prioridades de decisões. Para Massey,

[...] o espaço é a dimensão *social* não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional (MASSEY, 2006, p.97-98, grifo da autora).

Com essas perspectivas, me proponho a pesquisar não apenas como se os sujeitos sociais da agricultura familiar, em suas diferentes características, atravessassem o processo conduzidos passivamente por forças alheias; contudo, buscando também, proativamente, se adaptarem às condicionantes do contexto social e econômico. Dentre as diferentes formas que essas buscas assumem, incluem-se as que se elaboram e reelaboram discursos, valores e campos simbólicos.

Isto se suscita, para se interpretar as principais alterações na dinâmica socioespacial, a diligência de se perquirir as representações das vivências, expressadas pelos agricultores familiares, nos processos desencadeados. No intuito de iluminar tais experiências, por sua vez deve-se compreender como as relações comunais e socioculturais foram afetadas. O que é imprescindível para avaliar os riscos³⁷ e vulnerabilidades para a reprodução social no espaço a que estão expostos incorporando-se ao sistema produtivo-comercial da soja, somando-se assim com o instrumental dos estudos de viabilidade econômica.

³⁷ Aqui opero com uma concepção de risco próxima da proposição de Narvaez, Lavell & Ortega (2009, p.10): “*Se refiere a una condición derivada y causal que se verifica cuando procesos sociales hacen que un elemento de la estructura social sea propenso a sufrir daños y pérdidas al ser impactado por un evento físico peligroso particular*”. Porém não limito que o evento seja “físico”.

1.4 Lugaridade

Não quero falar de exotismo, esse vício ao qual as crianças são de todo alheias. Não porque vejam através dos seres e das coisas, mas justamente por verem tão somente isso: uma árvore, um buraco na terra, uma coluna de formigas-carpinteiras, um bando de moleques levados em busca de uma brincadeira, um velhote de olhos baços que estica a mão descarnada, uma rua de uma aldeia africana, quando é dia de feira, eram todas as ruas de todas as aldeias, todos os velhos, todas as crianças, todas as árvores e todas as formigas. Este tesouro está sempre vivo em meu íntimo e não pode ser extirpado.

(Le Clézio, em “O Africano”).

Subjacente à proposta aqui abordada está a necessidade de inquirir se a incorporação dos sujeitos sociais pesquisados ao sistema comercial e produtivo da sojicultura, acarreta alterações distintivas e significativas nas configurações de determinada malha socioespacial. Sob um ângulo ainda mais amplo, analisar-se-á também as transformações que as interações com o agronegócio acarretam sobre a agricultura familiar. Provém daí inquirições modulares: os mecanismos das estruturas do sistema produtivo e comercial da sojicultura possibilitam quais consequências? Como caracterizar sua estrutura na dinâmica socioespacial da agricultura familiar? Ocorrem efeitos com os agricultores dentro desta abrangência morfológica/tipológica que em contraste não ocorrem? Ocorrem efeitos que em outros sistemas produtivos-comerciais não, na mesma abrangência morfológica/tipológica de agricultores?³⁸

Dentre os efeitos potenciais, considerarei as transformações nas características das práticas sociais e das formas e expressões sociais dos sujeitos em seus sistemas produtivos. Seja pelo impacto sofrido, seja pelas estratégias adaptativas, conjectura-se se a forma de gestão e manejo da propriedade e sua relação com a economia, com a sociedade e com institucionalidades do meio mais amplo estarão sujeitas a passar por reconfigurações mais ou menos significativas.

Desta forma, buscarei uma aproximação para identificar as mudanças no jeito de viver, nos hábitos, nas relações socioculturais e socioecológicas que se processam na incorporação no sistema produtivo e comercial da sojicultura. As práticas agrícolas, a produção para autoprovisão, os hábitos de compra e de consumo, as concepções patrimoniais, as relações de trabalho e o trabalho na família, a movimentação espacial, a frequência em vivências comunitárias, em ambientes lúdicos e de participação cívica, as

³⁸ Questionamentos que seguem o modo de inferência abdutivo/retrodutivo do Realismo Crítico, uma base lógica de pesquisa (SAYER, 2010)

relações locais de poder, as relações com “os de fora” do ambiente local que transitam ou visitam etc.

Esta aproximação, neste intuito, requer também um particular recorte com maior focalização escalar. Tais questões remetem a uma perspectiva de um eixo no contorno espacial de convergência de manifestação de processos e fenômenos perpassando pelo ambiente de vida³⁹ dos sujeitos sociais pesquisados. Sendo assim, este não poderia ser concebido como uma mônada essencializada, porém, como entrecorte de percursos de eventos e seres, de energias e matérias, de experiências e informações. Mas também onde, com maior expressão, se processam, se manifestam ou operam subjacentes sentimentos pessoais, apegos, identificações, desejos, anseios, medos, aspirações, em meio às convivências pessoais, aos laços de cooperação, de ajuda, de suporte, de dominação, de autoridade, de manipulação, de convencimento. “Reconhecer a individualidade dos lugares produzidos e mantidos pela ação humana é o fundamento mais duradouro da geografia e, na prática, sua contribuição acadêmica mais significativa” (COSGROVE, 1998, p.11).

Em uma observação que se coaduna com estas preocupações no âmbito do problema de pesquisa que colocamos, Santos (1997, p.63) atenta para o potencial desencadeamento de efeitos de instabilidade trespassando as esferas locais

É indispensável acrescentar que outras atividades também conhecem paralelamente o mesmo impacto, uma vez que o aumento da densidade de capital tem nas áreas agrícolas um muito forte poder de contágio, arrastando no mesmo movimento as áreas vizinhas e as atividades complementares. Isso conduz, às vezes muito rapidamente, a uma terceira consequência importante, isto é, à tendência à “desculturização” da área, na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante longo tempo e que se veem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil (SANTOS, 1997, p.63).

A incorporação no sistema produtivo-comercial da soja significa vários processos novos relacionados ao modo de produzir, de se prover os insumos e matérias-primas, à dinâmica das técnicas empregadas, dos ritmos para produção e comercialização, do firmar e executar contratos, administrar riscos contraídos. Tais elementos trazem implicações para as relações familiares, comunitárias, socioecológicas, socioeconômicas e

³⁹ O termo “ambiente de vida” é cunhado por SHULTZ; LUCKMANN (1973, p.249-250), relacionado com a compreensão de se ser sujeito vivenciando o caráter do cotidiano tido como “dado”.

sociopolíticas mais amplas. Santos (1997, p. 64) interpreta três configurações diante do que refere como “geografias desiguais no mundo”:

- a. As inovações podem ser imediatamente aceitas e integradas ao sistema;
- b. As inovações precisam passar por um maior número de distorções a fim de se integrarem ao sistema;
- c. A estrutura imposta (inovações) mantém uma tão grande oposição relativamente às formas existentes que estas nunca se acham inteiramente integradas ao novo; este e o velho operam lado a lado, embora não sejam duas entidades separadas e autônomas.

Para operacionalizar o procedimento analítico e investigativo deste escopo, focalizando-se espacialmente no esteio da discussão proposta e sob os parâmetros das preocupações apresentadas, apresentarei a abordagem a respeito de o “lugar” e as concepções pelas quais a pesquisa se ancorou.

1.4.1 Onde se desvela e enovela

O que chamamos de trivialidades são na realidade as pontas soltas de inúmeros contos; a existência ordinária e sem sentido é como dez mil emocionantes novelas policiais misturadas com uma colher.

Gilbert Keith Chesterton em "O Segredo de um Trem" [não, ele não era de Minas Gerais]

Como a gestão da “unidade produtiva de agricultura familiar” e as relações de trabalho mudaram? Percebe-se se relações familiares e as comunitárias foram afetadas?

Em relação à participação nas associações comunitárias, em eventos lúdicos, festivos, esportivos, religiosos, em encontros comunitários etc., houve alterações significativas? E em termos do fluxo de visitantes nas casas, das visitas das próprias famílias entre si, das relações com vizinhos? Havia ações ou eventos coletivos com outros agricultores que não ocorrem mais ou que passaram a ocorrer? Como veem a forma da paisagem na propriedade, no sistema agrícola, no ambiente adjacente da propriedade ou onde a vista alcança a partir do ponto da casa, antes e depois da sojicultura? Mudou a forma de como se sentem no ambiente próximo à casa?

São algumas das questões relacionadas às práticas, percepções, pontos de vista, hábitos e costumes, rotina, relações, que suscitam a focalização locacional para analisar e refletir a respeito, dada a maior convergência local de suas expressões. O lugar, os lugares, a “lugaridade”. Lugar, como já enfatizado, não se constitui numa mônada “essencializada”, mas

o que dá a um lugar sua especificidade não é alguma longa história internalizada, mas o fato de que ela é construída a partir de uma constelação

particular de relações sociais, que se encontram e se tecem juntas em um ‘locus particular’ (MASSEY, 2000, p. 183-184).

Processa-se assim porque essas questões estão inter-relacionadas com outras questões postas, dado que as relações das empresas da agroindústria da soja onde os agricultores inserem-se, as políticas públicas do Estado com eles, com a agroindústria e com a economia internacional, a cadeia de insumos, o comércio municipal, a logística e sistema de comunicações. Todas estas questões relacionam-se com mecanismos que acarretam efeitos no lugar e neste, por sua vez, processam-se fenômenos de adaptação ou reação. Entre a produção recíproca do espaço e da vida dos sujeitos advém as relações que geram os lugares, sendo estes então sistemas abertos pelo qual perpassam trajetórias:

Lugares não como pontos ou áreas em mapas, mas como integrações de espaço e tempo, *como eventualidades espaço-temporais*. Este é um entendimento de lugar – como aberto (‘um sentido global de lugar’), como um tecer de estórias, em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada... (MASSEY, 2008, p. 191. Grifo da autora).

De tal forma, o escopo locacional onde predomina a vivência dos agricultores e das agricultoras, seu lugar, seus lugares, também se constitui como “combinações localizadas de variáveis sociais” (SANTOS, 2012, p.57). Destarte, o lugar, dentro deste problema de pesquisa, condiz com uma abordagem acerca de onde confluem e se adensam fenômenos globais (SANTOS, 1988, p. 33). “Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo [...]” (SANTOS, 1988, p. 34). É manifestando caracteres concretos de interconexões transfronteiriças em localizações delimitadas que o lugar se distingue:

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço - homens, firmas, instituições, meio ambiente -, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 1988, p.13. Grifo do autor).

Sendo um tomado como contorno espacial, com sua especificidade epistemológica, para se pensar o tratamento analítico do lugar é imprescindível recapitular a referida visão de espaço: como tessitura de encadeamentos posicionando os elementos em margens de possibilidades. O lugar sendo onde muitas destas relações convergem e a partir de onde também se entretecem – ressaltando os aspectos experienciais e perceptíveis dos sujeitos que nele estão em variadas temporalidades. Uma percepção similar a de que

Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, 1988, p. 34).

Tal prisma, com suas ênfases particulares, possui pontos de contato e diálogo com a consideração de Carlos (2007, p.18)⁴⁰ sobre o lugar garantindo “a construção de uma rede de significados e sentidos”. A autora salienta que o lugar

só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas de um conjunto de sentidos e usos. [...] Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno (CARLOS, 2007, p. 18,20).

O lugar tampouco esgota-se em termos delimitativos ou de focalização. Internamente aos lugares estão mediações espaciais, as quais podem estar também ligando lugares diferentes: “Cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas” (SANTOS, 2012, p.23). Assim é com residências de moradores de uma comunidade que funcionam para reuniões da associação ou visitas de extensão rural, interconectadas por estradas, por caminhos entre pastagens, por “picadas” na mata e/ou passagens entre quintais. Ou com escolas para as quais o veículo do transporte dos educandos, proveniente de outras localidades e da sede municipal, cruza parcelas de assentados de reforma agrária. “Lugares referem-se às múltiplas relações entre a experiência humana e a localização⁴¹” (COSGROVE, 2008, p. 222. Tradução nossa).

Em uma obra na qual aplica seus aportes sobre a Geografia Cultural⁴² aos denominados “lugares altos e frios”, abordando as dinâmicas dos sentidos atribuídos e os pressupostos socioculturais e políticos subjacentes inclusive nos meios científicos, COSGROVE (2008, p.222) argui que os seres humanos buscam nos lugares, mesmo com as inerentes contingências destes, proporcionar ordem e estabilidade ao fluxo da experiência. O pensamento do autor salienta que na busca do entendimento das razões para as convenções e práticas manifestadas nos lugares, entre permanências e mudanças, tem-se em conta as influências de fatores de outra ordem como relações de produção e de classe, como relações de vínculo, de emulação e/ou de transformação do meio ambiente (COSGROVE, 1978). “Os seres humanos sempre fizeram os lugares, conferindo então

⁴⁰ E levando em consideração que a autora escreve tendo em conta um debate acerca da rotina de vida no ambiente urbano das metrópoles.

⁴¹ “Places are about the multiple relations between human experience and location” (COSGROVE, 2008, p. 222)

⁴² Aqui compreende-se que a Geografia Cultural não se restringe à perspectiva da Geografia Humanista.

valor e significado, usaram-nos para alcançar objetivos e realizar projetos e no processo transformaram ambientes naturais⁴³” (COSGROVE, 2008, p.222. Tradução nossa).

Postulei que a tarefa de interpretar as principais alterações na dinâmica socioespacial dos agricultores abrange depreender como as relações comunais e socioculturais foram afetadas, com atenção especial nas características da sociabilidade. Neste intuito trabalhei com o que me referi como “lugaridade”. Lançarei mão de instrumentos diversos, inclusive aspectos quantitativos (como variáveis econômico-financeiras), no intuito de apreender os riscos e vulnerabilidades para sua reprodução social com a atividade agrícola em seus lugares. Entretanto, atentarei para maneiras de ser o mais fiel possível às possibilidades e limitações para captar as referências quanto à convivência da vida em comum dos agricultores e de suas comunidades.

Chama-se a atenção então que estas maneiras podem não se coadunar com procedimentos que seguem modelos comportamentais abstratos, mensurando frequências recolhidas tabulando-se estatisticamente dados de questionários fechados. Estimular e facilitar descrições e relatos faz mais jus às características de “sistemas abertos” (como os lugares), tal qual entendido pelo Realismo Crítico exposto. Atenta-se para o “antes e depois” e o “decorrente” da incorporação dos agricultores e das agricultoras ao sistema produtivo e comercial da sojicultura. Desta forma, o transcurso de experiências, de eventos e de ações na vivência dos sujeitos sociais, bem como suas aspirações, suas intenções, suas motivações e razões pode ser visualizado em quadros contextuais emergidos na e moldados pela história transcorrida:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1998, p.322).

A discussão tecida por MacIntyre (2001) é profícua para as preocupações tecidas. O filósofo reputa que as concepções, os entendimentos e as apreensões da experiência são histórica e socialmente mediados, existindo na linguagem e na cultura. O corpo principal de costumes advém de uma história de vivência herdada, engendrando valores os quais são internalizados e repassados. Não é buscando enunciados sistemáticos, mas através de narrativas e de histórias compartilhadas que se pode buscar entender o comportamento dos sujeitos nos seus contextos (incluindo o contexto espacial). Isto posto,

⁴³ “Humans have always made places, given them value and meaning, used them to achieve goals and accomplish projects and in the process have transformed natural environments” (COSGROVE, 2008, p.222)

Porque vivemos narrativamente nossas vidas e porque entendemos nossas vidas em termos narrativos, a forma narrativa é a apropriada para entender as ações dos demais. As histórias se vivem antes de representá-las em palavras, salvo em caso das ficções. [...] vivemos nossas vidas, tanto individualmente quanto nos nossos relacionamentos, à luz de certas concepções de um possível futuro compartilhado, um futuro no qual certas possibilidades nos impellem para a frente e outras nos fazem recuar, algumas parecem já excluídas e outras, talvez, inevitáveis. (MACINTYRE, 2001, p.212, 362.).

Consoante a estas preocupações, buscarei combinar instrumentais de questionários semiestruturados de forma sensível às questões pautadas pelas técnicas da entrevista em profundidade (SILVA, 2005), articulando e fazendo perguntas de modo a deixar fluir o raciocínio dos entrevistados, atento à performance das respostas.

2. As razões têm corações: o sistema soja alcança a agricultura familiar

Quais os processos através dos quais as entidades do agronegócio da soja chegaram até a agricultura familiar dos municípios e, no caso de compra para biodiesel, foi implantada a unidade processadora? Qual o escopo do papel do Estado? Pode-se identificar e descrever se acaso políticas públicas impulsionaram, orientaram e produziram os contornos para a nova disposição socioespacial, econômica e institucional com a implantação da sojicultura nas unidades produtivas de agricultura familiar?

Quais as motivações que levaram os agricultores familiares a aderirem e como as representam? Julgavam que as condições de vida estavam insatisfatórias? Houve ações preparatórias e motivadoras por parte de agentes – privados ou públicos - antes dos agricultores implantarem a atividade?

Estes questionamentos despontam nas orientações para analisar os mecanismos e forças sociais e político-institucionais que atuaram no processo de incorporação dos agricultores familiares às estruturas que envolvem o sistema produtivo-comercial da sojicultura.

No intuito de elucidar tal questão, neste capítulo procederei com discussões críticas acerca de: 1) dinâmicas sociopolíticas envolvendo o agronegócio – dadas as relações com os sujeitos sociais e estruturas pesquisadas – e o campo semântico relacionado; 2) discernir as principais tendências potenciais que os vínculos sob o sistema produtivo-comercial da soja desencadeiam; 3) o papel estruturador do Estado na articulação e mediação de políticas envolvendo o “agronegócio” e os sujeitos sociais do campo, como suporte para abordar seu papel específico no processo de incorporação da sojicultura na agricultura familiar no Sudeste Goiano; e 4) características estruturais e os processos e mecanismos que operam na incorporação dos agricultores familiares ao sistema produtivo-comercial da soja, articulando aportes teóricos e analíticos.

Em todos os eixos a aplicação analítica será estruturada de acordo com as abordagens das categorias de espaço e lugar (especialmente – mas não unicamente - eixo 4), as discussões sobre espacialidade e lugaridade, permeadas pela reflexão sobre o Realismo Crítico no Prolegômeno.

2.1 A semântica e a sintaxe do “agronegociar”

Cala a boca, amigo Sancho – respondeu Dom Quixote; as coisas da guerra são de todas as mais sujeitas a contínuas mudanças; o que eu mais creio, e deve ser verdade, é que aquele sábio Frestão, que me roubou o aposento e os livros, transformou estes gigantes em moinhos, para me falsear a glória de os vencer, tamanha é a inimizade que me tem; mas ao cabo das contas, pouco lhe hão de valer as suas más artes contra a bondade de minha espada.

- O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha

Notícia de 29 de abril de 2014, no “Canal do Produtor”, cobrindo o Seminário da Confederação Nacional do Agronegócio “Brasil Novo – Discussões para a construção de uma agenda positiva no Congresso Nacional”. Nela se diz que a então presidente da CNA defende que a agenda do “agronegócio” no congresso passa por afirmar que “Definição de regras trabalhistas, rapidez no registro de agroquímicos e novas diretrizes para a logística são temas prioritários”.

É concebível semanticamente que possa se dizer que a presidente da Confederação Nacional de *“a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles”* (BATALHA, 2001. Grifo nosso) afirma que **a prioridade** para “a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles” (novamente, a definição de BATALHA, 2001) seja “Definição de regras trabalhistas, rapidez no registro de agroquímicos e novas diretrizes para a logística”?

Este conteúdo em grifo seria condizente com aquilo a que ela estava se referindo como “agronegócio”, correspondendo ao termo da sigla? O significado dado pela definição acima corresponde ao sentido do contexto? Ou há uma dimensão de significado de outros domínios semânticos que o conceito clássico que emergira em trabalhos especializados, como o de Batalha (2001), não encerra?

Percebe-se pertinência de avaliações críticas da evolução do uso do conceito de agronegócio, passando em seu histórico pelas relações sociais entre os participantes e afetados pelo processo econômico e social relativo, como a de Leite e Medeiros (2012, p. 85), que grifam

[...] a generalização do termo agronegócio, mais do que uma necessidade conceitual, corresponde a importantes processos sociais e políticos que resultaram de um esforço consciente para reposicionar o lugar da agropecuária e investir em novas formas de produção do reconhecimento de sua importância.

O termo “agronegócio” teria passado por um processo de ganho de polissemia, para utilização na ação política e debate público. Apercebesse-lhe como dotado de um apelo propagandístico a fim de lhe dotar de conotações positivas e de importância relativa, enquanto capital simbólico, para o lóbi de determinados grupos socioeconômicos (BEZERRA, 2009). Detém um papel de apelo conotativo importantíssimo para o convencimento com fins de avançar certas pautas em relação a pleitos conflitantes. Como Bruno (2009) levanta:

mais recentemente, como produto das transformações da agricultura e da sociedade brasileira, o agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão de um momento no processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação (BRUNO, 2009, p.2).

Este investimento no campo semiológico é emblematicamente ilustrado na extensa campanha publicitária orquestrada junto com o mais poderoso grupo empresarial das comunicações no Brasil, a Rede Globo, "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo".

O agronegócio tem que comunicar à sociedade urbana a tecnologia que é aplicada no dia a dia do campo, na fabricação dos produtos agrícolas, dos alimentos. Foi o que ressaltaram o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues; e o diretor de marketing da TV Globo, Roberto Schmidt, em palestras no GAF Talks, evento realizado pela DATAGRO no final de março, em São Paulo (em STARTAGRO, 2017).

Observe-se o emprego do termo “o agronegócio” como sujeito de um verbo, o verbo “comunicar”, com o objeto indireto “à sociedade urbana”. É notória a busca de imprimir uma força conotativa positiva para hegemonizar a identidade do campo brasileiro e obnubilar a publicização de fatos negativos. E um dos maiores instrumentos deste apelo emana de um “encantamento” que a tecnologia empregada traria como símbolo de um dado discurso de modernização, com um recorte no viés pretendido. Pompeia (2021, p. 275-277) aponta que lideranças sociopolíticas, ligadas especialmente à Associação Brasileira de Agribusiness, consideraram que o termo “Agro” poderia servir como um artifício publicitário estratégico, para melhorar a imagem do apelo ao agronegócio junto à opinião pública. Na segunda metade de 2011 entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a corporação representativa do setor sucroalcooleiro “Única”, a Associação Brasileira do Agrobusiness (Abag), Associação Brasileira de Marketing e Agronegócio, a Organização das Cooperativas do Brasil, a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso (Aprosoja), o

Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, corporações transnacionais como a Bunge, a Nestlé, a Monsanto, a Vale etc., congregaram-se para formar o “Movimento Sou Agro”.

Fairclough (2001), na abordagem da Análise Crítica do Discurso, esquadrinha as formações ideológicas presentes em textos com apelos conotativos formadas pela luta por imprimir uma hegemonia nas relações na sociedade, lhes denominando “eventos discursivos”. Segundo o autor, tais eventos discursivos referem-se a práticas sociais e a formas de primar por editar e infundir significados à realidade social.

O conceito de hegemonia fornece para o discurso uma matriz - uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes - como um modelo - uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens do discurso existentes (FAIRCLOUGH, 2001, p.126).

A disputa perpassa então pela semiologia como recurso instrumental de afirmação de poder onde, situada, esta disputa também se materializa socialmente, acompanhando a afirmação de Campos (2009, p.7) de que “o agronegócio se viabiliza por meio da apropriação de espaços nos estados para garantir recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades”. Menciona-se, na reportagem sobre “O Agro”, o apelo do presidente da empresa pública EMBRAPA dizendo da necessidade de que “o Brasil” (governo, entidades representativas, sociedade?) “precisa trabalhar para construir uma marca institucional para o agronegócio brasileiro na comunidade internacional”. Repare-se que o termo “marca institucional” empregado advém, no campo da administração e do *marketing* e propaganda, do uso como identidade que uma empresa – entidade jurídica - quer “vender” para se promover e construir uma reputação favorável principalmente ao público mais estratégico aos seus interesses e para seu desempenho. Está relacionada ao emprego de uma “identidade organizacional” com a qual busca criar um vínculo com o público (VIANA, 2012).

Na antropologia, a Identidade Organizacional relaciona-se “a uma determinada visão do mundo, sendo considerada resultante de representação compartilhada dos membros de uma organização e daqueles com quem ela interage” (MACHADO-DASILVA; NOGUEIRA, 2001, p. 36). Segundo Oliven “as identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção” (OLIVEN, 2006, p. 34).

A partir então de um crivo crítico, podem-se articular estas considerações com o arcabouço teórico criado por Manuel Castells (CASTELLS, 1999, p. 24), concebendo que nesta evolução, “o agronegócio” manifesta-se no âmbito de uma “Identidade de projeto”, que o autor define como “quando os atores, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade”. O apelo tecnológico também é empregado para apagar vinculações depreciativas com “coronelismo”, brutalidade, exploração do trabalho e degradação ambiental. Buscando consagrar-se no papel de “Identidade legitimadora”, aquela “introduzida por instituições da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 1999, p.24).

O sentido e a conotação políticos que uma identidade carrega dependerá do contexto. Em si não são positivos ou negativos. À ideia de “resistência” pode-se forçar um sentido inerentemente positivo, como de “povos tradicionais” resistindo a pressões de grupos econômicos sobre seu território. Mas um outro exemplo coadunado ao conceito de “identidade de resistência” seria o “*Afrikaner Weerstandsbewering*” – Movimento de Resistência Africâner -, brancos supremacistas da África do Sul, que se insurgiram indignados contra o fim das políticas do Apartheid. A “identidade de projeto”, igualmente, pode ser aplicada ao movimento feminista ou a um uso por corporações empresariais do apelo ao “empreendedor de si mesmo” - manipulado para constranger trabalhadores no pleito por direitos trabalhistas.

Na notícia supracitada, reproduz-se a fala da senadora ruralista Kátia Abreu: “Agronegócio hoje não é grão, é logística”, afirmou. ‘Para nós, a hidrovía é essencial. No nosso caso, hoje, 70% da soja corre por rodovias’, afirmou.” Na primeira sentença, o termo “agronegócio” apresenta um sentido associado à definição econômica de Batalha (2001) supracitada. Mas logo em seguida, a senadora lhe refere pronominalmente: “nós”. Antecedido da preposição essencial “para”, conectando a oração “a hidrovía é essencial” ao pronome pessoal “nós” - que ela emprega em referência ao sujeito “agronegócio”, do verbo “ser”, que aparece na sentença anterior. O “Nós” é complemento nominal que integra os termos da oração conferindo sentido, sendo referido como considerando que a estrutura logística “hidrovía” é essencial, ou sendo do seu (“nós”) interesse. Na sentença, é um pronome pessoal oblíquo tônico, completando o sentido do verbo “ser” no presente do indicativo fazendo parte do predicado do mesmo, junto com “é essencial”. O “caso”, questão logística, é agregado por um genitivo.

Tacitamente, o termo “agronegócio” revela-se empregado personificadamente, reificadamente, num discurso de pleito reivindicativo por parte uma mandatária eleita e proeminente figura da frente parlamentar agropecuária, que se inclui como membro da referida personificação. Em outros espaços de lóbi, os discursos revelam personificações: “o agronegócio **sente**” (FAYET,2012), “o agronegócio **quer a defesa de seus interesses**” (CNA, 2015), “O agronegócio **quer concentrar** os registros no Ministério da Agricultura” (FAEMG, 2018), “o agronegócio **defende uma maior atuação do governo** na abertura de novos mercados” (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2014), “O agronegócio **cobra, via CNA, socorro** para segmentos como ração e tecnologia agrícola” (LO PRETE, 2009). “(...) o agronegócio **agradece**. O agronegócio brasileiro **tem que comemorar**” (Deputado João Carlos Barcelar, Câmara dos Deputados, Reunião 0767/15, 02/06/2015).

Tais expressões por parte de sujeitos que se identificam com os discursos pleiteantes revelam mais do que uma figura de pensamento ou uma reificação, mas uma incorporação no que lhes é reconhecido como sujeito da reivindicação, da barganha, do pleito, da ação comunicativa, performativa, demandante, vindicativa. Em nenhum desses contextos, o “agronegócio” pode ter seu significado corresponde ao conceito de Batalha (2001), no prisma analítico de intersectorialidade em “cadeias produtivas”. É como se o mesmo conceito aparecesse em outro domínio epistemológico, outro domínio de significados, de significantes, de gramática e de semântica de maiores tons sociopolíticos. Expressado tanto conotativamente quanto denotativamente como um “agente”, poder-se-ia concebê-lo enquanto constituído como não mais do que uma representação psicossociológica figurada na linguagem dos sujeitos individuais que no seu campo invocativo encontram identificação.

Mas o que nos discursos aparece retratado em verbos, seja de ação, seja de estado psicológico - sentir” - ou de interesse - “querer” -, pode ter suas características modificadas, impulsionadas, condicionadas ou conformadas por fatores como flutuações nos mercados de fatores de produção, ou como insumos. Podendo incidir a ação do “agronegócio” mais veementemente sobre a remuneração da força de trabalho e/ou direitos trabalhistas para compensar. Por sua vez, estas flutuações podem ser devidas a fenômenos de outros mercados, como o financeiro, fenômenos climáticos, disputas comerciais entre países, fusões/aquisições de empresas. Fatores topográficos ou climáticos que limitariam frentes de expansão dos sistemas de produção podem ser superados com novas técnicas e tecnologias, tendo reflexos na ação do “agronegócio”

sobre terras ocupadas por outros segmentos sociais – como povos indígenas, quilombolas – ou áreas de proteção ambiental.

Tanto fatores de estruturas mercadológicas quanto ecológicas podem levar sujeitos do âmbito do “agronegócio” a pleitearem subvenções do governo para lhes incrementar a remuneração - da produção de milho por exemplo, quando de baixos preços ou para subvencionar o custo da ração derivada do mesmo milho. Tais fatores são tendências que advêm de efetivação de mecanismos de realidades estruturais. Realidades que estão além do que seriam representações mentais de algo realmente existente por parte de indivíduos (WEBER, 1991). Realidades que estão além da ambiguidade dos *corpus* de saberes culturais das experiências procedimentais em que os agentes analisam e orientam-se na sua realidade (GARFINKEL; SACKS, 2012). São forças que agem sobre as e imiscuídas nas ações e estados dos sujeitos e grupos sociais.

O que conduz a inferir que o discurso de que “o agronegócio” age, “sente” ou reputa é mais do que uma abstração genérica de ações e/ou estados de indivíduos interligados por redes de interlocução e interagindo em microssituações. Advém dele fenômenos que, apesar de não serem independentes das atividades destes membros, manifestam tendências advindas de poderes causais, inter-relações e manifestações que não se reduzem à uma decomposição de agregados, ao nível elementar das atividades de cada um.

No ano de 2020, afetado por consequências da pandemia mundial de COVID-19 e em sequência de 2019 quando o Brasil experimentou decréscimo em dólares (queda de 4,8% na paridade cambial), o PIB brasileiro recuou 4,1%, havendo queda de 3,9% no Valor Adicionado a preços básicos e de 4,8% no PIB per capita. Entre os três setores da economia, tendo havido queda de 3,5% no PIB da indústria, queda de 4,5% no PIB dos serviços e alta de 2% do PIB da agropecuária, a participação deste último setor no PIB cresceu de 5,1% em 2019 para 6,8% (IBGE, 2021). Porém, setores lobistas da subjetividade corporativa do Agronegócio, incluso seus “braços” na academia, alardearam que “o agronegócio” teve um crescimento de 24,3% e passou a representar 26,6% do PIB brasileiro (CEPEA/Esalq/USP).

Mas somando este valor com o patamar de 72,8% do PIB que o setor de serviços representou em 2020 (era 73,5% em 2019) e 20,4% da indústria (ante a 21,4% em 2019), a conta não fecha! Fica em 119,8%! O que mostra que no final das contas, “agronegócio” não existe enquanto um conceito técnico nem setorial das economias nacionais. Há uma

manipulação semântica que contabiliza esferas da indústria e serviços⁴⁴ os quais fornecem itens e atividades para a agropecuária ou utilizam matéria-prima desta (e que implicam em que 73,4% do PIB em 2020 não teve conexões com a agropecuária). O que infla artificialmente o PIB em 19,8% por números de 2020. Por uma extrapolação ilustrativa, o mesmo procedimento para com “indústrianeócios” e “serviçoneócios” inflaria o PIB brasileiro de modo a saltar para 8ª economia mundial no primeiro trimestre de 2021, ou para 5ª em paridade de poder de compra (FMI,2021)!

Em outubro de 2019 entidades representativas de corporações de insumos do agronegócio criaram um ente associativo, “CropLife”, voltado a uma “guerra da comunicação”. A estratégia é construir uma semiologia que apelo a novos perfis de consumidores urbanos atentando para os jovens, propagando uma imagem socialmente arrojada e amigável na busca de convencer que se pauta pelo bem comum. O ente agrega diversas estruturas associativas das corporações de insumos e o presidente do Conselho Executivo é executivo da corporação Basf. No ato de lançamento estavam presentes a então ministra de agricultura e o ministro do meio ambiente do governo federal⁴⁵ (GLOBO RURAL, 2019).

Na constituição do “agronegócio” nesta abordagem há fundamentalmente as “pessoas físicas”, do conjunto das quais é necessariamente dependente e, contingencialmente há: organizações sociopolíticas formais (Confederação Nacional da Agricultura, as Federações estaduais, Sindicatos municipais e regionais, etc.); organizações sociopolíticas “informais”, com mais possibilidades de espaço de atuação, inclusive fora de “regras oficiais” as quais restringem as formais (União Democrática Ruralista, articulações e milícias locais diversas, etc.); representações formais mandatárias (como a Frente Parlamentar Agropecuária). Estendendo-se e imergindo analogamente a “estolhos”⁴⁶ em órgãos oficiais que *in juri* não deveriam ser instrumentos de lóbi corporativo do setor. Administrando ou operacionalizando políticas públicas, mas *in facto* frequentemente agindo ideologicamente neste sentido por expressarem – EMBRAPA (GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM, 2017), Ministério da Agricultura, e outros - a posição oficializada dos mesmos na ocasião das mudanças no Código Florestal, em relação ao Projeto de Lei 6299/2002⁴⁷ etc.

⁴⁴ Já contabilizados nestes setores, ou seja, em duplicidade nos números da contabilidade nacional.

⁴⁵ Respectivamente, Tereza Cristina Correa da Costa e Ricardo de Aquino Salles

⁴⁶ À diferença de rizomas, que são caules delgados subterrâneos, os estolhos estão rentes, adjacentes e entremeados ao chão, com gemas que brotam na superfície.

⁴⁷ Conhecida no embate político como “Lei do Veneno”

Há empresas privadas (de assistência técnica, consultorias diversas, da cadeia de insumos, de produtos, etc.) - vide o apontado anteriormente sobre a ambivalência de empresas da cadeia dos agrocombustíveis: pleiteiam reserva de mercado na política de incorporação do “biodiesel” no diesel, mercado que não existiria assim sem a atuação do Estado, ao mesmo tempo que se insurgem contra a “lógica social” do Estado criar a estrutura de mercado do Selo Combustível social – reclamando da “intervenção”. Há também, permeando, estruturas com mecanismos de mercado, extramercado, aparatos infraestruturais e simbólicos.

Esta abordagem problematiza a conceitualização de “agronegócio” convencionalmente empregada nos estudos agroindustriais, embora, mais apropriadamente, situa-lhe em outro domínio epistemológico bem como em outro sentido, tanto no aspecto da realidade social quanto no semântico-conotativo. Diante da discussão teórica e metodológica na qual os pesquisadores sondaram e cunharam o termo, controverter e redarguir a partir da sua manifestação em discursos e performances de indivíduos, de grupos e de entidades corporativas, não seria conceder e privilegiar o senso comum? Subjacente a esta questão incorre-se no que o Realismo Crítico denuncia como “falácia epistemológica”. Na realidade social, as categorias sociológicas manifestam-se epistemologicamente nas explorações dos analistas, a dimensão transitiva do conhecimento. Na dimensão intransitiva, as categorias existem enquanto processos/produtos sociais de representações, de atribuições de sentido e das práticas dos sujeitos.

Aplicando a abordagem do Realismo Crítico, Vandenberghe (2010, p. 212) pontua que “subjetividades coletivas existem independentemente das concepções que o analista possui sobre elas, ainda que obviamente não independentemente das concepções que os agentes possuem acerca delas”. Segundo o autor (VANDENBERGHE, 2010, p. 255) as categorias “são concebidas como grupos virtuais e potenciais”.

Para Vandenbergue, (2010, p. 233), as “subjetividades coletivas” emergem de “grupos estruturados”, que, conscientes de sua “localização estrutural” na sociedade, podem organizar-se para influir em vista de “seus interesses materiais e ideais”. Na discussão que desenvolvo, ao nível dos constituintes de “o agronegócio” que relacionei, congrega-se as identidades dos sujeitos e as identidades organizacionais, articuladas com as estruturas, formando uma subjetividade maior. Ainda de acordo com esse autor,

Para que um coletivo se constitua como um grupo estruturado e unificado, capaz de ação coletiva, é necessário mais do que uma identidade coletiva. [...]

A auto-identificação dos membros é uma condição necessária, mas não suficiente, da estruturação dos coletivos. Um coletivo que deseje agir e intervir no mundo da vida para transformar o sistema (ou se opor à sua transformação) necessita da intervenção de uma 'mediação tecnológica' que transforme a comunidade simbólica em um quase-grupo, bem como de uma 'representação política' que transforme o quase-grupo em um grupo organizado. [...] De qualquer modo, a identificação simbólica, a mediação tecnológica e a representação política são os três momentos da estruturação do coletivo que levam à atualização ou efetivação do seu poder causal [lembrando que a categoria “Actual” de Roy Bhaskar, foi apresentada e traduzida como “Efetivo”] (VANDENBERGHE, 2010, p.234-235).

Ao invés do emprego do termo “subjetividade coletiva”, opto por empregar “subjetividades corporativas”. Procedo assim sob a preocupação da necessidade de enfatizar que o fenômeno se manifesta e interliga-se em suas identificações recíprocas via uma intencionalidade, via um viés e/ou programas, não como um agrupamento estocástico de interligações acidentais ou inconscientes. Considera-se com o acúmulo da discussão que as “subjetividades corporativas” são reais, existem, porém não são “substâncias” inteiriças. São entidades formadas por processos análogos a causações ascendentes e exercendo efeitos análogos a causações descendentes⁴⁸.

Nos processos de contatos e encontros dos agricultores familiares com sujeitos, organizações e estruturas da arena do “agronegócio” - bem como em expressões das percepções de um acerca do outro -, uma atenção especial deve ser dada às formas de manifestações desta “subjetividade corporativa”. Uma delas é na disputa hegemônica.

Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001, p.122).

Darei o nome de “agronegociar” a esta subjetividade corporativa manifestando-se em praxe. Dentre os efeitos dos poderes causais de “o agronegócio”, estariam reposicionamentos de demais sujeitos sociais do campo, inclusive os agricultores familiares que aderiram ao sistema produtivo-comercial da sojicultura, em relações de poder. Poder econômico, político, simbólico, social. Mas, caber-lhes-iam posições nas instâncias de orquestração, decisão e ação? Presume-se que, ainda que possa fomentar a que sigam a lógica do agronegócio, a eles não é dada “a carteirinha do clube”.

⁴⁸ Causação ascendente é quando emergem, em níveis macro, efeitos causados por propriedades de níveis mais elementares. Causação descendente é quando propriedades de níveis macro causam efeitos em níveis mais elementares; este processo causal não seria redutível às propriedades particulares dos elementos.

2.2 Efetivando a vinculação: as tendências na incorporação pelo sistema produtivo-comercial da soja

Embora as relações sociais e as relações de famílias nem sempre possam ser compradas e vendidas, mesmo na mais íntima das relações domésticas, o dinheiro tem sua serventia; e, na esfera estatal, as relações sociais – família, etnicidade, fidelidades regionais, clubes, sociedades e associações – fornecem a matéria-prima das alianças.
Kwame Anthony Appiah⁴⁹

Max Weber (1991) produziu uma discussão clássica acerca dos princípios e diretrizes que orientam a ação social⁵⁰ em perspectiva sob o Estado Moderno. Considerando o exercício do poder e da autoridade governamental, conceitualiza-a em termos de “dominação”, sendo ela “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 1991, p.33, v.1). O Estado Moderno reivindica autoridade, conclamando-se ao monopólio do uso sancionado da força e operacionalizando-se através de um aparato burocrático. Mas o que possibilitaria um horizonte relativamente estável de administração das suas prerrogativas, para o qual necessitaria de um nível de obediência e consentimento à ordem por uma ampla gama de “cidadãos”?

É necessário que estes encontrem sentido em coadunar suas ações sociais com esta ordem outorgando um grau de assentimento. “Conforme ensina a experiência, nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidades de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua 'legitimidade'” (WEBER, 1991, p.139, v.1).

Por fim, o que moveria os indivíduos em assentirem com a legitimidade da dominação? Para Weber, a dominação seria “racional” se seguir com algumas categorias fundamentais, conferindo uma “autoridade institucional” ao exercício de poder organizado em torno das mesmas:

- 1) exercício contínuo, vinculado a determinadas regras, de funções oficiais, dentro de:
- 2) determinada *competência*, o que significa:
 - a) um âmbito objetivamente limitado, em virtude da distribuição dos serviços, de serviços obrigatórios
 - b) com atribuição dos poderes de mando eventualmente requeridos e
 - c) limitação fixa dos meios coercitivos eventualmente admissíveis e das condições de sua aplicação (WEBER, 1991, p. 142, v.1).

⁴⁹ APPIAH, Kwame Anthony. Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p.224.

⁵⁰ Ação social, para Weber, “Significa uma ação que quanto ao sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (Weber, 1991, p.3).

Contudo, ainda restaria a questão quanto aos estímulos para o comportamento dos indivíduos em conformidade com a reivindicação de autoridade pública nas sociedades modernas, sistematicamente, de forma a “institucionalizá-la”. De certo, não se encontraria um cálculo formal claro quanto aos melhores fins, meios e resultados possíveis a se pesar e creditar. Weber (1991, pp. 71-72, v.1) configurou uma tipologia de três tipos de fiabilidade na legitimidade da dominação: a legitimidade “baseada no tradicional”, a baseada no “carismático” e a baseada no “legal-racional”, o tipo preponderante na administração burocrática moderna. É importante colocar que tais conceitos são, na abordagem do autor, instrumentos de aproximação analítica, necessariamente simplificadores para permitir um abarcamento generalizado de dados conjuntos de fenômenos com traços contíguos – e respectivos diferenciais.

No tipo “legal-racional” o exercício do poder seguiria lógicas de busca de eficiência e primária pela impessoalidade, balizada em regras estatuídas. Os fins a serem perseguidos deveriam ser balizados de forma a mais inteligível e objetiva. Porém, dado que isto se processa em realidades sociais com assimetrias de capacidades, de informações e de possibilidades, com conflitualidades de diversas naturezas, como haver imparcialidade e objetividade? O que pauta as escalas de prioridades? Quem as pauta e de que forma?

Esta dificuldade pode ser traçada usando-se categorias presentes no próprio pensamento do autor. Weber (1991, pp. 199-201, v.1) considerava haver hierarquias de classes. Dentre estas, assinalou haver “classes proprietárias positivamente privilegiadas”, “em que diferenças de propriedade determinam primariamente a situação de classe” (oportunidade típica de abastecimento de bens, posição de vida externa, destino pessoal). Um exemplo seria os “rentistas de terras”. Também, salientou haver “classe aquisitiva positivamente privilegiada”, que “apresenta oportunidades de valorização de bens ou serviços que lhe determinam primariamente a situação de classe”. Em meio aos exemplos, classificou o que chamou de “empresários agrários”. Desta forma, o autor admitiu haver relações de supremacia de grupos sociais de diferenciadas posições econômicas nas configurações e orientações da ordem social, de forma a que alguns estabeleçam laços de subordinação ou no mínimo dependência a outros. Conforme Weber,

Naturalmente, a garantia jurídica está, em sentido mais amplo, diretamente a serviço de interesses econômicos. E quando não é este o caso, nem aparentemente nem na realidade, os interesses econômicos pertencem aos fatores de influência mais poderosos na formação do direito, uma vez que todo poder garantidor de uma ordem jurídica se apoia, em sua existência, de alguma forma sobre a ação consensual dos grupos sociais atingidos e a formação de

grupos sociais está também condicionada, em alto grau, por constelações de interesses materiais (WEBER, 1991, p. 225, v.1).

Desta forma, seria ingênuo conceber que a formulação das diretrizes e ações do Estado Moderno primariam por uma isonomia, guiada por uma hipotética busca de eficiência supostamente passível de ser ponderadamente objetiva. Afinal de contas, a disposição final dos resultados, em caso de eficácia na consecução, seria o melhor para todos? O “melhor” como? “Todos”, sem diferenciação? Como se poderia garantir imparcialmente que este seria o ótimo possível? Com que critérios se avalia que a disposição das relações de poder atende o melhor possível para todos e, quais os critérios poderiam ratificar que elas devem ser dispostas de tal forma? E o que asseguraria este *status quo*, algum cálculo demonstrável e incontestável? Avançando a produção intelectual, na mesma obra, Weber tem que fazer mais concessões.

Sem dúvida, o poder de disposição de bens econômicos – o poder econômico, portanto – é uma consequência frequente, muitas vezes deliberada e planejada, da dominação e, com a mesma frequência, um de seus meios mais importantes. [...] Mas, na grande maioria das formas de dominação, e precisamente nas mais importantes, este é, de alguma maneira, o caso, e muitas vezes numa proporção tão grande que, por sua vez, o modo como os meios econômicos são empregados para conservar a dominação influencia, decisivamente, o caráter da estrutura de dominação. Além disso, a grande maioria das comunidades econômicas, entre elas precisamente as mais importantes e modernas, apresenta uma estrutura que implica dominação. E, por fim, a estrutura da dominação, por menos que sua natureza peculiar esteja univocamente ligada a determinadas formas econômicas, é quase sempre um fator relevante, em alto grau, para a economia, além de estar de alguma forma condicionada também por esta (WEBER, 1991, v.2, p. 187).

O que é conspícuo nestas ponderações é que tratam da arquitetura de um sistema intelectual que buscou compreender distinções na economia e nas organizações modernas em termos do que seria uma primazia da racionalidade e de técnica. Weber (1991) aponta que dentre as condições prévias necessárias para a adoção sistemática da “racionalidade instrumental” moderna estariam a existência de uma “técnica racional” e de um “direito racional”, cujo ordenamento, arquitetado por um sistema lógico de normas e leis gerais, baliza e condiciona os parâmetros para as ações do Estado. Isto proporciona uma dada previsibilidade que confere um relativo horizonte de estabilidade para organizações, para empresas e indivíduos calcularem os meios racionais de agir para os determinados fins.

Formalmente, os procedimentos do Estado quanto às decisões envolvendo diferentes grupos e interesses estariam delineados por conteúdos normativos isonômicos, com graus de generalização para casos semelhantes, buscando maximizar o bem-estar geral sem preferências de caráter “personalizado”. Contudo, na efetividade do mundo político que constitui a formação da entidade “Estado”, ocorrem pressões sociais para

direcionar as tendências de diferentes pesos para as decisões no exercício do poder, para designar as escalas de prioridades e de atribuições de importância.

'Política' significa para nós, portanto, a tentativa de participar ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre vários Estados, seja dentro de um Estado entre os grupos de pessoas que este abrange. [...] Quando se diz de uma questão que é uma questão 'política', de um ministro ou funcionário que é um funcionário 'político', de uma decisão que é 'politicamente' condicionada, sempre se tem em mente que interesses de distribuição, conservação ou deslocamento de poder são decisivos para a solução daquela questão [...] (WEBER, 1991, p.526).

A abertura da eleição de quadros de liderança do Estado, por parte de pleitos via votos, seria uma forma de existência de poderes que levariam ao aparato burocrático o senso de dever de responder e de prestar contas aos setores e indivíduos que compõem a sociedade (WEBER, 1991, p.538-542). Mas a ideia de que a representatividade social estaria impressa nos referenciais para ação do Estado, mediante lideranças eleitas pelos diversos segmentos sociais, também tem que capitular ao entendimento de que as hierarquias econômicas se refletem em relações de poder, que continuamente influiriam no sistema administrativo político e nos processos de formulação e decisão. “Onde quer que exista, a administração diretamente democrática é instável. Quando se dá uma diferenciação econômica, surge, ao mesmo tempo, a oportunidade de que os possuidores, como tais, se apoderem das funções administrativas” (WEBER, 1991, p.194).

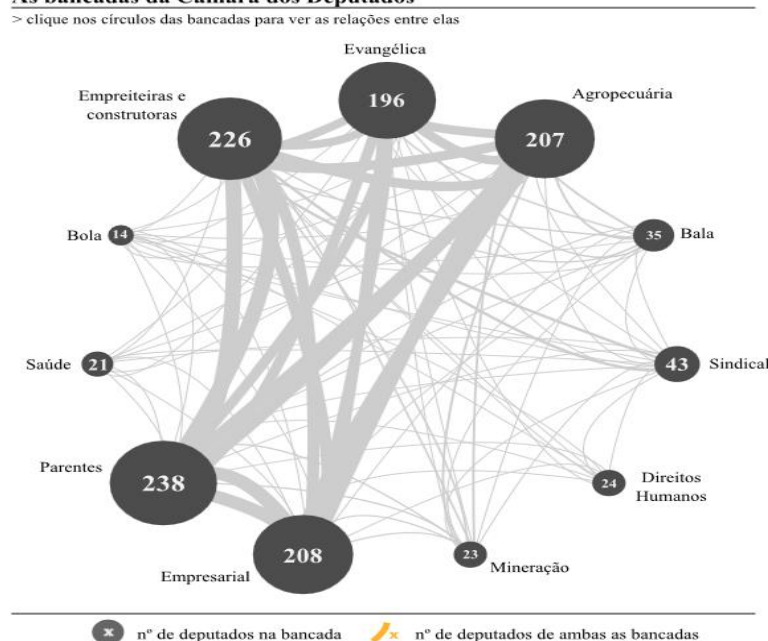
Estas inferências comunicam-se com uma perspectiva que percorre caminhos teóricos muito diferentes dos weberianos. Em um entendimento marxista, com nuances próprias, Jessop (1990) aborda o Estado moderno como um conjunto institucional constituído por relações sociais. Estas relações adquirem em um processo histórico o caráter de relações de classe a partir de estruturas advindas das práticas efetivas dos sujeitos sociais. A jurisdição do Estado estrutura-se por meio de uma expressão das correlações de forças da sociedade mediadas pelas institucionalidades oficiais, em que suas ações refletem os campos de disputas de estratégias sociais com pesos diferentes para os interesses diferentes, com capacidades diferentes de acessar e de influir nos processos. Com isto, entre os fundamentos e intenções considerados para a formulação de uma política, os objetivos expressos em sua formalização e os expedientes empregados para sua execução e os corolários dela, potencialmente advêm inconsonâncias. Estas, são fruto dos influxos das assimetrias nas disposições de poder social.

No contexto brasileiro, as discrepâncias de dotações na realidade agrária refletem de forma paradigmática a possibilidade de supremacia timocrática em se influir no poder político que Weber admitiu existir. O Censo Agropecuário 2017 do IBGE estimou que as

propriedades rurais com até 50 hectares, mais de 4,1 milhões, representam 81,3% do total dos estabelecimentos, ocupando uma área de 12,8% do total da soma de imóveis rurais. Propriedades com mais 10 mil hectares, chegando a 2.400, correspondem a 0,04% do total e ocupam 14,8% da área total correspondente. Minifúndios com até 10 hectares chegam a quase 50% do total de estabelecimentos, ocupando 2,2% da área. Em uma gradação desta imagem piramidal, os estabelecimentos iguais ou maiores a 1.000 hectares, cerca de 3.287 levantados pelo Censo, ocupam 47,5% da área total do somatório de propriedades rurais, os de 100 a 1.000 hectares ocupam 32,0%, sendo que o total de estabelecimentos de menos de 100 hectares ocupa 20,5% da área (IBGE, 2018).

Este feitio afunilado da concentração fundiária – que se reflete em outras desigualdades de distribuições das dotações socioeconômicas no campo – desdobra-se em um poder de ingerência nos círculos de poder político, no âmbito preceituário e formulador de decisões, de leis, de políticas e de direção do país. A Frente Parlamentar Agropecuária, conhecida como “Bancada Ruralista”, possuía em 2016 uma magnitude de 40% de membros dentre o total de 513 deputados e cerca de 30% do total de 81 senadores (APUBLICA, 2016) e na composição em 2019 após as eleições subiu para, respectivamente, 44% e 39,5% (FPA, 2019)! Como foi representada a autoimagem através de uma de suas lideranças, “Nos assuntos do setor produtivo no Brasil, naquilo que a frente deve defender, como a PEC 215 [retirando do poder Executivo a competência exclusiva no processo de demarcação de terras indígenas e outros “povos tradicionais”], nós sempre temos a maioria para poder ter a vitória necessária” (Deputado Nilton Leitão, em APUBLICA, 2016). Obviamente este fenômeno reflete-se na disputa por alocação de recursos públicos e direcionamento de políticas para o campo.

Figura 02. Representação proporcional de “Bancadas” no contingente total do Congresso
As bancadas da Câmara dos Deputados



Fonte: Apublica Agência de Jornalismo Investigativo, 2016.

Ao examinar as lógicas das políticas públicas, tais ponderações deverão permear todos os planos. Salientando as políticas governamentais para o campo e em especial para as conexões do Sudeste Goiano, concebendo-as como os conjuntos de projetos, de programas e atividades concebidas, executadas e em execução. Desde o desenho, o histórico, as concepções explicitadas e embutidas nos termos (considerações fundamentais, princípios, objetivos e metas, regras) dos programas, nas operacionalizações na prática, na articulação dos agentes governamentais com entidades privadas e o público-alvo. Atentei para a matriz política e para relações de interesses. E também para as visões quanto à configuração social subjacentes nas ações e programas governamentais, fomentando, arquitetando (institucionalmente, infraestruturalmente, estruturando mercados, suscitando a demanda), assumindo riscos ou externalidades, amparando instalações iniciais.

2.3 Políticas Públicas e a Espacialização do Agronegócio no Sudeste Goiano

Deves te precaver de não estabelecer uma aliança com alguém mais poderoso que tu para atacar os outros, a não ser que te vejas forçado a isto. A razão é que, em caso de vitória, te tornas seu prisioneiro e os príncipes devem evitar, na medida do possível, ficar à mercê dos outros. Também se adquire prestígio quando se é um verdadeiro amigo ou um verdadeiro inimigo, isto é, quando se coloca resolutamente em favor de alguém contra outro. Esta forma de agir sempre é mais útil que permanecer neutro, porque quando dois estados vizinhos entram em guerra, o vencido haverá de temer o vencedor. O vencedor não quer amigos duvidosos que não o defendam na adversidade; o

derrotado não te concede refúgio por não ter querido compartilhar sua sorte com as armas em mão.

Nicholau Machiavel

A espacialização da atividade agroindustrial sob os moldes da Revolução Verde no Sudeste Goiano foi propulsionada por políticas estatais tendo, como um dos marcos principais, ações sob a égide do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados – PRODECER, fase II. A retórica da implantação deste Programa no Brasil, uma cooperação internacional entre o país e o Japão, propugnava a “incorporação de áreas carentes e improdutivas ao processo produtivo, descobrindo o potencial da região dos Cerrados. Implantação de uma Agricultura Moderna, Eficiente e Empresarial” (SENADO, 2010). Os objetivos declarados eram: “estimular o aumento da produção de alimentos; contribuir para o desenvolvimento regional do país; aumentar a oferta de alimentos no mundo; desenvolver a região do Cerrado” (O CAMPO, 2018).

A iniciativa foi tomada pelo governo japonês, buscando diversificar os fornecedores de grãos, sobretudo preocupado com o poder exportador então da China, a partir de uma frustração de safra mundial em 1973, como forma também de evitar maiores surtos de altas dos preços no mercado. O Japão investiu no Brasil, via cooperação internacional, tanto para expandir fronteiras agrícolas com capital e tecnologia quanto com empresas subsidiárias extraíndo minerais para produção de fertilizantes (SANTOS, 2016).

Em 1985 o Estado brasileiro e o japonês promoveram uma segunda fase, o PRODECER II, expandindo o programa e incorporando uma área de cerca de 230 mil hectares de Cerrado nos estados da Bahia, Goiás, de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, com cerca de US\$ 350 milhões de investimentos só de origem japonesa (INOCÊNCIO, 2010). Contudo, menos de vinte e cinco anos depois, sob auditoria coordenada pelo Ministério da Agricultura do Brasil, as contas do Programa esboçaram que a dívida financeira acumulada dos produtores agrícolas chegaria na casa dos R\$ 400 milhões (OSADA, 2002).

No Sudeste Goiano refletiu-se em incentivos para produtores imigrantes da região sul do país, que investiram valores da venda de suas terras de maiores preços de mercado na compra de terrenos, bem como em programas de colonização como o projeto de colonização Paineiras, nos municípios de Campo Alegre de Goiás e Ipameri. O projeto

abrangeu quase 8.300 hectares, dividido em 29 lotes dentre 200 e 400 há cada, vendidos a 29 produtores do Sul e Sudeste brasileiros (INOCÊNCIO, 2002). Foi coordenado pela Companhia de Produção Agrícola (CAMPO), fundada a partir de investimentos da *holding* brasileira Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial – Brasagro e japonesa *Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation* – Jadeco, que apoiava os projetos dos colonos. Segundo Inocêncio (2010, p.92), no Sudeste Goiano os municípios de Ipameri e Campo Alegre de Goiás foram sedes do PRODECER. No esteio deste intento por parte do governo brasileiro, da expansão do agronegócio no Sudeste Goiano, em Ipameri foi instalada uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar a partir do programa PROÁLCOOL. Segundo Matos; Pessoa (2012), as atividades impulsionadas concentraram-se principalmente na produção de grãos – soja e milho – e silvicultura – *pinus* e eucalipto -, a cana-de-açúcar e secundariamente hortifrutigranjeiros (cebola, batata e tomate).

Em tempos mais recentes o Estado também fomentou proativamente a economia do Sudeste Goiano nos moldes vigentes através do instrumento de crédito subvencionado, sobretudo via o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste (FCO), instituído por meio da Lei 7.827 de 1989. Os recursos do Fundo eram aplicados sob diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. Este órgão (convertido em “Ministério do Desenvolvimento Regional” pelo governo que assumiu em 2019) tinha, dentre suas atribuições, a da formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento, estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais, formulação e condução da política nacional de irrigação e o próprio estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais.

O Ministério possuía em sua estrutura a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e era orientado a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política econômica. Cerca de 0,6% do produto da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados deve ser destinado ao FCO de acordo com a Lei supracitada. Dados levantados por Santos (2010) apontam que na primeira década do século XXI, em praticamente todos os anos, mais de 70% dos recursos do FCO para a abrangência geográfica dos municípios do Sudeste Goiano foram destinados a atividades agropecuárias, a maioria absoluta para operações de investimento.

É com este portfólio de atividades componentes do processo de espacialização do agronegócio, sincrônico com uma infraestrutura de vias logísticas – estrada de ferro,

rodovias estaduais GO-020, GO-506, GO-301 e a interligação da BR-050 com as duas primeiras -, somado ao conjunto de políticas públicas propulsionadoras, que ocorre o processo de incorporação dos sujeitos da agricultura familiar. Sob as diversas formas, como mercados nacionais e em interligação com internacionais, realizando contratos com cooperativas, empresas, *tradings*, e/ou através do mercado criado pelo Selo de Combustível Social. Esta é a conjuntura e cenário nos quais agentes governamentais chegam incentivando e mediando este fenômeno.

2.3.1 O combustível do selo mercadológico estatal

Por vários estratagemas o Estado pôde fomentar a incorporação de agricultores familiares no sistema produtivo-comercial da sojicultura, considerando ainda as características socioeconômicas, geográficas do Sudeste Goiano e o processo de espacialização do agronegócio que foi descrito. Incentivos diversos às empresas e à cadeia de insumos, aportes em infraestrutura – logística, energética etc. -, programas de crédito, apoio institucional. Mas presumivelmente o mecanismo mais direto e dotado de múltiplas ferramentas é através do Selo de Combustível Social, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Para melhor visualização das tendências deste mecanismo e situar seus efeitos, faz-se mister uma sinopse do processo de constituição do programa, para também situar o panorama de suas ações.

Desde os fins da década de 1990 o governo brasileiro, com uma bagagem de experiência em políticas estatais com o setor de etanol, mirava estratégias para matérias-primas para a produção de diesel alternativas aos derivados do petróleo, sobretudo a partir de produtos vegetais. Mattei (2010) discorre que nos fins da década de 1990 articularam-se parcerias entre a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para pesquisas e testes, a princípio com óleo vegetal de resíduos de frituras a 5% do total de óleo mineral. Alguns anos depois, em um seminário realizado entre essa universidade e firmas dos setores energético e de transportes, ratificou-se a estratégia de articular uma política para o emprego de óleo diesel derivados de biomassa vegetal como alternativa para o diesel mineral. Pouco após foi criado o Programa Brasileiro de Biocombustíveis (Probiodiesel), sob coordenação do Ministério das Ciências e Tecnologia. Dentre os objetivos, visava-se também o expediente de promover a imagem do país nos fóruns ambientais internacionais e servir de instrumento para atender metas do Protocolo de Quioto.

Nos fins de 2003 o novo governo federal reformulou o Probiodiesel a partir de um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelo Ministério da Casa Civil e composto por representantes de mais onze ministérios e assessorado por órgãos como ANP, BNDES e EMBRAPA - e lhe renomeou como Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Agregou também na coordenação do Programa o Ministério de Minas e Energia (MME), conferindo também em seus objetivos a “inclusão social” e “a ampliação das oportunidades de emprego” (DE COOPERAÇÃO, 2006). Traçou diretrizes de descentralização produtiva e das rotas tecnológicas, de diversificação de matérias-primas e regiões, de estímulo ao estabelecimento de plantas industriais e da incorporação de agricultores familiares como forma de ascensão social para os mesmos.

Nos materiais publicitários (ROUSSEFF, 2005) o governo ressaltava a propaganda de que o PNPB complementaria o aproveitamento dos solos agrícolas: “O Brasil reúne condições ideais para se tornar um grande produtor mundial de biodiesel, pois dispõe de extensas áreas agricultáveis, parte delas não propícias ao cultivo de gêneros alimentícios, mas com solo e clima favoráveis ao plantio de inúmeras oleaginosas” (SECOM/PR, 2004). Um reflexo possível de debates internacionais sobre a concorrência das oleaginosas para agrocombustíveis com a produção de alimentos, dada a tática de marketing internacional que o governo buscava contar com o programa: “O uso do biodiesel também possibilita o atendimento dos compromissos firmados no âmbito da Convenção do Clima e pode proporcionar a obtenção de créditos de carbono, sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Quioto” (SECOM/PR, 2004). A semiologia da “inclusão social” através da agricultura familiar se fez presente:

O uso autorizativo do biodiesel no início de sua comercialização, o regime tributário diferenciado reconhecendo a importância da produção de oleaginosas pela agricultura familiar – principalmente de mamona e dendê nas regiões Norte, Nordeste e no Semi-Árido – e a criação do Selo Combustível Social são instrumentos do marco regulatório para promover a inclusão social na cadeia de produção do novo combustível (SECOM/PR, 2004).

Em termos da economia nacional e no foco energético, o programa foi cumprindo com as expectativas declaradas. O que começou com 2% de percentual de mistura do óleo vegetal, esperando-se um aumento para 4% em 2008, em 2005 já pôde ser concretizado, e a meta de 5% de mistura a se viabilizar em 2013 foi obtida em 2010, o que gerou economia de divisas segundo a ANP e ganhos para a indústria via aumento da demanda (AMARAL; ABREU, 2016). Em 2010 o Brasil já atingia o terceiro lugar no ranking dos

maiores produtores do biodiesel, após Estados Unidos e Alemanha (INDEPENDENT STATISTIC AND ANALYSIS, 2015).

O governo materializou formalmente o objetivo de incluir a agricultura familiar na estrutura do programa através das Instruções Normativas nº 01 e 02 de 2005 do então Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com elas, criou o instrumento do Selo Combustível Social para as empresas que adquirirem matéria-prima ou integram agricultores portadores da Declaração de Aptidão ao PRONAF em sua “cadeia produtiva”. Estas emprestas obteriam benefícios atrativos como redução da alíquota de PIS/Pasep e COFINS conforme Lei 11.605/05, variando-se regionalmente os coeficientes de redução – a princípio, conforme o objetivo de diversificação de matérias-primas e regiões, a produção e comercialização de mamona e o dendê ficaram isentos destas alíquotas nas regiões Norte, Nordeste e semiárido.

As empresas produtoras de biodiesel, dotadas do Selo, também são beneficiadas com preferência na participação dos leilões de compra de biodiesel para o mercado interno brasileiro, com melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras entidades financeiras que captam créditos de fomento público. O percentual mínimo de aquisição de portadores de DAP entre o total da matéria-prima no Nordeste e região do semiárido foi estabelecido em 50%; Centro-Oeste e Norte, 10%; e Sudeste e Sul 30%. Através do fomento a Polos de Produção de Biodiesel também se buscou a princípio a desconcentração regional.

Figura 03. Comparação do preço obtido em leilões por empresas dotadas do Selo Combustível Social com empresas desprovidas do Selo



Fonte: Elo Valores

O Selo Combustível Social então é um instrumento do PNPB desenhado para conferir-lhe propriedades de inclusão social e maior participação de dados segmentos da sociedade civil, incrementando em tese sua legitimação ante um público social mais amplo. Os contornos do programa, quanto aos fins almejados, podem ser compreendidos como concepções em termos de um pretendido “ganha-ganha” para os sujeitos sociais abrangidos. Em tese, a economia nacional ganharia, a estratégia na geopolítica internacional obteria vantagens, as indústrias e “*tradings*”, o setor energético, os produtores no âmbito do agronegócio, os agricultores familiares e, indiretamente, toda a sociedade através de externalidades positivas. Foi criado o Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel, do BNDES, que previa o financiamento de até 90% dos itens passíveis de apoio para projetos sob o Selo Combustível Social e de até 80% para os demais na esfera do PNPB.

Por um lado, o SCS não é desenhado nos moldes da “economia do gotejamento”, formas de políticas que priorizam estímulos aos setores de maiores dotações, alegando impulsionar a economia como um todo, o que geraria cadeias de benefícios e oportunidades a setores de menores dotações. Por outro lado, menos ainda é um programa desenhado em moldes que confrontem as desigualdades de dotações e de recursos socioespaciais no campo ou nas relações socioeconômicas que abrangem o campo. No leque do público abrangido, quanto a agricultura familiar, o efeito positivo esperado seria gerar oportunidades de receitas através de um mercado institucional e gerar economias de aprendizagem com a prática produtiva, comercial e a assistência técnica nas unidades produtivas.

Houve reações divergentes no campo das organizações sociopolíticas dos agricultores (FLEXOR *et. al.* 2011). Enquanto entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – e suas federações engajaram-se mais proativamente, com expressões de anuência também no seio do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (concorrendo para uma ruptura ocorrida no estado de Goiás, ocasionando a criação do Movimento Camponês Popular - MCP). Entidades como as Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAFs – foram mais críticas. Entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, houve um baixo envolvimento, com predominância de setores mais refratários, mas também com alguns mais abertos (FLEXOR *et. al.* 2011, pp. 77-78). Nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, a clivagem ocasionou uma ruptura no movimento, com os

setores entusiastas do PNPB criando uma federação e associação voltadas para atuar no programa, beneficiadas com convênios governamentais (OLIVEIRA, 2010, p. 106-109).

A CONTAG foi incluída em instâncias de formulação junto ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário. As Instruções Normativas 01 e 02 deste Ministério preconizavam a participação de sindicatos representativos no processo de celebrações de contratos entre empresas e agricultores. Já em 2006, firmaram-se parcerias de comercialização com empresas como a Brasil Ecodiesel para a inserção de cerca de 15 mil famílias de Pernambuco na cadeia produtiva da mamona e outras parcerias com o Serviço Alemão de Desenvolvimento no Ceará, Piauí, Maranhão, Bahia para projetos relacionados ao PNPB.

No âmbito das empresas, foram beneficiadas com amplo conjunto de incentivos, como financiamentos via BNDES (FLEXOR *et. al.* 2011). A GRANOL, da ordem de R\$ 35,6 milhões para implantação de agroindustrial no município de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul; o Grupo Caramuru, R\$54 milhões para a implantação da unidade em Ipameri, Goiás (CARAMURU INSTITUCIONAL). A Brasil ECODIESEL foi das pioneiras em obter financiamentos subsidiados para projetos no âmbito do PNPB pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), reunindo nove empresas associadas respondendo por mais de 70% do processamento de soja do Brasil (ALGAR, ABC INCO, ADM, AMAGGI, BALDO, BUNGE, CARGIL, IMCOPA, LOUIS DREYFUS e ÓLEOS MENU), foi membro integrante do Grupo de Trabalho Interministerial do Biodiesel. A União Brasileira do Biodiesel (UBRABIO), criada em 2007 e que representa grupos empresariais do agronegócio na cadeia abrangida pelo PNPB, atua como lóbi visando, ao mesmo tempo, fortalecer o mercado institucional proporcionado pela intervenção estatal via PNPB e amortecer ou contrapor lógicas “sociais” (BIODIESELBR 2007; 2017), desde o Selo Combustível Social e até a criação da Petrobras biocombustível (Pbio) – que dentre outras atribuições, promoveu a produção de Biodiesel em plantas na Bahia, Ceará e Norte de Minas Gerais.

Alguns estudos levantavam suspeitas, já nos primórdios, acerca da viabilidade da consecução dos objetivos de “inclusão social”. Seja no tocante à possibilidade de diversificação de matérias-primas (ANP, 2008; DABDOUB, 2009; DALENOGARE, 2011; CESAR, 2012) ou devido aos problemas de incentivos e de estruturação para a inserção dos agricultores dadas as peculiaridades geográficas. As tentativas de assegurar

um sistema produtivo-comercial das oleaginosas como coco babaçu, coco macaúba, dendê, gergelim, mamona, pinhão-manso, apresentaram dificuldades relacionadas, em graus variados, de altos custos de implantação e produção, de baixa densidade do óleo e alta viscosidade, desuniformidade produtiva, intensa necessidade de mão-de-obra.

Analisando um estudo de caso de empreendimentos de usinas de produção no Mato Grosso, Sarmento (2010) encontrou um expressivo diferencial para a viabilidade econômica quando se possui infraestrutura para esmagamento e extração do óleo. Mas no âmbito do SCS, a Petrobrás, juntamente com as empresas, considerou tecnicamente inviável operacionalizar com a extração de óleo por parte dos agricultores, devido principalmente a empecilhos logísticos (BOSI, 2015).

Em um sentido oposto, alguns pesquisadores mostraram-se entusiastas da possibilidade de que o Programa, com o instrumento do SCS, proporcionasse uma arrojada articulação institucional sinérgica entre os sujeitos sociais até então pouco coadjuvados (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007). Apregoaram que vínculos de retroalimentação positiva possibilitariam aberturas de oportunidades de desenvolvimento e incrementos de bem-estar para agricultores familiares, com convergência de interesses de indústrias e organizações sindicais no estabelecimento de estratégias de mercado em comum. ABRAMOVAY (2007, p. 19) propugnava que apesar “das fortes expectativas de que a produção de biodiesel se sustentaria na monocultura de soja, o Programa estimula a introdução de novos produtos na pauta produtiva da agricultura familiar”. Ainda relativo à sua aposta contra a tendência para a monocultura, enfatizava que as “áreas cultivadas com produtos voltados à bioenergia são suficientemente pequenas para não ameaçar a diversidade característica da agricultura familiar”. “[...] Além disso, as empresas têm incentivos para investir em áreas degradadas e de baixa utilização agrícola atual”. Relativo às oportunidades de inclusão social e empoderamento econômico, asseverara que os “arranjos estimulados pelo PNPB oferecem condições para a formação de novos padrões de inserção de agricultores de baixa renda em mercados dinâmicos” (ABRAMOVAY, 2007, p.18).

A política governamental promoveu a formação de “laços fracos” entre atores sociais que se encontravam em lados opostos da arena social. Isso está sendo possível por um conjunto de estímulos que faz que as visões e interesses das indústrias e das organizações sindicais pudessem convergir numa estratégia comum para a formação do mercado de biodiesel (ABRAMOVAY, 2007, p.19).

As tendências resultantes dos mecanismos que operavam decorrentes das estruturas conexas ao PNPB efetivaram fenômenos e fatos que evidenciaram que tais

conjecturas extemporâneas eram incautas. Pelo Selo Combustível Social se adquiriu mais soja em Goiás do que o adquirido nas demais matérias-primas em todos os estados brasileiros.

Gráfico 08. Valor de aquisições das diferentes matérias primas da agricultura familiar (milhões R\$)

AQUISIÇÕES TOTAIS			
UF	Materia Prima	Volume (kg)	Valor (R\$)
AL	COCO	10.848.360	28.118.749,65
BA	MAMONA	3.206.750	9.611.355,16
	ÓLEO DE DENDÊ	261.080	728.606,15
	SOJA	38.448.234	44.989.284,43
GO	BOVINOS	65.747	611.920,12
	SOJA	221.560.060	257.571.435,51
MG	MACAÚBA	6.610	15.493,86
	SOJA	13.177.677	13.277.789,43
MS	SOJA	123.171.157	138.770.956,08
MT	SOJA	38.679.856	39.767.153,18
PA	DENDÊ	24.830.000	5.509.060,99
PR	ÓLEO DE FRANGO	3.163.000	7.907.500
	ÓLEO DE SOJA	7.586.379	19.030.902
	SOJA	725.662.333	968.660.549,52
RO	BOVINOS	2.539.844	21.826.232
RS	CANOLA	4.660.000	5.436.822
	SEBO BOVINO	65.863	82.837
	SOJA	2.428.486.227	3.255.282.168
SC	ÓLEO DE SOJA	14.425.740	38.139.935
	SOJA	215.979.915	286.125.205
SP	SOJA	30.557.823	35.122.923
SE	COCO	1.000	1.440,00
Total Geral		3.907.383.655	5.176.588.316,99

Fonte: Coordenação de Fomento a Energias Renováveis/MAPA (2020)

Em 2009 os valores relativos à porcentagem mínima de aquisição de matérias-primas da agricultura familiar para a obtenção do Selo Combustível Social ficaram estabelecidos em 15% a partir da safra 2010/2011 para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste. E 30% para as provenientes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e o Semiárido. Já em 2010, após os dois primeiros leilões, mais de 80% da produção de biodiesel era proveniente da soja – fora ela, apenas algodão e sebo bovino apresentaram percentual significativo (FLEXOR et al, 2011). A queda foi drástica, considerando que no primeiro leilão. 54,3% do adquirido derivou de óleo de mamona - vendido pela Brasil Biodiesel –, seguido pela soja (38,6%) e dendê (7,1%). Não se conseguiu também efetivar a desconcentração regional da produção das matérias-primas. Já em 2009, 86,7% do biodiesel foi oriundo de produções no Centro-Oeste, Sul e Sudeste; 11% era processado na região Nordeste, 2,3% na região Norte (LINS, 2013), ocorrendo depois uma queda mais pronunciada na produção no Nordeste. De 2010 a 2014, houve uma queda de 54,71% da produção de matéria-prima na Bahia e de 69,73% no Ceará (IBGE, 2015). A sojicultura no Nordeste encontrava impedimentos derivados de

condições edafoclimáticas, mercadológicas e custos de aprendizagem (WATANABE et. al., 2012).

Empresas exerceram forças de influência e pressão que lhes proporcionaram maiores barganhas para seus interesses ante as lógicas de inclusão social. Emplacaram em 2012 nas normativas do PNPB um elemento de desconto denominado “fator frustração”, que permite que as empresas computem no cálculo do percentual mínimo de aquisição para obter o SCS o valor estimado por elas de uma frustração de safra dos agricultores familiares, aplicando um dado multiplicador. Passou-se a incluir também as despesas das empresas com prestação de assistência e análise de solo, pesquisas e disponibilização de insumos, para maquiar as alegações de atendimento do percentual mínimo (SILVA E SILVA, GRASEL; MERTENS, 2017).

No esteio de um pleito – não recente - das empresas compradoras de Biodiesel (BIODIESELBR, 2010), o governo federal, através da portaria nº 512 de 09/2017, reduziu o papel das federações sindicais nas mediações do contrato, especialmente para se garantir o bônus. Além disso, do custo anual de aquisição de matérias-primas, incluindo o somatório da assistência técnica prestada, passaram a ser computados no valor de cálculo do percentual mínimo adquirido de agricultores familiares: a disponibilização de insumos, de serviços, de máquinas e equipamentos (decrécimo de pelo menos 10% do valor da nota fiscal por ano de uso), além do valor de instrumentos formais com órgãos oficiais de pesquisa de matérias-primas de biodiesel (PORTARIA 512, 2017). Chegando até a 50% do total dos custos na região Centro-Oeste. Fica patente que a anuência das representações não se consolidara como um meio de “aproximação entre empresas e movimentos sociais” (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007) promovido pelo governo, mas foi, por um tempo, um contrapeso a favor dos últimos.

Este dispositivo estimulava federações sindicais a empenharem-se no envolvimento com o - e até promoção do - PNPB. Lhes conferia uma atribuição de interlocução distinta em um programa governamental e na articulação institucional com sujeitos da agricultura familiar ante ao Estado e ante à entes empresariais. Entusiasmados, Abramovay e Magalhães (2007, p.16) saudaram o arranjo como uma forma de “poder nas mãos” com o qual as entidades sindicais teriam diante de si abertas “possibilidades inéditas de atuar formalmente na intermediação entre produtores e indústrias e, dessa forma, influenciar na forma como se organiza o novo mercado e agir diretamente na negociação dos preços pagos pelas indústrias para os agricultores familiares”. Conjunturalmente observou-se fenômenos neste sentido. Souza (2016, p. 100) estudou

um caso de articulação entre cooperativas da agricultura familiar e a federação sindical de Goiás atuando em sinergia econômica-política para fortalecer a barganha de forma a obter um valor de bonificação maior no estado.

Não obstante, nos processos do Programa constatou-se o que foi refletido anteriormente acerca dos conflitos de posição um quadro social de assimetrias, com dissimétricos graus de influir nas configurações resultantes. Estas tendências podem ser subestimadas ao se obnubilar os mecanismos que lhes suscitam, não inquirindo pelas estruturas e seus poderes causais. Reconheci matrizes políticas e relações de interesses colidentes influenciando em políticas e ações estatais, nesta resenha acerca dos caminhos pelos quais o Selo de Combustível Social - enquanto instrumento e ação no âmbito do PNPB - conformou-se às feições com que manifesta contemporaneamente. Propriedades institucionais, mercadológicas, políticas e sociológicas das estruturas econômicas compreendendo o programa ativaram poderes causais. Os respectivos efeitos das operações dos mecanismos manifestaram tendências quanto a favorecer monoculturas de soja em escala, convergentes geograficamente, em relações econômico-institucionais entre organizações empresariais e agricultores com maior influência das primeiras.

Deve-se dar cuidadosa atenção para estes mecanismos ao se focalizar os processos através dos quais as empresas do agronegócio da soja chegaram à agricultura familiar do Sudeste Goiano - e o escopo do papel do Estado. As ponderações acerca das características do processo de espacialização do agronegócio seus expedientes, as considerações relativas às manifestações do “agronegócio” como uma subjetividade corporativa, também congregam-se para a busca de identificar e descrever, como foi anteriormente referido, se acaso políticas públicas – e articulações empresariais - impulsionaram, orientaram e produziram os contornos para a nova disposição socioespacial com a implantação da sojicultura nas unidades produtivas de agricultura familiar.

2.4 Incorporando-se à estrutura produtiva-comercial da soja

Este abalo no senso de valor da identidade é de tal modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, ou uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes desenvolver um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora.

Charles Taylor, em “A Política do Reconhecimento”, p. 241.

Desconsi (2017) realizou, em uma tese de doutorado, um estudo etnográfico em assentamentos nas localidades do município de Ipiranga do Norte, Mato Grosso. Nestas localidades, houve uma forte espacialização de lavouras de grãos a partir da década de 90, primeiramente com rizicultura, sucedida por milho e soja – o cultivo destas começou a hegemonizar e depois a monopolizar a área de produção a partir da década de 2000. Em alguns deles se destaca o desenvolvimento impulsionado pela espacialização das lavouras, a partir de agrovilas, de redes de serviços comerciais interconexos com a sojicultura: revendas agrícolas, oficinas e lojas de peças, firmas de grãos, agência bancária. O chamado *boom* da soja esteve associado a entrada e operação nas localidades de uma firma de revenda de insumos e financiamento da produção, pertencente a um político de forte influência regional e proprietário de unidades produtivas em vários municípios.

Sua tese perscrutou redes de relações de trocas de compromissos entre assentados e produtores não assentados, com serviços prestados entre si. Estas redes geravam por um lado certas dependências dos assentados para com sujeitos sociais de maiores dotações econômicas, por outro lado, arrefeciam vulnerabilidades decorrentes de pressões das demandas do mercado da soja. O sojeiro não assentado alçava um *status* de provedor de generosidades e obtinha vantagens como no uso de áreas dos lotes.

Por seu lado, os assentados nutriam expectativas de abrirem mais chances de vida no futuro através de “ajudas” e “favores” que poderiam conseguir nestas relações, especialmente para expedientes de assegurar porção de terras para familiares em lotes de assentamentos, driblando condicionantes oficiais (como o fazendeiro registrar notas de fornecimento de produtos agrícolas no nome dos filhos dos assentados). O que gera obrigações de retribuição. A posição social dos fazendeiros se acentuava ainda mais com promoção pessoal em eventos técnicos e doações para eventos comunitários. A força de sua reputação fortalecia seu poder de barganha na relação com os assentados. Agricultores assentados competiam pela cobertura nesta rede de influências sob o espectro dos grandes fazendeiros, parecidas ao patronato, pelo temor de ficarem desamparados e ficarem retardatários na dinâmica regional da sojicultura, podendo ser alijados do sistema. Esta competição engendrava esquema de hierarquias socioinstitucionais entre os assentados, que repercutia nas perspectivas de controle de terras e predomínio nos negócios agrícolas.

Registraram-se intercorrências com flutuações econômicas. Em uma delas no ano-safra 2004-2005, mais crítica, assentados passaram por crise de insegurança alimentar,

posto que expandindo a área de cultivo de soja e canalizando recursos para elas, suprimiram dedicações a produções para autoprovisão - incluindo criação de pequenos animais e outras formas de provimento não monetário. Haviam “apostado” que teriam recursos monetários que possibilitariam compensar, através da aquisição de proventos no comércio. A vulnerabilidade então foi intensificada com os compromissos de pagamento de financiamentos contratados nas revendas agrícolas, comprometendo produção agrícola para quitá-los.

Ocorreram episódios de acúmulos de passivos onerosos que acarretaram processos judiciais. O “nome sujo” na praça levou assentados a produzir em áreas fora do local do assentamento, pois a inadimplência implicou em restrições para novos projetos produtivos e arrendamento de outras áreas. Outros assentados tiraram proveito para se aproximarem de antigos “parceiros” dos que estavam em problemas. Este conjunto de conexões e dinâmicas suscitavam reorganizações nas unidades domésticas, que passavam a ficar mais sujeitas às forças desencadeadas pela integração no sistema produtivo-comercial dos grãos (milho e soja).

Doravante, faremos uma discussão a fim de articular um suporte analítico para as questões a serem tratadas no trabalho de campo. Questões relativas às motivações que levaram os agricultores aderirem ao sistema produtivo e comercial da sojicultura e como eles as representam. Abordarei elementos e fatores de estímulos, incentivos, estratégias persuasivas, possibilidades econômicas e sociais abertas e problemas enfrentados para os quais se buscou uma alternativa na adesão ao sistema.

As considerações se somarão ao cuidado para atentar para outras motivações tais como dificuldade de comercializar outros produtos; giro e receitas da sojicultura; maior facilidade para obtenção de crédito etc. Cumpre, retomar, à luz da discussão realizada no capítulo “Prolegômenos”, que sob a abordagem do Realismo Crítico, parte-se do pressuposto de que razões dos agentes contêm potenciais para a eficácia causal.

Dada a reflexão produzida sobre as problemáticas sujeitos/estruturas/mecanismos, enfatizando que os sujeitos sociais agem sob situações nas quais tentam realizar suas intenções e proteger seus interesses, pressupõe-se que são dotados de atributos volitivos. Estes fazem a intermediação, em meio às práticas cotidianas, dos elementos dos campos do simbólico, das intenções e projetos pessoais, das tomadas de decisões e dos movimentos executórios (SEARLE, 2001; ZHU, 2004). Isto é experienciado quando ocorre que as ações são praticadas decorrendo das intenções como condições causais suficientes (SEARLE, 2001, p. 62).

2.4.1 Anseios e Ansiedades

Em uma pesquisa anterior (SOUZA, 2016) entrevistei o diretor da *Cooperativa Mista Agropecuária Do Rio Paraíso – COPARPA* -, uma cooperativa sediada no município de Jataí, em Goiás, dotada de DAP Jurídica e com forte atuação no Selo Combustível Social. Em um momento presenciou uma observação auspiciosa: “ainda há aqueles que pensam que o agricultor familiar tem que ficar na criação de uma galinhazinha, tem que ser aquele da hortinha; mas não, nós também queremos uma forte produção, uma boa caminhonete”, referindo-se à importância atribuída para o papel a produção de soja no âmbito do Selo. Referiu-se também ao sentimento de ser bem recepcionado em espaços de sociabilidade no município – destacado produtor de grãos e sede de grandes integradoras de derivados de produção de carne - os quais tradicionalmente apresentam deferência a produtores de grande escala do agronegócio. Neste momento, a “caminhonete” foi representada como um símbolo de reconhecimento social, prestígio, inserção sociocultural.

Tal imagem evoca tradicionais funções dos códigos de honra como distinção e atribuição de valor pessoal. Dinâmicas sociais de consentir senso de respeito e de retribuir, conferindo *status* social e conferindo representações de imagens e autoimagens pessoais nos contextos vividos. “Como tenho senso de honra, também quero preservar meu direito ao respeito. Desse modo, tenho mais uma razão para abster, isto é, preservar minha honra. Quero ser digno de respeito, quer efetivamente me respeitem ou não” (APIAH, 2012, p. 185).

Estaria tal temática, dos padrões e símbolos de consumo relativos ao que a sojicultura seria vista a proporcionar, contemplada nos motivos da adesão ao sistema produtivo e comercial da sojicultura no Sudeste Goiano? Empiricamente, o fenômeno dos motivos pode ser mais aproximativamente deslindado a partir da pesquisa de campo. Preceitos de rigor impelem a evitar estabelecer-se *ex ante* o que se precisa aferir, a partir de elucubrações para encaixar-se as apurações em esquemas preestabelecidos. Porém, não se interpreta dados sem premissas, ou a partir de argumentações *ex nihilo*. No limiar destas duas preocupações buscarei estruturar postulados e concatenar um aparato analítico, propiciando um conjunto de coordenadas a se mover na arena, que podem ser revistas ou nuançadas a partir dos dados apurados.

O economista sueco Thorstein Veblen (1965) produziu uma obra de referência em que põe a crivo os postulados utilitaristas convencionais sobre teoria do consumidor, que

veem no seu comportamento um viés racional de maximização de sua utilidade marginal⁵¹, dada a restrição orçamentária e o pressuposto de que a mudança de preço em um bem acarreta aumento na procura por outro semelhante. Veblen enquadra o comportamento dos consumidores na perspectiva mais ampla da sociabilidade dos sujeitos diante das dinâmicas de composição dos estratos sociais. Dentre os componentes desta sociabilidade, incluem-se as noções culturalmente compartilhadas e/ou impostas sobre distinção pessoal, consideração, reconhecimento, respeito, influência, prestígio: “a posse da riqueza se torna relativamente mais importante e mais eficaz como a base costumeira de estima e reputação” (VEBLEN, 1965, p. 17). Tais configurações promoveriam sentimentos de vinculações de pertencas a classes sociais que se constituem pelos processos econômicos:

O início de uma diferenciação no consumo é mesmo anterior a qualquer possível força pecuniária. Pode-se mesmo encontrar tal diferenciação no início da cultura predatória; sugere-se até que uma diferenciação incipiente, nesta questão, existiu antes do início da vida predatória. Esta diferenciação no consumo de bens existente no momento mais primitivo da evolução cultural, assemelha-se à diferenciação posterior, que é hoje tão intimamente familiar, pelo fato de serem ambas de caráter cerimonial; difere dela, todavia, porque não se apoia numa diferença de riqueza acumulada. Deve-se classificar a utilidade do consumo como prova de riqueza, como um desenvolvimento derivado. É adaptação a novo fim, por processo seletivo, de uma diferença que existia anteriormente e que se tinha firmemente estabelecido nos hábitos de pensamento dos homens (VEBLEN, 1965, p.74-75).

No bojo desta análise foi cunhado o conceito de “consumo conspícuo”. São sumptos em certa medida ritualizados, atendendo a uma lógica regulada para demonstrar inserção social reputada e significativa. Seus moldes são ditados pelas camadas sociais de maiores rendas, servindo de aspiração a serem imitadas pelas outras classes, por serem instrumentos de concessão de caráter honorífico.

Em última instância, o consumo conspícuo funciona como forma de adequar o agente aos padrões impostos pela sociedade, e são estes padrões que determinam a “regra reguladora do consumo”. O consumidor alheio a estas regras não está de acordo com os padrões de “decência, na qualidade, quantidade e grau dos bens consumidos” (VEBLEN, 1965, p. 55).

Certeau (1998), Slater (2002, p.151) e Baudrillard (2008, p. 71-72) também discutem como bens de consumo podem exercer um apelo nos sujeitos sociais para assumir a função de emblemas para aspirações de elevação do *status* social e reconhecimento. Segundo Slater (2002, p. 151) “o significado dos bens, de acordo com essa visão, deriva de sua capacidade de atuar como indicadores de status social, símbolos ou emblemas que mostram a participação ou a aspiração de participar de grupos de status

⁵¹ Equivalente a quantidade monetária dispendida para adquirir o bem.

elevado”. Certeau (1998) aponta que os sujeitos elaboram e reelaboram cargas simbólicas para produtos e significados para os ritos de sua exibição pública em variadas situações de convívio com outros, conferindo-lhes funções de possibilidades que se abrem e fecham nas relações sociais.

Baudrillard produz em sua obra elucubrações acerca dos mecanismos de diferenciação social na sociedade e focando no período contemporâneo, o papel dos objetos de consumo em moldar significados na vida cotidiana e conferir sentimentos de pertença e/ou diferenciação. Segundo este autor,

Podemos certamente, num primeiro tempo, considerar os objetos em si próprios e a sua soma como índice de pertença social, mas é muito mais importante considerá-los, na sua escolha, organização e prática, como o suporte de uma estrutura global do ambiente circundante, que é simultaneamente uma estrutura ativa de comportamento (BAUDRILLARD, 1996, p. 17).

É intrigante notar a presença marcante de caminhonetes de design arrojado na semiologia da campanha “O Agro é Pop” como alinhada ao status atribuído aos sujeitos do agronegócio que se busca representar e propagar. Nos EUA, uma propaganda de uma caminhonete de luxo, Dodge Ram, durante eventos especiais do torneio SuperBowl, anuncia “e Deus criou o produtor rural”. Em diversos instrumentos publicitários que buscam “vender” uma imagem de distinção especial ao agronegócio, inclusive em termos de marcar territorialidade, buscam associação com caminhonetes de luxo, apresentando-lhes como recursos para emanar deferência, fascínio, notoriedade e orgulho (BEEFPOINT, 2013; GAZETA DO POVO, 2009; G1, 2012; OLHAR DIRETO, 2017). “É precisamente aí que residem o valor estratégico e a astúcia da publicidade; atingir cada qual em função dos outros, nas suas veleidades de prestígio social reificado” (BAUDRILLARD, 2008, p.71- 72). Sem desconsiderar da funcionalidade de um veículo utilitário de carga para pessoas dedicadas a atividades agropecuárias, seria uma ingenuidade subestimar que predomina neste fenômeno uma lógica do papel institucional do consumo. Refletindo assim valores de prestígio, distinção, refletindo em poderes para ser concessionário de possibilidades sociais a privilégios na sociedade circundante. Para Baudrillard,

A lógica do consumo – segundo vimos – define-se como manipulação de signos. Encontram-se ausentes os valores simbólicos de criação e a relação simbólica de interioridade; funda-se toda a exterioridade. O objeto perde a finalidade objetiva e a respectiva função, tornando-se o termo de uma combinatória muito mais vasta de conjuntos de objetos, em que o seu valor é de relação. (BAUDRILLARD 2008, p. 146)

Até que ponto se podem ter operados mecanismos desta forma, no poder de atração ou impulso para incorporar agricultores familiares nos sistemas produtivos e comerciais da sojicultura, é algo a ser cuidadosamente balanceado com os dados de pesquisas nas fontes primárias. A atenção para os jogos de linguagem e ênfases semióticas nas entrevistas será crucial para captar sutilezas reveladoras e não forçadas pelo pesquisador.

2.4.2 Fatores de indução

Bazotti (2016), pesquisando o público por ela referido como “sojicultores familiares” em comunidades rurais do sudoeste paranaense, inquireu sobre os fatores que mais pesam na disposição para o respectivo sistema produtivo e comercial. A autora faz um balanço de uma literatura que aponta para a “necessidade de grandes extensões territoriais para a produção lucrativa da soja” (BAZOTTI, 2016, p. 26), especialmente devido ao cálculo de custos da produção, com significativas variações regionais, com efeitos também da escala na possibilidade de melhores preços de venda. Considerando que, pelos cálculos de rentabilidade, a atividade apresentou períodos lucro econômico médio negativo, a pesquisadora indaga o que suscita a perseverança dos “sojicultores familiares” a devotarem-se à sojicultura. Aparecem pontos em comum com Wesz Júnior e Bueno (2018, p.2), como oferta de crédito dados os canais de comercialização já estruturados. Também seriam de expressiva importância aspectos como a “disponibilidade de pacote tecnológico”, englobando “sementes transgênicas, defensivos, adubos químicos e maquinário, tratamentos culturais e colheita”, o que propiciaria “maior produtividade e a diminuição da penosidade do trabalho” (BAZOTTI, 2016, p. 33).

A autora constata que a tecnologia compensa carência de mão-de-obra, como em situações de filhos que não mais trabalham na propriedade ou migram – além da diminuição de número de filhos, bem como o envelhecimento dos membros da família que operam a atividade. Outro aspecto se dá com a oferta de “políticas públicas e programas de governo”. Ela dedica especial atenção ao crédito do PRONAF que, por sua vez, atrela-se ao arcabouço de pacotes tecnológicos, dado que para se disponibilizar o crédito é necessário comprovar, como por via notas fiscais, a compra e aplicação dos insumos – e o projeto submetido ao ente financeiro é aprovado se atrelado ao seguimento

do padrão de tratos culturais⁵² com estes. No esteio destes dois aspectos está a assistência técnica, obtida junto às lojas de insumos e cooperativas, orientando diante das dúvidas, propondo técnicas e atualizando informações diante de novidades tecnológicas, pragas e doenças.

Algo de tom fortemente característico no recorte socioespacial que a autora estudou, o que ela se refere como as “dimensões histórico-culturais”, ganhou relevante destaque. Há um acúmulo de muitos anos na produção de soja por parte do público que foi pesquisado, que desenvolveu estratégias para compensar oscilações na lucratividade, manejos diante de intempéries, negociações com fornecedores e compradores, dinâmica cotidiana. Para a autora é fundamental considerar “diversas racionalidades existentes no núcleo familiar”, implicando que “o custo de produção com os itens calculados pelos técnicos e economistas não são considerados da mesma forma pelos sojicultores” (BAZOTTI, 2016, p. 32). Elementos de ponderação da viabilidade econômica como remuneração do trabalho (quando no caso é de membros da própria família, ou mutirões comunitários) a preços de mercado, juros, depreciação e custo da hora de máquina, custo oportunidade, ou não são computados ou são relativizados em grau considerável.

Adiante, em outro capítulo, discutirei até que ponto procedimentos análogos ou similares, relativo ao estimar da viabilidade econômica, conflitam com as demandas advindas de um elevado grau de integração aos mercados. Integração de ponta a ponta entre a produção e comercialização, em contextos de maior ou menor especialização produtiva-comercial, considerando fatores de resiliência e risco para vingar nestes mercados. A pesquisa da autora é de profícua contribuição para estas reflexões, que perpassarão também pelo discutido anteriormente - relativo às “lugaridades”. Até aqui, é importante assinalar a pertinência da atenção para estes aspectos levantados por Bazotti (2016), com a preocupação concernente aos graus de semelhança e diferença com as realidades do escopo socioespacial desta pesquisa - o Sudeste Goiano -, atentando para a diferença do processo histórico, social, econômico e cultural do desenvolvimento da sojicultura em relação ao sudoeste paranaense.

Atentarei também para a possibilidade de choques entre tendências inerentes a mecanismos da estrutura econômica da sojicultura, de sua inserção na estrutura econômica mais ampla e estas racionalidades a que a autora se refere. Sob estes choques e pressões decorrentes, o que tenderá a prevalecer? Por quê?

⁵² Em agronomia, “tratos culturais” significam práticas de manejo agrícola visando otimizar o rendimento do potencial da produção

3. Espaço em reconfiguração, Espaço reconfigurante: as tendências geradas pela adesão ao sistema produtivo-comercial da soja

O sentido geográfico faz projeções — imaginárias, cartográficas, militares, econômicas, históricas ou, em sentido geral, culturais. Isso também possibilita a construção de vários tipos de conhecimento, todos eles, de uma ou outra maneira, dependentes da percepção acerca do caráter e destino de uma determinada geografia.

Edward Said, em “Cultura e Imperialismo” (2011).

Como proceder no esforço de elucidar as consequências possibilitadas pelos mecanismos das estruturas do sistema produtivo e comercial da sojicultura na dinâmica socioespacial da agricultura familiar? Qual o tratamento que uma pesquisa pode operar para deslindar os efeitos com os agricultores dentro desta abrangência morfológica que, em outras, não ocorrem? Igualmente, para os efeitos que não ocorrem em outros sistemas na mesma abrangência morfológica ou tipológica de agricultores...

Este esforço requer debruçar-se sobre “o que” são e o que promoveria – e como – as transformações socioespaciais. O que é que se encontra, confronta, incorpora ou a ele adere os sujeitos sociais da agricultura familiar. De quê e em que se constitui. Em parte, foi tratado nos capítulos anteriores, sendo agora com as lentes mais focadas na estrutura envolvendo a economia da sojicultura em sua (s) rede (s) espacial (is) estruturante/estruturadora. Como se forma (e o que forma), quais são seus mecanismos operadores e suas tendências operantes, podendo-se então buscar distinguir seus poderes causais.

Faz-se mister caracterizar as transformações nas propriedades da forma e expressão social das famílias agricultoras. Seja pelos impactos, seja pelas estratégias adaptativas, investigando se a forma de gestão e manejo da propriedade e sua relação com a economia, sociedade, e institucionalidades do meio mais amplo estarão sujeitas a passar por reconfigurações mais ou menos significativas. Para este procedimento examinam-se também as evoluções do grau de especialização nos sistemas produtivos, os graus de integração ao mercado (e riscos decorrentes) e as formas de relações de trabalho, considerando o protagonismo e preponderância na gestão e trabalho na propriedade. Além de discutir as morfologias variadas das relações deste segmento com os mercados capitalistas, salienta-se que dentre as diferentes formas que as buscas dos agricultores familiares para adaptarem-se às condicionantes do contexto social e econômico assumem, incluem-se as que se elaboram e reelaboram discursos, valores e campos simbólicos.

3.1 *Commodity Chains*: transcendendo a abordagem dos complexos agroindustriais

Tal como não se pode esperar dos países que estão no centro de uma economia-mundo que renunciem a seus privilégios no plano internacional, também no plano nacional será de se esperar que grupos dominantes que associam o Capital ao Estado e que têm a garantia do apoio internacional aceitem jogar o jogo e passar a jogada?

Indagação que encerra a trilogia “Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII, de Fernando Braudel, no desfecho do terceiro volume “O Tempo do Mundo”

A emergente estrutura do “Estado Nacional”, desde as cidades-estado italianas do século XII ao XV, teve um papel crítico em propulsionar uma espécie de “fagocitose” dos espaços de comércio locais (GEERTZ, 1989; NOREL, 2004; SCHWARTZ, 1995), monetizando territórios, integrando vias de comunicação, articulando-se com capitalistas e corporações, criando sistemas jurisdicionais que formatavam as economias nacionais a partir da conexão com os mercados mais vastos. De acordo com Polanyi (2000), os mercados locais “não foram pontos de partida para o comércio interno ou nacional” (POLANYI, 2000, p.67). Le Goff (2014) também aponta que o despontar do capitalismo foi marcado pela absorção dos mercados locais pelas redes econômicas internacionais, rompendo muitas convenções espirituais e sociais que pautavam o comportamento e convenções que regulavam os locais. As decorrentes transformações estruturais e seus mecanismos de fraturamentos atingiram também o campo e seus sujeitos sociais.

Mencionei, dentre as principais incumbências desta pesquisa, submeter à análise os eventos e as transformações ocorridas com as conexões dos agricultores familiares com o que se expressa como “estruturas do sistema produtivo e comercial da sojicultura”. Atente-se que nesta expressão há termos de especial tom semântico, “estruturas”, “sistema”, “produtivo”, “comercial” e, mais do que “soja”, “sojicultura” remete-se a como no campo da agronomia refere-se ao manejo agrônomo desta oleaginosa. Este último denota que se ultrapassa a preocupação com o produto do cultivo – soja -, contemplando também o cultivo em si, elementos e fatores necessários, a busca de possibilitar o uso deles, o labor de se produzir soja. As dimensões da produção e comercialização interconectadas, encadeadas processualmente. Os objetos, as ações e as articulações entre eles para este processo.

Desta forma, o campo de análise é muito maior do que a preocupação com estes sujeitos sociais estarem “plantando soja”. Muito mais além, imerge-se no encontro (e nas

implicações destes) com sujeitos, com processos, com tecnologias, com fluxos, com signos e discursos, com elementos institucionais, em elos e redes de variadas amplitudes de elementos sociais e elementos políticos. À jusante e à montante de circuitos econômicos envolvendo o produto soja, incluso transformado. Nesta tarefa, operarei com contributos advindos do esteio de concepções formuladas pelo acúmulo dos estudos em torno das “*commodities chains*” ou “Cadeias Mercantis”, formulada no bojo das “Análises de Sistemas-mundo”.

A partir das dimensões que estes conceitos salientam, quanto a campo de forças político-institucionais, formulei o conceito de “Teia Geoeconômica” que lança luz sobre o primeiro objetivo desta pesquisa e a atuação do “agronegociar” para com os sujeitos da agricultura familiar. Considero que, nas peculiaridades das ênfases conceituais e analíticas tais como na “divisão axial do trabalho”, como nas relações de poder referentes à “apropriação desigual do excedente econômico”, à “economia-mundo” e aos “sistemas interestatais de estrutura periferia-semiperiferia-centro”, suas sínteses são profícuas para pesquisas acerca do “sistema produtivo e comercial da sojicultura”. Supera, destarte, as possibilidades dos estudos acerca dos complexos agroindustriais. Para tanto, se faz oportuno recapitular parte da discussão que este conceito produziu.

3.1.1 O enfoque dos Complexos Agroindustriais: se tentando explicar a agroindustrialização nos ciclos econômicos

Prochnik (1998, p.2) aponta que no campo de estudo dos setores econômicos que abordam crescente interdependência entre os agentes, um complexo “é visto como um processo dinâmico, com uma delimitação de transações intersetoriais”. Para o autor, complexos industriais “resultam da evolução de um sistema tecnológico” e sua formação “é conduzida por segmentos de cadeias produtivas interligadas” (PROCHNIK, 1998, p. 4-5). Os complexos industriais estabelecem-se como blocos de indústrias com mais fortes elos entre si e mais fracos com outras indústrias, interconectando redes de cadeias produtivas (PROCHNIK, 1998, p.15), delimitando-se com o estabelecimento de dada matriz de transações intersetoriais, construída por sua vez a partir de uma matriz de insumo – produto.

Marafon (1998) delineia dois parâmetros conceituais clássicos que abrigariam a formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. O primeiro se dá com o estudo de Müller (1982, 1983, 1989), pondo em discussão os conceitos existentes na literatura acerca de “*agribusines*” e de *filière*. Conceitos que enfocam as formas de relações

socioinstitucionais entre agentes econômicos nos estágios das “cadeias produtivas” (como denomina) de dadas atividades. As atividades que formam os CAIs, em suas inserções espaciais, evoluíram para formar um conjunto de “cadeias produtivas” próprio. Ter-se-ia o "macro" Complexo Agroindustrial, abarcando os processos e itens para a produção, transformação e envolvendo o comércio bem como serviços financeiros interligados. O processo de constituição e expansão dos CAIs no Brasil estaria intimamente ligado com a provisão de políticas estatais de fomento, promoção e regulamentação. Estas interrelações constituir-se-iam uma “unidade morfológica”, criando “um espaço econômico distinto” (MULLER, 1991).

Neste período, o exame de Haguenauer *et al.* (1984) distinguia, a partir de um esquema de matriz intersetorial produzida pelo IBGE, seis complexos industriais: o da construção civil, o metal-mecânico, o químico, o têxtil e calçados, o de papel e gráfico; o agroindustrial propriamente. Contribuía por salientar a dimensão tecnológica dos complexos industriais conformando um espaço de acumulação de capital. Constituindo, desta forma, eixos nos quais "são as relações técnicas que, definindo processos de produção, estabelecem que indústrias se articulam entre si" (HAGUENAUER *et al.*, 1984, p. 8).

Albuquerque (1984, pp. 125-126), analisando a Matriz de Relações Intersectoriais do IBGE publicada em 1978, assinalou que 52% da destinação da produção agropecuária e florestal destinavam-se não ao setor de comercialização, mas para a agroindústria de processamento e transformação. Ainda no total, 16% destinavam-se ao consumo pessoal final, 14% no próprio subsetor e 4% para a exportação. No setor de processamento e transformação, apenas 9% dos insumos provinham do setor de comercialização; 49% provinham da agropecuária e 25% era de reutilização do próprio setor. Relação diferente do setor de produção agropecuária, onde 51% dos insumos provinham de compras intrassetoriais e 26% de comercialização. No caso da agroindústria de processamento, mais de dois terços do valor de produção originavam-se de insumos intermediários enquanto no setor de comercialização este percentual era de pouco mais de 10%.

O outro parâmetro delineado por Marafon (1998) é o tratamento proposto por Kageyama (1988) e Graziano da Silva (1988, 1996). Nesta perspectiva, a constituição dos CAIs emergiu no desenvolvimento da dinâmica de um “complexo rural” brasileiro onde os sistemas de produção agrícolas possuíam poucos nexos de integração à jusante e à montante. Além de um mercado externo que demandava o produto em um ciclo direto, como o exemplo principal do café. Este complexo simples entra em desarticulação a partir

de 1850, sobretudo com a nova articulação de um mercado de trabalho e consumo interno no país.

Segundo os autores, com a eclosão da Grande Depressão em 1929, “ao mudar os determinantes da dinâmica da economia nacional - que passam a residir na capacidade produtiva interna -, começa a mudar também a dinâmica da agricultura, a partir do mercado interno criado pela urbanização” (KAGEYAMA; SILVA, 1989, p.17). As políticas industriais a partir do governo Vargas predispueram a agregação da atividade agrícola ao departamento de produção de bens de capital. “(...) do lado da circulação, o elemento crucial foi a integração do mercado nacional, viabilizada em grande medida pelo desenvolvimento da rede de transportes” (KAGEYAMA; SILVA, 1989, p.18). Novas demandas de consumo a partir dos anos 60 estimulam o crescimento deste novo formato de “cadeia produtiva” (KAGEYAMA, 1987; SILVA, 1996; FARINA; ZYLBERSZTAJN, 1998). O capital financeiro, através do Sistema Nacional de Crédito Rural, viabilizou a internalização de produtos industriais como máquinas e consumos para a agricultura, aprofundando o grau de relações da indústria com esta última.

Sob o princípio geral de “um aprofundamento da divisão social do trabalho” (KAGEYAMA; GRAZIANO DA SILVA, 1989, p.2), a integração técnica com as agroindústrias processadoras se deu sob duas situações: sob forma de integração vertical, onde a produção de matéria-prima está sob coordenação da própria firma industrial, ou sob forma de subcontratação de fornecedores, de pequena e média escala, que proporcionavam a indústria diminuir o financiamento total do capital variável através do emprego de mão-de-obra familiar. Dado que a indústria possui o maior poder de condicionar os contratos às suas melhores conveniências em termos de preços, de prazos de pagamento, de padrões de produção, conseguem também apropriarem-se de renda da produção agrícola (SORJ; WILKINSON, 1983; KAGEYAMA; SILVA, 1989, p.37).

Além do Complexo Agroindustrial em sentido mais amplo, Kageyama e Graziano da Silva (1989) caracterizaram o esquema de “micros Complexos Agroindustriais” no qual aquele se desdobra. Formam assim tipologias definidas em termos de “Complexos Agroindustriais Completos e Integrados” e “Complexos Agroindustriais Incompletos”. Os primeiros caracterizam-se como complexos com fortes vínculos setoriais com a indústria a montante, em torno do fornecimento de máquinas, equipamentos e insumos, ao mesmo tempo tendo uma forte integração com a indústria processadora, como exemplo: os complexos da avicultura, açucareiro e de álcool, carne, soja. Os “Complexos Agroindustriais Incompletos” estariam mais integrados com a indústria processadora,

mas em menor grau com a indústria a montante, tendo como exemplo os complexos citrícola e de laticínios.

Cabe uma ponderação a respeito desta leitura sobre a formação do Complexo Rural. No debate historiográfico econômico especializado, a perspectiva de que a dinâmica econômica brasileira no século XIX permaneceu balizada e encarrilhada pelo mercado externo foi desafiada por Fragoso (1992; 1993). O autor postulou que, ainda no Brasil Colônia, até a metade do século, reproduziam-se várias economias regionais importantes cuja produção não respondia às demandas do mercado internacional, mas a uma dinâmica própria, destacando as relações comerciais entre o que hoje são chamadas regiões Sudeste e Sul brasileiras. Contudo, trabalhos que analisaram seus argumentos, como de Mariutti, Nogueról e Danielli Neto (2001) e Ferline (2009) apontavam que mesmo economias aparentemente independentes estavam interligadas a produtos importados e/ou a um comércio de exportação. Crescia uma demanda interna significativa que suscitava produções agropecuárias de abastecimento, de insumos e transporte; todavia, concomitantemente, esta demanda também estabelecia importações de produtos industrializados europeus cuja concorrência dificultava produções nacionais.

De fato, Fragoso e Florentino (1993) constataram menor correlação com os preços em nível internacional no mercado em torno do porto da baía do Rio de Janeiro, entretanto Mariutti, Nogueról e Danielli Neto (2001) apontaram pequenos períodos de descontinuidade neste padrão. Além do mais, o circuito do mercado em torno da Praça do Rio de Janeiro, por mais importante que seja para o contexto, não é representativo e passivo de generalização. O Brasil já estava com sua economia organicamente integrada aos mercados internacionais, por correias de transmissão de excedentes de capital em uma configuração hierárquica possibilitada pela funcionalidade das produções de mercadorias nas economias nacionais para com a economia mundial. As relações de poder no interior da economia nacional retransmitem estas pressões. A análise das “Cadeias Mercantis” aprofunda-se mais em desenredar as tramas desta formação estrutural.

3.1.2 Por serras e praças: as Cadeias Mercantis

Também o *mercado* é um espaço que pode ser ocupado através de uma *apropriação econômica de terra*. Luta-se por participações no mercado, assim como por *espaços*. O mercado global não tem mais formação *terrestre*. Mas não torna, com isso, a localização supérflua. Também aqui vale *se* posicionar, *se* situar.

Byung-Chul Han, in “O que é poder?”, p. 175, grifos do autor

Immanuel Wallerstein (1974) inaugurou a ciência da Análise de Sistemas-Mundo com algumas preocupações fulcrais, dentre elas, a de superar a clivagem de duas filosofias de método irreconciliáveis nas ciências sociais: a nomotética – que proclama a proeminência do foco em leis generalizáveis nas buscas explicativas – e a ideográfica – que proclama o foco nas particularidades descritivas. A outra tese era a de superar um artifício tácito no qual se pressupunha implicitamente uma autonomia das esferas econômicas, políticas, sociais e culturais para mais além do que a conveniência epistemológica. Em contraponto, afirma-se que na arena da ação humana coletiva, há um entrelaçamento em um único conjunto de padrões e superposições dentro das quais operam essas várias estruturas. A análise de sistemas-mundo forneceria possibilidades válidas e metodicamente úteis entre a clivagem “generalização transistórica x narrativas particularistas”. Wallerstein chamava a atenção:

Ela afirma que o método ótimo consiste em prosseguir a análise dentro de estruturas sistêmicas, por um tempo e espaço suficientemente amplos para conter "lógicas" diretivas que "determinem" a maior parte da realidade sequencial, ao mesmo tempo que reconhece e leva em conta que essas estruturas sistêmicas tem começos e fins e por isso não devem ser concebidas como fenômenos "eternos". Isso implica, por conseguinte, que a cada instante nós procuramos tanto a estrutura (os "ritmos cíclicos" do sistema), que descrevemos conceitualmente, como os padrões de transformação interna (as "tendências seculares" do sistema) que finalmente irão provocar a morte do sistema, que descrevemos sequencialmente. Isso implica que a tarefa é única. Não existem nem historiador nem cientista social, mas apenas um cientista histórico que analisa as leis gerais de sistemas particulares e as sequências particulares pelas quais esses eventos passaram (deliberadamente não empregamos o tempo gramatical, o chamado presente etnográfico) (WALLERSTEIN, 1999, p.455-456).

Nesta abordagem, a unidade de análise “sociedade” manifesta-se sob uma outra perspectiva, a de “sistemas históricos”, frisando sua localização espacial e transcorrimento temporal. Estruturas que formam unidades, com dinâmicas internas de reprodução, crise, começo e possibilidade de fim do sistema. “Onde e quando existem as entidades dentro das quais a vida social ocorre? Essa análise substitui o termo *sociedade* pelo termo *sistema histórico*” (WALLERSTEIN, 1999, p.459, grifo do autor). Em tais entidades, “simultaneamente sistêmicas e históricas” - algo que pondera a discussão “estrutura x trajetória” -, toma-se como “as fronteiras definidoras de um sistema histórico aquelas dentro das quais o sistema e as pessoas são regularmente reproduzidos por meio de algum tipo de divisão contínua de trabalho” (WALLERSTEIN, 1999, p.459).

A propriedade distintiva dos sistemas históricos “é a existência dentro dele de uma divisão do trabalho” (WALLERSTEIN, 2000, p.74), com a qual se engendra setores nos quais se aloca, produz e distribui os elementos para atender as necessidades de reprodução

do sistema em sua rede de processos. A divisão do trabalho no capitalismo histórico é mais do que uma estrutura funcional e ocupacional. Ela passou a ser geográfica por excelência: distribuída pelo sistema em função não apenas devido a condições ecológicas, mas em função de sua organização social do trabalho. Configurando, ampliando e aprofundando possibilidades de hierarquias econômicas e sociopolíticas em visa de um processo inexorável de acumulação de capital e apropriação do excedente (WALLERSTEIN, 1974, p. 230, 244).

O sistema histórico capitalista, cuja emergência se deu no despontar do século XVI, logrou ser o primeiro sistema mundial ao integrar o que se convencionou chamar “Leste Asiático” em sua divisão internacional do trabalho no século XIX, formando o Moderno Sistema-Mundial.

Para Wallerstein, o capitalismo histórico possui como eixo motriz, em sua dinâmica primária da atividade social, a acumulação incessante de capital. Ela baliza o prevalecimento hierárquico a médio prazo de agentes e instituições mais funcionalmente úteis para sua reprodução. Para maximizar a potência desta dinâmica, demanda-se uma tendência de se imputar, o mais amplamente e profundamente, uma lógica afim aos padrões mercantis nas institucionalidades. Por sua vez, isto leva a necessidade de que “as mercadorias se liguem em chamadas Cadeias Mercantis”, cuja extensão “determina as fronteiras da divisão de trabalho da economia mundial” (WALLERSTEIN, 2002, p. 92). O tipo de matérias-primas que devem ser incluídas nas cadeias, as tecnologias de logística e comunicações e, em especial, “o grau em que forças dominantes da economia capitalista mundial têm poder político para incorporar novas áreas”, de sua parte, influem sobre a amplitude espacial das Cadeias Mercantis (WALLERSTEIN, 2002, p. 92).

Falar de Cadeias Mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, no curso do desenvolvimento histórico do capitalismo, tornou-se mais funcional e geograficamente extensiva, e simultaneamente mais e mais hierárquica. Esta hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma polarização cada vez maior entre as zonas centrais e periféricas da economia mundial, não só em termos de critérios distributivos (níveis reais de renda, qualidade de vida), mas ainda mais importante nos loci da acumulação de capital (WALLERSTEIN, 2001, p.28).

Wallerstein e Hopkins (1977) entabularam o conceito de “Cadeias Mercantis” a partir de um artigo no qual traçam os contornos da compreensão da análise de sistemas-mundo em contraste com outras formas de compreensão da expansão e integração territorial da economia capitalista. Formas que vigoravam em especial na ciência econômica. “Em termos da estrutura da economia mundial capitalista, as Cadeias Mercantis podem ser pensadas como a urdidura e a trama de seu sistema de produção

social” (WALLERSTEIN; HOPKINS, 1994, p. 17, tradução nossa)⁵³. Apresentaram “Cadeia Mercantil” como uma rede de processos de trabalho e produção para transacionar uma mercadoria final (WALLERSTEIN; HOPKINS, 1977; 1986, p. 128). Dougherty (2008) aponta como distinções-chave no estudo sobre “Cadeia Mercantil”:

1) os fundamentos sociais dos processos pelos quais coisas adquirem valor na economia global, 2) a dinâmica relacional das economias de distintos níveis de escala, 3) a mecânica (como) e a lógica (por que) da divisão global do trabalho, 4) a lógica da organização e comportamento das firmas e relações inter-firmas, 5) as origens históricas e progressivas do subdesenvolvimento, e 6) a organização do trabalho em produção econômica” (DOUGHERTY, 2008, p. 1, tradução nossa)⁵⁴.

As zonas geográficas em que maiores proporções de valor adicionado são internalizadas - ou seja, em um processo relacional com outras zonas - se constituem como as centrais (com maior poder de socializar externalidades negativas para as periféricas). Havendo também as zonas semiperiféricas que possuem relações centrais com as periféricas e relações periféricas com as centrais (DUNN, 2005; COSTA LIMA, 2007). Atividades que em dado cíclico estão em posições periféricas enfrentam uma estrutura de maior competitividade entre si. Não há “países centrais”, “países periféricos”, mas “estruturas geográficas de fluxos econômicos” (centrais, semiperiféricas, periféricas) nas quais os países encontram-se (WALLERSTEIN, 2001, p. 28-29).

Tanto as burocracias e políticas regulatórias estatais quanto a geopolítica influenciam a análise de uma Cadeia Mercantil (GELLERT, 2003). Neste enfoque, se rechaça tomar como básico um modelo em que uma estrutura de mercado, de delimitação às economias nacionais, evolui progressivamente para o comércio internacional. Antes, propõe rastrear os itens dentro de uma cadeia em seu nível maior que a ultrapassa. Contempla assim o conjunto de insumos, de processamentos e de serviços necessários para se chegar neste item, considerando as matérias-primas, os sistemas de logística e comunicação, a força de trabalho em cada processo, a entrada de força de trabalho em cada um dos processos. Estudos mais recentes ressaltaram a pertinência de incluir o *design*, o *marketing*, a governança, o atacado e varejo (GEREFFI, 1999; FERNANDES, 2010). Vieira (2012) sublinha que:

⁵³ “In terms of the structure of the capitalist world-economy, commodity chains may be thought of as the warp and woof of its system of social production” (HOPKINS AND WALLERSTEIN, 1994, p. 17).

⁵⁴ 1) the social underpinnings of the processes by which things acquire value in the global economy, 2) the relational dynamics of economies of distinct scalar levels, 3) the mechanics (how) and logic (why) of the global division of labor, 4) the logic of firm organization and behavior and inter-firm relations, 5) the historical and ongoing origins of underdevelopment, and 6) the organization of work in economic production (DOUGHERTY, 2008, p. 1).

O conceito de cadeia mercantil também impede separar o que a busca do lucro e do poder uniram e, ao mesmo tempo, força situar num mesmo *continuum* governantes, negociantes, consumidores e trabalhadores dos vários espaços ou jurisdições políticas onde estão localizadas as atividades em que se decompõem os processos de produção, comercialização e consumo de uma mercadoria (VIEIRA, 2012, p. 231).

Gereffi (1994; 1995) indicou também as principais dimensões de análise para estas cadeias: a matriz insumo-produto; a territorialidade em que se configura geograficamente; a estrutura de governança (discernindo processos de controle de dados de participantes da cadeia sobre outros e apropriação do valor por parte de empresas líderes - “impulsionadores da cadeia”); o contexto institucional, ou as “regras do jogo” do funcionamento das Cadeias Mercantis. O autor, conjuntamente com mais colaboradores de pesquisa, desenvolveu o conceito de Cadeias Mercantis “orientadas ao comprador”. A partir deste conceito, enfatizou a expansão do sistema de subcontratação por parte de transnacionais que não mais atuam na fabricação dos produtos, concentrando-se no estágio de concepção, de projeto e de vendas. Focalizando as cadeias de produtos primários, Gibbon (2001) sugere que, nelas, a governança centra-se nas “*tradings*” - as “atravessadoras” - transnacionais e não nos produtores ou compradores em si.

Bair *et al.* (2013) abordam a análise de Cadeias Mercantis chamando a atenção para as “geografias desniveladas” do capitalismo, reproduzindo-se moldando e sendo moldadas por redes de produção. Sublinham que as Cadeias Mercantis muitas vezes formam-se e reformam-se provocando “des/articulações”, movimentos dialéticos das “conexões conjunturais de mercadorias, pessoas e lugares, e processos complexos de separação e exclusão, que juntos constituem circuitos de produção de mercadorias⁵⁵”(BAIR et al, 2013, p.2545. Tradução nossa). De gentrificações em áreas residenciais urbanas que acarretam exclusão dos tradicionais moradores de baixa renda à proscrição territorial de camponeses com a implantação de “projetos de desenvolvimento”, operam-se forças de des/articulação.

Um exemplo ilustrativo da aptidão do instrumental da abordagem das Cadeias Mercantis para analisar as mercadorias particulares e elucidar as relações sociais nelas incorporadas é a obra de Clelland (2014). Nela se examinou minuciosamente as partes da cadeia do *iPad*, da Apple. A empresa é tida como emblema de dinamicidade inovadora de

⁵⁵ “[...] conjunctural connections of commodities, people, and places, and complex processes of separation and exclusion, that together constitute circuits of commodity production” (BAIR et al, 2013, p. 2545).

ponta, de arrojamento, de reconhecimento de marca e, por isso, liderou entre 2008 e 2013 o *ranking* da Forbes “As Empresas Mais Admiradas do Mundo”. Entre 2008 e 2012, recebeu o prêmio anual *CMO Survey Award for Marketing Excellence* – que conta com as opiniões dos mais destacados profissionais de marketing. Clelland, inquirindo sobre como se distribuía a apropriação de valor ao longo dos nós da rede de produção dos *iPads*, notou que a Apple externaliza não somente as atividades “tangíveis” da cadeia para redes de fornecedores independentes, mas também algumas das atividades “intangíveis” que propiciam agregações de valor.

Desagregando analiticamente as etapas e sistemas de montagens dos produtos disponíveis publicamente na produção do *iPad*, analisou o custo de determinados componentes e identificou as empresas fornecedoras. Discerniu vários graus de exercício monopsonico da Apple sobre fornecedores e exercício monopolístico nos elos de desenvolvimento e *design* de produtos, da governança da cadeia de suprimentos, do *marketing* e do varejo. Estes exercícios seguem a estratégia de (CLELLAND, 2014, p. 91, tradução nossa):

1. projetar inovações que atraiam uma grande fatia do mercado global;
2. controlar os direitos de propriedade intelectual;
3. governar a Cadeia Mercantis através de relações oligopolísticas com fornecedores,
4. controle da distribuição e comercialização de produtos, e
5. externalização de custos para fornecedores.⁵⁶

Tais estratégias lhes permitem gerir a majoração entre custos e preço de venda e administrar reduções de custos de produção.

Uma medida muito mais forte de graus diferenciais de monopólio é a *margem de lucro operacional* corporativo (MLO), que é a proporção da receita de uma companhia que permanece após o pagamento de todos os custos, incluindo *custos de produção diretos* (mão-de-obra, materiais de insumos) e *indiretos* (salários gerenciais e profissionais, despesas operacionais da fábrica) e *custos da sede corporativa* (despesas gerais e administrativas, despesas de marketing, design de produto, pesquisa e desenvolvimento, gestão da cadeia de suprimentos, despesas de infraestrutura e depreciação, impostos e juros sobre dívida) (CLELLAND, 2014, p. 90, grifos do autor, tradução nossa).⁵⁷

⁵⁶ “How then has Apple constructed such a strong degree of monopoly? In the case of the iPad, Apple’s degree of monopoly lies in its track record at:

1. designing innovations that attract a wide share of the global market,
2. controlling intellectual property rights,
3. governing the commodity chain through oligopolistic relations with suppliers,
4. control of product distribution and marketing, and
5. externalization of costs to suppliers” (CLELLAND, 2014, p. 91).

⁵⁷ “A much stronger measure of differential degrees of monopoly is the corporate *operating profit margin* (OPM), which is the proportion of a company’s revenue that remains after all costs are paid, including *direct production costs* (labor, material inputs), *indirect production costs* (managerial and professional salaries, factory operational expenses), and *corporate headquarter costs* (general and administrative expenses, marketing expenses, product design, research and development, supply chain management, infrastructure expenses and depreciation, taxes and interest on debt)” (CLELLAND, 2014, p. 90, grifo do autor).

Clelland articulou os conceitos de “valor nítido” (*bright value*), excedente de capital cuja apropriação e distribuição podem ser, ainda que imperfeitamente, mensuradas, e de “valor turvo” (*dark value*), “força de trabalho não paga e externalidades não contabilizadas que não são transformadas em valor nítido, mas estão embutidas em mercadorias como valor além do preço que beneficia os consumidores” (CLELLAND, 2014, p. 103, tradução nossa)⁵⁸. Dentre as fontes de valor turvo distinguidas nos nós da cadeia do *iPad*, estão o sistema de subcontratações – incluindo firmas com sedes em uma jurisdição e fábricas em outros. No sistema chinês *hukou* de registro doméstico, trabalhadores temporários migratórios são desprovidos de vários direitos civis dos residentes e assim submetidos a condições precárias e intensivas de trabalho. Tais como: força de trabalho familiar não remunerado e trabalho doméstico sub-remunerado; externalização de custos ambientais – como p. ex. emissões químicas, descargas de metais pesados, poluição do ar e degradação da água.

Deste “valor turvo” provém o excedente do consumidor para os compradores finais (a diferença do preço que o consumidor estaria marginalmente disposto a pagar por uma unidade de um bem em relação ao preço efetivamente pago), especialmente de países na zona central. O que corrobora a asseveração de Wallerstein

A opacidade da distribuição de mais-valor numa longa Cadeia Mercantil é a maneira mais efetiva de minimizar oposição política, porque obscurece a realidade e as causas da aguda polarização da distribuição que é a consequência da acumulação incessante de capital, uma polarização que é mais aguda do que em qualquer sistema histórico anterior (WALLERSTEIN, 1999, p.58, tradução nossa)⁵⁹.

Gwynne (1998) analisou Cadeias Mercantis da fruticultura no Chile integrando agricultores familiares (chamados pelo autor de “*small-scale*”), grandes fazendeiros e transnacionais, focalizando a região de Guatulumbe. Apontou como a desigualdade se aprofundava nesta cadeia. A tendência gerada com a integração aos mercados internacionais foi de uma especialização crescente nas unidades produtivas em sentido a monoculturas, no caso a de uva, com dependência aguda das transnacionais de insumos

⁵⁸“unpaid labor and uncosted externalities that are not transformed into bright value but are embedded in commodities as value beyond price that benefits consumers”(CLELLAND, 2014, p. 103).

⁵⁹“The opacity of the distribution of the surplus-value in a long commodity chain is the most effective way to minimize political opposition, because it obscures the reality and the causes of the acute polarization of distribution that is the consequence of the endless accumulation of capital, a polarization that is more acute than in any previous historical system” (WALLERSTEIN, 1999, p.58).

e tecnologia, das *tradings*⁶⁰, do setor financeiro e de varejistas. Mercado que se apresentou marcadamente volátil ao longo do tempo. Tal conjunto sistêmico de fatores levou à falência sobretudo os agricultores familiares, dado que os grandes proprietários possuíam maior capacidade de barganha e opções contratuais diante das transnacionais.

Vieira (2012) aborda o ciclo cafeeiro no Brasil do século XIX até as primeiras décadas do século XX a partir da ótica analítica da Cadeia Mercantil. Ressaltou como sua inserção no comércio internacional induziu mudanças socioeconômicas e socioespaciais estruturais no Brasil, refletindo em correlações internas de forças sociais e articulação de infraestrutura, de logística e em setores de serviços encadeados. Também proporcionou um destaque para o posicionamento funcional do sistema produtivo-comercial cafeeiro no Brasil na Cadeia Mercantil de forma subordinada ao controle de nódulos da cadeia por agentes internacionais. Especialmente da hegemonia britânica vigente e da estadunidense em emergência, como agentes intermediários na comercialização e financiamentos internacionais. Manifestando-se também, na relação dentre elos, quanto ao valor adicionado na Cadeia. Por exemplo, como a necessidade de importação de aço para fabricação de máquinas para produção e para o preparo do café para a exportação, bem como para construção da malha ferroviária que dinamizou o transporte. A autonomia dos entes setoriais brasileiros ficava relativamente mais restrita, sujeita também às políticas governamentais dos agentes posicionados no centro da economia-mundo, como a política de estoques estadunidense (VIEIRA, 2012, p. 273-278).

Esta apresentação deixa patente a potencialidade de contribuição desta perspectiva para a pesquisa geográfica da realidade brasileira. Alcançando a investigação sobre setores agroindustriais, minerais, energéticos etc., em suas interconexões com outras cadeias em nível mundial, com serviços, com tramas políticas, com estrutura da divisão do trabalho, com formas de externalizações de custos na perspectiva da competição pela apropriação do excedente de capital.

3.1.3 Cadeias Mercantis – reflexo na conformação da hierarquia no Sistema-Mundial

⁶⁰ As *tradings companies* regem elos de comercialização e distribuição das cadeias mercantis de *commodities* agrícolas, orquestrando no sistema financeiro o gerenciamento de risco dos negócios e alguns serviços aos produtores. Entre as mais poderosas estão ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, Noble Group, Wilmar, Vitol, Cofco (MEDEIROS, 2014).

A pesquisa de Costa Lima (2007) identificou uma estratificação de conjuntos de economias nacionais representativos da estrutura “centro-semiperiferia-periferia”, no período dentre 1950 a 2003. Seu procedimento para examinar a distribuição sistêmica da riqueza teve como ênfase a *análise de cluster* sob métodos hierárquicos e não hierárquicos, junto com a função de densidade de probabilidade, a partir de medidas de Produto Interno Bruto per capita – PIBpc. Encontrou grupos estáveis representativos desta estrutura triádica, com maior estabilidade se dando na periferia (cerca de 74 e 75 países), situada na proximidade de 10% do PIBpc dos EUA. Apontou um conjunto de 30 países na semiperiferia, que após um vislumbre de aproximação do centro entre 1957 e 1982, sofreu um declínio para a marca de 20% PIBpc dos EUA. O Brasil aparece em consolidada média representativa do grupo da semiperiferia (COSTA LIMA, 2007, p. 79).

O autor chama atenção para que o emprego do PIB per capita como indicador pode proporcionar uma distorção, por causa da disparidade de populações nos países. Isto subestimaria economias nacionais com forte inserção, mas população grande, dando mais vulto para países com populações menores, mas com maior inserção em algumas cadeias no mercado mundial. Lima (p. 78) sugere articular procedimentos que contemplem o papel das Cadeias Mercantis, em especial pesquisando a contribuição tecnológica.

Arend *et al.* (2017) articularam o conceito de Cadeias Mercantis com o escrutínio da hierarquia no sistema interestatal, empregando metodologias possibilitadas pelos dados do Atlas da Complexidade Econômica, produzido pela colaboração de pesquisadores de Harvard e MIT. Os autores verificaram uma correlação positiva entre os índices de complexidade econômica e nível de renda per capita entre os países. Com a aplicação do indicador do “espaço produtivo”, avaliaram a característica tri-modal do sistema interestatal quanto a estrutura produtiva dos países.

O indicador “espaço produtivo” foi desenvolvido por Hidalgo *et al.* (2007; 2014) como uma medida da “distância” entre os produtos considerando as capacidades requeridas para sua confecção. Ele estima as conexões entre itens presentes nas capacidades produtivas de dois bens com as relativas probabilidades de serem exportados sincronicamente por países, configurando-se uma rede de estrutura produtiva entre mercadorias exportadas. Quanto mais primários os produtos, mais tendem a se situarem nas periferias da rede, implicando em menor conexão intersetorial. A relação inversa ocorre com produtos de composição mais intensa em tecnologia. Neste processo,

Países com estrutura produtiva e pauta de exportação complexa possuem atividades econômicas com elevados retornos crescentes de escala, elevada taxa de inovação tecnológica e amplas sinergias decorrentes da divisão do

trabalho. Países com uma estrutura produtiva complexa possuem em geral atividades econômicas onde predominam a concorrência imperfeita, mercados com estrutura de oligopólio, e elevado valor adicionado por trabalhador. Também, suas estruturas produtivas demandam elevada presença de fornecedores locais com conhecimentos avançados. Produtos de baixa complexidade não demandam redes sofisticadas de fornecedores e produtores locais (AREND *et al.*, 2017, p.9).

Desta forma mensura-se a capacidade produtiva de economias nacionais pode ser mensurada “pela sua capacidade de reter, criar, modificar, organizar, distribuir e utilizar as capacidades embutidas nos trabalhadores” (AREND *et al.*, 2017, p.13).

Os autores apresentaram correlações entre países que possuem estrutura produtiva mais sofisticada e maior capacidade de inserção nas Cadeias Mercantis da economia mundial com a zona central; correlação dos intermediários com a semiperiferia e de os de graus mais baixos, periferia, com as menores rendas per capita. Contudo, há algumas importantes anomalias na representação, como países de renda per capita elevada aparecendo na semiperiferia (Austrália, Canadá, Noruega) e países do leste europeu de renda per capita média aparecendo no centro (Eslováquia; Eslovênia e República Tcheca).

A pesquisa de Resende e Romero (2017) sobre a dinâmica econômica brasileira, fornece um refinamento profícuo para este problema. Os autores realizaram uma análise comparativa da estrutura produtiva da Austrália, Brasil e Canadá a partir de 1960, ponderando as suas pautas de exportações. Apontaram que o Índice de Complexidade Econômica para os três países é muito baixo, com o Canadá estando bem abaixo do Brasil, conquanto Austrália e Canadá estejam entre o conjunto de países de renda per capita elevada e o Brasil na renda média.

A participação de produtos primários e manufaturados baseados em primários é muito alta na pauta exportadora australiana, acima da brasileira. Enquanto no Canadá é a significativamente menor entre os três, ainda que importante. A razão entre a quantidade dos produtos industrializados em relação ao total de produtos exportados produz um coeficiente chamado “Vantagem Comparativa Revelada” (VCR). Com ele se indicaria a competitividade da economia nacional proporcionada por um “conhecimento tácito”. A VCR das economias australianas e canadenses não seria comparativamente importante, considerando a razão dos respectivos produtos exportados sobre o total de exportações mundiais. Sendo assim, a elevada renda per capita de ambos se constitui um problema para falsear a correlação do desenvolvimento com a complexidade econômica.

Porém, Resende e Romero (2017, p. 109) utilizaram-se do expediente de ajustar o número de indústrias dos países com coeficientes de VCR de média e alta tecnologia, com o tamanho das economias nacionais.

Dito de outra forma, do ponto de vista do desenvolvimento da estrutura produtiva, para o Canadá, algo em torno de 21 indústrias de média tecnologia e 7 de alta tecnologia com VCR parecem ter sido suficientes para gerar um PIB *per capita* de 42.157,93 dólares em 2009. Enquanto isso, no Brasil, 26 indústrias de média tecnologia e 1 de alta tecnologia com VCR não foram capazes de gerar mudança estrutural suficientemente grande, gerando PIB *per capita* de 8.553,38 dólares no mesmo ano. Na Austrália, por outro lado, 7 indústrias de média tecnologia e 1 indústria de média tecnologia foram capazes de gerar PIB *per capita* de 49.927,82 em 2009 (RESENDE; ROMERO, 2017, p. 109, grifo dos autores).

Empregam, a partir daí, uma metodologia de ponderar o quantitativo de indústrias de média e alta tecnologia com VCR por milhão de habitantes. Com um indicador, chamado Índice de Desenvolvimento Estrutural (IDE), apuraram a geração de níveis de PIB per capita proporcionado pela estrutura produtiva. Os números para os países então se invertem. Entre 1962 e 2009, o IDE evoluiu para chegar ao nível de 0,41 na Austrália e 0,83 no Canadá. O Brasil apresentou o nível de 0,14, ficando posicionado junto a países de renda menor, com o Canadá situando-se nos maiores estratos de renda per capita.

A Austrália também sobe expressivamente quando se pondera índices de qualidade (com nível favorável de preços nas exportações líquidas, alcançando mercados mais distantes) dos produtos industriais que participam de suas exportações. Em 2009, a qualidade média das exportações australianas era de 11,25; a das canadenses 8,38; as brasileiras totalizavam 6,10. Somente no setor de bens primários o Brasil possuía número de empresas com qualidade acima da média, no nível dos outros dois países (cujo perfil de indústrias com elevada qualidade distribui-se entre diversos setores), ocupando a 39ª posição no mundo. A Austrália apareceu na 13ª e o Canadá na 15ª. Os parâmetros do IDE e de índices de qualidade indicariam que “as VCRs parecem ser mais relacionadas a ganhos de qualidade do que a ganhos de eficiência produtiva, via custos, como comumente interpretado” (RESENDE; ROMERO, 2017, p. 115).

Este quadro sinalizaria que a configuração da estrutura produtiva brasileira, na dinâmica da evolução da economia-mundo, se formou mais como o reflexo de uma “periferização” de setores que antes se integravam às cadeias de atividades centrais.

3.1.4 O Brasil e a soja na qualidade de Cadeia Mercantil

A forças sociais e políticas do sistema interestatal atuando na Cadeia Mercantil da soja podem ser bem representadas no estudo de Filomento (2012). A pesquisa descortina que, no bojo de ações dentro da estratégia de posicionamento hegemônico por parte dos EUA, procedeu-se a imposição de marcos institucionais de propriedade intelectual no sistema produtivo da sojicultura sul-americana a partir do início da década de 1980. Este processo ocorreu na esteira de uma competição no agronegócio da soja entre Argentina, Brasil e Paraguai pelo alcance de mercados internacionais, num contexto de profunda crise de dívida externa que forçava os países a buscarem receitas de exportação.

Estes marcos institucionais fortaleceram o poder relativo de empresas ofertantes de pacotes tecnológicos para a produção, aumentando a dependência por parte dos sojicultores. Especialmente no tocante a irreprodutibilidade e consequente compra de sementes a cada safra. À medida em que tribunais estadunidenses concederam jurisprudências favoráveis aos detentores de patentes, o Estado daquele país barganhou e articulou reestruturações regulatórias internacionais, orquestrando chantagens – incluindo sanções comerciais - para que países recalcitrantes conformassem instrumentos legais, ampliando o alcance dos direitos de propriedade intelectual correspondente. O Brasil sofreu sanções contra exportações até a assinatura de termos atinentes no seio do “Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio”, em 1994, reforçadas em 1996 com a Lei de Propriedade Industrial.

Uma maior aproximação pode ser feita na inserção do Brasil no espaço produtivo da economia mundial com o sistema produtivo-comercial da soja, pelo ângulo da complexidade econômica. Na Safra de 2018-2019 o país estava em processo de se tornar o maior produtor mundial da oleaginosa, superando os Estados Unidos, embora ainda sendo o segundo em exportação (GOVERNO DO BRASIL, 2018). Em terceiro lugar vem a Argentina que, neste período, é a maior exportadora de óleo de soja. Este país exporta também quase o dobro do valor de farelo de soja em relação ao Brasil, valor que é metade do que a economia brasileira exporta em grãos, mas o triplo do que a própria economia argentina – com uma população de pouco mais de 21% da brasileira – exporta em grãos, implicando em uma proporção relativa muito maior de agregação de valor. Enquanto a proporção do valor em dólares que a Argentina exporta de óleo de soja é quase 25,5 vezes maior do que de grãos [que pode crescer com o retorno das exportações do produto à China (REUTERS, 2018)], com o Brasil a proporção é mais do que inversa, 21,5 vezes menor.

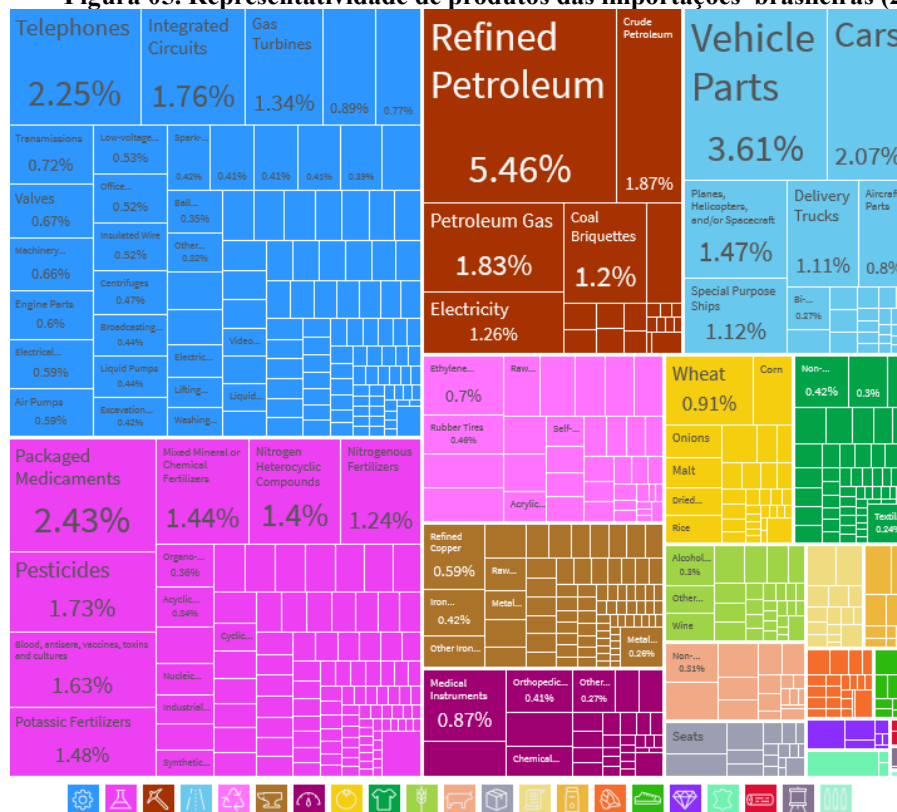
Figura 04. Âmbito representativo da soja nas exportações brasileiras (2016)



Fonte: The Observatory of Economic Complexity

A soja ocupa 50º lugar como produto mais comercializado na economia mundial. A China é o principal importador, mais de 30 bilhões de dólares em 2016 (OCE, 2018). México, Holanda e Japão, aparecem consideravelmente após, com o valor na casa de 1,6-1,45 bilhões de dólares. O Índice de Complexidade Econômica (ICE) ranqueia 1238 produtos, dentre os quais a soja ocupa a 1129ª posição. Recapitulando, este índice considera o conjunto de capacidades específicas requeridas para produzir um bem e a seguir dimensiona o grau de presença da sua produção no quantitativo de países da economia mundial, atribuindo um valor chamado “*Product Complexity Index*”, Índice de Complexidade do Produto – PCI (o ICE é atribuído a economias nacionais). O PCI da soja é – 1,56, sendo o 1129º produto no ranking de complexidade. O óleo de soja possui PCI de -1,164, ocupando a 311ª posição, 818 acima da soja grão. O farelo de soja possui PCI de -1,131, na posição 1038ª, 89 à frente da soja grão.

Distinguindo alguns dos principais insumos para os sistemas produtivos da soja, o Brasil é o segundo maior importador de adubos potássicos e o maior de adubos químico-minerais mixados em geral – os quais têm a China como a maior exportadora. O país também é o maior importador de agrotóxicos, importando mais de 2,5 bilhões de dólares em 2016. China e Alemanha constam no topo do *ranking* dos maiores exportadores (no patamar de 4,2 bilhões de dólares) de agrotóxicos, seguidas pelos EUA. A Alemanha lidera a exportação de tratores agrícolas, quase 7,5 bilhões de dólares em 2016, destacando-se também a economia holandesa – com uma população de cerca de 8% do total da brasileira -, exportando 4,5 bilhões de dólares com tratores.

Figura 05. Representatividade de produtos das importações brasileiras (2016)

Fonte: The Observatory of Economic Complexity

Como nota-se na figura 11, agrotóxicos e fertilizantes ocupam uma grande magnitude na pauta de importações brasileiras. Os adubos potássicos possuem o valor de PCI de -0,846, na posição 950ª do ranking PCI, 179 posições à frente da soja. Os adubos químico-minerais mixados em geral possuem PCI de -0,808, 797 posições (166ª) acima da soja. Os agrotóxicos possuem PCI 0,0154, no patamar de 611º no índice de complexidade. 518 posições acima da soja. Os tratores agrícolas possuem PCI de 0,861, número que tende a crescer dada a sofisticação que vêm adquirindo com a incorporação de tecnologias digitais e fotossensoriais. Ocupando 876 posições acima da soja, aparecem como 253º no ranking PCI.

Figura assim um quadro de uma Cadeia Mercantil na qual o Brasil depende recursos em importar produtos complexos para exportar um produto não complexo, relação que ocorre, em grande parte, mesmo diretamente com outros países⁶¹.

⁶¹ Significativo é que no contexto da pandemia mundial de Covid-19, as exportações de máscaras por parte da China superaram, em dólares, o montante das exportações brasileiras de soja e derivados, de carne bovina e de cana-de-açúcar (UOL, 2020).

3.1.5 Cadeia Mercantil da soja, Teia Geoeconômica e a integração dos agricultores familiares

A leitura apresentada sobre o conceito “Cadeia Mercantil” colabora em ampliar o enfoque da dimensão de análise diante de limitações do conceito de CAIs, em termos do “ambiente político-econômico mais amplo em que as cadeias operam, incluindo os fatores institucionais e sistêmicos que moldam as Cadeias Mercantis e condicionam os resultados associados a elas” (BAIR, 2005, p.154, tradução nossa)⁶². Realça uma preocupação precípua com a distribuição de recursos dentro dos elos. Proponho chamar esta dimensão analítica sobre esses fatores de “Teia Geoeconômica”⁶³.

A Teia Geoeconômica não possui existência independente da Cadeia Mercantil, mas não é restrita a ela. Se interrelaciona com esferas intraestatais, interestatais e paraestatais – vide o caso mencionado do estudo de Filomento (2012). Expressa, em níveis de ramificações, o *modus operandi* daquilo que Braudel (1970, Tomo II) apontou como a esfera extramercado eminentemente capitalista - hierarquias que driblam os constrangimentos concorrenciais da economia. Em meio ao “Agronegócio” atuam entes que fazem parte da constituição da Teia Geoeconômica que envolve a soja no Brasil.

O sistema-produtivo-comercial da soja no Brasil encaixa-se num quadro da inserção da economia nacional nas macroestruturas de redes econômicas e institucionais em que atuam as empresas, na economia-mundo capitalista e nos processos de competição no âmbito da hierarquia tripartite do sistema interestatal. Das manifestações mais substanciais desta competição, encontram-se as formais pelas quais se busca capturar e internalizar mais os excedentes de capitais em meio aos setores e externalizar custos para outras espacialidades.

A Cadeia Mercantil da soja se tornou um eixo fulcral para a inserção da economia brasileira no Sistema Mundial, dentro do quadro delineado com o exame dos aspectos de complexidade econômica e o papel que desempenha quanto às chances abertas para o posicionamento na estrutura desigual deste sistema. Como se configuram as relações de poder e distribuição dos excedentes nos elos das conexões desta cadeia? Como se transmitem as pressões para captura do valor e socialização de custos? Tais

⁶²“the broader political-economic environment in which chains operate, including the institutional and systemic factors that shape commodity chains and condition the outcomes associated with them” (BAIR, 2005, p. 154)

⁶³ A ideia de “rede” comporta mais noções de estruturas dissipadas e acêntricas, enquanto a de teia pode refletir noções de estruturas espiraladas com pontos fulcrais

questionamentos manifestam-se na busca de avaliar a função dos sujeitos sociais da agricultura familiar e a dinâmica social de seus espaços produtivos que se incorporam agronegócio da soja. À vista disto, a identificação de características estruturais desta dinâmica e seus respectivos mecanismos e poderes causais que incidem sobre os sujeitos sociais, bem como os efeitos que as tendências operam nos lugares, é de especial importância para a pesquisa. Para isso, deve-se examinar a constituição destes sujeitos.

3.2 Representações agrárias e seus sujeitos

3.2.1 Mudança. Mudar? De que se está falando? Mudança da natureza e natureza da mudança

Mudança eterna, eis a crença que define o mundo moderno. Nada muda jamais, eis o lamento recorrente de todos aqueles que se têm desiludido com o chamado progresso dos tempos modernos. Porém, trata-se igualmente de um tema recorrente do etos científico universalizante. De qualquer modo, ambas as declarações pretendem ser assertivas sobre a realidade empírica. E, é claro, ambas, amiúde e mesmo geralmente, refletem preferências normativas.

Do prelúdio ao ensaio “Mudança Social? A Mudança é eterna. Nada muda jamais”, de Immanuel Wallerstein⁶⁴

A teologia cristã clássica, com ênfase especial a partir da patrística⁶⁵, debruçou-se, nas suas meditações e debates acerca da natureza de Deus, sobre a questão do que implicaria alegar sua perfeição. Perfeição remetia à completude, concepção de plenitude insuperável. Sendo assim, não haveria o que pudesse se alterar para um estado ainda mais sublime, ou mesmo igualmente sublime, qualquer mudança em si seria para um estágio menos perfeito; logo, qualquer forma de alteração só poderia ser para algo menos completo. Cada vez mais tributária de pensamentos de matrizes platônicas (em que a transcurso dos fenômenos apontava para um apartar-se em relação às formas ideais primordiais), a teologia passava a sublinhar que a qualidade de perfeição implicaria imutabilidade. Se algo é perfeito, mudar, modificar, exprimiria ser afetado por algo externo (logo, mais afastado da essência) ou recombinação de componentes internos de

⁶⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. O Fim do Mundo como o Concebemos: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002. 315p.

⁶⁵ Período convencionalmente chamado assim em referência aos chamados “pais da Igreja”, os primeiros que lidaram com a apologetica das doutrinas cristãs e sistematizaram suas concepções; usualmente, atribui-se ao período do século II d.C. até os últimos concílios formuladores das doutrinas, mais ou menos século VII.

sua constituição; movimento significando ausência de se estar na culminância das possibilidades de Ser.

Portanto, intrincadas à compreensão de imutabilidade, associou-se também as de Ser Simples, Uno, Completo - que não é constituído de partes ou componentes. Futuramente, o filósofo Baruch de Espinosa levaria adiante estas ideias para argumentar, nas proposições de sua Ética, que as categorias derivadas da perfeição, como simplicidade, em oposição às de complexidade, implicavam em impossibilidade de envolvimento, em impassibilidade, em se voltar para si em sua autossuficiência.

Em tempos recentes vários teólogos, em diálogo ou influenciados pela filosofia do processo de Alfred North Whitehead, contestaram a ideia de imprescindibilidade destas categorias, como simplicidade e unicidade, para a compreensão de perfeição e mesmo essência (p. ex. COBB; GRIFFIN, 1976). A partir daí, defenderam que a incapacidade de se correlacionar com ambientes diferenciados seria uma imperfeição. Consideraram que Deus é influenciado pelos eventos no mundo; essencialmente sensível e suscetível aos processos do mundo, sua experiência varia conforme esta relação.

Longe de ser um exercício de diletância, estes problemas levantados em um debate de alto grau de abstração, sobre ideias que remetem a fundamentos ontológicos do Ser ou noções do Absoluto, assinalam que, mais ainda quanto a ideias ou objetos mais contingentes, pensar acerca das propriedades de mudanças dos mesmos requer refletir sobre suas naturezas. O potencial para variações nos seres, o grau, a extensão, as características possíveis das mudanças relacionam-se com suas substâncias e vinculam-se aos seus atributos. Distinguir qualidades substanciais é consideravelmente relevante para raciocinar se a partir da modificação de certas referências não se estaria tratando já de outra coisa, se o objeto do pensamento já não se teria convertido em outro. Se faz ainda mais expressivo diante de entretons de graus de mudança, podendo ser variações de forma conservando a substância – análogo a uma alomorfia – ou a transformação de um ser em outro – como uma metamorfose. Estas apurações estão virtualmente indissociadas das considerações acerca das espécies e formas de relacionamento de um objeto estudado com a realidade ao seu alcance – ou que lhe alcança – e como é afetado por ela.

A aplicação destes enunciados implica discernir entre a questão sobre a realidade em que algo “há” ou “é”, da questão sobre a forma de conhecimento empregado para afirmar ou detectar se algo “há” ou “é”, reconhecendo que não se deve reduzir a primeira à segunda. A distinção pontuada pelo Realismo Crítico entre os níveis ontológicos e epistemológicos do exercício do conhecimento, aplicada para o estudo da mudança social

e, sendo assim, também para a dinâmica socioespacial. Os expedientes utilizados para a aproximação intelectual de diferentes objetos são relativos aos contextos epistemológicos em que se manifestam, requerendo e apresentando modos diferentes para diferentes condições e classes de objetos os quais se pretende examinar e proporcionar alegações.

O sistema produtivo-comercial da sojicultura impinge modificações na estrutura dos agroecossistemas dos agricultores que são os sujeitos pesquisados. Impinge modificações na estrutura de suas unidades produtivas. Suscita adaptações por parte de sua rotina familiar, com potencial de produzir efeitos em variações na sua dinâmica de trabalho e mesmo de convívio. Acarreta alterações na disposição espacial de elementos, circulações, estruturas do ambiente circundante conexo. Promove, de diversas maneiras, novas relações econômicas, institucionais, políticas, sociais. É de se esperar consequências refletidas na vivência comunitária das famílias agricultoras, nos seus hábitos, costumes, na conformação de suas atividades no tempo e na organização de suas práticas sociais; e como se retroagiria nas estruturas.

Para detectar e caracterizar a manifestação empírica destes fatores e de seus componentes estruturais, buscarei discernir seus poderes causais, discernir suas capacidades de propulsionarem efeitos e as susceptibilidades dos demais elementos a sofrerem suas implicações e as formas de reação àqueles poderes. Identificar as tendências que se constituem das combinações dos fatores e o que potencializaria ou inibiria, nas conjunções dadas, a operação destas tendências. Cumpre-se atentar para as manifestações expressadas em dadas morfologias dos sujeitos sociais – agricultores familiares - no sistema da sojicultura que, em outras, ocorreria diferentemente. Ou o que, em morfologias semelhantes, ocorreriam diferentemente sob sistemas diferentes. Observar se também se requereu-se estratégias adaptativas dos demais sujeitos sociais que interagem com as famílias agricultoras.

Dentre os elementos compreendidos nos processos de transformações, nas características, formas e expressões sociológicas das famílias agricultoras, advindos seja pelos impactos, seja pelas estratégias adaptativas, cabe analisar: a forma de gestão e manejo da propriedade e sua relação com a economia, com o meio social e suas institucionalidades. Cabe analisar as reconfigurações mais ou menos significativas do grau de especialização nas unidades produtivas, do grau de integração ao mercado (e riscos decorrentes) e as formas de relações de trabalho, considerando a preponderância na gestão e trabalho na propriedade.

Como se pensa em termos de graus de transformações e os traços destas, faz-se relevante que examine as qualidades dos constituintes que compõem a caracterização dos sujeitos sociais. Discutir também as morfologias variadas das relações deste segmento com a Teia Geoeconômica e as manifestações desta no espaço mais contíguo. O sujeito social “agricultor familiar” pode sofrer transformações até que ponto, a continuar sendo “agricultor familiar”? Qual a extensão de mudanças de caráter quantitativo e qualitativo que se pode participar ao ponto de se distinguir particularidades de outras formas de sujeitos? O que, dentre estas considerações, significaria lidar com pressões com maior capacidade de resiliência para a reprodução social como tal, ou lhe requereria uma transformação de maior grandeza, ou significaria um risco de inviabilizar seu modo de vida ou mesmo a permanência na propriedade?

Operar-se-iam conflitos, impulsionados por mecanismos da estrutura engendrada com a integração no sistema produtivo-comercial da soja, tensionando sobre as características mais expressivamente camponesas?⁶⁶ Tendências pressionariam em direção a uma organização e comportamento mais empresarial - mesmo que seja tal como pequenas empresas ou microempresas familiares⁶⁷ tradicionais -, para prevalecer de modo rentável, no decorrer dos anos, nestas relações mercadológicas (supondo que significativos registros de rentabilidade negativa, com o tempo, implicariam em comprometer muito arriscadamente o estabelecimento)?

É pertinente explorar o acúmulo na literatura sobre a caracterização da denominada “agricultura familiar” e o processo de construção e disseminação do conceito entre os sujeitos sociais do campo. Entrecruzado também buscarei um apanhado da discussão acerca da caracterização camponesa na literatura, suas expressões e particularidades. Examinarei como o conceito foi concebido em contextos históricos e como foi debatida as relações – e desdobramentos destas – do campesinato na e com a economia capitalista.

O foco do trabalho não se dá em definir a uma única e verdadeira pertinência de um ou outro conceito no esteio do debate acadêmico; se pode empregar “agricultura familiar” como um termo de categoria funcional. Mas adoto uma perspectiva integral das dimensões culturais, políticas, socioeconômicas. Trarei a ideia de “campesinidade” para

⁶⁶ Nesta forma de apresentação, subentende-se os pressupostos da discussão precedente quanto a relação estrutura/agência.

⁶⁷ LETHBRIDGE (1997, p.7) especifica a “empresa familiar tradicional” como sendo de capital fechado, gestão financeira mais opaca e o exercício administrativo e dos negócios controlado pela família.

a qualidade e prática camponesa. Criticarei à categorização que delineia abordagens “paradigmáticas” de acordo com meta-programas teleológicos, apontando imprecisões no emprego do termo referenciado em Thomas Kuhn, propiciando descortinar novas perspectivas para a pesquisa a partir da apuração sobre estas inadequações. Contudo, averiguarei antes se, dentro do leque de abrangência da conceitualização, há expressões/feições mais aproximadas das descrições mais demarcadoras acerca de “campesinato” e/ou que lhes extrapolem, ainda que sem buscar delimitações rígidas.

3.2.2 Campesinidade

O que mede teus grãos fraudas em seu proveito,
o que enche o celeiro de outros surrupia sua parte.
O que deve orientar pela lei comanda o roubo:
Quem, então, puniria o crime?⁶⁸

Para analisar processos de transformações é preciso ter em vista as propriedades, aspectos constituintes e reflexos de relações por parte do que se está analisando. Decorre então a incumbência de delinear estes elementos, feições e manifestações por parte dos sujeitos sociais do problema de pesquisa e suas unidades de produção e de vivência cotidiana. Para se analisar transformações, especialmente em graus, precisa-se ter compreensões básicas da morfologia dos seres que passam pelo processo. E para se pensar nos potenciais de alterações nas expressões destes sujeitos em relação aos demais elementos conexos do espaço, sob pressão dos poderes causais das estruturas que no problema de pesquisa se afiguram, vem à tona a indagação: o que seria a expressividade camponesa, o que seriam os tons mais marcantes de formas campesinas, dignas de atenção meticulosa na pesquisa de campo e no tratamento da expressão?

Avilta-se elucidar os questionamentos levantados pelo objetivo geral da pesquisa, iluminando-se pela reflexão acerca da “campesinidade” e a dinâmica interna gerada em junções para com mecanismos de estruturas econômicas capitalistas. E como se opera nos parâmetros que balizam orientações comportamentais e os significados conferidos a estas. A pergunta quanto a “metamorfoses ou alomorfias agrárias” requer sondar os mecanismos, explorar as tendências operantes no Efetivo e como manifestam-se no

⁶⁸ Trecho da segunda apelação do camponês, na obra “O camponês eloquente”, papiros do Reino Médio do Egito Antigo (cerca de 2.100 a.C. até 1.500 a.C.).

Empírico, suscitando os exames enunciados para caracterizar o fenômeno, situando sua natureza agrária nas estruturas socioespaciais do campo.

O porquê do termo “campesinidade”? Proponho-lhe como panorama para o tratamento da análise, considerando-se à luz da função dos sentidos comunicáveis pelo sufixo -ade (SIMÕES, 2009), parafraseáveis por: “o fato de ser x”, “propriedade de x”, “qualidade de ser x”, “atitude/ação de quem é x”, “aquele que é x”, “conjunto do que é x (conectado também com a indicação de quantidade/intensidade)”. Já havia sido empregado por Woortmann (1987), enquanto uma “qualidade”, destacando a “representação moral do trabalho”. Relaciono-lhe a “campesinato” e elegi o termo, em detrimento da alternativa “camponesidade”, por razões fonológicas.

O termo camponês relaciona-se etimologicamente com a expressão do latim “*pagensis*”, derivada por sua vez de “*pagus*” – que indicava habitante de regiões rurais dos distritos do império romano, regiões interioranas; “*paient*” no francês antigo, derivado de “pais”, variando para “*paisant*”, indicando habitantes locais dos interiores das regiões ou distritos. No francês atual é “*paysan*”, com o feminino “*paysanne*”, que no inglês se apresenta como “*peasant*” (MURRAY, 1933; HARPER, 2001). Neste idioma, contemporaneamente, é carregado de conotações negativas referindo-se a “classe baixa, rude, ignorante, sem modos”, que, dado o longo tempo de emprego estigmatizante, não é usualmente autorreferido por alguém que trabalha com a agricultura (EXCHANGE, 2011). No dicionário da Real Academia Espanhola, de 1791, aparece como a descrição de “o que toca e pertence ao campo e a pessoa que anda sempre nele” (FONTANA, 1997, p.3. Tradução nossa).⁶⁹

Em terras alemãs, usam-se os termos “bauer” e “bur”, derivado do emprego dos termos para pessoas que no século XIX centravam-se suas vidas nos vilarejos interioranos, embora antes também fosse o equivalente para aqueles que possuíam o *status* de servos que trabalhavam em parcelas de terra (SAGARRA, 2017). No Japão o termo tradicional é *nongfu* (农夫), atribuído tanto para “fazendeiros” como para trabalhadores agrícolas em geral. Na China o termo tradicional do mandarim convencionado para camponês, *nongmin* (农民), atribuído para pessoas que trabalham em/com fazendas, tem sido contestado, por ter sido manipulado por intelectuais japoneses no século XIX para correlacionar com os extratos rurais das antigas sociedades feudais

⁶⁹ “lo que toca y pertenece al campo y la persona que anda siempre en el” (FONTANA, 1997, p.3).

japonesas, tendo servido para criar uma imagem negativa dos camponeses chineses, relacionando-lhes ao “atraso” que se deve superar (COHEN, 1993; 2005, .65; SCHNEIDER, 2015).

Concepções que associam a campesinidade a ideias de comunidades inerentemente autárquicas e desintegradas das estruturas socioeconômicas mais amplas são distorções inaplicáveis não apenas após o advento das redes mercantis contemporâneas. Há um mosaico de conformações de sistemas-mundo de camponeses e suas relações socioespaciais.

Hudson (2018) aponta como as cidades de grandes sociedades estamentais antigas foram soerguidas pela extração de excedentes e sistemas de endividamento de camponeses para constituir arquiteturas econômicas em torno dos templos, com sistemas de armazenamento, crédito e redistribuição centralmente administrados. Já na Atenas do período clássico até grande parte do helenístico, destacada em urbanização e demografia, as distinções socioculturais entre os núcleos de aldeias para com habitantes do campo eram tênues (WOOD, 1988, p. 107-108). Marks (1997), estudando circuitos comerciais do sistema histórico imperial no sul da China do período compreendido entre 1400 e 1850 de nossa era, ressaltou que camponeses de regiões próxima à costa chinesa, com rotas comerciais mais favoráveis, preferiam importar o arroz, que era a principal cultura de autoprovisão, dedicando-se principalmente a cultivos para obtenção de renda.

Wallerstein (1976) mostrou que no período feudal europeu os camponeses possuíam variados e relativos graus de integração a mercados locais. Le Goff (2014, p.82) apontou que o período em que irrompia a monetarização mais ampla na economia medieval, ela alcançou os camponeses. Eles podiam converter os produtos agrícolas em espécie para pagar impostos, o que facilitava para aqueles que não estavam na camada mais pobre das populações do campo - no que muitos conseguiam pagar para expandir sua propriedade de terra ou adquirir outras parcelas. Discutindo a eclosão de sublevações camponesas no período exórdio da Revolução Francesa, incitadas em grande parte por rumores de conspirações contra o país por parte da aristocracia em conluio com estrangeiros - fenômeno convencionado pelos historiadores como “O Grande Medo” -, Lefebvre (2019, p. 215) apresenta os ambientes que tiveram papel vital para reuniões nas quais se ferviam as agitações, destacando que

O mercado tinha uma importância fundamental. Sem ele, sabemos que os camponeses não podiam vender seus gêneros alimentícios, sobretudo os grãos. Eles tinham de transportá-los obrigatoriamente à cidade e expô-los aos olhos dos clientes, no local e na hora indicados. Ele aproveitava a ocasião para, em seguida, realizar as suas compras. A população rural entrava dessa forma em

contato com a população urbana: era assim que ela tomava conhecimento das novidades. Porém, ela era também atingida pelas ideias que animavam os cidadãos. Se houvesse alguma agitação no mercado, os camponeses relatariam na aldeia, e esta ficaria em sobressalto. Se reinasse a escassez, os camponeses iam aos mercados fazer compras, e a população da cidade, ao vê-los afluir, sentia-se aterrorizada.

Além do engajamento econômico e do contributo para construção de grandes imaginários culturais (CAUVIN, 2000), camponeses participaram de cruciais movimentos de protestos, revoltas e insurreições políticas ao longo da história. O protagonismo do campesinato em rebeliões e revoluções no século XX, de matizes políticas diferenciadas e em contextos sociopolíticos e geopolíticos diversos foi amplamente documentado e explorado por Wolf (1984). Protagonizaram variadas e potentes rebeliões no prelúdio da Revolução Russa de 1917, criando uma pressão demandante de tal magnitude que Lênin se viu obrigado a emitir o Decreto sobre a Terra ainda em 1917, reconhecendo a transferência das terras sob regime de propriedades privadas para os camponeses (BADCOCK, 2007). “A água é sua, a luz é sua, a terra é sua, a floresta é sua” ecoou um grito do campesinato em uma assembleia de junho de 1917. Entretanto, na guerra civil de 1918-1921, um grande contingente de camponeses participou das forças do Exército Verde, organização nacionalista rival do Exército Vermelho bolchevique. Também capitanearam potentes insurgências contra o governo de Stálin tempos depois, responsável por morte e fome no campo nas expropriações coletivizadoras voltadas a sustentar o programa de industrialização (VIOLA, 1999).

Guardadas as particularidades, estas ações políticas também não são exclusividade dos períodos contemporâneos. Graeber afirma que houve “décadas na história da China em que a taxa de revoltas camponesas registradas era de aproximadamente 1,8 *por hora*” (GRAEBER, 2016, p. 330, grifo do autor). Ele aponta que insurreições camponesas originaram as grandes dinastias que não foram produtos de invasões, como a de Han, Tang, Sung e Ming. Mitchell (1995) assinala como o mote dos ciclos de endividamento e expropriações de terras promoveram alianças entre aristocratas e camponeses em sublevações nos fins do período da república romana.

Os séculos finais do Império Romano foram marcados por uma intensa efervescência de rebeliões camponesas que eclodiam por vastas extensões do território (SILVA, 2017). A pesquisa de Wallerstein esquadrinha os processos que levaram a difusões de revoltas camponesas europeias do século XIII ao século XV, quando da formação de economias nacionais envolvendo intensificação de impostos sobre as produções voltadas a mercados locais, conjuntamente com o impulso a alienações de

terras, para convertê-las a explorações voltadas ao mercado de exportação. Tal fenômeno foi importante fator para a desagregação dos amálgamas institucionais e ideológicos que legitimavam a ordem vigente e suscitaram uma reconfiguração desta para conter e manter subordinados os camponeses (WALLERSTEIN, 1974, p. 24, 26, 135, 247, 286).

Tria Kervliet (2009) destaca que, no complexo cultural camponês, não se deve perquirir pela política apenas em grandes acontecimentos ou crises, nem apenas em ambientes e formas convencionais. Argui que com isso muito se perderia do pensamento político e nas relações entre a vida política nas comunidades e os sistemas políticos de âmbito maior. O autor pondera que o conceito de “política do cotidiano” é de grande valia para a pesquisa das sociedades camponesas; esta política “envolve pessoas que adotam, cumprem, ajustam e contestam normas e regras relativas à autoridade sobre recursos, sobre a produção ou alocação de recursos, e o fazem em expressões e atos silenciosos, mundanos e sutis que raramente são organizados ou diretos” (TRIA KERVLIET, 2009, p.232. Tradução nossa)⁷⁰. Nomeia quatro títulos para formas básicas que a “política do cotidiano” assume: suporte, conformidade, modificações e evasões, resistência.

Na contingência de alguns contextos, dados conjuntos de populações camponesas podem se encontrar mais insuladas, mais apartadas ou recalcitrantes diante da dinâmica das cidades mais circunjacentes. Mas, historicamente, a campesinidade não se caracteriza pela passividade diante de forças econômicas, políticas e socioculturais que incidem sobre ela; não é discernida pela apatia ou conformismo. Ainda que predominantemente nos sistemas históricos foram exploradas por hierarquias estamentais para estruturarem os complexos urbanos, afiguram-se respostas de resistência, de barganha, de adaptação e mesmo a busca de pugnar pleitos para condições mais favoráveis na configuração das estruturas sociais. O exame das tendências advindas de mecanismos do sistema produtivo-comercial da soja e da Cadeia Mercantil, considerando os poderes causais operantes, deve ter em consideração esta complexidade ao se debruçar sobre as expressões de campesinidade.

A manutenção da unidade camponesa é buscada numa dinâmica entre esforços para obtenção de renda para compras, permutas comunitárias e o autoprovisionamento, seja via produção ou extrativismo (ou também a caça). Uma dinâmica imbuída de

⁷⁰ Everyday politics involves people embracing, complying with, adjusting, and contesting norms and rules regarding authority over, production of, or allocation of resources and doing so in quiet, mundane, and subtle expressions and acts that are rarely organized or direct (TRIA KERVLIET, 2009, p.232).

expectativas sociais de reciprocidade e de racionalidades valorativas. Sendo assim, ultrapassa mesmo a estrita perspectiva da manutenção, formando um complexo de sociabilidade, posicionamento pessoal e reconhecimento institucional dos membros da unidade no ambiente de vida. Com conexões na espacialidade, esta dinâmica suscitada por necessidades orgânicas elabora manifestações vivenciais na lugaridade: “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das ‘reações culturais’, desenvolvidas sob o estímulo das ‘necessidades básicas’. Em nenhuma outra parte, vemos isto melhor que na alimentação, que é o recurso vital por excelência” (CÂNDIDO, 2001, p. 35).

Brandão (1981) empreendeu um estudo do campesinato em um município goiano, analisando “lavradores” que haviam deixado o campo para viver em núcleos urbanos após mudanças territoriais de relações de produção. Nele, apontou que mesmo não tendo a parte mais significativa de suas receitas proveniente de comercialização da própria produção (alugavam sua força de trabalho como “diaristas”), estes sujeitos sociais percebiam sua identificação com a campesinidade, mantendo a atividade de produzir para autoprovisão em seus terreiros. Não compunha a maior parte da dieta alimentar (BRANDÃO, 1981, p.42), mas fazia parte da teia de valores e autopercepção, além do papel na sociabilidade via trocas entre vizinhos e doações para a igreja. Woortmann e Woortmann (1997, p. 85), em um estudo com sitiantes sergipanos, também salientam estes aspectos, ao chamarem atenção para como os produtos colhidos para consumo próprio eram estocados em ambientes chamativos na residência, “bem à vista dos visitantes, como prova da competência do pai. São sinais que expressam a identidade de lavrador do sitiante”.

A autoprovisão propiciaria um mínimo horizonte de seguridade diante de instabilidades na oferta e conjunturas de preços dos produtos do mercado, evitando a integral dependência de adquirir nas condições deste (WOORTMANN, 2009). Também propicia uma segurança de condições de proveniência dos itens para as famílias consumidoras (MENASCHE, 2017). Todavia, esta oferta também se sujeita a instabilidades de condições edafoclimáticas e socioeconômicas de produção, além das sanitárias (contaminação da água, patógenos infecciosos nos animais etc.), não se devendo produzir um quadro idílico de um passado generalizado de fartura.

3.2.3 Campesinar

Um marco clássico para os estudos camponeses é a obra de Alexander Chayanov (1888-1937), economista e sociólogo rural do comitê executivo da Liga da Reforma Agrária da União Soviética, pesquisador de campo e estudioso do riquíssimo banco de dados de estatísticas russo. Destoando de vários contemporâneos e predecessores, ressaltava não só a viabilidade como a necessidade da resiliência e persistência camponesa ao longo dos processos de modernização da sociedade e do campo.

Em sua abordagem a respeito deste poder de resiliência, alegava de que este se orienta por um princípio dos equilíbrios, ou melhor, relacionamentos mútuos: trabalho/consumo penosidade/utilidade. Cada fator é ponderado segundo necessidades de manutenção e reprodução familiar. Cunhou o conceito de “arte da agricultura” – enraizada num uso mais apropriado das diversas particularidades comportadas na importância singular da propriedade para as necessidades da unidade familiar camponesa.

Chayanov primava analiticamente pelas preocupações das famílias camponesas com sua reprodução social, como planejavam sua organização em função disto e, a partir daí, as relações de sua produção com os mercados. A possibilidade de força de trabalho empregada pela família e para cada membro individual seria relativa às necessidades de consumo ao longo do tempo e em cada momento. Contudo, nem por isto a agricultura camponesa seria um resíduo anacrônico, mas ainda assim, um componente orgânico no desenvolvimento da economia capitalista não só nacional como mundial, experimentando efeitos de sua dinâmica e das demandas e ofertas, vendendo e comprando, buscando inclusive empréstimos bancários. Possui uma capacidade de rebaixar consumo, de achatar lucratividade e de intensificar trabalho de modo que lhe confere dada resiliência que o estabelecimento capitalista não detém.

[...]podemos afirmar positivamente que o nível de auto-exploração da força de trabalho se estabelece pela relação entre a medida da satisfação das necessidades e a do peso do trabalho (CHAYANOV, 1974, p. 84. Tradução nossa)⁷¹.

O “capital” camponês não é capital voltado a maximizar sua replicação, mas instrumentos de trabalho, incluindo instalações, máquinas, animais, ferramentas, terra, benfeitorias. Mas suas perspectivas de rentabilidade se potencializam com o que o autor chamou de sistema de cooperação vertical: cooperativas à montante fornecendo insumos e à jusante processando e comercializando produtos (CHAYANOV, 2017).

⁷¹ [...] podemos afirmar positivamente que el nivel de autoexplotación de la fuerza de trabajo se establece por la relación entre la medida de la satisfacción de las necesidades y la del peso del trabajo (CHAYANOV, 1974, p. 84).

Wolf (1976, p.93) também salienta esta característica precípua da resiliência dos camponeses. Frisa a diferença deles com a lógica capitalista que primaria pelo lucro para reinvestir em busca de replicar o lucro, sendo que quando não logra ao menos a lucratividade média na atividade agrícola, a procura em outra atividade. A lógica camponesa persistiria ainda no trabalho na terra mesmo reduzindo os ganhos de seu trabalho, reduzindo o consumo ao mínimo e só deixando a terra quando a reprodução social nela estivesse comprometida.

Costa (1993) interpreta a teoria chayanoviana concebendo a “Unidade Econômica Camponesa (UEC)” como uma dinâmica agrária com plena capacidade de se autodeterminar no processo produtivo. Seria movida a atingir o grau ótimo de exploração do trabalho, ponderado por um cálculo pela lógica familiar em que se estabelece se intensifica a exploração do trabalho, introduz mudanças técnicas, ou procura trabalho fora da UEC⁷². Costa enfatizou que

De acordo com Chayanov o emprego de uma unidade adicional de trabalho é visto pelo camponês como economicamente vantajosa sempre que o rendimento daí resultante possibilite o preenchimento do orçamento. Essa aplicação, todavia, só é considerada otimizada quando esse rendimento adicional foi obtido com o menor esforço possível. Aqui se pressupõe que para a unidade familiar camponesa o emprego de unidades adicionais de trabalho em confronto com a obtenção de unidades adicionais de rendimento não é avaliado indiferentemente (COSTA, 1993, p.10).

Decorrem algumas questões complexas de equacionar dentro desta perspectiva. Em um ambiente de exposição a mercados à montante e jusante, com maior apropriação de insumos tecnológicos ou adoção de modelos técnicos padronizados, com contratos de fornecimento de mercadorias com exigências de prazos e padrões, se suscitariam novas necessidades de lucratividade para dar conta das novas obrigações e riscos. Diante da possível resposta de que camponeses tenderiam a ser recalcitrantes a se exporem a estes riscos ou tenderiam a se retrair quando notassem as implicações (WOORTMANN, 2009, p.127-128) advém a pergunta: e quando/se aderirem, se comprometendo (principalmente se inseridos e sob pressão de um entorno fortemente marcado pelo agronegócio)?

Faz-se mister que o emprego destas tecnologias e técnicas de manejo, mais o compromisso com o ritmo do ciclo de produção, afetariam a relação capital/obrigações da família que tão delicada é para a reprodução social na unidade. Também influiriam custos de transação, com assimetria de informações, juntamente com a arquitetura

⁷² Bartra (2015, p.13-14) também frisa que a capacidade de trabalho disponível regula a escala de produção camponesa, em que o objetivo e resultado do trabalho empregado seria a “reprodução de sua existência conforme sua posição social”.

institucional dos sistemas de contratos, no balanço da equação delineada por Costa para expressar “respectivamente a evolução da *insatisfação da família* com o seu *nível de consumo* e o seu *grau de fadiga e incômodo* para cada nova unidade de trabalho alocado” (Costa, 2002, p. 114. Grifo do autor). Relação que Costa descreve como: Trabalho/ Terra + Capital = N° de Trabalhadores x Dias de Trab./ano x Hora de Trabalhadores por dia / Terra + Capital. Com isso, o alcance modelador da equação se tornaria fracionário.

Com efeito, é nesta brecha que, conjugando também com a incidência e resposta às políticas governamentais, Abramovay vai arguir que, ainda que mantendo a lógica familiar, esta forma não mais se poderia caracterizar como camponesa (ABRAMOVAY, 1992, p.19). Mais radical, Moreira et al (2007) vai defender que a importância da tecnologia e do capital atualmente avulta-se sobre a contribuição relativa do trabalho enquanto insumo produtivo agrícola, intensificando desvantagens comparativas para quem dela se vale.

Numa abordagem marxista, a partir de problemáticas similares, Bernstein (2010, p. 3-4. Tradução nossa) arguiu que os termos "camponês" e "campesinato" só eram úteis se concernentes a "sociedades pré-capitalistas, povoadas principalmente por agricultores familiares de pequena escala [...] e processos de transição para o capitalismo". Sob o sistema capitalista, argumentou que os camponeses diferenciariam-se em classes de “fazendeiros capitalistas de pequena escala, pequenos produtores de mercadorias relativamente bem-sucedidos e trabalhadores assalariados”⁷³.

As resultâncias quanto a configuração social advinda de conexões mais estreitas do campesinato com mecanismos de mercado, geram assim controvérsias sobrelevadas nos estudos. Garcia Jr; Heredia (2009), com base em pesquisas realizadas na zona da mata pernambucana sobre representações e conformações dos grupos domésticos de agricultores, vão escrever categoricamente que “não há nenhum fundamento empírico a sustentar que os conceitos de acumulação de riqueza e o de economia camponesa sejam incompatíveis” (GARCIA Jr.; HEREDIA, 2009. p.236. Grifo nosso). Focalizaram seus expedientes no exame dos modos de operações das unidades familiares como unidades de produção e consumo. Atentaram para os “feixes” de relações sociais envolvidas nas

⁷³ [...] “pre-capitalist societies, populated by mostly small-scale family farmers... and processes of transition to capitalism.” [...] “small-scale capitalist farmers, relatively successful petty commodity producers and wage labour” (BERNSTEIN, 2010, p.3-4).

buscas de equalizarem os esforços mobilizados dos membros e a provisão e distribuição do consumo. Conforme os autores,

Todos os grupos domésticos investigados estavam inseridos no mercado de terras, vendiam nas feiras os resultados dos seus cultivos e da sua criação de animais, participavam de mercados de trabalho local como ofertantes ou como usuários eventuais, por conseguinte, não havia nenhum vestígio de tendências autárquicas ou voltadas para a auto-subsistência.

Havia apenas modos de lidar com as flutuações de preços e quantidades comercializadas que não se reduziam aos comportamentos supostos universais de empresas agrícolas; para compreender a lógica e os significados dessas práticas e dos cálculos que as informam, a objetivação das modalidades de materialização do grupo doméstico como unidade de produção (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p.220).

Os autores aduzem que a autodeterminação distintiva seria mantida nestas condições conquanto são balizadas “nas decisões sobre os usos do potencial de trabalho de seus membros e do destino dos cultivos de seus roçados ou sítios” (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p.226). Reveses na economia da propriedade seriam compensadas na equalização do emprego da força de trabalho ao longo do ciclo agrícola, de acordo com as relações de parentesco, relativizando a contabilidade estrita dos rendimentos financeiros, em contraposição “às empresas capitalistas, compostas por assalariados recrutados segundo as necessidades de rentabilidade monetária do montante de dinheiro investido” (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p.225). Estes parâmetros regulariam a predisposição ao investimento e a exposição aos riscos.

Assim, as inovações em equipamentos e maquinário ou adubos e defensivos agrícolas são rejeitadas ou adotadas mais pela diminuição das exigências de trabalho que acarretam no momento do pico do ciclo do que pela rentabilidade financeira do investimento realizado (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p. 232).

A dupla de autores discute a sociologia econômica dos camponeses estudados argumentando que a despeito de suas integrações aos mercados, resguardavam uma autonomia instrumentalizando as relações de mercado. Um exemplo marcante estaria na gestão de excedentes, suplementares às necessidades de reprodução do grupo doméstico de acordo com os ciclos anuais. Seguindo esta linha de raciocínio, “as lavouras alimentares de ciclo mais rápido financiam em certo sentido à espera da renda proporcionada pelo cultivo comercial” (p. 233) e “a venda do dinheiro é apenas uma forma de diferir no tempo o consumo da unidade doméstica” (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p.235). Produtos mais perecíveis ou com menores condições de conservação em acondicionamento seriam prioritários para se comercializar e poderem adquirir suprimentos e bens de melhor conforto para o cotidiano da casa.

A venda do 'mais-do-que-o-gasto', ou seja, da parcela que se deterioraria antes de seu consumo efetivo, como a compra de alimentos para o consumo da família, permite de fato ajustar o ciclo de produção agrícola, reduzido

frequentemente a uma colheita anual, ao ciclo de consumo, bem mais constante ao longo do ano. (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p.235).

Mas estas nuances também não escapam de dificuldades latentes. Uma coisa é os sujeitos sociais relacionarem-se com instâncias de mercado, em uma ou mais esfera econômica: terra, escoamento da produção, insumos, em variadas periodicidades e com mecanismos defensivos outros diante de revés no mercado. Outra coisa é toda a etapa do ciclo produtivo estar assimilada ao mercado e dele depender. Com a lógica produtiva e comercial ser reorientada e abarcada pelo mercado, com obrigações de periodicidade e regularidade firmadas contratualmente ou estabelecidas pelos compradores, havendo limitações de dimensões econômicas e de tamanho da propriedade para contratação de mão-de-obra, ainda que se sinta necessidade. Não é subestimável o potencial de transformações qualitativas em que o grau quantitativo pode desembocar, ainda mais se “acumulação de riqueza” tiver a ver com excedentes de capitais.

Na apresentação à Coleção “Diversidades do campesinato: expressões e categorias” (2009), o Conselho Editorial composto por uma diversidade de autores que são referências na literatura pertinente com vastas contribuições, se propõe a explicar acerca da questão capital “O que entendemos por campesinato?” (CONSELHO EDITORIAL, 2009, p. 9). Reconhecem as diversas possibilidades de definição conceitual do termo. “Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos” (CONSELHO EDITORIAL, 2009, p.7).

É explicitado que abordam o campesinato enquanto “categoria analítica e histórica” (CONSELHO EDITORIAL, 2009, p.9) - uma ponderação de primacial relevância para este estudo que se encarrega de, enquanto uma abordagem geográfica, ter em vista os laços de relações sociais constituindo-se no espaço. Caracterizam a categoria como “poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo” – sob esta ênfase, a especialização seria uma contratendência à campesinidade – reconhecendo-lhe pela “produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes de cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais” (CONSELHO EDITORIAL, 2009, p.9). Se a “relação com o mercado é característica distintiva desses produtores”, como fica a característica para circunstância em que não se relacionam, dentro desta delinação conceitual? Ou se dedicam-se à monocultura?

As condições de produção camponesa contam, nesta perspectiva, com especificidades, dentre as quais a “alocação ou recrutamento da mão-de-obra familiar”,

implicando que a condição seja “variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo)” (CONSELHO EDITORIAL, 2009, p.10). A “especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados” não basta para o reconhecimento da forma camponesa, mas é “analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos outros trabalhadores” (CONSELHO EDITORIAL, 2009, p.10) - importante aspecto para se considerar tendências opostas à “forma camponesa” operando nos sujeitos pesquisados. Por exemplo, atinente para o que os autores chamam a atenção quanto aos “valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar”, as questões levantadas pelo problema e as questões condutoras da pesquisa conjugam-se aqui com a problemática levantada por Souza (2016, p.38-40) acerca dos efeitos em termos da “racionalidade” campesina, nos termos da discussão weberiana quanto a racionalidade instrumental e racionalidades valorativas.

Processos que levam a uma gradativa primazia da racionalidade instrumental – em que prepondera a maximização de ganhos computáveis - para ação social, levariam a tendências de expressões mais preponderantemente empresariais ante às lógicas camponesas. O quadro teórico pode ainda ser refinado pela abordagem de Habermas (2014), que expõe que a lógica capitalista impõe a prevalência da “ação racional com respeito a fins” na qual, como referência de eficácia, a “ação instrumental organiza meios que se mostram adequados ou inadequados segundo critérios de um controle eficiente da realidade” (HABERMAS, 2014, p.90). Trazendo ainda o quadro conceitual habermasiano, a contratendência da campesinidade se daria no âmbito da “ação comunicativa” - interação simbolicamente mediada, em que “as normas internalizadas nos promovem *estruturas de personalidade*” (HABERMAS, 2014, p. 91. Grifo do autor). Ainda,

Ela se orienta por *normas* obrigatoriamente *válidas*, as quais definem expectativas recíprocas de comportamento e devem ser compreendidas e reconhecidas por pelo menos dois sujeitos agentes. [...] a validade de normas sociais apenas pode ser fundada na intersubjetividade de um entendimento acerca das intenções e assegurada por meio do reconhecimento geral das obrigações (HABERMAS, 2014, p.91. Grifo do autor).

No bojo do presente problema de pesquisa, constata-se que os agricultores já tomavam parte na economia-mundo capitalista. Mas entra a questão se há um diferencial, após a incorporação no sistema produtivo-comercial da soja, de uma intensificação de novas exigências de racionalidade instrumental. Habermas discute que o

desenvolvimento dos mecanismos econômicos do modo de produção capitalista não apenas permite “a ampliação constante dos subsistemas de ação racional com respeito a fins”, mas também “legitimação econômica sob a qual o sistema de dominação pode ser adaptado às novas exigências de racionalidade desses subsistemas em desenvolvimento” (HABERMAS, 2014, p.99). Ou seja, processam-se tensões e choques de institucionalidades⁷⁴ sobre as “dimensões da vida social”, através de condições exigidas para com a “organização do trabalho e do intercâmbio econômico, à rede de transportes, às informações e à comunicação, às instituições do direito privado e da burocracia estatal, que segue a administração financeira” (HABERMAS, 2014, p. 99).

A soja é uma *commodity* agrícola em cujo sistema produtivo-comercial seus produtores são tomadores de preços individuais, comercializando sob estrutura de um mercado competitivo – grande magnitude de ofertantes, produto uniforme com restrita possibilidade de aferir maior margem de preço por diferenciação, por marca etc. - em que na outra ponta, com as corporações de insumos e/ou “*traders*”, há uma estrutura oligopsônica. A estrutura organizacional e institucional de mercados de maior concorrência faz prevalecer tendências de favorecer agentes que priorizam decisões de otimização de cálculo para maximizar lucros (ALCHIAN, 1950; HOLT, 2007). Caracteriza-se também por ser uma atividade econômica com especificidade de ativos (WILLIAMSOM, 1996, p. 105-106), posto que a utilização alternativa dos ativos não ocorre de forma automática e sem perdas, dado que requer que outros ativos complementares se localizem relativamente próximos e com necessidades particulares de estruturas produtivas e de “pacote tecnológico”. A especificidade de ativos tende a repercutir em entraves no processo de angariar financiamentos, refletindo em juros e exigências de garantias, suscitando habilidades para negociações como formas alternativas de estruturar seu capital (POHLMANN, et al, 2004). E nesse sistema é considerado que a administração minuciosa dos custos e a maximização de produtividade são determinantes para a rentabilidade (ALVES, 1998; BARROS *et al.*, 2006).

A representação moral do trabalho vai sendo conformada à racionalidade instrumental. Calculabilidades mercadológicas compromissadas impõem-se a remodelar institucionalidades e confrontar estruturas de valores outros. Estrutura que pode ser esboçada sobre o esquema caracterizador desenvolvido por Schwartz (2012, p.4-5) acerca

⁷⁴ Atentando que aqui o termo “institucionalidade” se refere a pressupostos tácitos de correspondências de comportamentos e padrões de respostas de ações em dados contextos sociais, subentendidas como legítimas dentro de relativos contornos culturais.

dos valores: valores como crenças intrinsecamente ligadas a afetos que, ativadas, infundem sentimentos negativos e positivos. Referem-se a metas desejáveis, objetivos a perseguir, que motivam a ação. Transcendem atos, objetos e situações específicas, embora seu poder de influenciar a conduta seja relativo à relevância no contexto. Os valores servem como padrões ou critérios a guiarem seleções ou avaliações do que é justificado ou ilegítimo. Todavia, os impactos nas decisões cotidianas vêm à consciência, ainda que raramente, quando possuem implicações conflitantes para diferentes valores apreciados (pois formam, nas pessoas, um sistema ordenado de prioridades).

As lógicas da “racionalidade instrumental” capitalista orquestram-se remodelando os mosaicos institucionais dos quadros em que penetram. Para hegemonizarem a dinâmica social, os poderes causais não ocasionam meramente a substituição das práticas sociais dotadas de significação, mas reconfiguram os sentidos dos comportamentos e de padrões simbólicos, para que os sujeitos sociais se atenham mais e mais às suas disposições e tramas.

Entretanto, para sua preponderância, enfrenta-se tensionamentos com as outras matrizes de racionalidade com que se depara. Waichmann; Requate (2008) defenderam que o contorno do comportamento das pessoas se molda no acúmulo de experiência nas situações específicas com que lidam. Especificamente no comportamento econômico, as ações para maximizar ganhos próprios são combinadas em muitas situações com normas e priorizações relacionadas ao comportamento apropriado para com outros e consequências para com o relacionamento social. Não seria uma questão, desta forma, de considerar que na ação social de campesinidade não esteja presente formas diversas de contabilidade econômica, mas do quanto a racionalidade instrumental abranja as diretrizes organizativas. Tal problemática perpassa pelos subitens do objetivo da pesquisa, sendo retomada com mais profundidade adiante à luz dos materiais de campo.

Tratando da dimensão na qual o campesinato se constituiria como “categoria política”, o Conselho Editorial (2009, p.111) alega que isto se dá a partir da “coexistência com outros agentes sociais”. Reconhece-se pela “possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos”. Por inferência, pode se presumir que, se houver uma diluição disto na incorporação ao sistema soja ou com a aproximação socioinstitucional por parte da subjetividade corporativa do agronegócio, operam-se tendências no sentido do enfraquecimento da campesinidade. De onde ocorrem problemas com o apelo dos autores para, no aspecto da dimensão referida, se “romper com a primazia do econômico e

privilegiar aspectos ligados à cultura” para a “construção da história social do campesinato”. Porém, tal programa, onde os “aspectos” seriam “fenômenos”, só pode ser concebível no nível epistemológico. No nível ontológico, estes “aspectos” (econômicos e culturais) estariam imbricados, como chamou a atenção Hobsbawm (2013, p.69).

Manifestações culturais não poderiam ser respostas - mais ou menos conscientes, mais ou menos explicitadas - às necessidades econômicas e, práticas econômicas, por sua vez, não seriam variavelmente modeladas por aquelas? Poderia esse apelo do Conselho Editorial terminar por cair em uma tática *ad hoc* de proteção para com potenciais condições falseantes da categorização que apregoam (por exemplo, podendo advir de debates em que se questione o procedimento de os autores incluírem na sua consideração sobre diversidade da condição camponesa, após a caracterização formulada, “os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados” (2009, p.9)? Afinal, mesmo diante de lutas políticas, o quão significativo que não sejam impelidas por fatores econômicos, presentes mais ou menos explícitos na simbologia culturalmente expressa? A questão quanto às “tensões e choques de institucionalidade” manifesta-se vigorosamente neste problema.

Isto remete a uma outra temática, a relação da campesinidade e a sua expressão na subjetividade. É de se esperar que a campesinidade abarque, se traduza e se manifeste em subjetividades dos sujeitos. Mas a relação inversa, afetos e figurações de subjetividades camponesas caracterizam campesinidade?

Campesinidade não é também apenas questão de autodeclaração (muitos podem se recusar a se declarar assim) ou de origem. Pessoas diversas sem um cotidiano vinculado à campesinidade podem ocasionalmente visitar o campo, ter uma chácara ou sítio para retiros ocasionais, apreciar “música caipira”, “comida da roça”, ter relações com camponeses, podendo ter ou não uma ascendência camponesa direta. Proprietários de grandes estabelecimentos no MATOPIBA (tipo de acrônimo empregado como sigla para o complexo que explorou como “fronteira agrícola” uma faixa que abrange os estados do “Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) ou outras regiões por exemplo, podem ter sido provenientes de ambientes de vida camponeses ou eles próprios virem de uma vida camponesa, assim como residentes urbanos de profissões diversas. Pode-se constatar algo análogo ao que Santos (2004) chamou de “rugosidades” no meio de vivência destes sujeitos, ou vestígios mais presentes no seu cotidiano, em seus artefatos, seu modo de falar, de vestir, em alguns momentos especiais.

Mas a estrutura de suas relações sociais não se dispõe contextualmente tal como predominante em ambientes de vida camponeses. A campesinidade não se confunde com bucolismo. Não são artefatos, cenários, produções ou apelos semióticos que conformam uma campesinidade – tal qual em restaurantes de fogão à lenha decorados, ou em móveis rústicos aparamentando imóveis de condomínios urbanos, ou decorações *vintage* de uma cafeteria. Representações atávicas para reproduzir sensações de conexões que se esvaem em graus relativos. A campesinidade se consubstancia na “lugaridade” e acontece na espacialidade – onde seus sujeitos se posicionam por meio de relações culturais, de relações ecológicas, de relações econômicas, institucionais, sociais.

Shanin (1993, p.54-57), numa releitura da perspectiva marxista da questão camponesa, contribui com nuances para estas abordagens, com a consideração de que “[...] a particularidade camponesa não reside simplesmente no que eles 'são', em oposição a pressões transformadoras de 'mudança' ou 'sociedade', 'capitalismo' ou 'plano de desenvolvimento'. Expressa-se também nos modos como os camponeses reagem a essas forças” (SHANIN, 1993, p.57). Com esta interpretação, chama a atenção de que tipologias camponesas são funcionais para fins histórico-comparativos, servindo como parâmetro para extensões de “campesinagem ou descampesinagem”. Frisa que enquanto entidade social, “o campesinato existe apenas como um processo”. Elenca quatro facetas interdependentes para a descrição geral de camponês (SHANIN, 1993, p.54-56):

- “A roça da família camponesa como a unidade multidimensional básica da organização social”; envolvem-se com intercâmbio de produtos e no mercado de trabalho, “sua ação econômica, contudo, está estreitamente entrelaçada a relações sociais extramercado”; “A roça da família funciona como a unidade mais importante de propriedade, produção, consumo, reprodução social, identidade, prestígio, sociabilidade e bem-estar dos camponeses”. Seria a mais significativa característica do campesinato como entidade social e econômica segundo o autor.
- “O trato da terra como principal meio de vida”; “[...] ciclos sazonais influenciam profundamente a vida da família e os acontecimentos familiares refletem-se na dinâmica da lavoura”.
- “Padrões culturais específicos ligados ao modo de vida de uma pequena comunidade/vizinhança rural”; “[...] fortes controles normativos” [...] “influenciando atitudes para com 'os de fora”.
- A posição de “subalterno” - o domínio do campesinato por elementos de fora.

O autor insiste que o tratamento para estas facetas não pode ser reducionista, mas antes, como um quadro “cujos elementos se reforçam mutuamente”, com a natureza de cada um dos componentes se alterando quando uma das características é removida do conjunto.

Shanin (2005) produz uma discussão balanceada para as questões difíceis acerca da categorização camponesa. Adverte que há boas razões tanto para se buscar uma definição de “camponês” quanto para se deixar indefinido. Retoma os princípios de “autoexploração” de Chayanov para discutir a resiliência do campesinato ante condições que empresas capitalistas não suportariam (SHANIN, 2005, p.3). Mas, em tensões com impactos do capitalismo, podendo haver um sacrifício da autodeterminação para com condições subordinadas ou mesmo fenômenos de marginalização, deixa o questionamento: “Quando, se acontecer, um camponês deixa de ser camponês, mantendo embora uma unidade de produção o estabelecimento rural familiar?” (SHANIN, 2005, p.9).

Especificamente uma família dinamarquesa que utiliza a força do trabalho familiar para dirigir e supervisionar dois tratores próprios, quatro carros e uma propriedade rural supermecanizada, sustentada por um investimento massivo de capital e lucros, mas sem trabalhador assalariado algum, deve ser definida como camponesa? Se não, onde reside o divisor? (SHANIN, 2005, p.9).

O referido sociólogo é levado a encarar os tortuosos caminhos da temática das configurações morfológicas camponesas quando abarcados por relações tecnomercadológicas, chamando a atenção para o decisivo papel do Estado nas possibilidades de resultados dos processos. Questiona se é possível caracterizar um modo de produção camponês, considerando que não compreendem uma estrutura política-econômica para tanto – “sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente tem sido, de modo geral, externos a eles” (SHANIN, 2005, p.11). O que se provoca à direção de uma temática espinhosa, mas relevante para a perspectiva da pesquisa em questão: na constituição estrutural da dinâmica das relações de produção do capitalismo, os camponeses constituir-se-iam uma classe social? A “campesinidade” se ligaria a uma relação de classe diante do Estado, dos capitalistas do campo, da “subjetividade corporativa” do agronegócio, da classe trabalhadora?

3.2.4 Campesinidade: uma questão de classe?

[...] O transplante da concepção de camponês de outras realidades históricas, em especial da realidade russa do final do Século XIX e do começo do Século XX, é um procedimento que encontra dificuldades para enquadrar e explicar a situação das lutas sociais no meio rural brasileiro. O destino do campesinato

brasileiro se concebe através de um critério externo (como é estranha a própria palavra que o designa) e que não corresponde à sua realidade, às contradições em que vive [...] a exclusão do camponês do pacto político é um fato que determina o entendimento sobre a sua ação política [...] A ausência de um conceito, de uma categoria que o localize na sociedade e o defina de modo completo e uniforme, constitui com exatidão a clara expressão acerca da forma em que se controlou sua participação em tal processo – como alguém que participa como se não fora essencial [...] esta exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que os acontecimentos políticos mais importantes da história contemporânea do Brasil se relacionam com os camponeses (MARTINS, 1981. p. 23)

O pensamento de Karl Marx se constituiu em um divisor de águas para o estudo da constituição das classes sociais nas sociedades sobretudo, mas não exclusivamente, após o advento da industrialização moderna. Neste sistema compreensivo as classes sociais constituem categorias histórico-analíticas, engendrando-se em relações características nas estruturas sociais, possibilitando representar a compreensão das dinâmicas sociais. Relações econômicas, processos políticos e representações ideológicas somam-se para a distinção das classes, que existem como parte de uma totalidade na qual se insere o sistema de classes (LUKÁCS, 2019). As classes possuem suas potencialidades de aspirações enquanto “em si”; a partir do momento que se organizam no processo produtivo e político para fazer valer suas, coletivamente, passam, através da “consciência de classe”, a serem uma classe “para si”.

Na maior parte dos escritos de Marx sobre a natureza da posição do campesinato na evolução do capitalismo é bastante cética, como se tratasse de um estrato social “residual” que não poderia prevalecer na conjugação de forças sociais díspares no desenvolvimento das forças produtivas. Em uma das passagens mais emblemáticas, é entoado como aclamação:

Censuraram a nós, comunistas, querer abolir a propriedade adquirida de forma pessoal, finito do próprio trabalho; a propriedade que constitui a base de toda a liberdade, atividade e autonomia pessoais.
Propriedade adquirida, fruto do próprio trabalho e do mérito! Vocês estão falando da propriedade do pequeno-burguês, do pequeno camponês, a qual precedeu a propriedade burguesa? Nós não precisamos aboli-la, o desenvolvimento da indústria aboliu-a e vai abolindo-a diariamente (MARX; ENGELS, 2015. p.52).

Diante da análise minuciosa sobre a conjugação de forças dos estratos sociais franceses que culminaram na adesão das camadas mais pobres à ascensão ao poder de Louis Bonaparte, o autor aponta que o campesinato lhe teria aclamado por estar à margem das dinâmicas de luta e consciência de classe.

[...] Da mesma forma que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua formação cultural das outras classes e fazem-nas entrar em conflito com estas últimas, elas formam uma classe. Na medida em que esses pequenos

proprietários camponeses estão meramente conectados em uma base local e a identidade de seus interesses não desenvolve um sentimento de comunidade, vínculos nacionais, ou organização política alguma, nessa medida eles não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de afirmar os seus interesses de classe em seu próprio nome, seja através de um parlamento, seja através de uma convenção. Não podem se representar; precisam ser representados (MARX, 2011, p.277. Grifo do autor).

Em uma obra na qual expunha mais extensamente o desdobramento de sua interpretação quanto aos processos histórico-econômicos de metamorfoses da mercadoria, da circulação de capital e da produção do mais-valor, fica mais patente seu ponto de vista e prognóstico sobre as implicações do desenvolvimento capitalista sobre o campesinato:

É pois lei que o desenvolvimento econômico reparta essas funções por pessoas diferentes; e o artesão ou camponês, que produz com os próprios meios de produção, ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou perderá seus meios de produção (de início, isso pode ocorrer, embora permaneça proprietário nominal, como no sistema de hipotecas) e se converterá em trabalhador assalariado. Esta é a tendência na forma de sociedade onde predomina o modo de produção capitalista (MARX, 1987. p.401).

No breve e inconcluso capítulo (52) intitulado “As Classes” do Livro III da obra “O Capital”, verifica-se novamente a perspectiva de Marx sobre as classes se constituindo no papel exercido na dinâmica da produção e da circulação, e as tensões relacionadas à propriedade dos meios de produção e apropriação do valor. Apresenta-se um entretom na dualidade entre burguesia e proletariado, com um relevante papel desempenhado para a questão da propriedade fundiária.

Capital, terra, trabalho! Porém, o capital não é uma coisa, mas uma determinada relação social de produção, que pertence a uma determinada formação histórico-social, representa-se numa coisa e confere a esta um caráter especificamente social. [...] os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista (MARX, 2017. p. 947 e 948).

O autor retoma uma previsão sobre a evolução social da estrutura fundiária do campo à medida que se incorporava à dinâmica dos mercados capitalistas: “a autonomização da propriedade fundiária em relação ao capital e trabalho ou a transformação de toda propriedade da terra em propriedade fundiária correspondente ao modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 947). Menciona com aprovação, nesta passagem, uma nota do desenvolvimentista alemão Friedrich List onde este alega que o predomínio do “cultivo autossuficiente” seria um estágio de atraso ante ao advento conjunto do comércio e industrialização. Aponta que o proprietário fundiário vive da renda da terra e da valorização da propriedade fundiária. Depois trata da crescente

fragmentação das classes, citando funcionários públicos e médicos, para no fim mencionar que os proprietários fundiários se fragmentam em ramos, em interesses e em posições separados pela divisão social do trabalho, mencionando como exemplo viticultores, agricultores, donos de bosques, donos de minas e donos de pescueiros.

Não há elementos na obra que favoreçam a interpretação de que esta fragmentação daria margem para desmembramentos das “três grandes classes”. Consoante a esta compreensão, Haddad (1997) expõe que

quando Marx se refere às três grandes classes, a dos trabalhadores assalariados, a dos capitalistas e a dos proprietários fundiários, não está ele querendo dizer que exista outras “pequenas camadas” dignas do nome “classe”. Embora Marx use esta denominação para se referir a outros grupos distintos dos “três grandes”, tudo leva a crer que, do ponto de vista da dinâmica do sistema, a ele só interessava estudar as tendências relativas ao comportamento daqueles grupos imediatamente ligados ao processo de reprodução material da sociedade. [...] Esse é o motivo pelo qual Marx, por exemplo, apesar de prever (como veremos) o aumento numérico relativo dos serviços domésticos ou dos funcionários de Estado, não lhes dedica atenção especial (HADDAD, 1997. p.98).

Sendo assim, nesta passagem não há uma abertura por parte de Marx para que a classe dos “proprietários fundiários” seja desmembrada na classe de latifundiários e classe de camponeses; antes, o indicativo é de que os camponeses não faziam parte das “três grandes classes da sociedade moderna”. Fica mais patente quando, anteriormente no livro, ao discutir o que concebia como os pré-requisitos para o modo de capitalista no campo e os princípios preliminares dos seus postulados quanto a renda fundiária, paga pelo arrendatário de terra ao proprietário – empregando-se trabalhadores assalariados no sistema de cultivo –, o autor assevera que “aqui estão, reunidas e confrontadas, as três classes – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário fundiário – que constituem o marco da sociedade moderna” (MARX, 2017, p. 679). Não há adjunto adnominal acompanhando o termo “classe” de forma a se especular subclassificações.

Este entendimento está consoante com o capítulo 47 do livro, formado por uma série de reflexões acerca da renda da terra. Nele, reafirma sua visão quanto ao papel não integrado dos camponeses no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e a tendência à sua exclusão marginalizadora: a “pequena propriedade do solo faz nascer uma classe de bárbaros situados, em parte, à margem da sociedade, que combina toda a rusticidade das formações sociais primitivas com todos os tormentos e as misérias dos países civilizados” (MARX, 2017, p.873). Ainda antes, após ponderar que a “entrada do capital como poder autônomo e dominante na agricultura não se dá de uma vez e de modo geral, mas gradualmente e em ramos específicos da produção”, Marx ressalta o seu ponto

de vista de que porque “inicialmente essa produção capitalista só se instala de forma esporádica, não há como rejeitar de antemão a suposição de que ela, em primeira instância, só se apodera de terras que, graças a sua fertilidade específica ou a sua localização especialmente propícia, podem pagar, em geral, uma renda diferencial” (MARX, 2017, p.861-862).

A menção que se encontra nestes escritos quanto a uma classificação da posição camponesa no sistema capitalista, trata da forma de trabalho e “exploração” da terra não comunal e com livre proprietário de “seu solo”, “campo indispensável de ocupação de seu trabalho e seu capital”. Tal expressão seria característica de quando o modo de produção capitalista estivesse “relativamente pouco desenvolvido” e predominando assim a “fragmentação do capital”. (MARX, 2017, p.886). Uma parte predominante do produto da terra teria de ser consumida pelos camponeses como “meio direto de subsistência” e só o excedente sobre essa parte poderia ser mercadoria comercializada com as cidades (MARX, 2017, p.865). Nestas contingências, “apenas sob circunstâncias extraordinárias o preço regulador de mercado do produto atingirá seu valor”.

Marx considerava que “uma parte do mais-trabalho dos camponeses que trabalham sob as condições mais desfavoráveis é cedida gratuitamente à sociedade e não entra na regulação dos preços de produção nem na formação do valor em geral” (MARX, 2017, p.867). Julgava o camponês que trabalha sua própria terra como “trabalhador autônomo” (MARX, 2017, p.867), cuja qualidade é precisar sempre produzir seus meios de subsistência para si mesmo, com sua família. Vê tal forma como “um ponto de transição necessário para o desenvolvimento da própria agricultura”, em declínio devido às causas: o “desaparecimento da indústria doméstica rural” com a “grande indústria”; o cultivo levando ao “empobrecimento gradual e esgotamento do solo”; a usurpação da propriedade comunal pelos grandes proprietários fundiários, ela que seria complementar pelo uso da criação de gado; a concorrência do cultivo em grande escala (MARX, 2017, p.867). Prossegue apontando que na concepção acerca da terra, por parte do camponês, como investimento de capital, o custo dos produtos padeceria de um engano, a “ilusão de que a própria terra tem valor” na estimativa dos custos de produção (MARX, 2017, p.868-870).

No início do ano de 1881, cerca de dois anos antes de sua morte, Karl Marx dedicava-se a leituras de antropólogos e finalizara um resumo de obras, conhecido como “Cadernos Etnológicos”. Estes estudos revigoraram seu interesse nas diversas e remotas formas de organizações comunitárias (MUSTO, 2018, p. 60-61).

Neste período ocorre uma troca de correspondências com uma militante da organização revolucionária russa Repartição Negra, Vera Zasulich. O tema central da carta que ela lhe remete era a clivagem na postura dos revolucionários russos diante do papel da comuna camponesa daquelas terras. Uma parte considerava que poderia haver uma possibilidade desta organização se desenvolver institucionalmente e economicamente pela via socialista, desde que se conseguisse emancipá-la das imposições das autoridades oficiais. Outra parte considerava que a Rússia teria de atravessar um longo processo de desenvolvimento capitalista tal qual as potências ocidentais; o campesinato estaria condenado a desaparecer, procurando trabalho assalariado nas cidades. Estes últimos reivindicavam a fidelidade aos escritos de Marx.

Marx escreveu três longos esboços antes da resposta enviada à carta. Na primeira e mais extensa das redações, ele retoma o que já discutira sobre a passagem do sistema de propriedade feudal para o do modo de produção capitalista, colocando em pauta o que seria o argumento fulcral para a inevitabilidade da dissolução da comuna camponesa russa, a partir de observações cunhadas na edição francesa de “O Capital”. A resposta enviada terminou por ser bem concisa, o que implica suscitar uma cautela para com os esboços, posto que pode significar que ele considerou que deveria desenvolver mais o raciocínio ou não ficou satisfeito com as ideias as quais estava chegando.

Expõe que, na sua discussão da gênese da produção capitalista, o processo de “expropriação dos produtores agrícolas”, base para a completa separação do “produtor dos meios de produção” só se realizara de maneira radical na Inglaterra, com um curso seguido pelos demais países da “Europa Ocidental”. Enfatiza que fatalmente este é o caminho dos países que atravessam o processo de formação capitalista ocidental, com a concentração de “meios de produção dispersos” em “meios de produção socialmente concentrados” baseados “na exploração do trabalho alheio, no trabalho assalariado” (Marx-Zasulich Correspondence February/March 1881 – ‘First Draft’. Tradução nossa).

Na continuação da conversação por carta, Marx enfatiza uma questão retórica: “Já que as terras camponesas russas nunca foram propriedade privada, como essa tendência poderia ser aplicada a elas?”⁷⁵ (Marx-Zasulich Correspondence February/March 1881. Tradução nossa). O autor responde que a Rússia estava integrada a mercados internacionais e sistemas de crédito modernos mesmo sem ter passado pelos séculos de

⁷⁵ “Since the Russian peasant lands have never been their private property, how could this tendency be applied to them?” (Marx-Zasulich Correspondence February/March 1881).

incubação de outros países, sem ter sido também uma colônia como as “Índias Orientais” – logo, questiona, necessitaria então desta longa transição para ser dotada de instrumentos de produção e transportes de ponta? A comuna rural conseguiu persistir, estabelecida em escala nacional, contemporaneamente à produção capitalista internacional e poderia se apropriar de suas “conquistas positivas” sem sofrer as suas “vicissitudes terríveis”. Poderia se sofisticar e se “desenvolver diretamente como um elemento de produção coletiva em escala nacional”.

Pode-se constatar em Marx a provocação de que a discussão sobre a “inevitabilidade histórica” da dissolução da comuna só é possível porque, quando houve na virada da década de 1850 para 1860 o decreto do Tzar para a emancipação dos servos, a comuna permaneceu sob encargos de expropriação por parte de agentes estatais, em forma de tributos e extrações diversas, para se financiar a dívida pública, a infraestrutura e prover abastecimento barato das cidades. Afirma que não fosse isto, ela seria vista como “o elemento na regeneração da sociedade russa e um elemento de superioridade sobre os países ainda escravizados pelo regime capitalista” (Marx-Zasulich Correspondence February/March 1881. Tradução nossa)⁷⁶.

A comuna rural apresentaria condições socioinstitucionais e econômicas que superariam formas “primitivas” de organização comunal. Nela ocorria a ruptura com os vínculos dos membros em termos de parentesco natural, havendo também a propriedade privada da casa e do “pátio complementar” por parte dos camponeses da comuna. Outra característica seria a divisão de campos de cultivo da terra arável entre os agricultores com a respectiva apropriação dos produtos, conquanto a terra permanecesse propriedade comunal. Por conseguinte, gradualmente a propriedade comunal poderia se transformar em agricultura coletiva o que, favorecido pelas “configurações físicas” da terra que lhe tornavam adequadas ao “cultivo mecanizado em grande escala”, seria fator propício a que despontasse em feições modernas sob trabalho cooperativo.

Os camponeses tinham diante de si a tarefa de aprimorar sistemas de auto-organização política democrática via assembleias para se emancipar da tutela despótica do Estado russo. A comuna rural, *obschina*, poderia “tornar-se um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna”; “ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar”. Mas ela enfrentaria o real risco de dissolução caso irrompesse

⁷⁶ “Everyone would see the commune as the element in the regeneration of Russian society, and an element of superiority over countries still enslaved by the capitalist regime” (Marx-Zasulich Correspondence February/March 1881. Tradução nossa).

o modo de produção capitalista análogo ao de outros países com as transformações decorrentes. Com isto, Marx considera que o país deveria dar um salto qualitativo sobre este processo. “Para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa” (Marx-Zasulich Correspondence February/March 1881. Tradução nossa)⁷⁷. Nada se refere a respeito de unidades camponesas alheias ao sistema da comuna.

Não se encontra evidências que endossem a possibilidade de uma visão marxiana do campesinato enquanto classe, configurada nas relações de produção⁷⁸. A despeito disto, marcantemente apresentam-se novos matizes no horizonte da abordagem acerca da plasticidade das respostas socioinstitucional e econômico-organizacional camponesa às forças históricas na sociedade que lhe abarca. Contudo, é mister se resguardar as profundas diferenças dos contextos. No problema de pesquisa aqui posto, há uma economia nacional que já passou por um longo e tumultuoso processo de integração à economia mundial com respectivas transformações internas, na qual estão agricultores com uma dimensão muito maior de conexões aos mercados. Eles agregam-se a uma Cadeia Mercantil e interagem em pronunciado grau com a subjetividade corporativa do agronegócio. A estruturação, na conjuntura brasileira, não se ajusta ao diagnóstico, quanto menos ao prognóstico marxiano para a Rússia e não segue intimamente o prognóstico para os países da chamada “Europa Ocidental”.

Não se pode transpor suas descrições e respectivas diagnoses sem significativos remodelamentos. Ao mesmo tempo que não se pode ignorar a análise quanto as fricções das relações capitalistas com a camponesidade e sua vida e reprodução social na posse da terra, destarte, nas tensões na cadeia de apropriação do valor da produção e da renda da terra. Outrossim, quanto a perspectiva para o papel do campesinato no decurso de transformações sociais e o poder de influir no corolário delas, há que se ponderar não apenas o peso da representação de formas camponesas na composição total da população do campo. Mas, também, a proporção da população do campo na composição total das sociedades em que está inserida, segmentando então o peso da proporção camponesa na composição destas sociedades.

A perspectiva do campesinato enquanto classe pode ser rediscutida com aportes teóricos contemporâneos. A percepção de experiências comuns em relações de produção herdadas ou nas quais se foi incorporado, amalgamando interesses contrapostos a de

⁷⁷“To save the Russian commune, there must be a Russian Revolution” (Marx-Zasulich Correspondence February/March 1881.

⁷⁸ Logicamente não se constitui impeditivo para se empreender releituras ou reelaborações.

outros grupos sociais identificados, expressada em construtos simbólicos e socioinstitucionais, é uma contribuição dos estudos histórico-culturais de Thompson (2004, p. 10-12) para pensar a “consciência de classe”, que pode ser examinada constatando padrões numa escala temporal. A experiência social situada, a cultura e expectativas transmitidas, sobressaem no foco analítico (THOMPSON, 2012, p. 277). A “consciência de classe” seria produzida culturalmente e autodescoberta em processos de luta (THOMPSON, 2012, p.274). O autor chama de “noção de classe” algo que concebe como fenômeno de relação histórica (THOMPSON, 1981, p.9-10) e, em uma “luta acerca de valores”, a “consciência de classe” manifesta-se multiforme em tempos e lugares diferentes (THOMPSON, 1981, p.30).

Esta abordagem pode fornecer um suporte ao apelo para o privilegiar de aspectos culturais ante à “primazia de fatores econômicos” no tratamento analítico. Contudo, aplicada a dimensão da discussão da camponêsidade na economia-mundo capitalista, não deixa de apresentar lacunas e problemas quanto a delineamentos tênues e mesmo vagos. Uma é que permite arranjos semânticos “blindados” à falseabilidade pela apuração empírica seguida do crivo lógico. Facilitaria recortar fenômenos distintos que preenchessem quesitos das definições, mas dificilmente sistematizar congruentemente o coletivo de sujeitos tratados e contemplá-los consistentemente no conjunto. Acaba que se estaria mais próximo de se dizer “sujeitos dentre o coletivo ‘x’ experienciando ser classe”, do que a conceitualização “sujeitos do conjunto geral ‘x’ são classe”.

Anteriormente foram citados exemplos históricos de lutas camponesas articulando demandas cuja representação varia com o contexto. Mas pende um ônus, no caso da busca de se considerar o campesinato como classe através da abordagem de Thompson, de demonstrar que o autor a articulou advogando a identificação de outras classes, incluso camponeses, que não estariam contempladas na divisão marxiana. Ou com alguma orientação com a qual, coerentemente, se lhes contemplaria. Algo diferente de apontar lutas populares, para além das classificações contempladas nos esquemas marxianos da luta de classe, nas quais sujeitos atuariam com seu suporte de experiências e cultura.

Outro dilema advém da multiplicidade de morfologias de comunidades e de grupos de populações do campo. Multiplicidade em situações demasiado variadas de interação com estruturas, com poderes causais e com forças sociais para se poder classificar congruentemente, a partir da observação dos fenômenos, uma categorização de “consciência de classe camponesa” transversal. Neste caso, não se “seria” classe, se “faria” classe. Mas, diante de diferenciadas relações de produção (mais/menos integradas

com entes capitalistas) “se faria” circunstancialmente, ou permanecendo após uma situação conflituosa específica, ou sendo transposta para outras situações? E as experiências particulares suscitariam subclassificações de “extratos” de classe? A amplitude de grupos sociais contemplados produziria, em tese, uma variedade de classes sociais e, configurando o que mais pareceria uma subclasse, terminaria se descrevendo esta subclasse como classe. Wood levantou uma controvérsia:

As ligações e oposições contidas no processo de produção são a base da classe; mas a relação entre pessoas que ocupam posições semelhantes nas relações de produção não é dada diretamente pelo processo de produção e de apropriação [...] as pessoas nunca estão ‘reunidas’ em classes, a pressão determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser expressa sem referência a alguma coisa semelhante a uma experiência comum – uma experiência vivida de relações de produção, as divisões entre produtores e apropriadores, e, mais particularmente, dos conflitos e das lutas inerentes às relações de produção (WOOD, 2003, p. 89).

Um panorama alternativo é a abordagem de Bourdieu (1989), que combina elementos weberianos e marxistas para pensar as classes como conjuntos de relações: “[...] conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes” (BOURDIEU, 1989, p.136). O fator constitutivo das classes, nesta concepção, continuaria sendo as relações sociais do capital, frisando também as articulações das classes dominantes em choque de interesses com outras, reproduzindo-se sob forma da “luta de classes”. Todavia ressalta que estas lutas possuem forte expressividade de construções simbólicas nos mecanismos pelos quais operam, refletindo assimetrias de oportunidades ou “chances de vida”, atribuições e reconhecimento de “*status*” dos “estilos de vida” que representam.

Há uma permanente dificuldade de se tratar a realidade traçada no problema da pesquisa em questão na ambientação conceitual da “consciência de classe”. A despeito disso, o saldo da discussão desenvolvida reforça imprescindibilidade de se considerar, nas questões dos riscos para a reprodução social das unidades familiares no espaço e das relações socioinstitucionais que se reflete nos lugares, as aspirações e os valores simbólicos projetados de posicionamento pessoal e de reconhecimento social em uma estrutura economicamente desigual. Os impasses advindos das questões postas pela análise da aplicação do conceito de classe e dos prognósticos quanto a campesinidade demandam possibilidades de matizes e refinamentos analíticos que podem se chocar com um esquema convencionalmente estabelecido na academia brasileira. Esquema que

enquadra as linhas de pesquisa em termos de “a questão dos paradigmas agrários”. A apreciação crítica deste problema se fará em uma seção posterior, após se tratar da discussão acerca da denominação de “agricultura familiar” para os sujeitos pesquisados.

3.2.5 Assuntos de Família: o agriculturar familiar

Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá

Trecho de “Caminhos do Coração”, canção de Gonzaguinha

Em um artigo datado de 1944 nos Estados Unidos, no qual retratava a investida das agroindústrias na região conhecida como “Cinturão do Milho” e as dificuldades enfrentadas pelas famílias agricultoras para permanecerem sob pressões decorrentes, Johnson discutia que o futuro se tornava mais incerto. No ínterim, apresentava uma conceitualização de “agricultura familiar” ou “fazenda familiar” – *family farm* – destacando que entre as fazendas mais abrangentemente integradas ao mercado e outras mais dedicadas a autossustentância, havia experiências intermédias com importante papel do trabalho e administração familiar:

Em primeiro lugar, de modo diferente da fazenda de subsistência, ela proporciona à família uma vida satisfatória e, além disso, uma chance de acumular poupança para a velhice; e segundo, ao contrário da fazenda altamente comercializada, a agricultura familiar depende muito amplamente do trabalho e do manejo da família da fazenda, com alguma ajuda de permutas com os vizinhos para levar adiante suas atividades produtivas. A agricultura familiar não depende de mão-de-obra contratada (Johnson, 1944, p. 530. Tradução nossa)⁷⁹.

Percebe-se no artigo que Johnson chama a atenção, tendo sua própria atenção chamada, para o maior nível de monetarização das *family farmers* em relação a outras que ele chama de “fazendas de subsistência”. O que, no seu entendimento, propiciava melhores condições de vida, sem deixar de notar os aspectos de convivência comunitária contribuindo para a sustentação das atividades. Contudo, também aponta que essa “fazenda familiar” se deparava então com uma situação de maiores riscos.

Dois anos depois, Scoville (1947), também nos Estados Unidos, se debruçava mais sistematicamente sobre o fenômeno das *family farmers* ao discutir parâmetros de

⁷⁹ “First, unlike the subsistence farm, it provides for the family a satisfactory living and in addition a chance to accumulate savings for old age; and second, unlike the highly commercialized farm, the family farm depends very largely on the labour and management of the farm family with some exchange help from neighbors to carry on its productive activities. Family farm operation does not depend on hired labour.” (JOHNSON, 1944, p. 530).

eficiência econômica em fazendas. Arguia que a otimização da relação da mão-de-obra disponível e trabalho empregado, de acordo com tamanho da propriedade, é o melhor parâmetro que baliza a rentabilidade mais proveitosa para o estabelecimento. Dado que “nenhum tamanho de fazenda é grande o suficiente para garantir lucro”, as dimensões ótimas para uma fazenda propiciar um nível de “renda adequada” seriam aquelas que permitiriam “o uso razoavelmente eficiente de equipamentos economizantes de mão-de-obra e da força de trabalho familiar ao longo do ciclo de vida da família e providenciando, com gestão padronizada, um trabalho e um retorno gerencial adequados para manter um nível de vida socialmente aceitável” (SCOVILLE, 1947, p.512. Tradução nossa)⁸⁰.

Scoville então procede com sua classificação da *family farm*

- Uma fazenda familiar é aquela em que o operador da fazenda toma a maior parte das decisões gerenciais, participa regularmente do trabalho na fazenda e na qual seu papel como empregador é menor em relação às suas outras funções;
- Uma fazenda de tamanho familiar é aquela que, operada por uma família de tamanho regular e capacidade gerencial, permitirá o uso razoavelmente eficiente de equipamentos que economizem mão-de-obra e da força de trabalho familiar durante o ciclo de vida da família (SCOVILLE, 1947, p.518-9. Tradução nossa)⁸¹.

A discussão foi ganhando corpo e se expandindo até que, na Conferência Interamericana de Punta del Este em 1959, registra-se a primeira menção formal descritiva da “agricultura familiar” em um documento de órgão oficial, o Comitê Internacional de Desenvolvimento Agrícola (OIDA), criado no bojo de formulações de programas de “reforma agrária”. Para a tipologia, ponderaram variáveis de arquitetura institucional dos direitos de propriedade locais, de políticas de crédito e apoio governamentais, de estruturas de mercados e recursos técnicos para balizar a extensão de terra indispensável para fornecer emprego remunerado a uma família de posse da propriedade (CARMAGNANI, 2008, p.14).

A temática da eficiência produtivo-comercial em reduzida magnitude de área, sob protagonismo da gestão e trabalho familiar, concomitantemente com a funcionalidade tipológica dentro do recorte de programas públicos colaborou para a internacionalização do termo muito para além dos países anglófonos. Estudando a realidade grega, Kasimis e

⁸⁰ [...] “no size of farm is large enough to ensure profit” [...] “adequate income” [...] “would permit the reasonably efficient use of labour-saving equipment and of the family labour force over the life cycle of the family and provide with average management a labour and management return adequate to maintain a socially acceptable level of living” (SCOVILLE, 1947, p.512).

⁸¹ “A family farm is one on which the farm operator makes most of the managerial decisions, participates regularly in farm work, and on which his role as employer of labour is minor relative to his other functions”. “A family size farm is one which, operated by a family of average size and managerial ability, will permit reasonably efficient use of labour-saving equipment and of the family labour force over the life cycle of the family”(SCOVILLE, 1947, p.518-19).

Papadoupoulos (1997) enfatizaram, para a descrição, o controle familiar dos meios de produção concomitante com o próprio fornecimento da força de trabalho, atenuando a divisão capital-trabalho, mantendo também uma organização econômica de forma empresarial para possibilitar ganhos no capitalismo.

Coulomb (1999) efetuou uma análise crítica sobre os marcos da política fundiária agrária na França. Eles se chocavam com as necessidades próprias do sistema de trabalho na propriedade por parte da agricultura familiar (“*agriculture familiale*”), produzindo destabilizações estruturais. O autor frisou que longe de ser uma forma arcaica, a agricultura familiar se adaptou à diversidade de condições locais, de fertilidade e clima. Foi sobre as bases da agricultura familiar que se desenvolveu um progresso técnico na agropecuária francesa, propiciando aumento da produtividade e intensificação da produção.

Analizando a chamada “África Ocidental”, abrangendo países como Burkina Faso, Gana, Libéria, Mauritânia, Nigéria, Sela Leoa etc., Toulmin; Guèye (2003) conferiram maiores realces para fatores socioculturais. Ressaltaram as relações da composição do agregado familiar e a perspectiva da herança na orquestração de decisões sobre emprego de ativos, sobre formação de estoques, sobre a distribuição de tarefas, implicando na escolha das culturas, administração das terras de produção e equipamentos. Os autores assinalaram que

O principal objetivo da agricultura familiar é primeiro fornecer aos seus membros alimentos e abrigo, para vender o que for necessário para ganhar dinheiro para satisfazer o leque de outras necessidades do agregado familiar, tais como vestuário, medicamentos, taxas escolares, investimento em novos equipamentos e pagamentos de impostos (TOULMIN; GUÈYE, 2003, p. 7. Tradução nossa)⁸².

A dimensão sociocultural condiciona as dimensões econômicas e técnicas dadas as redes de estratégias de relacionamentos que a família mantém, incluindo laços de compromissos. A partir disso a dimensão econômica integra as atividades produtivas domésticas, bem como necessidades de consumo e, daí, o armazenamento sob o prisma de áreas com oportunidades para o trabalho e comercialização. A dimensão técnica busca aprimorar a produção na terra com sincronização de atividades e precauções diante de riscos. Frisaram que as dimensões das relações familiares são essenciais na hora de se

⁸² “The principal objective of the family farm is first to provide its members with food and shelter, second, to sell whatever is needed to gain cash for satisfying the range of other needs of the household, such as clothing, medicines, school fees, investment in new equipment, and tax payments” (TOULMIN; GUÈYE, 2003, p.7).

ponderar acerca dos condicionantes e riscos para a viabilidade da unidade produtiva no tempo:

Embora nem sempre seja a regra, a morte do chefe do agregado familiar conduz frequentemente ao desmembramento da família em duas ou mais unidades separadas, com uma divisão da terra e outros bens. Essa fragmentação pode levá-los a se tornarem mais vulneráveis ao risco e menos capazes de manter a pecuária e os equipamentos necessários para administrar a fazenda (TOULMIN; GUÈYE, 2003, p. 10. Tradução nossa)⁸³.

Realizando um estudo em vales do delta do Rio Senegal, Soullier *et al.* (2018), usaram uma perspectiva analítica da “governança das cadeias de valor” para compreender efeitos de investimentos de entidades do agronegócio internacional em integrações verticais com agricultores familiares. Em especial, efeitos sobre a participação destes na gestão dos recursos do território, sobre seu acesso à renda, à terra, à segurança alimentar e sobre suas práticas agrícolas. Apresentaram a caracterização dos agricultores familiares (“*agriculteurs familiaux*”) daquele território pela “gestão familiar do capital, trabalho e produção, bem como pela presença do autoconsumo” (manejando áreas comumente menores do que 5 hectares, no campo pesquisado), podendo participar “de uma cadeia de valor tradicional, que é composta por vários intermediários de baixa capitalização, ou de uma cadeia de valor moderna”⁸⁴ (SOULLIER, 2018, p.1, Tradução nossa) no que inclui as integrações verticais. Na análise de governança, as tradições socioinstitucionais dos agricultores familiares também ganharam escopo central.

Em uma realidade bastante distinta, Iwamoto (2006) caracterizou “agricultores familiares” japoneses salientando o cunho da unidade familiar como gestora, proprietária e investidora da fazenda. Em vista disso, pontuou:

definimos o papel da “ família ” para o manejo da fazenda de acordo com cinco pontos: (1) Família como investidora, proprietária e gerente de uma fazenda; (2) A importância que a função de pool da família desempenha no gerenciamento de fazendas; (3) Família como unidade principal de sucessão e herança agrícola; (4) Família como um empate à sociedade por uma fazenda; (5) Família como meta para o manejo agrícola (IWAMOTO, 2006, p.18. Tradução nossa)⁸⁵.

⁸³ “While it is not always the rule, the death of the household head often leads to the break-up of the family into two or more separate units, with a division of the land and other assets. This fragmentation can lead to them becoming more vulnerable to risk and less able to maintain the livestock and equipment needed to run the farm” (TOULMIN; GUÈYE, 2003, p. 10).

⁸⁴ “Les agriculteurs familiaux sont caractérisés par la gestion familiale du capital, du travail et de la production, ainsi que la présence d’autoconsommation (...) peuvent participer à une chaîne de valeur traditionnelle, qui est composée de plusieurs intermédiaires faiblement dotés en capital, ou à une chaîne de valeur moderne” (SOULLIER *et al.*, 2018, p.1).

⁸⁵ “... we define the role of “family” for farm management according to five points: (1) Family as investor, owner and manager of a farm; (2) The importance that the pooling function of the family plays for farm management; (3) Family as a main unit of farm succession and inheritance; (4) Family as a tie to society for a farm; (5) Family as a goal for farm management” (IWAMOTO, 2006, p.18).

Valle (2014, p. 61-630 apresenta o traçado de algumas tipologias de “agricultura familiar” desenhadas no contexto equatoriano. Uma, com dados da “Encuesta de Condiciones de Vida (ECV)” confeccionada em 1998, esboça três tipos: de subsistência (em que não há contratação de mão de obra permanente ou ocasional – 62% de agricultores com 49% da área em hectares), mais característica de regiões serranas e de população “indígena”; de transição (somente contrata mão de obra ocasional – 37% e 38% respectivamente) e consolidada (contrata trabalhadores permanentes – 1% e 13% respectivamente). A outra tipologia, mais recente (dados da ECV de 2006), na qual pouco mais de 40% dos agricultores familiares dependiam principalmente de receitas de fontes não agropecuárias.

No Chile, Berdegú; Pizarro (2014, p.4. Tradução nossa)⁸⁶ apresentaram uma definição para agricultura familiar como “a forma de organização para a produção agrícola que se baseia principalmente no trabalho dos membros de um grupo familiar, independentemente da forma de posse da terra, da superfície da exploração, ou do valor, volume ou destino da produção”. A partir dos dados do Censo Agropecuario de 2007 realizado naquele país, propuseram uma caracterização de quando a comercialização agropecuária fosse proveniente da agricultura familiar, cumprindo as seguintes condições (BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014, p.6-7):

- a) a soma de todos os trabalhadores contratados não-familiares, em tempo estacional ou integral, seja igual ou inferior a um trabalhador-equivalente;
- b) não se emprega um administrador contratado para manejar a comercialização;
- c) não se emprega um trabalhador não familiar;

Esta composição de ambientes multivariados deixa entrever uma certa plasticidade da agricultura familiar às estruturas culturais e econômicas de contextos histórico-sociais, reagindo e manifestando realces particulares. Também, cada contexto histórico imprime feições mediante poderes causais e mecanismos. Isto posto, pode-se perguntar se também os contextos colorem tonalidades nos meios de interpretação e percepção por parte de quem analisa os sujeitos sociais. Ou se eles também não representam as manifestações das realidades de vida das famílias agricultoras a partir de predisposições ou variadas sensibilidades mais ou menos atentas ou programas analíticos tacitamente subjacentes. Por exemplo, não haveria pronunciados fenômenos de ação

⁸⁶ “la forma de organización para la producción agrícola que se basa principalmente en el trabajo de los miembros de un grupo familiar, independientemente de la forma de tenencia de la tierra, de la superficie de la explotación, o del valor, volumen o destino de la producción”. (BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014, p.4).

social nas unidades produtivas familiares japonesas, condicionados por tradições de papéis sociais dos membros da família?

Nos marcos institucionais do MERCOSUL⁸⁷, em 2007 se criou o “Registro Nacional de la Agricultura Familiar” – RENAFA – com o objetivo de catalogar um banco de informações dos potenciais destinatários de políticas públicas focadas. Dentro da RENAFA instituiu-se o Núcleo de Agricultura Familiar, com registros censitários. Sua Resolução 25 de 2007 assinalou

“agricultura familiar” enquanto “pessoa ou grupo de pessoas, parentes ou não, que habitam sob um mesmo teto em um regime de tipo familiar; sendo assim, que compartilhem seus gastos em alimentação ou outros essenciais para viver e que aportem ou não força de trabalho para o desenvolvimento de alguma atividade do âmbito rural (MERCOSUL, 2007).

O Manual de Registro Habilitado, dentro deste marco, designou em 2009 os seguintes parâmetros operacionais para a qualidade de “agricultura familiar”: a) a residência em áreas rurais a uma distância que permita contatos frequentes com a produção; b) uma proporção de mão-de-obra familiar no total da mão-de-obra empregada superior a 50% e não contratação de mais de dois trabalhadores assalariados permanentes; c) renda mensal proveniente de atividades não vinculadas à agricultura familiar não superior a três salários nos marcos legais para o piso do assalariado rural .

No contexto do Brasil, Picolotto (2014) correlaciona o surgimento da identidade “agricultura familiar” na conjuntura da emergência do “novo sindicalismo” no campo, em oposição ao sindicalismo que era hegemônico até os fins dos anos 1970, com novas expressões ultrapassando a categoria unificadora do “trabalhador rural” assentida até então pelo Estado. Sujeitos do campo oriundos de sistemas produtivos de trabalho e gestão protagonizados pela família passaram a ocupar significativamente lideranças nos novos modelos sindicais, nos anos 80, que antes se lhes apresentavam com uma rigidez que não lhes contemplava como sujeitos nem suas diversas bandeiras de aspirações. De acordo com Medeiros (2001), no corpo dos movimentos sindicalistas do campo, aspirações e proposições de agricultores relativo a políticas públicas passam a ser encampadas, o que de certa forma passa a dividir espaço com a bandeira da reforma agrária, e até mesmo, por dados momentos, ganhando realce próprio.

É a partir desse novo quadro que se gestou o que os sindicalistas passaram a chamar de um projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar [...] temas que antes eram considerados de menor importância, tais como a discussão de alternativas de comercialização, a

⁸⁷Personalidade jurídica de direito internacional voltada para a integração econômica, visando estabelecer um mercado comum, sistema tarifário externo comum, políticas comerciais sintonizadas. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai são os membros fundadores signatários do Tratado de Assunção de 1991.

experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola, passaram a ser valorizados e a ganhar novos significados como sinalizadores de novos caminhos possíveis (MEDEIROS, 2001, p. 116, 117).

O Caderno de Teses do II Congresso do Departamento Nacional do Trabalhador Rural da Central Única dos Trabalhadores, de 1993, afirma que, o objetivo maior de construir um “projeto alternativo de desenvolvimento” deve garantir “o fortalecimento da agricultura familiar como prioridade do desenvolvimento agrícola” (DNTR/CUT, 1993, p. 19). A partir daí a organização encampa manifestações de massa por políticas públicas de “desenvolvimento rural” que priorizem o segmento. O Programa de Valorização do Pequeno Agricultor – PROVAP –, criado em 1994, é substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em 1996, após pressões do I Grito da Terra organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, uma confederação de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O PRONAF foi intelectualmente subsidiado pelo estudo realizado pela parceria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. O estudo define agricultura familiar

a partir de três características centrais: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Por sua vez, este estudo deve consideravelmente ao trabalho de Kageyama; Bergamasco (1980) que sobrelevou o foco, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1980, sobre estabelecimentos com “produção familiar” e/ou “gestão familiar”, apresentando uma heterogeneidade de tipologias em torno de três principais: “os estabelecimentos *familiares puros* que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor”; [...] “os estabelecimentos *familiares complementados* por empregados temporários”; [...] “as empresas familiares que são os estabelecimentos familiares que contratam força de trabalho externa à família de forma permanente” (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1980, p.57. Grifo das autoras). O estudo constatou uma extensa representatividade das duas primeiras tipologias.

A Contag então substitui a nomenclatura “pequeno produtor” pela de “agricultura familiar” em seus documentos a partir do seu II Congresso Extraordinário em 1999. Sua Resolução dizia:

O conceito ‘pequeno produtor’ permitia que um de seus parâmetros fosse o tamanho da parcela de terra explorada. O de agricultor familiar carrega uma complexidade econômica, social e cultural muito maior. O objetivo agora não é simplesmente apoiar uma agricultura de subsistência ou de resistência na terra, mas sim de promover o desenvolvimento econômico do trabalhador e da trabalhadora (CONTAG, 1999, p. 41).

No desempenho das ciências sociais diante da tarefa de conceitualizar, os pesquisadores lidam com objetos de reflexão que passam por processos de significação por parte de outros sujeitos criadores de significados e suas respectivas interpretações. Por conseguinte, irremissivelmente os cientistas sociais precisam combinar sua conceitualização com a realidade social sobre a qual se debruçam e buscam compreender. A conceitualização envolve uma hermenêutica de mão dupla, pactuando entre o ambiente da comunidade científica e o ambiente dos sujeitos sociais envolvidos no contexto pesquisado (DANEMARK et al, 2005, p.37-38).

Segundo Sarup (1996, p.28), a identidade “não é algo que encontremos, ou que tenhamos de uma vez e para sempre. Identidade é um processo”, sendo que “embora a identidade possa ser construída de diversas formas, ela é sempre construída no simbólico, ou seja, na linguagem” (SARUP, 1996, p. 48). Os contornos do processo em que se manifesta o sentido de “agricultura familiar” emergem no Brasil em um processo político e assim, inelutavelmente carregam o acento político em seu significado, ainda que articulado com estudos e publicações acadêmicas. Que por sua vez, não podem eclipsar tal acento. Também se erige com sujeitos sociais buscando aglutinar um sentimento de pertença em torno de uma identidade mobilizadora, tendo em vista proposições e prospectos político-sociais. Contempla-se a definição de “identidade de projeto” de Castells (1999) e potencialmente pode tomar formas de subjetividade corporativa.

3.2.6 Agrofamiliarização?

No dia 30 de abril de 2019, a Ministra da Agricultura do governo brasileiro⁸⁸, durante uma solenidade oficial, pronunciou a seguinte invectiva: “hoje, nós não temos

⁸⁸ Imediatamente após a posse em 01 de janeiro, o presidente emitiu um decreto que incluía a extinção da então Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, ela mesma proveniente do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desdobrando-a em duas secretarias dentro da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

mais esta divisão dentro deste governo. [...] cada governo tem a sua maneira, o seu pensamento, o seu viés [...] e pra agricultura familiar, que nós vamos ter que acabar com este nome - nós teremos a agricultura - dos pequenos, médios e grandes produtores” (BIANCHINI, 2019). Como representante ruralista, a política manifestou o desconforto corporativo deste setor com a expressão da diferenciação social na agricultura brasileira.

Para a conveniência das aspirações sociopolíticas da subjetividade corporativa do agronegócio, é melhor tornar esta diferenciação amorfa. Em um outro espaço, no bojo de um conjunto de obra que predominantemente advoga – assertivamente - um augúrio de hegemonia da produção da monocultura de larga escala no Brasil, Pedroso (2014) produz um artigo no qual manifesta desconfortos passionais com o emprego da nomenclatura “agricultura familiar”, sob um pretexto de que “poucos resultados práticos produziu para contrapor-se à lógica econômica geral que vem imperando nas regiões rurais brasileiras” (PEDROSO, p.769).

Duas décadas depois do surgimento e a implantação do PRONAF, verifica-se que o conjunto dos estabelecimentos rurais de menor porte econômico jamais esteve tão ameaçado pelos processos de concentração da produção agropecuária e sujeitos a um conjunto de forças que podem reduzi-los em número e em possibilidades de integração aos mercados. Dessa forma, aqueles produtores continuaram como eram antes – pequenos em relação a seu porte econômico, relativamente marginalizados do processo expansivo recente e agora confrontados por novos processos econômicos, muito mais poderosos do que no passado (PEDROSO, 2014, p.768).

Este prelúdio anuncia a tônica do restante da diatribe da autora impregnado de desconposturas. A tática retórica para o viés de confirmação é desenvolvida para criar um “clima” no qual se impute um ônus à descrença havida no emprego de “pequena produção” e “pequena agricultura”. Não obstante, sem apresentar nenhum procedimento ou instrumento que endosse a pressuposição de que, sem o conjunto de políticas públicas vindas no esteio da emergência do termo “agricultura familiar” na discussão pública, a situação dos sujeitos sociais estaria melhor. Não apresentou nada que correlacionasse acesso ao PRONAF a uma piora na vida de quem acessou. Não corroborou a alegação tácita de que o enfoque da “agricultura familiar” teria contribuído para a concentração fundiária. Não apresentou nenhuma técnica ou procedimento demonstrativo que endossasse alguma correlação de marginalização econômica dos sujeitos, a que ela alude, com o arcabouço institucional por ela atacado. Quanto mais alguma forma de análise de causalidade.

Fernandes (2004, p.2) escreveu que na delimitação conceitual de “agricultor familiar” a ação política se circunscreveria a buscas de se consolidar nos limites da

inserção produtiva nos mercados contemporâneos. O programa político no qual se inseria o mote da “agricultura familiar” delinear-se-ia pela aspiração de ascensão social e econômica nas estruturas dadas por aqueles já com dotações que lhe possam catapultar.

Da condição de periférico à condição de consolidado formam-se os espaços políticos de sua existência. Esse seria o seu universo possível. Nessa lógica não cabem os sem-terra, porque não se discute a exclusão. Discutem-se apenas os incluídos no espaço do processo de diferenciação. Nesse sentido, esse paradigma possui uma interface com a vertente do paradigma do fim do fim do campesinato que se preocupa apenas com a manutenção do campesinato (FERNANDES, 2004, p.2).

Imediatamente alguns questionamentos são suscitados. Quando os sem-terra são assentados após a luta pela terra, para poderem viver no lote e obterem receitas, não se inserem de alguma forma na estrutura econômica vigente? Seja sob forma cooperativa, praticando agroecologia ou em produções convencionais, não se inserem no sistema tal qual algumas das três formas de "agricultores familiares" que Fernandes menciona: periférico, intermediário, consolidado? Destarte, não pleiteariam acesso a políticas públicas, pressupondo já antes o pleito para serem enquadrados como sujeitos de direitos delas, considerando assim as disputas pela ressonância nos critérios de distribuição dos gastos públicos ante a sujeitos outros que concorrem? Decerto o horizonte programático não é que os assentados saiam do assentamento para integrar outro acampamento.

Os dilemas que estes sujeitos sociais enfrentam frente a viabilizarem-se na economia-mundo capitalista, relacionando escala produtiva e tecnologia, não teriam pertinência para o exercício de se pensar um sistema histórico alternativo - no qual também poderiam ser interpelados acerca de seu papel e possibilidade de reprodução? Como foi visto, Marx concedeu um importante papel à comuna russa após uma revolução russa, não tendo proposto, no mesmo momento, a viabilidade de unidades ou comunidades em outra circunstância.

No decorrer da linha temporal brasileira, entre os desdobramentos do processo ocorrido no sindicalismo do campo, vai-se incubando uma dissidência no seio da CONTAG, de maior reafirmação da dinâmica descentralizadora do “novo sindicalismo” e, em 1997, forma-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina - FETRAFESC/CUT. Em 1999 é criada a “Frente Sul da Agricultura Familiar” articulando associações rurais e cooperativas, sindicatos e organizações não governamentais atuantes no campo. A partir dela gera-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAFSul) em 2001. O próprio Fernandes (2003; 2013, p. 40) vai denotar a organização como um “expressivo movimento

socioterritorial” e “movimento socioterritorial nacional”, cujos documentos lhes aproximam da Via Campesina quanto “a luta contra as políticas neoliberais, contra o capitalismo e pela construção do socialismo” (FERNANDES, 2003, p.18). Em 2004 realiza-se o 1º Encontro Nacional Sindical da Agricultura Familiar, em Brasília, nascendo a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil.

Logo, o poder político da semiologia da “agricultura familiar” é mais aberto e ultrapassa enquadramentos particulares que em dados locais pode aparecer representado. Conforme Nazareth sublinhou,

Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento (WANDERLEY, 2003, p.58).

Na literatura especializada, é destacado também que o caráter multifacetado das feições das atividades da agricultura familiar constitui-se na forma de concertações para lidar com arranjos sociais e econômicos diferentes que se desenvolvem no campo na contemporaneidade (CARNEIRO; MALUF, 2003; SILVA, 2015). Martins (2003, p. 161-162) ressalta que enquanto “instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola”, a “agricultura familiar”, “não constitui uma economia reduzida ao agrícola nem limitada ao rural”, com seu marco de referência sendo “a situação cambiante da sociedade na qual a família se insere”.

Essa multiplicidade de fontes de ganho, de distribuição de ganhos e de acumulação familiar de patrimônio só se explica e se compreende se levarmos em conta a multiespacialidade e a multitemporalidade da família agrícola. Ela é mais uma rede de relacionamentos de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um agrupamento familiar nuclear (MARTINS, 2003, p.162).

Certamente, muitos destes fenômenos de estratégias adaptativas são recomposições e reconfigurações de fenômenos análogos e não novos. Nazareth (2003, p.4) destaca que na administração do emprego de força de trabalho na unidade familiar camponesa, ao longo dos ciclos do ano, tratando de se “estabelecer os ajustes necessários entre a força de trabalho disponível e o ritmo e a intensidade do trabalho exigido ao longo do ano”, a contratação temporária de mão-de-obra e a pluriatividade campesina, interna e externa ao estabelecimento, condiciona-se ao “contexto mais geral que engloba o campesinato”. Lima (2007) chama a atenção para que

antes do predomínio da agricultura capitalizada ou industrializada, muitos agricultores (mais precisamente muitos camponeses) conjugavam a actividade desenvolvida nas suas explorações agrícolas com um conjunto de outras actividades – venda directa dos seus produtos, transformação dos próprios produtos, produção de bens artesanais (COSTA LIMA, 2007, p.3).

Afigura-se na reflexão acerca do que se denota como “agricultura familiar” e na carga conotativa que transmite, que pode apurar-se expressões de fortes matizes da campesinidade assim como de tonalidades empresariais. Diferentes aproximações por parte de diferentes observadores e descritores com seu instrumental e suas predisposições tenderão a dar mais saliência para uma das expressões. Alguns, circundarão uma e discursarão eclipsando outra conforme modelos programáticos. Ao nível do Empírico, é como um rio em que se pescará determinada qualidade de peixe “Y” conforme a isca e instrumento de pesca específicos; então vai se dizer que “é um rio de peixe Y”.

No esteio de suas interpretações, principalmente de fenômenos históricos estadunidenses e europeus do pós-guerra aos fins da década de 1980, Abramovay (2012) vai advogar pelo que se poderia aqui chamar de “descampesinidade” na nova conformação emergida com sistemas produtivos agrícolas de base familiar sob moldes econômicos contemporâneos. Profere que o “que nem um nem outro [Karl Marx e Max Weber] poderiam adivinhar é que a paisagem rural do mundo capitalista contemporâneo seria dominada por uma forma de produção baseada na família, mas inteiramente despojada de seus traços camponeses ancestrais” (ABRAMOVAY, 2012, p.141).

Abramovay (assim como Veiga, 2012), explana acerca das políticas agrícolas e econômicas para o campo adotadas nos países europeus do pós-guerra. Vale ressaltar que um aspecto histórico marcante se reflete na variável demográfica: em muitos daqueles países (como também no Japão) houve um fomento governamental à emigração da população do campo, nos fins do século XIX e começo do século XX, para os Estados Unidos e para países da América Latina (SCHWARCZ, 2012, v. 3). Também houve as expressivas baixas de guerra nestes países onde houve a emigração e em outros como Inglaterra e França. Desta forma, as circunstâncias institucionais das políticas daqueles estados se deram em determinadas condições sociais. Contingência a ser considerada em debates sobre cenários traçados diante de concepções de padrões históricos.

Os precedentes dos problemas gerados no esquema analítico do autor recaem em uma certa incorreção teórica: equivaler recorrentemente “economia” com “mercado”, ou o econômico com o mercadológico (ABRAMOVAY, 2012, p. 109-142). Por exemplo, quando sujeitos/grupos sociais decidem entre viveres a serem usados no presente e/ou estocados no futuro para a autoprovisão, isto é uma ação econômica, ainda que não levada ao mercado. O mercado é um fenômeno econômico e uma estrutura institucional contingente pela qual a economia pode expressar-se, mas **não é a economia, nem economia é mercado**. Tal consideração é ainda mais premente hoje quando o acúmulo

dos estudos da antropologia e história econômica desconstruíram o mito de que os sistemas de mercado evoluíram a partir de sistemas de escambo e que a criação dos mercados mediados à base da moeda foi um fenômeno socialmente endógeno e espontâneo (KRAAY, 1964; CHAPMAN, 1980; HUMPHREY, 1985; CARRIER, 2012). Não só não se constata a existência de sociedades movidas em sua dinâmica por um mercado de escambo antes de monetarização, mas se sabe que moedas como símbolos de crédito precederam seu uso como meio de troca.

Um aspecto importante que demarca a fronteira conceitual do autor é sua leitura de que além “de seu caráter familiar, o campesinato se define por dois outros traços básicos: 1 – integração parcial aos mercados e 2 – o caráter incompleto destes mercados” (ABRAMOVAY, 2012, p.114). Mas, concernente à questão da integração parcial aos mercados, a literatura especializada da Economia dos Custos de Transação (matriz disciplinar com herança na economia neoclássica, ou seja, pró-mercado) aponta que firmas capitalistas de grandes proporções buscam alternativas ao escopo das operações intra mercado nas quais o custo de gerenciar transações é maior (WILLIAMSON, 1985). Simon (1991) apresentou a estimativa de que o período até a virada para a década de 1990, abrangido por forte abertura para a competição mercadológica (Era Reagan), com forte desenvolvimento de mercado de capitais e crédito, próximo a 80% das atividades econômicas nos Estados Unidos ocorriam na amplitude interna às organizações ao invés de na esfera do mercado. Mirowski; Nik-Khah (2007) aduzem que empiricamente não é condizente se referir ao “mercado” como modelo universal. Mas a “mercados”, com conformações diversas e diferentes sistemas de precificação. Adaptados a produtos e bens com atributos particulares para as relações entre ofertantes e demandantes, com diferentes características em termos de se adequarem a direitos de propriedade, com naturezas diferentes para arranjos de liquidação da transação.

Ou seja, as concepções neoclássicas acerca dos funcionamentos dos mercados são simplificações que, empiricamente, muitas vezes são irrealistas e é um fator que leva então a definição de Abramovay a correr um risco, neste tocante, a cair em um simplismo. Possivelmente decorre daí que, gerando uma vontade de crer, forjou-se o modelo preditivo de Abramovay que foi amplamente falseado acerca do Selo Combustível Social no PNPB, como exposto anteriormente.

Cabe ilustrar como as especificidades sociológicas da agricultura familiar complexificam análises concernentes a desempenho de firmas nos mercados. Com base em análise dos dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE, Souza Filho et al (2004,

p.-8) classificaram 44% dos estabelecimentos de agricultores familiares como “pouco integrados” ao mercado, os quais ocupavam 38% da área total e respondiam por 24% da produção. Um grupo classificado como “integrado” representou 34% dos estabelecimentos e respondeu por 37% do valor bruto da produção, com uma renda média de R\$3.058,00. Os “muito integrados” representariam pouco menos de 20% do total, ocupando 21% da área, respondendo por quase 40% do valor bruto da produção da agricultura familiar e com uma renda mais elevada, R\$ 4.604,00. 11,5% dos estabelecimentos foram classificados como “muito especializados”, nos quais o principal produto da unidade respondia pelo total do valor bruto da produção. Do total, 30% eram “especializados” e o principal produto representava acima de 65% do valor bruto da produção.

O problema é que os autores não especificaram se a renda considerada é renda líquida. Presume-se que não é o caso. Desta forma, compromete-se a variável como parâmetro preciso, posto que o balanço financeiro pode apresentar rentabilidade e balanço patrimonial até negativos mesmo com receitas mais elevadas, devido aos custos e alavancagem financeira ao longo do tempo. Também, não se estratifica o tipo de “integração” ao mercado, se são comercializações contratuais com empresas processadoras (com as variações nos sistemas de governança; por exemplo, entre cadeia do leite e da soja), ou com atacadistas, com varejistas, ou feiras, comercialização informal e outros espaços de venda mais direta ao consumidor. Se essa integração é tanto à jusante quanto à montante. Os autores concentraram sua preocupação com a economia de escala, preterindo a devida atenção com a economia de escopo - quando complementaridades produtivas reduzem custos médios. Todos estes fatores têm significativas implicações qualitativas.

Garcia Jr. (1989), em um estudo sobre transformações ocorrendo na *plantation* tradicional nordestina no sistema do senhorio de engenho da cana-de-açúcar, dedica-se a analisar a economia familiar de camponeses que produziam para o autoconsumo e para a venda nas feiras locais. Arguiu que quando a produção em valor das lavouras mais habitualmente dedicadas à comercialização é igual ou maior à produção em valor a preços médios ao consumidor das lavouras “de subsistência”, a renda da lavoura comercial ultrapassaria o suficiente para proporcionar o “consumo socialmente necessário” dos produtos de “subsistência”, ponderada pelo preço médio ao consumidor. Assim, sob estabilidade das condições sociais de produção, consumo e reprodução social camponesa,

acentuar-se-iam tendências a especialização dos estabelecimentos em lavouras comerciais (GARCIA JR., 1989, p.123-127).

Nos estudos avaliativos dos estabelecimentos da agricultura familiar, evidencia-se em amplitude regional que, mesmo diante de vários graus de especialização produtiva e tecnificação moderna, a produção para o autoprovisionamento é marcante, com importância econômica, social e para a segurança alimentar (MALUF, 2003; MENASCHE, MARQUES; ZANETTI, 2008; TEIXEIRA, 2009). Grisa; Schneider; Conterato (2006) indicam com os dados do Censo Agropecuário de 2006 que 72,2% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros produziam para a autoprovisão. Ultrapassa-se assim a fronteira dos estabelecimentos da agricultura familiar. Em pouco mais de 30 % dos estabelecimentos a participação da autoprovisão estava em mais de 50% do total produzido, em 17,87% respondia por mais de 90%. Não obstante, chamo a atenção aqui para o cuidado com o exame das estatísticas: os dados apontavam que para a faixa na qual a autoprovisão respondia entre 50 e 90% do valor total da produção representava menos de 14% do total dos estabelecimentos. Em 27,34% destes o autoconsumo não respondia significativamente e em 17,21% respondia apenas até 10%.

Gazolla; Aquino; Simonetti (2017) destacaram que a produção para autoprovisão constava expressivamente em todas as classificações de estabelecimentos agropecuários (68,68%), incluso nos “não familiares”, presente em 62,6 % do total. Contudo, em representatividade relativa ao total da produção, a proporção se fazia muito mais expressiva em estabelecimentos que aferiam menores receitas. Dentro da faixa dos classificados como de “agricultura familiar”, os de menores receitas (Grupo B) tinham 58,03% do total da produção voltada para a autoprovisão (que se fazia presente em 66,08% dos estabelecimentos). Nos demais dentro da mesma faixa (presente em 72,31% deles), caía intensamente, para 14,23% e nos “não familiares”, 5,49%. Constata-se então uma forte tendência de relação inversa entre obtenção de rendimentos com inserção no mercado e a estratégia de autoprovisionamento, sugerindo que esta é emulada pelo maior realce da racionalidade instrumental na ação social no contexto do sistema agrícola. Por outro lado, segundo Grisa; Schneider; Conterato (2006), o valor médio anual da produção para a autoprovisão tendia a elevar-se com maior disponibilidade de área de produção, sinalizando resposta aos fatores de produção.

Ploeg (2003; 2006), a partir de estudos de caso europeus, argumenta que liberalização comercial, financeira e regulatória acarretou pressões desativadoras sobre os sistemas produtivos chamados de “agricultura empresarial”. Um segmento

intermediário entre a agricultura eminentemente capitalista e a camponesa, que segue “estritamente a lógica subjacente aos mercados de trabalho, capital, e de terras, precisamente porque está fortemente integrado e dependente desses mercados” (PLOEG, 2008, p. 141). Tal efeito decorreria da destruição de “um dos pilares centrais sobre os quais a agricultura empresarial tem-se apoiado” (PLOEG, 2006, p.36), que seria segurança ante a flutuações nos preços dos fatores de produção e dos produtos comercializados. Uma consequência, segundo o autor, é que na “agricultura empresarial” as unidades produtivas “têm que se confrontar com fluxo negativo de caixa de forma muito mais rápida e severa do que as unidades camponesas” (PLOEG, 2006, p. 31), propiciando a estas últimas maiores habilidades para resistir ao processo de integração dos mercados. O autor aponta que a partir deste fenômeno tem se desencadeado um processo de “recampesinação” (PLOEG, 2006; 2008) com maior diversificação produtiva, reciclagem de insumos e formas de cooperação local.

Lamarche (1997, p. 61-83), em seu trabalho no qual procede uma ampla sistematização de pesquisas empíricas, articula a distinção de quatro modelos teóricos de funcionamento de estabelecimentos agrícolas. Leva em consideração três temas para “determinar o grau de intensidade das lógicas familiares” - terra, trabalho e reprodução no estabelecimento – e três noções de dependência, “dependência tecnológica”, “dependência financeira” e “dependência do mercado”. O autor apresentou com estes modelos quatro tipos de relações quanto aos temas e noções empregados: o modo de funcionamento “modelo empresa”, o “modelo empresa familiar”, um modelo subdividido em “modelo agricultura camponesa” e “modelo agricultura de subsistência”⁸⁹, o “modelo agricultura familiar moderna”.

Seja o crivo que for necessário submeter seu método compreensivo⁹⁰ e a ideia de evolução de modelo camponês para modelo “agricultura familiar moderna”, a partir de uma saída da “autarcia” para uma maior integração (ainda que parcial) na economia de mercado⁹¹, é um mérito conceder que “modelos absolutos não existem”. Os modelos

⁸⁹ O autor frisa esta distinção que ele opera (p. 70; p. 76-78), sendo que ela é passível de passar despercebida na análise sobre sua obra. Ele considera que a distinção leva em conta o “projeto” das unidades, sendo que no da subsistência, almeja-se “conservar estruturas permitindo a sobrevivência do grupo doméstico”, pouco sensíveis à noção de “reprodução familiar agrícola (desejo que os filhos continuem explorando o estabelecimento)”; o modelo camponês estaria mais ligado “às noções de patrimônio familiar e reprodução familiar desse patrimônio”, buscando a sobrevivência do “modelo” propriamente.

⁹⁰ Metodologia vigorosamente sustentada por Weber (1999).

⁹¹ Quando o autor se expressa assim: “ao mesmo tempo que preservam uma certa independência em relação ao exterior”, abre margem para se questionar a diferenciação entre os dois enquanto procedimento de

permanecem “virtuais para a população de agricultores estudada”, não representando “em nenhum caso uma realidade concreta”, enfatizando-se mais em termos de “tendências, modelos de referência”.

As reflexões deste balanço ecoam na concepção que Ploeg delineou (2006, p.14) acerca de que “a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura”, sobretudo no que deriva de considerar a permanência e resistência camponesa. Também se aproxima da perspectiva de que se pode situar diferenças nas “formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas” (PLOEG, 2006, p. 14). Contudo, acompanhando Souza (2016), chama-se a atenção para o cuidado em evitar clivagens absolutas onde as manifestações na estrutura social seriam melhor representadas como escalas fluidas, no sentido das quais preponderar-se-ia do mais “expressivamente camponês” ao mais “expressivamente empresarial”.

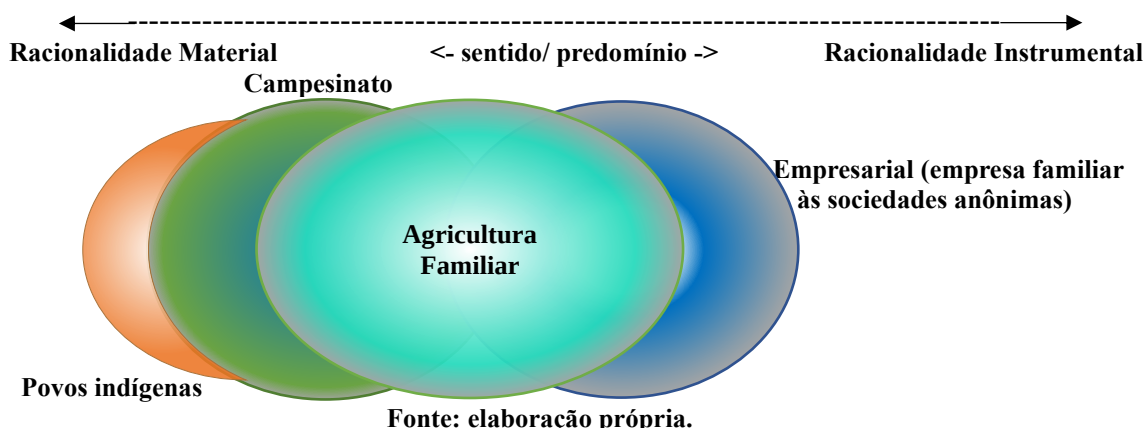
As expressividades empresarial e camponesa na agricultura familiar podem ser transitáveis ou flutuantes sob tendências geradas por dados mecanismos. Em certas condições estruturais, uma sobressai-se sem necessariamente emular a outra – embora possa acontecer. Não se pode cristalizar um estereótipo camponês. Não corresponde a demarcações rígidas, não é grosseiramente uma questão de trocar enxadas por motocultivadores; ou só uma questão de obter receitas com contratos de comercialização. Há que se ter muito cuidado com a pergunta “indivíduo x deixou de ser camponês?”.

Mas a inserção em dadas estruturas sociais pode potencializar efeitos de poderes causais, consequentemente, ativando mecanismos que inter-relacionam encargos mercadológicos e enquadramentos institucionais. Com isto, efetivando tendências de modificações intensivas em estratégias tradicionais de equalizar tempo, com força de trabalho, com moralidades impregnadas na vivência com o agroecossistema, na vivência com a casa e o estabelecimento, com as relações familiares, comunitárias e senso de imagem social. A racionalidade instrumental sobressai, de acordo com a expressividade mais empresarial, em detrimento da “racionalidade material”.

Propõe-se uma ilustração analógica simplificadora para representar estas expressões:

modelagem - diferentemente do que seria ponderar matizes entre um e outro, de acordo com seus próprios instrumentos de análise - ficando isto mais nítido em relação ao procedimento classificatório que emprega ao delimitar o modelo de “subsistência”.

Figura 06. Representação analógica simplificada do relacionamento da expressividade camponesa e expressividade empresarial na agricultura familiar – vetorial e fluxogramática



Sublinha-se que não se pressupõe implicitamente um grau de hierarquia de posicionamento entre as expressividades. Onde as esferas sombreiam-se na ilustração, com efeito **estão entremeadas**. Não ocorre, porém, uma relação de hiperonímia/hiponímia, porque “agricultura familiar” não encerraria todas as constituições de campesinato. Esta representação se manifesta no domínio do Empírico; no Real, ambas as racionalidades estão presentes em ambos os extremos da representação e, no Efetivo, mecanismos levarão à tendência à primazia de uma ou outra. No sentido à preponderância empresarial, a racionalidade instrumental é intensificada, ao ponto de ir além da primazia da preocupação com maximização da lucratividade acima de outros valores em escolhas de prioridades. Desta forma ganham relevo, somando à especialização produtiva-comercial, considerações como a com de custo-oportunidade financeira⁹² - compelindo à reprodução ampliada do capital.

Sob contextos estruturais diferentes, dada relação entre as racionalidades poderá ser relativamente mais bem-sucedida – ou o contrário - em adaptar-se às condicionantes e oportunidades. É de se supor que muitas vezes não seja questão de avaliação calculada prévia do sujeito, mas reações possíveis diante de vários fatores multidimensionais. Os graus de nuances que esta abordagem requer podem frustrar algumas exigências de enquadramento em apelos conotativos *ad hoc* ou esquemas teleológicos traçados *ex ante*. Considerando que é difícil justificar que a nível ontológico o comportamento da realidade complexa se adeque a estas exigências, ainda que ressaltando que as formas de

⁹² Parâmetro para uma renúncia de ganho alternativo que está embutida em uma decisão de investimento; na análise de viabilidade econômica, costuma-se comparar com o que ter-se-ia ganho destinando o recurso da atividade a uma aplicação financeira com rendimento de juros e menor esforço.

conhecimento sobre a realidade são contextuais, para a questão: os meios de mediação entre os níveis epistemológicos e níveis ontológicos consoantes com as exigências destes enquadramentos seriam consistentes?

Fernandes (2004) demarca o campo epistemológico, que envolve e leva a debates políticos, em termos de três modelos interpretativos que se refeririam a “perspectivas para o campesinato”: o “paradigma do fim do campesinato”, o “paradigma do fim do fim do campesinato/”, que “entende a sua existência a partir de sua resistência” e “o paradigma da metamorfose do campesinato”, que “acredita na sua mudança em agricultor familiar” (FERNANDES, 2004, p.1; ver também FERNANDES, 2013, p. 40-44). Felício (2006) expõe a questão em termos de duas corporações de teóricos alinhados aos paradigmas: com o do “capitalismo agrário” pensando em termos de horizontes de oportunidades para agricultores familiares ajustarem-se favoravelmente ao capitalismo e o “paradigma da questão agrária” fiando-se em possibilidades de o campesinato compartilhar de impulsos que desencadeiem transformações mais radicais na sociedade.

Teoricamente a perspectiva aqui gerada não se encaixaria necessariamente nesta disposição de estalões. Seria pouco proveitoso que se interpelasse em qual portfólio programático ela se comprometeria a resultar. Atentando para uma provocação bem pertinente à problemática, de que “a escolha verdadeiramente livre é aquela na qual eu não simplesmente escolho entre duas ou mais opções no interior de um conjunto prévio de coordenadas, mas escolho mudar esse próprio conjunto de coordenadas” (ZIZEK, 2013, p.178), faz-se mister analisar o quanto é consistente esta arquitetura moldada pelo emprego conceitual de paradigmas, referida na literatura, de acordo com o parâmetro epistemológico que alega se firmar.

3.3 Paradigmas, coletivos de pensamento, ou protótipos do que tem que ser dito?

Também a ciência, chegando ao fim de seus paradoxos, deixa de propor e se detém para contemplar e desenhar a paisagem sempre virgem dos fenômenos.

O coração aprende assim que a emoção que nos transporta até as diferentes facetas do mundo não nos vem de sua profundidade, mas de sua diversidade.

A explicação é inútil, mas a sensação perdura e, com ela, os incessantes chamados de um universo inesgotável em quantidade⁹³.

Albert Camus, em “O Mito de Sísifo”

⁹³ CAMUS, Albert. O Mito de Sísifo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p.110-111.

A taxonomia classificatória dos grupos de pesquisa nos estudos agrários corresponde a “paradigmas”? Ou é apenas “uma questão de estilo”?

Tendências interpretativas diversas buscam traçar previsões sobre a(s) configuração(ões) socioeconômica(s) do campo a partir de forças que atuam no seu espaço. Dentre as questões mais recorrentes e cruciais, estão: caminha-se para um esvaziamento demográfico do campo com a concentração em - e preeminência de - grandes estabelecimentos absolutamente capitalistas? A necessidade de economias de escala, junto com o fenômeno do *treadmill* (LEVINS; COCHRANE, 1996), comprimirá agudamente as oportunidades para unidades produtivas agropecuárias? O que se chama aqui de “campesinidade” persistirá expressivamente ou constitui-se como uma manifestação anacrônica de fenômenos sociais vestigiais? Ou ela mesmo passará por algo análogo a uma seleção darwiniana, permanecendo os que se transformarem – única possibilidade de adaptação bem-sucedida – em formas de estabelecimentos familiares, mas com preponderância da racionalidade instrumental? O campesinato coexistirá de forma funcionalmente vinculado e necessário para a economia-mundo capitalista? O campesinato carrega em si a potencialidade para compartilhar de forças agentes para um curso radicalmente transformador do sistema histórico capitalista?

Há grandes divisões na forma de se responder a estas questões, nas premissas, nas ênfases, nas hierarquias de prioridades epistemológicas entre diferentes pesquisadores. Destaca-se na literatura a tentativa de dispor a estrutura de tratamentos em termos de “paradigmas”. A referência para os termos é dada ao trabalho do filósofo e historiador da ciência Thomas S. Kuhn, reportando-se primordialmente à sua obra seminal “A Estrutura das Revoluções Científicas”.

Abramovay (2012, p.30) emprega “paradigma” referindo-lhe como “o conjunto de crenças comunitariamente partilhadas pelos cientistas sobre o que, como e para quê pesquisar”. Fernandes (2013, p.18-19, grifo do autor) lhe emprega como “*estilos de pensamento*” produzidos por “*coletivos de pensamento*” admitindo ir além ao empregá-lo também enquanto “*espaços da organização do pensamento*”. Esta nomenclatura é mais tributária do médico imunologista e microbiologista Ludwig Fleck. Fernandes (2013, p.19-20) preconiza que “o debate paradigmático permite uma aproximação desta síntese ou unidade de diferentes modos e, portanto, produz distintas leituras científicas, políticas e ideologias”, referindo-se a uma síntese de imaterialidade e materialidade dos paradigmas nas práxis dos grupos de pesquisa.

Felício (2006, p.208) emprega “paradigmas”, aplicando-lhes ao debate sobre prognósticos agrários, como sendo “um conjunto de pensamentos, teorias e teses com os quais procuram explicar a realidade”. Vieira (2012, p. 4) interpreta “paradigma” como “como princípio, pressuposto, conhecimento, referencial, teórico-filosófico orientador – um campo científico”. Cita um exemplo de emprego na obra já mencionada “As Estruturas das Revoluções Científicas”, de Tomas Kuhn, mas em seguida acrescenta que os paradigmas “partilham concepções políticas-ideológicas, formas de vida e cultura. Assim, partilham e fazem história – a própria história social e em sociedade, a história do espaço, transformam-no em territórios de poder e saber”. Faz parecer desta forma que este acréscimo de interpretação pessoal estaria ancorado na obra de Kuhn, mas, sendo ela realmente desancorada da citação apresentada, não se corrobora isto.

Sposito (2001), em um trabalho no qual discute clivagens de orientações metodológicas na geografia entre o neopositivismo e variantes e o materialismo histórico, apresenta sua definição de paradigmas como “em termos gerais, pelo conjunto de ideias, teorias e doutrinas construídos com a intermediação do método e que caracterizam uma tendência científica” (SPOSITO, 2001, p.100). Logo adiante afirma que uma teoria pode ser superada por outra teoria ou por outro paradigma; e que a relação entre ambos é fundamental para sua proposta de compreensão de leitura da realidade. Neste caso, cria-se uma dificuldade ao desenhar um modelo interpretativo do desdobramento do empreendimento científico em que uma teoria seja sucedida por um conjunto de teorias.

Ocorre que nenhum destes tratamentos usuais do termo, aplicados como se fosse um pressuposto dado, pode ser concebido sem reservas. E se constata que este lapso gera grandes consequências na construção e disposição de arcabouços analíticos que se reproduzem na abordagem das pesquisas e discussões. Na obra de Thomas Kuhn supracitada, o termo aparece de forma polissêmica e gerou questionamentos e debates, com tréplicas por parte do autor nas quais ele realizou refinamentos conceituais conferindo novas tonalidades analíticas. Tonalidades com acentos que corrigem uma acentuada ênfase no termo “paradigma” associado a metafísica, a cosmovisão, juízos éticos ou mais ainda, a programas sócio-políticos. Igualmente, como se constata em outros escritos do autor, não é apropriado realizar uma transposição aberta e direta para as ciências humanas.

Mantendo a preocupação com os corolários e ilações relativos aos caminhos possíveis no panorama intelectual para pesquisa e diagnóstico de fenômenos do campo, para a geografia agrária e para o problema de pesquisa aqui explorado, estas questões

serão aqui concisamente sondadas. Apresentarei a discussão que o principal autorreferência para o emprego teórico de “paradigma”, Thomas Kuhn, desenvolveu em decorrência às apreciações e críticas, o refinamento conceitual e epistemológico que ele produziu. Como ponte para a preocupação prática suscitada, dialogar-se-á com o estudo de Campos (2012), que foi a principal obra a discorrer de maneira mais epistemologicamente desenvolvida sobre as asserções e sobre os problemas levantados. Examinarei as dificuldades que permanecem e respectivos desdobramentos para o labor científico e, mais especificamente, para aquilo que o realismo crítico advoga como “racionalidade crítica” (AL-AMOUD; LATSIS, 2017). Esta explana acerca da possibilidade de comunidades científicas serem aptas a reconhecer, entre teorias, graus de poder explicativo em oferecer conexões convincentes entre fenômenos observados, os mecanismos de suas causas, bem como explicar situações até então surpreendentes.

3.3.1 Estalões explanatórios: a ciência dos juízos analíticos

Gato que usa luvas não pega ratos.
- Benjamin Franklin, em “Como escolher amantes e outros escritos”.

Masterman (1979), em um exame minucioso de “A Estrutura das Revoluções Científicas”, chamou a atenção para as múltiplas definições de paradigma que aparecem na obra (MASTERMAN, 1979, p. 77-79). Primariamente, o termo não é referido como intencionando indicar nem uma “teoria básica” nem um “ponto de vista metafísico geral”. Todavia, aparece com 21 sentidos diferentes:

- 1) realização científica universalmente reconhecida
- 2) como mitos, corpos de crenças
- 3) “filosofia” ou constelação de perguntas que demandam busca de soluções
- 4) Manual ou obra clássica registrando realizações científicas reconhecidas como propiciadoras de da base de práticas subsequentes
- 5) Toda uma tradição e, em certo sentido, um como modelo
- 6) Realização científica da qual se abstrai conceitos, leis, teorias e pontos de vista
- 7) Analogia explicativa
- 8) Especulação metafísica bem-sucedida, melhor do que concorrentes, mas que não precisa explicar todos os fatos com que se pode defrontar
- 9) Dispositivo-padrão aceito na lei comum
- 10) Fonte de instrumentos conceituais
- 11) Ilustração normal e recorrente de teorias em suas aplicações conceituais, observacionais e instrumentais
- 12) Expediente ou tipo de instrumentação com processos e aplicações necessários à ciência
- 13) “baralho de cartas anômalo”
- 14) Fábrica de máquinas-ferramentas capaz de resolver problemas que define

- 15) Figura de *gestalt*, que pode ser vista de duas maneiras
 - 16) Algo tal como um conjunto de instituições políticas
 - 17) “Modelo” aplicado a uma quase-metafísica, modelo que distingue solução científica de uma simples metafísica
 - 18) Princípio organizador capaz de governar a própria percepção
 - 19) Ponto de vista epistemológico geral
 - 20) Novo modo de ver
 - 21) Algo que define ampla extensão de realidade
- (MASTERMAN, 1979, p.77-79).

A autora cataloga os 21 sentidos como pertencendo a três grupos principais:

- “Paradigmas metafísicos ou metaparadigmas”, sendo este emprego o maior alvo da artilharia dos críticos. Seria uma categoria conceitual muito mais ampla do que a teoria e ideologicamente anterior a ela.
- “Paradigmas sociológicos”, expressando o conjunto de hábitos de pesquisadores.
- “Paradigmas de artefatos ou paradigmas de construção” - algo capaz de provocar a ocorrência real de uma solução de enigma (MASTERMAN, 1979, p.80-81).

Masterman sistematiza o discorrer da discussão kuhniana arguindo que se atribui o lugar primordial na ciência a uma realização concreta em lugar da formulação de uma teoria abstrata. Paradigmas são anteriores à formulação teórica. De acordo com a autora (MASTERMAN, 1979, p.94), a conceituação no âmbito dos “paradigmas de construção” expressa o sentido fundamental: só com artefatos se pode solucionar enigmas. Ao questionamento de como “uma construção de solução de enigma pode transformar-se num 'modo de ver'?” (MASTERMAN, 1979, p. 88), responde que o paradigma, que pode ser desenvolvido e reproduzido, é uma imagem concreta de uma coisa usada analogicamente para descrever outra coisa (MASTERMAN, 1979, p.93-94),

Kuhn (1979, p.289) concordou com Masterman de que apesar da centralidade do termo no seu livro, o tratamento ficou confuso e o exame dela ajudou no desenvolvimento do seu ponto de vista, admitindo ser o aspecto que mais foi evoluindo.

Thomas Kuhn engaja-se no debate com seus críticos, notoriamente Karl Popper e Imre Lakatos (1979, p.223) - com Lakatos advogando que o crescimento racionalmente reconstruído da ciência se verifica no mundo das proposições, do conhecimento objetivo e inteligível que independe dos sujeitos do conhecimento -, tendo em mente a preocupação de explicar o processo científico “examinando a natureza do grupo científico, descobrindo o que ele valoriza, o que ele tolera e o que ele desdenha” (KUHN, 1979, p.294). Nos momentos da avaliação de teorias, os cientistas se deparam com a necessidade de decidir quanto a sua capacidade de continuar com o emprego delas, de acordo com sua capacidade ou incapacidade de solucionar problemas e predizer fatos

novos. Este processo não ocorre, junto aos grupos científicos, apenas num ideal abstrato. Lança a questão: “como influirá no comportamento de grupo determinada constelação de crenças, valores e imperativos?” (KUHN, 1979, p.297).

Dado um algoritmo partilhado adequado, digamos, à escolha individual entre as teorias concorrentes ou à identificação de uma grave anomalia, todos os membros de um grupo científico chegarão à mesma decisão. Este seria o caso ainda que o algoritmo fosse probabilístico, pois todos os que se utilizassem dele avaliariam a evidência da mesma maneira. Os efeitos de uma ideologia partilhada, no entanto, são menos uniformes, pois seu modo de aplicação é de uma espécie diferente. Dado um grupo cujos membros estão todos comprometidos em escolher entre teorias alternativas e também em tomar em consideração valores como a precisão, a simplicidade, a liberdade de ação, etc., enquanto estiverem fazendo sua escolha, as decisões concretas de membros individuais em casos individuais, apesar de tudo, variarão. Os compromissos partilhados influirão de forma decisiva no comportamento do grupo, mas a escolha individual será também uma função da personalidade, da educação e do padrão anterior de pesquisa profissional (KUHN, 1979, p.297-298).

A ciência normal, para Kuhn, se processaria no tempo em que a pesquisa se desenvolve dentro de um referencial teórico definido, até se deparar com uma crise, na qual a complexidade de uma teoria cresce em relação à sua exatidão explicativa. Com as técnicas até então predominantemente empregadas não se soluciona o problema principal que põe em dúvida os princípios fundamentais até então convencionados. Kuhn pondera crucialmente (1979, p.335) que intencionara adotar “paradigma” ou “conjunto de paradigmas” no sentido sociológico que Masterman apresentou, como resposta a questão acerca do que membros de grupos de especialistas individuais partilham e que lhes permitem solucionar enigmas. Destarte, explicando uma “relativa unanimidade na escolha de problemas e na avaliação de soluções de problemas”, até que se acumulam resultados pertinentes, mas inapropriados nos termos dos paradigmas vigentes. As aplicações da literatura sobre “paradigmas” na pesquisa agrária adequam-se a esta formulação?

Seja como for, Kuhn afirma então preferir empregar outra expressão no lugar: “matriz disciplinar”, “elementos ordenados que requerem especificação individual”, “comuns aos que praticam uma disciplina especificada” (1979, p.335). Os “objetos de compromisso” descritos como paradigmáticos, modelos partilhados, valores epistêmicos partilhados nos “exemplos comuns de problemas solucionados” que estudantes encontram em laboratórios ou “capítulos de livros de textos científicos”, lhe levaram a escolher o termo paradigma em primeiro lugar, mas passam a serem chamados de “exemplares” – subconjuntos da matriz disciplinar.

Kuhn destaca que no processo de transições teóricas ocorrem alterações semânticas, seja no próprio significado de definições, seja nas condições de aplicação, no que retrata desta forma que as teorias que sucedem outras lhes são “incomensuráveis” (2011, p.329). Salienta a dificuldade de mediação sintagmática, posto que “[...] as linguagens cortam o mundo de maneiras diferentes, e não temos acesso a um meio sublinguístico neutro de relatar” (KUHN, 2011, p.331). Atualmente, as pesquisas no campo das ciências cognitivas têm destacado que diferentes linguagens conferem moldes diferentes às percepções de mundo. Boroditsky expressou a síntese:

Estudos demonstraram que ao mudar o modo de falar, mudamos a maneira de pensar. O ensino de novas denominações de cores, por exemplo, muda a capacidade de as pessoas as discriminarem. Pessoas bilíngues mudam o modo de enxergar o mundo dependendo do idioma que falam. Isso significa que as categorias e as distinções que existem em determinados idiomas interferem amplamente em nossa vida mental (BORODITSKY, 2013).

No transcurso do pensamento de Kuhn, os “Principia” de Newton e outros trabalhos amplos correlatos eram citados como paradigmas. Estes passaram a ser descritos como fontes particularmente importantes dos elementos da matriz disciplinar de uma comunidade (KUHN, 2011, p.314). A matriz disciplinar possui três constituintes básicos: três deles sendo centrais para a operação cognitiva do grupo que partilha os compromissos: “generalizações simbólicas, modelos e exemplares” (KUHN, 2011, p.315).

As generalizações simbólicas seriam “componentes formais, ou prontamente formalizáveis, da matriz disciplinar” (KUHN, 2011, p.316). Dentre as ilustrações estaria a equação newtoniana: $f = m.a$, bem como o enunciado “ação é igual à reação”. Os modelos “fornecem ao grupo suas analogias preferidas ou, quando profundamente mantidas, suas ontologias”. Os exemplares constituem-se como “soluções de problemas aceitas pelo grupo como, no sentido usual do termo, paradigmáticas”. Tomando dois arcabouços concorrentes na cosmologia contemporânea, sendo um a Gravidade Quântica em Loops, dentre seus respectivos “exemplares” estariam o “difeomorfismo ativo” e o “argumento do buraco” (ROVELLI; GAUL, 2000); já em outro, o da Teoria das Cordas, seria a correspondência “AdS/CFT” (JUSINSKAS, 2010). Os exemplares desempenham um crucial papel na ciência, facultam a “capacidade adquirida de perceber semelhanças entre problemas aparentemente díspares. [...] Sem os exemplares, ele [o estudante] praticamente não aprenderia aquilo que o grupo sabe sobre conceitos fundamentais” (KUHN, 2011, p.325).

Alterações em qualquer dos componentes da matriz disciplinar podem resultar em modificações do comportamento científico que afetam tanto a localização da pesquisa de um grupo quanto seus padrões de verificação. A imersão em uma matriz disciplinar habilita a reconhecer dados diferentes mediante os mesmos estímulos partilhados pela comunidade, assimilar as resoluções de problemas tradicionais da comunidade. Permite isolar as condições de um novo problema e formalizar nos padrões da comunidade para sua solução, classificando os objetos de acordo com os critérios de pertencimento nos termos da matriz.

Não há como engendrar um mecanismo formal, ao nível de algoritmo, para equacionar qual dentre teorias concorrentes deve prevalecer cientificamente quando ambas provêm explicações de fenômenos empíricos. Kuhn discutiu cinco características importantes do que ele chamou uma boa teoria científica: precisão (relativo à experiência ou processo de detecção); consistência (tanto interna quanto com outras teorias aplicáveis a aspectos afins); abrangência explicativa (para além de dos elementos internos que levaram à sua formulação); simplicidade (explicação o mais sinteticamente organizada possível dos fenômenos) e fecundidade (propicia para gerar mais trabalhos de pesquisa e apreensão de fenômenos).

Muitas vezes o mais simples não dá conta das outras necessidades e necessita de maior blindagem para anomalias que lhe contrastam. Amiúde, diferentes teorias são julgadas por diferentes cientistas como preenchendo diferentemente os critérios – alguns mais, outros menos, assim por diante. A comunidade científica busca julgar a teoria mais adequada. Teorias neófitas, em sua maioria, desfalecem no caminho; a inclinação habitual é para explicar as dificuldades que as geraram empregando meios proporcionados por teorias tradicionais. As teorias são aceitas após um bom tempo de testes e discussões analíticas. O que se considera como “fato”, para ser chamado de fato, já não é mais só fato, é algo que passou pela interpretação da teoria que se emprega.

Os critérios de escolha (o que o cientista deve considerar para chegar a uma decisão, o que pode ou não considerar relevante e o que se pode legitimamente exigir que ele exponha como base da escolha que faz) entre teorias concorrentes, as orientações eficazes quando há conflitos e ambiguidades, funcionam como valores que influenciam a escolha. Mas mesmo assim pessoas profundamente compromissadas com os mesmos valores podem fazer escolhas diferentes em situações particulares (KUHN, 2011, p.350).

A aplicação destes valores tem variado no tempo, em diferentes disciplinas, campos de aplicação, influenciando também a experiência apreendida por parte dos cientistas. Contudo, são valores substancialmente epistêmicos, de categoria dissemelhante dos

valores morais ou sobre uma melhor forma de sociedade etc. Putnam (2008, p.51-52) assinalou que são valores que, por mais que desautorizem a dicotomia positivista entre “juízo de fato x juízo de valor”, não devem ser confundidas com valores éticos.

Para Kuhn (2017, p. 308), cientistas são recompensados por aumentar a precisão com que se aplicam as resoluções dos problemas e o âmbito em que se aplicam. Nesta empreita, os critérios “constituem a base para a avaliação do trabalho efetuado durante os períodos de estabilidade lexical e são igualmente básicos para os mecanismos de resposta que, em períodos tensos, produzem especialização e mudança lexical”. Porém, eles podem chocar-se uns com os outros e são imprecisos, a rigor. Cada teoria pode preencher mais alguns. A coletividade de uma comunidade científica, via compromissos compartilhados e em meio a diferenças individuais idiossincráticas, inclusive, sopesa e pondera a teoria que prevalecerá com o emprego da educação e treinamento transmitidos e através de sua prática disciplinada na resolução de quebra-cabeças. Por isso é um processo sociológico. Um membro brasileiro de um grupo de pesquisas que se deparou com descobertas que em tese reformulariam as teorias paleoantropológicas sobre as origens e evolução humana, ainda que atestado por procedimentos reconhecidamente rigorosos, afirmou em entrevista: “A gente vem de um país que não tem tradição em pesquisa paleoantropológica, então as nossas contribuições são sempre vistas com muito preconceito” (ESTADÃO, 2019).

O teor destas concepções é bem mais regulado e restrito do que a amplitude gnosiológica que se apresentou na literatura acadêmica sobre os temas agrários e sobre epistemologia da geografia. No diálogo crítico com o tratamento por parte de Campos (2012), serão destacados a necessidade de discernimento da especificidade dos valores epistêmicos em relação a outras categorias de valores, o aclaramento do problema da “incomensurabilidade” entre teorias, a descrição da situação de escolha por parte das comunidades científicas e a ressalva do pensamento de Kuhn – e as implicações também para o de Ludwik Fleck⁹⁴ - em relação às ciências humanas. Eles levantam a necessidade de dispor dos problemas da pesquisa com nuances significativamente reestruturados,

⁹⁴ Em um debate em Atenas, em 1995, Kuhn proferiu o que via como sua principal diferença em relação a Fleck, admitindo que ao ler sua obra constatou alguém que compartilhava de pontos de vista semelhantes sobre vários aspectos do material histórico. Disse rejeitar, contudo, o que afirmou ver acerca dos “coletivos de pensamento” tendo como modelo “a mente e o indivíduo”. Disse na ocasião que isto fez com que mantivesse distância, ainda que obtendo um reforço importante (KUHN, 2017, p. 343). Contudo, Fleck ressaltava que o “processo de conhecimento não é o processo individual de uma ‘consciência em si’ teórica; é o resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo” (FLECK, 2010, p. 81).

ainda que sem mascarar o terreno das diferenças de compromissos políticos que decorrem tanto de pontos de partida quanto de implicações das respostas aos problemas.

3.3.2 Paradigmas sem jurisdição: conceitos “*sacer*”⁹⁵?

Alguns filósofos (mas também sociólogos e poetas) firmam assim os textos de importância; procuram os ingredientes que podem fazer parte de uma estrutura logicamente aceitável e depois usam essa estrutura para julgar o restante.

A tentativa está destinada ao fracasso. Em primeiro lugar, porque nas ciências, que são importantes portadoras do conhecimento, não há nenhuma contrapartida.

[...]

Há as palavras, há também os conceitos, mas a existência humana não revela traço das fronteiras implícitas nos conceitos.

Paul Feyerabend⁹⁶

A tese de Campos (2012) é tomada como emblemática para a crítica dos estudos epistemológicos que se faz necessária para o campo de pesquisa agrário, por ter o mérito de promover a discussão de maior envergadura, neste campo, sobre a aplicabilidade da construção intelectual acerca do “paradigma” – sendo que tantos outros trabalhos lhe tomam como “dado”. Realiza uma ampla exploração e formidavelmente articula uma sofisticada síntese objetivando a “identificação e análise das temáticas e dos paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo” (CAMPOS, 2012, p.23), confeccionando um arcabouço analítico para “confrontar as perspectivas de mundo e evidenciar o tom de conflitualidade que o pensamento geográfico contempla”.

Campos produz um sistema taxonômico de paradigmas e o que denomina “territórios paradigmáticos” nos estudos da geografia agrária. Na sua visão, a perspectiva de superação do capitalismo é a chave da clivagem paradigmática. A autora nos apresenta seu referencial analítico: “Ancorados numa visão dialética do conhecimento, acreditamos que tanto Kuhn como Fleck devem ser considerados como referências para a leitura do pensamento geográfico” (CAMPOS, 2012, p. 89). Ela declara que pretende realizar uma inovação teórico-metodológica ao promover uma interlocução entre as duas referências que orientarão seu procedimento. Contudo, fica patente a busca de um reenquadramento teórico quando assume delineá-las numa perspectiva diferente dos autores, operando um

⁹⁵ Alusão ao conceito latino de “*homo sacer*”, o “homem sagrado” que era proscrito pela sociedade romana antiga como sob juízo dos deuses, desprovido de direitos civis e contra quem, se um cidadão cometesse homicídio, este não seria processado criminalmente.

⁹⁶ FEYERABEND, Paul. **Diálogos sobre o conhecimento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p.114,117.

remanejo da construção intelectual dos “paradigmas” de Thomas Kuhn, quando para ela “a conflitualidade paradigmática toma como princípio uma perspectiva dialética” (CAMPOS, 2012, p.43).

Mas até que ponto a leitura realizada e aplicação destas concepções corresponde à estrutura conceitual que os autores engendraram? Campos (2012, p.44, grifo da autora) afirma que trata o “conhecimento científico como um processo construído por coletivos de pensamento/comunidades científicas”. Deriva daí que “ele nunca é neutro por ser uma parte da *universidade* e por ser produzido por sujeitos políticos que produzem *dimensões do paradigma*: teorias, métodos, metodologias, ideologias e intencionalidades”. A questão é que independente do mérito deste pensamento sobre o conhecimento científico, como será demonstrado aqui não é este o plano epistemológico dos “coletivos de pensamento” que o autor referenciado, Ludwik Fleck, situou. O autor explicitamente negava que sua abordagem classificatória se dava sob a luz de tendências ideológico-políticas. Se a identificação destas tendências pode se justificar, elas suscitam outra classificação condizente, sem o uso da força conotativa de um conceito de outro sentido.

Campos também (2012, p.47) apresenta duas definições de Kuhn acerca de ciência normal e paradigma. Reconhece que as apresentadas são duas das múltiplas definições que Kuhn apresenta, diz que há limites para as definições, mas termina por trabalhar em cima daquelas. Porém, é uma escolha problemática. Especialistas desencadearam ao longo da história uma ampla discussão que trata da polissemia dos termos na obra “As Estruturas das Revoluções Científicas”, cabendo então passar pelo refinamento teórico conceitual que o autor realizou em decorrência disto. Isto é necessário para não soar como se procedesse uma decisão por algo que se desejava de antemão, apresentando limites depois para poder empregar os termos no sentido preestabelecido independentemente do autor. Kuhn cingiu os paradigmas de forma muito mais circunscrita do que em termos de “visão de mundo”.

Um dos epicentros do qual derivam-se problemas na leitura de Campos já emerge na sua forma de apresentar o conceito kuhniano de “ciência normal”. A autora afirma que segundo Kuhn, “não caberia à *ciência normal* a produção de novas formulações, leis, métodos ou conceitos” (CAMPOS, 2012, p.47, grifo da autora). Entretanto é significativo que Kuhn, neste processo de reflexão sobre suas concepções a partir dos debates com seus críticos, ao contrário do que Campos escreve, enfatizou que a ciência normal pode produzir novos métodos e conceitos (KUHN, 2011, p.248-252). Porém não se desencadearia com isso uma revolução nas concepções teóricas. Kuhn, respondendo à

questão “o que são revoluções científicas?” (KUHN, 2017, p.24), expõe que ocorrem mudanças ao longo do período de “ciência normal”, argumentando que a mudança normal “é o tipo que resulta em crescimento, acréscimo, adição cumulativa ao que era antes conhecido”. Descobrem-se leis já dispondo anteriormente de conceitos e de instrumentos para determinar suas magnitudes. A maioria esmagadora dos avanços científicos constituir-se-ia sob a característica de que “revisa-se ou acrescenta-se uma única generalização e todas as outras permanecem as mesmas” (KUHN, 2017, p.41).

Não obstante o que Campos (2012, p.47) apregoa, Kuhn não postula que as questões problemáticas levantadas pela demanda de soluções dos problemas de pesquisa tenham que atender a uma “visão de mundo” expressa no paradigma, não sendo neste termo que ele pontua a resolução de enigmas. Tampouco transpõe a caracterização de que “só há ciência normal no momento em que a comunidade científica aceita um paradigma” (CAMPOS, 2012, p.50) de forma direta para as ciências humanas.

Ocorre um mal-entendido por parte de Campos (2012, p.54) no tocante à concepção de que as publicações científicas ou “manuais científicos” seriam, para Kuhn, “as responsáveis por apresentar esse perfil de ciência evolutiva que camufla os períodos revolucionários” na transição paradigmática. Quais os papéis dos manuais científicos, para Kuhn? Em um texto de 1961 (KUHN, 2011, p. 197-204) ele explica que os manuais conduzem a educação científica nas “ciências naturais”. Os “manuais” a que ele se refere são opúsculos escritos para estudantes, não as revistas de publicações de pesquisas. Apresentam diversos assuntos, mas não, como nas ciências sociais, diversas abordagens de um mesmo campo de problemas. Exibem soluções concretas de problemas que a profissão acabou aceitando como paradigmas.

CAMPOS (2012, p.55) também se confunde em relação à discussão sobre “comensurabilidade” e “incomensurabilidade” em Thomas Kuhn. Emprega para tal o termo “diálogo de surdos” como uma figura de linguagem remetendo a uma cena em que duas pessoas, desprovidas da capacidade de escutarem-se, proferem palavras, nenhuma das duas tendo a faculdade de processar o estímulo sonoro transmitido. De forma alguma é uma comparação apropriada para a discussão de Kuhn sobre incomensurabilidade, que a autora caracteriza como “incapacidade de compreender os elementos que fazem parte dos paradigmas competidores, pois cada um irá desenvolver seu pensamento em mundos completamente opostos”. Kuhn, todavia, decerto destaca durante boa parte de sua obra as limitações de comunicação entre os adeptos de diferentes teorias, mas falando mais em “falhas de comunicação” do que “impossibilidade”.

A comunicação entre proponentes de teorias diferentes é inevitavelmente parcial, que aquilo que cada um toma como fato depende, em parte, da teoria que adota, e que a transferência de aceitação individual de uma teoria para outra é com frequência mais bem descrita como conversão do que como escolha.

[...] Algumas palavras do vocabulário tanto básico quanto teórica das teorias funcionam de modos diferentes.

[...] Mas a despeito da incompletude da comunicação, os proponentes de diferentes teorias ainda podem expor uns aos outros – nem sempre com facilidade – os resultados técnicos concretos alcançados pela prática em cada teoria (KUHN, 2011, p. 357-358).

Esta é mais uma ferramenta conceitual que passa por uma evolução no seu pensamento, ganhando considerável refinamento. Kuhn admite que a princípio seu uso do termo “incomensurabilidade” era mais amplo, passando a restringi-lo mais à linguagem e as consequências do processo de aprendizagem da linguagem sobre os métodos, campos de problemas e padrões de solução – não que a estes a incomensurabilidade se aplica (KUHN, 2017, p.48). Para tanto ele explica, no processo de busca de entendimento quanto a linguagens distintas, a diferença entre traduzir e interpretar: na tradução se “sistematicamente substitui as palavras ou sequências de palavras do texto por palavras ou sequências de palavras da outra língua, de modo que produza um texto equivalente nessa outra língua” (KUHN, 2017, p.52), descrevendo mais ou menos a mesma situação ou apresentando mais ou menos a mesma ideia. Palavras e expressões substituem palavras e expressões do original.

Na interpretação, observando “o comportamento e as circunstâncias que cercam a produção do texto e sempre supondo que se possa atribuir sentido a algo que aparentemente é um comportamento linguístico, o intérprete busca esse sentido, esforça-se por aventar hipóteses” (KUHN, 2017, p.53) de significados entre “ruídos ou inscrições ininteligíveis” para descrições inteligíveis. O intérprete pode não ter um termo equivalente em sua língua, mas pode tentar descrever nela signos referentes do termo – fazendo associações de características que explicam o que está querendo descrever. Mas pode não haver nenhuma descrição em sua língua correferencial com o termo da outra. Isto seria possível, seja porque este possui características distintivas para os falantes da outra língua que a língua do intérprete não provê terminologia descritiva, seja porque os falantes da outra língua estruturam o mundo da experiência, no qual encaixa-se o termo referido de maneira diferente da língua do pesquisador, usando discriminações diferentes. A incomensurabilidade adequa-se a estas circunstâncias, nas quais o termo da língua que se tenta interpretar é irreduzível a ela em relação a língua do intérprete, só podendo ser comunicada por este empregando nos termos da outra.

É importante corrigir Campos (2012, p.56) na parte em que escreve sobre o entendimento de Kuhn acerca dos valores adotados pelas comunidades científicas nos tensionamentos internos aos paradigmas. Na verdade, como já foi frisado, este refere-se a valores epistêmicos, não valores morais e de programa político para a sociedade, valores sobre grupos sociais, sobre sociedade mais desejável ou menos. E por “fatores sociais” explicativos para mudanças científicas (CAMPOS, 2012, p.56), para Kuhn é algo derivado de processos de tomadas de decisão envolvendo comunidades de cientistas, com uma educação transmitida de forma compartilhada entre a comunidade, com o resultado equacionando as diferenças individuais. Não se refere a questões de configurações de projetos de sociedade ou conflitos políticos do ambiente mais amplo da sociedade (KUHN, 1979, p. 293-297).

De forma alguma a ideia de que o embasamento para Kuhn do desenvolvimento da ciência “não está fundamentado nos critérios experimentais da regularidade e da quantificação, que reduzem a complexidade dos fatos” (CAMPOS, 2012, p. 57) faz jus ao pensamento que o autor desenvolveu. Critérios experimentais estão sim destacados e eles não deixam de envolver quantificação; o que o autor problematiza é os limites resolutivos destes. Kuhn expôs que:

Nenhuma crise, contudo, é tão difícil de conter do que aquela que deriva de uma anomalia quantitativa que resistiu a todos os esforços usuais de conciliação. Uma vez que as medições relevantes tenham se estabilizado e as aproximações teóricas tenham sido completamente investigadas, uma discrepância quantitativa é tão persistente e tão visível que dificilmente uma anomalia qualitativa pode lhe fazer parte (KUHN, 2011, p. 225).

Mas a lida corrente para o aperfeiçoamento da teoria e a difusão de sua aceitação na comunidade científica passa pelo crivo da pesquisa experimental e não se diz que ela reduz a “complexidade dos fatos”, antes contribui para a consistência da busca explicativa.

Quando não ocorre de dificuldades provocadas não serem explicadas por meios mais tradicionais de teorias consagradas, é necessário, em geral, muito trabalho, tanto teórico quanto experimental, até que a nova teoria possa exibir precisão e abrangência suficientes para produzir uma convicção bem difundida. Em suma, antes de o grupo aceitá-la, a nova teoria é testada durante algum tempo pela pesquisa de certo número de cientistas, uns com ela e outros com sua rival tradicional (KUHN, 2011, p. 351).

A afirmativa de que Kuhn demonstra que, tanto as ciências naturais quanto as sociais, neste ponto, seriam equivalentes, pois ambas estariam situadas para além de fenômenos que fogem do campo da experimentação, **é injustificada**. A citação de Assis (CAMPOS, 2012, p. 57) usada depois para ilustrar é uma hipérbole interpretativa alheia à fundamentação em Thomas Kuhn. Não há um apontamento de que deliberação entre

teorias é uma questão predeterminada pela escolha política. Este defendeu-se de uma acusação parecida por parte de Karl Popper (KUHN, 1979, p. 320-328). Se em outro momento expõe abertamente seu entendimento de que a busca de resolução de quebra-cabeças e de defender as propostas envolve constantemente os praticantes em questões de política e poder, tanto no interior das práticas quanto entre elas e, igualmente, entre elas e a cultura não científica circunjacente, Kuhn nega veementemente que tentara “minar a autoridade cognitiva da ciência ao invés de sugerir uma visão diferente de sua natureza” (KUHN, 2017, p. 279). Questionar que não há bases inequívocas *a priori* para garantir teorias verdadeiras não é advogar que as teorias não podem possuir estrutura epistêmica consistente.

É temerário que, em um período de questionamentos incipientes lançados sobre o labor científico, situe-se a prática científica sob postulados voluntaristas. Com a pandemia de COVID-19 pôde se presenciar sérios problemas que uma concepção relativista extremada pode desencadear, colocando mesmo vidas em risco. Não é correto colocar que Kuhn defendia que ciências carecem de base racional. É de lavra própria, não podendo ser atribuída a Kuhn, a ideia de que não existe arcabouço lógico das ciências naturais, não passando de retórica ou ideologia. Tal arrazoadado pode ser compartilhado e usado em prol da visão de movimentos que pautam que o arcabouço da ciência das vacinas é uma mera escolha política e que politicamente define-se e, epistemologicamente assim se justifica, descrever da vacinação. Que asseveram que se pode legitimar politicamente escolher crer no criacionismo ao invés da teoria da evolução. Que arguem politicamente para o geocentrismo com o heliocentrismo, para a defesa da Terra plana, para descrever de pesquisas científicas que alertam sobre problemáticas ecológicas prementes, tudo sendo epistemologicamente equivalente. Período em que há movimentos que apregoam que o que indica a aplicabilidade ou não de profilaxia e tratamento de doenças é a afinidade política – já que não há base racional para a ciência. Uma implicação lógica de uma maneira controversa de expor algo mais delicado e complexo.

A contradição é exposta logo a seguir quando se pauta o tratamento de Kuhn acerca das ciências sociais, com uma queixa quanto a diminuição da assunção de rigor daquelas. Kuhn admite que a natureza delas pode ser inerentemente mais plural dadas as estruturas do objeto de estudo. Certamente o autor enfatiza que as estruturas de vocabulários conceituais tanto das ciências naturais quanto sociais são inteligíveis mediante “interpretações hermenêuticas”, não existindo em nenhuma delas um conjunto de categorias independentes do contexto cultural em que se possa descrever seus

elementos (KUHN, 2017, p.270). Mas ele diferencia ambas – tomando a perspectiva sobre as ciências sociais do interlocutor com cuja obra interagiu no artigo que produziu - pelo aspecto de que, nas ciências naturais, as novas maneiras de entender a natureza e as mudanças de paradigma, produzidas no exercício da pesquisa, geralmente resultaram de esforços que não buscavam a mudança. E frequentemente a reinterpretação foi obra da geração subsequente - posto que a geração precedente não reconhecia a natureza da reinterpretação.

Nas ciências sociais, as “interpretações novas e mais profundas são objetivo do jogo”. Kuhn afirma que as ciências naturais podem requerer o que ele chama de “base hermenêutica”, não sendo, contudo, “elas próprias, atividades hermenêuticas”; as ciências humanas “frequentemente o são e podem não ter alternativa” (KUHN, 2017, p.271). Questiona se elas estariam restritas à hermenêutica ou se com o tempo “um número crescente de especialidades encontrasse paradigmas que viabilizassem a pesquisa normal, solucionadora de quebra-cabeças?”. A seguir, afirma que está totalmente incerto quanto a resposta e que suas observações apontam para direções contrárias a isto. Sua principal alegação é justamente que não se pode esperar um longo período de estabilidade paradigmática, de ciência normal, “quando a unidade em estudo é um sistema político ou social”. Que nenhuma base duradoura precisa estar disponível para os investigadores e que “uma reinterpretação hermenêutica pode ser constantemente requerida”. O autor supôs que em algumas áreas esta separação entre “ciências humanas e as naturais” pode permanecer sempre (KUHN, 2017, p.272-273).

Um equívoco que gerou substanciais problemas para o tratamento de Campos quanto ao entendimento e aplicação conceitual é quanto ao que supõe ser uma incoerência na “tese kuhniana”, relativa a se dissociar “de uma perspectiva histórica da prática científica, em que as ideias que compõem um paradigma são marcadas por processos de continuidade entre paradigmas e não de abruptas rupturas, ou de *revoluções científicas*” (CAMPOS, 2012, p. 69, grifo da autora). Kuhn responde à crítica de que a incomensurabilidade, relativa a enunciados diferentes de teorias diferentes em linguagens mutuamente intraduzíveis, implica na impossibilidade de comparar as teorias e de ter argumento pautado em evidências para a escolha entre elas (KUHN, 2017, p.50). Ressalva que é “simplesmente implausível que alguns termos mudem de significado, quando transferidos para uma nova teoria, sem contaminar os termos transferidos consigo” (KUHN, 2017, p.51).

Kuhn ilustra o surgimento do termo, ressaltando que funciona metaforicamente na linguagem científica, com dois exemplos. Entre eles o do círculo, no qual, entre sua circunferência e seu raio, não haveria uma unidade de comprimento pela qual ambos pudessem ser divididos sem deixar resto, um número inteiro de vezes. Mas, mesmo assim, a comparação entre ambos pode ser feita em graus aproximativos, sendo possível com aplicação de técnicas geométricas, sem modificações, a ambos. Segundo Kuhn, “testar é um processo que compara duas teorias, não um processo que possa avaliar teorias uma de cada vez” (2017, p.51).

A afirmação de que duas teorias são incomensuráveis é, assim, a afirmação de que não há uma linguagem, neutra ou não, em que ambas as teorias, concebidas como conjunto de sentenças, possam ser traduzidas sem haver resíduos ou perdas”. [...] “A maioria dos termos comuns às duas teorias funciona da mesma maneira em ambas; [...] Problemas de tradutibilidade surgem apenas para um pequeno subgrupo de termos (usualmente interdefinidos) e para as sentenças que os contenham.

[...] Os termos que preservam seus significados ao longo de uma mudança de teoria fornecem uma base suficiente para a discussão de diferenças e para as comparações relevantes para a escolha de teorias (KUHN, 2017, p.50-51).

Ou seja, Campos confundiu a descrição kuhniana do desenvolvimento da ciência, desconsiderando o período de concorrência entre teorias explicativas e o necessário processo de seleção pela comunidade especializada através do expediente de sopesar valores epistêmicos, dentro de variações nas decisões individuais (KUHN, 2011, p.297-298). Para o autor este processo varia no tempo e no campo de aplicação, evoluindo com as experiências dos cientistas (KUHN, 2011, p.354). A baliza para a racionalidade no rol de critérios seria o grau relativo à resolução da correspondência entre fenômenos e crenças, bem como o aumento da precisão e do âmbito de aplicação.

Campos (2012, p.59) então busca auxílio com construtos intelectuais desenvolvidos na obra de Ludwik Fleck, a quem atribui ser “o pensador que inspirou Thomas Kuhn” e “principal fonte de Kuhn”, afirmações cujo alcance é deveras controverso (ver FULLER, 2000, p. 19-20; p. 60; p. 211).

Uma primeira dificuldade se impõe para se realizar uma interlocução entre o conceito de “coletivos de pensamento” e a geografia agrária. A consideração de Fleck a respeito simplesmente não se coaduna com a descrição por parte de Campos dos elementos que distinguem e direcionam os grupos de pesquisa na Geografia Agrária:

Embora o coletivo se componha de indivíduos, não é sua simples soma. O indivíduo não tem nunca, ou quase nunca, consciência do estilo de pensamento coletivo, que quase sempre exerce sobre seu pensamento uma coerção absoluta e contra o que é simplesmente impensável uma oposição (FLECK, 2010, p. 49).

Esta é a caracterização do coletivo de pensamento que se forma suscitado pelo “estilo de pensamento” cujo coletivo é, para Fleck, um “portador comunitário” (FLECK, 2010, p. 146). O estilo de pensamento manifesta-se como uma expressão de um contexto cultural e histórico, tendo representado em cada um dos membros “um portador do desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo específico de pensamento” (FLECK, 2010, p. 82).

Em face deste problema, Campos referencia-se em um artigo de Pfuetzenreiter (2003) para arguir que Fleck, em alguns trechos, diferentemente lança a ideia de que distintos estilos de pensamento circulam no interior das disciplinas e entre elas no mesmo momento histórico, para amparar sua aplicação à Geografia Agrária. No entanto, a proposição do artigo de Pfuetzenreiter não é esta.

O que se apresenta no respectivo material: tentativas de autores contemporâneos de identificar estilos de pensamento em ciências da saúde humana. Alguns descrevem concepções epistêmicas diferentes, na medicina, na saúde pública etc. sob ótica epistemológica. Alguns analisam, na medicina, visões “higienistas, social, biológica”; alguns identificam vários estilos de pensamento distintos na saúde pública, com estilos em comum entre grupos de pesquisa de universidades. Elenca autores que em dadas áreas, como enfermagens, relataram apenas um estilo de pensamento. Diferentes autores querendo identificar estilos de pensamento é diferente de existência concomitante de diferentes estilos de pensamento.

É notório que a autora do artigo observa que a “heterogeneidade de instrumentos poderia ter levado a discrepâncias na distinção dos estilos de pensamento existentes na área de saúde” (PFUETZENREITER, 2003, p.157). Indaga acerca de falta de clareza nos critérios de diferenciação caracterizadora e do próprio emprego conceitual nas pesquisas.

Diferente do afirmado por Campos (2012, p.76), em um artigo de 1927 Fleck aplica ao “estilo de pensamento” o conceito de “incomensurabilidade”, tratando dos problemas de comunicação entre os arcabouços conceituais de estilos de pensamento diferentes e seus instrumentos de percepção da realidade. No artigo em que desenvolve o conceito de “coletivos de pensamento”, distingue três tipos de incomensurabilidade: perceptual, conceitual e instrumental (FLECK, 1936, p. 82-83), cada um com ênfases particulares nos modos de percepção, de vocabulário e práticas, com graus relativos ao distanciamento espaço-temporal entre os coletivos de pensamento. Fleck postula que a incomensurabilidade traz problemas para a comparação entre estilos de pensamento

distantes no tempo e espaço, contudo, não chega a construir uma estrutura explicativa linguística, dado que não teve a oportunidade de debates tal como apresentados a Kuhn.

Dentre todos os exemplos que Fleck apresenta em sua obra, não se identifica algo tal qual se tenta aplicar na análise de fenômenos e objetos de estruturas agrárias ou mesmo da Geografia Agrária. Por exemplo, as diferenças que se acentuam entre o que se chama “paradigma da questão agrária” e “paradigma do capitalismo agrário” não se ajustam ao estilo de pensamento que conforma o conceito de Fósforo que emerge após as primeiras décadas do século XIX com o estilo que o conforma após as primeiras décadas do século XX. Assim como com a sorologia e os diagnósticos de doenças infecciosas, com os estilos de pensamento patogênicos e etiológicos; como com a astrologia e astronomia, com a alquimia e a química. Estas são algumas das aplicações que Fleck empregou. É necessário que se aponte, entre o emprego que Fleck deu e ilustrou o termo, correspondências com o que se está propondo entre os assim chamados “paradigmas agrários”, para ir além de uma fraca analogia que soe forçada via apelos conotativos.

O autor explicitamente buscou se dissociar de que seu pensamento apontaria para um direcionamento político-ideológico na dinâmica dos “coletivos de pensamento”. Contrapôs-se inclusive empregando o sarcasmo. Possivelmente ecoavam o contexto vivido na Alemanha do período nazista em que a ciência era restringida pelo alinhamento ao programa nacional do Reich e, também, sob o regime stalinista em que às ciências, como a biologia (e a geografia), foi imposto um direcionamento e tolhimento alinhadores.

Enquanto cientistas “bem educados”, isto é, conservadores, observam com ansiedades novos aspectos, políticos astutos convertem as novas informações em slogans demagógicos. A natureza coletiva do conhecimento, a partir do seu caráter sociológico, principia a ser convertida em slogan político de um conhecimento social, condicionado por classes [políticas]. Logo as correntes políticas concorrentes criam o espírito nacional e racial a fim de propagar através das gerações uma visão de mundo mítica. [...] Não há, de modo algum, ciência objetiva! Consequentemente, pode-se facilmente “produzir” uma física, química etc. de esquerda, de direita, proletária ou nacional. Diante das demandas políticas, nós iremos fabricar evidências, a fim de obter os resultados previstos. Nós iremos introduzir uma economia planificada de pensamento, a livre criação será substituída por centros burocráticos, e a propaganda ocupará o lugar de penetração autônoma na sociedade (FLECK, 1939, p. 329; citado por CARNEIRO, 2012, p. 142).

Fleck não correlacionava as distâncias e caracterizações dos estilos de pensamento com programas sociopolíticos. Não há respaldo nem justificativa testificada para se aplicar os conceitos epistemológicos de “paradigmas” e “estilos de pensamento” à esquematização de alinhamentos ou posicionamentos existentes nos estudos socioeconômicos e geográficos agrários, mais além do que alusões conotativas.

Permanece o questionamento de qual a fundamentação para aplicar as categorias epistemológicas de paradigma e de estilo de pensamento, no esteio coerente de sua construção teórica, para os posicionamentos que tem se lhes atribuído nos estudos agrários - que incluem, mas ultrapassam a geografia agrária - e na própria geografia. Se destaca que na compreensão de Fleck processam-se continuamente transformações no interior dos estilos de pensamento, a comparação não previu isto. Por exemplo, ao se conceber o que se chama “paradigma da questão agrária”, qual seria a transformação que se passaria nele? Igualmente para os outros paradigmas esboçados...

Também não seria justificável dizer que está se empregando o aparato conceitual, que se situa em um contexto, de maneira incoerente e dizer que está lhe “ressignificando”. Imagine a reação se alguém trabalhar com estudos que os autores de geografia não reconhecem como geografia, mas buscar se legitimar dizendo que está ressignificando a geografia? Há um grande ônus para sustentar tal empreita. Corre-se o risco de distorcer o sentido de artefatos conceituais para apropriar-se de sua ressonância conotativa, de maneira a dar força a alguns empreendimentos teleológicos.

Na fonte dos equívocos com as tentativas de aplicação teórica de “paradigmas” está um problema de falácia lógica, tal qual:

Sócrates é um homem.

Fulano é um homem.

Logo, fulano é um Sócrates.

Paradigma é um x.

Y é um x.

Logo, Y é um paradigma.

Toma-se um enunciado descritivo de atributos de paradigmas, destaca-se uma aceção com algum grau de semelhança na divisão classificatória e tenta-se dizer que se pode conceitualizá-la assim. Este não é um procedimento seguro.

Se o emprego conceitual em questão estivesse adequado, nesta hipótese seria justo se interpelar por uma adequação a tradições de matrizes disciplinares existentes, pois uma pesquisa pode trazer novas descobertas, pode inovar, pode reformular teoricamente, mas se insere num esteio herdado de dada comunidade científica, não “inventa a roda” do zero. Mas o corpo de fluxos da reflexão que apresentei deságua na consideração de que, ou se busca rever o sistema de enquadramento de orientações epistêmicas nos estudos agrários tal como se identificou nas literaturas, ou abandona-se a classificação em termos de “paradigmas” e/ou “estilos de pensamento” que induz a uma busca de enquadramento por

pressuposição. É prudente evitar propensões a se fazer exegeses de expressões cifradas, que presumivelmente decodificariam pressupostos, para sondar estudos e pesquisadores com a questão no ar: “e aí, qual é o paradigma que vai se defender?”. Isto pode exercer o efeito de uma “camisa de força” que tolheria assim a ampliação de possibilidades, inclusive quanto a haver surpresas com as descobertas.

Em diferentes disciplinas e áreas de pesquisa existem escolas com tradições e tendências próprias. Pesquisadores e leitores podem, na abertura de seguir evidências até onde levem, se verem contemplados ou mais próximos a determinadas posições e configurações teóricas. Podem se ver em intermédios mais nuançados. Podem descortinar novas concepções. Mas não imprescindivelmente tendo que abraçar ou rejeitar algo *in totum*, podendo se concordar ou discordar de aspectos diferentes nas contribuições.

O apelo pela pluralidade de vertentes e perspectivas de pesquisa tem força de validade. Sugere-se aqui que nele se reforce o ponto que Kuhn (2011, p. 307) ressaltou: a recompensa da pesquisa “por aumentar a precisão com que se aplicam as resoluções (de critérios de julgamento entre teorias) e o âmbito em que se aplicam”, para o ofício de “resolver quebra-cabeças intrincados”, sejam instrumentais, teóricos, lógicos, “na interface de seu mundo fenomenal com as crenças de sua comunidade a respeito dele”. A contribuição do Realismo Crítico soma, a refletir sobre estes quebra-cabeças, o esquadrihar do Real enquanto o esforço para desvendar forças causais de estruturas e os mecanismos operadores.

4. Anelos ou apreensões: riscos e vulnerabilidades em meio aos mecanismos do sistema produtivo-comercial da soja

Enquanto progrediam as gestões, preparou um campo de aterragem, na antiga região encantada, que agora parecia uma planície de pedernal esfacelado, e estudou a direção dos ventos, a geografia do litoral e as rotas mais adequadas para a navegação aérea, sem saber que a sua diligência, tão parecida com a de Mr. Herbert, estava infundindo no povo a perigosa suspeita de que o seu propósito não era planejar itinerários e sim plantar banana. Entusiasmado com um acontecimento que, quanto mais não fosse, podia justificar o seu estabelecimento definitivo em Macondo, fez várias viagens à capital da província, entrevistou-se com as autoridades, obteve licenças e assinou contratos de exclusividade.

Trecho de “Cem Anos de Solidão”, de Gabriel García Marquez

Atinente ao objetivo do estudo, bem como ao quadro de referência e eixos lógicos de pesquisa, nesta próxima seção analisarei como se engendrou a incorporação espacial dos agricultores familiares ao sistema produtivo-comercial da soja no Sudeste Goiano. Especificamente, sob um ângulo estruturado a partir de dados concernentes às vinculações das organizações da Cadeia Mercantil presentes no Sudeste Goiano e nos eixos geográficos circundantes mais proximamente conectados com os sujeitos da agricultura familiar.

O escopo é deslindar como se arquitetaram condições estruturais para os poderes causais que facultam tendências manifestadas devido às interações de mecanismos desenvolvidos no sistema produtivo-comercial estudado. As condições estruturais serão analisadas através da identificação de entes, de relações – formais, substanciais (internas e externas) – e de processos que caracterizam os fenômenos. Desta maneira busco contribuir no expediente de manifestar o complexo de relações para apreensão da espacialidade geográfica, engendrada na incorporação da agricultora familiar no sistema produtivo-comercial da soja. Esquadrinharei como o fenômeno constitui-se e desenvolve-se, considerando sob o foco dos elementos que ganharão relevo nesta seção – e os campos de possibilidades que emergem a partir da ação de seus poderes causais.

Questões-chave atinentes aos de mecanismos e tendências, razões, motivações e práticas sociais, permearão o escrutínio e comparação de informações, entrecruzando com as condições estruturantes para os poderes causais operantes. À luz da ontologia em camadas emergentes, no quadro referencial do realismo crítico, por meio de entrevistas se pode descortinar níveis da estrutura da realidade correspondente, mas não se é capaz

de acessar totalmente os seus níveis. Atentando para o aspecto dual de limitação epistemológica e potencial epistemológico da atenção para esta realidade em multiplicidade de camadas e aspectos, é possível conjugar o reconhecimento dos condicionantes estruturais para a ação dos sujeitos quanto sua capacidade de agir influenciando nas condições estruturais (SMITH; ELGER, 2014, p.18).

No âmbito da administração pública, a entrevista foi estruturada em duas seções: arquitetura institucional e execução do PNPB, com enfoque nas ações do Selo Combustível Social. No âmbito das entrevistas com as empresas, cooperativa e entidades de assistência técnica procederei com uma síntese analítica triangular das considerações logo antes de abordar as entrevistas com agricultores.

4.1 Constituindo a incorporação da agricultura familiar: poder público

No ano de 2006 o então Ministério do Desenvolvimento Agrário nomeou um responsável para construir com entidades em Goiás as tratativas para viabilizar a implementação do SCS. Em 2008 deu-se início a uma ação denominada “Projeto Polos”, operacionalizada por uma entidade denominada “Plural Cooperativa”, de consultoria, pesquisa e assessoria. O projeto visava reconhecer entidades de apoio à agricultura familiar e despertar o interesse na criação de grupos de trabalho para inserção nas ações do programa. Constituiu grupos de trabalho estadual e regionais; agregou o Banco do Brasil no processo, além de agentes de assistência técnica, parceiros diversos, órgãos institucionais estaduais e federais. As ações identificavam e agremiavam as cooperativas, diagnosticavam os principais problemas para os agricultores comercializarem matéria-prima, as questões relacionadas ao crédito, os gargalos para produção de oleaginosas.

A princípio os primeiros parceiros institucionais engajados no Sudeste Goiano foram entidades com atuação em diferentes regiões do estado: bases sindicais ligadas à FETAEG/CONTAG, a empresa Caramuru, Superintendência do Banco do Brasil, mais algumas cooperativas.

Quando decorreram as atividades de campo da presente pesquisa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário não existia mais; o mandato vigente no governo federal o “fagocitou” no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A entrevista foi realizada em Brasília, no Departamento de Estruturação Produtiva, da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do MAPA. No âmbito deste departamento opera a Coordenação Geral de Extrativismo, que contempla três sub-

coordenações, incluindo a “Coordenação de Fomento a Energias Renováveis”, responsável pelo PNPB.

No período em que a equipe contou com maior estrutura, ainda sob o extinto MDA, chegou a contar, além de nomeados em cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), com 16 consultores, a força de trabalho predominante. Em 2019, quando ocorreu a entrevista, a equipe estava no menor patamar até então: quatro servidores, uma secretária, uma terceirizada, cinco consultorias. O Projeto Polos chegou a contar, em 2011, com 74 polos. Envolvia sindicatos, federações, empresas, lideranças locais de agricultores. Na entrevista foi dito que o Selo Combustível Social iniciou com uma meta de inserir 250 mil agricultores familiares, estando, nos meados de 2019, no patamar de 70 mil. A equipe considera positivo o balanço. No estado de Goiás já houve dez cooperativas operando, hoje são cinco. Na avaliação da equipe, estas que operam na atualidade seriam as “mais qualificadas”.

Os entrevistados relataram que nos primórdios da criação do SCS, o governo federal considerou que reivindicações de organizações dos agricultores familiares levadas até as instâncias em Brasília batiam principalmente em duas teclas: problemas para comercialização, problemas para se chegar ao mercado para escoamento e, quando conseguiam chegar - por exemplo, via CEASAs -, sujeitarem-se à mercê de preços não rentáveis. Estas pautas estiveram no bojo da concepção do SCS. Prosseguindo, afirmaram que, primeiramente, o atrativo para os agricultores foi o bônus nos preços de compra. Chegou a ser conhecido como programa “do 1 pila”, por causa que proporcionava 1 real de bônus. Oferta de assistência técnica também era contado como forte atrativo, direcionada e fornecida pela empresa como requisito para o Selo. “Antes dele [agricultor] colocar a semente no solo, já assina contrato de comercialização com a empresa, tem que ser antes, e se prevê assistência técnica”.

Foi mencionado que 80% da matéria prima do biodiesel do Brasil é proveniente de empresas que estão no Selo Combustível Social. Os integrantes da equipe veem que a regionalização do programa e diversificação de matérias-primas é desafio. Houve o incentivo através dos fatores multiplicadores de percentuais diferenciados, mas a tentativa não foi suficiente. “No início nós tivemos esta questão de promover fortemente no Nordeste, que chegou a ser a região com maior número de agricultores no programa, mas depois percebemos que o programa é de inclusão, mas ‘inclusão produtiva’ - é preciso ter produção, não só número de agricultores”. Avaliam que, relativo à matéria-prima, “onde tem mais produção, é mais absorvida”. “No Nordeste tinha muita gente envolvida, mas

uma produção muito baixa”; [...] “em regiões que já produziam soja, a produção aumentava mais”.

A equipe entrevistada abordou a questão de a soja ter se consolidado, com poucos anos após a implementação do programa, como a oleaginosa hegemônica como matéria-prima no Programa, inclusive no Selo Combustível Social. Ela chegou a ocupar o percentual de 90% da matéria-prima de todo o PNPB; na ocasião da entrevista estava no patamar de 70%. O percentual de uso de sebo animal cresceu, depois de uso de resíduos e ácidos graxos. O Comitê do PNPB preconiza que os arranjos produtivos devem contemplar espécies vegetais adequadas dentro do zoneamento regional, até para evitar perdas de safra. Foi afirmado que a soja preponderou sobretudo por fatores como escala produtiva, preço do óleo e nível tecnológico.

Figura 07. Evolução do valor em aquisição de diferentes matérias-primas sob o SCS

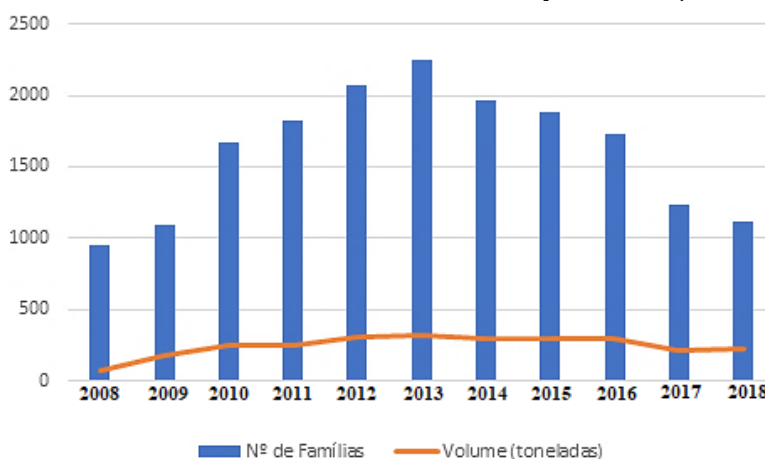
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2018 (%)
Amendoim	0,110	1,220	1,050	0,830	1,250	1,470	0,660	-	-	-	-	0,0000%
Canola	0,620	0,350	1,170	1,900	1,780	0,790	1,130	1,520	-	-	5,437	0,1050%
Dendê	2,450	2,500	3,350	-	-	-	-	-	-	-	5,509	0,1064%
Óleo de Dendê	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,195	0,729	0,0141%
Gergelim	-	0,180	4,170	0,240	-	-	-	-	-	-	-	0,0000%
Girassol	1,950	1,120	1,180	1,650	7,150	5,450	-	0,040	-	-	-	0,0000%
Mamona	5,140	26,790	46,360	7,730	0,320	1,940	4,700	13,091	12,918	8,860	9,611	0,1857%
Coco	-	-	-	-	-	-	-	0,159	5,456	16,177	28,120	0,5432%
Macaúba	-	-	-	-	-	-	-	0,001	0,018	-	0,015	0,0003%
Óleo de Peixe	-	-	-	-	-	-	-	-	0,170	0,028	-	0,0000%
Óleo de Frango	-	-	-	-	-	-	-	0,114	5,479	6,900	7,908	0,1528%
Sebo Bovino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,083	0,0016%
Bovinos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,572	22,438	0,4335%
Total Diversificação	10,270	32,160	57,280	12,350	11,100	9,650	6,490	14,926	24,041	36,731	79,850	1,5425%
% diversificação	3,7140%	4,7479%	5,4105%	0,8129%	0,5259%	0,3380%	0,1995%	0,3786%	0,5626%	1,0456%	1,5425%	
Soja	256,122	640,797	996,041	1.492,973	2.050,071	2.799,431	3.219,467	3.886,989	4.189,564	3.427,325	5.039,567	97,3531%
Óleo de Soja	10,128	4,393	5,369	13,847	49,329	46,120	26,872	40,288	59,950	48,826	57,171	1,1044%
% soja	96,286%	95,252%	94,590%	99,187%	99,474%	99,662%	99,800%	99,621%	99,437%	98,954%	98,457%	
Total Geral	276,520	677,350	1.058,690	1.519,170	2.110,500	2.855,201	3.252,829	3.942,203	4.273,555	3.512,883	5.176,588	100,0000%

Fonte: Coordenação de Fomento a Energias Renováveis/MAPA (2020)

No esteio destas tendências, ponderaram que “é claro que em áreas maiores, tecnologia dá ganho de custos”. Ou seja, haveria uma tendência favorecedora deste sistema produtivo em áreas maiores por ganhos de escala. Consideram que a garantia de comercialização e assistência técnica previstos em contrato compensam esta tendência (ou seja, seriam contratendências) para os agricultores familiares. Compensam também o preço relativo do próprio produto, além do bônus (afirmou-se que empresas fomentaram o bônus, que não tinha a ver preliminarmente com SCS, para lhes garantir entrega por parte dos agricultores ao invés destes entregarem no mercado comum fora do programa). Fazem a observação de que o contrato antecipado, firmado antes do plantio e da entrega do produto, pode facilitar obtenção de crédito. Ressaltam a contribuição para a “tecnificação dos agricultores”, “sobretudo do Sul [região nacional]”, proporcionando mais “alta produtividade, mas porque utilizam também colheitadeiras, semeadeiras etc.”, sendo que com o processo de capitalização, “às vezes nem é necessário o crédito para comprar máquinas”.

No entanto, admitem que o saldo destas tendências pode fomentar a concentração econômica. Ressaltou-se que, na lógica das **empresas, interessa que os agricultores que prosseguiram desde os primeiros contratos tenham mais alta produtividade para atenderem o quantitativo de matéria-prima comprada da agricultura familiar, sem precisarem comprar de mais agricultores**. Há a tendência de que as empresas busquem comprar mais de quem já apresenta maior capacidade de oferta.

Gráfico 09. Nº de famílias/volume na comercialização do SCS (2008 a 2018)



Fonte: Dados da Coordenação de Energias Renováveis/MAPA

O gráfico 09 ilustra a evolução do número de famílias de agricultores familiares com contratações nos arranjos do SCS, do ano de 2008 ao ano de 2018 e a correspondente evolução no volume de matéria-prima contratada. Com um nível de correlação relativamente significativo, 0,89, afigura-se que a proporção do volume aumenta em relação à proporção do número de famílias (que cresceu até o ano de 2013 e desde então decaiu).

Alguns agricultores mais estruturados e de capacidade financeira maior podem tomar conta do mercado através deste processo, em detrimento de outros. No âmbito do “agricultor familiar, aqueles que têm mais terra, mais condições de produzir, são os preferidos pelas empresas”. Reconhecem que “existe esta tendência; tanto é que você vê o valor de compra da agricultura familiar aumentando e o número de agricultores ofertantes diminuindo”. Os custos de transação também se atenuam para os agricultores nestes perfis, sendo que conforme os contratos tendem a permanecer com mesmos agricultores, caso a confiança entre as partes não seja quebrada, tende-se a estreitar relações.

Faz-se notar que o mecanismo do Selo, no qual as empresas precisam comprovar volume comprado sem equacionar com número de agricultores familiares, soma-se ao componente estrutural de que estes têm menos poder de estocagem e capacidade logística.

Com isto, as empresas podem ter menos receios de concentrar número de fornecedores sem que estes aumentem poder de barganha junto a elas, como pode ocorrer em outras integrações agroindustriais. O que é ainda mais favorecido se contam com crescimento da produção de soja na agricultura familiar fora dos contratos pelo Selo.

É um fator significativo para que muitos que comercializam sob o Selo acabem se desenquadrando dos quesitos na Declaração de Aptidão ao PRONAF. Nos termos vigentes na Safra 2019-2020, o valor limite para a renda bruta familiar obtida nos doze meses anteriores, vigora em até R\$415.000,00. Este limite leva em conta a soma do total do valor bruto de produção e da receita obtida de entidade integradora e demais desenvolvidas pela unidade de produção. O que pode levantar problemas quando os custos de produção, comercialização e de transação são elevados, achatando a taxa interna de retorno.

Arguiram que há outras tendências em sentidos diferentes para amortecer a ação destes mecanismos de pressão seletiva por ganhos de escala. Além do bônus, há a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, para a agricultura familiar. A soja, como *commodity*, possui preços cotados no mercado financeiro, logo, com significativa flutuação; mas no âmbito do SCS os preços não podem ser menores do que a PGPM, o que é pressuposto na negociação entre as partes. Mesmo assim, o poder público não interfere nas negociações dos preços de contratos, a PGPM acaba servindo como referência. É necessário observar, porém, que os preços dos insumos podem oscilar não em sintonia com os de venda do grão; pode haver redução neste sem redução proporcional no preço dos insumos, ou mesmo aumento.

A equipe arguiu que, por outro lado, empresas eventualmente se queixam de que às vezes os agricultores “seguram” matéria-prima para venderem no momento mais propício, dificultando as firmas cumprirem o percentual mínimo de compra, no âmbito do Selo. A estratégia que elas desenvolveram foi negociar um volume maior do que o mínimo que precisam. A portaria atualmente permite que se possa ficar “devendo” percentual de compra de um ano para o outro até o patamar de 25%, para poder saldar no ano seguinte, ou usando saldo de compra a mais do ano anterior. Cumpre fazer outra observação, considerando que é que na agricultura familiar a possibilidade de terem estruturas próprias de armazenagem para especularem com os preços ou terem táticas de realizar as vendas num período de maior otimização do lucro, é severamente reduzida.

Há uma admissão de que o programa tem “a natureza própria” (na perspectiva da pesquisa se diria “mecanismos estruturais”) de contemplar agricultores em condições de

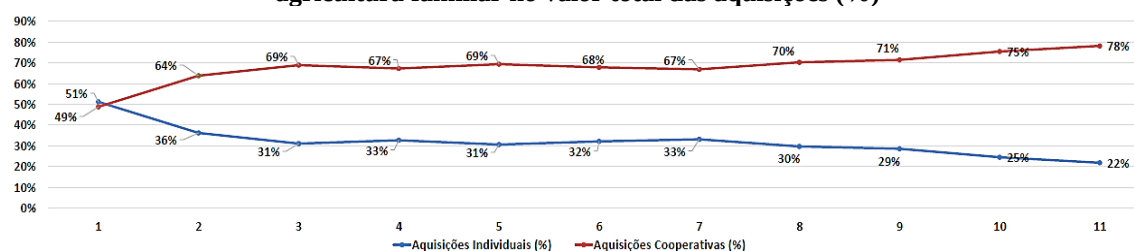
produção que são de características restritas no universo da agricultura familiar. “Para os outros, outros mercados institucionais são mais adequados”. A equipe afirmou que está se buscando engendrar um sistema de compras voltado para a cultura do milho, estudando-se a formatação de portarias, dada a constatação de que nem sempre a matéria-prima do agricultor familiar adquirida pelas empresas vai de fato para se fazer biodiesel. A empresa poderia comprar até 20% de milho no conjunto da compra total de matéria-prima.

Relativo aos custos de transação, entrevistados acentuaram que a mediação agricultor/empresa começa no contrato. Na concepção do programa, essa mediação devia ser das entidades representativas, sindicatos e federações. Com a portaria publicada a partir da qual isto passou não ser mais obrigatório, os contratos podem ser firmados diretamente via cartório e reconhecimento de firma.

Contaram que as mantêm contatos constantes com a equipe responsável pelo programa. Ouvem muito poucas queixas sobre não cumprimento de contratos. No começo da implementação, as firmas não tinham familiaridade e proximidade com a agricultura familiar; era comum que corpo de advogados fossem designados para relacionarem-se com a equipe no MDA, mas à medida que “o contato foi estreitando”, empresas passaram a se representar por agrônomos e a área técnica. Buscam aproveitar o conhecimento que a equipe possui do “arranjo como um todo”, ensejando novas oportunidades de mercado, novas regiões promissoras.

Um dos instrumentos de monitoramento do programa são as notas fiscais de compras por parte das empresas que agricultores enviam para o departamento. Disseram que 80% do valor do total dos contratos do SCS é firmado via cooperativas. Afirmam que elas são importantes para melhorar o poder de mercado dos agricultores, somando-se ao fato de que o programa não tem “fidelização”: podem vender para empresa que for possível e de modo mais lucrativo, podem priorizar outro mercado que esteja mais favorável. Cooperativas também propiciam ganhos de preço via volume de produto.

Gráfico 10. Participação dos agricultores familiares individuais e de cooperativas da agricultura familiar no valor total das aquisições (%)



Fonte: Coordenação de Fomento a Energias Renováveis/MAPA (2020)

Uma consultora narrou um episódio quando esteve em uma atividade de campo e visitou um agricultor em sua residência. Afirmou ter ficado emocionada na ocasião, quando ele a recebeu exclamando: “poxa, queria tanto receber alguém do ministério aqui”. Ela e a equipe então presente pediram para ele falar sobre a experiência comercializando com o PNPB. Ele disse “hoje eu quero entregar minha DAP”. “É que graças a Deus ultrapassei o valor anual que [na ocasião] é de R\$360.000,00”; “isso só foi possível graças ao programa biodiesel”. “Agora eu quero que o programa cuide de outros agricultores também. Que meu vizinho chegue ao patamar em que eu cheguei, hoje eu tenho uma caminhonete”; “eu preciso que o programa chegue a outras pessoas”. A consultora acrescentou a observação “e olha que ele tinha uma casa simples”.

A equipe entrevistada realçou alguns desafios no horizonte, advindos do prazo em que se inicia o aumento do percentual da mistura de biodiesel no diesel comum. O preço do biodiesel puro é próximo do diesel comum, não por custos de produção, mas pela cotação dele no mercado internacional, o que dificulta aumentar o percentual de mistura.

A falta de pessoal para o monitoramento do programa é um fator de risco. Relataram que o governo estava programando inserir cooperativas sem DAP Jurídicas, associações e operadoras mercantis – *traders* - também na comercialização no âmbito do SCS, mantendo os quesitos de compra dos agricultores com DAP. Agricultores poderão assim comercializar individualmente com estas firmas. Os encaminhamentos formais já estavam sob análise da consultoria jurídica do Departamento, tendo sido comunicado ao setor durante a câmara de oleaginosas do biodiesel. Com isto, a equipe estava estudando a confecções de novas portarias e decretos para regulamentar o cumprimento da PGPM, dado que entrarão outros intermediários na cadeia e querem garantir que eles paguem o preço mínimo.

Mas para a fiscalização e monitoramento destes novos agentes, não há corpo funcional e estrutura suficiente. É importante salientar, que meses após a entrevista sob foco, a equipe estava ainda mais reduzida em pelo menos três membros⁹⁷.

⁹⁷ Pouco tempo depois da entrevista, o MAPA lançou a Portaria 174 de agosto de 2019, dispensando as cooperativas de serem portadoras de DAP Jurídica. Atropelou assim as preocupações acima, dado que a Coordenação se encontrava esvaziada dos membros de quando da entrevista e desprovida de estrutura, mesmo de assessoria, de fiscalização das cooperativas. Não houve exposição de motivos justificando quanto a se as cooperativas possuem representação ativa de agricultores familiares na sua governança (e não apenas constar no quadro de sócios, ainda que sem peso representativo), nem de porque não podem buscar se enquadrarem com DAP Jurídica. Ou se a ideia mesmo era legitimar cooperativas, sem caracterização protagonista da agricultura familiar mas lhes instrumentalizando, diluindo sua organização

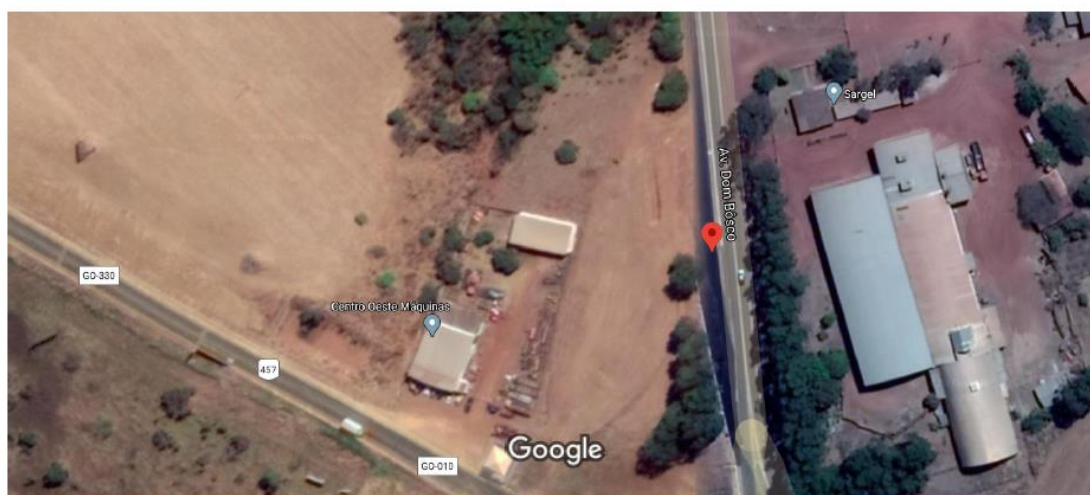
Sublinharam externalidades sociais positivas do SCS. Julgam que se contrata mais mão-de-obra. Ressaltaram que a sojicultura serve para movimentar economicamente a região, destacando a compra de insumos pelos agricultores nos seus mercados.

4.2 Expressão espacial empresarial: uma forma de manifestação da Cadeia Mercantil

Algumas companhias destacam-se em magnitude de mercado para a soja produzida por agricultores familiares no Sudeste Goiano, tendo-se sobressaltado também em citações nas entrevistas com firmas de assessoria e com agricultores, tanto relativo à armazenagem quanto comercialização. São elas: “Caramuru Alimentos S.A.”, “Cargill”, “Granol”. A Cargill não possui unidade agroindustrial registrada para o Selo Combustível Social em Goiás, mas no município de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. A Caramuru possui nos municípios de Ipameri de Goiás e São Simão de Goiás. A unidade agroindustrial da Granol, em Anápolis. Outras duas empresas possuem unidades agroindustriais com SCS no estado, Minerva S/A em Palmeiras de Goiás e Binatural em Formosa, não tendo atuação no Sudeste Goiano. Em proporção significativamente menor também apareceram a cooperativa “Cocari”, sem unidade agroindustrial no SCS, outras cooperativas e firmas de armazenagens.

Fotografia 01. Empresa Sargel Armazenamento e Estocagem, entrada de Silvânia - GO

Google Maps 16°42'25.1"S 48°37'23.4"W



Imagens ©2020 Maxar Technologies, Dados do mapa ©2020 20 m

Fonte: Imagem do Google Earth, coordenadas captadas pelo autor (2019).

própria. Pode ser diagnosticada uma estratégia da subjetividade corporativa do Agronegócio não dar a agricultura familiar sua “carteirinha do clube”, maquiando a estratificação social e assimetria de poder no campo.

Via de regra, no acesso à vários municípios do Sudeste Goiano, se depara com centros de armazenagens de empresas de porte regional, ou seja, localizadas estrategicamente para convergência e distribuição relativas às redes viárias e o campo das unidades produtivas. Afigura-se assim manifestações da espacialidade da Cadeia Mercantil, análogas à representação de “estolhos”.

Fotografia 02. Centro de armazenagem da Multigrãos, próxima ao trevo de acesso à Vianópolis-GO



Imagens ©2019 Maxar Technologies, Imagens ©2019 Maxar Technologies, Dados do mapa ©2019 100 m

Fonte: Imagem do Google Earth, coordenadas captadas pelo autor (2019).

A capilaridade destas infraestruturas influi na velocidade de fluxo dos produtos na escala espacial. Influi na distribuição cronológica dos produtos, na formação de preços (pelo alargamento temporal da conservação dos grãos, pela possibilidade de redução de custos logísticos, na intermediação entre os ofertantes, comerciantes e demandantes, mitigando relativamente a flutuação de preços nos ciclos das safras e entressafras) e no cálculo administrativo e mercadológico dos produtores de grãos.

a. Caramuru Alimentos S.A.

A Caramuru Alimentos S.A. foi fundada em Maringá, no estado do Paraná, em 1964 e atualmente é um grupo empresarial familiar, de propriedade da família Borges de Souza. Marcas fortes no mercado de alimentos processados, como a Sinhá, são do portfólio do grupo. Chegou a realizar uma sondagem para venda de ativos – ou mesmo do controle - da empresa através de contratação de uma das maiores entidades financeiras

do mundo, o banco Morgan Stanley, para captar investimentos. Após, aventou-se em 2018, a sondagem para abertura de capital, dado o momento de *boom* da bolsa de valores (BRASILAGRO, 2018). Em 2020 o cenário daquele momento experimentou uma drástica virada mais instável. Por dados da Revista Exame (2020), a Caramuru foi de 43ª para 39ª maior empresa do agronegócio brasileiro em receita líquida.

A companhia possui unidades agroindustriais em Goiás, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Atua com processamento de soja, milho, girassol e canola, em mercado de commodities, negócios de logística (terminais portuários em Santos e Tubarão, em Vitória; estruturas ferroviárias e hidroviárias – na Hidrovia Tietê Paraná); no mercado de biodiesel (a partir de matéria-prima de soja e sebo bovino) (CARAMURU, 2018).

Em Goiás inaugurou a unidade agroindustrial em Itumbiara em 1975, atuando com processados do milho. Em 1986 aumentou a capacidade de processamento, já com forte presença da soja como matéria-prima. Hoje possui também no estado uma unidade processadora em São Simão de Goiás, onde firmou parceria para construção de um terminal de transbordo rodoferroviário para transporte multimodal de cargas (PORTOSENÁVIOS, 2020) e uma unidade armazenadora em Chapadão do Céu. A produção de biodiesel foi iniciada em 2006, com financiamento público via BNDES de R\$42,8 milhões (BNDES, 2004). Em 2008, com novo financiamento via BNDES de R\$12 milhões, amplia a capacidade da fábrica. Constrói uma nova fábrica em Ipameri de Goiás (BIODIESELBR, 2010) – contando com financiamento público de R\$53,8 milhões via BNDES -, ampliada como unidade agroindustrial em 2015 – financiamento público da ordem de R\$90 milhões (BIODIESELBR, 2015). A empresa afirma que possui 4,32% de participação no processamento de soja em nível nacional e 22,13% em Goiás.

Fotografia 03. Estrutura de Armazenagem da Caramuru em Vianópolis, quase à divisa com Orizona



Fonte: Imagens do Google Earth. Coordenadas captadas pelo autor (2019).

A Caramuru investiu em um nicho de mercado estratégico que é a exportação de soja não-transgênicas para Alemanha, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Itália e Turquia. Inclui produtos processados como lecitina e farelo de soja. São produzidos nas unidades de Itumbiara e São Simão. Os produtos são certificados pelo sistema “Cert ID”, desenvolvido em 1999 pelo laboratório inglês “Genetic and LawLabs”, atuante em 22 países (FOODCHAINID, 2020). Em contratação com a Embrapa, a empresa tem produzido e lançado sementes de soja no mercado.

A empresa informa que possui 64 armazéns, dos quais, no Sudeste Goiano, estão localizados em Campo Alegre, Catalão, Ipameri, Orizona, Silvânia. Em municípios próximos, que também se relacionam com o fluxo logístico da matéria-prima da agricultura familiar, somam-se Edeia, Itumbiara, Morrinhos, Piracanjuba e Pontalina. A malha logística de escoamento possui como entreposto estratégico o município de Itumbiara, no sul de Goiás, fluindo para o Porto de Tubarão (1320 Km, em linha reta).

Figura 11. Infraestrutura da Caramuru no Estado de Goiás



Fonte: CARAMURU (2018)

Observa-se na figura acima a visão da firma de buscar uma forte capilaridade em núdulos da rede logística, com armazéns alugados e próprios distribuídos pelas regiões de produção, mais a rede de transbordo. O que lhe permite estar sempre em pauta no cálculo mercadológico de produtores de grãos, pela acessibilidade.

b. Cargill

A Cargill é a maior corporação transnacional de capital fechado no mundo, presente em cerca de 70 países. Sua sede situa-se em Minnesota, nos Estados Unidos, a cerca de 8.720 km de Itumbiara-GO, onde possui uma unidade de processamento agroindustrial. Segundo ranking da Revista Exame (2020), apresenta-se em 2017 e 2018 como a maior empresa do agronegócio brasileiro em receita líquida.

No estado de Goiás, tem instalada em Goiânia uma unidade de produção de atomatados, em Goianira, uma unidade de produção de rações para animais, em Itumbiara uma unidade de produção de gordura vegetal e em Rio Verde uma unidade de moagem de soja, de produção de farelo, de óleo bruto, refino, envase, comercialização e distribuição de óleo.

A produção de biodiesel foi iniciada em 2012, no município de Três Lagoas, em MS, próxima de onde tinha já possuía uma planta de processamento. Já em 2011 a

empresa articulava-se para se inserir no Selo Combustível Social. Desde 2018 movimentava-se para tentar adquirir a unidade agroindustrial da Granol em Anápolis.

A Cargill possui 23 fábricas no Brasil, seis terminais portuários, 189 armazéns e transbordos. O poder econômico da companhia é reforçado por deter um braço financeiro, o Banco Cargill, que possibilita ampliar enleios de outros entes da cadeia, como produtores, para com ela, através do crédito. Desta forma a companhia opera significativamente na “Teia Geoeconômica”, posto que tem também nódulos no sistema monetário. Com efeito, passa assim a operar no mercado interbancário, a contar com reservas no Banco Central, recebendo legalmente deste a atribuição de conceber notas de empréstimos, reconhecidas pela autoridade oficial como moeda legal por aceitá-las para tributação. A companhia, através de seu braço financeiro, tem o poder então de gerar moeda, emitindo um crédito a um mutuário, creditando em sua conta como passivo, mas registrando em seus (do banco) balanços como ativo (GRAZIANI, 1996).

No Sudeste Goiano a Cargill possui unidades armazenadoras nos municípios de Vianópolis, Catalão, Piracanjuba, Santa Cruz de Goiás, Joviânia. A soja é escoada via rodoviária até o terminal portuário de Santarém, a 2.700 Km da unidade processadora de Itumbiara. Atualmente está em construção o que será seu maior terminal fluvial graneleiro, na ilha de Urubéua, no Pará. Em seu Relatório Anual 2018/2019, curiosamente, não se encontra menções ao biodiesel (CARGILL, 2018).

c. Granol

A Granol tem uma presença significativa no mercado da soja no Sudeste Goiano. Tendo recebido o Selo Combustível Social em 2006, anuncia-se como maior produtora de biodiesel do país (GRANOL, 2020). A companhia foi fundada em 1966 como “*trader*” de commodities, tendo adquirido em 1972 sua primeira fábrica de extração de óleos vegetais em Junqueirópolis, município de São Paulo. Segundo tabela da revista Exame (2020), a Granol estava como a 63ª empresa do agronegócio no Brasil em receita líquida em 2017, sendo que em 2018 estava como 81ª.

A empresa conta com nove armazéns em Goiás, sendo dois em Silvânia e um em Itumbiara. Possui uma planta agroindustrial em Anápolis (localizada no Distrito Industrial – DAIA), com um terminal de carregamento com operação via Ferrovia Norte-Sul até o Porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão (cerca de 1600 Km de extensão). Anuncia-se como tendo sido a primeira empresa a operar em todo o tramo central desta

linha (o Tramo Central opera interligando Anápolis a Porto Nacional – Tocantins). Também possui um terminal de carregamento que, através da Ferrovia Centro Atlântica, interliga-se a uma unidade portuária do terminal de Vila Velha, em Vitória do Espírito Santo, para exportação de farelo de soja (trecho com 1.485km de extensão).

Em seu site, em uma notícia de promoção institucional (que em 2020 se encontra desatualizado, fazendo referência ainda ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário como se estivesse vigente), a empresa publicita que oferece como “vantagens para o agricultor”: negociação direta; compra garantida de toda a produção; preço com bonificação por saca de 60 Kg (instrumento do SCS); assistência técnica personalizada e gratuita; palestras técnicas e dias de campo. Anuncia para “produtores rurais que não possuem DAP” que lhes consultem para avaliação (GRANOL, 2020). Porém possui uma política corporativa mais sigilosa quanto ao trato com a agricultura familiar. Foi informada a desautorização para funcionários prestarem informações a respeito. Também não publica relatórios de balanços anuais.

d. Cocari

A “Cooperativa Agropecuária e Industrial”, COCARI, também consta como opção de comercialização para agricultores familiares produtores de soja no Sudeste Goiano. É uma entidade com sede em Mandaguari, PR, a 739,54 km de distância de Campo Alegre de Goiás, onde possui uma unidade com centro de armazenamento. Possui nove unidades regionais no estado do Paraná e quatro em Goiás.

Fotografia 04. Unidade armazenadora da Cocari em Campo Alegre de Goiás



Fonte: COCARI

Possui uma unidade de beneficiamento de sementes em Cristalina, Goiás, e unidades regionais de armazenagem em Silvânia (inaugurada em 2016, contando com um ponto de atendimento, com loja, silo e elevador de carga, com capacidade estática de recebimento de 400 mil sacas de grãos) e Santo Antonio do Rio Verde; inaugurou entreposto em Silvânia em 2017. Inaugurou uma unidade de negócios em Catalão em 2015. Não opera ainda com PNPB em Goiás, mas opera no Paraná.

4.2.1 Manifestando as perspectivas das companhias

As empresas responderam às perguntas dos questionários semiestruturados através de correspondência eletrônica. Informaram ter equipes contratadas especificamente para atuar com o PNPB no estado, seja diretamente, seja terceirizadas. Incluindo serviços gerenciais e técnicos de campo. A que respondeu como maior contingente informou 26 pessoas com contratadas diretamente e 06 terceirizadas.

Todas as respostas sobre como foi gestada a disposição da firma em trabalhar com agricultores familiares convergiram que se deu através da implementação do PNPB nos negócios da empresa, sendo que para se obter o Selo é necessário a aquisição de matéria prima dos agricultores familiares. Contudo, uma empresa já tinha agricultores familiares como fornecedores, embora sem uma atenção diferenciada para eles.

As empresas informaram que o PNPB ensejou a aproximação delas com instâncias do poder público, ou seja, as tratativas com os departamentos gestores, se deu em função do programa e das atribuições das instâncias competentes para normatizar, para monitorar, avaliar e auditar o cumprimento dos quesitos do SCS por parte das empresas. Sobre especificamente como ocorreu o processo de implementação em Goiás, o padrão revelado foi o de contato com representação da agricultura familiar no estado e, após orientações técnicas da equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário no período, rodadas de reuniões com agricultores e cooperativas para a apresentação e possíveis negociações.

Chama a atenção a presença da temática da espacialidade na narrativa de uma das empresas com maior estrutura logística, ao relatar que seu primeiro procedimento foi pautado pela leitura do potencial produtivo de soja da agricultura familiar próximo às suas unidades agroindustriais. Tal estratagema contempla não apenas questões de

otimização de recursos logísticos, como também administração das relações de influência sobre agricultores e monitoramento de seus procedimentos.

Respondendo sobre a estratégia tomada para convencer agricultores das vantagens de aderir ao sistema, destaca-se que as empresas buscaram demonstrar a oportunidade da venda de toda sua matéria prima produzida, colocando que muitas das vezes possuíam dificuldades em fazê-la por não existir interesse de compradores. Outros motes foram a assistência técnica gratuita, arguindo que isto levou a vários produtores a oportunidade do aumento de produção em suas áreas, além do auxílio junto às linhas de créditos. Digno de nota que algumas empresas associaram ao seu nome, como benefícios do programa através da empresa, quesitos que são das normativas gerais.

A assistência técnica foi o ponto que mais apareceu em comum também no destaque acerca do que as equipes das empresas percebiam como demonstração de maiores motivações por parte dos agricultores familiares a aderirem às propostas. Também apareceram a garantia de comercialização e bonificação, facilitação de acesso às linhas de crédito e uma companhia de grande porte mencionou a “tradição e confiança” dela “na região” – isto é, onde já atuava. O que remete à resposta, mencionada anteriormente, sobre o papel tático da proximidade às suas unidades em relação às relações de influência.

Informaram que atualmente passaram a não mais envolver as entidades representativas nas negociações com os agricultores familiares. Anteriormente havia reuniões de trabalho em que discutiam os modelos de contrato. A supervisão do cumprimento das exigências contratuais se dá com o acompanhamento dos laudos de visitas técnicas e monitoramento das lavouras. Todas as firmas responderam já terem interrompido operações contratuais alguma vez, tendo sido por alegado descumprimento contratual por parte do agricultor, como também inviabilidade de atuação em algum local – não tendo sido informado o motivo. Nenhuma informou se já precisou resolver alguma disputa contratual através de meio jurídico. As empresas, por sua vez, apontaram que são submetidas a auditorias realizadas pela equipe da Coordenação de Energias Renováveis do MAPA.

Foi relatado que as contratações devem ocorrer antes do plantio e se encerram após a colheita e venda do produto, concentrando-se entre os meses de setembro a março. Consideram que as questões de relacionamento entre as partes são os fatores de maior peso para cumprimento das metas dos projetos. Houve empresa que não informou o percentual médio de projetos executados de acordo com estabelecido, outra informou que

é de 10 a 20%. Contudo, esta mesma respondeu também que não houve descumprimento. O que indica que ocorre mais resultados alcançados aquém do ideal do que propriamente intercorrências que lhes paralisem. Outra firma respondeu que a ocorrência de fila de caminhões no momento da entrega é o argumento mais utilizado por agricultores quando não entregam o produto – a mesma que enfatizou o papel estratégico da proximidade locacional com suas unidades. Ela destacou que recebe os produtos nos armazéns na região de atuação, que depois são direcionados para a fábrica. Houve empresa destacando também que os agricultores são os responsáveis pelo transporte até as unidades armazenadoras.

Todas as empresas enfatizaram que o seguimento à risca do pacote tecnológico para o sistema de produção é imprescindível, pois, como uma expressou, “proporciona a oportunidade de melhorar a produtividade”. Outrossim, admitem que o custo dos fatores de produção oscila frequentemente, não acompanhado do preço de venda do grão. Afirmaram que para compensar tal problema, consideraram as opções dos contratos futuros. Destarte, arguem que há mais segurança em definir um custo médio atrelado ao preço de venda e “travar” a operação, propiciando oportunidade de ajustar um ganho favorável de acordo com o preço do produto para otimizar as perspectivas para a contabilidade final. Fica a questão acerca do panorama de informações acessíveis ao agricultor familiar para tomada de decisão no intervalo temporal, dado que correntemente não possuem estruturas de armazenagem próprias para lhes dar maior controle a respeito.

Ligado a isto, as companhias deram bastante ênfase ao tema da apropriação tecnológica para otimizar a produtividade. Pontuaram que agricultores que despontaram ao longo do decorrer das relações contratuais têm se tecnificado mais e isso acaba implicando em maior rentabilidade. Uma empresa citou duas vezes um exemplo de agricultores que começaram com cerca de 20 hectares e, via incremento tecnológico, foram expandindo a área de produção, diluindo custos fixos, até ao ponto de se desenquadrarem da DAP. A partir desta avaliação, julgam que o tamanho da área plantada não está ligado ao desempenho econômico. É um aspecto interpretativo. O julgamento das empresas parte de episódios em que agricultores com áreas relativamente pequenas cresceram economicamente, contudo, nos próprios depoimentos está embutido que a lucratividade melhorou com a potencialização do emprego tecnológico acompanhando o aumento da área.

É necessário se deter a respeito desta questão. Os limites para enquadramento da DAP, relativos à área, englobam igualmente se a dimensão cultivada é propriedade

própria ou arrendada – com custos que podem ser de pagamento de parcelas de compra ou de arrendamento. Também, a renda considerada é a renda bruta anual, não a receita líquida – em que além da dedução destas despesas, incluem outros custos variáveis, impostos e contribuições pagos nos contratos de venda. Isto diminui a margem de lucro, considerando que em alguns anos então pode haver maior produtividade não necessariamente acompanhada de rentabilidade, a depender do comportamento dos preços de mercado.

Outro fenômeno que pode encontrar condições para se desencadear é o efeito *treadmill* (LEVINS; COCHRANE, 1996). A efetivação deste efeito dar-se-ia considerando que aqueles agricultores que participaram do começo da contratação com as empresas pelo PNPB e se firmaram – elas que, por sua vez, se interessam assim pelo seu aumento de produtividade - recebendo apoio técnico e tendo sido lhes abertas condições de crédito, são os primeiros na adoção de tecnologias que promovem queda de custos relativamente aos preços médios nos balanços econômicos.

Presume-se no decorrer do tempo uma elevação nos custos de arrendamento de terras dada a procura no mercado. Os ganhos de produtividade lhes facultam lucros acima dos médios neste momento, enquanto a princípio conseguiram condições mais favoráveis, seja na aquisição ou arrendamento de terras. Os últimos a incorporarem – ou não incorporarem – as tecnologias não conseguem obter os ganhos iniciais e enfrentarão a tendência de achatamento da lucratividade posteriormente, acentuada pela magnitude de incremento de oferta. Os primeiros tenderão a encontrar condições mais favoráveis para a rentabilidade no mercado. No transcurso desta emulação, com o investimento em bens de capital sucede a pressão para o ganho de escala para poder diluir os custos médios e compensar na lucratividade. Contudo, os “retardatários” irão ao mercado de terras também atrasadamente.

As empresas foram unânimes em considerar que não constatarem o fator mão-de-obra como um limitante para o fornecimento por parte dos agricultores. Ainda que uma firma reconheça que a disponibilidade ou maior facilidade em contratarem mão-de-obra proporciona maior garantia de fornecimento para a empresa, como não compra além do volume contratado, acaba não tendo influência significativa no âmbito dos negócios entre ela e o agricultor. Por outro lado, afirmaram que a assistência técnica é um diferencial, com equipes divididas por regiões para possibilitar uma maior abrangência com otimização logística. Dentre as respostas, destaca-se que sua operacionalização visa focalizar o uso dos insumos para a finalidade de ganhos de produtividade. Torna-se

similar à lógica de prestação de serviço das revendedoras de insumos, uma assistência técnica alheia aos parâmetros sociológicos do instrumento normativo.

Relativo às perspectivas para o aumento do número de agricultores familiares participantes do sistema de contratações, para as empresas, consonantemente, tal possibilidade está condicionada à chance de as normativas oficiais aumentarem a necessidade de volume de matéria-prima no diesel via PNPB (deve-se lembrar aqui, porém, a realidade do crescimento do uso de matéria-prima de origem animal). O contingente de contratações de clientes está consolidado nas regiões de atuação. Desta forma, para além da cartela de contratações já efetivada, agricultores familiares venderiam no sistema de mercado comum, sem o diferencial de bonificação no preço pago pela saca de soja e sem assistência técnica por parte das empresas pelas exigências do programa.

4.2.2 A conexão via cooperativa

Em 2019, segundo os dados do Ministério da Agricultura, o volume em quilos de soja comercializado via cooperativas (até então, obrigatoriamente com DAP Jurídica) no estado representou 56,17% do volume comercializado diretamente entre agricultores familiares e empresas – e 59,34% do valor em reais. Apenas uma cooperativa no Sudeste Goiano atuou com o Selo Combustível Social. A Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Silvânia, que comercializou contratos de fornecimento de soja no valor de R\$8.700.249,09 (9,36% do total no estado via cooperativas), num montante de 7.257.362 quilos (9,8% do total no estado via cooperativas). Entretanto, foi entrevistada uma outra cooperativa que teve um breve período de experiência com o programa em outro município da microrregião, de 2013 a 2015. A Cooperativa de Silvânia indicou que se entrevistasse o técnico da entidade que presta assistência em parceria com a mesma.

Atualmente o carro-chefe do trabalho da cooperativa com agricultores familiares é com hortifrutigranjeiros. Representantes da cooperativa narraram que as linhas do PRONAF e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – operacionalizado pela CONAB são muito presentes na região, com aquela empresa pública sendo de muito auxílio para ajudar a estabilizar preços dos produtos agrícolas⁹⁸.

⁹⁸ Contudo, mesmo diante deste papel estratégico, em 2019 o governo federal implementou uma política desestruturante na Companhia, que incluiu o encerramento de 27 unidades de armazenagem, cinco delas em Goiás. Dentre os principais reflexos do desmantelamento da política de estoques reguladores, durante

Após o término da contratualização por parte da empresa “trader” do SCS com a qual a cooperativa tinha relações, cessou-se a procura da cooperativa por parte de agricultores familiares do negócio da soja. Este trabalho havia começado através de um técnico de escritório de assistência que atendia agricultores familiares que cultivavam soja. Esta cooperativa foi formada a partir de uma migração de uma equipe que atuava em outra cooperativa, esta equipe travou boas relações com o técnico e com isto passou a trabalhar com seus clientes e a rede expandiu. Passaram a realizar contratos de venda dos produtos dos agricultores com a “trader”.

Segundo a gestora entrevistada, a cooperativa contribuía no acesso ao mercado pois aumentava o estoque e volume de produtos, possibilitando tanto fortalecer a negociação quanto ter melhores alternativas no calendário de venda e assim, conseguirem melhores preços. Outro fator importante era ajudar aos agricultores a adquirirem mais informações estratégicas. Afirma que trabalhar com PNPB foi vantajoso também para a cooperativa, tendo ajudado a alavancar negócios. Não tiveram nenhuma dificuldade com pagamentos, acertos etc.

Os agricultores familiares do ramo (cujas identidades eram mais referenciadas por ela como “produtores”) eram, segundo ela, mais estruturados em relação a outros e com diferencial em movimentação econômica, com maior poder de compra. A gestora avalia que o breve período de trabalho foi muito positivo; aprova a inserção dos agricultores no sistema produtivo-comercial da soja e que todos ficam satisfeitos.

Relatou que as tratativas com a empresa eram tranquilas. Negociavam com a sede da empresa em um município mais longe e com uma unidade armazenadora próxima, no município. Alegou que interromperam o trabalho no programa – após os 03 anos consecutivos que atuavam – porque a empresa informou que iria centralizar a realização dos negócios, com menos cooperativas, priorizando as de maior porte.

A gestora entrevistada lamenta esta postura e pondera que gostaria do retorno dos negócios com a sojicultura, pois hoje teriam mais estrutura. Em fevereiro de 2019 inauguraram um complexo de armazenamento de grãos, então teriam condições de ajudar mais ainda os agricultores melhorando a logística, diminuindo custo de frete. Os agricultores também, através da cooperativa, poderiam adquirir insumos em conjunto e ficaria assim mais barato, antes a cooperativa não tinha o *know how* nesta operação, como

o ano de 2020 e primeiros meses de 2021, sob a crise com a Pandemia de COVID-19, mesmo com elevadas taxas de desemprego, desalento e com elevadas exportações agrícolas, o país atravessa um cenário de inflação de alimentos, agravamento e ampliação da fome e insegurança alimentar (UOL, 2020).

na atualidade. Quando começaram a trabalhar com sojicultores não tinham corpo de assistência técnica, ficava por conta da empresa contratante, não tinham *feedbacks* dos agricultores com as demandas na produção, só tinham acesso a parte de documentos, acertos, demandas para negociações. Afirmou que hoje têm estrutura para prestarem a assistência técnica. Ela asseverou que o incentivo governamental ao trabalho via cooperativa é importante para ampliar o horizonte de acessos dos agricultores familiares.

4.3 O elo da assistência técnica no sistema produtivo-comercial

No sistema produtivo-comercial da sojicultura um dos elos da expressão local remete ao trabalho das empresas de assistência técnica. Foram entrevistadas três empresas de assistência técnica e uma cooperativa que também presta este serviço, atuantes em nível de municípios circunvizinhos.

Fenômenos e expressões *sui generis* manifestam-se na observação do trabalho de uma entidade, especificamente no contexto de implementação e operacionalização de um sistema de certificação das unidades produtivas. Na entrevista com uma entidade foi relatado o trabalho com a certificação *Round Table on Responsible Soy* (RTRS). Considerou-se que além do cruzamento e síntese de pontos comuns com as demais entidades de assistência técnica entrevistadas, descortinou elementos que fazem jus a uma menção destacada à parte.

4.3.1 Pelo ângulo da assistência técnica

As empresas expuseram que a sojicultura é o carro chefe de atuação por proporcionar maior capital de giro na região de atuação. Informaram atender tanto o público da agricultura familiar como os produtores no agronegócio. Todavia, com estes encontram um volume maior de demanda, especialmente para atendimento de campo, enquanto para a agricultura familiar (referida predominantemente como “pequeno produtor” por todas as entrevistadas) predomina a confecção de projetos para captação de crédito – o que levanta a indagação quanto ao acompanhamento da execução. Contudo, o trabalho com agricultura familiar é significativo para a receita anual das empresas.

Ainda relativo aos projetos de captação de crédito, os projetos de investimento, incluindo infraestruturas – sobretudo armazenadoras – são predominantemente para os “grandes produtores”, enquanto para agricultores familiares predomina largamente os de

custeio. Colocou-se que muitas máquinas compradas na agricultura familiar são usadas e adquiridas fora do sistema de crédito bancário, enquanto não têm conhecimento de algum agricultor familiar assistido com estrutura armazenadora – comercializam entregando em armazéns locais. O Banco do Brasil predomina como a entidade financeira em que se acessa o PRONAF, mas, em proporção menor, há também o acesso via cooperativas de crédito. Em média decorrem trinta dias entre a submissão do projeto e liberação do crédito. Quando há atraso na disponibilização do crédito, incorre-se em quebra ciclo. Há registro de inadimplência, mas muito baixo.

As entidades colocaram que o principal direcionamento da produção de seus clientes da agricultura familiar atualmente é para o PNPB, embora já houvesse o trabalho com este público anteriormente. Foi consonante a todas afirmarem que inferem como principal motivo para que os agricultores aderissem ao sistema a percepção de incremento de renda. Capitalizam-se mais com o cultivo, intercalando na entressafra o milho-safrinha e/ou silagem. Em seguida, a facilidade de comercialização: “a qualquer hora que se quiser vender vende, pode ocorrer de achar o preço baixo, mas há segurança de comercialização”. Em terceiro lugar foi mencionado que a exigência de mão-de-obra é muito menor. Também houve menção quanto a não precibilidade do produto. Enquanto alguns ainda trabalham com pecuária, outros desistiram desta atividade para se dedicar à soja. O valor presente líquido da atividade econômica de produção de leite tem sido mínimo e não tem remunerado o nível do labor. As firmas têm clientes que arrendam terras de outros agricultores familiares.

Quanto à percepção de riscos implicados para os agricultores familiares na atividade, apontou-se a perda de safra por condições climáticas. Após, o preço de comercialização não ser compensador diante dos custos, mesmo diante de uma boa colheita, o que se agrava quando se arca com pagamento de mão-de-obra ou arrendamento.

Entre a cartela de clientes agricultores familiares das empresas, com exceção da que atua com os agricultores sob a certificação RPPS, a maioria terceiriza o serviço de plantio e colheita, não possuindo maquinário próprio. Uma minoria o possui. Ocorre de perderem produção por terem de esperar a máquina estar disponível – o principal impacto é no atraso do plantio, embora também tenham problemas com tratos culturais e colheita. Todas as empresas colocaram que não conhecem nenhum agricultor familiar com sistema de irrigação com a soja. Dada a ênfase no risco de perdas por fatores climáticos, o conteúdo destas informações acentua esta problemática.

Para com o segundo fator de risco mais apontado, foi colocado que tem ficado acentuado com a trajetória de desvalorização do real ante ao dólar. O que se reflete no preço dos insumos e, por conseguinte, nos custos de produção, sem correspondência equivalente nos preços da saca. Foi relatado que diante disto a sugestão dada aos agricultores é recorrerem ao sistema de contrato futuro, porque já ficam sabendo o preço que vão vender e, como já compraram todos os insumos, ficando ciente dos seus preços, podem pelo menos garantir a cobertura das despesas. Frequentemente, na hora da realização da venda, o preço cai devido ao pico da safra, mas o contrato antecipado conferiria mais segurança. As empresas relataram que todas têm clientes agricultores familiares que realizam contrato futuro. Uma relatou ter caído devido a uma maior instabilidade no mercado com a chamada “guerra comercial” entre Estados Unidos e China; mas que são contratualizações fáceis de se fazer, com baixa burocracia.

Ao contrário das companhias compradoras da soja, as firmas de assistência afirmaram que consideram que o tamanho da área possui peso para a melhor performance econômica com a sojicultura. Afirmaram que ainda que se tenha boa produtividade numa área menor, a lucratividade aumenta com o aumento de áreas, compensando os custos de produção, especialmente com maquinário, que se diluem proporcionalmente. Outro quesito é a maior dificuldade quanto a logística e estrutura de armazenagem, com efeitos sobre a rentabilidade.

Os representantes afirmam também que quanto menos necessitar de contratar mão-de-obra externa, melhores os ganhos, via redução de custos. Mas geralmente os agricultores necessitam contratar no plantio e colheita, a mão-de-obra familiar não tem sido suficiente. E os custos com mão-de-obra não participam dos custos apresentados nos projetos de captação de crédito que, em média, financiam 60% do custo total. Mas que fica melhor assim para diminuir o encargo da dívida. É intrigante que a ênfase maior foi dada pela entidade situada no município de Catalão, com maior oferta de empresas de insumos, maior giro de capital e maior valor da produção agropecuária. Segundo o gestor da firma, na realidade do município a rentabilidade é assegurada a partir de 150 hectares. As respostas acerca do total da produção mínima para cobrir custos variaram entre 40 a 45 sacas de soja por hectare, sendo que, em média, o diferencial sobe 15 sacas a mais quando é de terra arrendada. Uma das empresas ressaltou que o foco na receita bruta destoa do que efetivamente é a receita líquida, no quesito de enquadramento na DAP.

Foi pontuado que o nível de desistência da produção de soja entre os clientes da agricultura familiar é muito baixo, mas quando ocorre é derivado de prejuízo financeiro.

Por outro lado, observa-se que entre os que se consolidaram no fornecimento às empresas ocorre crescimento econômico e ultrapassam o limite de valor bruto anual da produção mínimo às regras da DAP, um fenômeno mais observado do que o da desistência. Mas perdem a bonificação do SCS. Quanto à expansão da área plantada, se dá mais por sistema de arrendamento do que compra. A demanda tem aumentado para com agricultores familiares cultivando soja, observando-se ainda a carência de assistência técnica.

As entidades de assistência técnica relataram que havia relacionamento com representações sociais dos agricultores familiares, como Sindicatos, quando havia exigência normativa, decorridos dois anos do fim da obrigatoriedade não ocorre mais. O cooperativismo entre os agricultores não é algo sobressaltado. Pontuou-se que a maioria não realiza uma contabilidade rigorosa, mas apenas “por alto”, com sistema de cálculo básico que verifica se conseguiram pagar as lojas de insumos locais, e/ou o financiamento; “se sobrou um pouquinho”, consideram lucro.

4.3.2 Certificação: um prisma

Uma das firmas entrevistadas possui uma característica excepcional de atuar com agricultores familiares (18 propriedades, 28 agricultores em 04 municípios) – e não-familiares – articulando com a denominada Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS). Há algumas propriedades nas quais trabalham na produção dois irmãos, há outras em que são pai e filho; compra-se insumos e comercializa-se os grãos no nome dos dois. Os agricultores familiares assistidos possuem vínculo com uma cooperativa de crédito solidário com a qual a firma atua em parceria.

A Associação constitui-se de um fórum internacional que reúne representantes de instituições, governos, produtores, empresas e organizações não governamentais envolvidos com a Cadeia Mercantil da soja. Ou seja, é um dos ramos da Teia Geoeconômica, com suas particularidades. Foi criada em 2006 na Suíça por um coletivo reunindo o Grupo Maggi⁹⁹, a Cordaid (Organização Católica de Auxílio e Ajuda ao Desenvolvimento; uma autoproclamada organização internacional de desenvolvimento, articulando braços com centenas de organizações presentes 31 países da África, Ásia e América Latina), a COOP (maior cooperativa de consumo da América Latina, com sede

⁹⁹ Com mais de 25 unidades exportadoras, é uma entidade da família que é a maior produtora de soja do Brasil, politicamente capitaneada por um ex-governador, senador e ministro da agricultura, peça destacada da atuação da subjetividade corporativa do agronegócio.

em São Paulo), a WWF (organização ambientalista transnacional criada em 1961, com sede na Suíça, articulada com entes como Banco Mundial e Comissão Europeia), a Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – região Sul) e a Unilever (transnacional britânica-holandesa de bens de consumo sediada em Roterdã e Londres).

A criação da Associação foi suscitada em resposta à ação global “Moratória da Soja”, catalisada pelo relatório “*Eating up the Amazon*” (Comendo a Amazônia) do Greenpeace. Pouco após o relatório foi lançada a Moratória da Soja, inicialmente proposta por dois anos, apresentando uma cadeia de rastreabilidade de soja originada de áreas desmatadas da Amazônia e propugnando um boicote. Foi assinada por membros da ABIOVE (Associação Brasileira Indústrias de Óleos Vegetais) e ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), que controlavam 92% da produção de soja no Brasil. Com a integração de organizações da sociedade civil formou-se naquele ano o Grupo de Trabalho da Soja (GREENPEACE, 2016).

As certificações visam habilitações para nichos de mercado de países europeus, as primeiras se deram em 2011 na Argentina, Brasil e Paraguai. A Associação conta hoje com membros de países europeus, leste e sudeste-asiáticos, sul-americanos (RTRS, 2020).

A firma que assinalou prestar assistência a agricultores certificados no RTRS informou também assistir produtores no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – PRONAMP¹⁰⁰ – e no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA. Mas no âmbito do RTRS quase todos os assistidos são agricultores familiares. Os de maior área costuma-se dividir em grupos de pai, filho, sobrinho.

O representante da firma de assistência técnica relatou que em Goiás o RTRS foi fomentado pela ONG belga chamada TRIAS. No Brasil a atuação da TRIAS com o RTRS começou no Paraná, articulando com a rede de cooperativas de crédito solidário. Segundo o representante, a ONG quis investir em Goiás com o selo do RTRS e com foco na agricultura familiar. Fizeram levantamento de quantas DAPs tinham nos municípios de Silvânia, Orizônia, Vianópolis e para filtrar os que seriam produtores de soja, cruzaram com contratos de SCS. Levantaram cerca de 400 produtores potenciais para a certificação. A TRIAS foi fundada nos anos de 1960 e articula redes de agricultores, pequenos e

¹⁰⁰ Limite de Receita Operacional Bruta/Renda Anual de até R\$ 2.000.000,00, nas regras vigentes em 2020.

microempresários em 14 países sul-americanos, africanos e leste-asiáticos, com destaque para o sistema de microcrédito. Sua rede de cooperação se estende a 140 organizações locais. A sede do escritório no Brasil fica no município de Montes Claros, norte de Minas Gerais (TRIAS, 2020).

O representante da firma narrou que no início do trabalho no Sudeste Goiano, os atores locais e o prestador de assistência não sabiam ao certo qual outro retorno poderia dar aos agricultores além da organização da propriedade: especialmente organização da estrutura e gestão ambiental. Dos 400 agricultores levantados, conseguiram começar o trabalho com 28. As mobilizações iniciaram-se em dezembro de 2015, conseguindo-se formar o grupo em junho de 2016. Houve a dificuldade por ser um projeto novo, ainda não presente no estado de Goiás. Não tinham exemplos práticos para mostrarem, podiam ver apenas como funcionava “no papel”. E os agricultores tinham medo de que, como o projeto exige um monitoramento na questão ambiental e trabalhista, áreas sensíveis, informações fossem levadas para municiar as respectivas fiscalizações oficiais.

A estratégia desenvolvida para angariar adesões foi de mostrar vantagens que se teriam: assistência técnica, gratuita no período inicial - a ONG TRIAS patrocinando uma parte. Mostrava-se o projeto de estrutura básica que seria necessária atender. Foi apontado que a parte de manejo de agrotóxicos é a mais cobrada pela certificação. Em seguida, quesitos do respeito à legislação trabalhista – carteira assinada/contrato de trabalho, condições de trabalho.

A estratégia seguiu buscando mostrar resultados de membros de outros estados; buscou-se informações de grupos que tinham certificação fora – citando o exemplo do Grupo Maggi. Os agentes apontavam o potencial de mercado como os engendrados pela Unilever, que compra soja certificada para alguns de seus produtos. Arguiam com os agricultores que, em um futuro não distante, a demanda para soja certificada será muito grande, então estaria se abrindo uma oportunidade de ir se adequando agora a um mercado diferenciado. O representante narrou que se explicava aos agricultores que o técnico não iria chegar na propriedade e dizer que tem que se adequar 100% em três meses, seria um processo de três anos de certificação, passando por graus de adequação, para se chegar na meta de 100%.

O entrevistado pontuou que era colocado aos agricultores que de início não há uma perspectiva de nicho de mercado garantido, mas uma visão de que no futuro pode se chegar a isto. O que tem garantido já no início com a certificação é uma bonificação, que funciona parecida com a do crédito de carbono; a cada tonelada de soja certificada, gera-

se crédito que pode ser vendido em uma plataforma digital. Empresas compram crédito para compensar poluição; a visão de diferencial de receitas que os agricultores viram foi esta. O produtor de soja – agricultor familiar ou não - comercializa no sistema de bonificação e comercializa a soja convencionalmente, da mesma forma que o faz sem a bonificação. A própria ONG TRIAS tem adquirido o crédito bonificado para operar a comercialização sob o sistema. A soja é vendida sobretudo para grandes companhias como Caramuru, Cargill, Granol e os agricultores com DAP assistidos pela firma comercializam via SCS. Mesmo tendo outros mercados, o PNPB se torna mais atrativo pelo bônus.

Em 2019 o bônus estavam em cerca de um pouco menos de quatro dólares por tonelada, valor pouco expressivo e que depende da demanda das empresas para adquirir o crédito. Os valores variam a cada ano, não sendo proporcional a cada avanço no grau de certificação, porém é necessário chegar a um patamar mínimo de 62% no grau de conformidade, passando por um processo com requisitos mínimos: estrutura para guardar defensivos agrícolas, comprovar devolução de embalagens, locais apropriados de acondicionamento para óleo diesel. Chegando a este patamar, realiza-se uma auditoria externa – por empresa credenciada, registrada no INMETRO - que, se comprovando atendimento, emite-se certificado para comercializar na plataforma. A auditoria examina também a documentação fundiária: contrato de arrendamento, escritura de terra, legalidade da propriedade.

Afirmou-se que dos agricultores que participaram do início das atividades, todos estão ainda no grupo até hoje. Houve mais interessados em entrar, mas devido as restrições do subsídio para assistência técnica, não foi possível agregá-los ainda (junho de 2019). A TRIAS tinha uma meta de área certificada a se alcançar, o projeto foi concebido para a capacidade de atendimento deste nível de produção. Está se tentando buscar novas parcerias para se ter estrutura operacional de forma a aumentar o grupo de certificação.

Na avaliação do técnico entrevistado, dentre os agricultores familiares que mais avançaram em graus da certificação, para além do mínimo para a bonificação, o que mais manifestam como tendo lhes influenciado foi “a satisfação de ver a propriedade organizada”. Não havia depósitos para armazenar corretamente embalagens dos “defensivos”, acondicionava-se de forma que talvez estivesse contaminando o solo, igualmente para os resíduos de óleo diesel queimado. Também contribuiu o aprimoramento para a visão do negócio, incluindo os instrumentos de controle de custos

(por ex. não havia contabilidade de evolução dos gastos com insumos por saca, com óleo diesel por safra, os motivos de oscilação de preços). Alegou que estes subsídios fizeram diferença no manejo, na organização da documentação, na segurança de estar em conformidade em caso de sofrerem fiscalização, na análise da qualidade da água de mananciais e de poços artesianos para se saber se há contaminação por agrotóxicos.

Neste decurso, o técnico alegou que o trabalho com a RTRS também beneficia o agricultor pela linha seguida na assistência técnica, que é de otimizar custos com insumos. É obrigatório seguir parâmetros agronômicos de Manejo Integrado de Pragas¹⁰¹ – MIP -, buscando maximizar a eficiência na dosagem e calendário de uso dos insumos; foca assim mais a lucratividade do que a produtividade, de acordo com o entrevistado. Alegou que quando começou a assistência, os clientes não tinham planilhas de controle, alguns tinham um “caderninho” de gastos. Foram distribuídos cadernos de campo para acompanharem mais precisamente o que gastam na produção da soja para, ao planejarem a comercialização, poderem analisar os gastos; a assistência ajuda a preencher os cadernos de campo. Todavia teriam aqueles que costumam preencher outros que não, o trabalho de assistência ainda estava buscando fortalecer a prática. Os trabalhos iniciais mais para a questão das instalações iniciais que são demandadas em decorrência das exigências da certificação; no terceiro ano o foco passa a ser mais na “gestão da propriedade” e o preenchimento do caderno de campo.

A forma com que a assistência atua é através de visitas nas propriedades e reuniões coletivas com socialização sobre como anda a evolução do grupo; palestras motivacionais de temas diversos. Há um grupo que faz reunião em casas de parentes, à noite, trocam experiência e conversam entre eles para saberem o que estão achando do sistema sob o selo. O técnico disse que a assistência busca levar toda a família para as reuniões, porque para o processo de certificação “não é bom o marido estar fazendo uma coisa e a esposa nem saber o que está fazendo, é melhor envolver a família, os filhos” (ENTREVISTADO, 2019).

O representante da empresa de assistência técnica relatou que nos municípios onde atua, na agricultura familiar ocorrem menos processos de arrendamento, cultivando

¹⁰¹ Um sistema de manejo que busca estimar quando uma concentração de ataques de agentes biológicos – insetos, fungos, bactérias etc. – está para ocasionar um nível que representa dano econômico. Busca manter a densidade populacional daqueles atores abaixo deste nível, não eliminar todos os agentes do agroecossistema. Para isso integra ferramentas de controle via agentes biológicos, iscas, manejos agronômicos como quebra de ciclos, empregando produtos químicos apenas na condição de que, sem ele, o nível de tolerância do cultivo já não é o suficiente para não ter perda econômica.

predominantemente em áreas próprias. Quando ocorrem, geralmente se dá entre famílias: sobrinhos arrendam de tios, netos arrendam de avós. O seu cliente que produz na menor área é em torno de 70-75 há, dentre todos com DAP, o de maior área é em torno de 120 há.

O agricultor mais familiar mesmo, que planta menos área, é o que apresenta maior dificuldade; dificuldade financeira em construir instalações, depósito para armazenar defensivos, rampa de lavagem das máquinas, separar resíduos de água e óleo, né. A maior dificuldade do agricultor familiar é ter recursos para os investimentos necessários em adequar a propriedade. Consegue pegar PRONAF para investir na estrutura, parcelando em dez anos, com condições melhores. O trabalho com RTRS ajuda a facilitar a conseguir crédito porque trabalha em cima de documentação (documentos que atendem exigências do BNDES, área ambiental, CAR, CCIR, ITR¹⁰²), organiza documentação, apresentando assim a necessidade de estrutura, o que se está gerando de renda, capacidade de pagamento, né; controle contábil, financeiro do agricultor (ENTREVISTADO, 2019).

O mercado sob sistema do RTRS funciona lançando o crédito na plataforma na qual as empresas buscam comprar o crédito. Alguns firmam contrato-futuro antes de colher, outros não; segundo o entrevistado, “agricultor é livre pra escolher”. Geralmente o agricultor arca com o frete até os armazéns. Há armazéns “livres”, onde depositam o até comercializarem para a empresa que decidem; há outras empresas, como Caramuru e Granol, que disponibilizam os armazéns sem cobrar, mas se deve vender para elas.

Foi afirmado que, dos insumos, aqueles que têm apresentado significativa oscilação de preço no mercado das suas áreas de atuação são os fertilizantes, que respondem mais sensivelmente à cotação do dólar. A proporção de seu peso financeiro em relação aos preços de venda da soja depende também do quanto o agricultor conseguiu planejar e acompanhar a safra já nos meses de maio, junho e julho e equacionar as possibilidades de ganho. Afirmou que os que deixam para fazer este planejamento já próximo do mês de setembro, véspera do plantio, correm o risco maior de comprar insumos com um preço mais caro. A oscilação sazonal dos preços é maior do que a anual.

O técnico de campo também enfatizou que a quantidade de área para a atividade da soja faz a diferença, porque o lucro líquido por hectare já “não é tão grande mais”; “produtor que tem uma área um pouco maior consegue um lucro maior”, [...] “mas isso também depende muito da gestão da propriedade”. A disponibilidade de mão-de-obra também faz diferença; segundo o entrevistado, “a agricultura familiar não está conseguindo ‘segurar’ filhos no meio rural, então procuram mão-de-obra externa pra compensar, porém se toda a mão-de-obra fosse familiar ficaria melhor para o trabalho

¹⁰² Cadastro Ambiental Rural; Certificado de Cadastro de Imóvel Rural; Imposto Territorial Rural

com certificação”. Há um período do ciclo produtivo em que o agricultor consegue manejar sozinho, outros períodos, como a colheita, demandam mais trabalho, não se consegue manejar sozinho. Os clientes que têm uma área de plantio um pouco maior conseguem manter funcionários de carteira assinada por tempo fixo, geralmente os que têm cerca de 300 há. Os agricultores familiares não, geralmente fazem contrato de prestação de serviço temporário, diaristas para as épocas de plantio e colheita. As leis trabalhistas versam que se há mais de três dias por semana de trabalho ou dez dias por mês, cria-se vínculo empregatício.

A maior dificuldade que vê na sustentabilidade de sua linha de trabalho é que esta perspectiva com ênfase socioambiental contou com o apoio da ONG TRIAS, mas carece de apoio de outros agentes como grandes empresas, poder público, entidades locais. O técnico considera que o governo poderia estabelecer um sistema de bonificação para incentivar mais agricultores familiares a aderirem a esta linha, também com recursos públicos para assistência técnica. Ele relatou que já participou de momentos de diálogo com empresas compradoras, de visitas à unidade da Caramuru, tendo tomado conhecimento de que elas têm projetos que almejam chegar próximo ao nível que a certificação chega, mas não “tão profundo” como ela alcança com o trabalho da assistência técnica. Mas se abriu a perspectivas de se obter um preço diferenciado.

O representante avaliou que, há perspectiva de crescimento para este trabalho, porque cada dia mais o mercado internacional vai exigir rastreabilidade. Recebem visitas de empresas estrangeiras para conhecer o projeto, do supermercado belga *Colruyt*, consultores das empresas estrangeiras da Inglaterra, ONGs como WWF e demais dos EUA, com isso conseguem enxergar o futuro do projeto porque está sendo bem-visto principalmente fora. Esperam conseguir mais parcerias para o trabalho com certificação de soja.

Sobressalta-se uma controvérsia ao se examinar os mecanismos desta forma de relações agroeconômicas realçadas pelo selo RTRS. Agricultores começam com um dado nível abaixo do mínimo que a certificação requer e vão progredindo. Isto significa que, incorporando-se ao sistema produtivo-comercial da soja, novos arcabouços e condições emergem, tendo que lidarem com ela. O fluxo e montante de agrotóxicos, de deriva de agrotóxicos no agroecossistema, de utensílios de embalagens e as maiores necessidade de contenção, acondicionamento e destinação (além de resíduos de óleo). O que se evidencia é que, ordinariamente, sem algum incentivo especial, estas premências e seus impactos manifestam-se como distúrbios para o agroecossistema e a unidade doméstica e agrária

como um todo – considerando o ambiente habitacional, os recursos edáficos, hidrológicos etc. -, com externalidades socioecológicas e socioeconômicas. Suscitam também necessidades de reflexões a questão das relações de trabalho: havendo evolução no cumprimento dos quesitos do certificado, parte-se da condição de que a princípio relações trabalhistas se dão por fora da rede de direitos e segurança dos trabalhadores.

4.3.3 Alguns tensionamentos proêmios

Somam-se às reflexões suscitadas, no espectro mais amplo, alguns tensionamentos. Aqueles que vendem sua força de trabalho nestas circunstâncias em questão é porque estão em condições mais vulnerabilizadas e precarizadas, comparados a outros que encontrariam opções mais amparadas na rede de laboral de formalidade; ou seja, estão em um mercado de trabalho mais desregulado. Há um lucro sobre seu trabalho, sendo que parcela dele é ganha em cima das ausências de direitos dos contratos formais. Também não estão sendo fruto de trocas correlacionadas de favorecimento em relações de vizinhança, de familiares, de compadrio, com respectivas obrigações de reciprocidade na esfera da racionalidade valorativa.

O acréscimo de força de trabalho é buscado para compensar a carência de “braços” familiares. Dado que são unidades familiares que não contam com cinco, quatro, três filhos disponíveis para o trabalho no sistema agrícola. Então, em muitas circunstâncias (não em todas), é mais apropriado falar de “trabalho autônomo, por conta própria” na unidade produtiva, do que trabalho familiar. Na entrevista com os agricultores familiares será analisado em uma escala mais próxima. Por isso contratar mão-de-obra é eventual, posto que o uso de maquinário, alugado ou comprado, substitui significativamente o equivalente a vários trabalhadores. Liberando assim também a energia psicomotora do agricultor familiar e por conseguinte, penosidade, tempo e desgaste.

O produto da realização do trabalho assim possui um montante de excedente além das estritas necessidades de reprodução da família. Busca-se que o capital empregado seja remunerado a taxa de juros média de mercado, para quitar obrigações de financiamento, de pagamento/aluguel de maquinário, de aquisição de insumos, de investimentos, de logística de entrega, do arrendamento da terra/da expectativa de ampliação da área plantada. Para isso, na escala da agricultura familiar, as bonificações sobre a unidade produzida, mesmo pequenas como a do RTRS, mas sobretudo a do SCS, acabam sendo vitais. Estas imbricações das relações do Estado, das companhias “*traders*”, das

forneedoras de insumos, de entidades de assistência técnica e das relações produtivas e comerciais das unidades produtivas familiares e entre as unidades (aluguel de máquinas, terras) levantam reavaliações, à luz dos hodiernos mecanismos e tendências desencadeadas, quanto a dimensão da aplicabilidade de postulados clássicos de equilíbrios trabalho-consumo e penosidade-utilidade de Chayanov.

4.4 A contextura da agricultura familiar no sistema-soja

Toda divisão praticada no seio de uma qualquer sequência tem por definição algo de ‘arbitrário’ – no sentido em que procede inevitavelmente, pelo menos em parte, do ‘árbitro’ daquele que propõe o corte em função daquilo que ele próprio considera o fio condutor.

Alain Renault¹⁰³.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa e suas questões condutoras, a análise foi articulada em torno de alguns tópicos subtemáticos, sendo:

- A unidade doméstica e o delineamento laborativo;
- A locacionalidade da unidade produtiva;
- O processo de engajamento no trabalho com o sistema da sojicultura;
- Anseios, razões e motivações manifestas na adesão ao sistema produtivo-comercial da soja;
- Quanto à produção para autoprovisão;
- Ambiente comunitário;
- O que mais destacam no que compreendem que o trabalho no sistema produtivo-comercial da soja possibilitou obterem;
- Interações com firmas ou instituições para a implantação da sojicultura ou decorrentes dela
- A permanência no sistema produtivo-comercial da soja: contrariedades, incertezas e perspectivas
- Vulnerabilidade e sistema simbólico referencial de amparo
- A percepção e distinção da paisagem envolvendo a propriedade antes e depois da implantação da atividade de sojicultura
- Comercialização em mercados institucionais e feiras;

¹⁰³ RENAULT, Alain. As filosofias políticas contemporâneas. **Lisboa: Piaget**, 2002. p. 7

- Expedientes econômicos quanto aos insumos;
- Consecução e Administração dos maquinários;
- Relações com o financiamento e decorrências remodeladoras;
- Administração organizacional e financeira;
- Amplitude de dimensão da área produtiva e expectativas proporcionais;

O problema de pesquisa e o objetivo geral estiveram orientando os exames, os comentários e as análises das informações. As preocupações exploradas remeteram-se às discussões teóricas, às problemáticas levantadas, às formulações teóricas, às construções conceituais e às exposições heurísticas apresentadas nos capítulos anteriores. O procedimento perde quanto a mensurabilidade de dados e ilações catalogáveis com precisão, mas espero compensar em explorações mais aprofundadas e adequadas à natureza de sistemas abertos. Não singrarei com uma lancha mais veloz uma superfície maior do mar, mas poderei realizar mais mergulhos. Destarte, articulo a seguir a análise em torno de alguns tópicos subtemáticos.

“Soja é igual casamento, é poucos que acertam”.

Observação de um agricultor familiar em entrevista (2019).

4.4.1 A unidade doméstica e o delineamento laborativo

A composição do núcleo familiar das unidades domésticas dos entrevistados constitui-se com estas configurações básicas (incluindo situações nas quais entrevistados moravam com os pais):

- Um casal sem filhos
- Quatro casais com um filho
- Sete com dois filhos
- Quatro com três filhos
- Uma unidade doméstica maior incluindo avô, pai e mãe, irmão, esposa e crianças.
- Nenhuma família com mais de três irmãos.
- Uma unidade doméstica com pai, mãe, filho e nora
- A unidade doméstica mais numerosa - a residir numa propriedade -, contempla oito pessoas, incluindo avós de agricultores e duas crianças. Com o trabalho específico com soja incluem-se o entrevistado mais irmão e avô; dois membros são

crianças e o entrevistado afirma que as demais seis pessoas estão envolvidas com produção de cana para a agroindústria familiar de cachaça. Mas este foi um caso singular. Houve dois relatos nos quais havia o entrevistado e mais duas pessoas da unidade doméstica trabalham diretamente no sistema produtivo da soja (10% do total de entrevistados, ~11% dos agricultores familiares). Em um deles, o entrevistado gere/trabalha numa área separada, arrendada pelo pai.

- Sete dentre o total de entrevistados (~35% dos entrevistados, ~39% dos agricultores familiares) contam somente com o entrevistado no trabalho direto com a soja (mencionam a esposa como “ajudando” - relativo a trabalhos com alimentação etc.)
- Dois assinalaram expressamente que a esposa também trabalha na sojicultura
- Em sete das situações trabalham pai e filho; em três destes casos o entrevistado era o pai, em quatro, o filho. Em um dos casos o pai trabalhava apenas com a parte administrativa; em outro, quando em uma visita de retorno do entrevistador, a situação havia mudado: o filho havia saído do município para cursar agronomia. Numa outra situação, ambos eram sócios.
- Houve um caso particular de uma área gerida/trabalhada pelo entrevistado e um sócio não parente.

Desta forma, a situação de trabalho direto único do entrevistado, na sojicultura, foi para sete e, de pai junto com o filho, em seis casos (~30% do total de entrevistados e ~33% dos agricultores familiares). Depreende-se que a tendência é o aumento da primeira situação, com a busca por parte dos filhos de estudos em cursos fora do município - o que irá ser comentado adiante.

Percebe-se nestes exemplares de unidades domésticas um padrão de famílias nucleares com poucos membros. Ainda menor é o contingente dos membros adultos que vivem nas propriedades, sendo ainda mais diminuto o número dos membros que se dedicam diretamente à atividade agrícola. Todos relataram que, para os serviços mais “pesados” e manuais, contratam mão-de-obra, sob sistema informal - na maioria das falas se referindo a esta força de trabalho como “ajuda”. Um entrevistado relatou ter um funcionário com contrato formal, operador de tratores.

Um dos entrevistados narrou na ocasião da entrevista: “minha esposa é na casa, meu menino é comigo; na lavoura, com suínos, ele está sempre comigo”. Meses depois, quando voltei para uma visita de campo no período da colheita, o agricultor contou que a

filha que fazia faculdade havia se formado e permanecido morando fora, o filho havia se mudado para outro município, próximo, para cursar agronomia em um Instituto Federal. Afirmou que concebe que passará a ter necessidade de contratar força de trabalho agora para “ajudar” na época do plantio, pois terá “menos braços em casa”.

Em um dos casos o entrevistado era o filho que cursava agronomia (numa faculdade particular) e residia e trabalhava na propriedade. Foi comum a situação de filhos jovens que se mudaram do domicílio para estudar ou trabalhar, a maioria não retornando para viver na propriedade. Mas a proporção que retorna ou reside próximo e mantém alguma forma de ligação com a atividade econômica não é desprezível. Alguns entrevistados afirmaram que as receitas da soja na propriedade “ajudam”, ou incentivam, os jovens a quererem morar nelas.

Divisa-se uma segmentação entre “trabalho, negócios”, função masculina, e “ajuda, guarnecimento”, função feminina. Esta segmentação não se manifesta apenas detectando-se a divisão prática de atividades, mas a maneira de categorizá-las por parte dos entrevistados. Organizando, sobrepondo, comparando e contrastando as falas referindo-se a “ajuda” para a força de trabalho (que será mencionado outras vezes mais adiante), tanto externa como a familiar, percebe-se um engenho discursivo de manobra, modulando a percepção de compartilhar o senso de protagonismo e mérito pelo planejamento, pela produção e pelos rendimentos das atividades. A força de trabalho das mulheres participaria do valor turvo da cadeia mercantil da soja.

Estes dados sobre a composição das unidades domésticas e da força de trabalho apresentam dissonâncias para a aplicação direta dos construtos analíticos chayanovianos de equilíbrio trabalho/consumo e equilíbrio penosidade/utilidade, no que concerne ao fenômeno aqui estudado. Ambos pressuporiam uma relação de maior contingente de força de trabalho familiar (com unidades domésticas de tendência maior de membros) relativo a uma menor **proporção de provimento de rendimentos** familiares via rendimentos aferidos no mercado, menor **proporção de aquisição de gêneros e serviços no mercado**, menor **proporção de compra de insumos** no mercado, menor participação do trabalho por maquinário na produção total. Desta forma, maior participação da força de trabalho familiar nos labores mais fisicamente desgastantes do manejo produtivo (nestas, na produção de soja, predominam um trabalho assalariado – preponderantemente de relação informal, periódica, geralmente no plantio).

A relação de maior necessidade de área de cultivo, demandada por requisição de provimento de víveres a dependentes familiares, não se sintoniza com a decorrência da

aplicação destes equilíbrios. Assim como as relações de crescimento da produção ligado à penosidade e de queda de utilidade, via estímulo de demandas por consumo/membro da unidade doméstica empregado no trabalho (relações apresentadas por PLOEG, 2016, p. 41-50), com nuances pelas demandas de provimento a filhos/filhas quando estão em dedicação exclusiva aos estudos, residindo fora do domicílio. O que se entrevê e se suscita, assim, como um elemento (podendo se mostrar um mecanismo estrutural) para escrutínio mais minucioso ao longo desta pesquisa é que as propulsões de incremento produtivo se devem a **demanda por capital de giro para manter o fluxo de caixa**.

4.4.2 A locacionalidade da unidade produtiva

Referente aos aspectos locacionais das unidades produtivas e residências, há entrevistados que residem na propriedade – a maioria – e há alguns que residem fora dela (levando em consideração que uma parte significativa arrenda terras de terceiros). Dentre os que residem na propriedade, parte informou morar em comunidade rural – identificadas pelo nome – e parte informou que a localização não está integrada a comunidades rurais (sendo que algumas estariam mais próximas, outras mais distantes). Dois residem em assentamento de reforma agrária. Um outro entrevistado, além do cultivo de soja na terra própria, arrenda uma faixa de terra de seu irmão e outra área em assentamento de reforma agrária. Dois entrevistados que não são enquadrados como agricultores familiares não residem na propriedade.

Fotografia 05. Paisagem envolvendo sistema agrícola de um agricultor familiar entrevistado (a sede assinalada no símbolo vermelho), município de Catalão, época de entressafra*.



Fonte: arquivo pessoal de Rodrigo Gonçalves de Souza, 2019, extraído do Google Earth (2019).

*Observa-se o sistema agrícola em limítrofe com uma empresa agrícola de área de maior magnitude, irrigada com pivô central.

Do total dos agricultores familiares entrevistados, cerca de 55% informaram residir em uma comunidade rural, incluindo assentamento de reforma agrária. Seis dos entrevistados (~33%) residem no campo, mas afastados de comunidade rural. Um entrevistado não planta em área própria, mas arrenda – é agricultor familiar, com DAP.

A média do tamanho das terras próprias (incluiu-se aqui a área total arrendada por um agricultor familiar que é unicamente arrendatário que informou ser o tamanho que costumeiramente faz contrato, mantido ao longo dos anos, sempre na mesma fazenda) foi de aproximadamente 54 hectares, numa amplitude variando entre 16 e 120 hectares. Neste conjunto, a média de área total plantada de soja é de 40,3 hectares - variando entre 8 e 70 hectares. De áreas arrendadas para o plantio de soja (~40% dos entrevistados arrendam), a média ficou em torno de 116 hectares, variando entre 9 e 220 hectares.

Dos entrevistados que não são enquadrados como agricultores familiares, um deles cultiva soja em terra própria, embora não resida na mesma. Relata: “posso alguns peões, uns ‘parceiros’ que me ajudam” (isto é, contratação informal, valor turvo), em um contexto no qual pontuava que, apesar de baixo quantitativo de trabalhadores, não possuía o perfil de produção familiar. O outro é filho de agricultores familiares, engenheiro agrônomo assistente técnico e consultor, que arrenda uma área de tamanho acima de quatro módulos fiscais do seu município juntamente com um sócio. Apenas três entrevistados afirmaram que do total de terras arrendadas, parte não era para soja, mas pastagem para criação de gado. Os contratos de arrendamento são anuais. Um agricultor familiar arrenda a terra do próprio pai, cultivando além da soja, uma área bem menor para milho, que é utilizado para silagem destinada à alimentação animal. Outro agricultor arrenda terra do vizinho e pai lhe avaliza para poder captar financiamento. Alguns agricultores afirmaram que cultivam apenas em partes da propriedade própria, considerando que o restante possui relevo inapropriado para a sojicultura.

Fotografia 06. Paisagem envolvendo os sistemas agrícolas de dois agricultores entrevistados (as sedes assinaladas no símbolo vermelho), municípios de Orizón e Vianópolis



Imagens ©2019 Maxar Technologies, Imagens ©2019 CNES / Airbus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2019 20 m



Imagens ©2019 Maxar Technologies, Imagens ©2019 CNES / Airbus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2019 20 m

Fonte: arquivo pessoal de Rodrigo Gonçalves de Souza, 2019, extraídas do Google Earth (2019).

Um agricultor familiar assentado de reforma agrária arrenda a área de sua parcela para um terceiro, não assentado, produzir soja – ele declarou que a receita da soja “corresponde a mais de 80% da renda da propriedade”. Dois agricultores familiares arrendam terra de outros agricultores familiares assentados de reforma agrária, um deles é também assentado. É legalmente proibido o arrendamento em lotes de Reforma Agrária enquanto o Título de Domínio da terra da parcela não esteja escriturado em nome do ocupante. Diante deste fator, é comum as partes do arrendamento se referirem a ela como “parceria”¹⁰⁴. A pessoa arrenda a parte da parcela seja com um valor pré-fixado, seja com

¹⁰⁴ A portaria MDA 337 de setembro de 2015 visou tentar uma mínima regulação normatizadora, com a exigência de documento de aceitação do INCRA para a contratação de agricultores familiares em Projetos de Assentamentos no âmbito do PNPB.

uma parte do valor comercializado da produção de soja. Um dos assentados entrevistados afirmou que já arrendou áreas de outros assentados para produzir além de sua parcela; um outro assentado afirmou que pretende procurar também terras para arrendar.

Nos depoimentos das entrevistas, é comum nas localidades da pesquisa que o arrendamento seja feito tanto entre assentados e produtores não enquadrados como agricultores familiares quanto com agricultores familiares, inclusive outros assentados. Três dos quatro assentados entrevistados são os próprios produtores de soja na sua parcela. Um agricultor relatou um fenômeno recente que ocorre no seu município: proprietários perceberam que seria mais lucrativo, ao invés de arrendar a propriedade, entrarem como “sócios” nos projetos de safras, com outros disponibilizando maquinário, ambos dividindo o custo dos insumos adquiridos e dividindo a receita da comercialização. O assentado que arrenda sua terra para terceiros narrou que esta tendência crescia também entre os demais agricultores do assentamento onde reside, com negociações precificadas em saca de soja, sob valores fixados que variam de “parceiro por parceiro e por tempo de parceria”.

4.4.3 O processo de engajamento no trabalho com o sistema da sojicultura

“soja é ‘menos preso’, há uma certa liberdade. Leite não, é contínuo, ‘cantiga de grilo’. Trabalhar mais com parte mecanizada o desgaste físico é menor”.

A maioria, dez dos entrevistados agricultores familiares, não trabalhava com soja ou possuía um familiar próximo que trabalhava antes de implementar a produção no seu sistema agrícola. No entanto, mais especificamente, o perfil varia. Quatro eram assalariados rurais. Um era filho de um empregado de uma empresa de fertilizantes, cuja família resolveu sair da cidade e mudaram-se para a fazenda onde vivem hoje o pai e a mãe, com o filho vindo diariamente, sendo o responsável pela parte operacional da lavoura e o pai pela parte administrativa. Ele cursou técnico agrícola e teve contato com sojicultura quando começou a trabalhar com firmas do ramo e então, junto com o pai resolveram aderir ao sistema, começando na propriedade e depois arrendando terras. Se identificou, ao se referir a “nossa classe”, como do “agronegócio” – o que levou a atentar para outros apelos simbólicos na entrevista. Dois dos quatro entrevistados assentados se identificaram como tendo sido “trabalhadores rurais sem terra” – um tendo sido liderança militante, morando em Goiânia durante alguns anos após ter emigrado do campo.

Dois entrevistados relatam que “abriram” a produção no sistema agrícola com arroz e depois mudaram para soja. A rizicultura demandava maior mão de obra e muitas vezes tinha lucratividade mais “achatada”, preços com maior oscilação. Não obstante, consideram que teve função agrícola estratégica. Foi explanado por um deles que a produção de arroz era vendida para a agroindústria “Arroz Cristal”; produzia 750 sacas, mas ainda assim “só cobria os custos”, havia grande oscilação de preços. Um dos dois agricultores fora do enquadramento como “familiar” afirmou que, quando produzia arroz (“para abertura de área”), os preços eram estreitamente dependentes da classificação do produto. Outro agricultor, assentado, afirmou que parou de trabalhar com criação de pequenos animais, porcos, galinhas, porque considera que “atrapalha” a lavoura de soja. Um dos entrevistados, que é sócio do pai, relatou que este era agrimensor que após trabalhar como autônomo retornou para a propriedade dedicando-se à pecuária leiteira; dezesseis anos depois iniciou a sojicultura para, após três safras, dedicar-se a ela exclusivamente.

Uma experiência muito difundida entre estes entrevistados foi o trabalho com pecuária e produção leiteira. Dentre os dez que disseram que antes não tinham experiência com sojicultura, sete começaram a como produtores de leite - dois ainda trabalham com a produção e cinco trocaram. O principal motivo alegado para retrainar a dedicação à atividade, presente em todos, foi a **penosidade do trabalho** no manejo. Ela foi expressa em termos de exigência de tempo de dedicação – nos horários diários e nos dias ao longo de todo ano – e o “peso” do esforço laboral (um entrevistado relatou que teve que parar com a atividade por “problemas na coluna” que alegou serem decorrentes do trabalho na atividade leiteira). Também em outro relato se mencionou que a sojicultura é “menos cansativa do que leite, leite é cedo e de tarde o ano inteiro, soja dá mais intervalos”.

Dentre este conjunto, os dois que ainda permanecem com a atividade afirmaram que com o incremento da produção de soja, diminuíram a dedicação em volume e área (pastagem) à produção leiteira. Somente um permanece aferindo da atividade receitas em magnitude significativa na composição total. Somam-se a estes mais quatro dos demais entrevistados que trocaram a atividade, alegando principalmente este mesmo motivo, além de mais outro agricultor que permanece, porém com produção reduzida.

Fotografia 07. Parte do rebanho leiteiro e galináceas de um agricultor entrevistado, próximo à sua casa. Ao fundo, implemento agrícola.



Foto: arquivo do autor

Um agricultor familiar afirma que também presta consultoria para outros produtores de leite no município. Dos quatro agricultores (dois que já tinham experiência com soja antes de produzirem na propriedade atual e dois que não tinham) que ainda permanecem na atividade leiteira, todos alegaram que a região que abrange o município tem uma tradição de um movimentado mercado leiteiro em integração dos agricultores familiares com as indústrias, além de que o gado acaba sendo uma reserva financeira para venda diante de imprevistos. Este motivo figurou mais proeminente na fala de um dos entrevistados, em que assinalou que a receita do leite atualmente não é muito significativa entre a composição total das receitas da propriedade. Os quatro produzem também na propriedade silagem para o gado. Um deles expôs que na safra 2019/2020 terá que plantar milho também no verão, não apenas na safrinha como usualmente o faz, senão faltará silagem. Mas todos colocaram que o vulto da atividade na dedicação da unidade produtiva familiar decresceu à medida que o da soja crescia.

Um agricultor relatou que divide o trabalho da sojicultura com o filho; ele é responsável pelo plantio enquanto o filho é responsável pela aplicação de agrotóxicos (relatou que a esposa “cuida” do quintal, manejando horticultura e criação de porcos, além de um pequeno plantio de milho para dar de ração aos animais). Um assentado, que mora com a esposa na parcela, relatou que um sobrinho opera as máquinas, especialmente na aplicação de agrotóxicos, o filho, que mora no núcleo urbano, traz as sementes. O proprietário trabalha junto no plantio. Um agricultor assentado relatou que também trabalha em horário parcial em uma padaria que se situa dentro da área do assentamento,

de onde provém quase um terço do total da renda da unidade doméstica (da soja proviriam dois terços).

Outro agricultor, com unidade doméstica de quatro membros, afirmou que usualmente é ele quem ele fica por conta da dedicação ao trabalho com soja, mas depois que aumentou a área de plantio, o filho que não está mais na escola está “ajudando” e a esposa também “ajuda”. Alegou que um outro filho que está na escola “ajuda menos”, mas no final todos trabalham - a renda familiar toda provém da soja. O que cada um faz? Operar máquinas. Todos os filhos já sabem operar e afirmou que “se for preciso a esposa opera, não tem muita prática não mas opera também”. Contudo, expressou quanto à principal tarefa da esposa relativa à atividade econômica, que ela “ajuda mais levando almoço, buscando peça na hora que precisa”. Disse que não contrata funcionário, “não pago funcionário por fora, se for contratar não é viável financeiramente”.

O agricultor que é sócio do pai afirmou que este só não trabalha na aplicação de agrotóxicos, ficando sob a sua responsabilidade, ambos dividindo os demais trabalhos. Outro, que atua também com produção de leite e cachaça na propriedade, contou que, durante uma semana, dentre o período do plantio, toda a família está envolvida: “é mais estressante, tem que regular plantadeira, é puxado, mas depois é tranquilo de cuidar; soja te prende menos”. Um agricultor comentou sobre a divisão de tarefas com o pai, que costuma fazer a colheita da soja para depois o agricultor, filho, se encarregar do plantio da entressafra.

Dentre os depoimentos, houve declarações como “soja é melhor, ‘mexer com vaca’ é um cativo, não tem prazo; se pudesse mexia logo só com soja”; ainda outro expressou-se em termos tais como “soja é ‘menos preso’, há uma certa liberdade. Leite não, é contínuo, ‘cantiga de grilo’. Trabalhar mais com parte mecanizada o desgaste físico é menor”. Outro agricultor enfatizou: “No período de plantio é bem mais trabalhoso, mas depois, com tratos culturais, defensivos, colheita, é mais tranquilo. E tem a entressafra, muito tranquilo”.

O segundo motivo alegado, mas ainda assim em menor número de manifestações entre os agricultores, foi a instabilidade nos preços e no mercado leiteiro. “Lucro do leite é baixo, cobre as despesas de casa, um funcionário. É pra ‘sobreviver’. Soja possui mercado mais aceito, mais firme, preços mais estáveis”. Um agricultor relatou que deixou de trabalhar com pecuária leiteira pela demanda de contratação de mão de obra acima do limite proporcional permitido nas regras da Declaração de Aptidão ao Pronaf e, pela

propriedade ser afastada do núcleo urbano, “encontrar pessoas de confiança pro trabalho estava difícil”.

Considerando que dar entrevista envolve inerentemente um componente de performance retórica, muitos sentidos podem estar contidos nesta referência à “confiança”. Por exemplo, confiança de não haver subtração de bens, confiança de empenho no trabalho, confiança de não denunciar infrações trabalhistas (onde se desvela, em algumas falas, que a margem de lucratividade pressupunha não arcar com custos de encargos trabalhistas, um dos ganhos esperados com a substituição por maquinário) ou outras...

Destoando um pouco de outros depoimentos, houve um agricultor familiar – que além da produção na terra própria, arrenda do cunhado e de um assentado da reforma agrária - frisou que, depois que começou a plantar soja, “aumentou a correria”. Considera o trabalho muito cansativo – organizar a quantidade da terra para o plantio e organizar os tratamentos culturais, “só de dois é difícil” – e incluiu, neste momento, a esposa na composição da força de trabalho juntamente à sua, ante a uma fala anterior de que ela “ajuda”. “O sossego que tem acaba” [...], “mas o ciclo é pequeno, quatro meses e pouquinho, depois que termina fica mais tranquilo, durante o período de manejo é intenso”. Argui que não mudou rotina do horário de levantar-se e começar a trabalhar, mas, na época de plantio e de colheita, tem áreas de lavoura [arrendadas] a 26 km de distância; nos dias deste período a família “dorme mais tarde”, “a correria é maior”, todavia “fora isso não muda não, só nesta época mesmo”.

Toma-se aqui um ensejo para se abstrair, montando uma imagem útil para cotejar estes elementos expostos pelos entrevistados.

Se faz útil uma aproximação na retórica articulada por um entrevistado no relato de que, nos primeiros anos em que começou a produzir soja na propriedade, produziu paralelamente hortaliças com fins comerciais. Na época de maior demanda de tratamentos de lavoura – de novembro até meados de abril – considerou ficar ímprobo intercalar as duas. Enquanto necessitava se concentrar no manejo da soja, se requeria também o trabalho com hortaliça que demanda muita mão de obra, atenção e tempo: difíceis de conciliar. Possuía clientes que demandavam hortaliças na época da seca, quando o preço era mais atrativo para vender; mas na época “das águas”, diminuía o ritmo de produção de horticultura. “Conquistava” clientela, porém não tinha regularidade de oferta e alguma parte da clientela se afastava: “até que conseguisse a clientela de novo...”. Percebeu ser necessário contratar força de trabalho regular e os custos ficariam inviáveis para o grau

de lucratividade que almejava relativo ao investimento devotado. Com a soja “se arca mais é com o custo de maquinário”. Outro agricultor narrou também que até o momento de começar a lavoura de soja produzia sementes de hortaliças para fornecer para empresas, parou por considerar que a soja tem mais facilidade para o trabalho pela mecanização diminuir a penosidade do trabalho, que antes especialmente na colheita, manual, era mais “pesado”.

Martins (2004) analisou o período de liberalização comercial da cadeia leiteira no Brasil dentre 1991 a 2001 e apontou que, sob esta força estrutural da liberalização, decorreu uma tendência de recuo nos preços pagos ao produtor (em média recuaram no período em 7,5%). Duarte *et al.* (2017) apontam que a partir de 1987, com maior acentuação após 1991, houve uma queda constante nos preços médios pagos ao produtor de leite no Brasil até 2006, com uma pequena reversão na tendência até 2014, voltando a cair novamente em 2015 e 2016. Dentre os mecanismos desencadeados está o efeito - em meio ao aumento da concorrência por preços - da maior produtividade e ganho de custos entre aqueles que conseguiram implementar maior tecnologia de produção, obtendo um dado nível de rentabilidade, mesmo com preços percebidos menores, através de aumento da produção e desta forma, dos lucros unitários.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) mais de 50% do leite de vaca comercializado em Goiás provinha de estabelecimentos de agricultura familiar. No estado, de acordo com Carvalhaes; Cunha; Wander (2015) a mesorregião Sul é a de maior produtividade leiteira, onde Catalão, Ipameri e Orizona aparecem entre os municípios de destaque (os três municípios tiveram agricultores familiares entrevistados nos quais em cada um houve uma desistência da produção leiteira). Analisando o comportamento dos preços e das margens de ganho no preço do produto agroindustrial final, os autores constataram que o segmento atacadista é o de maior poder de mercado.

Costa; Estevam (2013) examinaram aspectos socioeconômicos da bacia leiteira do município de Piracanjuba, município da mesorregião Sul de Goiás, adjacente ao Sudeste Goiano, que acumula uma tradição na atividade desenvolvida por agricultores familiares, entre os anos de 2000 e 2010. Apontam que em média a rentabilidade (retorno do capital investido) das propriedades leiteiras apresentou um leve saldo negativo (observa-se que o cálculo considerou depreciação de equipamentos e pró-labore familiar no custo operacional total, itens que usualmente não são contabilizados pelos agricultores familiares), embora com margem bruta de receitas positiva. O custo-oportunidade ficou

abaixo da rentabilidade da caderneta de poupança, o que no caso tem reflexo para com aqueles que adquiriram financiamento, com juros – mesmo que subsidiados.

Quanto ao perfil do emprego, apresentando dados de 135 questionários aplicados nos anos de 2001 e 2002, para 81,49% dos trabalhadores na atividade leiteira no município a jornada de trabalho era maior que 10 horas diárias, em 30% deste extrato, maior do que 12 horas diárias. A jornada média de trabalho era de 10,5 horas diárias.

Não se pode fazer uma transposição automática que se aplique à realidade mais ampla ou para qualquer momento temporal do universo geográfico da agricultura familiar aqui pesquisados. Ainda assim, estes dados contribuem para a apreciação dos relatos dos agricultores entrevistados no tocante aos fatores estruturais da penosidade no labor da produção leiteira e a volubilidade do seu elo nesta Cadeia Mercantil. Subsidiava-se assim a compreensão para se proceder paralelos com informações concernentes a tópicos afins, quanto ao sistema produtivo-comercial da soja com os agricultores familiares.

Um entrevistado não agricultor familiar afirmou que se dedicou também ao plantio de capim para pastagem no último ano, a fim de “ter área precoce”. Três agricultores familiares afirmaram ainda obterem parte das receitas com a atividade de gado de corte, apenas um disse que possuem algum grau significativo nas receitas totais; plantou capim para pastagem no último ano visando “abrir” uma área precoce.

Um dos quatro entrevistados que são assentados relatou que planta três alqueires (quase 15 hectares na referência em Goiás) de milho irrigado, como matéria-prima para pamonha. Asseverou que a lucratividade é bem melhor do que a com a soja; disse que há um nicho de mercado, mas investiria se tivesse uma área de cultivo maior. Um outro agricultor ainda afirmou obter receitas com a produção de milho e dois outros com maracujá. Destes últimos (do mesmo município, adjacentes ao município do outro agricultor), para um deles é uma atividade mais periférica, não chegando a um hectare, com produção vendida para um atravessador de município vizinho que lhe adquire na sede do município que reside, revendendo como polpa. O outro relatou ter experimentado um prejuízo intenso na safra 2018-2019, o que será abordado tematicamente com mais detalhes mais adiante. No momento é importante constar que esta atividade demandava contratação de trabalho externo, especialmente nos períodos de polinização e colheita, com logística de transporte para os trabalhadores arcada pelo agricultor. Afirmou que já trabalhou produzindo melancia, tendo parado recentemente, há dois anos. Vendia em mercados de Brasília e Goiânia, “mas na hora de receber não conseguia”. Um agricultor

cultivou bananicultura por seis anos, da variedade “banana maçã”, até perder toda a safra afetada pela doença “Mal do Panamá”.

Um agricultor familiar que produz em uma área que arrenda relatou que, na safra anterior ao período da entrevista, experimentou deixar uma parte da área como pastagem, mas passou a ter que lidar com problemas de compactação do solo, vendo que, dado seu “nível familiar” – referindo-se à escala econômica neste momento –, não teria como arcar com despesas de ter e manejar o implemento subsolador. Um outro entrevistado (que relatou que antes da soja experimentou lavoura comercial de milho e resolveu mudar), narrou que uma outra fonte de receitas, ainda que em “pequena escala” como afirmou, é a venda de um processado derivado de carne – linguiça – de porco para vizinhos, mas que é uma quantia que eventualmente cobre alguma conta, como a de energia. Antes “criava um gadinho”, plantava “uma rocinha manual mesmo”, hoje ainda cria “um pouco de porco, umas vaquinhas”, mas não lidadas na perspectiva de atividades comerciais – interessante o emprego dos diminutivos, forma de se expressar que não foi comum durante toda a conversa. Outro afirma que vendia milho para silagem, mas tinha mercado irregular. Trocando para a soja, aproveitou a mesma área e afirmou que o trabalho é o mesmo, apenas há algumas aplicações de agrotóxicos a mais.

O agricultor que possui também uma parte significativa das receitas da propriedade advinda da produção de cachaça, expôs que na época do plantio de soja tem funcionários terceirizados que “ajudam” a plantar e “ajudam” no corte de cana, “ajudam” na moagem (destaca-se que ele repetia para estas tarefas a palavra “ajuda”). Esta relação cambiante nas atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades será abordada novamente. Se terá um olhar atento também para a produção de auto-aprovisionamento, bem como a prática de cultivar milho – principalmente – e sorgo na chamada “safrinha”, aqui focalizando principalmente a relação com a dimensão laboral.

Cinco agricultores familiares entrevistados afirmaram ter experiência anterior com a sojicultura antes de desenvolvê-la na propriedade. Metade destes, como empregados em fazendas de sojicultura, anelando desenvolver a atividade por conta própria o que empreenderam ao adquirir a sonhada terra. Um deles trabalhava fora do núcleo familiar e foi residir na terra do pai onde começou a atividade de sojicultura. Sugestiona-se assim que se acrescentam mais valores simbólicos à capitalização que se consiga obter com atividade agrícola na propriedade junto com o apelo de “ser dono do próprio negócio”. Dois outros conheciam a sojicultura através da produção de familiares,

um sendo a produção do pai, outro do cunhado – neste caso, influenciou procurar adquirir uma propriedade na qual a atividade já era desenvolvida.

Os que narraram terem sido assalariados antes, afirmaram que se sentem muito mais satisfeitos hoje, primeiramente pelo senso de autonomia com uma terra própria e trabalhando “pra si mesmos”; “era mandado, agora mando em mim; tenho meu sossego, todo lugar tem tribulação, correria, mas aqui é mais tranquilo, qualidade de vida”. O que fora gerente de empresa de transporte conta que antes lhe sobrevinha uma maior sobrecarga com pressão psicológica que hoje não sente. Relatou que não tem familiares agricultores e não possuía experiência no campo, tendo passado a vida na cidade, mas sempre cultivou um anelo afetivo de aspiração a viver no campo. Alegou que sua experiência anterior lhe auxilia em ser mais metódico administrativamente e na contabilidade. O cunhado já trabalhava com sojicultura há 17 anos no município onde residia antes; começou então, por dois anos, como sócio do cunhado, que era responsável pela parte operacional da produção. Quando começou por conta própria na propriedade já se encarregava desta parte operacional. Atualmente ainda mantém uma parceria com o cunhado, que gerencia outra fazenda: presta serviços para o patrão dele na época do plantio, em troca consegue emprestado o maquinário que ainda não possui.

Dos dois entrevistados que não se enquadram como agricultores familiares, um trocou a atividade da pecuária de corte para sojicultura, começando em terra arrendada até adquirir a própria. Outro veio de uma família de agricultores familiares dedicados tradicionalmente à pecuária leiteira e agora de corte, atuando como agrônomo e consultor em sojicultura no município e entorno, tendo iniciado sua produção com a rizicultura para “abrir” a produção na terra (arrendada) e depois trocando totalmente pela soja.

4.4.4 Anseios, razões e motivações manifestas na adesão ao sistema produtivo-comercial da soja

O caráter do exame de “razão” e “motivações” traz tanto maiores limitações quanto potencialidades comparando com formulários tabuláveis. Pesquisa-se aqui um sistema (socioespacial) aberto e não determinístico (do contrário, seria tal que, fazendo-se sempre a mesma pergunta se obtém a mesma resposta), com fenômenos de dinâmicas não lineares sob operações de propriedades que podem ser cambiantes no tempo e espaço. Preteri um formato questionário, privilegiando o formato de entrevista em que se provoca a narratividade, a explanação, para captar mais nuances. Desta forma, evitando uma

aparência mais artificiosa e superficial de rigor esquemático instrumentalmente mais controlável, porém mais de acordo com sistemas fechados e menos adequado ao sistema aberto da vida cotidiana. À vista disso, os tópicos classificatórios das “motivações” têm o sentido mais vívido no contexto das exposições, sendo mais semanticamente permeáveis, “porosos”, mais matizados em graus variáveis e menos estritos e autoexcludentes. O que, isoladamente, se defrontaria com o princípio da não-contradição, pode ser combinado contextualmente em realces semânticos diferentes, adaptado a circunstâncias diferentes.

É importante evitar a “falácia epistêmica” de reduzir o domínio ontológico ao domínio epistemológico (por conseguinte, reduzindo o domínio do Efetivo ao domínio do Empírico), confundindo retroativamente este com aquele, por mais instrumentalmente manejável possa parecer o resultado. No quadro referencial do realismo crítico, as motivações, expressando também os significados sociais para os sujeitos analisados, podem ser fatores causais, se produzindo por interações contingentes no bojo de processos causais em condições específicas (JESSOP, 2005, p. 7).

Muitos entrevistados, nas suas falas, salientam uma prioridade diante de outra de forma mais direta, ou deixando relativamente mais claro, destacado. Outras vezes, torna-se possível detectar uma escala gradual no destaque dentro do contexto do momento da fala em que aparece, ou em repetições por momentos diferentes ou em toda entrevista. Algumas vezes entrevistados espontaneamente contextualizaram os termos e buscaram explicar o que queriam dizer, procurando ilustrar ou buscando contrastar com o que não queriam deixar que se entendesse daquilo que falaram. Algumas vezes apareceu de forma lacônica nas perguntas que mais diretamente referiam-se às motivações, mas ganharam relevo em outros momentos. Frequentemente as motivações manifestaram-se como estando interligadas, associadas ou derivadas uma da outra.

O tema das motivações e razões suscita um momento separado no escopo do trabalho, com foco mais específico, contudo possui propriedades que lhe levam a ser transversal. Decerto, entrelaça-se e manifesta-se em diversos outros tópicos e questões orientadoras. Por isto estará presente, tanto permeando outros momentos, quanto se retornando mais patentemente.

O tópico que se manifestou mais recorrente e explicitamente foi a busca por **incrementos de receitas**, especialmente liquidez. Se manifestou muitas vezes sob a forma de “aumentar ganhos/melhorar renda”, mais patentemente em doze dos entrevistados (~65%), proeminente dos dois entrevistados não enquadrados na DAP.

Abrangido, mas destacado neste ponto, há uma variável derivada que é a “lucratividade”, quando apareceu mais realçadamente a margem de ganho sobre os custos, receitas deduzindo as despesas. Se considera um subcomponente por ter aflorado mais explicitamente na citação. Dentre estes doze entrevistados, em sete a “lucratividade” se sobressaltou, (~40% do total de agricultores familiares e ~60% dos doze). Em entrevistas nos quais este tema não se manifestou diretamente na fala a respeito das motivações, não significa não ser uma preocupação recorrente, dado que adiante acaba se mencionando em outras explicações.

Onze dos dezoito agricultores entrevistados (~61%) declararam como importante fator causal para implantarem a cultura agrônômica da soja **terem sido atraídos à atividade pela performance de outros produtores** - seja conhecidos, ou amigos antigos reencontrados, seja parentes, seja vizinhos, ou em geral numa região (onde viviam antes ou onde vivem agora), incluindo um agricultor assentado ligado ao movimento social.

Quatro agricultores familiares declararam que tal se deu por um período **trabalhando como assalariados para produtores de soja**, um destes quatro está incluído na composição dos onze referidos logo anteriormente. Um agricultor relatou que nas terras do pai havia uma parte arrendada para um vizinho produzir soja. Então ele passou a receber constantes estímulos por parte do prefeito de seu município, tendo então procurado uma pessoa especializada na área e com isso tiveram interesse em plantar. Como ele havia trabalhado como diarista em sojicultura por dois anos no plantio e colheita, pensou “peguei um pouco de experiência né, e pensei ‘ah, nós temos a terra, então vamos”.

Vendem para a Cargill, para a Granol de Silvânia, possuem contrato de PNPB para ganhar o Bônus. Creem que sem o bônus a atividade ainda compensaria, pelo fato de o trabalho ser todo familiar e não terem o custo com contratação de funcionário. “Olha o nome da agricultura, é familiar né, então como você não precisa de funcionário, você não tem essa despesa”.

Se segmentou aqui para se considerar que dez, então, foram atraídos sem experiência de trabalho anterior com a soja. Sobre este fator, é relacionado como fator causal, mas na consideração sobre ser “motivação”, é necessária uma distinção quanto a outros fatores. Decerto a ideia de que a atividade econômica da soja estava sendo exitosa com outros produtores motivou este grupo referido, mas é um elemento-ponte para a **aspiração**, ou para o **que se busca**, que encontra sentido mais correspondente nos outros

motes elencados. Este seria um mote no qual se viu razões para acreditar que os outros motives poderiam se consumir - e não ele mesmo como um agente causante.

O próximo mote a ter se manifestado mais patente foi o sobre reputar à produção de soja uma **garantia de ter mercado**. Este ponto tem uma relação próxima com o elemento “incremento de receitas”, dado que pressupõe a busca de receitas via relações de mercado. Mas o tom do incremento de receitas recebe menos saliência quando não enunciado junto ao da vendagem, onde aparece por vezes a estabilidade da atividade, uma segurança de não se ver desprovido de uma fonte de renda em um ano sem escoamento ou sem pagamento pelo produto. Contar com maior previsibilidade no período intermediário a algum objetivo ou meta de planejamento. O mote apareceu patentemente em oito dos agricultores familiares. Nestas manifestações, se frisou a importância da “regularidade de preços” em três dos entrevistados. Em um deles, foi contrastado com outra possibilidade produtiva com facilidade comparável de obter mercado, mas com remuneração mais instável; em dois, frisando mais a estabilidade de preços do que o ponto de o mercado estar garantido.

Um agricultor que relatou um significativo prejuízo na comercialização do maracujá, com quebra de confiança por parte da agroindústria compradora, assinalou: “soja é atividade mais segura, não tem risco de prejuízo”. Outro agricultor narrou o processo de conversão do sistema produtivo especializado antes na produção de milho, pela de soja, em termos das vantagens desta garantia de proventos com a comercialização. “Nunca fui muito de soja, era receoso com veneno, não gosto de mexer com veneno”. Expôs que o cunhado é agrônomo e possui uma área cultivada com soja; resolveu então experimentar numa área menor, gostou e decidiu por aumentar a área plantada. Das vantagens que percebe decorridas disto, destaca ter colhido e já vendido em sequência, “o preço pode estar ruim, pode estar bom, mas se quer vender vende e é dinheiro na mão”. Diferentemente da comercialização de silagem, cujo mercado é mais instável, “tem ano com muita procura e ano sem”. Relatou que na safra anterior tinha acondicionado na propriedade 2000 toneladas de silagem e não vendeu “nenhuma”. Pesando isto, deliberou substituir milho pela soja.

Outro mote muito destacado e sobremaneira importante para o crivo analítico é o do **menor desgaste/intensidade da força laboral**. No que se inclui esforço físico, pressão psicológica, tempo de dedicação (este aspecto está, por vezes, misturado com o destaque ao ciclo rápido da atividade econômica): “Não dá tanta mão de obra, menos cansa”. Foi ressaltado por nove dos agricultores familiares (50%). Conexo a este,

ressaltou-se a noção de **maior autonomia** (no que se inclui autocomando da atividade econômica, maior disponibilidade de tempo) em cinco agricultores familiares (~28%). Um agricultor destacou a busca de autonomia, não somente por trabalhar por conta própria, mas com o emprego do maquinário. Anelava desde adolescente trabalhar com máquinas (o que carrega a sugestão da comparação com o trabalho mais manual dos pais, que se contemplava) e teve enfim a oportunidade. Digno de consideração também, ainda que tendo aparecido de forma menos proeminente, foi quanto ao **pagamento rápido pelo produto, ciclo rápido**, manifestado em três entrevistados (~17%), sendo que o mote foi associado de forma mais próxima com “disponibilidade de tempo” por um dos três.

Dois entrevistados sobressaltaram o **conhecimento acumulado entre membros da família – pais, tios, outros que não o núcleo doméstico do domicílio e/ou propriedade**. Um entrevistado, assentado, reiterou destacadamente que o incentivo fundamental veio do **filho que, não morando mais com a unidade doméstica passou a trabalhar para uma fazenda de uma figura pública de elevado status no município**. A partir disto, o filho conseguiu convencer ao pai a investir, tendo propiciado arranjos facilitadores para aquisição de insumos, que mais adiante serão comentados.

Se faz pertinente sublinhar algumas narrativas proferidas por alguns entrevistados dando relevo a alguns aspectos notórios. Um deles, que constantemente fazia questão de destacar ser proveniente de uma família de agricultores familiares reputada, “tradicional na região”, narrou que, buscando ampliar dividendos, achou a produção de soja mais viável do que a alternativa do gado de corte, a qual se implementara anteriormente. O sistema de criação valia da solta do gado em área de Cerrado de fitofisionomia campo limpo. Proferiu: “Cerrado ralo, não era terra boa”, ou seja, visto como menos produtiva para a exploração econômica, “na época era tido como uma terra quase descartada, chapada e tal”.

Afirmou que devido ao contato com tecnologias de produção os familiares divisaram a possibilidade de obter ganho pecuniário maior com a área. “[...] mas quando veio a tecnologia pro Goiás, que foi aonde a gente foi desmatar cerrado, trazer adubo; a terra não era tão fértil, e essa adubação química ajudou a beneficiar essa terra, a gente resolveu plantar essa área em soja”. A terra “agora é muito bem-vista, pessoas cobiçam, querem comprar, se forem vender tem um valor muito maior” e com a “adubação, cada ano que passa usa calcário, gesso, adubo, vai ficando melhor a terra”. A relação com a perspectiva da elevação das qualidades de exploração agrônômica da terra sobreveio de forma mais latente em outros entrevistados em momentos diversos da entrevista.

Sobretudo quando se tratava do encarecimento nos preços para arrendamento; explicitamente também sobreveio em frases como “você fica seguro, ela é viável, melhora o solo, preço é lucrativo e é garantido de vender”. Diante de caracterizações que distinguem afinidades mais essenciais entre a campesinidade com aspectos de sincronias socioecológicas, manifesta-se assim, em exemplos paradigmáticos, a acentuação da racionalidade instrumental no espaço concebido.

Este aspecto recapitula as prolíferas discussões na temática do Cerrado, “modernização do campo” e transformações socioespaciais (por exemplo, BORGES, 2013; CALAÇA; DIAS, 2010; PIZARRO; ARAUJO SOBRINHO, 2017). Traz em sobrelevo a incorporação de agricultores familiares no processo: os trechos destacados no parágrafo anterior são de agricultores familiares, de gerações de agricultores familiares (declarado na entrevista) do município de Orizona, um município de reputada campesinidade e que nas informações do censo demográfico de 2010, apresentava um número equiparável de população residente em área considerada “rural” pelos critérios do IBGE – 6.325 pessoas – com a área considerada “urbana” – 7.975 pessoas. Nos dados do Censo publicados em 2017, de 6.036 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, 3.878 (~64%) possuíam “laços de parentesco com o produtor”. Que no total de estabelecimentos agropecuários - 2.179 -, uma proporção de apenas cerca de 45% declararam ter feito uso de adubação, 38% ter feito uso de agrotóxicos e 24% de financiamento creditício, com apenas aproximadamente 6,6% (144 no total) dos estabelecimentos se dedicando à soja.

É emblemático o depoimento do assentado que atuou junto a lideranças de movimentos de luta pela reforma agrária. Narrou que ele e sua família chegaram no assentamento onde vivem em meados da década de 2000 quando foi estabelecida a definição de área do Projeto de Assentamento. Três anos depois houve o parcelamento e instalação definitiva. Já no ano seguinte, teve início o que chama de “as parcerias” para plantios de grãos – soja e safrinha milho/sorgo – com a sojicultura protagonizando. “Você chega na terra, no nosso caso, despossuído de recursos financeiros, terra degradada; a solução que encontramos para melhorar terra e ter renda pra família foram com as ‘parcerias’”. Alegou que depois interrompeu a prática, tentou alternativas, “mas infelizmente o pequeno produtor esbarra com as dificuldades: falta de capital e de acesso a mercado, especialmente quem vive em cidade com população pequena, para pequeno produtor escoar é difícil”. Tentaram obter renda com a produção de derivados de mandioca e produção de leite, “extremamente difícil”. Foi ele o que declarou que as

receitas com o arrendamento para a produção de soja correspondem a mais de 80% da renda obtida com a propriedade.

O relato deste outro entrevistado exprime o caráter multifacetado de fatores atuando com e sobre o agricultor, na estrutura entrelaçada de fatores causais e motivacionais, agindo nos - e sobre, e por meio de - seus anseios, temores, suposições, cálculos e valores: “Não tem jeito de dizer assim, o trem é uma chave de ouro, não, é fazendo devagar que você chega lá”. Relata que alguns vizinhos conversaram sobre as vantagens de aderir à atividade: “os vizinhos conversaram, tem um vizinho meu do outro lado ali que planta, é produtor maior, 400 hectares, sempre ele comentava comigo ‘planta um pedacinho’. Contou que este vizinho lhe emprestou o dinheiro para adquirir os fertilizantes do primeiro plantio e avalizou, na loja de insumos, para o agricultor adquirir sementes e agrotóxicos para pagar após a comercialização.

Diz que frequentemente é procurado por algumas firmas propondo fazer negócios com a produção de soja, fiando plantios em câmbio de valores de sacas produzidas. “Eu sempre fui um cara bem centralizado, aquelas coisas né, eu nunca visei lucro, eu visei movimento, porque o lucro hoje você sabe, na roça a coisa mais difícil que tem é você fazer um dinheiro, dizer assim ‘o cara ficou rico com roça’; você tem giro, mas ninguém acumula fortuna mais não, só os grandes”. Ao relatar um desânimo que sobreveio com perdas por estiagem na safra 2018-2019 e os passivos financeiros que ficaram, expõe “na verdade, o pequeno é muito sofrido né, você sabe disso né, é complicado, às vezes você pensa ‘é, vai dar certo assim e assim’ e dá um tempo igual foi esse ano, um tempo ruim aí a expectativa sua vai lá embaixo”. Contudo argui acerca da persistência com a sojicultura “você já viu aquela expectativa do pobre, que sempre ‘ano que vem vai ser melhor’? Só que assim, eu mesmo nunca plantei visando assim, visei assim visei o movimento, que pode ser bom, fazer número na fazenda, mas nunca foi questão de ambição pensando ‘fica rico em cima disso’, não, não fica mesmo”.

4.4.4.1 Permeando os quatro tópicos, emergem já tensões e riscos, operando por mecanismos que se manifestam em tendências

“Atividade mais segura”; “vende e dinheiro na mão”; “falta de capital e de mercado”; “visei movimento”; “você tem giro”; “preço lucrativo”, “garantido de vender”; “fazer número na fazenda”; “renda mais satisfatória”; “tirando imprevistos climáticos, com emprego técnico bem-feito é muito difícil não ter lucro, pouco ou muito”; “não enrica

não mas dá pra viver razoável”. Estas foram expressões reiteradas nesta altura da entrevista perpassando por vários contextos nas narrativas dos agricultores. Há uma assertividade, uma tensão e um refreamento. Declara-se admitindo a necessidade de regularidade e previsibilidade de faturamentos; reconhecendo o estímulo para se atrever a investir e a preocupação com uma segurança econômica básica pela consciência de limitações. A racionalidade valorativa pondera as expressões de orgulho e modéstia, as expressões de satisfação com o aumento de lucratividade dosadas com o comedimento em não demonstrar ganância, com avidez em aumentar capital.

No horizonte de funcionamento da atividade econômica dos agricultores, o qual se associa com o planejamento de vida enquanto “produtor” (que é uma das dimensões de sua identificação como agricultor), requer-se possibilidades de obter matérias-primas e insumos a custo acessível ou negociável. Em condições adequadas à escala de dotações dos agricultores. Requer-se recursos para despesas durante o ciclo produtivo até a obtenção dos dividendos. Recursos para a logística do escoamento dos produtos. Dotar-se de recursos num montante para manter as operações de despesas e receitas positivamente num intervalo temporal. Incluindo períodos que estão internalizados nas experiências, nos quais ocorrem fluxos de caixa negativos por intercorrências socioecológicas, socioeconômicas, sociopolíticas. No que muitas vezes se acumula dívidas ou se necessita desfazer de ativos, cessar atividades e passar por dificuldades no sustento familiar.

Componentes e mecanismos da estrutura da cadeia mercantil da soja provocam tendências, manifestando-se na demanda dos segmentos desta cadeia. Expressando-se também na discrepância da receita bruta da produção quando comparada com outras grandes produções agropecuárias nos últimos anos. Expressa-se também na difusão da área plantada ou destinada a colheita no sentido de terras favoráveis topograficamente e, assim, se espacializando em meio a regiões de campesinidade distintiva, se refletindo em disposições espaciais das empresas de insumos, de armazenagem, de compradoras, de entidades fiadoras. Tendências que se manifestam potencializando as motivações e fatores causais expressados pelos entrevistados, a serem apreendidos como oportunizando as possibilidades que o capital de giro traz. O que por sua vez leva a conceber como favorecendo as buscas traduzidas em aumento de comodidade ocupacional e aprazimento.

Embutida nestas fricções subjaz uma necessidade premente de se prover de uma capacidade, de uma faculdade a mais que salvguarde a inerente imprevisibilidade a que se está sujeito. Que se tenha garantido não apenas os fluxos de caixa de renda (obtendo

um lucro sobre o custo com fatores de produção), mas também os fluxos de caixa de balanço financeiro. Balanço no qual se incluem compromissos de pagamentos, vinculados a passivos contraídos para a manutenção econômica da unidade produtiva familiar. Para saldar os fluxos de caixa de operacionalização e de fiação da unidade produtiva e incentivar expectativas de receitas, dentro de um horizonte temporal além do curto prazo, suscita-se prover de capital de giro.

Não obstante, se o capital de giro se afigura numa margem de segurança econômica sobre as instabilidades dos fluxos de caixa, por seu turno, ele também está envolvido em riscos. O que confere segurança para o agricultor diante de riscos operacionais e financeiros que comprometem o capital de giro, sobre o qual se assenta a cobertura do fluxo de caixa? Haja vista que se fazem compromissos de pagamento com prazos determinados de quitação, inclusive sobre bens duráveis, com o principal e com juros sobre saldos devedores em variadas ocasiões.

Dadas as menores dotações dos agricultores familiares para oferecer garantias aos financiadores, tende a ocorrer que, ou os financiamentos cobrem menos necessidades, ou são menos acessíveis. Lhes levando a buscar alternativas nas quais taxas de juros embutidas podem ser maiores dos que as de mercado e sem o período de carência do PRONAF. Neste caso, o valor das obrigações restantes, capitalizados a essas taxas, será maior do que o valor do principal contratado, com a correção monetária. Este fenômeno irá diminuir o Valor Presente Líquido da operação. Ou seja, o saldo em preços correntes entre as entradas e saídas de caixa, entre a aquisição das primeiras despesas para o ciclo produtivo até a faturação das vendas e quitação das obrigações, descontando a taxa de juros de mercado, comparando com os aportes para investimentos iniciais.

Isto se constata nas operações em que agricultores conseguem mais facilidade junto a firmas para financiar insumos (sementes, adubos, agrotóxicos, mesmo as máquinas usadas) em sacas de soja. Em outras partes da entrevista se manifestará ainda com mais foco para uma abordagem pormenorizada. O agricultor se compromete a pagar o quantitativo em sacas, caso a comercialização se realize em preços maiores ou menores do esperado, caso a produção seja maior ou menor do que a esperada. Consideram, em tais circunstâncias, uma acessibilidade mais facilitada do que o financiamento bancário, com contratos os mais simplificados ou acordos pouco formais, tendo em jogo a reputação na região. Por vezes, é realizada para compensar a dificuldade de obter tal financiamento, ou por já estarem em dívida devido a uma frustração de safra ou receitas, seja por não cobrirem a margem de segurança que o banco requer para o projeto. Nestes casos, além

de estar alavancado, nestas operações o ágio embutido está maior do que o juro subsidiado do PRONAF ou mesmo dos juros pagos pelos “grandes produtores” nos financiamentos advindos dos recursos do BNDES ou Fundos Constitucionais. Muitas vezes firmam-se laços de compromissos do agricultor com a firma que lhe financiou a saca. Mas externalizam que a sensação de ter viabilizado a aquisição do item e percebido a receita de vendagem cobrindo custos operacionais acoberta estes riscos de ordem financeira.

Destes mecanismos geram-se tendências das quais resultam tensionamentos diante da racionalidade instrumental inerentemente demandada, em grau estreito, pelos balanços e riscos financeiros. Tensionando com as pressuposições nas expectativas e conjecturas dos agricultores, que são tomadas como padrão avaliativo dos resultados e dos meios da gestão econômica. Estas pressuposições balizam sua gestão da unidade produtiva por meio de “racionalidades materiais”, nas quais

o grau em que o abastecimento de bens de determinados *grupos* de pessoas (como quer que se definam), mediante uma ação social economicamente orientada, ocorra conforme determinados *postulados valorativos* (*qualquer que seja sua natureza*) que constituem o ponto de referência pelo qual este abastecimento é, foi ou poderia ser julgado (WEBER, 1991, p.52. Grifo do autor).

Sobrevém os atritos ante disputas em níveis de estruturas intersubjetivas e institucionais quanto a primazia na ação social, dadas as demandas inexoráveis da lógica financeira – e suas implicações, nestes níveis, para o “controle eficiente da realidade”. A tensão entre tendências de expressões mais preponderantemente empresariais para com às lógicas da campesinidade. Mesmo porque vem à tona a carência de formas diversas para financiar ativos e insumos produtivos para atender os níveis de produtividade requeridos para a operação ser lucrativa. E o potencial para haver financiamento depende, por sua vez, da prospecção quanto a lucratividade que virá do emprego dos ativos na produção, tendo em conta a conversão destes lucros futuros em cifras no presente.

Uma situação financeiramente resguardada é quando os fluxos de caixa obtidos com rendimentos realizados e esperados são suficientes para cobrir as incumbências de pagamentos sobre obrigações contraídas. Mas se está comprometido com ônus sobre passivos, acima do rendimento operacional estimado, necessitando incorrer em renovações ou ampliações de endividamentos para arcar com os ônus (situação constatada no ano de quebra de safra pela estiagem, abordado mais adiante), queda-se em alavancagem. Há ainda margens mitigadoras quando contratos de financiamento preveem necessidades de rolagem de dívida para arcar com compromissos necessários à

manutenção do funcionamento da atividade. Mas mesmo com isso vai se ficando mais e mais acometível pelos humores da praça de financiamento.

Sob pressões intensas em Cadeias Mercantis controvertidas como na fumicultura, na avicultura, na suinocultura, agricultores familiares persistem ainda por mais de uma, duas gerações, conquanto que muitos tenham desistido, tenham buscado alternativas, ou mesmo falido. Não é uma questão simplista de se considerar unilateralmente se as unidades produtivas vingarão dentro do mercado, ou se haverá uma ruptura nítida em um momento de singularidade para perderem a campesinidade e serem totalmente empresariais. Porém, é mister atentar para o que (e como) se processa sobre o sentido de pressões adaptativas e seletivas que estruturas econômicas, como a da cadeia da soja, impelem nos agricultores familiares - para distinguir quanto ao que se tende levar a busca de prevalecer nestas estruturas.

Arcar com ônus exigidos em se empenhar na logicidade da análise de risco, enquanto tomadores de preços em um mercado (a jusante e montante) e suas incertezas peculiares, implicando em obrigações que nem sempre são evidenciadas no sistema de cálculo dos agricultores no momento de contraídas, é algo que faz emergirem choques. Conflitos entre prevalecer no médio prazo via a maximização da rentabilidade econômica (que inclui o balanço financeiro) formal e as pretensões valorativas que são pressupostas nas decisões de investimento dos agricultores familiares (a **racionalidade material**), sopesando o resultado que se anela para a gestão econômica¹⁰⁵.

Vêm à tona estas considerações que tanto jogarão mais luz quanto, sobre elas, será jogado mais luz e apreciação crítica no decorrer do exame dos materiais das entrevistas. Nos demais aspectos relativos à espacialidade, lugaridade, preocupações e anseios dos agricultores, se dará atenção quanto a expressões que estes choques desvelam sobre as “dimensões da vida social”. E quanto à conformação institucional, se averiguará o grau de confirmação ou contradição, aprofundamento ou desagregação destas inferências.

4.4.5 A produção para autoprovisão

Na conversa alinhada ao roteiro de entrevista, buscou-se entrar na questão, abordando com os agricultores, sobre se dedicam-se a “plantios pro gasto”, se produzem

¹⁰⁵ A racionalidade material não deixa de conter elementos lógicos da racionalidade instrumental, mas estão subordinados a fins em determinadas hierarquias de valores; na racionalidade instrumental tais elementos ocupam a primazia na ação social.

“pro consumo próprio”, para “usos da família na propriedade”. Entre as aspas, os termos foram tipicamente empregados pelos entrevistados.

Algo que de imediato se pode assinalar é que os dois entrevistados que não são enquadrados como agricultores familiares não produzem para autoprovisão, especializando-se na produção para o mercado. Ambos também não moram na propriedade de cultivo. No entanto, dos agricultores familiares, doze plantam para a autoprovisão (~66%). Destes doze, oito também criam pequenos animais, geralmente galináceos e suínos (um agricultor possui uma dedicação também para a criação de patos, consumindo e vendendo ovos). Quatro, também dos doze agricultores, (~23% do total) cessaram com a criação de pequenos animais, apenas plantando (alegaram que a criação de animais atrapalha a sojicultura). Um agricultor familiar apenas cria pequenos animais, sem cultivo agrícola para autoprovisão e um afirmou que antes cultivava, mas cessou.

A proporção diminui quando perguntados se o cultivo para autoprovisão corresponde a uma proporção que percebem como significativa para o abastecimento familiar. Dez (~56%) responderam afirmativamente, com sete afirmações que frisam a ajuda para economizar nas compras de produtos. Três (~17%) frisando questões de qualidade – destacando a não contaminação por “venenos” – e três enfatizando a associação da dedicação à produção com autoprovisão junto com as necessidades e identidades próprias de agricultor familiar. Um agricultor afirmou que sempre se dedicou à produção para o autoconsumo porque lhe considera uma renda extra, pois embora não “veja” entrada de receitas, tem a compreensão que ganha em não ter que comprar no supermercado. Os demais disseram que corresponde a muito pouco, sendo que quatro agricultores afirmaram ter mudado os hábitos alimentares com sojicultura, especialmente de hortaliças.

Três agricultores familiares entrevistados expressaram não verem importância relevante em produzirem para autoprovisão. Dois destes reconheceram que os gastos com alimentação têm tido um peso considerável na composição de gastos do orçamento doméstico (com exceção de um, nenhum diz já ter tentado fazer algum cálculo direto). Sendo que outro agricultor que afirmou que produz para autoprovisão em baixa quantidade também disse que os gastos com alimentação têm pesado. Um único agricultor familiar afirmou ter tentado fazer uma estimativa aproximada com gastos com alimentação, dizendo acreditar que “alimentação ocupa em torno de 15% da renda”. Digno de nota é que este agricultor possui criação de animais e canteiros de hortaliças para autoprovisão.

Dos doze agricultores familiares que produzem (plantas/criação) para autoprovisão, cinco afirmaram que também participam da atividade juntamente com a esposa e/ou mãe. Além destes, um outro relatou que prepara canteiros e o restante da atividade é cuidado pela mãe. Os demais disseram que a atividade fica por conta da esposa e/ou mãe.

Dentre as expressões se referindo ao reconhecimento do plantio de autoprovisão como parte da identificação social, encontram-se declarações, por parte dos agricultores, como “agrega um plantio de valor pra propriedade”, além de outras mais lacônicas como “horta para subsistência da agricultura familiar” - referindo-se à própria unidade doméstica e seu sistema agrícola. Outras mais enfáticas que realçavam ser um diferencial para a agricultura familiar, “importante, porque isso é agricultura familiar também (em um contexto no qual se referia, quanto ao “também”, à sojicultura), isso dá autonomia pro agricultor familiar, ele precisando de alguma coisa, um gasto, já vende ali, já paga um diesel, alguma despesa”. Esta fala estava destacando que, além da autoprovisão, pode vender algum excedente da produção, como derivados dos suínos ou ovos das patas. Outro agricultor disse que “sem isso não tem como ficar na roça; essas ‘coisinhas’ têm que ter”.

Fotografia 08. Criação de suínos de agricultores familiares entrevistados. À esquerda, matriz e reprodutor adquiridos em uma “agrishow” em Brasília



Fonte: arquivo pessoal de Rodrigo Gonçalves de Souza, 2020.

Além de hortaliças e pequenos animais, menções mais expressivas de produções para autoprovisão foram feitas ao cultivo de mandioca. Também se mencionou em duas vezes frutas como banana e laranja. É interessante que em três entrevistas se mencionou que, antes, agricultores familiares plantavam arroz e feijão e hoje estes respectivos entrevistados não veem mais viabilidade de se produzir estas culturas para consumo próprio (enquanto dois mencionaram feijão de corda e um deles também feijão branco).

Foram produtos também destacados na composição da alimentação que se compra no mercado.

Nos quadros narrativos, faz-se digno de menção um episódio de uma entrevista de campo, a qual, concomitante se realizava, o agricultor (de família que tradicionalmente se dedica à soja) estava moendo grãos de café, de aroma muito agradável, colhidos na propriedade. A mãe estava preparando um frango recém-abatido. O depoimento de um agricultor que relatou que, durante um período, teve uma recalcitrância em implementar a sojicultura por “não gostar de mexer com veneno”, acentuou racionalidades valorativas e recapitulou memórias afetivas. Afirmou que, com seus familiares, veem vantagem de comer produtos “sem terem tanto veneno”, que usam “as técnicas das coisas mais antigas”, afirmou poderem continuar hábitos alimentares “mais antigos, tradicionais, comidinha de porco e vaca, carne seca, mais frescas”. “Conservamos na banha, lembro que a sogra da minha mãe guardava até peixe frito na banha”. Relata que venderam feijão de corda e feijão branco “com pouco agrotóxico”; “há muita procura, porque não tem na região”. Afirmou que se preocupam em separar bem a área de plantio “pro gasto” das outras para “não ter contaminação”.

O retrato do universo dos entrevistados não permite fazer uma distinção sistemática de um perfil peculiar que contemple o quadro geral dos agricultores familiares incorporados no sistema produtivo-comercial da soja relativo ao tema da autoprovisão. Decerto, recapitula-se a discussão anterior que a expressiva maioria dos estabelecimentos agropecuários no Brasil possuem alguma produção para autoprovisão, inclusive 62,6% dos “não-familiares” (GAZOLLA; DE AQUINO; SIMONETTI, 2017). Todavia, em um percentual expressivo (27,34%), se respondia pouco significativamente pelo valor total da produção. E que em faixas de agricultores familiares com maiores receitas, apenas 14,23% registraram produção para autoprovisão apresentando significativa produção em relação ao total.

A figuração retratada no quadro das entrevistas aproxima-se dos dados gerais já comentados, embora sem registrar que a produção para autoprovisão ganhava alguma expressão maior de acordo com disponibilidade de área. Destaca-se que ela se faz presente mesmo em áreas de agricultores que arrendam outras terras, contudo não se registrando a prática nas terras arrendadas (tanto nos que só produzem em arrendadas quanto nos que produzem em próprias e arrendadas). Nestas áreas que arrendam, necessitam de receitas monetárias para arcarem com as obrigações.

Uma prática agronômica também digna de nota, por ser bem difundida entre os entrevistados, é a do cultivo da chamada “safrinha”, principalmente com milho, mas também se constatando o milheto e o sorgo. É uma prática útil, dado que exige relativo baixo investimento em insumos, se tratando de variedades mais rústicas. Alterna o sistema radicular – fasciculado, no caso do milho, axial, no caso da soja – contribuindo assim para mitigar pressões compactadoras no solo. Confere um aproveitamento para o período legal de vazio sanitário no cultivo da soja, que em Goiás costuma durar cerca de dois meses, do começo de julho ao início de setembro.

Contudo, esta prática não é caracterizada agronomicamente como rotação de culturas. Esta consiste em alternar culturas vegetais de características botânicas distintas na mesma área e em mesma estação estival na sequência dos anos agrícolas, possuindo maior efeito para a resiliência ecológica do agroecossistema. O que ocorre de fato é uma prática de cultivo em sucessão, repetindo-se sequências de cultivos na mesma área em diferentes estações estivais, sem efeitos comparáveis em magnitude para a resiliência ecológica em comparação com a rotação de culturas.

A sucessão de culturas foi mencionada expressamente por 13 (~72%) dos agricultores familiares entrevistados e pelos dois agricultores que não são enquadrados como agricultores familiares. Destes treze, apenas um não emprega o milho, mas apenas sorgo; outros quatro plantam também sorgo e milheto. Um destes afirmou que em anos em que conjectura que será mais instável em chuvas, na safrinha planta apenas milheto por ser mais rústico, nos outros anos planta também milho. O sorgo é preferido quando o plantio ocorre numa época mais tardia. Outro agricultor relatou que substituíram o “milho safrinha” pelo milheto, por demandar menos tratamentos culturais e logo, menos tempo, menos investimento. Colhem o grão em áreas que propiciam melhor produção e onde se produz menos, deixam a palhada como cobertura para o plantio direto da soja.

Um agricultor familiar mencionou, além destas três culturas mencionadas, a braquiária para produção de sementes. Com exceção das sementes de braquiária, o produto desta safrinha é destinado a alimentação animal, tanto comercializando quanto, para aqueles com criação de gado, para emprego em sua atividade.

Dos outros cinco agricultores, um afirmou que pensa em iniciar a prática, não tendo feito ainda porque está com as primeiras safras de soja, ainda aprendendo. Outro agricultor se trata do assentado que arrenda sua área.

Um agricultor afirmou que na safra anterior à entrevista, abriu cultivo em uma área com pastagem, para depois destiná-la à soja. Alguns entrevistados salientaram a

importância econômica, como o agricultor familiar que asseverou “o que todo produtor que tem sobrevivido e tem um lucro melhorzinho é porque faz a safra normal e a segunda safra [safrinha], planta milho, numa área de 65 sacas de soja colho 100 de milho”. Um agricultor que também se dedica à produção de leite afirmou que na safra que se iniciaria no período após a entrevista terá que plantar milho também no verão, não apenas na safrinha, senão faltará silagem para ele – do contrário plantaria toda a área com soja e milho safrinha”. Nas perguntas referentes às principais mudanças após se adotar o cultivo da soja, houve menções à prática da safrinha como algo que mais destacam.

4.4.6 Ambiente comunitário

Weber (1991, p. 25, grifo do autor) distinguia a relação social “comunitária” como “quando e na medida em que a atitude na ação social” [...] repousasse “no *sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) *ao mesmo grupo*”. O autor enfatizava que definia o conceito de forma que abrangia a situações bastante heterogêneas. Concedia que no âmbito destas relações são normais espécies de “pressão violenta exercida sobre as pessoas de natureza mais transigente” (WEBER, 1991, p. 26, grifo do autor). Para se constituir uma relação comunitária, de acordo com Weber, não bastava simplesmente o “sentimento” da “situação comum e das respectivas consequências”, mas que, em virtude deste “sentimento”, as pessoas “começam de alguma forma a *orientar* seu comportamento *pelo das outras*”, na medida que manifesta o sentimento de pertencer ao mesmo grupo.

Para se encontrar com os agricultores e proceder a realização das respectivas entrevistas, decorreram circunstâncias variadas. Algumas das entrevistas foram realizadas em sedes municipais da AGATERPA. Outras, em sede de sindicatos de trabalhadores rurais, quando algum agente possuía o contato de agricultores e conseguia se combinar situações em que eles transitavam em arredores e momentos facilitados para o encontro. Para a maioria delas, me desloquei até a propriedade, em percursos mais próximos, ou mais distantes, de fácil ou difícil acesso; desde as ligações rodoviárias intermunicipais ou sedes urbanas dos municípios. Um dos assentamentos de projetos de reforma agrária era próximo à rodovia. Uma moradia de agricultor distava dezenas de quilômetros. Assim se pôde observar diferenças e particularidades das paisagens geográficas nos intercursos e nos locais.

Em alguns destes percursos, nas proximidades da sede da propriedade, deparava-se com povoados, com vilarejos, com lugarejos que entre lavouras e pastagens se encontravam moradias relativamente próximas. Em outros, percorria-se quilômetros sem se contemplar uma residência, com extensões de monocultivos e, ocasionalmente, o mais próximo da residência do agricultor eram sedes de empresas de exploração agropecuária. Sondei o que os entrevistados expressam de discernimentos acerca de como questões relativas às relações de vizinhança, relações entre moradores, de vida comunitária, de atividades associativas, de atividades culturais e de lazer na localidade são afetadas pelo sistema produtivo-comercial da sojicultura.

Os dois agricultores que não estão enquadrados como familiares residem no núcleo urbano, tendo lá sua rotina social. Nunca residiram na propriedade onde produzem.

Com exceção dos assentados de reforma agrária, que são quatro, apenas dois agricultores familiares afirmaram que pela vizinhança de sua localidade há um número significativo de agricultores familiares no sistema produtivo-comercial da soja (sendo os dois de municípios diferentes). Um deles explanou que sua comunidade foi constituída por três famílias diferentes, cujas propriedades foram divididas entre herdeiros ao longo do tempo. Faz alguns anos se consolidou a tendência de conversão dos sistemas produtivos familiares em sojicultura, não se alterando, porém o perfil dos moradores.

Do restante, oito (~45% do total e ~57% fora os assentados) afirmaram que a vizinhança é composta predominantemente de produtores de grandes áreas, geralmente soja. Dentre estes, um relatou que em uma escala mais ampla do que a comunidade, mas relativamente próximo da sua propriedade, há quatro agricultores familiares que plantam soja e outro afirmou que há mais um.

Dois agricultores responderam que na comunidade e próximo a ela ocorre predominância de agricultores familiares, embora não sojicultores. Um destes assinalou que há marcante presença também de empresas de produção de soja (constatei que as referências para chegar na comunidade assinalavam uma grande empresa produtora; conhecia-se mais a comunidade pela referência da empresa, as placas para se localizar empregavam o nome da empresa). Um agricultor respondeu que na comunidade e entorno predominam produtores de leite, com pastagem, sendo ele o único que produz soja, ainda que estes pecuaristas teriam propriedades maiores. Porém arguiu que o relevo mais ondulado desfavorece a sojicultura e acredita que se teria outros produtores se fosse mais plano.

Dentre os assentamentos, retoma-se que um possui identidade mais marcadamente associada com o movimento social que mobilizou o processo que deu origem ao P.A. É neste assentamento que se encontra um número maior de adesões à sojicultura, embora não haja uma disposição de dar entrevistas devido ao sistema de arrendamento. No outro assentamento, foi narrado que houve uma iniciativa de plantar soja para fornecer a uma empresa credenciada para o SCS, mas foi malsucedido, sendo um tema delicado que preferem não comentar mais detalhadamente. Com isto, muitos desistiram da sojicultura e alguns poucos apenas permanecem, dentre eles, os dois que deram entrevista.

No que concerne a este tópico, pelo fato de estarem investindo na produção e comercialização de soja, é razoável e prudente imaginar que haja um viés diante de questionamentos diretos quanto a se a expansão da soja tenha ocasionado a diminuição de agricultores familiares na localidade. Embutidas, estariam controvérsias quanto a se a atividade é viável para agricultores familiares, ou se seria essencialmente contrastante, enquanto os entrevistados estão engajados e comprometidos com ela, nutrindo expectativas e esperando obter reconhecimento da competência. Com esta compreensão, foi feita uma pergunta direta quanto a se perceberam se a chegada da sojicultura na localidade mudou o quadro de moradores. Busquei também respostas com questões mais indiretas, quanto a se houve mudanças do perfil de moradores, se após a implantação da sojicultura percebem se mudou a frequência de visitas de vizinhos e visitas a vizinhos, se esta implantação moldou o perfil de atividades desenvolvidas. Além de embutir a questão em outras relacionadas às atividades comunitárias.

Seis agricultores familiares entrevistados relataram que nos últimos anos houve uma expressiva diminuição no número de vizinhos que são agricultores familiares. Relataram que já havia uma diminuição das atividades comunitárias que lhes envolviam - lazer, festejos, reuniões associativas, os mutirões em propriedades se findando (embora ainda ocorrendo eventuais empréstimos e trocas de utensílios para serviços) - antes de se perceber que mais vizinhos iam embora vendendo ou arrendando suas propriedades. Ocorrendo isto, houve menos ainda atividades sociais coletivas. Incluem-se dois que moram há décadas na localidade.

Dois entrevistados apontaram que nas primeiras levas de mudanças de agricultores familiares no entorno da comunidade, os primeiros compradores eram “grandes”, que compraram e formaram pastagem. Ao longo dos anos se substituiu pela soja. Outro agricultor narrou que antes, quando na localidade predominava agricultores familiares,

estes eram criadores de gado. À medida que as grandes lavouras foram se expandindo, estes agricultores familiares arrendaram terras e muitos venderam. No que as áreas ocupadas por grandes lavouras passaram a ampliar a sua proporção na localidade e entorno. Houve dois agricultores que relataram diminuição nas atividades coletivas, embora afirmassem que não houve notória mudança de moradores. O agricultor que afirmou que no seu entorno vivem pecuaristas leiteiros de maior magnitude de área também se queixou de que na comunidade acabaram-se as atividades de lazer que ocorriam tradicionalmente. Mesmo os assentados afirmaram que houve uma diminuição de atividades coletivas no assentamento, especialmente de caráter lúdico.

Não houve entrevistado, dentre os que relataram ter havido um processo de expansão da sojicultura no seu entorno, que afirmou que passou a receber mais visitas de vizinhos após o fenômeno. Dois afirmaram que diminuiu e o restante que não mudou. Houve os que arguíram que a única mudança foi a vinda ocasional de agentes de empresas de insumos.

Dos quatro assentados, todos são filiados à associação comunitária do assentamento, contudo, em um dos assentamentos (onde moram dois) a associação está desativada – um afirmou sentir bastante falta. Dos demais agricultores familiares, doze afirmaram não fazer parte de associação de agricultores (~67% do total de agricultores familiares e ~78% sem contar os quatro assentados). Entretanto, destes doze, há dois agricultores que são filiados ao sindicato dos trabalhadores rurais de seu município; afirmaram não serem atuantes, mas a filiação se dá motivada por haver um atendimento de assessoria técnica para os filiados. Dois agricultores, um assentado e outro não, são filiados à cooperativa, mas para a produção leiteira, não relacionado à soja. Dois outros agricultores estão inseridos na rede de certificação RTRS e são membros de um grupo (informal) que se encontra eventualmente para tratativas concernentes aos processos sob a certificação. As particularidades refletidas nestes casos receberão maior enfoque mais adiante.

Um relato desponta de forma emblemática. A cooperativa de agricultores familiares no município do entrevistado buscou fomentar, há um tempo, as associações comunitárias, que foram retomadas profusamente. Com alguns anos elas foram entrando “em desuso”, segundo o agricultor; “foi ficando uma coisa assim ultrapassada e foi acabando”, a da sua comunidade foi desativada há dez anos. Ele narrou que após a difusão da soja, entre as famílias de agricultores familiares nas circunjacências, os vizinhos passaram a se ver menos. Quando a atividade principal era pecuária leiteira, se demandava

a confecção de silos para o tratamento do gado. Os vizinhos promoviam mutirões de trabalho para a construção de silo e os que possuíam algum trator realizavam “trocas de serviço”. Isto produzia um maior contato social. Hoje em dia se diminuiu a necessidade de estarem se encontrando, no ponto de vista do entrevistado; “tá meio que cada um por si, Deus por todos”.

Dez, correspondendo a cerca de 56% dos agricultores familiares entrevistados, reiteraram que na localidade de entorno da propriedade não há festejos ou atividades culturais de lazer festivo. Isto inclui o agricultor que afirmou que na sua localidade é o único a plantar soja, com demais moradores dedicados à pecuária leiteira, ainda que em propriedades maiores. Quatro destes dez entrevistados contaram que antes ocorriam estas atividades e atualmente, não mais. Os quatro assentados não se incluem nestes dez, mas afirmaram que eventos festivos ocorrem em comunidades próximas ao assentamento, não havendo eventos assim de caráter comunitário dentro da área dele, apenas os particulares dos moradores. Mas dois moradores do mesmo assentamento e um morador do outro disseram que, quando querem opções de lazer, vão no centro distrital da cidade. Quatro outros agricultores disseram conhecer opções de festejos comunitários nas imediações. Um agricultor narrou que a opção de lazer mais que a família mais gosta é de ir “pra beira de rio”.

A atividade cultural congregante mais amplamente presente nos relatos são as reuniões de culto religioso – aqui, diferenciando dos festejos populares das comunidades religiosas. Oito agricultores familiares mencionaram (espontaneamente, ou seja, não houve pergunta específica direcionada à questão religiosa), como atividade cultural congregante que frequentam, missas, cultos evangélicos e reuniões de oração em casas. Um dentre estes afirmou que oferece sua casa como local de funcionamento dos cultos religiosos de sua congregação. Três entrevistados afirmaram que há festejos tradicionais de comunidade religiosa na localidade. Um agricultor disse que a principal atividades são os jogos que ocorrem em um campo de futebol de várzea.

Chama a atenção que três dos agricultores expressaram um lamento por não haver mais atividades comunitárias lúdicas na localidade. Estes três estão entre os que afirmaram que o local passou por um processo de emigração dos agricultores familiares e expansão de grandes lavouras de soja. Um deles, que relatou que hoje há mais lavouras de soja em grande extensão onde antes havia mais propriedades menores com pecuária leiteira, expressou-se nestes termos: “No arredor não tem mais atividades de lazer na comunidade. [...] Antes teve, era bom, morava bastante gente, tinha festa, encontro de

jovens, futebol, hoje não tem nada não, maioria mudou”. Um dos agricultores (com formação de técnico agrícola) com o sistema agrícola mais estruturado, dotado de maquinários próprios, de galpões, é aquele que (posteriormente será dada mais atenção ao tópico), se referiu a “nossa classe” como fazendo parte do “agronegócio”. Durante a entrevista se presenciou uma cena em que outro produtor de soja veio até a propriedade pedir emprestado óleo diesel para trator, um testemunho de resiliente sociabilidade tradicional – era época de plantio da “safrinha”.

Um outro, que contou que seu pai já é “lavourista de soja” há bastante tempo, tendo morado em outras regiões e mudado para atual em 2002, contou que, logo quando mudaram para a comunidade, havia “A Festa do Arroz”. Esta celebração congregava amplamente a comunidade, “pegava 50-60 reais de cada um, comprava-se mantimento pra festa”. Narrou que nesta ocasião os moradores se confraternizavam, trocavam experiências sobre a lida com os sistemas agrícolas. Expressou um lamento de que atualmente não tenha mais a festividade. “Hoje não tem mais. Dos mais velhos, mudaram poucas pessoas, a geração mais nova praticamente mudou 95% mais ou menos. Os filhos, a maioria, foi pra cidade”.

Indagados, dentre os agricultores que contaram que em sua localidade predomina grandes lavouras de soja, não houve quem afirmasse viver ou ter vivido alguma situação de hostilidade. A maior queixa é a escassez de eventos comunitários, incluindo que mesmo os esportivos, como jogos de futebol, foram acabando no tempo recente. Houve graus de nuances variadas na percepção que têm acerca da realidade de serem dos insólitos agricultores familiares morando em meio a grandes lavouras de soja, que incluem dentre os grandes proprietários, os moradores ou empresas com trabalhadores por jornada e moradores ausentes. Dentre estas variações, um agricultor afirmou “os grandes às vezes tem horas que ajudam, é tudo conhecido, conheço há mais tempo”.

Um outro agricultor expressou uma angústia, que em uma visita de campo na época da colheita, meses após a entrevista, foi atenuada na conversa. Na narrativa durante a entrevista, constou “os grandes tão tomando conta é... dos pequenos, a maioria da turma que vivia já foi quase tudo pra cidade, venderam as fazendas e foram embora, até mesmo por falta de apoio do governo, porque não tinha, foi embora, vai fazendo dívida pra manter o que tem e vai acabando com as coisas”. Perguntado após este relato, sobre a sensação de ter somente “grandes produtores” maiores como vizinhos, em relação a como era quando tinha vizinhos de escala menor: “Você já viveu uma fadiga, quando você parece que tem um cara querendo te pegar na tua garganta e puxar você assim, oh é isso aí, você

viver no meio do grande, qualquer hora te pega e ‘aforca’, né. Mas assim, os mais humildes juntos com a gente é melhor, os caras que têm a fazenda menor, você vê, até as qualidades de conversa eram diferentes né, então eu acho assim, a qualidade de convivência com os pequenos é melhor”. Indaguei então se ocorre alguma situação negativa: “não é questão de fazer algo na fazenda que atrapalha; é a convivência. Com o ‘grande’ não tem o tempo de sentar e trocar uma ideia, é ‘tá bom, tá bom’, ‘acabou, acabou’.

Menos do que uma circunstância de litígio direto, aflige ao agricultor que, se ocorreu de outros agricultores terem suas propriedades adquiridas pelos “grandes”, ele tem de conviver com uma apreensão. Temor evocado ao contemplar o panorama da vizinhança e que, se sobrepondo intercorrências e circunstâncias adversas, comprometido por dívidas, o fenômeno pode se suceder também com ele. Lhe é expressivo que vive entre concorrentes, ainda que não sejam pessoalmente antagônicos, podendo até serem amistosos no trato. Mas constantemente, em dificuldades, é acometido pela sensação.

O agricultor, na oportunidade da entrevista, estava assaltado por “nuvens” de fortes preocupações por ter tido um ano agrícola muito adverso, com perdas na lavoura e baixa colheita com a ocasião de uma estiagem prolongada. Estava na dúvida de como poderia custear o próximo ano agrícola dado que ficou com passivo de dívida no banco. Na ocasião de uma visita de campo da época de plantio da lavoura, meses depois, o agricultor expressou que estava com um ânimo melhor por ter conseguido um arranjo com uma empresa que lhe fiou os insumos. Ele assinou um contrato para pagar em quantidade de sacas (este sistema de arranjo e outras situações emblemáticas assim trazem à tona a necessidade de discutir detalhadamente a problemática da alavancagem).

Nesta ocasião, ele narrou que os vizinhos se reuniram e se programaram de ir ao evento “AgroBrasília”, uma feira tecnológica e de negócios e promoção institucional de entidades do “Agronegócio”. Os vizinhos lhe convidaram, eles reuniram-se para combinar a ida e foram juntos. O agricultor afirmou que o evento foi proveitoso, sobretudo por ter encontrado uma variedade de matriz e reprodutor suínos que achou muito interessantes e adquiriu para a propriedade. Digno de nota esta narrativa na qual o agricultor familiar visitou um evento de promoção institucional da subjetividade corporativa do agronegócio e conseguiu adquirir e incorporar em sua atividade uma possibilidade com forte expressão de campesinidade.

Na conversa com este agricultor, além de outros dois agricultores que expuseram sua participação em atividades do grupo de agricultores que se engajaram no processo de

certificação RTRS, manifestou-se uma relação que, ainda que não se dê sob a égide de uma associação formalmente constituída, pode ser caracterizada como “relação associativa”. Em termos aproximativos aos weberianos (WEBER, 1991, p.25-30), distingue-se da “relação comunitária” por ser constituída, **relativamente**, de tons mais acentuadamente utilitaristas e com, **relativamente**, vínculos mais pronunciadamente calculistas.

Decrescimento na quantidade de membros de unidades domésticas. Por conseguinte, na composição unitária da força de trabalho familiar. Declínio demográfico nos distritos, nos povoados, nas comunidades, com maior destaque para os jovens, com consequente perfil de pessoas mais velhas a residirem nas localidades. Mais ampla e intensa monetarização das relações econômicas (frisando-se o entendimento que elas transcendem a dimensão das relações de mercado) nos sistemas agrícolas e nos roteiros das ações sociais dos agricultores familiares. Graus e formas variados de redução de práticas sociais comunitárias, especialmente na dimensão das expressões culturais. Convergência e intersecção de uma dimensão global na agenda das decisões e programações econômicas.

O relativo grau de insularidade econômico-social também é um fator potencializador de risco. Tende a atrofiar redes de conexões socioinstitucionais e de influência para se obter informações, para dirimir custos de transação, para obter melhores barganhas e comunicação para fluir processos de contratos. Isto, considerando a menor escala produtiva dos agricultores familiares em um sistema comercial competitivo no qual são tomadores de preços. A importância das conexões ficou patente no depoimento de um agricultor que desde as primeiras comercializações de soja contratava com uma compradora e, tendo conseguido abertura com seus representantes, podia resolver eventualidades até mesmo por telefone. Ao experimentar com outra empresa, por não haver a familiaridade e ganhos de reputação, afirmou que as tratativas eram mais complexamente protocolares e burocráticas. Granovetter (2007, p. 32) levantou que em contextos de estruturas de mercado nestas características, em meio à presença de grandes corporações, pequenas empresas persistem devido “a uma densa rede de relações sociais sobreposta às relações comerciais que conectam essas empresas e reduzem as pressões para a integração”.

Não é possível identificar que houve uma demarcação manifesta de evento entre o estabelecimento do sistema produtivo-comercial da soja, na circunvizinhança, envolvendo e incorporando o agroecossistema dos agricultores familiares. Demarcação

como um “antes e depois” relativo às transformações das relações sociocomunitárias, nas expressões de práticas sociocomunitárias. Mas desvela-se como processos sincrônicos, como tendências geradas por mecanismos do mesmo processo estrutural e manifestando epifenômenos correlatos. A concorrência de outras tendências em sentidos diversos incorre na intensidade, variações e gradações de formas de manifestação destas tendências.

Desvela-se, perpassando por vários momentos deste tema que enfoca os aspectos e ambientes socioculturais, as apreensões e concepções acerca das relações de poder. Assim como também perpassa ao longo dos tópicos diversos das entrevistas e da pesquisa como um todo. Mais adiante se deterá novamente em outras expressões concernentes. Dessarte, é possível discernir que estas apreensões e concepções se manifestam entre os sujeitos sociais, não expressando-se sob formas de compulsão e subjugação. Mas pela detenção e disponibilidade assimétrica de complexos de recursos e provimento de potencialidades. Condições que expandem, para os de “mais poder”, mais campos de possibilidades e de favorecimentos, engendrando estruturas dissimétricas de opções proporcionadas. Nesta dinâmica estruturam-se as disputas de poder, que sob estas características, se espacializam.

4.4.7 Destaques no que compreendem que o trabalho no sistema produtivo-comercial da soja possibilitou obterem

Arguiu-se acerca do que concebiam como o mais importante que foi adquirido através do trabalho com a sojicultura, atentando para os significados sociais atribuídos.

O elemento que se manifestou mais expressivamente por parte dos agricultores como uma “conquista”, foi a compra do maquinário, especialmente trator agrícola. Se mencionou como o item mais importante adquirido por dez (~55%) dos agricultores familiares. Foi ressaltada a relevância como equipamento de trabalho, dado que a redução da penosidade foi um dos principais motivos para a adesão a este sistema produtivo. Também disseram que estarem inseridos no mercado da soja ajuda a conseguir obter crédito para financiar a máquina. Um agricultor adquiriu trator sem financiamento, um através da linha PRONAF Mais Alimentos, outro com PRONAF Investimento, os demais manifestaram que não financiaram via banco, habitualmente empenhando proporções de sacas de soja em colheitas ao longo dos anos.

Agricultores ressaltaram a compra das máquinas como grande conquista contrastando com a dependência de terem que alugar o trabalho de maquinário de terceiros, pois, como um expressou, “depende de máquinas dos outros atrapalha o trabalho de acordo com ciclo agrícola”. Um outro agricultor enfatizou que “se fosse pagar, se tivesse uma prestação de serviço que atendesse na hora que precisasse, na hora certa, do jeito que precisasse, o maquinário não seria viável [se referindo a gastos com compra e manutenção] mas não tem”. Salientavam que o atraso que incorre para o plantio e para a colheita, bem como em operações de tratos culturais, tendo que aguardar a disponibilidade de máquinas para alugar e o começo do efetivo trabalho na lavoura. Posto que a máquina está sendo usada na área do proprietário primeiramente, isto impacta nas receitas e acarreta perda de produção.

Fotografia 09. Trator, implemento e galpão de agricultor entrevistado, município de Orizona



Fonte: arquivo pessoal de Rodrigo Gonçalves de Souza, 2019.

Um agricultor realçou mais abertamente, narrando durante uma visita de campo sucedida meses após a entrevista, que ele via a sojicultura, naquele momento, como uma maneira de ter menos penosidade no trabalho. Conjugou com a asserção de que fica feliz com seu maquinário, com sua colheitadeira. Fez questão de ressaltar o orgulho de que ele mesmo faz as revisões e faz troca de peças para baratear o custo de manutenção. Almeja ter seu próprio caminhão para não pagar frete, mas a prioridade para o momento era aumentar a área de plantio. Afirmou que pretende, ele mesmo, cuidar da parte mecânica do veículo; aumentaria os gastos com diesel, manutenção, mas pensa que compensa mais do que o gasto com frete. A diferença de estado de ânimo deste agricultor em relação ao

período da entrevista – quando havia experimentado perda de safra e ficado com passivo de dívidas – receberá mais atenção posteriormente, posto que alegava como razão um novo sistema de financiamento que conseguiu.

Todos que adquiriram máquinas afirmaram terem comprado máquinas usadas. Nenhum dos agricultores chegou a tentar alguma vez a buscar obter cálculos de custo de depreciação. A principal razão é o grau de complexidade. Dois entrevistados relevaram a importância da atenção a este componente, dado que por serem as máquinas adquiridas por agricultores familiares serem usadas, o custo de depreciação não seria tão significativo quanto se fossem máquinas novas. De fato, isto reduz o efeito relativo à desvalorização do ativo. Embora, em contrapartida, também se manifeste nos gastos com manutenção maiores do que com máquinas novas que também se mostrará em caso de revenderem as máquinas, posto que, dada a expectativa de vida útil menor, para se conseguir um melhor preço a manutenção mais acurada se faz necessária. Isto se soma ao hiato do preço do ativo usado e um outro mais novo que futuramente se queira adquirir.

Quatro agricultores destacaram que o mais importante foi aumento na “qualidade de vida” (termo que eles empregaram) devido ao aumento de receitas. Ao exemplificarem, todos ressaltaram aumento de conforto na casa, na moradia. “Uma coisa bem importante foi o aumento da renda, não adianta falar porque é importante, a renda aumenta, a gente fica mais feliz”. O agricultor que proferiu esta sentença, ao exemplificar, acrescentou que consegue maior acesso ao crédito e em melhores condições, tendo maior acessibilidade “à praça” – a qual antes lhe era menos acessível. Outro agricultor exemplificou com a expectativa imediata de fechar uma compra de um lote fora do assentamento. Disse que nunca havia imaginado que conseguiria, mas ao constatar o fluxo de receitas da soja já concebeu a expectativa. Um agricultor assentado, que arrenda sua parcela, acrescentou, junto ao maior conforto na residência, a compra de um terreno para fazer um rancho em área de lazer na beira do Rio Araguaia. Contudo ressaltou que um período trabalhando na prefeitura contribuiu muito para as receitas que propiciaram isto.

Três agricultores mencionaram a compra de veículos mais novos. Um deles mencionou que adquiriu empenhando parte da produção como garantia. Também três agricultores colocaram que o mais importante foi custear a formação educacional dos filhos. Apresenta-se traços dos signos de diferenciação social que Bourdieu (1997) discute na relação entre escolarização e “capital cultural”. Mesmo a inserção na atividade econômica com a soja não pôde reprimir isto. Um outro agricultor também citou como significativamente importante conseguir arcar com a formação acadêmica dos filhos. Este

acentuou que, para si, significava uma realização pessoal que abriria mais oportunidades na vida para eles, ainda que tendo implicado em morarem fora para poderem prosseguir nos estudos e que seja voltada para a perspectiva profissional de trabalhar fora da propriedade ou mesmo do município. Um agricultor destacou ainda que “isto é o importante, bens materiais, ‘é bem pequeno’, né”?

4.4.8 Interações com firmas ou instituições para a implantação da sojicultura ou decorrentes dela¹⁰⁶

Houve um momento de se indagar com os entrevistados se no processo de implantação da sojicultura procuraram alguma entidade de apoio, ou foram antes procurados por alguma entidade e através dela se mobilizaram para a implantação. Também indaguei com quais entes passaram a interagir mais após a implementação da atividade, em relação ao período anterior.

Nenhum dos agricultores assinalou que alguma organização lhes procurou primeiro para incitar a aderirem ao sistema comercial da soja. A partir de circunstâncias e eventos, que foram anteriormente comentados (nos quais se incluem o estímulo ou convencimento por parte de pessoas como ex-patrões, vizinhos, amigos antigos reencontrados, parentes e até um prefeito), através dos quais chegaram a exercer a atividade, os agricultores passaram a interagir mais com as empresas compradoras. Uma relação presente em todos os entrevistados, inclusive os que comercializam fora do SCS. Apenas um agricultor informou que após as primeiras comercializações de safra foi procurado por uma empresa, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lhe incentivando a comercializar pelo SCS.

¹⁰⁶ Na fase de concepção do projeto de pesquisa, devido a uma experiência prévia com acompanhamento de contratos no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, avalei como referências municipais, para localização e contato com os agricultores familiares, os escritórios da antiga empresa pública Emater. Alguns contratos firmados entre aquela entidade e o governo federal, no âmbito da PNATER, que atendiam municípios do Sudeste Goiano apontavam o atendimento pela equipe técnica de agricultores familiares com lavouras de sojicultura. Dentre as atividades, ocorriam visitas de diagnóstico da unidade produtiva, diagnóstico social da unidade doméstica. Contudo, ao longo das fases de execução da pesquisa, constatei que a maioria dos escritórios não estavam realizando mais atendimento a campo para o público. Vários dos escritórios municipais encontravam-se fechados; outros sem dotações para trabalho de campo; outros sem mais equipe técnica, apenas secretaria ou apoio administrativo. Disto se reconheceu uma precariedade em relação a um serviço sobremaneira importante para os sujeitos sociais da agricultura familiar. Considerando uma proporção que não possui condições de contratar serviços particulares, além da vulnerabilização para esquemas de atendimento que operam similarmente a sistemas de “venda casada” de insumos.

Sete dos dezoito agricultores familiares informaram que não comercializam no âmbito do SCS atualmente, inclusive os quatro assentados da reforma agrária. Dentre estes, dois informaram que houve um imbróglio na execução dos contratos com a empresa no assentamento, evitando entrar em detalhes a respeito – no que foram respeitados. Dos agricultores do outro assentamento, um informou que não tinha conhecimento do sistema de bonificação até o momento da entrevista. Outro informou que na região a empresa que opera com o programa não estava ampliando o número de agricultores com quem contrata. Este também foi o motivo dos outros três agricultores familiares, fora os assentados: disseram que na sua região as empresas não estavam mais ampliando o número de agricultores com quem contrata, por terem preenchido o quantitativo para atender.

Mesmo os demais agricultores relataram que já comercializaram ou comercializam também parte da produção fora do SCS. Nem sempre as empresas adquirem o quantitativo total da produção sob o Selo. Uma unidade agroindustrial de uma empresa não adquire soja proveniente de sementes transgênicas, porque apesar de computar no quantitativo total de matéria-prima para o SCS, destinam a soja convencional para mercados europeus. Um agricultor relata que não participa do SCS por considerar que os custos não compensam, pois, computando a bonificação, descontando o desconto para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)¹⁰⁷, ele incorreria no custo logístico de entregar em outro município, muito mais longe do armazém para o qual fornece, com o frete não compensando. Disse que compensaria se fosse no mesmo município. Contudo, outro agricultor relatou que a princípio era recalcitrante em fornecer via SCS, mas depois constatou que a bonificação faria a diferença para poder obter um saldo positivo entre receitas e despesas e procurou a empresa. Alegou que sem o bônus pode ter prejuízo, com o bônus tem lucratividade.

Quanto a AGATERPA, a principal relação que se tem com a maioria dos agricultores foi para a emissão do documento da Declaração de Aptidão ao Pronaf. Apenas dois informaram que procuram o escritório para confeccionarem projetos de financiamento junto a agência bancária, mesmo assim não recebem acompanhamento de campo pelo contrato. Dois outros, que recebem assessoria por parte da empresa para a qual fornecem sob o SCS, relataram espontaneamente que sentem falta do acompanhamento por parte da antiga EMATER. Também somente dois mencionaram que

¹⁰⁷ Contribuição previdenciária obrigatória, incidente sobre o valor bruto da comercialização realizada pelo agricultor.

uma entidade que se destaca como tendo passado a interagir mais após a implantação da sojicultura foi a agência da entidade financeira oficial, por causa do PRONAF. Os dois agricultores fora da categoria familiar disseram que o maior apoio governamental que encontram é com o financiamento.

Quatro agricultores relataram que um destaque de ente com o qual passaram a ter maior interação se refere a escritórios privados especializados em assistência técnica. Dois destes são os que participam da certificação RTRS. Três destacaram a revendedora de insumos agroquímicos, da qual recebem a assessoria técnica para tratamentos culturais. Disseram que consideram como de valioso auxílio - contudo identificam a tendência de se levar a consumirem mais insumos. Neste sentido, os dois agricultores que participam do sistema de certificação expressaram que neste sistema ganham em economia no uso destes insumos, devido a certificação requerer progressiva implementação de sistema de Manejo Integrado de Pragas (posteriormente se abordará o diferencial sob a certificação).

Também quatro agricultores mencionaram que recebem assistência técnica por parte da empresa para a qual fornecem sob o SCS¹⁰⁸. Expressaram que a assistência faz diferença, relativo aos tratamentos culturais: correção de solo, adubação, manejo de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas). Especialmente relativo ao momento da aplicação e dosagens. Porém, afirmaram que, a parte de reuniões marcadas sobre índices técnicos nos tratamentos culturais, a assistência ocorre sobretudo a partir da demanda dos agricultores à empresa e não é com frequência, de forma sistemática. As equipes técnicas atuam em regiões extensas com muitos atendimentos, não podendo levar um tempo mais prolongado, mas necessário, no atendimento a cada agricultor. Paira a questão acerca de que, se houvesse acompanhamento para a assistência técnica do PNPB contemplando as questões sociológicas e familiares expressas nos normativos do SCS aqui anteriormente comentados, se entraria em choque com os mecanismos do sistema produtivo-comercial.

4.4.9 A permanência no sistema produtivo-comercial da soja: contrariedades, incertezas e perspectivas

Considerando que estes dois questionamentos podem provocar diferentes vias de reações, entremeadas e imiscuídas na força dinâmica de elaboração e verbalização de respostas, é importante lembrar que os entrevistados permanecem e estão engajados na

¹⁰⁸ A portaria MDA 337 de set de 2015 institui como regra a formalização de plano de assistência e capacitação técnica

atividade. Não cessaram nem está interrompida, ou seja, não desistiram. Assim, dentre estas vias de possibilidades, pode haver uma interpretação realçando conotações de superação e perseverança diante de contrariedades e provações para prestigiar esforço e labor. Outra via poderia enfatizar discernimento e perspicácia da tomada de decisão para se comprometer com a atividade, a fim de advogar que não fora algo irrefletido ou de empolgação. Tacitamente há uma questão quanto a um desafio de se provar que, como agricultores familiares, podem vingar em uma atividade conhecida por ser “dos grandes” e mostrar competência e mérito.

Dos dois entrevistados fora do enquadramento como agricultor familiar, um já pensou em desistir da atividade de soja e afirma que é ainda uma preocupação. É o que que está envolvido há mais anos e cuja receita total é proveniente da produção agropecuária. Afirmou que amargou prejuízos que atribui a fatores climáticos, como estiagem prolongada no período intermediário entre plantio e colheita, além de um episódio de quarenta dias seguidos com chuva na época de colheita. Também disse ter tido prejuízo com a doença da “ferrugem asiática”, não só pelas perdas diretas acarretadas, mas com os altos custos de tratamentos. Afirmou que o primeiro ano que pôde implementar a produção com recursos próprios, sem financiamento, se destacou por ter sido muito lucrativo. O capital foi destacadamente remunerado, até ter sofrido os prejuízos que não tiveram como ser cobertos pelo seguro agrícola presente no financiamento. Declarou: “a lavoura é análoga a dedos da mão, em cinco colheitas, duas ruins, uma boa e duas regulares”.

O outro entrevistado afirmou que nunca lhe sobrevieram dúvidas se continuaria. Mas possui uma receita extra de composição significativa advinda das consultorias e prestação de serviços em outras lavouras com sócio. Relatou que a dificuldade com a qual lida relacionada à questão indagada é que os custos com fertilizantes crescem acima da trajetória do preço da soja vendida. Cada vez mais necessita de uma maior produção de sacas por hectare para cobrir os custos com adubação. Para tal, tem buscado contornar com investimentos em acondicionamento, que posteriormente aqui serão abordados.

Manifesta-se aí questões conspícuas sobre riscos: a diferença entre balanço financeiro e balanço contábil; como os riscos se potencializam mais, diante da assimetria na magnitude de dotações econômicas, refletindo em fatores de produção. Por exemplo, a capacidade de arcar com irrigação, de possibilidade de coordenar proteções para a rentabilidade diante de discrepância entre tendências na trajetória de preços de insumos e de venda da produção - dado o maior poder de mercado das agroindústrias “traders”.

Estruturalmente, encadeiam-se mecanismos que levam a uma tendência de competição por produtividade entre unidades, na qual o poder de se prover de fatores tecnológicos, informacionais e infraestruturais possui um grande peso.

Doze dos dezoito agricultores familiares afirmaram que apesar de eventuais problemas significativos, nunca pensaram em cessar a sojicultura ou tiveram dúvidas de que queriam continuar (em um destes casos há a ressalva de ser um assentado que ingressou na atividade recentemente, com duas safras). Dentre este contingente, o que foi mais amplamente apresentado (em oito dos entrevistados; ~45% do total e ~67% do contingente específico) como a maior dificuldade encontrada que poderia tê-los feito pensar em desistir é a tendência de custo de insumos em relação ao preço de venda da soja que não acompanha a mesma proporção. Constataram que há maior regularidade na trajetória de subida de preço dos insumos do que do preço do grão vendido. O repasse da valorização do dólar em relação à moeda brasileira foi o fator mais apontado, sendo que o item que prevaleceu amplamente foi o do preço dos adubos. Dois assinalaram o custo com combustível, sendo que um destes – o que aqui foi comentado que é técnico agrícola e de maior área de plantio – disse que o peso maior é combustível e mão-de-obra. Pois ele conta com várias opções de compra de fertilizantes no município e próximo e assim consegue contornar a maior pressão de custos.

Os demais disseram que, para amortecer a pressão do preço dos insumos, precisariam de uma maior área própria para plantio. Alegaram que assim os custos se diluiriam, além de uma estrutura própria de armazenamento da produção para poderem administrar a época de venda de acordo com oscilação de preços. Três ainda apontaram, como problema, a dependência do regime de chuvas e perdas, com dois enfatizando os passivos financeiros que ficaram destas safras. “[...] foi uma realidade que deixou eu lá no chão”. Este agricultor reportou que normalmente colhia sessenta sacas por hectare, este ano de perdas colheu quarenta e três. Em algumas áreas em que colhia cinquenta sacas/hectare chegou a colher quinze sacas.

Dos agricultores que afirmaram já terem pensado em desistir, com exceção de dois, os demais relataram problemas com perdas por estiagem, com veranico, quebras de safra – com as consequências nos passivos financeiros. Os outros dois apontaram a necessidade de financiamento enquanto não o encontram nas condições apropriadas para sua escala de dotações; “[...] onde só tem grande, só tem tubarão, os pequenos... onde só tem grande não é bom pra ninguém. Tem que haver uma política de crédito mais adaptada ao pequeno”. Neste aspecto, sobressalta o depoimento de um agricultor sobre o

comportamento oportunista de empresas explorando artifícios oligopolistas, ao enfatizar em suas considerações finais que deve haver uma constante regulação e fiscalização pública sobre empresas porque elas podem distorcer os escopos dos programas governamentais. Num ano em que houve significativas perdas generalizadas por estiagem pluviométrica, as empresas estavam efetuando os pagamentos pela matéria-prima com trinta a até sessenta dias após entrega, ainda dizendo aos fornecedores que era “se quiser”, embora as regras do programa sejam de prazo de pagamento em até três dias. Endogenamente à estrutura de mercado manifesta-se este poder, se não houver supervisionamento estatal.

Sobressaltaram complexos de adversidades interligadas com as limitações de dotações e escala econômica. Este fator reflete-se em várias dimensões. A pressão para conseguir aumentar a produtividade e assim otimizar a rentabilidade no mercado competitivo requer investimentos. Quanto às expressões relativas ao financiamento, necessário para suportar as despesas operacionais e investimentos para se buscar aumentar a produtividade e, com isto, melhorar a prospecção para a rentabilidade, Hoff (2000, p. 63-67) sublinhou que o acesso ao mercado de crédito sujeita-se às condições de garantia que se pode oferecer. Isto à luz de que, nas operações de empréstimos de melhores condições, a entidade financeira analisa informações que as garantias transmitiriam sobre as aptidões dos projetos. Avalia a probabilidade de sucesso correspondente ao incentivo para se arriscar em participar com o financiamento.

1. As posses dos atores afetam a forma do contrato porque, por exemplo, elas afetam a capacidade de assegurar garantia;
2. A forma do contrato afeta a lucratividade do negócio ao prover incentivos para realizar esforços e revelar informações particulares;
3. Portanto, a distribuição de riqueza afeta a produtividade e o grupo de trocas viáveis (HOFF, 2000, p.63).

Este ponto retroage com questões relativas à capacidade infraestrutural, concernente não só ao aumento de produtividade, mas também com atenuar riscos de perdas de safra e de redução de lucratividade. Isto advém ao se necessitar vender com preços em fase de baixa, ou contratos futuros com maior probabilidade de se firmarem num patamar menor do que a curva média de preços da soja para a safra (isto considerando que as “traders” possuem maior nível de informação para traçar estimativas). Por seu turno, a perspectiva de mitigar estes riscos, de incrementar a produtividade e de prognosticar a margem de lucro na venda melhoraria o horizonte de retorno dos projetos e, com isso, possibilitaria melhores acessos e condições de financiamento. Porque há que se lidar com a carência de capital de giro para os gastos operacionais com equipamento

de irrigação (que demandariam mais força de trabalho e custos com energia) e com as instalações de armazenagem e/ou acondicionamento. O que leva os agricultores a uma situação de mais assimetria em relação ao poder das empresas. Estruturas de armazenagem para insumos também possibilitam aos detentores poderem comprar insumos em períodos de preços menores antes do uso. Como um agricultor ressaltou: “fica muito na mão das empresas, depois que a soja está lá dentro, elas que mandam”.

O dilema que envolve o armazenamento fica mais ilustrado com o caso do entrevistado que é engenheiro agrônomo, consultor e prestador de serviço, com maior estrutura de dotações e capital de giro. Ele relatou que, mesmo na sua escala de produtividade, sem o bônus do SCS, percebeu que para ter rentabilidade a tática teria de ser ou armazenar na propriedade ou arquitetar um sistema para comercializar a “soja disponível” – sistema no qual ele assume a limpeza e secagem dos grãos. Assim poderia ter um pouco mais de valor adicionado do que trabalhar com “soja balcão”, no qual a empresa classifica, limpa e seca os grãos. Pois sob este sistema, afirmou que “aceita o preço que ‘eles’ querem”. Declarou que ter estrutura de armazenagem é um “sonho” que acalenta. Sendo assim, nas condições atuais, sua estratégia foi trabalhar com o sistema de “*slow bag*”, no qual acondiciona os grãos em bolsas hermeticamente seladas.

Os agricultores familiares se veem numa armadilha da estrutura de mercado em que se vincularam, na qual se vislumbra uma garantia de comercialização e um patamar de receitas acima do que podiam contar antes. Nesse processo, os que conseguem persistir na atividade acumulam economias de aprendizagem, quando a experiência em repetições de tarefas diminui erros e aperfeiçoa eficiências, o que pode implicar na redução de custos unitários (BESANKO et al, 2006, p. 6). Mas também se somam pressões por incrementos de produtividade para sustentar um nível de rentabilidade, para a qual precisam de capital de giro, de forma também a cobrir riscos de perdas. Sem as dotações econômicas correspondentes não encontram condições de financiamento nesta magnitude. Mas então os riscos de perdas de safra e de não se atingir uma margem de lucratividade lhes mergulha em mais riscos quanto às possibilidades de financiamento nas condições que encontram, riscos de acúmulos de passivos.

4.4.9.1 Vulnerabilidade e sistema simbólico referencial de amparo

Neste foco sobre incerteza e insegurança, que foi o qual apareceram referências mais diretas aos recursos simbólicos religiosos por parte de alguns entrevistados, emerge

em sobrelevo sua relação com a vulnerabilidade. Não se considera aqui, nesta problematização, expressões coloquiais como “Graças a Deus”, mas exteriorizações em sentenças sob contexto em que o agricultor destaca que está diante de forças que transpassam seus esforços e capacidade de coordenação (forças de caracterizações econômicas, sociais, ecológicas) e não se vê munido de recursos para controlar. Quando destacam vulnerabilidades pujantes, que levaram a adversidades que lhes fizeram “balançar” quanto a viabilidade de permanecerem no sistema da soja.

Um agricultor relatou que uma perda por estiagem prolongada “foi uma realidade que deixou eu lá no chão”. Normalmente colhia 60 sacas por hectare, neste ano-safra colheu 43; em áreas nas quais colhia 50 sacas de soja colheu 15. Afirmou que estava ainda sem saber como faria, “mas vamos ver, eu acredito muito em Deus”. Disse que encontra em seu Deus uma motivação de confiança diante da confluência da adversidade por causa dos fatores climáticos com as barreiras econômico-institucionais. “Vai num banco você tem as terras, leva o contrato de arrendamento, vêm na área sua, roda tudinho, filma, pra saber o que você tem, vem na sua casa, filma sua fazenda, seus maquinários tudinho, libera o crédito, mas dizem pra ir ao cartório tirar uma certidão negativa do imóvel, querem garantia de um milhão pra soltar 60 mil”. Arguiu que possui uma relativa estrutura, com “colheitadeira, um trator traçado, bomba de veneno, só máquina R\$250 mil; o banco pegou os registros das máquinas, da certidão negativa do imóvel, pra liberarem R\$60 mil e a garantia foi de um milhão”. Ao se sentir pequeno diante destes fatores, destacava a confiança de impulso na referência teológica.

Outro depoimento no qual este aspecto manifestou-se em maior ênfase foi o de um agricultor que disse que, “sinceramente, no momento”, não tem vontade de ampliar a área, dada a estrutura familiar; afirmou que o ideal hoje é manter a área que planta. Quanto “ao amanhã” disse não saber, mas na atualidade seu ideal é depender só do que tem. Disse que para produzir um volume maior precisaria de novos implementos, que estão caríssimos; já está pagando financiamentos, muitas vezes com juros altos, **“então você precisa aumentar sua renda para MANTER sua estrutura”** [grifo nosso, com acentuação do termo “manter” por parte do entrevistado]. (...) “É onde ‘os pequenos’ são engolidos. Produtor não tem muita estratégia, tem fé em Deus. Infelizmente ‘pequeno produtor’ não tem muito isso de estratégia. É um ano após o outro, a gente tem fé que vai dar certo, se não der a gente vê o que a gente faz”. Com isso arguiu que “o ‘pequeno produtor’ depende de chuva, o que outros não dependem”.

Apresentando outro relato destacado, por fim, outro agricultor disse que diante dos temores que já teve, considerou que o melhor é perseverar na atividade, pois acha bom “por enquanto trabalhar pra si mesmo, não é fácil, o risco da lavoura é grande, não depende só da gente, depende da parte de Deus, da chuva, é um risco que se corre”. Em um curto espaço de relato o entrevistado repetiu a palavra “risco” por cinco vezes e destacou a situação de dependência, referenciando-se no imaginário teológico.

A atenção para a relação contextual em que a consideração teológica aqui se manifesta se faz imprescindível. A expressão de dependência diante das condições limítrofes que os agricultores exteriorizam, condições nas quais sobrevém a questão de assimetria de poder diante dos sujeitos sociais de mais dotações, é distinta das caracterizações teóricas sobre relações “etnoecológicas” identificadas por pesquisadores como Woortmann (2009, p.119-129). Nesta obra se sublinha que “respeitando a natureza, o camponês estará respeitando Deus. Camponeses são como gerentes da natureza pelo trabalho, o que me leva a outra dimensão da ética camponesa”. Seria tal como um “encantamento” do mundo. O sentido de dependência no contexto assinalado anteriormente não se confunde com um aspecto que seria demarcador de identidade camponesa pelas relações etnoecológicas. Pois este sentido – sem conotações simbióticas - apresenta-se relacionalmente de forma mais adstrito às referências de condicionalidades para a estabilidade produtiva.

Esta observação é fulcral para se apreender como tensões e choques institucionais efetuam pressões, remodelando racionalidades materiais para uma lógica mais intensificada de racionalidade instrumental. Esta lógica penetra mais extensamente também à medida de mudanças conexas em estruturas sociais e em infraestrutura produtiva. E dessa forma, reorganizando institucionalidades, desarticulando racionalidades materiais e tornando a “política do cotidiano” mais privativa e desagregada socialmente.

Um estudo de Buckser (1996) examinou os processos que acarretaram quedas da atividade religiosa, decorridos ao longo de um período de trinta anos, nas comunidades do povoado de Mors, em uma ilha na Dinamarca. O pesquisador pôs sob crivo a hipótese de que uma disseminação de conhecimento científico, um “desencantamento” de mundo, teria provocado o fenômeno. Constatou que esta forma estereotipada de representação dos processos de tensões não explicava o que ocorrera. A causa mais fundamental não foi um choque em nível epistemológico, de um “pensamento religioso” contra um “pensamento científico”. Encontrou melhor explicação na aceleração de processos

associados à mecanização agrícola, relacionados com uma maior rarefação de compósitos demográficos, enfraquecendo laços sociais comunitários (BUCKSER, 1996). Inferência que se assoma ao estudo antropológico de Douglas (1988) de que a atividade religiosa, ou o afastamento de suas práticas, remonta fundamentalmente a relações sociais.

4.4.10 A percepção e distinção da paisagem envolvendo a propriedade antes e depois da implantação da atividade de sojicultura

No que concerte acerca da diferença que veem e destacam na natureza e na paisagem envolvendo a casa e a propriedade, antes e depois da sojicultura, terminou por ser tratada num contingente restrito de entrevistados. Limitado àqueles que cultivam na propriedade onde moram, residindo nela há mais tempo antes de implantarem a atividade. E o que foi então acentuado versou sobre o aumento do valor do imóvel como ativo, sobre a melhoria de seu preço de mercado após a atividade, juntamente com a avaliação de que a terra estaria “mais produtiva”.

O agricultor que falou sobre a mudança de relação de arrendamento de terras para um sistema no qual o proprietário realiza uma “associação” com o arrendatário, no projeto produtivo por ano-safra, ressaltou que hoje está inviável adquirir terreno para lavoura no município. A família teria que procurar áreas em regiões mais distantes. Segundo seu relato, o alqueire de terra no município encareceu de 333% a 650% nos últimos anos.

Desenvolvem-se mecanismos com o incremento na taxa de capitalização, que tende a aumentar o preço da terra como um ativo. A tendência inflacionária no preço da terra manifesta-se com o maior grau de facilidade de converter o ativo em liquidez, gerando caixa. Com o crescimento do retorno esperado sobre o ativo e do valor bruto da produção agrícola, terras franqueadas a serem disponibilizadas num mercado imobiliário se tornam mais atrativas para inversões de capital em investimentos, para aplicação de financiamentos – favorecidos de serem obtidos pela melhora no fluxo de caixa, o que retroage movimentando a inflação do preço da terra. Sob ação destes fatores, a compra de terra transcende as limitações de ser enquadrada como “imobilização de capital”¹⁰⁹.

Pode ocorrer também que produtores rurais de regiões de maior concentração de grandes empresas de produção agrícola, concorrendo com elas no fornecimento para as

¹⁰⁹ Kato; Leite (2020, p. 468-469) apresentam dados percentuais dos aumentos do preço das terras em algumas áreas do Matopiba no período de 2008 a 2017. Os maiores dados foram de municípios no estado do Maranhão, como em Imperatriz e Açailândia – 594,40%, com 441,20% em Gurupi no Tocantins. A média ficou em 390%. A projeção de lucratividade reduz o custo marginal da aquisição de terras.

“traders”, mas sem conseguirem acompanhar os níveis sistemáticos de eficiência contábil e tecnológica destas empresas (ainda que providos de significativas dotações de ativos), explorem o mercado de terras em outras regiões. Localidades abrangendo vários municípios onde agricultores familiares foram entrevistados experimentariam maior concorrência para o arrendamento ou para a compra de terras. Mas com menores preços relativos em comparação com aquelas regiões. Isso implicaria em encarecimento de preços para o arrendamento (relatos sobre o atual custo com o arrendamento variaram em apontarem-no como entre 8 e 15 % da saca de soja por ha).

É destacado que a menção do tema acerca da paisagem da unidade agrícola tenha sido comentada frisando questões de valoração e incremento de preço de mercado da terra. Agricultores ressaltaram que o manejo de adubação e correção do pH do solo o “beneficiou”, sobretudo comparado à quando eram terras para pastagens, as quais recebiam poucos manejos. Terminaria, segundo eles, sendo uma forma de investimento não apenas para o produto produzido, mas em caso de venda do imóvel.

4.4.11 Comercialização em mercados institucionais e feiras

Com dados fornecidos pela CONAB, Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar – GECAF via Portal de Acesso à Informação, verifica-se que no ano de 2019 apenas um dos municípios do Sudeste Goiano contemplou comercialização no âmbito do programa, o de Orizona, via a organização “Associação Agroecológica de Goiás – AESAGO”. Os produtos foram abobrinha, alface, banana, beterraba, biscoito, bolo, cenoura, couve, limão, mandioca descascada, pão e polpa de frutas, numa soma total de R\$79.999,14 (CONAB/SUREG/GECAF, 2020). Há uma baixíssima capilaridade no acesso ao Programa na região e, pelos dados globais de 2019, em todo o estado.

Nenhum entrevistado fornece para programas de compras institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Apenas um informou que já comercializou pelo PAA, um dos assentados. Contou que teve a experiência de comercializar pelo PAA por dois anos, mas recentemente “o governo travou”, segundo afirmou e não voltou a participar, mas “se voltasse retornaria a entregar ao programa na hora”. Relatou que forneceu abobrinha e alface que produzia por irrigação, “faz falta, pagava certinho, era um complemento importante”. Foi na safra anterior a iniciar na sojicultura.

Desta forma, não houve uma proporção mínima para se colocar aos entrevistados algum comparativo entre a experiência de produzir e fornecer para estes programas institucionais e para o mercado da soja. Mas apenas três disseram conhecer estes programas. Um agricultor, que antes da soja comercializava milho para fábrica de ração, disse que a cooperativa que é filiado – fornece leite – também atua no PAA e comercializa para a prefeitura pelo PNAE, mas ele mesmo nunca participou e também nunca comercializou em feiras livres.

A perspectiva de criação de maiores oportunidades de participação no programa não é favorável. Peixoto; Oliveira (2020) avaliaram a evolução dos recursos destinados ao PAA do ano de 2003 ao de 2018 e a especialização do acesso ao PAA em municípios brasileiros e goianos, nos anos de 2012 e 2019. O ápice de recursos destinados ao Programa foi em 2012. Em 2018 o volume de recursos destinados ao nível federal foi 9,26 vezes menor do que em 2012 e, em Goiás, foi oito vezes menor. A diferença em Goiás do ano de 2018 para o ano de 2017 foi de 39%. Segundo os autores, no ano de 2012 o programa estava especializado em 20,5% dos municípios do país e 12,2% dos municípios de Goiás; pouco menos de 2,6% dos estabelecimentos de agricultores familiares (pelo quantitativo do Censo do IBGE de 2006) do país e 2,9% no estado. Em 2019, estava especializado em 4,4% dos municípios do país e 3,3% dos municípios Goianos; alcançava 2,9% dos estabelecimentos de agricultores familiares (pelo quantitativo do Censo do IBGE de 2017) ao nível federal e 0,09% ao nível estadual. O estudo captou um cenário de desmantelamento do PAA.

Um outro aspecto que se descortinou: entre a multiformidade de experiências de comercialização registradas entre os entrevistados, nenhum relatou o costume de vender produtos em feiras locais. Alguns pontuaram que não foi uma opção considerada viável. Dentre as diversidades de experiências de comercializações locais, um agricultor contou que comercializa uma quantidade pequena de carne bovina em frigoríficos da cidade. Houve dois agricultores que vendem, esporadicamente, porcos vivos ou carne processada de forma caseira – como linguiça - para pessoas conhecidas ou vizinhas, via entrega direta. Um deles afirmou “às vezes paga uma energia, uma continha, vai sobrevivendo, ajuda”. O outro disse também que esporadicamente vendem feijão-de-corda e feijão branco para este mesmo círculo de pessoas, alegando terem o diferencial de fornecer “com pouco agrotóxico, há muita procura, porque não tem na região”.

Dois agricultores possuem experiência de comercialização com maracujá, sendo que um deles está encerrando por ter tido um agudo malogro que balançou sua economia.

O primeiro deles relatou que sua produção não chega a um hectare, vende para um atravessador de um município mais distante, que busca para revender como polpa. O outro compra que produzia maracujá e melancia, esta última até uns dois anos atrás, vendendo em mercados de Brasília e Goiânia, mas tinha dificuldade de receber o pagamento. Afirmou que foi sua última safra de maracujá. A comercialização da fruta representava 20% do seu faturamento total.

Este agricultor narrou que possuía contrato com uma empresa do ramo de sucos, das de maior renome nacional. Para firmar os contratos, a empresa o incitava a crescer a produção, diziam-lhe que a regra com ela era que “precisavam de produtor bom, mas que tinha que crescer mais”, quando ficou encorajado a dobrar a área de produção da fruta, oito para dezesseis hectares. Afirmou que a lucratividade (tinha um contrato de R\$1,50 por quilo) lhe conferia certa sensação de segurança para fazer planejamento. Segundo o agricultor, a empresa foi paralisada pela vigilância sanitária por maus práticas e contaminação, não comprando mais. Ele disse que produziu 16 hectares de maracujá com grande oneração e não encontrava para quem vender. Buscou unidades de CEASAs, outras agroindústrias e não encontrava opção. Acrescentou que a situação só foi remediada por ter encontrado uma agroindústria para vender, mas bastante distante, em Anápolis, mas a R\$0,80 o quilo e com maior custo logístico.

Houve um assentado que contou que cultivava três hectares de milho irrigado próprio para pamonha, com uma lucratividade bem melhor do que a da soja. Considera que há mercado para a atividade, mas que para viver dela precisaria de uma área maior e assim, uma maior estrutura para irrigação, com maior capacidade econômica para implantá-la. Outro agricultor relatou que sua família passou a contar recentemente com um funcionário operador de máquinas. A partir daí passou a aproveitar para plantar nove hectares de abóbora da variedade “cabutiá”, produzindo 54 toneladas na safra de 2018-19, que comercializou na unidade do CEASA de Goiânia e em alguns supermercados locais.

O mercado da soja afigura-se oferecendo um potencial para se aferir maior capitalização e assim, sobressalta-se em vulto para chamar a atenção dos agricultores, em relação aos demais mercados institucionais e feiras locais. Em meio aos seus riscos, eles entreveem uma regularidade de demanda para ofertarem. Por outro lado, é uma atividade que exige mais despesas financeiras para produzir de forma a atender a escala do mercado.

4.4.12 Expedientes econômicos quanto aos insumos

Todos os entrevistados afirmaram que dos insumos utilizados, nenhum é obtido nos próprios agroecossistemas ou reciclados para o uso. Ocorrem estratégias diferentes para se obtê-los no mercado (por exemplo, pai e filho sojicultores comprarem juntos), sobretudo tendo em vista o peso dos custos no fluxo de caixa e exigência de capital. Quatro entrevistados afirmaram que fazem pesquisa de mercado em outros municípios, onde frequentemente acabam efetuando a compra, para terem mais opções no mercado. Doze afirmaram que não sondam em outros municípios.

Do total de agricultores familiares, onze afirmaram que os componentes mais caros, relativo aos custos totais, são os adubos. Enfatizaram que o preço de comercialização da soja teve uma tendência favorável, mas não esteve perto de acompanhar o custo dos adubos. Para um agricultor, o custo com adubação representa praticamente 50% do custo total da lavoura. Em seguida o que foi relacionado é o diesel (embora três entrevistados disseram que representa uma magnitude pequena para eles), vindo depois as sementes e depois os agrotóxicos (em dois entrevistados foi possível perceber que se referiam ao agrotóxico como “veneno” em falas relativas à presença dele na comida e como “defensivos” relativo ao insumo da soja). Disseram que a diferença entre custos de produção e margem nos preços de venda tem se achatado ao longo do tempo. O que se agrava com custos de remuneração de força de trabalho e principalmente para quem aluga serviços de maquinário.

Um elemento que despontou em quase todos os relatos foi se asseverar um discernimento da confluência nos custos dos fatores de produção dos fatores cambiais e conjunturais de comércio exterior com a geopolítica – especialmente a chamada “guerra comercial” entre Estados Unidos e China. Foi ressaltado que estes são fatores incidentes também sobre o comportamento instável em trajetórias dos preços, que insere uma dimensão de “aposta” e “jogo” no trato com o mercado a montante e a jusante no sistema produtivo-comercial. Este fenômeno demanda que constantemente busquem acompanhar o comportamento dos preços.

Houve agricultores que se expressaram em termos como “mercado internacional é manipulado”. Se assinalou que há um concurso de condições atuando na cotação do dólar e nos repasses para os preços na hora de comprar insumos e na hora de vender o produto. As empresas “têm essa jogada no mercado de valores”: conseguem aplicar mais baixas nos preços de compra da soja e conseguem fazer o que chamaram de “travar o

mercado” para amortecer repasses que fazem o preço do grão subir na hora de efetuar os contratos nos armazéns. “Na verdade, as empresas têm o poder, nós não temos”. Posteriormente se abordará a estrutura de venda antecipada com que muitos agricultores operam. Os dois entrevistados que participam do sistema de certificação RTRS disseram que isto tem contribuído significativamente em diminuição de despesas de insumos pela otimização da aplicação no processo produtivo.

Através das conexões destes elementos e fenômenos, nas quais se encadeiam insumos, estratégias de aquisição, além da cotação cambial, o comércio local e exterior, a geopolítica, o poder de mercado das empresas refletido no balanço financeiro, os custos dos fatores de produção e o custo de venda de produto, se manifestam estruturas e processos da Cadeia Mercantil. O “distante no espaço” passa a ter proximidade sistêmica com o cotidiano do lugar pelos mecanismos operantes da Cadeia, no espaço material da experiência. Nas referências posicionais e de amplitude, informações de aspectos de espacialidades passam a estar marcadamente presentes na lugaridade. Ao se aperceberem das relações de poder em meio a estas referências, os agricultores apreendem domínios e feições da dimensão da “Teia Geoeconômica” nos “espaços de representação”.

O agricultor que arrenda sua terra afirmou que, para ele e demais no assentamento que aderem a esta prática, a maioria dos insumos é via “parcerias”. Ou seja, aqueles que arrendam para produzir na terra se encarregam dos insumos que vão aplicar, raramente os parceiros compram alguma coisa para o processo produtivo. Consoante à maioria dos depoimentos, esse entrevistado afirma ouvir queixas de que o que pesa mais no custo de produção são os insumos químicos, sendo o diesel relativamente menos impactante. Um outro assentado afirmou que consegue insumos através do filho que trabalha para um dos produtores de soja de maior magnitude no município. O patrão do filho compra no atacado da fábrica insumos a mais do que emprega na produção, com isto a preços menores. Então o entrevistado consegue comprar pelos mesmos preços através do filho. Por outro lado, houve entrevistado que narrou comprar insumos junto com o pai para poderem ter melhores condições de negociar.

Houve dois relatos destacados de agricultores que tiveram experiência de fiar insumos em troca de sacas de soja. Um assentado que aderiu a atividade recentemente, estando na segunda safra, afirmou que para implementar a atividade buscou esta alternativa e conseguiu. Porém, na safra correspondente a da ocasião da entrevista não o fez, porque sairia significativamente mais caro, em termos de quantidade de sacas, do que pagar em dinheiro. Conseguiu um empréstimo em dinheiro e quis fazer a experiência se

compensa mais pagar à vista em sacas ou a prazo em dinheiro. Relatou que adubos e sementes são o mais caro nos custos (o saco de sementes de 40 kg, transgênicas, foi adquirido por R\$375,00; comercializa a saca de soja de 60Kg por R\$70,00). Outros agricultores também disseram que a opção de comprar insumos com sacas de soja sai mais oneroso.

Em uma visita de campo durante a época do plantio, meses após ter entrevistado um agricultor, este relatou uma experiência que cabe aqui dar destaque. Me deparei com uma frondosa lavoura que cercava a casa e se estendia no horizonte. O estado de ânimo deste agricultor estava perceptivelmente melhor do que na ocasião da entrevista. Experimentou muitas perdas na última safra decorrente de fatores climáticos. Com isto deixou um passivo junto a agência financeira que inviabiliza adquirir novo financiamento em seu nome. O gerente do banco propôs dele fazer em nome do filho, mas o agricultor pensou bem e não quis, para evitar ficar com o nome do filho no financiamento. Afirmou que recebeu uma visita em sua propriedade de uma pessoa de uma empresa que abriu no município vizinho lhe procurou devido a indicações que recebeu. A responsável por esta empresa foi procurá-lo e ofereceu a ele um arranjo para fiar a produção, lhe dizendo “que foi porque viu a sua produção” (uma dúvida que o depoimento levanta é que, se ele experimentou uma drástica perda, este dito por parte da representante da empresa teria sido sincero? Ou foi uma estratégia retórica de agradar o agricultor com elogio para inclinar sua disposição?) e propôs financiar a safra em troca de sacas de soja da produção. A empresa financiaria o custeio e o agricultor pagará em sacas.

O agricultor, que relatou que até então evitava comercializar sob o SCS devido à distância até o centro de recebimento da empresa, afirmou que desta vez fará diferente, considerando o sistema de financiamento da safra em sacas de soja. Disse que com a distância o frete, mais oneroso, tem um custo de R\$2,50 por saca, “empatando” com o bônus do Selo. Porém considerou que, se fosse vender fora do programa, mesmo pagando um pouco a menos no frete ficaria um saldo menor, agora que conseguiu ampliar a área de produção. Arrendou 25 hectares de um assentamento e plantou na área – um aspecto que pesou também para decidir plantar em uma área maior é ver se melhora a lucratividade total, dado que sentiu que o preço dos adubos aumentou.

Contou que sua esposa “ficou com pé atrás” com este sistema de financiamento feito com a empresa. Disse, porém, que a convenceu de que foi melhor, porque mesmo sendo um pouco mais cara (a empresa cobrou a mais de sacas do que seria se fosse correspondente em dinheiro), a transação foi feita “na base da confiança no nome dele”.

Argumentou que conseguiu uma alternativa melhor do que as condições do banco – dado seu passivo – e viu como a alternativa possível do que fazer diante da situação. Reiterou que a representante da empresa foi à propriedade e elogiou a produção dele. Ao repetir isto, torna manifesto que, dado o código de valores e o anelo por reconhecimento, a performance no trato por parte da representante da empresa, sim, representou um peso a mais diante de considerações de cálculo financeiro. Também lembrou que o agrônomo da empresa efetuou visita técnica, recomendando aplicações a mais de agrotóxico porque estava havendo infestações de percevejos. Atentou que haverá um custo a mais na colheita, tendo que ser feita especialmente “bem rente ao chão”, devido às plantas competidoras.

Este episódio ilustra um contexto quando agricultores se encontram com passivos financeiros, sua reputação estando comprometida, diante de fatores para os quais sua escala de dotação de capital não lhes confere estrutura. Desta forma, se encontram mais suscetíveis e vulneráveis a ofertas que seriam mais acessíveis, menos “burocráticas”, mas com as quais os agricultores assumem obrigações mais financeiramente dispendiosas que aprofundam situações de alavancagem. Compete se deter um pouco mais neste ponto, que suplementa, aprofunda e explora mais o alcance de preocupações que foram levantadas.

Enquanto se busca prover alocações para os investimentos na produção do presente, herda-se compromissos de pagamentos. Nisto, os preços da soja devem cobrir custos com despesas de financiamento (os agricultores que compraram insumos a prazo afirmaram que há juros mensais), com despesas gerais indiretas, com despesas operacionais diretas (trabalho de terceiros, máquinas, matéria-prima). Devem propiciar fluxo de caixa para liberar recursos para o investimento, para valorizar os ativos de capital e validar passivos. Isso é a rentabilidade, a sustentação da lucratividade.

Como um entrevistado relatou, enquanto ele compra 30 toneladas de fertilizante, um fazendeiro de maior área de plantio, para o qual o entrevistado presta serviço, compra 90 toneladas. Este fazendeiro pagou, segundo o depoimento do entrevistado, 4,5% a menos na tonelada do mesmo fertilizante.

Quem tiver mais escala, mais produtividade e mais capacidade de estoque pode conseguir obter no mercado condições de preços com uma margem de folga de fluxo de caixa sobre custos operacionais diretos, de forma a poderem validar suas dívidas e facilitar a aceitação de novas obrigações financeiras. E, como muito assinalado nos depoimentos dos entrevistados, a cotação do dólar tem peso em cada âmbito desse.

Se o nível de preços dos ativos de capital (bens de produção já existentes na unidade produtiva) é alto em relação ao nível dos preços em produtos correntes, as condições são favoráveis aos investimentos. Caso contrário, são desfavoráveis (MINSKY, 2010, p.156-158). Sendo assim, os fluxos de lucros realizados e esperados devem ter nível suficiente para que os preços de ativos de capital excedam os preços de oferta dos bens de investimento (bens de capital novos, em fase de incorporação, que depois de implantados e em funcionamento se tornam ativos de capital). Em caso de o nível de produtividade média subir, incorrem pressões sobre preços de forma que dificilmente escalas menores de área de produção, ou também níveis tecnológicos menores, conseguem acompanhar com rentabilidade.

4.4.13 Consecução e administração dos maquinários

Foi apontada anteriormente a expressividade dos significados econômicos e simbólicos da consecução de compra de maquinário agrícola para os agricultores familiares na sojicultura. Em uma pergunta específica quanto a possuir máquinas/implementos, foi pautado espontaneamente em várias respostas, distintamente, a importância de se ter em relação aos dissabores de se depender de alugar. Relacionado à autonomia de manejo no ciclo produtivo, aos riscos de prejuízos produtivos e custos de produção (um agricultor disse que a compra foi para “não ficar na mão dos ‘grandes’”, referindo-se à locação). Apenas três, menos de 20% dos agricultores familiares entrevistados, não adquiriram alguma máquina agrícola, todos os demais tendo adquirido pelo menos um trator. Dentre estes, dois eram do mesmo assentamento. Um deles estava apenas ainda na segunda safra de soja, o outro não produz soja diretamente, apenas arrenda sua parcela.

O que se iniciou na atividade recentemente relatou que considera muito caro o valor que precisa pagar pelo aluguel de horas/máquina. Além de enfrentar a vicissitude de que, enquanto os proprietários das máquinas não terminam de fazer o preparo de seus plantios, passa pelo agastamento de não poder começar o seu e o atraso implica em queda de produção. Esta compreensão foi compartilhada por vários agricultores que alugavam máquinas antes de comprar ou ainda alugam a colheitadeira – maquinário que a minoria adquiriu. Um agricultor relatou que o aluguel de máquinas incrementava cerca de 17% no custo de produção em relação à compra (mas não computou o custo em juros embutidos no pagamento em sacas de soja, forma de compra do maquinário).

Dos quinze agricultores que adquiriram algum maquinário, sete não adquiriram colheitadeira ainda. Relataram que precisariam aumentar a área de produção porque, senão, não seria lucrativo adquirir este bem de capital, dado o custo¹¹⁰ e magnitude que implicariam no subaproveitamento da colheitadeira no tamanho de área produtiva atual. Dos três agricultores que a adquiriram, dois confirmaram este entendimento, dizendo que contabilmente a compra não teria um saldo claramente positivo dado o elevado custo de manutenção e na extensão atual de área produtiva. Ela estaria sendo subaproveitada, trabalhando um mês e ficando ociosa no restante. Mas ponderaram que sem ela estariam piores, tendo experimentado perdas de talhão de soja por atraso na colheita. Um outro agricultor afirmou que ele e o pai compraram a colhedeira em 2010 usada e ela já se teria pagado “mais de duas vezes”, evitando o custo do aluguel e prejuízos. Precisavam “implorar”, termo que usou, para algum dono de máquina disponibilizar o serviço de colheita e, quando ia executá-lo já estava em um momento tardio, com proliferação de plantas competidoras e grãos que perderam o ponto de colheita.

Uma tônica ficou marcada, em vários comentários: **a relação entre aproveitamento do potencial do maquinário com a escala de produção e a extensão de área produtiva**. Pois os custos do emprego do maquinário em áreas maiores se diluiriam, não havendo crescimento proporcional – em termos de combustível e manutenção –, enquanto a produtividade tenderia a aumentar. Um agricultor familiar afirmou que está se organizando para na próxima safra (após a que colhera anteriormente a entrevista) poder plantar em uma área maior, sua referência é de chegar a 150 hectares plantados. Arguiu que, chegando neste nível, venderia seu maquinário e compraria um maior, quitando parceladamente. Na sua narrativa, o lucro unitário diminuiria pelo pagamento do compromisso, mas aumentaria a produtividade (ou seja, aposta no ganho de escala).

Quatro agricultores familiares informaram ter adquirido maquinário via PRONAF Mais Alimentos, um por PRONAF Investimento e dois informaram tê-lo feito por outras modalidades nas entidades financeiras. Um deles afirmou que acharia muito bom se o banco aceitasse como garantia também percentuais de sacas de soja da produção. Pois a entidade financeira confere meticulosamente, *in loco*, a avaliação de bens de garantia em

¹¹⁰ Pelo site informativo dos itens financiados pelo PRONAF Mais Alimentos (maisalimentos.mda.gov.br), os preços das colheitadeiras em opção para o estado de Goiás estão na faixa entre R\$440.000,00 a R\$450.000,00. Em 2020 o governo lançou uma nova linha de financiamento para máquinas agrícolas, BNDES Crédito Rural, com juros maiores – sem o subsídio – mas com prazos maiores e podendo cobrir o preço total do item.

alta proporção a mais quanto ao valor financiado (incluído os registros do maquinário que já tinha e a certidão do imóvel; mas esta parte possivelmente foi quanto a análise das dotações para fins de risco do projeto, porque, tendo sido uma entidade oficial, teria que seguir a lei que proíbe penhorar imóvel rural como garantia no PRONAF). Um agricultor disse que além do trator financiado, ganhou outro do pai.

Dos dois entrevistados que afirmaram ter acessado outras modalidades em agências financeiras, coincidiu de relatarem que foi incremento de porte no perfil do maquinário que tinham: de trator “pequeno” para um maior, pulverizador maior, plantadeira mais moderna para plantio direto, ainda aquisição de colheitadeira. Ambos já têm um período relativamente longo de acúmulo na atividade, com um deles tendo começado quinze anos antes.

Manifestou-se um fenômeno controvertido: agricultores que adquiriram maquinários empenhando proporções da produção para quitar parcelas, ou parte do principal do valor, se referiram como tendo comprado “com recursos próprios”. Porém, examinando detidamente, esta interpretação contém uma dubiedade. Este sistema não é equivalente a um capital em estoque, tal como uma poupança, amalhado para o pagamento de investimentos. Foi contraída uma obrigação, há uma relação de mutuário, magnificada em produção de soja. O valor total desta produção dado como garantia tem seus custos embutidos, inclusive financiamento de custeio.

Agricultores relataram ainda outra ambivalência: os juros costumam serem mais altos do que o financiamento em moeda líquida, mas mais rápido, com menos exigências e burocracia. De toda forma, intercorrências na quitação da obrigação implicam em passivos. Como os agricultores arcam com a obrigação através do estimado em produção, entendem ser “recurso próprio” diferenciado do que seria pagar ao banco. Novamente, um sinalizador de risco financeiro, onde a dimensão econômica mais ampla é confundida com a contábil, que é uma parte dessa dimensão. Um agricultor se referiu ao procedimento como tendo adquirido a máquina “meio que no peito”: uma parte paga em dinheiro e o restante em produção de grãos, por três safras. Há um risco internalizado relativo à oscilação temporal da trajetória dos custos de produção e dos preços do grão a ser comercializado, considerando a proporção entre ambos.

Dos dois agricultores que expressaram que por “recursos próprios” se referiam a um montante de capital poupado, um deles era um dos agricultores familiares mais estruturados financeiramente. Afirmou que poupou dos lucros aferidos na propriedade por dois anos, começando por adquirir um maquinário de porte menor e adquirido depois

pulverizador e plantadeira de porte maior, terceirizando o serviço de colheitadeira. O outro dissera que tinha dois tratores, tendo vendido um para quitar passivos com perdas na atividade comercial de outra cultura agrícola.

Nenhum entrevistado, nem mesmo os que não são enquadrados como agricultores familiares, respondeu que calcula depreciação de máquinas e implementos. A principal causa apontada foi a complexidade deste cálculo. O entrevistado que presta consultoria pra sojicultores disse que os de maior porte de área também não calculam, por causa da complexidade. Dois agricultores familiares assinalaram que esta questão não teria tanto peso, posto que comprem geralmente máquinas usadas que pouco se desvalorizam em relação ao preço o qual foram adquiridas. Dois outros agricultores familiares ponderaram que, a despeito de perdas com desvalorização, as máquinas “se pagam” quando se baliza com os gastos e perdas advindos do sistema de locação de serviços. Isto inclui, além dos custos diretos pelo pagamento, as perdas por atraso em plantios, tratos culturais e colheita.

É uma problemática que remete também ao imbróglcio da “extensão rural”. Costumeiramente, os agricultores familiares recebem assistência pontual de empresas para aplicação de insumos. Agricultores de maior porte podem contar com profissionais/consultorias especializadas na administração financeira. Um acompanhamento mais global, que contemplasse os termos formais das normativas do SCS não é constatado. Uma assessoria técnica na parte de viabilidade econômica ainda é algo com o qual não se tem uma expectativa, possivelmente sendo mais viável para formatos em cooperativas (conquanto a assistência no âmbito do RTRS tenha um importante papel na organização administrativa da unidade produtiva). Agricultores de maiores dotações nas escalas produtivas de maiores magnitudes também internalizam mais certos custos, inclusive por contarem com maiores dotações para garantias em financiamentos.

Além da trajetória do preço de mercado do momento da compra ao longo dos anos, aspectos dos custos de depreciação envolvem o cômputo dos custos com manutenção de máquinas ao longo do tempo, que tende a intensificar com o desgaste do uso. O montante gasto com manutenção está embutido no balanço econômico quando da revenda do item ou do emprego do mesmo em negociações para novos maquinários. Por exemplo, um dos dois agricultores que pontuaram a questão de as máquinas serem usadas e a depreciação ter assim menor significância, colocou que planejava, em dois anos, renovar seu maquinário. Outra questão é que as máquinas são portfolio do qual pode se abrir mão para cobrir determinada obrigação em casos de intercorrência. Foi como ocorreu com

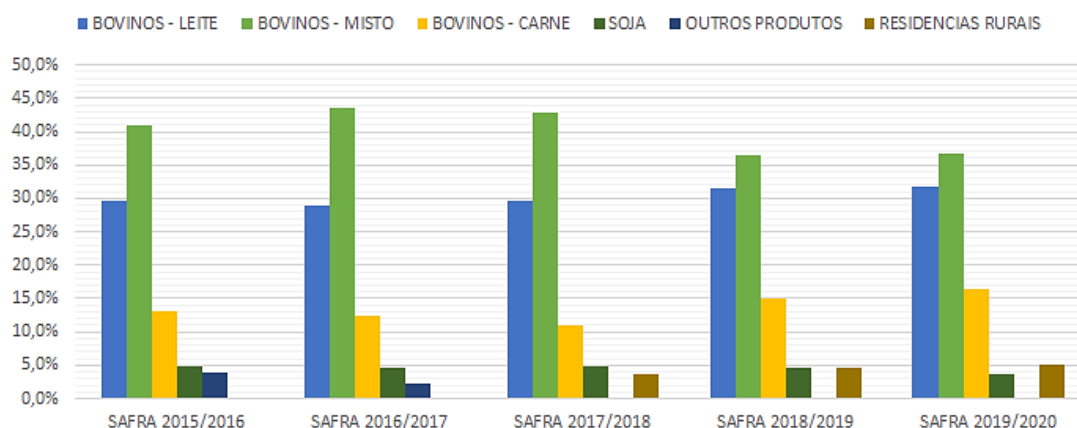
dois agricultores que necessitaram vender um trator para cobrir prejuízos financeiros com outras culturas agrícolas.

Estes aspectos também são computados quando financiadores requerem avaliações de dotações e garantias. Houve um agricultor que disse que a agência financeira avaliou o valor de R\$1 milhão em bens como garantias para autorizar R\$60 mil em crédito para compra de máquinas. No caso de atividades como a produção de soja, de característica de alto ponto de equilíbrio e necessidade de ganho de escala, para unidades produtivas de magnitude menor estes inconvenientes tendem a amplificar riscos financeiros, amplificando-se ainda mais com situações em alavancagem. Contudo, os custos com aluguel são amplificados com as perdas decorrentes de atrasos nos tratos culturais e ainda acompanham a tendência do preço de compra, fazendo com que investir nos equipamentos seja atraente.

4.4.14 Relações com o financiamento e decorrências remodeladoras

O assunto quanto ao financiamento manifestou-se transversalmente e mesmo pronunciadamente em diversos outros tópicos. Diversas questões remetem a este foco que também, por sua vez, remete conspiciuamente à questão da vulnerabilidade e risco.

Dentre os anos-safra de 2015/2016 a 2019/2020 a soja foi o quarto principal item financiado pelo PRONAF em Goiás, em média de valores anuais. A média entre estes anos ficando em torno de R\$27.930.312,16 (8,26 vezes menos do que o financiamento “bovinos-misto” e 6,3 vezes menos do que “bovinos-leite”). Se experimentou uma queda mais pronunciada entre a safra de 2018/19 para a de 2019/20, na qual ficou no valor de R\$23.850.160,70 (valor 8,74% menor do que o da safra anterior e 14,61% abaixo da média). Esta faixa de período coincide com um relato dos agricultores de que na safra 2018/2019 houve uma forte estiagem. Fator que provavelmente reduziu bastante a produtividade e assim, impactando negativamente no lucro, podendo ter havido um reflexo na redução da tomada de crédito bancário para a produção conseguinte. Foi o único ano-safra em que a soja ficou em quinto lugar, abaixo do item “residência rural” que teve alta no respectivo período na modalidade “PRONAF Habitação” (período de expressiva alta na captação de crédito por parte do setor de construção civil e imobiliário).

Gráfico 11. Cinco principais itens financiados no Pronaf em Goiás por safra

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão do Banco do Brasil – SICBB

Dentre os dois entrevistados “médio produtores”, um deles afirmou que o lucro da produção atualmente arca com as despesas da unidade doméstica e o saldo restante está sendo insuficiente para pagar o custo de financiamento. Alegou que o comprometimento com os pagamentos da agência financeira sobrecarrega a lucratividade, pelo somatório total de custos. O outro entrevistado afirmou que, considerando sua condição e a dos agricultores familiares para os quais presta assessoria técnica, o PRONAMP está atualmente oferecendo melhor atratividade do que o PRONAF, porque oferta montantes maiores (podendo assim cobrir mais custos) com juros de nível próximo. Afirma que com as receitas de suas atividades de consultoria busca aportar na atividade produtiva para não precisar endividar. Arguiu que é frequente a queixa expressiva dos agricultores familiares, que atende na consultoria, pela exigência das regras do PRONAF, de o tomador contar com avalista e de que a entidade bancária usa de artifícios que “chantageiam” os agricultores para realizarem operações de “venda casada”. Esta “chantagem” faz com que adquiram produtos como OUROCAP e outros como condição para terem a liberação de crédito agilizada.

Dentre os agricultores familiares, todos entrevistados relataram acessar alguma forma de financiamento da produção e/ou de infraestrutura, de máquinas/equipamentos, ainda que combinado com “recursos próprios”. Decerto, a atividade de sojicultura apresenta elevado custo de produção, com substanciais aportes de componentes de investimento e custeio, bem como os gastos logísticos para a comercialização. Suscita necessidades de reservas de caixa para despesas operacionais necessárias, dadas as limitações para a conversibilidade dos ativos dos agricultores em caixa prontamente disponível para a unidade produtiva. Além das possibilidades de se incorrer em custos de

falhas na execução da transação, por potenciais problemas nos padrões de qualidade e prazos de entrega. Sendo assim, é muito forte a necessidade de créditos a *spread* baixo¹¹¹ para financiar custeio e investimentos. Vários relatos destacaram a importância da possibilidade de contarem com o PRONAF, tais como “100% é o Pronaf que está segurando a agricultura familiar na roça. Fora disso vai encher a cidade de gente” – afirmou um agricultor que disse que amigos que tinham abandonado a produção no campo retornaram porque o PRONAF custeava o projeto produtivo.

Doze (~67%) dos agricultores familiares entrevistados acessam Pronaf para a atividade no sistema produtivo-comercial da soja. Quatro (~22%) acessam outras modalidades de crédito, como com agências de financiamento de companhias de máquinas e equipamentos ou as agroindústrias da soja. Seis agricultores (~33%) financiam-se por penhor de safra junto às firmas vendedoras de insumos, sendo que destes, dois afirmaram fazer esta prática além de acessar o PRONAF; a reputação no município faculta a forma alternativa de financiamento. A controvérsia nesta última modalidade já foi abordada, podendo se acrescentar aqui, a partir dos depoimentos, uma outra oneração que está implicada: agricultores adquirem os montantes correspondentes de itens de custeio cotados no preço da soja em valor de mercado vigente no momento. Mas na hora de quitar a obrigação com o proporcional de sacas colhida, embutida no pagamento está a bonificação recebida da comercialização pelo SCS, um lucro a mais para a firma fiadora.

Além do financiamento ao custeio agrícola, também se destacaram investimentos em maquinário e equipamentos. Um agricultor relatou ter adquirido um veículo utilitário coberto pela modalidade do PRONAF Mais Alimentos, um modelo “Strada”. Agricultores afirmaram que à medida que se aumenta a área de plantio, aumenta a necessidade de financiamento. Um agricultor, assentado, não acessou crédito para a soja por ainda estar na segunda entressafra após implementar a atividade. Mas já acessara para pecuária leiteira, relatou que ainda não acessou para a soja porque não tem como oferecer garantias. Outro agricultor, também assentado, acessara para pecuária leiteira, mas não acessa para a sojicultura por conseguir obter insumos mais baratos com o patrão de seu filho, situação anteriormente descrita.

¹¹¹ O *spread* bancário é o diferencial percentual entre a taxa de juros nos contratos de empréstimos e financiamentos e a taxa paga pelo ente financeiro em aplicações que cobrem os custos para conceder empréstimos.

Todos que adquiriram pelo PRONAF salientaram que por principal razão destaca-se os juros serem mais baratos. Porém o problema da capacidade de oferecer dotações como garantias ganhou sobreleva. Agricultores acentuaram que por terem menos ativos de oferecimento de garantias, não encontram a acessibilidade de crédito como os agricultores de maiores dotações. Por um lado, o quadro retratado anteriormente quanto a dissolução de estruturas de convivência comunitária dificulta mais quanto às exigências de avalistas. Por outro, estas próprias exigências podem gerar situações de rompimentos de relações sociais.

Agricultores que relataram terem contornado melhor a situação foi quando o pai também se dedicava à sojicultura e foi avalista. Um episódio relatado foi emblemático: um assentado contou que não pode mais acessar PRONAF. Por ter sido avalista uma vez e o avalizado não ter quitado, ele ficou com o nome negativado no banco. Disse que se ele pudesse fazer contrato futuro e garantir o custo seria bom, mas afirma que eles requerem muita documentação que não dá conta de providenciar, exigem seguro (e ele não tem, porque não financia, sedo que o peso do custo de seguros privados seria alto) e “por ser pequeno” não consegue.

Três agricultores aventaram quanto a se fosse permitido oferecerem a escritura da propriedade como garantia, o acesso ao crédito se daria em melhores condições e sem avalista. Mas daí se sobrevêm ameaças derivadas de vulnerabilidades de agricultores familiares sem estrutura para a irrigação, para armazenagem de quantidade significativa de insumos e da produção. Ou com dificuldade com capital de giro para custos com possíveis falhas na execução das transações comerciais, ou com dificuldades para efetuar ajustes em prazos, na qualidade, quantidade e preços decorrentes de mudanças conjunturais ao longo do processo de execução de contratos. Justamente, caso houvesse uma relativa maior facilidade de crédito, mas sob a condição do comprometimento do ativo fulcral - a propriedade da terra -, poder-se-ia incentivar a se malpararem em apostas de maior risco. Sem deixar de considerar também que o tamanho das terras próprias continuaria oferecendo dotações assimétricas com os grandes proprietários.

Também apareceu a questão do seguro agrícola PROAGRO MAIS¹¹². Agricultores explanaram que dadas as exigências legais do PRONAF, já contratam as

¹¹² O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO MAIS), assegura ao agricultor familiar, diante de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que prejudiquem o empreendimento enquadrado: a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio e de parcelas de crédito de investimento rural; a indenização de recursos próprios

operações de financiamento conjuntamente com o seguro rural, por meio de um adicional de alíquota extra sobre o valor contratado de 4% no caso da soja em sequeiro. Ressaltaram a importância de estarem cobertos, lhes é importante dado estarem estreitamente expostos às intercorrências climáticas. Anos de perdas impactam deixando passivos; como na exposição de um agricultor, é “igual caranguejo, anda pra trás”. Quatro agricultores relataram já terem acessado o seguro para cobrir perdas com déficit hídrico. Mas afirmam que a cobertura do PRAGRO MAIS é pequena diante da magnitude de prejuízos com estiagens prolongadas e demora a se processar, enquanto outras obrigações vão vencendo (quando muito, “empatam” as despesas estritas do ano agrícola, acumulando-se os passivos herdados quando presentes).

Um agricultor experimentou amplas perdas com estiagem prolongada. Mas ficou, ainda assim, com passivos acumulados no banco; mesmo tendo acessado o sistema do PROAGRO Mais, fiou sua próxima safra sob o sistema de penhora. Agricultores assinalaram que os seguros privados são mais rápidos, porém mais caros e as seguradoras não operam se os contratantes não comercializarem com contratos futuros, além do fato de que, se acessam crédito oficial, teriam que contratar ambos. As modalidades de financiamento, seja com as agências financeiras de companhias, seja penhora de safra, não oferecem a cobertura de seguro.

Como ocorreu no episódio descrito de uma ocasião de entrevista com um agricultor familiar, que se apresentava manifestamente de moral abatida, por prejuízos que amargou com uma ampla quebra de safra e perdas de produção por uma estiagem prolongada. O entrevistado relatou que normalmente colhia em média 60 sacas por hectare, naquela safra colheu 43. Em outras áreas cultivadas que apresentam menor produtividade, nas quais colhia 50 sacas por hectare em média, contou que colheu 15 sacas nesta ocasião. Obtendo uma forma alternativa para o financiamento da safra seguinte, contornando os óbices para o financiamento bancário, nos conduziu para uma caminhada ao longo de parte da lavoura, mostrando-se satisfeito a exuberância da produção. Disse acreditar que a colheita seria muito boa, superior a 60 sacas por hectare, sendo que os grãos estavam enchendo bastante. Todavia, a maior facilidade do acordo que disponibilizou o custeio reflete-se em contraparte no maior custo em diferencial de juros e ausência de carência.

utilizados pelo produtor; a garantia de renda mínima da produção vinculada ao custeio rural - no valor equivalente a até 80% da Receita Bruta Esperada do empreendimento, sendo o limite, no caso da sojicultura, de até R\$22.000,00, com limites de R\$5.000,00 por parcelas de crédito modalidade investimento.

Mas o agricultor estimou um cômputo para sua aposta. Precisaria de um horizonte de formas de obter receitas para a manutenção da unidade produtiva, das necessidades familiares e para buscar pelo menos amortecer os passivos herdados. Poderia comprometer os recursos com os quais propicia seu filho, que neste momento saía para morar em outro município, cursar agronomia. De fato, em retrospectiva, a safra 2019-2020 contou tanto com custos de produção maiores por repasses cambiais quanto também por aumento da cotação da soja – tendência que se intensifica na safra 2020-2021. O agricultor na ocasião relatou que a aposta estava vingando: contou que as chuvas ficaram em um nível ótimo. Mostrou satisfação porque está produzindo muitos “cachos”. O principal, sua autoestima, a gratificação com seu labor, restabeleceu-se. Abaixo o registro de uma demonstração: agricultor escolheu um espécime frondoso de sua lavoura de soja e me presenteou, como valor simbólico de seu orgulho e disposição de espírito para com seu trabalho.

Fotografia 10. Em visita de campo, ganhei como lembrança de valor afetivo, do agricultor, um ramo de soja. Ao fundo, máquina e implemento do agricultor familiar



Fonte: acervo pessoal, 2020.

O quanto a tônica dos riscos financeiros se avultou na análise até aqui, cumpre sondar de maneira mais realçada a conformação da logicidade dos seus aspectos. Prossegue-se então uma exploração do conteúdo e dos sentidos de conceitos e de

ferramentas-chave envolvidas nos diagnósticos relativos a riscos e viabilidade financeira, para elucidar as implicações para a estrutura socioproductiva dos agricultores familiares.

Quando se contrata financiamento, o agente financiador, de certa forma, passa a ser parte do projeto produtivo financiado. São “terceiros” que, em tese, incorrem em riscos de perder capital que poderiam ter aplicado em outro projeto. Por isso frequentemente imprimem condições para o emprego do recurso emprestado, como por exemplo, exigências de determinadas práticas produtivas. Ou encarecem os encargos mediante estimativas de risco de prejuízos, de transparência de informações requeridas quanto as probabilidades de insucesso, de apreciações quanto a índices de liquidez. Parâmetros que sinalizariam quanto os agentes do empreendimento possuem de margem de recursos à disposição para quitar suas obrigações de acordo com o prazo.

Avalia-se a “saúde financeira” do tomador de acordo com ponderações acerca do que ele possui de “ativo circulante” somando com os “ativos realizados a longo prazo”, dividido pela soma dos “passivos circulantes” com os “passivos não circulantes”. Ou seja, as disponibilidades financeiras, bens e direitos que podem ser convertidos em liquidez no ciclo produtivo (ano-safra) somando-se com os que podem ser convertidos ultrapassando o prazo de doze meses, mas ainda dentro do período do balanço financeiro, dividido pelas contrapartes em passivos. A curto prazo avalia-se apenas a “liquidez corrente”, sem computar os ativos de longo prazo e passivos não circulantes. Esta é a lógica mais empregada envolvendo transações financeiras em lavouras anuais, como a soja.

Os balanços financeiros possuem uma abrangência maior do que os balanços contábeis operacionais. Os custos financeiros incidem subtraindo das receitas na análise dos lucros líquidos, mas não são custos de produção. Geram os passivos onerosos (sobre os quais incidem encargos financeiros) enquanto os outros, passivos não onerosos. São contratados quando o recurso contido no fluxo de caixa não é suficiente para bancar o fluxo de produção e comercialização. Registra-se balanço financeiro positivo quando há lucro líquido, excluindo os encargos financeiros (principal + juros), as taxas e impostos.

Quando os volumes de operações financeiras ultrapassam o saldo do balanço patrimonial, a unidade produtiva está sob alavancagem. Ela acrescenta riscos financeiros aos riscos produtivos e comerciais. Sob esta compreensão, se passará agora a avaliar a dimensão destes riscos na operacionalidade da atividade econômica. É importante compreender o conceito de “Grau de Alavancagem Operacional” (GAO) e a lógica de como se processa. Ele permite avaliar o quanto a lucratividade é sensível às flutuações do volume comercializado. Permite a aproximação do quanto é vital para uma atividade

econômica engajar-se em intensificar sua produtividade – especialmente o sistema produtivo da soja, de retornos constantes à escala¹¹³. Permite averiguar o quão contígua a atividade produtiva está do Ponto de Equilíbrio.

O GAO comensura-se tendo por base a proporção dos custos fixos em relação aos custos variáveis da atividade econômica. Os custos fixos são aqueles de valores constantes ao longo dos meses, não envolvendo pagamentos cotidianamente. Mas diferem-se das “despesas fixas” por serem necessários para se produzir e comercializar, enquanto aquelas não estão diretamente relacionadas a tais necessidades. Já os custos variáveis aumentam ou diminuem relativamente às variações da quantidade da produção. À medida do ritmo da atividade produtiva, eles variam – zerando quando ela zera. GAO elevado indica que a lucratividade é mais sensível às alterações nos volumes de comercialização e que a atividade está próxima do Ponto de Equilíbrio. O interesse de um projeto produtivo em ter algum grau de alavancagem operacional está em possibilitar se elevar a maiores níveis de aumento de produção sem correspondentes aumentos de custos fixos.

Mais adiante, no exame do tópico sobre administração e contabilidade, se apresentará como o perfil examinado dos entrevistados apresenta que o delineamento destes fatores contabilísticos é mais complexo no objeto de estudo desta pesquisa. Se tem mais claramente os insumos entre os custos variáveis. Entre os custos fixos, fatores como depreciação e manutenção de máquinas e equipamentos, além de arrendamentos. Mas entre os agricultores familiares a depreciação e o pró-labore, de praxe, não são mensurados. As contratações são temporárias e variáveis. Costuma-se haver misturas nos cálculos de custos e despesas, com partes do fluxo de caixa para as contas familiares, especialmente as necessidades com alimentação, com saúde, vestuário, energia etc. sem um controle rigoroso. Controle que também não é aplicado com rigor para as perdas por desperdício de insumos ou matéria-prima.

Para esmiuçar melhor como o GAO se reflete em riscos, é necessário ter em mente o componente “Margem de Contribuição”. É a margem de preço de venda que contribui para arcar com os custos fixos. É como se chama o resultado do preço de venda líquido¹¹⁴ subtraído pelo custo variável por unidade. À proporção da magnitude dos custos fixos em comparação com a Margem de Contribuição, intensifica-se o Grau de Alavancagem

¹¹³ As variações proporcionais nos fatores de produção refletem-se em variações proporcionais na produção.

¹¹⁴ Calcula-se subtraindo impostos, taxas, comissões (quando o caso) do preço de venda.

Operacional. A intensidade do GAO é estimada pelo quociente da divisão dos lucros operacionais pela variação percentual na comercialização.

Em situações de elevada proporção de custos fixos em relação aos custos variáveis, a Alavancagem Operacional tende a ser elevada, com lucratividade muito dependente dos volumes de vendas. Neste caso, a atividade está próxima do Ponto de Equilíbrio. Quando do inverso, alta proporção de custos variáveis diante dos custos fixos, a lucratividade é pouco sensível ao aumento do volume comercializado. Assim, mesmo com faturamentos altos, pode haver queda do resultado operacional da atividade.

Muitas vezes a receita bruta da atividade pode ter até mesmo crescido, mas o grau de alavancagem mesmo assim é desfavorável. Ocorre em casos nos quais houve também aumento nas despesas fixas (por exemplo, custos do arrendamento da terra) ou a Margem de Contribuição esteja negativa. Para a Alavancagem Operacional ser aproveitada favoravelmente, deve ocorrer que com maior produção aumenta-se os ganhos em relação aos custos fixos. Por exemplo, máquinas e equipamentos que propiciem aumento na comercialização sem correspondente aumento nos outros custos. Ocorre que, em relação a despesas como fertilizantes, não é, geralmente, o caso na atividade da soja quando não há ganhos de escala.

Por exemplo, seja uma unidade hipotética “z”. Imaginemos um agricultor que por meio da sojicultura esteja tendo um lucro operacional de “6z” e volume de vendas “15z”. Com novos dispêndios, o volume comercializado passa a “20z”, mas o lucro operacional cai para “4,5z”. $GAO = \Delta^{115} \text{ Lucro Operacional \%} / \Delta \text{ Comercialização \%}$. $GAO = [(4,5 - 6,0)/4,5] = -0,33 / [(20-15)/20] = 0,25$. $GAO = -0,33/0,25 = -1,32$. O GAO negativo sinaliza que para aumentar o volume comercializado houve um aumento proporcionalmente maior de custos.

Até aqui, foram abordados parâmetros mais específicos para os riscos comerciais. Ao se abordar passivos onerosos, aditam-se os riscos financeiros. Vem à tona o Grau de Alavancagem Financeira e sua relação com o balanço patrimonial. O que remete ao nível de endividamento, na dimensão da estrutura de capital, para viabilizar a aquisição de mais ativos. Quanto mais instável a curva de lucratividade de uma atividade econômica, mais arriscada é alavancar-se financeiramente. Se o resultado dos lucros da atividade antes dos impostos e taxas¹¹⁶ e antes dos encargos financeiros, dividido pelos lucros e descontando

¹¹⁵ Δ no caso é o símbolo para “variação marginal”.

¹¹⁶ Como a taxa de defesa sanitária, cobrada por saca de 40 quilos.

os encargos financeiros, for igual a 1, a alavancagem financeira é nula. Se for maior do que 1, o balanço financeiro é positivo. Se for menor do que 1, sinaliza que para cumprir as obrigações, ocorre queda no balanço patrimonial. Para a contratação de financiamento, as expectativas de ganhos, presumivelmente, eram vantajosas. Receitas contábeis podem se apresentar encorajadoras. Mas algumas “nuvens” podem estar sinalizando um tempo desfavorável.

Faz-se mister examinar mais aproximadamente, considerando a perspectiva de procedimento que apresentamos, os conceitos estruturantes no que concerne a “risco e vulnerabilidade” (vide a seção sobre espacialidade). Juntamente com o vínculo entre Grau de Alavancagem Financeira e Balanço Patrimonial.

Grau de Alavancagem Financeira (GAF) é a razão entre as taxas do Retorno sobre Patrimônio Líquido (RSPL) e do Retorno Sobre Ativos (RSA). Este último conceito apresenta a rentabilidade da atividade econômica; indica a eficiência quanto a maximizar o retorno sobre o investimento. Já o RSPL, que corresponde ao lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido. O termo indica a rentabilidade da atividade econômica com capital próprio, abatendo, de tudo o que se tem a receber de receitas, tudo o que se precisa arcar, dividindo o lucro líquido do ciclo produtivo-comercial pelo patrimônio líquido que se consta no mesmo período. Se os encargos dos empréstimos forem maiores do que o RSA, significa não apenas abatimento do lucro líquido, mas muito possivelmente também do capital próprio. A taxa do RSPL é superavitária quando os custos financeiros são menores do que o RSA. O indicador da RSPL é de interesse fulcral então para a atividade econômica.

$$\text{RSPL} = (\text{Lucros} / \text{Patrimônio Líquido}).$$

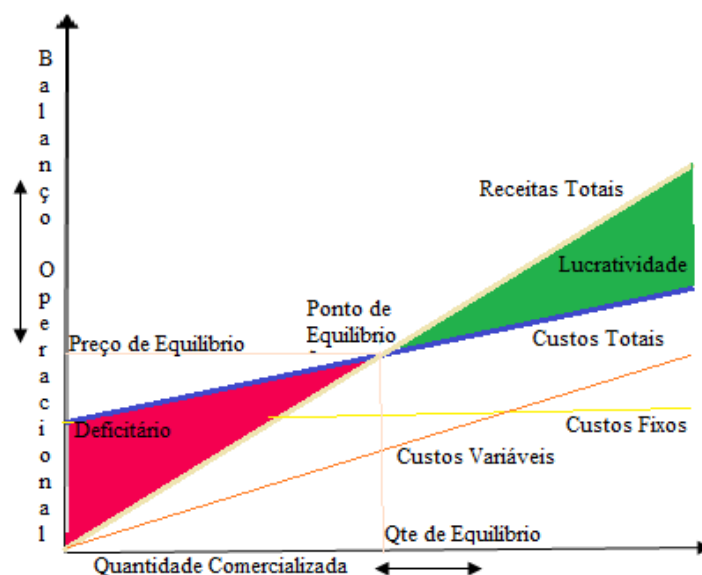
$$\text{RSA} = (\text{Lucros} / \text{Ativos})$$

$\text{RSPL} = \text{RSA} \times (\text{Ativos} / \text{Patrimônio Líquido})$. Lembrando que Ativos/Patrimônio Líquido indica a Alavancagem Financeira.

A fórmula de RSA pode ser desmembrada em $(\text{Lucros} / \text{Receitas}) \times (\text{Receitas} / \text{Ativos})$.

Com a expansão da fórmula do RSA, temos o seguinte: $\text{RSA} = (\text{Lucros} / \text{Ativos}) = (\text{Lucros} / \text{Receitas}) \times (\text{Receitas} / \text{Ativos})$

Gráfico 12. Relações de Grau de Alavancagem



Fonte: elaboração do autor

Estas identidades de cálculos implicam que quanto maior a alavancagem, mais o RSPL será sensível ao RSA e, em situações com passivos onerosos, a atividade está estreitamente dependente de uma estabilidade nos lucros. Dado que a atividade (soja) no sistema produtivo-comercial dos agricultores familiares pesquisados se caracteriza por haver competição por parte de tomadores de preços, com acentuada relevância do nível tecnológico e com retornos constantes à escala, tende-se a apertar o Ponto de Equilíbrio, o custo fixo mensal dividido pela Margem de Contribuição (que é o preço de venda líquido dividido pelo custo variável por unidade de produto). Reforça assim a necessidade de otimização da produtividade – nível produção por fatores de produção empregados.

Sendo assim, a trajetória do balanço financeiro sinalizará o quanto se estará, em dados pontos da trajetória da rentabilidade da atividade, comprometendo ou capitalizando seus ativos, comprometendo ou incrementando seu balanço patrimonial (o diferencial entre os ativos e passivos, incluindo reservas de capital que não são derivadas do resultado operacional do sistema produtivo-comercial, no caso da soja). Um estado no presente não necessariamente pode estar refletindo a tendência em curso, considerando a relação entre os custos e as receitas.

Uma possível incongruência é que justamente uma série mais positiva de receitas contábeis pode estimular a se assumir mais riscos financeiros para ampliar a produtividade. As ansiedades são arrefecidas com a confiança de que se pode contar estavelmente com um mercado para o escoamento a preços que cobrem custos operacionais. Recalcitrâncias culturais podem tanto ser assinaladas como restando a

competitividade dos agricultores familiares, mas como também lhes resguardando a se arriscarem demais.

Todavia apresenta-se tensões nas tendências decorrentes dos poderes causais incitados por estes mecanismos financeiros. Tensões advindas com as demandas por uma primazia relativa da “racionalidade instrumental”, para prevalecer na estrutura de mercado da atividade da sojicultura com viabilidade econômica, sobre as “racionalidades materiais” campestres. Suscitando assim adaptações de comportamento na ação social, com condições que podem se configurar, na “política do cotidiano”, sob formas de conflitos de institucionalidades demandadas sobre as “dimensões da vida social”.

4 Administração organizacional e financeira

Para examinar as unidades produtivas familiares em comparação com uma ótica empresarial (sem perder de vista que, de acordo com a discussão realizada, a agricultura familiar envolve mais matrizes e matizes de racionalidade do que a instrumental) e averiguar tensões diante de condições da racionalidade instrumental, aventa-se parâmetros e especificações na gestão organizacional e financeira. Por seu turno, este exercício de abstração levanta algumas questões no que tange a variáveis contábeis, variáveis financeiras e de custos de transação para um empreendimento econômico. Estas questões foram reportadas aos entrevistados não como um questionário para se balancear estatisticamente em termos de “sim/não”. Mas de forma mais propícia para distinguir padrões, distinguir destaques, para captar ênfases, discernir nuances, compendiar concepções a partir de manifestações de temas ou ideias que se sobressaem. Com isto, atinar para mecanismos que provoquem tendências discerníveis.

Dois agricultores familiares contratam serviços de contador. Curiosamente, ambos são do mesmo município, embora não foi possível identificar uma causa comum quanto a isto. Eles afirmaram que o serviço é contratado para questões fiscais e tributárias (realizadas no final de cada ano), não para a administração financeira da unidade produtiva. Foi o mesmo caso dos dois agricultores não-familiares, que igualmente disseram que ficam por conta da rotina administrativa e contratam contabilidade para questões fiscais. Todos os demais entrevistados disseram que eles próprios fazem sua contabilidade. De formas diferentes, foi amplamente assinalado o uso de cadernos de anotações. Apenas os dois agricultores que recebem assistência no âmbito do programa de certificação RTRS usam de planilhas por computador. A entidade de assistência

técnica conveniada lhes proporcionou a planilha para controle administrativo que os agricultores realizam. Fora eles, não houve quem afirmasse trabalhar com planilhas eletrônicas, *Excel* ou correlatos. Um entrevistado afirmou que possui um aplicativo da entidade financeira que avisa quando parcelas de financiamento estão próximas do vencimento.

O principal padrão mais amplamente constatado é de que há um registro mais minucioso daquilo que os agricultores compram acompanhado de notas, recibos, cupons, notações registradoras, extratos de financiamentos. Estes componentes são mensurados e registrados, com variados graus de monitoramento, que acompanham em graus variados a agenda de vencimento de obrigações. Outras formas de custos desprendidos que não são aquisições diretas, com registros, recebem um acompanhamento mais impreciso, vago ou mesmo não possuem mensuração computada. Por isso, dados de manutenções mais rotineiras de máquinas e equipamentos, da depreciação, bem como da maior parte das despesas fixas, não são deduzidas no sistema de cálculos. Apenas dois agricultores afirmaram levar em consideração o pró-labore na apreciação do retorno da atividade, embora não o enumerem no registro contábil. Nenhum já chegara a fazer alguma estimativa de nível de perdas de matérias-primas ou insumos.

A partir desta sistemática de estimativas os agricultores deduzem o computado do faturamento percebido após as vendas. Isto se reflete de forma a deixar mais turvas as avaliações que tenham a ver com margem de contribuição e com necessidade de capital de giro para sustentar o fluxo de caixa. Ofusca-se assim também os riscos financeiros no médio prazo, especialmente se em dado ciclo o mercado estiver mais aquecido, repercutindo assim nos preços unitários de comercialização da soja. Porém com reflexos também nos custos de insumos (pois uma diminuição nos preços pode não ser acompanhada na mesma velocidade de uma diminuição nos custos de insumos e nos passivos onerosos) e em inflação do preço do arrendamento de terra. Os agricultores familiares sob o sistema de certificação RTRS manifestaram ter um maior controle relativo a estes fatores. Indagando aos entrevistados se sentem necessidade de uma assistência nesta parte, apenas um agricultor familiar disse que não julga ser necessário.

Seis dos agricultores familiares (~33%) afirmaram buscar alguma estratégia para conseguir economizar nos valores da aquisição de insumos. Dois adquirem junto com familiares para poderem negociar melhor. Três afirmaram comprar em um município mais afastado, mas com maior opção de lojas para pesquisar preços e, também, negociar. Indagados quanto a negociação, foi amplamente relatado que mais importante do que

preços é o prazo de pagamento. Buscam comprar para pagar no final de abril, quando já foi realizada a colheita. Mas neste caso vêm embutidos encargos financeiros e os juros aumentam após o vencimento. Quando se possui alguma estrutura de acondicionamento (caso de um agricultor sob a certificação RTRS e de um outro agricultor familiar) conseguem adquirir os fertilizantes meses antes do plantio quando os preços estão menores. Os agrotóxicos são, comumente, adquiridos no período de véspera do plantio.

Seis agricultores familiares possuem o costume de comercializar sob formas prefixadas de preço, amiúde o denominado “mercado a termo”, via instrumentos de derivativo onde os preços oscilam numa margem menor. Destes, dois disseram que é a prática, os demais disseram que por vezes não é desta forma. Os dois entrevistados não enquadrados como agricultores familiares também comercializam por “mercado a termo”. Este sistema é uma busca de buscar se salvar diante da volatilidade do “mercado físico” e poder de barganha das empresas. Contudo, não deixa de ser uma “aposta” diante da flutuação de preços na cotação de mercado, com riscos assumidos pelo agricultor. Os contratos são fixados por lote e quantidade em sacas, considerando a cotação da moeda na data de comercialização e estipulando um preço futuro. A expectativa do agricultor é que consiga fechar um preço mais vantajoso do que o da ocasião após a colheita quando for entregar no armazém.

A prefixação dos contratos foi colocada como uma alternativa para compensar a carência de estruturas de armazenamento. Circunstâncias sob as quais agricultores teriam condições de administrar estoques visando o momento mais favorável para a comercialização de acordo com a flutuação dos preços. Segundo o depoimento de um, a “vantagem da prefixação é segurar o preço, ficar menos ‘na mão do mercado’”, ecoando assim ênfases apresentadas sobre a relação de poder de barganha em relação às empresas. Agricultores consideram que, em meio às oscilações dos preços, pelo menos a cobertura dos custos de produção estaria garantida. Eles também relataram que fechar contratos pré-fixados facilitam no processo de financiamento por darem parâmetro de garantia.

Não obstante, também houve ponderações de que em alguns anos o preço no mercado a termo estava oferecendo baixa lucratividade. Dentre os demais agricultores familiares que não realizam prefixação de contratos, houve relatos de que há uma exigência de documentação que não possuem estrutura para arcar. Também se ponderou que por não terem alta escala de produção, consideram que há um risco maior de não conseguirem cumprir com o acordado para venderem no contrato, ainda mais pela estreita dependência do regime pluviométrico. Manifestaram-se relatos de conhecimentos de um

considerável número de casos de agricultores familiares que fizeram contratos prefixados e ficaram com passivos onerosos, porque tiveram prejuízos com estiagem. Dois agricultores relataram que foram procurados por outros agricultores familiares para lhes “emprestar” parte da produção de soja, com fim de cumprirem contratos e não ficarem com juros de passivos acumulados.

Por meio deste sistema de contratualização prefixada, os agricultores familiares e suas redes de relações em sua unidade doméstica e unidade produtiva, em sua lugaridade, entrelaçam-se na espacialidade mundializada da Cadeia Mercantil. E esta, por sua vez, se espacializa na lugaridade embutindo-se na ação social, na racionalidade, em processos e em estruturas socioeconômicas que perpassam, que entrecruzam e instalam-se. Aqueles sujeitos sociais embrenham-se em encadeamentos da Teia Geoeconômica, vinculando-se de forma mais patente à operação de seus mecanismos.

Um ponto controverso na relação da comercialização de soja foi o desencontro de relatos sobre produção e comercialização de soja transgênica, especialmente no âmbito do PNPB. Agricultores falaram que não têm contabilizado, de forma segura, qual proporcionaria um menor custo de produção, a soja transgênica ou a convencional. A transgênica economizaria em quantidade de aplicações de inseticidas e herbicidas. A convencional possui um preço de aquisição muito menor. Em geral consideraram que a vantagem da transgênica está em reduzir o trabalho com tratos culturais. Houve agricultor que disse que se inclina ligeiramente para acreditar que o custo com a transgênica é menor por gastar menos com agrotóxicos. Houve os que alegaram que o herbicida apropriado para o manejo com a transgênica é bem mais caro, mas conseguem vendê-la a preços melhores na praça. Houve um agricultor familiar que disse que cessou de vender pelo PNPB, alegando que a empresa que em sua região compra via SCS não estava aceitando mais a soja transgênica¹¹⁷. Um agricultor, de outro município, disse que tomou a decisão em plantar soja transgênica porque a empresa em sua localidade, que compra pelo SCS, só recebe deste tipo. Outros agricultores familiares disseram que as empresas compram de ambas, apenas com o recebimento e a formalização documental separados. Alguns afirmaram comercializar soja transgênica pelo SCS e não transgênica fora do PNPB.

Dez dos dezoito agricultores familiares (~55%) responderam quanto se estimava que tinha que se produzir em sacas de soja por hectare, na safra 2018-2019, para “empatar” o que computavam como importâncias dispendidas para produzir, ainda que

¹¹⁷ Provavelmente porque quer destinar a matéria-prima à exportação para mercados europeus

por aproximação. O montante, incluindo o preço pago pelo arrendamento da terra, variava entre 50 e 55 sacas por hectare. Fora o arrendamento, ia de 40-45 sacas por hectare (variações que se deram especialmente por diferentes municípios). Afirmaram que, não havendo contingências adversas, especialmente de cunho pluviométrico, conseguem produzir em quantidade com uma folga para cobrir esta necessidade, pois com a pressão da elevação de custos, têm buscado compensar se dedicando a aumentar a produtividade. Contudo, no caso de pagamento pelo arrendamento, a margem ficaria apertada. Houve agricultor que disse que se tivesse uma renda extra, não teria disposição para arrendar de terceiros. Outro, dispondo de uma renda extra, disse que não teria disposição de pagar para arrendar terras: “não sei que margem este pessoal está tendo. [...] Imagino que se ganha em volume [de produção]. [...] se tivesse que arrendar, preferia sair da atividade”.

Agricultores disseram que o tratamento que recebem nas empresas compradoras é costumeiramente cortês e receptivo. As empresas facultam que os agricultores deixem o produto armazenado para escolher quando irão fechar o contrato de comercialização. Varia que algumas empresas permitem que só se comercialize com ela, que armazenou. Em outras, pode-se vender para outra empresa, mas então elas cobram taxa de armazenagem. Mas foi amplamente afirmado que a escala de produção influencia na possibilidade de negociar preços.

Apenas um agricultor afirmou efetuar comercialização através de cooperativa. Narrou que faz parte desta cooperativa de agricultores familiares há quase quatro anos, mas se restringe a atividade da comercialização de soja. Foi quando começou a comercializar pelo SCS. Considera que a cooperativa propicia vantagens em conseguir um preço melhor na comercialização da saca de soja. A sua participação da cooperativa é só nessa parte da comercialização.

Agricultores expuseram considerar que as cooperativas teriam um papel importante, sobretudo, para se obter uma maior margem de lucro na comercialização. Isto devido a elas agregarem o volume total de produtos dos agricultores, com a possibilidade de armazenagem. Um agricultor destacou: “empresas veem cooperativa como um prejuízo pra elas, a cooperativa tem força de negociação”. Apareceu também a ênfase em que as cooperativas possibilitam aos agricultores maior poder de barganha com as empresas. Foi lembrado inclusive que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) poderia ter um papel em uma política pública para o segmento. Ademais foi mencionada a possibilidade de adquirirem montantes maiores de insumos via cooperativa, negociando preços mais baixos e descontos. As cooperativas também foram

lembradas como fontes de disseminação de informações relevantes.

Como obstáculo, os entrevistados salientaram que os agricultores em sua região não se adaptam ao sistema coletivo e coordenado de acordos, de governança e de tomada de decisão das cooperativas, gerando conflitos. Dentre as asseverações: “no Sul e Paraná cooperativas dão muita força, aqui há individualismo, precisava de cultura de cooperativa pra ter força na hora de vender”; “cooperativa seria bom, mas é muito complicado lidar com ego de produtor”; “quase ninguém gosta de fazer, cada um tem um pensamento diferenciado, um quer fazer de um jeito, outro de outro”. Considerando que esta estrutura específica das cooperativas é uma das várias formas da dimensão organizativa de agricultores dentre a diversidade histórica que apresentou níveis de solidariedade social dentre eles, tal retórica regionalista não deixa de conter uma sinédoque pouco adequada (falta de cooperativas $\Leftrightarrow$ ausência de cooperação social).

Souza (2016) analisou o alcance de políticas públicas federais em cooperativas da agricultura familiar, especialmente envolvendo mercados institucionais ou fomentados pelo poder público. Examinou a organização e os procedimentos destas entidades para acessar os programas, efetuando um balanço sobre as principais dificuldades e principais potencialidades. Quanto às dificuldades, afirmou que as com maior número de sócios apresentam mais dificuldade de otimizar uma governança mais participativa, mais transparente e com maior “senso de pertencimento” e sinergia entre os sócios. No entanto, elas são mais efetivas em propiciarem escala e poder de barganha. Em relação aos maiores diferenciais das cooperativas, em geral, mais do que conferirem escala de oferta comercial, estão em *“estabelecer relações socioinstitucionais que seria muito menos praticável ou acessível a cada agricultor conseguir estabelecer por si sem uma unidade corporativa que os congregasse”* (SOUZA, 2016, p. 126, grifo do autor).

Em relação aos fatores analisados quanto as sistemáticas administrativas financeiras, enfatiza-se que a despeito das fragilidades e dificuldades, os agricultores permanecem produzindo e comercializando nas safras. Proporcionando, com isto, receitas para as necessidades da unidade doméstica, enfrentando intercorrências e, muitas vezes, aumentando seu capital fixo. Mas, inseridos em um mercado competitivo por preços de venda, por ativos e por fatores de produção (inclusive por área de produção), retoma-se que a capacidade de realizar a conversibilidade dos ativos em caixa prontamente disponível é importante como reserva para reagir com menos vulnerabilidade. Menos vulnerabilidade diante das mudanças conjunturais que ocasionam custos de adaptação. Isto faculta aos agricultores terem uma melhor percepção de tendências que intensificam

riscos, em meio às relações de poder na Teia Geoeconômica. São fatores envolvidos com pressões seletivas na Cadeia Mercantil.

4.4.15 Amplitude de dimensão da área produtiva e expectativas proporcionais

Quinze (~84%) dos agricultores afirmaram almejar ampliar a área de plantio de soja. Dos que afirmaram não estarem ambicionando, um é o assentado que iniciara recentemente a produção em sua parcela. Outro afirmou que o motivo é porque não quer arrendar área e o valor para adquirir está inviável, não desejando arriscar no momento um investimento assim, dadas as receitas que já afere – buscando apenas estabilizá-las.

Dentre as razões apresentadas para este almejo de ampliação de terras, a que apareceu mais proeminente foi a de maior aproveitamento dos bens de capital, com destaque especial para o maquinário. Foi manifestada por oito (~45%) dos agricultores familiares. Crê-se diluírem-se também os custos com estes ativos até a um dado patamar, no qual se poderia aproveitar a capacidade do maquinário e dos equipamentos disponíveis e, com a força de trabalho então disponível, atender as exigências de tratos culturais. Alguns agricultores sopesaram que as margens de lucro na atividade são estreitas. Sendo assim, a ampliação de área só lhes seria favorável à medida que não se exigissem custos proporcionais. No depoimento de um, por esta possibilidade, “é onde os ‘pequenos’ são engolidos”.

Logo após esta razão alegada, veio a perspectiva de incrementar em ganhos de escala, volume de produção, manifestada em seis (~33%) dos agricultores familiares. Houve dois que frisaram que não se influencia na margem de lucro, apenas o agregado. Dois agricultores ressaltaram que a ampliação da área plantada ampliaria no poder de barganha nas relações de mercado. Um, se referindo ao mercado de insumos, o outro incluindo o mercado de financiamento: “aquele que planta menos hoje, pouco, pega o refugio do grande”.

Em diversos momentos a escalada de preços da terra acompanhando o crescimento de áreas plantadas e/ou de produtores de grãos assomou-se nas entrevistas. Nesta parte foi apresentado patentemente por sete (~39%) dos agricultores que é o fator de impedimento que se apresenta no momento para ampliarem a área produtiva com soja. Incluindo o arrendo e mais pronunciadamente ainda inviabilizando a compra. As falas frisavam a “concorrência com grandes produtores”; “muita procura pela terra”; “arrendo está muito caro”. Em um município dentre os de maior destaque em termos de área

plantada com soja um entrevistado afirmou que “que muita gente da região está saindo e comprando terra mais barata fora”.

Para Plata (2001), as características peculiares da terra enquanto uma mercadoria seriam sua escassez, sua relativa imobilidade e sua durabilidade. Também a dupla possibilidade utilizável: como fator produtivo e como ativo de reserva especulativo ou rentista, sendo que as possibilidades de receita também seriam possíveis via arrendamento. Reydon; Plata (1996, p. 382-395) consideram também que, em períodos de comportamentos inflacionários dos preços de produtos agropecuários, se potencializa o uso especulativo da terra sob circunstância em que a moeda não propicia a estabilização dos preços dos ativos. O que se agrava diante de fragilidades estruturais do mercado financeiro de dada economia. Reydon (1992, p. 89-90) antes já frisava que a terra, no mercado, possuiria uma característica particular, sendo um ativo tanto capital quanto líquido, onde os preços flutuam pela dinâmica da oferta e procura. Porém, com a demanda sendo o principal determinante, posto que a oferta possui baixa elasticidade¹¹⁸ (além de ser um ativo irreprodutível). O preço assim, ponderando o volume de terras disponível para negociação, é preponderantemente determinado pelas expectativas dos compradores relativos aos ganhos futuros.

Considerando a dinâmica envolvendo o mercado de terras, abordada também no item **xi**, em caso de tendências desencadeadas por dadas condições como: demandas internacionais (em meio a conflitos refletindo nas relações comerciais), quebras de safras países de economias nacionais concorrentes, quedas de estoques, inversões especulativas (crescimento em apostas em ativos financeiros de *commodities* agrícolas em relação a outros ativos de maior prêmio de risco), *lockout* de concorrentes internacionais (como por exemplo com os produtores argentinos, concorrentes dos brasileiros, ocorrendo em 2020), há reflexos no grau de liquidez. Interferem também a internalização de novos aportes tecnológicos, de ferramentas administrativas e de engenharias de produção de ponta em determinados estabelecimentos de áreas de tradicional expressividade de produção e comercialização. A inflação de preços dos produtos como a soja e uma expectativa positiva da demanda na cadeia refletir-se-ão no mercado de terras, refletindo-se também nos preços e condições para arrendamento.

O que reforça a necessidade de se aumentar a produtividade nas áreas em que os agricultores já estão produzindo. Com implicações também na administração financeira

¹¹⁸ Relação da variação percentual na quantidade ofertada dividida pela variação percentual no respectivo preço, indicando o grau de correspondência entre as duas variáveis (oferta e preço).

dado o aumento dos custos com o arrendamento. Isto sugere que, aumentando o poder de barganha de quem é procurado para arrendar sua terra, leva a condições propícias para requerer disposições mais vantajosas nos contratos, refletindo no sistema de sociedade no projeto produtivo. Dificultará para os agricultores que procuram terras para arrendar (impulsionando que se procure por áreas com condições relativamente mais desfavoráveis em termos edáficos e/ou topográficos e/ou de distância). Tornará mais atrativo a agricultores, inclusive assentados de reforma agrária, buscarem a opção de arrendamentos e/ou sociedades como fonte de dividendos. Algumas relações de arrendamento de terras implicam co-participação do arrendatário nos riscos do empreendimento comercial. Áreas que são arrendadas de agricultores familiares (assentados ou não) por agricultores familiares, a depender das condições, poderão passar a serem arrendadas para outros sujeitos sociais de maiores dotações econômicas, tanto para pagar pelo uso da terra quanto para os investimentos sob sistema de sociedade no projeto produtivo.

Agricultores relataram ponderar dilemas assim. Um entrevistado relatou que, já com bens de capital que considera que a qualidade atende suas necessidades, conversou com o pai (ambos produzem tanto em área separada quanto em sociedade) a respeito de implementarem irrigação por pivô, para aumentarem a produtividade e a produção bruta, além da possibilidade de fertirrigação. Afirmou: “plantando escalonado certinho, com planejamento certo, podemos ter até três safras”. Disse que a maior dificuldade estaria na outorga d’água. A possibilidade de captação é de um córrego que passa aos fundos da propriedade, fazendo divisa com outros agricultores. Outro agricultor afirma que fica bastante receoso com o aumento de áreas caso implique em intensificar aplicação de agrotóxicos e comprometer assim a sua qualidade de vida; “produtores [de localidades próximas à sua unidade produtiva] de vez em quando usam aviões, porque a área é muito grande, tempo é curto, tem percevejo e mosca branca”.

Em seu elo na Cadeia Mercantil, os agricultores, tomadores de preços à jusante e à montante, assim como no mercado de financiamento, estão em uma posição cujo nó está longe de ser o de maior potencial para acumulação de excedentes de capital. Logo, aquela mistura complexa de situações que foram apresentadas relaciona-se, mas também, torna-se um desafio para se analisar e delinear sob a categoria da Renda da Terra, tanto na forma Diferencial I quanto a II, no correspondente a específica estrutura presentemente em questão. Os agricultores familiares que arrendam suas terras, incluso parcelas de assentamento, não necessariamente estão em uma posição, na relação com outro agricultor familiar arrendatário, no mesmo nível de um grande proprietário que arrenda

sua terra, ou parte para alguém que não tenha área produtiva própria. Mais ainda, não necessariamente possui níveis de receitas mais vantajosos.

Os condicionantes apresentados quanto a exequibilidade para a ampliação da quantidade de área produtiva, explicitam os termos da abordagem da categoria espacial que discuti. O mesmo ocorre quanto às condições para manutenção da área vigente no caso dos que arrendam, bem como as implicações relativas aos coeficientes de produtividades e as relações com os produtores providos de mais dotações. Assim se denota a apreensão do espaço geográfico enquanto constituído por uma tessitura onde seus elementos se encadeiam e posicionam. E o espacializar, enquanto ampliação das extensões de possibilidades, ampliação mediada por interligações.

Uma ampliação de área, por parte dos produtores, sem correspondente possibilidade de aplicação de fatores de produção dentro das condições de fluxo de caixa e dentro da extensão da capacidade de seus bens de capital, poderia implicar em riscos para a alavancagem operacional. Implicar também em mais exigência laboral. O agricultor que foi o único na entrevista a declarar que pondera o pró-labore considerou que, com ampliação da área produtiva, “o preço do serviço da gente aumenta”. Contudo, a concorrência com os produtores de maiores dotações se refletirá também no uso dos fatores de produção para conseguir maior produtividade nas unidades produtivas e na negociação com empresas compradoras. A depender do posicionamento e proporção entre si dos fatores nesta rede de urdidura de relações, varia o peso do fator “extensão de terra” como fortalecimento de capacidades, como ampliação das possibilidades. Mesmo assim, podendo também implicar em agudização de riscos.

4.5 Mensagem de des-fecho

A última questão que foi pontuada para os entrevistados: se já haviam sido procurados para uma pesquisa semelhante. Nenhum afirmou ter sido procurado. Então foi lhes pautado: se tivessem imaginado que seriam procurados para uma pesquisa acerca de sua experiência na empreitada de produzir e comercializar soja, eles, tendo o desejo e o ensejo para externalizar alguma observação, ou demanda, ou recado - foste este para a academia, para a sociedade ou governo -, a quem sentissem mais necessidade de se dirigirem... Que recado gostariam de proferir e para quem?

Os dezoito agricultores familiares dirigiram-se ao governo, sendo que dois também frisaram a sociedade em geral. Seis pautaram o tópico do crédito. Destes, quatro

destacaram que há uma assimetria na possibilidade de usufruto do crédito por parte de agricultores familiares e dos que chamaram de “grandes”. Acentuaram que a facilidade de obtenção é desproporcionalmente maior para os que possuem mais dotações, o que, inclusive, repercutiria no atendimento. Um deles sugeriu a possibilidade de empenhar a terra como garantia para facilitar o crédito diante da “burocracia” das exigências, ou penhorar safra junto aos bancos como se faz com empresas de insumos. Problemáticas que foram anteriormente discutidas, mas que aqui chamam a atenção surgindo no contexto da questão da assimetria de capacidades relativa à assimetria de dotações.

Me chamou a atenção que um outro agricultor, que se destaca entre os mais estruturados em dotações dentre os agricultores familiares entrevistados (referido na pesquisa como sendo formado em técnico agrícola e dentre os de maior área de produção) foi o único dentre todos que se reputa identificado como pertencendo à subjetividade corporativa do agronegócio. “A nossa classe está muito desvalorizada né? Não temos incentivo do governo de jeito nenhum. Segurança, incentivo, briga por preço de comercialização. O agronegócio hoje é o que segura o país né, então devia ter uma atenção melhor”. O mais notório nas externalizações de autoidentificação dos entrevistados foi se referirem como “pequenos”, se identificando como “o pequeno”. A autorreferência como “agricultor familiar” ou como parte da “agricultura familiar” também se manifestou nas exposições, mas, em geral, em um contexto no qual alguma política pública, especialmente crédito ou SCS, estava associada. Não houve menção ao termo camponês, nem por parte dos dois agricultores integrantes de movimento social. Houve a única referência em que se apresentou uma autoinclusão como do “agronegócio”, no esteio de quando o entrevistado se referiu ainda a “nossa classe”. Em seu bojo, a reivindicação de maior cobertura em programas de apoio do governo – “incentivo, briga por diminuição do preço de comercialização. [...] crédito para comprar máquina”.

Houve três entrevistados que levantaram a demanda de uma política de subsídios para a aquisição de insumos ou um programa de estabilização dos preços destes, acentuando que quem tem menor magnitude de escala de produção encontra condições menos favoráveis de aquisição. Um agricultor especificou mais ao sugerir desonerações tributárias vinculadas a compradores com DAP. “Sem incentivo, vai ser igual leite agora com a produção de confinamento, pequeno produtor que entrega pouco por dia não tem mais, entrega no mínimo 1000 litros ou é engolido pelo grande, fica inviável, laticínio não busca devido ao custo também” – o agricultor ressaltou que teme que na produção de grãos se suceda o mesmo processo. Ele mencionou que nos Estados Unidos há maior

amplitude de incentivos, como aquisição da produção dos agricultores, e que no Brasil “pequeno tem menos incentivo por ter menos poder de barganha na relação com as empresas”.

Ainda um agricultor ressaltou que sem um trabalho de fiscalização do poder público, as empresas têm o poder de tirar vantagens nas relações contratuais com os agricultores impondo condições explorando quando estes passam por adversidades. Outro apresentou a necessidade de assistência técnica e a falta do atendimento, ressaltando que o governo deveria dar atenção para o problema.

Um entrevistado ressaltou, ao ensejo da pergunta, que acalenta o sonho de adquirir, com as receitas da soja, uma caminhonete “Hillux”, pois ajudaria muito no trabalho e transporte de materiais. Mas afirmou que não vê nela um signo de prestígio que lhe ampliaria possibilidades de acessos: “caminhonete não abre porta para conseguir as coisas, aonde vou com a motinha está bem”. O agricultor assentado de reforma agrária que arrenda sua terra para a produção de terceiros levantou a demanda de que a reforma agrária não seja colocada como “parte de compensação social, mas podem contribuir pra sociedade”. Salientou que deveria se investir para além de assentar as famílias, qualificando-as e possibilitando-lhes o melhoramento dos sistemas produtivos. Fez questão de registrar que se identifica como “lutador da agricultura familiar e defensor da reforma agrária” e, mesmo reconhecendo que a atividade da soja lhe proporcionou muitas coisas as quais tem apreço, gostaria de ter condições efetivas de não mais precisar participar do sistema de arrendamento para a soja e conseguir implementar outra produção e comercialização. Como opções, destacou os derivados da mandioca, pois concebe que agora consegue acesso a mercados institucionais e outros. Afirmou que pretende, gradativamente, se for lucrativo, sair da “parceria” da soja e apostar nisso para conseguir maior “independência” e diminuir a intensidade de insumos e “venenos” na terra.

Se entrevê na expressão do agricultor um certo sentimento de conflito em como se representa e se é caracterizado, como se reconhece e é reconhecido. Uma necessidade de expor suas justificativas e razões pessoais diante do contexto que vivencia, de suas expectativas e realidade, com seu histórico de engajamento nas lutas do movimento social, as performances e agendas sociopolíticas pautadas pelo movimento e sua atual ocupação e atividade econômica e a relação com a terra e com o agroecossistema.

Um tema que reverberou em quase todos os recados finais dos entrevistados e que, em dez, se destacou por ser manifestado por si mesmo, não associado a uma reivindicação

específica de uma das políticas públicas de atendimento, é “ser mais valorizado”. Um pleito para receberem mais atenção e aparecerem na agenda do poder público quanto a atribuição de importância e reconhecimento de valor. Houve agricultor que considerou que isto se reflete no diferencial de tratamento entre “grandes” e “pequenos”, nas “empresas e nos bancos”. Houve inclusive momentos em que se deixou patente que esta vindicação tem relevância independente de um programa governamental específico:

Eu enxergo com muita clareza o seguinte: que o pequeno produtor tinha que ser enxergado com mais carinho, com mais zelo. Não é apenas financiamento essas coisas não, mas divulgar nossa importância, mostrar pra sociedade urbana quanto nós somos importantes, não só agro-é-pop-agro-é-tech agro-é-tudo-aquilo-lá e mostrando vinte colheitadeiras na roça, não é só aquilo ali que é importante não, aquele pessoal depende de nós pra comer. (...) Não tem uma campanha do pequeno (Agricultor em Entrevista em 2019).

Inclusive esta reivindicação de reconhecimento manifestou-se em diversos momentos como um ponto de tensionamento entre o que se confere aos “grandes” e o que se confere aos “pequenos”. Neste ponto do recado final sobreveio em diversos depoimentos, destacando que percebem um tratamento desproporcionado: “sustenta mais o país é o pequeno, os grandes já têm e se dá mais atenção para eles. Pros pequeno mesmo eles (governantes) só fazem mesmo é acabar de pisar neles e enterrar eles no chão”.

Um agricultor destacou sentir que agricultores como ele, que se identificou enquanto “pequeno produtor”, agricultores que estão dedicados com produções de soja, de milho etc., ficam invisibilizados na agenda pública e são desacreditados. Ressaltou a comparação com a atividade de leite, que é muito generalizada entre seu segmento. Afirmou que, com o devido trabalho, com a soja se consegue aferir mais retornos; “então governo devia incentivar mais. Mostrar que é viável. Dar o valor”. A relevante preocupação em receber o respeito que se considera merecedor se resalta na situação emblemática que o agricultor relatou duas vezes, fazendo questão de ressaltar, tendo ocorrido com os dois filhos: um se formou em uma Escola Família Agrícola e o outro estava se formando. No componente curricular há a necessidade de submeter um projeto para avaliação do professor, para poder se formar. O filho fez um projeto produtivo para uma lavoura de 20 hectares de soja e o professor desqualificou, dizendo que nunca tinha ouvido falar que uma atividade econômica de 20 hectares de soja daria certo, sendo necessário uma produção muito maior. O agricultor afirmou que isso lhe faz sentir que o seu trabalho não é reconhecido.

A pesquisa apresentou que, no envolvimento e empenho na atividade de produção e comercialização da soja, os agricultores manifestaram anelos e aspirações, manifestaram temores e preocupações, de diversas ênfases, inclusive, mas não apenas,

sociais. Compartilhados por amplos registros. Discuti que algumas vezes em meio a isto gera-se um tensionamento entre racionalidades materiais e a racionalidade instrumental, suscitado pelos mecanismos do sistema produtivo e comercial da soja para se propiciar na estrutura da Cadeia Mercantil. Como com outros contextos sociais, este tensionamento pode transparecer sob formas de desacordos entre o que os sujeitos sociais professam e a condução efetiva de suas práticas. E um dos resultados do tensionamento pode ser um remodelamento das racionalidades que orientam a ação econômica, de acordo com o sentido do processamento destes mecanismos.

A ansiedade quanto a consideração a que se faz jus, pelo que se pondera que buscou, que empenhou e que vivenciou e a consideração que recebe nos laços sociais e no ambiente social ao qual se sente vinculado, é uma matéria ligada à racionalidade material. E de modo mais amplo, ao sentido que se investe aquilo no qual se trabalha, que se imputa ao significado do que faz e mesmo de quem é. É algo que torna incompleta a necessária avaliação, quanto às recompensas, em termos estritos de dividendos. Relaciona-se ao senso de dignidade, reflete na reputação e é matriz para a imagem que se faz de si mesmo. O filósofo Kwame Anthoy Appiah aborda estes aspectos sob o prisma do que chama de “psicologia da honra” (APPIAH, 2012, p.17), relacionando com a autoconfiança e com “olhar o mundo nos olhos”, com “mostrar e receber respeito” (APPIAH, 2012, p.19) e com “lembrar aos outros de que você conhece seu valor” (APPIAH, 2012, p.35).

Na expressão desta queixa, desvela-se que, dadas as possibilidades econômicas que se pode vislumbrar através da consecução de lucros no sistema produtivo comercial da soja, ocorre uma percepção nos agricultores de que, na estratificação de condições econômicas, os sujeitos sociais com maiores dotações gozam de algo conforme ao que Bourdieu (2013) denomina de “capital simbólico”. Uma forma de assegurar poder que “só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas”, com “indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a *reconhecer* (no duplo sentido do termo) essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força”, expressando uma “posição social” (BOURDIEU, 2013, p.111. Grifo do autor). É quando nas relações sociais os capitais são legitimados socialmente como discriminadores de prestígio.

Os agricultores enxergam na ação governamental um poder propiciador na ativação destes mecanismos operando nas relações sociopolíticas, socioeconômicas,

socioculturais, socioespaciais. Eles buscaram transmitir uma mensagem de que esta disposição da escala de valores não lhes faz justiça, restringe as suas possibilidades e comprime a sua margem de potencialidades. Produz um **cerceamento de seu espaço**.

O percurso que compreende a incorporação dos agricultores familiares no sistema produtivo-comercial da soja, antes do que propriamente instaurar uma transformação socioespacial, ele próprio se dá num âmago de um processo de transmutação em curso. Processo que abrange várias dimensões envolvendo a vida das unidades domésticas, envolvendo as lugaridades. O que suscita respostas e remodelamentos por parte dos sujeitos sociais. Desta forma, as próprias reações retroagem nas configurações das lugaridades, alimentando o processo de transformação socioespacial.

Não se detecta que se produz um impacto de descampesinação em termos de “antes/depois”, sendo que a campesinidade está presente nas estratégias adaptativas e em matrizes de muitas aspirações dos agricultores. Mas **a dinâmica endógena da atividade**, dentro da estrutura de sua Cadeia Mercantil, é impelida por mecanismos cujas tendências intimam à maximização de produtividade para garantir capital de giro e sustentar um nível de rentabilidade. Isto se dá em meio a um ambiente competitivo quanto aos fatores de produção e margem de contribuição. A racionalidade instrumental toma vulto levando a choques de institucionalidades diante dos riscos para a viabilidade econômica neste mercado e nos tratos com as manifestações da Teia Geoeconômica. Sem mecanismos que possam amortecer estas pressões minimamente, como bonificação do SCS ou o provimento de uma assistência técnica que não se atrele à venda de insumos, ou sem as possibilidades de rendas familiares extras além das obtidas na unidade produtiva, intensificam-se as necessidades de ajustamento a corresponder à força da corrente funcional. Funcional para geração de excedentes de capital na Cadeia Mercantil.

Tais padrões estruturais identificados no trabalho facultam análises de fenômenos socioespaciais no campo em uma escala mais ampla na geografia agrária. Em outras espacialidades articulam-se mecanismos similares, com a incorporação de agricultores familiares em sistemas produtivo-comerciais de monoculturas de outras *commodities* agrícolas, como com o milho em Sergipe (CUNHA, 2015), o algodão no norte de Minas Gerais (RAMOS, 2014), a palma no norte colombiano (DELGADO; DIETZ, 2013).

Em todos estes contextos registra-se que houve atuações indutoras de entes estatais e do agronegócio, com relações de outros entes da Teia Geoeconômica (como do mercado financeiro mundial), assinalando-se também que o fenômeno é acompanhado da retração na produção de outros cultivos tradicionalmente importantes. A problemática se

torna ainda mais complexa com fenômenos de incorporação de comunidades de povos indígenas ao sistema produtivo-comercial da soja, como no caso dos Paresi no estado do Mato Grosso (GOMES; GLASS; BIONDI, 2011), os Xavante no mesmo estado (O JOIO E O TRIGO, 2021). As conformações engendradas por forças causais destas estruturas ativam mecanismos que, dentre as forças que propulsionam, se incluem com destaque a preponderância da racionalidade instrumental na ação social e decorrentes choques de institucionalidades. Fenômenos que impulsionam tensões no sentido em que, de alomorfias, se transcorram metamorfoses. Na linguagem popular, se “estica a corda” ...

4.6 Um Complemento: Certificando-se

Dentre os entrevistados na pesquisa de campo, contemplou-se dois que estão inseridos no sistema sob certificação RTRS. Dois agricultores familiares com sistemas produtivos relativamente mais bem equipados em comparação com o conjunto, situados ambos no mesmo município, que se destaca entre os de maior proporção marcante de agricultores familiares. Cada um integra um grupo de trabalho de cerca de vinte agricultores e são atendidos pelo técnico da empresa de assistência, articuladora do sistema em parceria com a CRESOL, que foi também entrevistado.

Um dos agricultores, relatando o que destacaria no trabalho sob este sistema, frisou a otimização na administração de insumos e ganhos de eficiência no seu emprego em relação ao resultado produtivo. Apontou que a adequação no gerenciamento do sistema produtivo pelos parâmetros da certificação, no que toca aos passos para enquadramento, ajuda a organizar melhor o controle dos gastos com insumos. Contribui para administrar a manutenção de tratores e a adequação e aproveitamento de instalações e, neste processo, se adquire mais conhecimento. O outro destacou que o sistema traz benefícios tanto à propriedade quanto à família, pelos reflexos no manuseio de agrotóxicos - “por termos feito cursos para manuseio de agrotóxicos, por saber que meu irmão está manuseando da forma correta, por estarmos usando equipamento de proteção individual, adotando armazenagem correta, fico mais tranquilo”. Ele afirmou que a melhoria não se refletiu tanto na produção de soja, mas na administração da unidade produtiva, sendo que a remuneração advinda do crédito compensou para pagar despesas que implicadas na adequação do processo.

Um dos dois entrevistados afirmou que tomou conhecimento da certificação ao ser convidado para assistir uma palestra e foi atraído primeiramente por saber que haveria

um bônus a se ganhar. O outro tomou conhecimento através de visitas de agentes da ONG Tries que lhe apresentou uma equipe técnica da Cresol. O primeiro afirmou que viu que seria sinérgico alinhar a filosofia da certificação com a concepção que já adotava antes no trabalho, de economizar com eficiência na aplicação dos insumos. Cita como ganhos de aprendizado especial o “Manejo Integrado de Pragas”, práticas de lavagem de maquinário e formas mais corretas de descarte de resíduos e de óleo usado. O segundo salientou como ganhos de aprendizado a adequação de procedimentos para licenciamento ambiental de repesamento, para aproveitamento e conservação da qualidade da água, para conservação da área de proteção permanente, para controle e manuseio de insumos em especial os agrotóxicos.

Se chamou a atenção para que, sob o sistema de certificação, o agricultor pode depositar mais confiança no suporte técnico que recebe. Um deles ressaltou que considera que na assistência técnica do mercado há um viés de induzir a um atrelamento à venda de insumos por parte de empresas e representantes: “Nunca peguei um agrônomo e disse assim vai lá na minha roça lá ver o que precisa”. Já a lógica sob a certificação é otimizar o balanço de resultados por dado volume de emprego.

Este agricultor contou que seus vizinhos, com propriedades de tamanho de mais de 1000 hectares, contam com maior assessoria técnica pela possibilidade de maior venda de insumos. Isto se reflete em um uso menos eficiente, como com “aplicações por prevenção”, enquanto a lógica da assessoria sob certificação é o emprego de dosagens especificadas para a demanda do momento preciso. Enxerga uma relação entre a lógica do uso de insumos para alimentar a comercialização destes com a contaminação do solo e água e descarte incorreto de resíduos. Considera que o incremento de lucro com o bônus da certificação não é significativo, mas como um todo o sistema ajuda a promover uma maior conciliação da produção com o meio ambiente. Acentua que, no seu entendimento, só seria possível produzir sem os agrotóxicos se o governo cobrisse riscos de prejuízos.

O outro agricultor enfatizou que deveria ter uma política pública nos moldes da certificação. Uma ação governamental que promovesse incentivos para uma administração do projeto produtivo conciliando com parâmetros de preservação ambiental.

Uma questão se avulta no exame destes elementos, reforçando ao que já foi mencionada anteriormente no trabalho: a extensão e intensidade de entradas, de aportes e de movimentação de insumos nos agroecossistemas e no seu entorno, considerando suas aplicações diretas e os resíduos gerados. É coerente esperar que no caso de áreas

produtivas que foram arrendadas para se produzir, considerando termos de incentivos, a cautela quanto ao descarte pode ser menor. Se há um diferencial a partir da adesão a um sistema certificador, se há uma gradação ao longo do tempo, dentro de um processo para se adequar, infere-se que sem ele há um acúmulo maior, refletindo-se nos cálculos da viabilidade econômica quanto aos custos nas margens de contribuição. Refletindo-se sobre os sistemas edáficos, refletindo nos corpos hídricos, repercutindo na fauna e flora, em pressões seletivas sobre insetos e microrganismos que interagem com as espécies cultivadas, sobre seus predadores, refletindo sobre saneamento e sobre a saúde humana. Em termos socioespaciais, desigualdades de poder refletem-se em assimetrias no balanço de possibilidades de externalizar/internalizar os impactos. Que, por sua vez, inter-relacionam-se com os sistemas de gratificação e de recompensa que se sucedem nos elos da Cadeia Mercantil e que incorrem nos sistemas produtivos dos agricultores familiares incorporados à sojicultura.

05. Decorrências

“(...) cada sociedade tem a conjuntura e as crises de sua estrutura”.
Robert Boyer¹¹⁹

Nesta pesquisa, mediante seu prisma e expediente analítico, se buscou discernir estruturas em meio às quais se engendram forças causais, que ativam mecanismos propulsores de tendências. Fenômenos empiricamente detectáveis seriam resultado de saldos de interações de tendências diferentes. Em sistemas abertos, tendências e contratendências advindas da operação não só de seus mecanismos diretos, mas também de forças externas, influem para o saldo que se manifesta. Examinou-se o processo de constituição da forma que o sistema produtivo-comercial da soja se expressa, enfocando através da perspectiva da espacialidade (configurada por extensões de possibilidades onde ocorrem os posicionamentos e delineamentos dos elementos) e lugaridade (manifestações localizadas de confluências, de entrecruzamentos e de dispersões onde tomam substâncias as possibilidades dos entes em suas incidências).

Se reconheceu, no apelo concernente ao “agronegócio”, a expressão do que foi classificada como “subjetividade corporativa”. Ela é constituída por processos análogos a causações ascendentes, exercendo efeitos análogos a causações descendentes. Os processos e efeitos materializam-se socialmente e, no caso aqui em questão, a praxe desta subjetividade corporativa desvela-se sob o que denominei de “agronegociar”. Dentre os efeitos dos poderes causais do “agronegociar” estariam reposicionamentos de demais sujeitos sociais do campo, como os agricultores familiares que aderiram ao sistema produtivo-comercial da sojicultura, em relações de poder. Postulei que, ainda que se possa fomentar que sigam a lógica do agronegócio, a eles não é dada “a carteirinha do clube”.

Subjetividades corporativas atuam nas racionalidades que conformam arquiteturas institucionais oficiais e em lógicas que estão subjacentes em políticas públicas, refletindo nas disposições das escalas de prioridades. As diferenças de poder socioeconômico impactam na distribuição de peso das orientações administrativas, sendo que no campo brasileiro essas diferenças são sobremaneira significativas. No Brasil e no Sudeste Goiano a estrutura agrária que proporcionou o vulto da disposição espacial do sistema produtivo-comercial da soja, com a incorporação de agricultores familiares na política pública do biodiesel e para além dela, contou com ações indutoras conjuntas de agentes econômicos

¹¹⁹ Boyer (1990, p.116)

e estatais. Mas os sujeitos da agricultura familiar não podem ser compreendidos unilateralmente sob pressupostos deterministas de acomodação, posto que ponderam alternativas diante das circunstâncias e reagem às ansiedades, às motivações e diante de fatores de indução e de incertezas.

O sistema produtivo-comercial da soja está articulado em uma estrutura de Cadeia Mercantil, com fluxos e processos de trabalho, de transformação de mercadorias e consumo de produtos transpassando economias nacionais, com diferenciadas gerações e apropriações de excedente de capital nas zonas geográficas dos elos da Cadeia. E diferenciadas externalizações de custos e impactos. A Cadeia Mercantil possui modos de funcionamento que incorporam relações sociais e arquitetam ambientes institucionais integrando diferentes entes, em uma dimensão socioinstitucional internacional denominada Teia Geoeconômica, que se manifesta também nas lugaridades.

A Cadeia Mercantil da soja, no Brasil, propulsiona a importação de uma composição mais complexa de itens exportando uma composição de produtos mais simples, numa relação, em meio às interconexões, que proporciona maiores oportunidades de absorção de excedentes de capital nas espacialidades produtoras dos itens de maior valor adicionado. Na base produtiva há um mercado mais competitivo, composto por tomadores de preço, diante de setores a montante e a jusante de complexos mais oligopolistas. Relações assimétricas de poder entre entes na Cadeia repercutem potencialidades assimétricas no balanço de externalizações/internalizações de custos e impactos.

Explorei o acúmulo na literatura sobre a caracterização da agricultura familiar e o processo de construção e disseminação do conceito entre os sujeitos sociais do campo. Neste processo, o delineamento da caracterização apresenta uma complexidade de facetas histórico-econômicas, socioecológicas e culturais. No Brasil, ocorreu entremeado em controvérsias sociopolíticas.

Aqui foi delineada a concepção de “campesinidade”, que acontece na espacialidade e se consubstancia na “lugaridade”. A campesinidade implica em racionalidades materiais que contrabalanceiam a racionalidade instrumental. Está presente na substância da agricultura familiar, conquanto nela haja múltiplas morfologias, chegando a ultrapassar delineamentos da campesinidade. Postulei que, em dadas condições para a reprodução das unidades produtivas, à medida que a racionalidade instrumental possa ir tomando primazia na ação social, suplantando em graus a campesinidade, procede-se uma reconfiguração no sentido de uma expressão mais

empresarial. Quando ocorre, não necessariamente se dá de forma abrupta, com um ponto patente de demarcação; há graus variados de tensões, de coexistências e de sincronias. Debruçando-me acerca de um convencional enquadramento e diagnose das perspectivas exploratórias da análise agrária (os chamados “paradigmas” agrários), encontrei algumas inconsistências, propugnando a necessidade de se abrir para possibilitar compreensões com mais matizes.

O empenho do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para desenvolver o SCS em Goiás se iniciou em 2006 com um agente contratado e ganhou corpo dois anos após com o “Projeto Polos”. A iniciativa articulava empresas, cooperativas, agentes financeiros, agentes de assistência técnica e entidades sindicais. Mas quando foi realizada a entrevista desta pesquisa em 2019, sob um governo com programa político notadamente diverso e nada afeito a fóruns participativos com a sociedade civil, a equipe responsável estava lotada no Ministério da Agricultura – onde o MDA foi “fagocitado” – e contava com o menor patamar de corpo técnico e estrutura desde o início do programa.

Embora não sendo o primeiro nem o único fator, o PNPB – via SCS - foi fulcral para fomentar a incorporação de agricultores familiares ao sistema produtivo-comercial da soja. A justificativa estava em facultar aos agricultores um mercado acessível, constante e com perspectiva de lucratividade. Os primeiros aspectos atrativos estavam no bônus acrescentado ao preço de venda. O que conferia uma relativa segurança de fornecimento às empresas no âmbito do programa, ao incentivar o diferencial de mercado com a contratação com os agricultores familiares. Em segundo plano estava o atrelamento legal da oferta de assistência técnica. Buscou-se internalizar diferenciais sociológicos no modelo do serviço, mas que nunca contou com uma fiscalização específica quanto a este aspecto.

Representantes das empresas agroindustriais também expressaram que a oportunidade de escoamento de toda produção foi o principal ponto utilizado para convencer agricultores a aderirem ao sistema. Logo a seguir, mencionaram o oferecimento da assistência técnica visando ao aumento de produção, além do auxílio junto às linhas de créditos. Na entrevista sobreveio que a lógica da assistência prestada visa focalizar o uso dos insumos para a finalidade de ganhos de produtividade. Em entrevistas com agentes de assistência técnica, foi consonante inferirem como principal motivo para que os agricultores aderissem ao sistema a percepção de incremento de renda. Em seguida, a facilidade de comercialização; em terceiro, a menor exigência de mão-de-obra.

Apesar de se aventar por uns anos que o programa incentivaria à diversificação produtiva, o que levou a tentativas de se explorar matérias-primas oriundas de mamona, pinhão-manso etc., a soja se estabeleceu como a matéria-prima hegemônica. Esta *commodity* contava com um “pacote tecnológico” disponível para o sistema produtivo, além de um mercado já estruturado e a característica de economia de escala, bem como com a padronização do produto devido ao acúmulo de manejo genético nas cultivares. Juntamente com estes fatores, a relação do preço da matéria-prima com o preço do óleo derivado foi decisiva. Isto somou-se com a possibilidade de as empresas cumprirem a cota registrada de compra de agricultores familiares exigidas formalmente, mas poderem manejar o destino da matéria-prima para diferenciados mercados. Em anos recentes, o subproduto do sebo animal cresceu no percentual de participação.

Às empresas, interessa adquirir o nível exigido pela cota legal com menor número de agricultores familiares fornecedores, mas que obtenham maior produção e produtividade. Não há um instrumento normativo que estime um balanço entre o total adquirido com um quantitativo mínimo de agricultores contratados. Isto favorece agricultores que contem com mais terra disponível, com acessibilidade para uma assistência técnica mais regular do que outros, com maiores facilidades em adquirir crédito. Decorre que com a frequência dos contratos no decorrer dos anos, os custos de transação para estes agricultores tendem também a ficarem menores do que para outros. Assim se potencializa um mecanismo de “peneira fina” na estrutura concorrencial do mercado entre os agricultores familiares. Mesmo ao preferir menos fornecedores, há menos riscos para as empresas de propiciar um poder de barganha maior para eles, porque mormente os agricultores familiares têm menos poder de estocagem e menor capacidade logística do que os de unidades produtivas de maior magnitude. Também pesa o baixo contingente organizado em cooperativas.

Considerando os alegados fins sociais do programa, a falta de pessoal para o monitoramento é um fator de risco. O que se potencializa com a medida política do governo de inserir cooperativas sem DAP Jurídica para serem fornecedoras. Desde que apresentem as DAP Pessoa Física dos fornecedores, posto que os agricultores familiares têm menos peso social na governança destas entidades.

Dedicados à sojicultura, os agricultores familiares estão abarcados em um sistema produtivo-comercial no qual necessitam estarem subsumidos a uma estrutura de mercado na qual são tomadores de preços à montante e à jusante. Estrutura congregando o mercado de insumos, o mercado de bens de capital, o mercado de crédito, o mercado de

commodities ao qual fornecem, entremeados também no mercado de terras. Há uma elevada proporção de custos variáveis (com itens adquiridos no mercado intersetorial) em relação ao faturamento bruto pela produção no estabelecimento. Deste encadeamento sobrevêm mecanismos e forças dinâmicas que suscitam respostas adaptativas. Adaptações fundamentais para se ter um desempenho funcionalmente necessário a se manter viável, ao longo do tempo e pela espacialidade. Nas Cadeias Mercantis, a funcionalidade mais imperativa se baliza pelo grau de contribuição à dinâmica da reprodução ampliada do capital.

Na entrevista com representantes das empresas agroindustriais que compram soja dos agricultores, foi exposto que os negócios em específico com agricultores familiares foram motivados a partir do PNPB, ainda que já se tivesse agricultores familiares como fornecedores, embora sem uma atenção diferenciada. E foi exposto que necessidades frequentes de concertações e esclarecimentos na operacionalização do PNPB ensejaram maior aproximação das empresas com o poder público. As empresas apresentaram que as perspectivas de ampliação da contratação direcionada com agricultores familiares estão condicionadas ao que for suscitado pelas normativas oficiais.

A articulação deste mercado integrando os agricultores familiares é potencializada por uma contextura espacial da Cadeia Mercantil que se conecta à sua lugaridade. Na entrada de várias cidades do Sudeste Goiano depara-se com centros de armazenagens em localizações estratégicas nas vias de acesso e para convergência e distribuição relativas às redes viárias e o campo das unidades produtivas. Empresas de maior porte conseguem uma arquitetura logística que lhes propicia planejar os planos de negócios com a agricultura familiar de acordo com a proximidade às suas unidades agroindustriais. O que faculta para elas maior capacidade de gerir relações de influência sobre agricultores e ter um monitoramento de seus procedimentos. Elas também podem administrar as reservas de matérias-primas compradas dos agricultores, ajudando a direcionar mercados de acordo com seus planos de negócios internacionais. Como exemplo, priorizando soja transgênica e/ou não-transgênica de acordo com o mercado, ou com a destinação agroindustrial, independentemente de serem diretamente para biodiesel. Além do mais, possibilita trabalhar um *marketing* de apelo “socialmente inclusivo” para dados nichos de mercado, como na União Europeia.

Os representantes das companhias agroindustriais tenderam a relativizar a importância do tamanho da área produtiva para o desempenho dos rendimentos financeiros. Já os representantes das entidades de assistência técnica e de uma cooperativa

afirmaram que consideram que o tamanho da área possui peso para a melhor performance econômica com a sojicultura ao diluir proporcionalmente os custos de produção. A maioria dos agricultores entrevistados ressaltou a relação entre aproveitamento do potencial de maquinário com a escala de produção e a extensão de área produtiva.

A manifestação desta estrutura de espacialidade da Cadeia Mercantil, no domínio do Empírico, pode ser representada analogamente à maneira de “estolhos”. Esta representação propicia programas de pesquisa metodologicamente atinentes a identificar e analisar arcabouços, analisar arranjos, identificar dispositivos, elos e fluxos das Cadeias Mercantis em recônditos e/ou entremeados e/ou exteriorizados na espacialidade. Em estudos sobre incorporações de sujeitos sociais na estrutura da Cadeia Mercantil, além de se ressaltar as dimensões de relação de poder (considerando aqui o caráter polissêmico de “poder”) próprias da análise destas cadeias e ressaltadas no tratamento dado à concepção de espacialidade, considero que se deve atentar sobre as expressões da Teia Geoeconômica na urdidura das relações entre os sujeitos sociais.

Tanto representantes da equipe do governo quanto das empresas destacaram, como o que consideram uma evidência da significância do programa, possuírem registros de agricultores familiares que despontaram e aumentaram a produtividade com o incremento de tecnificação. Estes agricultores teriam expandido a área produtiva e/ou expandido as receitas ao ponto de ultrapassarem os limites para enquadramento na DAP. Cabe observar que as regras para o enquadramento consideram receitas brutas anuais e não o lucro líquido. No mercado da soja, o custo dos fatores de produção oscila frequentemente, muitas vezes não acompanhado proporcionalmente pelo preço de venda do grão, além de haver os potenciais encargos financeiros. Outrossim, a cláusula legal da DAP considera toda a unidade produtiva, inclusive áreas arrendadas. A dinâmica interna de pressões competitivas, de inserção concorrencial no mercado de insumos, no mercado de bens de capital, no mercado de crédito, no mercado de terras e enquanto tomadores de preços, pode estimular a operação de mecanismos que levam a algo semelhante ao efeito *treadmill*, caso não haja contratendências amortecedoras.

Entre as motivações dos agricultores familiares para aderirem ao sistema produtivo-comercial da soja, nas entrevistas se destacou a busca por **incrementos de receitas**, especialmente liquidez. Se realça assim **o grau amplo de monetarização** nas relações necessárias para o provimento de suas necessidades e na esfera de sua ação social. Uma parte substantiva apresentou que teve a atenção atraída contemplando a performance de produtores de soja, o que também lhes aguçou a expectativa de novas

possibilidades socioeconômicas. Próximo a este ponto foi a perspectiva de aferir estas receitas com uma **garantia de terem mercado para o escoamento**. Também se destacou a perspectiva de haver **menor desgaste laboral**.

Estes elementos se manifestam sincronicamente com um processo de decrescimento na composição unitária da força de trabalho familiar, de declínio demográfico na lugaridade, com maior destaque para a faixa etária dos jovens. E consequentemente, em um perfil de moradores mais velhos. Implicando em redução de práticas socioculturais comunitárias, em graus e formas variadas. Concomitantemente, se processa também o crescimento da convergência e da intersecção de uma dimensão mundializada na agenda das decisões e de programações econômicas dos agricultores, no espaço material da experiência e no espaço de representação vivido. Não foi patente que aspectos ligados a apelos do “consumo conspícuo” sejam significativos dentre as motivações, em símbolos materiais de sucesso ou no senso de realização dos agricultores.

Há uma composição significativa de agricultores com relações de arrendamento de terras, inclusive entre assentados de reforma agrária, ou relações em que a terra é um ativo que entra num sistema de “sociedade” do projeto produtivo. O preço da terra como um ativo no projeto produtivo está imerso na dinâmica de preços de insumos e dos produtos agrícolas no mercado internacional. Em meio a isto, com a flutuação de preços, em localidades onde o mercado segue uma trajetória dinâmica de competição, contando com empresas agrícolas de maior estrutura se sobressaindo, outros empresários rurais podem procurar outras terras. Assim concorreriam no mercado de terras com os agricultores familiares que as procuram para arrendo. Foi amplamente assinalado que os preços para compra nas localidades das unidades produtivas familiares pesquisadas estão proibitivos.

Se denotou nas entrevistas um discernimento por parte dos agricultores de que influem sobre sua atividade econômica (e assim, na sua ação social) conexões de elementos e fenômenos da conjuntura dos fluxos correntes de capitais, refletindo no câmbio e nas cotações das *commodities* e preços insumos. Influem também conexões da conjuntura do comércio exterior e fatores geopolíticos correlatos (como a “guerra comercial” entre EUA e China), refletindo na logística comercial. Essa mescla de fatores propulsiona uma dimensão de “aposta” no trato com o mercado a montante e a jusante no sistema produtivo-comercial. As operações dos mecanismos da Cadeia Mercantil acarretam, assim, aproximações e acoplamentos sistêmicos, do que era “distante no espaço” e “vago no imaginário”, com o cotidiano na lugaridade. Os agricultores se

apercebem de relações de poder pautadas nos expedientes de transações e dispositivos contratuais, apreendendo assim domínios e feições da dimensão da “Teia Geoeconômica” no espaço concebido.

Desconti (2017, p. 230-232) identificou uma tendência entre assentados dedicados à soja, que alçaram maiores patamares econômico-produtivos em seu estudo, de dedicarem uma maior parte de seu tempo em negócios agrícolas extra propriedade, em relação ao manejo direto da lavoura. Acompanhando cotações dos preços da soja nas bolsas internacionais, por exemplo; ou participando de negociações com corretores do mercado de soja. Inspiravam-se em modelos percebidos de práticas dos fazendeiros patrões de sua circunvizinhança. Uma prática movida por dinâmica de incremento da lucratividade, o que, segundo o autor, poderia entrar em desacordo com procedimentos de minimizações de risco, priorizando ganhos garantidos, nas práticas de negócio.

Conforme já foi enfatizado, os agricultores são tomadores de preços em um mercado de conformação competitiva, com estrutura relativamente oligopolista (em gradações variadas) nos vértices à montante e jusante. Estrutura de mercado com retornos constantes a escala e com custos de transação com poucas possibilidades de externalizar ou de contornar na organização da estrutura produtiva-comercial. Requer-se, nesta circunstância, uma provisão de capital de giro para saldar os fluxos de caixa de operacionalização e se munir de capacidade para investir e custear os ciclos produtivos. Porém, caso não tenham uma fonte substantiva extra de receitas, não são supridos com haveres de porte suficiente para tanto, de maneira a conferir uma certa estabilidade para a rentabilidade. Assumem assim riscos operacionais e riscos financeiros, contraindo compromissos com prazos determinados de quitação, tendo que arcar com o principal e juros. Adversidades podem acarretar passivos onerosos transmitidos no ciclo produtivo-comercial.

De outra parte decorre, da insuficiência de dotações, menores chances de oferecer garantias, dificultando financiamentos em condições mais favoráveis ou lhes levando a buscarem alternativas mais rápidas e facilitadas, mas com maiores taxas de juros embutidas, que impactam no Valor Presente Líquido da operação. Sendo assim, mais além do que cobrir custos contábeis, as receitas precisam chegar a um patamar suficiente para se formar uma mínima poupança que pode ser invertida em investimentos, em montante que propicie valorizar os ativos de capital e validar passivos. Por isso uma percepção de altas receitas nem sempre significa rentabilidade. Nesta contextura econômica, operam tendências a pressionarem por uma busca constante de incrementar a

produtividade. Sendo assim, também fazendo diferença a capacidade de gerir estoques e de assegurar uma mínima estabilidade produtiva (por exemplo, com irrigação). O fator que mais provocou os agricultores a ponderarem sobre a continuidade do engajamento na atividade foi a trajetória dos custos de produção cuja tendência de alta não costuma ser compensada mesmo com alta nos preços de venda. Após este fator, as adversidades advindas de quebras de safra e decorrentes frustrações de expectativas de colheita.

Agricultores familiares destacaram o maquinário como o item de eminente importância quanto ao que puderam adquirir através da atividade com a soja. Sublinharam que possibilita maior autonomia diante de empréstimos ou aluguéis, diminui significativamente a penosidade, aumenta a produtividade e é um sinal de recompensa pelo empenho, bem como expressão de sua competência. Todavia, muitas vezes o nível de ganhos de preços dos bens de capital dos agricultores familiares não chega a uma proporção significativa em relação ao nível de preços dos produtos correntes. Há um alto patamar de monetarização exigida para a consecução dos itens de despesa (em situações de ausência de reciclagem de insumos, de relativa baixa produção para autoprovisão, de necessidade de pagamento de transportes, de custear despesas de filhos estudando etc.) e uma tendência de cessação ou queda significativa de costumes de trocas comunitárias (bens, trabalhos, serviços). Isto aprofunda o grau de primordialidade da racionalidade instrumental na ação social, submetida a um “controle eficiente” segundo a logicidade empresarial, suscitadas pelas condições de desempenho da Cadeia Mercantil.

A amplitude do balanço financeiro considera mais indicadores e uma intertemporalidade (considerando passivos onerosos de ciclos produtivos anteriores, as disponibilidades passíveis de serem convertidas em liquidez e os compromissos líquidos acima do prazo de doze meses) bem maiores do que os balanços contábeis operacionais. Dado que custos financeiros não entram como custos de produção e são contratados quando o recurso contido no fluxo de caixa não é suficiente para bancar o fluxo de produção e comercialização. Por essa razão muitas vezes o lucro contábil não é igual ao lucro líquido e especificamente na produção e comercialização da soja em grão opera-se com um limite tênue em torno do Ponto de Equilíbrio. A trajetória do balanço financeiro sinaliza se a capitalização de ativos e se os balanços patrimoniais estão tendendo a ser crescentes ou decrescentes. Uma série mais positiva de receitas contábeis pode estimular a se assumir mais riscos financeiros para ampliar a produtividade ou buscar garantir um horizonte de rentabilidade minimamente estável. Maior exposição ao risco.

Neste sentido, 2020 foi um ano auspicioso no sistema produtivo-comercial da soja. O contexto de uma fatídica pandemia de Covid-19, altamente contagiosa e com impactos econômicos mundiais, levou um amplo contingente da população a um estado de profundo temor. A situação exigiu políticas de afrouxamento monetário de Bancos Centrais e políticas de impulso fiscal positivo de governos para manter a demanda agregada e amortecer impactos sociais negativos sobre o emprego e bem-estar. Nesta conjuntura, a Cadeia Mercantil da soja foi eminentemente dinamizada. No bojo da chamada “guerra comercial”, a China aumentou as importações da matéria-prima, visando seu setor de produção de carnes. As exportações argentinas decaíram, por fatores climáticos e *lockout* de produtores do agronegócio, insatisfeitos em serem tributados. Houve um percalço na produção no estado de Yowa, segundo na produção de soja nos EUA, por fatores climáticos. As exportações brasileiras expandiram-se. Faltando a matéria-prima para o mercado interno, o governo reduziu drasticamente tarifas de importação e bateu o recorde em 23 anos de importação de soja dos Estados Unidos.

A cotação do dólar experimentou uma trajetória de alta, ainda que oscilante, saindo de pouco acima de R\$4,00 na virada de 2019 para 2020 e ultrapassando por duas vezes a marca de R\$6,00, em maio e entre outubro e novembro. A demanda de máquinas agrícolas cresceu extraordinariamente. Em 2019 a média de preços da saca da soja esteve por volta de R\$71,60, com mínimas de R\$66,00 em maio e máxima de R\$78,70 em dezembro. Em 2020, a média esteve em torno de R\$110,00 com máximas de cerca de R\$158,00 em dezembro e mínima de cerca de R\$76,60 em fevereiro.

As estimativas foram de que os custos de produção experimentaram alta no ano, especialmente devido a dependência de importações, mas sem chegar a 15%. Já a média do preço da saca subiu em mais de 30%. Um cenário de marcante lucratividade. Porém, que não teria sido tão aproveitada por parte daqueles que efetivaram contratos prefixados de venda em 2019, uma tendência predominante entre os sojicultores, dado que não se previa este ganho de rentabilidade. Em 2020 estima-se que mais de 45% dos sojicultores em Goiás fizeram contratos prefixados – o que sugere uma aposta de que em 2021 não se terá tamanha margem de ganho como em 2020.

Mas o ano de 2020 de toda forma foi encorajador para os agricultores familiares na soja, dentro do SCS e fora do SCS. O que leva a um estímulo para investir e para assumir riscos para o futuro próximo. As perspectivas das demandas para as exportações, em 2021 são tais que já assinalam que, para as empresas, o PNPB já não será um mercado tão atrativo, comparando os preços. Não obstante, no final do ano de 2020, pouco tempo

após o período de plantio da soja, registra-se uma pronunciada e preocupante estiagem, em um ano que se sobressaiu em desmatamento e queimadas em biomas como a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado, o que pode comprometer o regime de chuvas, o nível de umidade, a regulação térmica e prejudicar a produção até a colheita. A incerteza cresceu em fevereiro de 2021: sequências de semanas chuvosas levaram a atrasos na colheita (considerados os maiores em dez anos), conjuntamente com dificuldades em tratamentos como aplicação de fungicidas, impactando também o calendário de plantio da entressafra.

Quanto ao risco para os cenários, deve levar em conta uma tendência detectada de que em sua administração financeira, os agricultores deduzem o computado do faturamento percebido após as vendas, deixando mais turvas as avaliações que tenham a ver com o indicador “margem de contribuição” e com necessidade de capital de giro para sustentar o fluxo de caixa. Os agricultores familiares sob o sistema de certificação RTRS sinalizaram tender a um maior controle relativo a estes fatores. Os que aderem a este sistema vão progressivamente adquirindo conformidade quanto à organização das instalações, unidade produtiva, do armazenamento e da destinação mais apropriada dos resíduos (inclusive agroquímicos), da coexistência com os recursos edáficos e hídricos. Isto indica que os patamares iniciais, que usualmente refletem o nível geral das unidades produtivas familiares, não estão em sintonia com estes fatores. Também há o forte indicativo também de que a princípio as relações trabalhistas nas unidades produtivas se dão por fora da rede de direitos e segurança dos trabalhadores. Um “valor turvo”, como a força de trabalho doméstico das mulheres.

Não se pode afirmar patentemente que a incorporação no sistema produtivo-comercial da soja seja, em si, incontornavelmente inviável socioeconomicamente para a agricultura familiar. Ainda mais considerando o conjunto de fatores, de razões e de transcurso que se mostraram nesta pesquisa, envolvidos no processo de incorporação. Com efeito, ao aderir, estavam buscando melhorar suas condições de vida diante de avaliações criteriosas sobre as situações que enfrentavam, empenhando também a autoimagem de sua capacidade. Não é um fenômeno de ação social dado por um puro voluntarismo nem sob passividade determinista. Logrando um horizonte de razoável médio prazo de rentabilidade, o agricultor encontra condições de aumentar suas dotações econômicas e capitalizar seus ativos (porém a estrutura possibilita o sucesso a um contingente restrito de participantes). A não ser que a unidade produtiva atinja um estágio de porte e de extensão demasiado além do patamar das regras da DAP, a necessidade de

contratação de contingente de força de trabalho será ainda baixa, relativa ao portfólio de máquinas e equipamentos. Os estabelecimentos nestas condições não terão feições de engenharia de produção com grau de força de trabalho assalariada à semelhança de fábricas industriais.

Mas a tendência de preponderância da racionalidade instrumental na ação social dos agricultores cada vez mais levaria assim a configurações mais empresariais. Isto não deve ser concebido como um “predomínio do econômico sobre o cultural”, um senso rudimentar de se representar o quadro. “Economia” e “cultura” são compreendidas como mais entremeadas quando se transcende o enquadramento da concepção de “economia” como estrita ao “mercadológico”. Na racionalidade material da campesinidade há orientações econômicas nos diferentes aspectos da ação social. E há relações substanciais de campesinidade entre diferentes morfologias da agricultura familiar, mesmo que em algumas formas possam ser “assimetricamente necessárias”.

A questão não se trata simplesmente de passar a se dirigir unicamente por comportamentos na lógica de mercado, porque mesmo em meio aos altos círculos das grandes corporações e dos especuladores na Cadeia Mercantil desenrolam-se estratégias de superar constrangimentos mercadológicos. Pela compreensão da Teia Geoeconômica se apreende que, naquelas esferas capitalistas, há táticas oportunistas e há engenhos políticos e socioinstitucionais para não ser pautado por restrições dos mecanismos de “concorrência perfeita”. O que transcorre nos fenômenos discutidos aqui é a operação de mecanismos que direcionam a lógica econômica para outra ambiência socioinstitucional, atendendo a imperativos de outras forças estruturais (na Cadeia Mercantil).

Agora em outra composição, com sua dinâmica econômica inerente, acometem poderes causais articulados na disposição socioespacial que abarca as lugaridades. Forças que pressionam por uma reconfiguração dos moldes socioinstitucionais das disposições da ação social dos sujeitos. Estrutura que suscita estratégias econômicas com graus diferenciados de estratégias camponeses empregados em outras condições.

A resiliência da racionalidade material camponesa sofre uma tensão quanto às suas estratégias adaptativas no espaço, entre a alomorfia e a metamorfose, constrangida pelos mecanismos do sistema produtivo-comercial da soja. Estimulando a que, para agricultores familiares prevalecerem naquela estrutura econômica (e como elos em uma posição frágil), haja um declínio das “relações substanciais” com a campesinidade, permanecendo talvez apenas as “relações formais”. Esta tensão para o sentido de uma metamorfose agrária é dinamicamente reforçada por fatores causais derivados das

propriedades da cadeia mercantil junto com a posição funcional da inserção brasileira na estrutura da economia-mundo. A campesinidade herda aprendizados adaptativos que lhes conferem uma resiliência agrária. A dinâmica da cadeia mercantil da sojicultura pressiona para que a estratégia adaptativa se direcione para preponderâncias mais acentuadamente empresariais. O que provoca tensões disruptivas. Deriva disso que políticas públicas focalizadas teriam um alcance inerentemente limitado para impactar este quadro maior, dada a grandeza de mecanismos econômicos que propulsionam tendências discrepantes.

Ocasionalmente se nota que na discussão sobre se "produzir o que chega à mesa das pessoas", o foco está no "produzir", com atenção reduzida para o "chegar à". Com altos custos logísticos e de transação se exige ganhos de escala para o produto escoar com preços competitivos. Tal como as empresas efetuam um posicionamento estratégico nos nódulos de estolhos para a cadeia mercantil, estratégias de abastecimento interno exigem políticas estruturantes com posicionamentos estratégicos. E favorecer um perfil de poucos grandes polos urbanos concentrados potencializa mecanismos cujas forças causais prejudicam o campo de possibilidades de fornecimento de bens e serviços para unidades produtivas com menor ganho de escala.

Por isso a efetividade e eficácia de políticas focalizadas estão condicionadas a eixos maiores; a uma necessária reorientação da estrutura socioproductiva brasileira contemplando encadeamentos internos (intrarregionais e inter-regionais) e sua integração externa. Que possa ser combinada com esforços coordenados em redes relativamente próximas. A etapa da prospecção no ciclo das políticas públicas deve ter em vista as tendências manifestas de ampliação do grau de monetarização nas necessidades de provisão das famílias, as mudanças demográficas familiares e a fragmentação de estruturas comunitárias. Dentre as implicações, que políticas de cultura, esporte e lazer no campo têm reflexos socioeconômico, assim como a atenção para atividades não agropecuárias de provimento de serviços. É vital ensinar redes de laços de cooperação.

Se faz necessário ensinar campos de possibilidades para agricultores, propícios para atividades com viabilidade econômico-financeira e menor penosidade laboral, sem pressões que levem a riscos de alavancagem. No também é necessária a atuação de entes públicos que absorvam em graus suficientes estes custos. O amplo grau de composição acionária privada do Banco do Brasil torna não atrativo para a lógica da instituição centrar esforços em propósitos de políticas de microcrédito ou com marcante peso de propósitos sociais, como o PRONAF. O portfólio pode maquiar a realidade, apresentando um

crescimento no valor contratado, mas com queda no número de contratantes. Urge se ter uma maior garantia pública.

Um campo para agendas de pesquisa também com outras *commodities* agrícolas. Não se tem como afirmar que este painel se generaliza para o futuro da agricultura familiar, mas paralelos importantes transcorrem em espaços agrários variados, especialmente com poucas alternativas de receitas agrícolas. Em estruturas comparáveis, se processam respectivas forças causais via mecanismos correlatos. Se faz muito oportuno empreender um programa de pesquisa para se identificar e mensurar a amplitude da incorporação da agricultura familiar em Cadeias Mercantis de Commodities no Brasil. E a partir daí, distinguir graus de tendências comuns e contrastantes com outras expressões de sujeitos sociais do campo e de expressões de outras inserções econômicas por parte da agricultura familiar. A luta para viver na terra é multifacetada.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão-hucitec. **Anpocs/Edunicamp-São Paulo-Campinas**, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Regi. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais**. Project Proposal to Regoverning Markets Component, v. 2, 2007. 23p.
- ACKOFF, Russel. **Planejamento de Pesquisa Social**. São Paulo: Herder-EDUSP, 1967.
- ANP. Agência Nacional do Petróleo. Resolução ANP nº 764/2018. Disponível em <http://www.anp.gov.br/images/Consultas_publicas/2018/n29/RANP-764-2018-DOU.pdf>. Acesso em dez. 2018
- AGROALES PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. **Comercial Ram Trucks presta homenagem ao produtor rural**. 2016. Disponível em <<https://youtu.be/ls8S8aUNgIY>>. Acesso em 28 jun. 2018.
- AGROANALYSIS. **Entrevista com Luiz Antonio Fayet**. Disponível em <<http://www.agroanalysis.com.br/11/2012/abre-as-pas/entrevista-luiz-antonio-fayet>>. Acesso em 28 jun. 2018.
- AL-AMOUDI, Ismael; LATSIS, John. The limits of ontological critique: from judgmental rationality to justification. **Cambridge Journal of Economics**, v. 41, n. 5, p. 1303-1321, 2017.
- ALCHIAN, Armen A. Uncertainty, evolution, and economic theory. **Journal of political economy**, v. 58, n. 3, p. 211-221, 1950.
- ALVES, Eliseu. Difusão de tecnologia - uma visão neoclássica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 2, p. 27-33, 1998.
- ALVES, José. **A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das Comunidades Rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, 2004**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 316p.
- AMARAL, Laila Cristina Gonçalves Silva; ABREU, Yolanda Vieira de. Evolução do Mercado Brasileiro de Biodiesel sob a Ótica dos Leilões Promovidos pela ANP: 2005 a 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 4, p. 729-750, 2016.
- APPIAH, Kwame Anthony. **O Código de Honra: Como ocorrem as revoluções morais**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- APUBLICA. **As bancadas da Câmara**. Disponível em <<https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>>. Acesso em 08 jul. 2018.

ARANTES, Neylson Eustáquio; DE SOUZA, Plínio Itamar de Mello. **Cultura da soja nos cerrados**. Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fofato, 1993.

ARAÚJO, Miranda Kalliane; SELVAM, Pagandai Vaithianathan Pannir; SANTOS, Hídalo Pereira; SANTIAGO, Bruno Henrique de Souza. Síntese e análise econômica de produção de biodiesel a partir de matérias-primas regionais. In: **Second Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e gás, Rio de Janeiro**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2004. 7p.

ARCHER, Margaret. **Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory**. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

ARCHER, Margaret. **Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach**. Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

ARCHER, Margaret. **Realismo e o Problema da Agência** - Tradução de Cynthia Hamlin. Estudos de Sociologia, Revista do Prog. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v.2, n.6, p. 51-75, 2000.

ARCHER, Margaret. For Structure: **Its Reality, Properties and Powers: A Reply to Anthony King**. The Sociological Review 48:3, p. 464-472, 2000.

ARCHER, Margaret et al. (Ed.). **Critical realism: Essential readings**. Routledge, 2013.

AREND, Marcelo et al. **Complexidade econômica e hierarquia no sistema interestatal**. Conference: XXII Encontro Nacional de Economia Política (XXII ENEP). Campinas: Unicamp, 2017.

ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. **The Observatory of Economic Complexity**. Disponível em <<http://atlas.media.mit.edu>>. Acesso em 11 dez. 2018.

BADCOCK, Sarah. **Politics and the people in Revolutionary Russia: a provincial history**. Cambridge University Press, 2007.

BAIR, Jennifer. **Global Capitalism and Commodity Chains: Looking Back, Going Forward**. Thousand Oaks, CA: Competition and Change. v. 9, n.2, p. 153-180, 2005.

BAIR, Jennifer et al. Dis/articulating producers, markets, and regions: new directions in critical studies of commodity chains. **Environment and Planning A**, v. 45, p. 2544-2552, 2013. Disponível em < <https://cyberleninka.org/article/n/440096.pdf>>. Acesso em 19 abr 2019.

BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. **Serviço de Informação ao Cidadão do Banco do Brasil – SICBB**. Acesso à Informação. Solicitação respondida em 28 set. 2020.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo et al. Custos de produção de biodiesel no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 15, n. 3, p. 36-50, 2006.

- BARTRA, Armando. A Economia Política do Campesinato. **Parte 1: As classes agrárias e o estatuto da produção camponesa.** In: Coletânea de Textos da ENFF, nº 21. São Paulo, 2015.
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo et al. **Custos de produção de biodiesel no Brasil.** Revista de Política Agrícola, v. 15, n. 3, p. 36-50, 2006.
- BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial.** GEPAI: Grupo de Estudo e Pesquisas Agroindustriais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BATAIELO, G. L.; DOMINGUES, J. R. F.; LIMA, M. G.; ROSA, P. M. **Análise do custo de produção de soja e sua viabilidade: um estudo de caso.** In: Anais da XVIII Semana do contador de Maringá. Maringá: Editora Universitária, 2006. Disponível em <http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_07.pdf> > Acesso em 05 dez. 2016.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de consumo.** Lisboa: Edições 70, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. Função -signo e lógica de classe. Em: **A Economia Política dos Signos.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.
- BAZOTTI, Angelita. **Estratégias e racionalidades dos sojicultores familiares do sudoeste paranaense.** 2016. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre, 2016.
- BEEFPOINT. **Comercial do Super-bowl faz homenagem aos produtores rurais.** Disponível em <<https://www.beefpoint.com.br/comercial-do-super-bowl-faz-homenagem-aos-produtores-rurais/>>. Acesso em 10 set. 2018.
- BERDEGUÉ, Julio; PIZARRO, Felipe Rojas. **La agricultura familiar en Chile. Serie Documento de Trabajo,** n. 152, p. 1-42, 2014.
- BERNSTEIN, Henry. **Class Dynamics of Agrarian Change.** Halifax: Fernwood Publishing, 2010.
- BESANKO, David et al. **A economia da estratégia.** Porto Alegre: Bookman, 3ª ed. 2006.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista Nera,** n. 14, p. 112-124, 2012.
- BHASKAR, Roy. **Reclaiming reality: A critical introduction to contemporary philosophy.** London: Routledge, 2010.
- BHASKAR, Roy. **A realist theory of science.** Routledge, 2013.
- BHASKAR, Roy. **The possibility of naturalism: A philosophical critique of the contemporary human sciences.** Routledge, 2014.

BIANCHINI, Valter. “Vamos acabar com a Agricultura Familiar neste Governo. Teremos Agricultores pequenos médios e grandes. Ministra Tereza Cristina Voltamos trinta anos atrás”. 02 mai de 2019. Disponível em <https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=232277327761446&id=100000863887771>. Acesso em 21 mai de 2019.

BIODIESELBR. **O famoso bônus pago para a agricultura familiar do selo Combustível Social**. Disponível em <<https://www.biodieselbr.com/revista/020/o-famoso-bonus-1.htm>>. Acesso em 14 nov. 2017.

BIODIESELBR. **Caramuru amplia sua produção de biodiesel em Goiás**. Disponível em <<https://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/caramuru-amplia-producao-biodiesel-goias-030910>>. Acesso em 22 mar 2020.

BIODIESELBR. **Caramuru inaugura fábrica de óleo em Ipameri**. Disponível em <<https://www.biodieselbr.com/noticias/usinas/info/caramuru-inaugura-fabrica-oleo-ipameri-170615>>. Acesso em 22 mar 2020.

BNDES. **BNDES aprova R\$ 53,8 milhões para agronegócio em Goiás**. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20041228_not962>. Acesso em 22 mar 2020.

BONATO, Emidio Rizzo; BONATO, Ana Lidia Variani. A soja no Brasil: história e estatística. **Embrapa Soja-Documents (INFOTECA-E)**, 1987.

BORGES, Ronan Eustáquio. **Modernização, agroindústrias e transformação do espaço no Sudoeste de Goiás: da criação de gado aos complexos agroindustriais de soja e de carnes**. Ateliê Geográfico, v. 7, n. 2, Goiânia, 2013. p.139-163.

BORODITSKY, Lera. **Como a linguagem modela o pensamento: diferentes idiomas afetam de maneiras distintas a percepção do mundo**. Scientific American (Brasil), v. 2, n. 58, p. 46-49, 2014.

BOSI, José Alfredo. **O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e a Agricultura Familiar**. 2015. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 96, p. 105-115, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. México: Siglo XXI, 1997.

BOYER, Robert. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo, Nobel, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. **Comissão de agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural**: Reunião 0767/15, 02 de jun.2015. DF: ed. Brasília, 2015. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0767/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:00&sgFaseSessao=&Data=2/6/2015&txApelido=AGRICULTURA,%20PECU%C3%81RIA,%20ABASTECIMENTO%20DESENV.%20RURAL&txFaseSessao=Audi%C3%Aancia%20P%C3%BAblica%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:00&txEtapa=>>. Acesso em 13 fev. 2018.

BRASIL – IBGE. **Base de Dados**. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/base.shtm>. Acesso em 14 nov. 2017.

BRASIL. Decreto 10.688. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10688.htm#art1>. Acesso em 02 mai. 2021.

BRASILAGRO. **Após tentativa de venda, Caramuru estuda abrir capital**. Disponível em <<https://www.brasilagro.com.br/conteudo/apos-tentativa-de-venda-caramuru-estuda-abrir-capital.html>>. Acesso em 22 mar. 2020.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV-XVIII**. Lisboa, Portugal: Edições Cosmos. Tomo I, 1970.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV-XVIII**. Lisboa, Portugal: Edições Cosmos. Tomo II, 1970.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. **Um Brasil ambivalente**. Rio de Janeiro: Mauad X; Soropédica, RJ: EDUR, 2009.

BUCKSER, Andrew. Religion, science, and secularization theory on a Danish island. **Journal for the Scientific Study of Religion**, p. 432-441, 1996.

CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. A modernização do campo no cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, 2010.

CÂMARA, Gil Miguel de Sousa. **Introdução ao Agronegócio Soja**. Disponível em <<http://www.esalq.usp.br/departamentos/lpv/sites/default/files/LPV%200584%202015%20-%20Soja%20Apostila%20Agronegocio.pdf>>. Acesso em 04 de set. 2018.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre. 2009.

CAMPOS, Janaína Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo** (Tese de

Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Orientador: Bernardo Manano Fernandes. Presidente Prudente: UNESP, 2012.

CAMPOS, Margarida Cássia. Fatores da expansão do complexo sojicultor no território brasileiro. **Revista Eletrônica AGB-TL**, n. 11, p. 6-36, 2010.

CANAL DO PRODUTOR. **Presidente da CNA diz que agenda do setor no Congresso inclui regras trabalhistas, agroquímicos e logística**. Disponível em <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/presidente-da-cna-diz-que-agenda-do-setor-no-congresso-inclui-regras-trabalhistas>>. Acesso em 18 jul. 2014.

CARAMURU ALIMENTOS. **Biodiesel**. Disponível em <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=119>. Acesso em 26 jul. 2018.

CARAMURU. **Relatório de Sustentabilidade 2018**. Disponível em <https://www.caramuru.com/institucional/wp-content/uploads/2019/05/relatorio_de_sustentabilidade_caramuru_2018.pdf>. Acesso em 02 mar 2020.

CARGILL. **Relatório Anual 2018/2019**. Disponível em <<https://www.cargill.com/static/brazil-annual-report/2018-2019/pt/index.html>>. Acesso em 22 mar 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARMAGNANI, Marcello. **La agricultura familiar en América Latina**. Problemas del desarrollo, v. 39, n. 153, p. 11-56, 2008.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Ed.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Mauad Editora Ltda, 2003.

CARNEIRO, João Alex Costa. **A teoria comparativa do conhecimento de Ludwik Fleck: comunicabilidade e incomensurabilidade no desenvolvimento das ideias científicas**. 2012. 194 f. 2012. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

CARRIER, James G. (Ed.). **A handbook of economic anthropology**. Edward Elgar Publishing, 2012.

CARTA CAPITAL. **A questão agrária nas eleições de 2018**. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-questao-agraria-nas-eleicoes-de-2018>>. Acesso em 04/05/2018.

CARVALHAES, Gracielle Couto; CUNHA, Cleyzer Adrian; WANDER, Alcido Elenor. Margem de comercialização do leite em Goiás. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 1, p. 47-61, 2015.

CASAROTTO, Nelson Filho; Korpittke, Bruno Hartmut. **Análise de Investimentos**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CAUVIN, Jacques. **The Birth of the Gods and the Origins of Agriculture**. Cambridge University Press, 2000.

CEPEA/Esalq/USP. **PIB do agronegócio brasileiro**. Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx#:~:text=O%20PIB%20do%20agroneg%C3%B3cio%20brasileiro,Agricu%20e%20Pecu%C3%A1ria%20do%20Brasil>>. Acesso em 26 de mai 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CESAR, Aldara da Silva. **Competitividade da Produção de Biodiesel no Brasil: Uma Análise comparativa de manona, dendê e soja**. 20 mar. 2012. 246f. Tese (Doutorado) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

CHASE-DUNN, Christopher. **Contemporary semiperipheral development: the regimes and the movements**. IROWS Working Paper, n. 78. Institute for Research on world systems, Riverside, California. Disponível em <<https://irows.ucr.edu/papers/irows78/irows78.htm>>. Acesso em 08 nov. 2018.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CIVIL, Casa. **LEI Nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005**. Presidência da República—Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111097.htm. Acesso em 11 jul. 2018.

CHAPMAN, Anne. Barter as a universal mode of exchange. **L'homme**, p. 33-83, 1980.

CLAYTON, Philip. **Mind and emergence: From quantum to consciousness**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004.

CLELLAND, Donald A. The core of the apple: Degrees of monopoly and dark value in global commodity chains. **Journal of World-Systems Research**, v. 20, n. 1, p. 82-111, 2014.

COBB, John B.; GRIFFIN, David Ray. **Process theology: An introductory exposition**. Westminster John Knox Press, 1976.

COCARI. **Unidade de Campo Alegre de Goiás**. Disponível em <https://cocari.com.br/detalhes_unidade.php>. Acesso em 22 mar. 2020.

COLLIER, Andrew. *Critical realism: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy*. London: Verso Books. 1994.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. Brasília: CONAB. v.4, nº12, 2017.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. Brasília: CONAB. v.5, nº4, 2018.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. Brasília: CONAB. v.5, nº7, 2018.

CONEXÃO PLANETA. **Agro é pop agro é tudo: os donos do poder e a manipulação da comunicação**. Disponível em <<https://conexaoplaneta.com.br/blog/agro-e-pop-agro-e-tudo-os-donos-do-poder-e-a-manipulacao-da-comunicacao/>>. Acesso em 10 set. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTORA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Agronegócio quer defesa de seus interesses na COP-21**. Disponível em <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/agronegocio-quer-defesa-de-seus-interesses-na-cop-21-0>>. Acesso em 28 jun. 2018.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. In: GODOI, Emília Pietrafesta; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social**. São Paulo: Unesp, 2009.

COSGROVE, Denis. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. **The Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, v. 22, n. 1, p. 66-72, 1978.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, n. 5, p. 5-29, 1998.

COSGROVE, Denis E.; DELLA DORA, Veronica. **High places: cultural geographies of mountains and ice**. IB Tauris, 2008.

COSTA, Margot Riemann; ESTEVAM, Luis Antônio. O esvaziamento das regiões rurais: o caso da bacia leiteira de Piracanjuba–GO–Brasil (2000-2010). **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, p. 62-81, 2013.

COSTA LIMA, Pedro Garrido. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. Santa Catarina: UFSC. **Textos de Economia**, v. 10, n. 2, p. 58-85, 2007.

COULOMB, Pierre. La politique foncière agricole en France. **Cahiers options méditerranéennes**, v. 36, p. 69-94, 1999.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

CULTIVAR Notícias. **RTRS certifica 30 mil toneladas de soja da produção familiar em Goiás**. Disponível em <<http://www.grupocultivar.com.br/noticias/rtrs-certifica-30-mil-toneladas-de-soja-da-producao-familiar-em-goias>>. Acesso em 12 dez. 2017.

CUNHA, Jacksilene Santana. **O agronegócio do milho transgênico no oeste sergipano**. 2015. 175 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DABDOUB, Miguel J. et al. Biodiesel: visão crítica do status atual e perspectivas na academia e na indústria. **Química Nova**, v. 32, n. 3, p. 776-792, 2009.

DALENOGARE, Jamir Fortunato. **O Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB): descaminhos entre as diretrizes e objetivos propostos e a formatação do processo produtivo atual**. 2011. 81p.

DALL'AGNOL, Amélio. A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições. **Embrapa Soja-Livro técnico (INFOTECA-E)**, 2016. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/142568/1/Livro-EmbrapaSoja-desenvolvimento-BR-OL.pdf>>. Acesso em 04 de set. 2018.

DANEMARK, Berth et al. Theory in the methodology of social science. **Explaining society: critical realism in the social sciences**. New York: Routledge, p. 115-49, 2002.

DA SILVA, Ana Lúcia. Ensaio em saúde coletiva: entrevista em profundidade como técnica de pesquisa qualitativa em saúde coletiva. **Saúde Coletiva**, v. 2, n. 7, 2005.

DE COOPERAÇÃO, RELATÓRIO FINAL DO BANCO. INTERNACIONAL DO JAPÃO–JBIC-Estudos Prospectivos para Fomento dos Biocombustíveis no Brasil. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Brasília, 2006. 336p.

DELGADO, Sergio Coronado; DIETZ, Kristina. Controlando territorios, reestructurando relaciones socio-ecológicas: La globalización de agrocombustibles y sus efectos locales, el caso de Montes de María en Colombia. **Iberoamericana**, p. 93-115, 2013.

DEL GROSSI, Mauro. A Identificação da Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 16, p. 46-61, 2019.

DESCONSI, Cristiano. **O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte de Mato Grosso**. 2017. 329 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DOUGHERTY, Michael L. **Theorizing theory: origins and orientations of commodity chain analysis**. *Global Studies Journal*, v. 1, n. 3, 2008.

DOUGLAS, Mary. **The effects of modernization on religious change**. *Daedalus*, p. 457-484, 1988.

EMPREENDEREMGOIÁS. **Caramuru investirá R\$ 40 milhões na unidade de biodiesel em Ipameri**. Disponível em <<http://www.empreenderemgoias.com.br/2018/09/03/caramuru-investira-r-40-milhoes-na-unidade-de-biodiesel-em-ipameri/>>. Acesso em 05 set. 2018.

ESTADÃO. **Humano saiu antes da África, aponta estudo.** Disponível em < <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,humano-saiu-antes-da-africa-diz-estudo,70002905963>>. Acesso em nov. 2019

EXAME. **400 maiores do agronegócio.** Disponível em < <https://exame.com/wp-content/uploads/2019/09/mm2019-400-maiores-agro.png>>. Acesso em 17 jul. 2020.
FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and Social Change.** Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman; MELO, Iran Ferreira de. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica.** Linha d'Água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. Realismo crítico e semiose. Traduzido por Gabriel Valdez Foscaches. **Revista Letra Capital**, v. 1, n. 1, p. 43-69, 2016.

FARINA, Elizabeth. Maria Mercier Querido; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Competitividade no Agribusiness Brasileiro.** IPEA-PENSA, Relatório de Pesquisa, Volume I, São Paulo, 1998.

FAYET, Luiz Antonio. Agroanalysis. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/download/24451/23226/0>> Acesso em jan.2018.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e camponês. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2, 2006.

FENNER, Rideguer. **Determinação da escala mínima de lavoura de soja transgênica e convencional para a viabilidade econômica de seu cultivo em São Luiz Gonzaga – RS.** Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2006. Trabalho de Monografia.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 21, Out., p.42-61, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação no campo.** In: Cadernos temáticos: educação do campo. Paraná: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2005.

FERNANDES, Felipe Tamega. **Commodity Chains: what can we learn from a business history of the rubber chain? (1870-1910).** Harvard Business School Working Paper, p. 10-89, 2010.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)**. An. mus. paul. [online], vol.17, n.2, p. 237-250, 2009.

FILOMENO, Felipe Amin. A mudança institucional em perspectiva histórico-mundial: competição transnacional e propriedade intelectual na agricultura de soja da América do Sul. VIEIRA, Pedro Antonio; DE LIMA VIEIRA, Rosângela; FILOMENO, Felipe Amin (eds.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise de Sistemas-Mundo**. São Paulo: EdUNESP, 2012. p. 297-327.

FLETCHER, Amber J. 2017. **Applying Critical Realism in Qualitative Research: Methodology Meets Method**. International Journal of Social Research Methodology, 20(2), 181–194.

FLEXOR, Georges Gérard; KATO, Karina. A construção institucional do mercado de biodiesel no Brasil. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. **Anais do XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2009.

FLECK, Ludwik. The problem of epistemology [1936]. In: **Cognition and fact**. Springer, Dordrecht, 1986. p. 79-112.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

FMI. **DataMapper**. Disponível em <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>. Acesso em 26 de mai 2021.

FOODCHAINID. **Non-GMO Certification**. Disponível em <<https://www.foodchainid.com/certification/non-gmo-certification/>>. Acesso em 22 mar 2020.

FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. 1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix. 1978. p.129-159.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA. Lista de integrantes. Disponível em <https://fpagropecuaria.org.br/integrantes/todos-os-integrantes/>. Acesso em 25 de mar 2019.

G1. Agro: A indústria-riqueza do Brasil. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/>>. Acesso em 28 jun. 2018.

G1. **Executivos do agronegócio também compram carrões na Agrishow.** Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2012/05/executivos-do-agronegocio-tambem-compram-carroes-na-agrishow.html>>. Acesso em 10 set. 2018.

GABRIEL, Markus. **Por que o mundo não existe.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 204p.

GARCIA JR, Afrânio. **O Sul: caminho do roçado.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**, v. 2, p. 213-243, 2009.

GARFINKEL, Harold; SACKS, Harvey. **Sobre estruturas formais de ações práticas.** Veredas-Revista de Estudos Linguísticos, p. 224-257, 2012.

GAZETA DO POVO. **Crise passa a margem do segmento de caminhonetes.** Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/crise-passa-a-margem-do-segmento-de-caminhonetes-262zbcidilbply7ltgtjoa873/>>. Acesso em 10 set. 2018.

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, AQUINO, Joacir Rufino; SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **Análise das condições socioeconômicas e vulnerabilidades produtivas dos agricultores familiares pobres do Paraná.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55, 2017. Anais... Santa Maria: SOBER, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretações das Culturas.** Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

GELLERT, Paul K. Renegotiating a timber commodity chain: lessons from Indonesia on the political construction of global commodity chains. In: **Sociological Forum.** Kluwer Academic Publishers-Plenum Publishers, p. 53-84, 2003.

GEREFFI, Gary. The Organization of Buyer-Driven Global Commodity Chains. In: GEREFFI, Gary Gereffi; KORNIEWICZ, Miguel, eds. **Commodity Chains and Global Capitalism.** Westport, CT: Praeger, p. 95-122, 1994.

GEREFFI, Gary. Global Production Systems and Third World Development. In: STALLINGS, Barbara, ed. **Global Change, Regional Response.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, p. 100-118, 1995.

GEREFFI, Gary. International Trade and Industrial Upgrading in the Apparel Commodity Chain. **Journal of International Economics**, n. 48, p. 37-70, 1999.

GIBBON, Peter. Upgrading primary production: **A global commodity chain approach.** World development, v. 29, n. 2, p. 345-363, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade Regional e Globalização**. USP. 1999. 249p. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26102001-142342/pt-br.php>>. Acesso em 04 set. 2018.

GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM. **Agropecuária tem que investir na intensificação da produção**. Disponível em <<http://www.globalagribusinessforum.com/pt-br/noticia-detalle/agropecuaria-tem-que-investir-na-intensificacao-da-producao->>. Acesso em 28 jun. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. **Brasil deve virar maior produtor mundial de soja no mundo em 2018**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/05/brasil-deve- virar-maior-produtor-mundial-de-soja-no-mundo-em-2018>>. Acesso em 11 dez 2018.

GRAEBER, David. **Dívida: os primeiros 5000 anos**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2016.

GRAEML, Alexandre Reis; PEINADO, Jurandir; SEGURA, Daniel Glaser. Fatores culturais: uma análise sobre competitividade e coletivismo na indústria de países emergentes. **Revista GEPROS**, v. 9, n. 3, p. 9-23, 2013.

GRANOL. **Sustentabilidade e agricultura familiar**. Disponível em <<http://www.granol.com.br/Sustentabilidade/Selo+social+agricultura+familiar/>>. Acesso em 22 de mar. 2020.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE eletrônica**, v. 6, n. 1, 41 p., 2007.

GRAZIANI, Augusto. **Teoría del circuito monetario**. Editoriale Jaca Book, 1996.

GREENPEACE. **Moratória da soja completa dez anos**. Disponível em <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/moratoria-da-soja-completa-dez-anos/>>. Acesso em 22 mar 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **"Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural**. Agroalimentaria, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRZYBOVSKI, Denize; TEDESCO, João Carlos. **Empresa Familiar X Competitividade: tendências e racionalidades em conflito**. Passo Fundo: Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 6, n. 11, p. 37-68, nov. 1998.

GWYNNE, Robert N. Globalisation, commodity chains and fruit exporting regions in Chile. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, v. 90, n. 2, p. 211-225, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

HADDAD, Fernando. **Trabalho e classes sociais**. Tempo social, v. 9, p. 97-124, 1997.

HAGUENAUER, Lia; ARAÚJO Jr.; José Tavares de; PROCHNIK, Victor; GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **Os complexos industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1984.

HAN, Byung-Chul. **O que é o Poder? Petrópolis/RJ**: Editora Vozes Limitada, 2019.

HARDAKER, J. Brian; HUIRNE, Ruud. B. M.; ANDERSON, Jock R.; LIEN, Gudbrand. **Coping with risk in agriculture: applied decisions analysis**. Wallingford: CAB International, 2º ed., 2004.

HARTSHORNE, Richard. Where in the World Are We?: **Geographic Understanding for Political Survival and Progress**. Journal of Geography, v. 52, n. 9, p. 382-393, 1953.

HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. GEOgraphia. UFF, v.14, n.28, 2012. p.8-39. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/551/345>. Acesso em 05 fev. 2016.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A.; BUSTOS, Sebastián; COSCIA, Michele; CHUNG, Sarah; JIMENEZ, Juan; SIMOES, Alexander; YILDIRIM, Muhammed A. **The atlas of economic complexity: Mapping paths to prosperity**. Massachussets: MIT Press, 2014.

HELFAND, Steven. M.; MOREIRA, Ajax Reynaldo Bello; BRESNYAN JUNIOR, Edward W. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do censo agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, Sergio, FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, p. 279-311, 2014.

HIDALGO, César A. et al. The product space conditions the development of nations. **Science**, v. 317, n. 5837, p. 482-487, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. Editora Companhia das Letras, 2013.

HOFF, Karla. Distribuição de Riquezas, Eficiência Econômica e Incentivos: uma perspectiva da economia da informação. **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília: IICA/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2000.

HOLT, Charles A. **Markets, games, & strategic behavior**. Boston.: Pearson Addison Wesley, 2007.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. **Patterns of development of the modern world-system**. Review (Fernand Braudel Center), p. 111-145, 1977.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. **Commodity chains in the world-economy prior to 1800**. Review (Fernand Braudel Center), v. 10, n. 1, 1986. p. 157-170.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains: construct and research. **Contributions in economics and economic history**, p. 17-17, 1994.

HUDSON, Michael. ... **and forgive them their debts: Lending, Foreclosure and Redemption From Bronze Age Finance to the Jubilee Year**. Islet, 2018.

HUMPHREY, Caroline. **Barter and economic disintegration**. Man, p. 48-72, 1985.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html>. Acesso em 08 jul. 2018.

IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA**. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

IBGE. **Painel de indicadores**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>>. Acesso em 26 de mai 2021.

INOCENCIO, Maria Erlan. **O Prodecir e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado. 2010. 279 fls.** 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

INOCENCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: O projeto de colonização Paineiras**. 2002. 160 f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Estudos sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás. GO: Goiânia, 2002.

INSTITUTO BIOSISTEMICO. **Agricultores devem colher cerca de 10, 5 milhões de sacas de soja em Goiás na safra 2016/2017**. Disponível em <<https://www.biosistemico.org.br/noticias/agricultores-devem-colher-cerca-de-10-5-milhoes-de-sacas-de-soja-em-goias-na-safra-20162017/>>. Acesso em 12 dez.2017.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÔMICOS. **Estatísticas Municipais – Séries históricas**. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/perfilweb/Estatistica_bde.asp>. Acesso em 14 nov. 2017.

IWAMOTO, Izumi. **Family farm issues in the new farm policy**. Japanese Journal of Farm Management (Japan), 2006.

JESSOP, Bob. **State theory: Putting the capitalist state in its place**. Penn State Press, 1990.

JESSOP, Bob. **Critical realism and the strategic-relational approach**. New Formations, v. 56, p. 40, 2005.

JESUS, Marcus Mendonça Gonçalves; DA SILVA, Ziliane Marques. **A isenção tributária do selo combustível social como estimuladora do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)**. Revista Direito E-nergia, p. 01-15, 2013.

KAGEYAMA, Angela; SILVA, Jose Graziano da. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP, 1988.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; DE OLIVEIRA, Julieta Aier. Uma classificação dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. In: SCHNEIDER, Sergio, FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, p. 21-40, 2014.

KASIMIS, Charalambos; PAPADOPOULOS, Apostolos G. **Family farming and capitalist development in Greek agriculture: A critical review of the literature**. Sociologia Ruralis, v. 37, n. 2, p. 209-227, 1997.

KATO, Karina Yoshie Martins; LEITE, Sergio Pereira. **Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil**. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020.

KAZTMAN, Ruben. **Vulnerabilidad y Exclusión social: una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares**. Chile: CEPAL, 2005.

KRAAY, Colin M. Hoards, small change and the origin of coinage. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 84, p. 76-91, 1964.

KRUGMAN, Paul. **Scale economies, product differentiation and the pattern of trade**. *American Economic Review*, n. 70, p.950-59, 1980.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2016.

KUHN, Thomas S. Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (orgs.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix. EdUSP, 1979.

KUHN, Thomas S. **A tensão essencial**. São Paulo: Unesp, 2009.

KUHN, Thomas S. **O caminho desde A Estrutura**. Ensaios filosóficos, 1970 – 1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Unesp, 2017.

JOHNSON, O. R. **The family farm**. *Journal of Farm Economics*, v. 26, n. 3, p. 529-548, 1944.

JORNALOPÇÃO. **Empresa Caramuru dá início a obras em Itumbiara com investimento de R\$ 165 milhões.** Disponível em <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/empresa-caramuru-da-inicio-a-obras-em-itumbiara-com-investimento-de-r-165-milhoes-274934/>>. Acesso em 19 ago 2020.

JUSINSKAS, Renann Lipinski. **Supercordas e Aspectos da Correspondência AdS/CFT.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme.** v. 1. Campinas/SP: Unicamp, 1997.

LAKATOS, Imre. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (orgs.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento.** São Paulo: Cultrix. EdUSP, 1979.

LEFEBVRE, Georges. **O Grande Medo de 1789.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

Lei 11.326/06. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 02 de mar. 2016.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

LEITE, Sergio Pereira. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, Walter. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina.** São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 123-181.

LETHBRIDGE, Eric. **Tendências da empresa familiar no mundo.** Revista BNDES, n. 7, 1997.

LEVINS, Richard A.; COCHRANE, Willard W. **The treadmill revisited.** Land Economics, Vol. 72, No.4, nov., 1996.

LINS, Carlos José Caldas. Biodiesel no Nordeste e no Brasil. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 7, p. 241-255, 2013.

LO PRETE, Renata. **Quero o meu IPI.** Folha de S. Paulo, 24 de março de 2009. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/index.htm>>. Acesso em jan. 2018.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

JESSOP, Bob. **State theory: putting the capitalist state in its place.** Cambridge: Polity Press, 1990.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis; NOGUEIRA, Eros. Identidade organizacional: um caso de manutenção, outro de mudança. **Revista de Administração Contemporânea**. Edição especial, p. 35-58, dez 2001.

MACINTYRE, Alasdair C. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral**. Edusc, 2001.

MAHECHA, Ovidio Delgado. **Debates sobre el espacio en la geografía contemporánea**. Univ. Nacional de Colombia, 2003.

MARAFON, Gláucio José. **Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil**. Geo UERJ, n. 3, 1998.

MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo; DANIELI NETO, Mário. **Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino**. Estudos Econômicos, v. 31, n. 2, p. 369-393, abr./jun. 2001.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, UNESP, Ano 11, n. 12. p.57-67, Jan./Jun., 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, Paulo do Carmo. **Políticas públicas e mercados deprimem o resultado do sistema agroindustrial do leite**. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 25-159, 2003.

MARX, Karl. Marx-Zasulich Correspondence 1881. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/zasulich/index.htm>>. Acesso em mai 2019.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Boitempo. 2011.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Edipro, 2015.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. **Livro III: o processo global da produção capitalista**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 176-185, 2000.

MASSEY, Doreen. **Pensamentos Itinerantes**. São Paulo: Terra Livre, ano 22, v. 2, n. 27, p. 93 – 100, jul./dez. 2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

MASTERMAN, Margaret. A natureza de um paradigma. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (orgs.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix. EdUSP, 1979.

MATOS, Patricia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O agronegócio no cerrado do Sudeste Goiano: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri. **Sociedade & natureza**, v. 24, n. 1, p. 37-50, 2012.

MATTEI, Lauro. Programa nacional para produção e uso do biodiesel no Brasil (PNPB): trajetória, situação atual e desafios. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 4, p. 731-740, 2010.

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato**. Revista do Departamento de Geografia e do programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFMG, v. 3, p. 46-63, 2007.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flavia Charão; ZANETTI, Cândida. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. Revista de nutrição, v. 21, jul./ago. 2008. p.145-158.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. 2004. 457 f.** 2004. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MENEZES DOS SANTOS, Clóvis Caribé. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p. 384-416, 2016.

MESQUITA, Helena Angélica de. As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao bioma cerrado. **Revista UFG**, v. 7, n. 1, 2005.

MINSKY, Hyman P. **Estabilizando uma economia instável**. Novo Século, 2010.

MIROWSKI, Philip; NIK-KHAH, Edward. Markets made flesh. In: MACKENZIE, Donald A. et al. (Ed.). **Do economists make markets?: on the performativity of economics**. Princeton University Press, 2007.

MITCHELL, Richard E. **Demands for Land Redistribution and Debt Reduction in the Roman Republic**. Contributions in Political Science, v. 354, p. 199-214, 1995.

MOREIRA, Ajax Reynaldo Bello; HELFAND, Steven M.; FIGUEIREDO, Adriano MR. **Explicando as diferenças na produtividade agrícola no Brasil**. DF: Ipea, 2007.

MÜLLER, Geraldo. **Agricultura e industrialização do campo no Brasil**. Revista de Economia Política, Brasiliense - São Paulo, v. 2, n.6, p. 47-79, 1982.

MÜLLER, Geraldo. **Insistindo na recência do CAI brasileiro**. Revista de Economia Política, Brasiliense - São Paulo, v. 3, n.2, p. 145-153, 1983.

MÜLLER, Geraldo. **As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais**. Rascunho. Araraquara, n. 1, jun. p. 1-53, 1989.

MÜLLER, Geraldo. Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 1/3, p. 28-47, 1991.

MUSTO, Marcello. **O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)**. São Paulo, Boitempo. 2018.

NARVÁEZ, Lizardo; LAVELL, Allan; ORTEGA, Gustavo Pérez. **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. Secretaría General de la Comunidad Andina, Lima, 2009.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. **As novas ordens alimentares**. Editora da UFRGS, 2018.

NOREL, Philippe. **A Invenção do Mercado: Uma história econômica da mundialização**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

NUNES, Rubens. Agricultura familiar: custos de transação, forma organizacional e eficiência. São Paulo, 2000. 238 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/36198131_Agricultura_familiar_custos_de_transacao_forma_organizacional_e_eficiencia. Acesso em 05 fev. 2016.

O JOIO E O TRIGO. **Incentivados pela Funai, projetos de monocultivos avançam sobre territórios indígenas no Mato Grosso e dividem Ministério Público**. Disponível em <https://ojoioeotriggo.com.br/2021/08/incentivados-pela-funai-projetos-de-monocultivos-avancam-sobre-territorios-indigenas-no-mato-grosso-e-dividem-ministerio-publico/>. Acesso em 20 ago. 2021.

OLHARDIRETO. **Caminhonetes, viagens e sertanejo - Sorriso é destaque nacional por "vida boa" e milionários do agronegócio**. Disponível em <http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=25778&noticia=caminhonetes-viagens-e-sertanejo-sorriso-e-destaque-nacional-por-vida-boa-e-milionario-do-agronegocio>. Acesso em 10 set. 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2010.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; GOMES FERREIRA, Lara Cristine; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Revista NERA, v. 21, n. 43, p.79-99, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração on line**, v. 2, n. 3, p. 01-10, 2001.

OLIVEN, Ruben George. A Antropologia e a diversidade cultural no Brasil. **Revista de antropologia**, p. 119-139, 1990. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111218/109499>>. Acesso em 11 jul. 2018.

OLIVEN, Ruben George. Fronteiras Culturais. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena (Org.). **Cone Sul: fluxos, representações e percepções**. São Paulo: Hucitec, v. 38, 2006.

OSADA, Neide Mayumi. **PRODECER: Projetos no cerrado e dívidas agrícolas**. São Paulo. v. 16, 2002. Disponível em: <<http://www.asiayargentina.com/usp-05.htm>>. Acesso em 02 jul. 2018.

PATOMÄKI, Heikki; WIGHT, Colin. After postpositivism? The promises of critical realism. **International Studies Quarterly**, v. 44, n. 2, p. 213-237, 2000.

PEIXOTO, Ângela Maria Martins; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 48, 2020.

PFEUTZENREITER, M. R. **O ensino da medicina veterinária preventiva e saúde pública nos cursos de Medicina Veterinária**. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)—Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2014.

PIZARRO, Roberto Eduardo Castillo; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Sudoeste Goiano: Da modernização da agricultura ao agronegócio. **Revista LIDER**, v. 31, p. 33-66, 2017.

PLATA, Ludwig Einstein Agurto. **Mercado de terras no Brasil: gênese, determinação de seus preços e políticas**. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

POHLMANN, Marcelo Coletto et al. Impacto da especificidade de ativos nos custos de transação, na estrutura de capital e no valor da empresa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. SPE, p. 24-40, 2004.

POLKINGHORNE, John. **Além da ciência**. Bauru: EDUSC, 2001.

POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

PORTALDOAGRONEGÓCIO. **CNA participa do debate sobre os rumos da política de comércio exterior**. Disponível em

<<http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/cna-participa-do-debate-sobre-os-rumos-da-politica-de-comercio-exterior-116061>>. Acesso em 28 jun. 2018.

PORTARIA 512 de 05 setembro de 2017. Disponível em

<http://www.lexboletim.com.br/legis_27504738_PORTARIA_N_512_DE_5_DE_SETEMBRO_DE_2017.aspx>. Acesso em 14 nov. 2017.

PORTARIA 60 de 06 de setembro de 2012. Disponível em

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/porta1.mda_.gov_.br__1.pdf>. Acesso em 14 jan. 2017

PORTARIA 512 de 05 setembro de 2017. Disponível em

<http://www.lexboletim.com.br/legis_27504738_PORTARIA_N_512_DE_5_DE_SETEMBRO_DE_2017.aspx>. Acesso em 14 nov. 2017.

PORTOSENÁVIOS. **Rumo e Caramuru Alimentos anunciam terminal da Norte-Sul em São Simão (GO)**. Disponível em <

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/rumo-e-caramuru-alimentos-anunciam-terminal-da-norte-sul-em-sao-simao-go>>. Acesso em 26 jul. 2020.

PROCHNIK, Victor. **Industrial complexes revisited**. Austria: International Joseph A. Schumpeter Society, 1998. Disponível em:

<http://www.ie.ufjf.br/cadeiasprodutivas/pdfs/industrial_complexes_revisited.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PUTNAM, Hillary. **O Colapso da Verdade e outros ensaios**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

RAMOS, Josilene Andrade. **Algodão: redes, tecnologia e meio ambiente**. 2014. Dissertação de Mestrado. 137 fl. Campinas: UNICAMP.

GOMES, Marcel; GLASS, Verena; BIONDI, Antonio. Apontamentos sobre os impactos socioambientais e econômicos da soja nas comunidades do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Paresi. **ONG Repórter Brasil-Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis**, 2011.

RESENDE, Larissa Vieira; ROMERO, João Prates. Estrutura produtiva e crescimento: Uma análise comparativa de Brasil, Austrália e Canadá. **COLETÂNEA DE TRABALHOS**, p. 89-120. In: Prêmio ABDE-BID / Associação Brasileira de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ABDE Editorial, 2017.

RESCHER, Nicholas. **The Coherence Theory of Truth**. Oxford: Oxford University Press, 1973.

REUTERS. Argentina dice China acuerda comprar más aceite de soja, diálogo por harina soja detenido. Disponível em <<https://lta.reuters.com/articulo/argentina-harinadesoja-china-idLTAKBN1O42I8>>. Acesso em 11 dez 2018.

REYDON, Bastiaan Philip; PLATA, Ludwig Einstein Agurto. **O Plano Real e o mercado de terras no Brasil: lições para a democratização do acesso à terra**. Encontro Nacional de Economia, p. 382-96, 1996.

REYDON, Bastiaan Philip; BUENO, Ana Karina; S., TIOZO, Carla. Regulação da Propriedade Rural no Brasil: resultados dos primeiros passos. In: REYDON, Bastiaan Philip; CORNÉLIO, Fracisca Neide Maemura. **Mercados de Terras no Brasil: Estrutura e dinâmica**. Brasília: MDA/NEAD, 2006.

REYDON, Bastiaan Philip. **Mercados de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil: um estudo de casos**. Tese (Doutorado em Economia – Unicamp, IE). Campinas, 1992, 320p. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285705>>. Acesso em 10 set. 2020.

RICCA NETO, Domingos. **Da Empresa Familiar à Empresa Profissional**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 1998, 96p.

ROVELLI, Carlo. **Sete Breves Lições de Física**. São Paulo: Objetiva, 2015. 96p.

ROUSSEFF, Dilma. **Biodiesel: o Novo Combustível do Brasil**. In: LANÇAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL, Brasília, 06/12/2004. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/PNPB_LancRede.pdf> Acesso em 20 jul. 2018.

RTRS. **Responsibly Soy**. Disponível em <<http://www.responsiblesoy.org/about-rtrs/history/?lang=pt>>. Acesso em 22 mar 2020.

SAF/SEAD. **Acesso à informação**. Protocolo nº 00077001240201794. Pedido respondido em 16 de outubro de 2017.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Antonio Henrique Pereira dos. A contribuição do fundo constitucional de financiamento do centro-oeste para o agronegócio do estado de Goiás. Dissertação (Mestrado) – Brasília: Universidade de Brasília, 2010. 186 fl.

SANTOS, José Carlos. Minkowski, geometria e relatividade. **Revista Brasileira de História da Matemática**, v. 9, n. 18, p. 115-131, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 4, 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 5ª ed. 1997.

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAYER, Andrew. Realism in Geography. In: **The Future of Geography**, London: ed. R.J. Johnston, 1985. p.159-173.

SAYER, Andre. **Realism and Social Science**. London: Sage Publications, 2000.

SAYER, Andrew. **Method in social science**. New York: Routledge, 2ªed., 2010.

SAWYER, Robert Keith. **Social Emergence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. 276p. Disponível em <<https://uberty.org/wp-content/uploads/2015/04/R.-Keith-Sawyer-Social-Emergence-Societies-As-Complex-Systems-2005.pdf>>. Acesso em 16 mai 2018.

SCHLESINGER, Sergio; NORONHA, Silvia. **Brasil está nu!: O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. Revista Ruris, Campinas/SP, v. 4, n.1, mar., p.85-131, 2010.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **The structures of the life-world**. Northwestern University Press, 1973.

SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). **História do Brasil-Nação: 1808-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.3: A abertura para o mundo - 1889-1930.

SCHWARTZ, Herman M. **States versus Markets – History, Geography Development of the International Political Economy**. Nova Iorque: St Martin's, 1995.

SCHWARTZ, Shalom H. An Overview of the Schwartz theory of basic values. **Online readings in Psychology and Culture**. v. 2, n.1, p.2307-0919. 116, 2012.

SCOVILLE, Orlin J. **Measuring the Family Farm**. Journal of Farm Economics, v. 29, n. 2, p. 506-519, 1947.

SEAD. **Sistema de Extrato da DAP**. Disponível em <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>>. Acesso em 31/01/2018.

SEARLE, John. **O Mistério da Consciência**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SECEX. Secretaria de Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior em Dados Abertos**. Disponível em < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em 20 mai. 2021.

SENADO. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados**. Disponível em <http://www.senado.leg.br/comissoes/CRA/AP/AP20100406_Joao_Favoreto.pdf>. Acesso em 02 jul. 2018.

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Perfil competitivo das regiões de planejamento do estado de Goiás**. Goiânia: SEPLAN /SEPIN, 2010. 109p. Disponível em <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf>>. Acesso em 14/11/2017.

SHANIN, Teodor. “Campesinato”. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1996.

SILVA E SILVA, Felipe Deodato da; GRASEL, Dirceu; MERTENS, Frédéric. Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Biodiesel. **Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 1, p. 65-80, 2017.

SILVA, Sheila Braz Cristino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Modernização da agricultura no município de Ipameri-GO: agronegócio, trabalho e migração. **Proceedings of XIII Jornada do Trabalho Proceedings of XIII Jornada do Trabalho**, 2012.

SILVA, Uiran Gebara da. Modelos de rebelião rural e as revoltas rurais do Império Romano Tardio. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 30, p. 311-330, 2017.

SIMÕES, Lisângela. **Estudo semântico e diacrônico do sufixo-dade na língua portuguesa**. 2009. Tese de Doutorado. 208 fls. Filologia e língua portuguesa. Universidade de São Paulo.

SISTEMAFAEMG. **Editorial: O papel do Estado**. Disponível em <Code=16333&Portal=2&PortalNews=2&ParentCode=73&ParentPath=None&ContentVersion=R>. Acesso em 28 de jul. 2014.

SLATER, Don. **Cultura do consumo & modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

SMITH, Chris; ELGER, Tony. Critical realism and interviewing subjects. **Studying organizations using critical realism: A practical guide**, p. 109-131, 2014.

SOUZA, Rodrigo Gonçalves. **Alcance de políticas públicas federais no cooperativismo da agricultura familiar em Goiás do ano de 2007 ao ano de 2014: fragilidades e potencialidades**. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SOUZA, Rodrigo Gonçalves de. A resiliência agrária: perfis da agricultura familiar sob interações e impactos de empreendimentos capitalistas. **REVISTA DE ECONOMIA DA UEG**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 30-50, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/6317/4610>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **A tecnologia moderna de alimentos: rumo a uma industrialização da natureza**. Ensaios FEE. Porto Alegre, 9 (2), 1989, p. 64-79.

SOULLIER, Guillaume et al. Les effets des investissements d'agrobusiness sur les agriculteurs familiaux. **Le cas de la vallée du fleuve Sénégal**. Economie rurale, n. 4, p. 61-79, 2018.

SOUZA FILHO, Hildo M. et al. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: **XLII Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural**. 2004.

SPOSITO, Eliseu Silvério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

STARTAGRO. **Por que a Globo criou a campanha “Agro é tech, agro é pop”**. Disponível em <<http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>>. Acesso em 28 jun. 2018.

STOUT, Jeffrey. **Ethics after Babel: The language of moral and their discontents**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introduction to the work of Marcel Mauss**. Routledge, 2013.

TAYLOR, Charles. A Política do Reconhecimento, p. 241. In: TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**. 2009. 257 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

THE GLOBE OF ECONOMIC COMPLEXITY. Disponível em <<http://globe.cid.harvard.edu/>>. Acesso em 11 dez. 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria - ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Edunicamp, 2012.

TOULMIN, Camilla; GUËYE, Bara. **Transformations in West African agriculture and the role of family farms**. International Institute for Environment and Development, 2003.

TRIA KERKVLIT, Benedict J. **Everyday politics in peasant societies (and ours)**. The journal of peasant studies, v. 36, n. 1, p. 227-243, 2009.

TRIAS. Disponível em <<https://www.trias.ngo/en/worldwide/brazil>>. Acesso em 22 mar 2020.

UOL. Brasil esvazia estoques de alimentos e perde ferramenta para segurar preços. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/estoques-publicos-conab-alimentos-reducao.htm>>. Acesso em 11 mai. 2021.

UOL. **Na pandemia, China exporta em máscara o que Brasil vende em soja e carne**. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/18/na-pandemia-china-exporta-em-mascara-o-que-brasil-vende-em-soja-e-carne.htm>>. Acesso em 19 out. 2020.

VALLE, Luciano Martínez. 3. La heterogeneidad de las agriculturas familiares en el Ecuador. **Agricultura familiar en Latinoamérica: continuidades, transformaciones y controversias**, p. 57-79, 2014.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Editora UFMG, 2010.

VEBLÉN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições**. São Paulo: Pioneira Editora, 1965.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp, 2012.

VIANA, Helena Isabel dos Santos. **Marca institucional: a gestão da marca no contexto de uma IPSS**. 2012. 101 fls. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

VIEIRA, Nair de Moura. **Caracterização da Cadeia Produtiva de Soja em Goiás**. Florianópolis: UFSC, 2002. 124 fls. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VIEIRA, Pedro Antonio. A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012, p. 207-264.

VIEIRA, Rosângela de Lima. **A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929**. In: VIEIRA, Pedro Antonio; DE LIMA VIEIRA, Rosângela; FILOMENO,

Felipe Amin (Ed.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012, p.265-296.

VILELA, Duarte et al. A evolução do leite no Brasil em cinco décadas. **Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 1, p. 5-24, 2017.

VIMAL, Ram Lakhan Pandey. The extended dual-aspect monism framework: an attempt to solve the hard problem. **Trans/Form/Ação**, v. 41, n. SPE, p. 153-182, 2018.

VIOLA, Lynne. **Peasant rebels under Stalin: Collectivization and the culture of peasant resistance**. Oxford University Press, 1999.

WAICHMANN, Israel; REQUATE, Till. **Do Personality Traits Matter in Oligopoly Experiments?**. Documento de trabajo. Kiel, Alemanha: Universidad de Kiel, Departamento de Economía, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York and London: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The Modern World System I. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century**. New York and London: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 447-471.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **World-systems analysis: An introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Protection Networks and Commodity Chains in the Capitalist World Economy. In: BAIR, Jennifer, ed. **Frontiers of Commodity Chain Research**. Stanford: Stanford University Press, 2009. p. 83-89.

WATANABE, Kassia; BIJMANB, Jos; SLINGERLAND, Maja. **Institutional arrangements in the emerging biodiesel industry: case studies from Minas Gerais-Brazil**. *Energy Policy*, v. 40, p. 381-389, 2012.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Rio de Janeiro, In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 21, p. 42-62, 2003.

WARNKEN, Philip. **Políticas e Programas para o Setor Soja no Brasil**. In: Revista de Política Agrícola. São Paulo, n.º 2, ano VII, abril/jun. Disponível em <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/692/646>>. Acesso em 04 set. 2018.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: EdUnB, 1991. 584p. Capítulo II: Categorias sociológicas fundamentais e da gestão econômica.

WESTRA, Richard. Roy Bhaskar's critical realism and the social science of Marxian economics. **Review of Radical Political Economics**, v. 51, n. 3, p. 365-382, 2019.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUENO, Viviane do Nascimento. **A produção de soja em pequenas propriedades familiares na Região das Missões/RS**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco/AC. Anais..., 2008. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/361.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2016.

WHITEHEAD, Alfred North. Process and reality: an essay in cosmology; Gifford lectures delivered in the University of Edinburgh during the Session 1927-28. **The Gifford lectures**, 1941.

WILLIAMSON, O. E. **The mechanisms of governance**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WOLF, Eric. **Guerras camponesas do século XX**. São Paulo: Editora Global, 1984.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Unb, 1997.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O saber camponês: práticas ecológicas e inovações. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda de; ACEVEDO, Rosa. (Org.). **História Social do Campesinato Brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2009, v. II, p. 119-130.

WOORTMANN, Klaas. A. A. W. **Com Parente não se Neguecia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 87, p. 11-73, 1987.

YEUNG, Henry Wai-chung. Critical realism and realist research in human geography: a method or a philosophy in search of a method? **Progress in Human Geography**, v. 21, nº1, p. 51-74, 1997.

ZHU, Jing. **Intention and volition**. Canadian journal of philosophy, v. 34, n. 2, p. 175-193, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. **O amor impiedoso: Ou: Sobre a crença**. São Paulo: Autentica, 2013.

Apêndices

Apêndice I – Estrutura/Roteiro de entrevista com agricultores e agricultoras

Membros da família¹²⁰:

Nome da propriedade:

Localidade/comunidade:

Tamanho da propriedade:

Área plantada com soja (e se arrenda área, a quantidade):

Distância do núcleo urbano municipal/sede:

Principais formas de acesso à propriedade:

- Há quantos anos vive na propriedade (e/ou na comunidade)?
- Onde vivia antes da propriedade? Quais eram as atividades principais? Gosta mais de atualmente ou de antes - por quê?
- Quantos membros da família, incluindo cônjuges, filhos e filhas, outros moradores ou dependentes vivem hoje na propriedade e quantos viviam antes da sojicultura? Alguns mudaram-se?
- Quantos e quais membros familiares trabalham na propriedade? Em que consiste o trabalho deles na propriedade?
- Há os que trabalham fora? Havendo membros com trabalho fora, é em serviços agropecuários ou outros? Qual seria a proporção da renda deles em relação às receitas totais da propriedade?
- Do total de membros, mais trabalham na propriedade do que antes, ou fora? O tempo de trabalho na propriedade mudou? O tempo de trabalho dos que trabalham fora é maior ou menor?
- A sojicultura modificou o quadro em relação a estas perguntas?
- O trabalho dentro da propriedade, por parte dos membros da família, mudou? Se sim, em que?
- Considera que era mais cansativo agora ou antes? Por quê?
- O que modificou em relação às exigências do trabalho na propriedade, após a sojicultura?
- Por favor, poderia dizer o que esperava, quais as expectativas e anseios antes da vida na propriedade, antes da sojicultura? Mudou algo depois – se sim, o que?

¹²⁰O pesquisador parte do princípio e comprometimento de não revelar os nomes dos sujeitos entrevistados e sua família na escrita do trabalho, a não ser que os mesmos expressamente solicitem

- A divisão de ocupações entre o casal modificou-se depois da sojicultura?
- Quais foram as principais mudanças da rotina cotidiana da família a partir da sojicultura?
- Cultivavam ou praticavam alguma atividade na propriedade que cessaram depois da sojicultura?
- Produz algo para o consumo próprio?
- Poderia falar se os hábitos alimentares mudaram após a sojicultura?
- Possui muitos vizinhos com sojicultura? Têm notado se a quantidade de moradores da comunidade tem mudado?
- Participam de alguma atividade de lazer na comunidade? O que mudou no lazer a partir da sojicultura?
- Participam de alguma atividade na associação? O que mudou na relação com a associação a partir da sojicultura?
- Costumam ir em festejos tradicionais na comunidade? No município? O que mudou na relação com a associação a partir da sojicultura?
- Depois da sojicultura passaram a receber mais ou menos visitas (de vizinhos e outros)?
- O que de mais importante, ou que dê um significado especial, foi adquirido ou comprado após implementar a sojicultura (em termos de uso na propriedade e como bens pessoais)?
- Para implantar a sojicultura, procuraram alguém, alguma entidade ou órgão? Foram procurados por algum? Poderia falar sobre como foi este contato, o que pesou mais nas tratativas, para tomar a decisão?
- Com quais entidades e/ou pessoas passaram a interagir mais após a implantação da sojicultura? E antes, como era?
- Nos primeiros momentos, chegaram a ter dúvidas se manteriam a ideia de continuar com os contratos? Quais as principais dificuldades que surgiram?
- Qual a diferença que vê na natureza/paisagem em torno da casa e da propriedade, antes e depois da sojicultura?
- Comercializam algo no mercado local? E antes da sojicultura?
- Comercializam algo com o PAA ou Alimentação Escolar? E antes da sojicultura?
- O que mudou na relação com o poder público ou órgãos oficiais (quais?) após a implantação da sojicultura? E antes, como era?

- Como adquirem os insumos para a produção? Produz algum dos insumos que utiliza ou todos os insumos são comprados?
- Possui máquinas/implementos? Comprou novos? Aluga?
- Possuem financiamento? O que mudou em relação ao financiamento a partir da sojicultura?
- Recebe assistência de cunho contábil ou financeiro?
- Como faz as contas sobre a contabilidade e monitoramento do resultado financeiro da atividade?
- Possui procedimentos e rotinas de administração financeira definidos?
- Possui controle de contas a pagar e/ou a receber relativas a atividade?
- O que computa como despesas da atividade? E como receitas? Com qual periodicidade faz estes balanços?
- Negocia preços e prazos com fornecedores de insumos?
- Calcula o prazo médio de pagamento ao fornecedor?
- Planeja seus investimentos (máquinas, equipamentos, reforma, infraestrutura)?
- Já calculou o custo de depreciação das máquinas?
- Já fez um cálculo sobre a remuneração de sua força de trabalho?
- Elabora ou elaborou fluxo de caixa?
- Possui controle do prazo médio de pagamento das entidades compradoras da soja?
- Faz ou já fez cálculo de capacidade de pagamento frente às obrigações assumidas?
- Faz ou já fez cálculo de percentual de remuneração do capital investido?
- Calcula os custos de produção (fixos e variáveis) para saber o custo final do produto?
- Contrata trabalhadores? Quantos?
- Gostaria de aumentar a área de produção? Se pudesse aumentá-la, gostaria de contratar mais trabalhadores?
- Sonda novas terras para adquirir ou costuma ser sondado por alguém (vendendo ou querendo comprar)?
- Possui controle sobre os preços médios anuais da soja?

- Calcula o percentual ou volume de perdas de matéria-prima e insumos?
- Calcula a quantidade mínima que deve ser produzida e comercializada por mês para que consiga pagar todos os seus custos?
- Avalia e acompanha tendências do mercado da soja?
- Costuma sondar potenciais novos compradores e mercados?
- Possui controle sobre diferença entre o preço de venda líquido e o custo variável por unidade do produto?
- Considera que o tamanho da propriedade é um fator que influencia no lucro da atividade?
- Se fosse para dizer um nome de algo que simboliza aquilo que almeja através da sojicultura, o que seria?

Apêndice II - Estrutura/Roteiro de entrevista com responsáveis por firmas/entidades ¹²¹

Ente:

Nome do entrevistado¹²²:

Principal portfólio de contratados:

Relação com agricultores familiares:

Arquitetura institucional

- Número de Funcionários que lidam com as ações com a agricultura familiar
- Como ocorreu a disposição de trabalhar com agricultores familiares? O que mais motivou?
- Como ocorreu o processo de implementação desta atuação?
- Os contratos com agricultores familiares, predominantemente, se dão por alguma política pública (por ex. PNPB, PRONAF) ou fora deste âmbito?
- Como se deu a aproximação com o poder público (se for o caso)?
- Como se deu a aproximação com os agricultores?
- Qual era a estratégia para mostrá-los as vantagens de aderir à contratação com soja?

¹²¹ Adaptou-se de acordo com tipo: empresa, firma de assistência técnica, cooperativa

¹²² O pesquisador parte do princípio e comprometimento de não revelar os nomes dos sujeitos entrevistados e sua família na escrita do trabalho, a não ser que os mesmos expressamente solicitem

- O que teria percebido que foi o principal atrativo e as principais motivações que os agricultores manifestaram terem sido importantes para serem convencidos a aderir?
- Como é feita a principal interlocução com os agricultores?
- Consideram que obtêm algum outro ganho em contratar com agricultores familiares, como p. ex. marketing social?

Execução

- Como se procede o monitoramento do cumprimento das exigências contratuais de com os agricultores?
- Executam algum procedimento de rastreabilidade dos produtos da agricultura familiar?
- Já interrompeu a operação da relação alguma vez? Por quanto tempo? Quais os motivos?
- Existe sazonalidade nas operações dos serviços?
- Qual a amplitude média de contratos executados de acordo com o estabelecido?
- O que percebe que mais influencia no cumprimento dos contratos?
- E no caso de não cumprimentou ou cumprimento parcial ou insatisfatório (prazo, cláusulas, objeto, cumprimento de metas, qualidade ou quantidade do produto), o que mais influência?
- Como se dá a logística de distribuição e/ou entrega dos produtos?
- Considera que o seguimento à risca do pacote tecnológico para o sistema de produção é imprescindível?
- O custo dos fatores de produção oscila frequentemente?
- Considera que o custo de produção compromete a lucratividade, dependendo da escala produtiva dos estabelecimentos? Em caso positivo, como se compensa? O que tem percebido como possibilidade de dos estabelecimentos de escala menor conseguirem rentabilidade ao lidar com os custos de produção?
- Possui elementos que permitam perceber se o tamanho da área plantada tem permitido melhor desempenho dos agricultores?
- Na avaliação dos profissionais que atuam, o fator mão de obra, para os sistemas produtivos dos agricultores familiares tem sido um limitante para o fornecimento à empresa? Por quê? Em caso positivo, como tem sido contornado?

- Na avaliação dos profissionais, a qualidade do maquinário usada pelos agricultores influencia na produtividade e fornecimento à empresa?
- A assistência técnica é um fator diferencial para os contratos? Como ela se operacionaliza no dia a dia?
- Constatou-se que neste processo de comercialização, houve agricultores familiares que cresceram em renda ou área sobressaindo-se do nível da categoria? Em caso positivo, o que percebe que contribuiu mais para isso?
- Considera que há perspectivas para aumentar o número de agricultores familiares participantes? Por quê?
- Quais as perspectivas para a continuidade da contratação com agricultores familiares e o que vê como maior desafio para a maior viabilidade?

Apêndice III - Estrutura/Roteiro de entrevista com responsáveis na gestão pública

Entrevistado¹²³:

Órgão:

Arquitetura institucional

- Número de funcionários que lidam com o programa no estado
- Como foi gestada a ideia do programa?
- Como ocorreu o processo de implementação em Goiás?
- Como se deu a aproximação com as empresas?
- Como se deu a aproximação com os agricultores?
- Qual era a estratégia para mostrar as vantagens de aderir ao programa?
- O que teriam percebido que foi o principal atrativo e as principais motivações que os agricultores manifestaram ter sido importante para serem convencidos a aderir ao Programa?
- Como é feita a principal interlocução com as organizações dos agricultores?

Execução

¹²³ O pesquisador parte do princípio e comprometimento de não revelar os nomes dos sujeitos entrevistados na escrita do trabalho, a não ser que os mesmos expressamente solicitem

- Como se procede o monitoramento do cumprimento contratual ou das exigências quanto às normas do programa por parte das entidades e dos beneficiários?
- Já interrompeu a operação do programa alguma vez? Por quanto tempo? Quais os motivos?
- Quais as principais demandas para mediações na relação entre agricultores e empresas que recebem ou precisam atender? Qual o papel do órgão público nesta mediação?
- Já precisaram atuar na resolução de alguma disputa contratual através de meio jurídico? () Não () Sim. Poderia relatar?
- Existe variação sazonal nas atividades do órgão para com o programa? Como?
- Qual a amplitude média de projetos executados de acordo com o estabelecido que percebem?
- É perceptível e detectável se a organização interna via cooperativas influencia no cumprimento dos contratos?
- Na maioria das experiências constatadas que tiveram o objeto/metast/ações cumprido(s), como veem a que se deveu, principalmente, o bom cumprimento?
() Boas relações dos agricultores/cooperativas com as empresas () compromisso dos gestores das cooperativas () capacidade de articulação e assessoria técnica local relativa ao projeto () boas relações internas nas cooperativas () aplicação à risca das recomendações técnicas de manejo e uso de insumos () Outros
- E nos casos inversos?
() Problemas nas relações dos agricultores/cooperativas com as empresas () Problemas nas relações das com os sindicatos/federação () falta ou incapacidade de articulação e assessoria técnica local relativa ao projeto () conflitos internos nas cooperativas () problemas climáticos/ecológicos/frustração de safra () não seguimento das recomendações técnicas () Outros
- Como se monitora a assistência técnica prestada aos agricultores?
- Considera que o seguimento à risca do pacote tecnológico para o sistema de produção é imprescindível?
- O órgão acompanha questões de custo de produção e lucratividade, considerando a escala dos estabelecimentos familiares?
- O que tem percebido como possibilidade de propiciar rentabilidade ao lidar com os custos de produção dada a escala dos estabelecimentos?
- Possui elementos que permitam perceber se o tamanho da área plantada tem permitido melhor ou pior desempenho dos agricultores?

- Em depoimentos dos agricultores, o que se mais destaca nos casos de demonstração de satisfação com o programa? E nos de insatisfação?
- O que veem como maior desafio para a maior viabilidade do programa hoje?
- Veem possibilidade de a integração dos agricultores familiares na cadeia da soja expandir-se a partir da inserção no Selo?